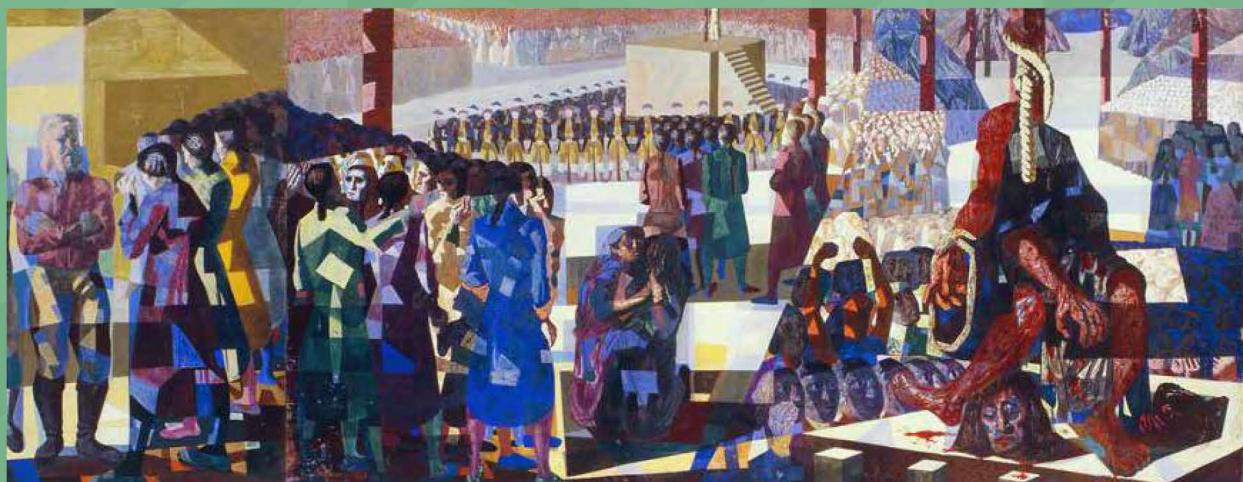




princípios 162

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

JUL./OUT. 2021
ANO 40 – R\$ 30,00

DOSSIÊ

O ISEB E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Angélica Lovatto

▲ Do nacional-desenvolvimentismo
à revolução brasileira

Marcos Dantas

▲ Álvaro Vieira Pinto e a dialética da informação



Anita Garibaldi

ISSN 14157888



▲ Nacionalismo, terceiro-mundismo e
violência política em John W. Cooke

▲ Acumulação primitiva socialista:
uma visão sobre a economia chinesa

▲ Os vírus e o conceito de vida



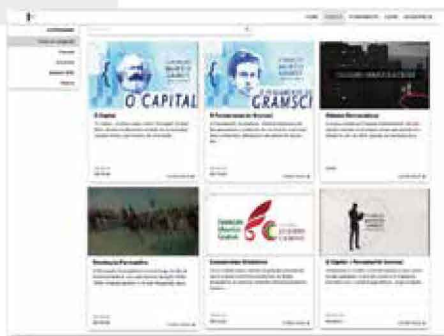
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre *O Capital*, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



EDITORIAL

4 **Momento alto do pensamento brasileiro**

An extraordinary period of Brazilian thought

DOSSIÊ

O Iseb e o desenvolvimento nacional

9 **Iseb: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira**

Iseb: from national developmentalism to Brazilian revolution

ANGÉLICA LOVATTO

41 **Álvaro Vieira Pinto e a dialética da informação**

Álvaro Vieira Pinto and the information dialectics

MARCOS DANTAS

75 **Roland Corbisier: nacional-desenvolvimentismo e hegeliano-marxismo no Iseb**

Roland Corbisier: national developmentalism and Hegelian-Marxism at Iseb

CRISTIANO CAPOVILLA

97 **A atualidade de Guerreiro Ramos: desenvolvimento, racismo e colonialidade no Brasil de 2021**

The topicality of Guerreiro Ramos: development, racism and coloniality in today's Brazil

FÁBIO BORGES
LUIZA MARIA MARTINS

115 **Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira**

Nelson Werneck Sodré: a military historian in the Iseb and the origin of the theory of Brazilian revolution

EDER RENATO DE OLIVEIRA

139 **Pelo olhar de Anísio Teixeira, um ensaio sobre educação e nacional-desenvolvimentismo**

From the perspective of Anísio Teixeira, an essay on education and national developmentalism

LORENA FREITAS

157

Pensamento nacional-desenvolvimentista e ontologia da nação em Vieira Pinto

National developmentalism and ontology of Nation in Vieira Pinto's thought

ENOQUE FEITOSA

181

Um sociólogo em mangas de camisa: Guerreiro Ramos e a luta pelo Brasil

A sociologist in shirt sleeves: Guerreiro Ramos and the struggle for Brazil

ANGELO REMEDIO NETO

ARTIGOS

203

Ciência Política

Nacionalismo, terceiro-mundismo e violência política:

John William Cooke e a formação do peronismo revolucionário

Nationalism, third-worldism and political violence:

John William Cooke and the rising of revolutionary Peronism

LUIZ EDUARDO MOTTA

233

Filosofia do Estado

A revanche do Leviatã:

Estados rebeldes como desafio à ideia única

The Leviathan revenge:

rogue States as a challenge to the *pensée unique*

HUGO R. HENRIQUES | JOÃO PEDRO B. DE CARVALHO

265

Economia

Acumulação primitiva socialista na China:

uma visão alternativa das anomalias do "capitalismo" chinês

Primitive socialist accumulation in China:

an alternative view on the anomalies of Chinese "capitalism"

SAM-KEE CHENG

299

Filosofia da Ciência

O vírus e o conceito de vida em tempos de pandemia

The virus and the concept of life in times of pandemic

ROBERTO SANTOS RAMOS

ENSAIO

329

Trabalho

Nova pandemia, antiga tragédia:
um olhar para a exploração dos
entregadores uberizados

New pandemic, old tragedy:
an approach on the exploration of uberized delivery drivers

KAIO LUCAS DA SILVA ROSA | DÉBORAH CONCEIÇÃO DE CARVALHO SOUSA |
DIMITRI AUGUSTO DA CUNHA TOLEDO | ANA CAROLINA GUERRA

355

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE 360

Coleção Memorial da América Latina



Tiradentes, de Portinari. 1948-1949. Têmpera/tela, 309×1767 cm.

Momento alto do pensamento brasileiro

An extraordinary period of Brazilian thought

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.001>

Esta edição de *Princípios* focaliza os artigos e ensaios do dossiê temático “O Iseb e o desenvolvimento nacional”, organizado pelo economista Nilson Araújo de Souza (Ical-U- nila) e pelo professor de Filosofia Cristiano Capovilla (UFMA). São trabalhos inéditos resultantes de pesquisas e ensaios teóricos que contribuem para a compreensão do movimento político-intelectual organizado em torno ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) a partir da segunda metade da década de 1950. O dossiê ajuda a compreender o contexto histórico em que emerge esse movimento e, principalmente, seu papel como oficina do pensamento nacional-desenvolvimentista.

O Iseb congregou a parcela da intelectualidade que mais se destacava na luta (teórica e prática) pela transformação da realidade brasileira. O ponto de coesão de nomes como Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Anísio Teixeira e Ignácio Rangel, entre outros, era a formulação de um pensamento que buscasse corresponder às necessidades do país e que servisse ao desenvolvimento nacional — ou seja, à superação dos entraves a esse desenvolvimento, à superação da dependência.

Ainda que nem sempre de forma explícita, os intelectuais do Iseb foram responsáveis por fundamentar e sistematizar o pensamento nacional-desenvolvimentista, como também a ideia de *revolução brasileira*. Destacam-se como características dessa abordagem o controle nacional sobre a economia do país, sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre o investimento público, considerado alavanca do desenvolvimento; a prioridade conferida ao mercado interno, impulsionado pela valorização dos salários, e a necessidade de elaboração de uma *ideologia do desenvolvimento*. Daí o rancor que os isebianos experimentaram por parte daqueles que se submetiam à integração subordinada e, conseqüentemente, aos interesses do imperialismo estadunidense. Não à toa, após o golpe de 1964, a sede do Iseb, inclusive sua biblioteca, foi destruída.

A questão nacional era, portanto, o centro dessa formulação, donde os termos “nacionalismo” e “nacional-desenvolvimentismo”. Algumas polêmicas da época teimam em reaparecer no debate contemporâneo, e isso não ocorre à revelia. Há problemas do país, como sua relação subordinada com os potências internacionais, que seguem irresolvidos. Persiste, portanto, a luta política e ideológica contra a dependência econômica, política, cultural e tecnológica.

Como toda elaboração teórica consistente, o pensamento do Iseb antecipa tendências, mas ao mesmo tempo condensa os elementos essenciais da realidade. Os intelectuais isebianos anteciparam tendências ao servir de inspiração para as chamadas “reformas de base”

Os intelectuais do Iseb foram responsáveis por fundamentar e sistematizar o pensamento nacional-desenvolvimentista, como também a ideia de *revolução brasileira*

de João Goulart, e condensaram a essência da realidade da época não apenas ao interpretar o programa implementado desde 1930 por Getúlio Vargas, mas também ao sistematizar e aprofundar o pensamento que lhe serviu de fundamento, o nacional-desenvolvimentismo.

Um dos pensadores que mais se destacaram nos trabalhos do Iseb foi o general e historiador Nelson Werneck Sodré, também dirigente do Partido Comunista. Não à toa, quando Helio Jaguaribe, entre 1958 e 1959, liderou no Iseb um grupo que tentou conduzir a instituição rumo ao que chamou de “nacionalismo de fins” — que, na verdade, era um “nacionalismo” sem nacionalismo, com importantes concessões ao capital estrangeiro, já iniciadas por JK —, foi Sodré o escalado para ministrar, em março de 1959, a aula inaugural do curso regular do Iseb, que recebeu o título de “Raízes históricas do nacionalismo brasileiro”.

Este é um dos textos mais citados na historiografia brasileira, ainda que não suficientemente conhecido e estudado. Essa aula constituiu-se em um dos principais instrumentos na luta de ideias contra o “nacionalismo de fins”. Designada “desenvolvimentismo sem nacionalismo” por Sodré, essa formulação de Jaguaribe foi rejeitada, ainda entre 1958 e 1959, pela maioria da intelectualidade do Iseb. A escolha de Nelson Werneck Sodré para realizar a aula inaugural de 1959 reflete a vitória do setor nacionalista sobre o setor que intentava descaracterizar o nacionalismo, e que terminou por sair do Instituto, abraçando crescentemente as teses qualificadas como entreguistas. De formação marxista, Sodré era, dentre os integrantes do Iseb, um dos que achavam que concluir a construção da nação brasileira era um passo insubstituível para a construção do socialismo no país.

Outra aula inaugural, ocorrida três anos antes, em maio de 1956, marcou o início dos cursos do Iseb e cumpriu um papel fundamental para o pensamento isebiano. A aula, cujo título era “Ideologia e desenvolvimento nacional”, foi ministrada pelo intelectual de proa que era Álvaro Vieira Pinto. Naquela ocasião ele afirmava: “*Sem ideologia do desenvolvimento, não há desenvolvimento nacional*”. Lembram-se de Lênin? “Sem teoria revolucionária, não há sequer revolução.”

A partir dessa tese central, Vieira Pinto formula outras três: 1) “*a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa*”; 2) “*o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas*”; 3) “*a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas*”. Como ficam os teóricos do “populismo”, que, na justificativa de sua “teoria”, partiam de uma suposta inconsciência das massas como base para a manipulação por parte do líder?

Nessa mesma linha de pensamento segue Roland Corbisier. Filósofo e primeiro diretor-executivo do Iseb, ele avaliava que, se a questão do subdesenvolvimento nacional

encontrava sua contraproposta prática no desenvolvimento econômico, então o problema da superação da ideia colonial implicava a confecção de um aparato teórico capaz de fazer frente a essa alienação perante a metrópole pensante. A ruptura com a condição de semi-colônia em que se encontrava o Brasil implicava, na sua compreensão, não só o desenvolvimento econômico da nação, mas, ao mesmo tempo, uma “conversão do país a ele próprio”. Por isso, o esforço no sentido da construção de uma “ideologia ou teoria do desenvolvimento nacional”. O desenvolvimento do país era a obra complementar da nossa independência política, ou, dito de outra forma, o país precisava de independência econômica e cultural para completar sua independência política.

Outros pensadores isebianos, com destaque para Guerreiros Ramos e Anísio Teixeira, visitam as páginas desta edição de *Princípios*, que se configura, dessa forma, como painel — embora sem quaisquer ambições de completude — voltado ao resgate de autores e temas relacionados a um dos momentos altos do pensamento brasileiro.

A edição se completa com artigos inéditos sobre importantes temas contemporâneos. Um deles, sobre temática adjacente à do dossiê, aborda o nacionalismo popular revolucionário a partir da obra do pensador argentino John William Cooke, uma das principais referências do peronismo de esquerda. Dando sequência a seu esforço de tradução de textos relevantes e de grande atualidade, até então indisponíveis em nosso idioma, *Princípios* publica artigo que expõe uma importante teoria sobre a natureza da economia chinesa. Há ainda trabalhos sobre filosofia do Estado, sobre a realidade dos trabalhadores uberizados e sobre o conceito de vida, discutido à luz da natureza dos vírus — tema que se atualiza em tempos de pandemia.

Boa leitura!

A Comissão Editorial



Jean-Paul Sartre (de óculos) faz palestra no Iseb. Compõem a mesa Roland Corbisier (à dir. de Sartre) e Álvaro Vieira Pinto (logo atrás, de óculos). Acervo da família, doado a Fabrício Augusto Souza Gomes

DOSSIÊ

O Iseb e o desenvolvimento nacional

Organizadores:
Nilson Araújo de Souza
(Ical-Unila) e Cristiano
Capovilla (UFMA)



Iseb: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira

Iseb: from national developmentalism to Brazilian revolution

Angélica Lovatto*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.002>



Juscelino Kubitschek inaugura a sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1957

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Última Hora

RESUMO

Este artigo retrata, sinteticamente, a importância do resgate como um todo da história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, defendendo a hipótese de que a valorização da figura do intelectual público é um dos maiores legados que o instituto e seus autores deixaram às gerações subsequentes. A produção intelectual do Iseb, que caminhou da proposta nacional-desenvolvimentista para as propostas táticas e estratégicas sobre a realização de uma revolução brasileira, conforma não só uma heterogeneidade isebiana, mas sua importância histórica e política não só para o Brasil pré-1964, mas também pela atualidade e pertinência de seus propósitos no atual momento político de luta contra as forças de direita no país.

Palavras-chave: Iseb. Nacional-desenvolvimentismo. Revolução brasileira.

ABSTRACT

This article summarizes the importance of recovering the history of the Higher Institute of Brazilian Studies as a whole, arguing that the appreciation of the role of public intellectual is one of the greatest legacies the institute and its authors has left to subsequent generations. The path from national-developmentalism to tactical and strategic proposals for the realization of a Brazilian revolution conform not only an “Isebian” heterogeneity, but the characteristic of its historical and political importance not only for pre-1964 Brazil, but also its topicality and relevance at this moment, in which democratic and progressive forces struggle against right-wing forces in the political scene of the country.

Keywords: Iseb. National developmentalism. Brazilian revolution.

1. INTRODUÇÃO

A luta ideológica é um importante momento da luta de classes.

Friedrich Engels,
Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb, 1955-1964) deixou uma herança importantíssima para o nosso país, embora ainda praticamente desconhecida pelas gerações contemporâneas. Uma das suas principais contribuições, e que faço questão de destacar com veemência, foi a valorização do *intelectual público*, que praticamente desapareceu do cenário brasileiro no pós-1964. Urge reabilitar esse tipo de intelectual para enfrentar os dilemas atuais da política brasileira.

Intelectual público, na demarcação isebiana, é aquele que formula teoria com vistas a uma intervenção prática na realidade. Não é o intelectual diletante, o estúdio-oso que se desconecta do compromisso imediato com a realidade brasileira. Claro que isso vale tanto para os conservadores quanto para os progressistas, por assim dizer, naqueles idos pré-1964.

Nas diferentes fases do Iseb, tanto os intelectuais que se definiam por uma intervenção de corte nacional-desenvolvimentista quanto aqueles que chegaram a propor um projeto de revolução brasileira, de cunho socialista, foram intelectuais públicos. De Helio Jaguaribe a Guerreiro Ramos, de Roland Corbisier a Álvaro Vieira Pinto, de Ignácio Rangel a Ewaldo Correia Lima, de Candido Mendes a Nelson Werneck Sodré, todos eles formularam (e publicaram seus textos) propondo intervenções políticas articuladas.

O desconhecimento da *história completa* do Iseb ainda é uma realidade, justamente em função da incompreensão — e mesmo rejeição — do papel do intelectual público no pós-1964. O instituto ainda não foi suficientemente estudado e, muito menos, registrado razoavelmente pela historiografia brasileira. Daí que a organização do presente dossiê tem grande importância histórica e contemporânea.

O Iseb era uma organização intelectual fora da universidade, embora mantivesse boas relações com ela, evidentemente. Não havia razão para o contrário. Nos idos dos anos 1950 e 1960, o Brasil florescia e fervia nas lutas populares. A formulação intelectual não estava trancada no espaço acadêmico. Ela fluía nos institutos, partidos políticos, movimentos (estudantis, sindicais, rurais) etc. Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, por exemplo, foi o autor do primeiro volume da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicação do Iseb iniciada em 1962 para discutir um projeto nacionalista com vistas à revolução brasileira. De um modo geral, portanto, estava em discussão (e formulação) um conjunto de definições estratégicas e táticas, tanto no campo nacional-desenvolvimentista quanto no campo nacionalista revolucionário.

Após o golpe de 1964, como sabemos, a articulação do regime ditatorial tirou de cena, por meio da repressão (exílio, prisão, tortura e assassinato), a discussão

Intelectual público, na demarcação isebiana, é aquele que formula teoria com vistas a uma intervenção prática na realidade. Não é o intelectual diletante, o estudioso que se desconecta do compromisso imediato com a realidade brasileira

aberta sobre os projetos de esquerda e reestruturou todo o sistema universitário brasileiro, de modo a responder de modo obediente e subordinado à Usaid (United States Agency for International Development). E mesmo depois da chamada abertura, em 1979, jamais o Brasil voltou a ter vida intelectual ativa e consequente fora da universidade. Separou-se, como regra escrita (e não escrita), a produção intelectual da atividade política, restando apenas poucas exceções, ainda assim condenadas a alijar seus autores do processo acadêmico. Até mesmo o marxismo foi trancafiado na universidade, tornando-se, numa gritante contradição, um “marxismo acadêmico”. O caráter fértil e articulado do padrão teórico-político do *intelectual público* foi substituído

aos poucos, culminando na instituição do intelectual que corresponde ao império do Lattes: para o primeiro, publicar significava alimentar um movimento de ideias, com padrão científico-teórico, com vistas a uma intervenção prático-política; para o segundo, publicar é somar, pelo eventual mérito da publicação, pontos na carreira, sem um padrão de atividade intelectual que possa, necessariamente, comprometê-lo com as lutas de seu país (consideradas as honrosas exceções daqueles que, muitas vezes ainda no exílio ou de volta ao Brasil, tentavam manter o padrão do intelectual público, mas não tiveram chance na universidade brasileira após a chamada redemocratização).

Foi assim que se formou no Brasil um duplo processo, que venho caracterizando em meus estudos e pesquisas como a *historiografia do silêncio* e a *historiografia da desqualificação*, que habilmente se revezaram durante os “anos de chumbo” e permaneceram a influenciar a “escolha de objeto” dos estudos brasileiros após o suposto esgotamento da ditadura. Como Engels demarca, a luta ideológica é um importante momento da luta de classes (ENGELS, 1975). Para combater o inimigo de classe (ou, no caso brasileiro, até mesmo o mais discreto reformista pré-1964), nada melhor do que o silêncio absoluto sobre sua existência ou suas ideias e ações. Foi assim que, durante muitos anos, nem mesmo em livros didáticos aparecia qualquer menção, por exemplo, ao período do nacional-reformismo da presidência de João Goulart. Quando não foi mais possível esconder fatos históricos objetivos, o abuso de adjetivações desqualificativas entrou em cena: Jango era um “comunista”, e teria sido um “covarde” etc. etc. Outro resultado da historiografia do silêncio, para mencionar autores isebianos,

Acervo da família, doado a Fabrício Augusto Souza Gomes



À esquerda, alguns dos intelectuais do Iseb abordados nesta edição. Da esq. para a dir., de cima para baixo: Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Anísio Teixeira, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe. À dir., Roland Corbisier discursa em solenidade do Iseb, em 1955, observado pelo então ministro da Educação Cândido Motta Filho (ao centro, de óculos)

é o (ainda hoje) quase completo desconhecimento de um dos filósofos brasileiros da maior importância, Álvaro Vieira Pinto.

Sem tempo nem espaço para desdobrar teoricamente essas duas *historiografias* nos limites deste artigo, importa no momento apenas acentuar que, quando não é mais possível silenciar sobre um autor ou um acontecimento, entra em cena a natural substituta da historiografia do silêncio, a historiografia da desqualificação. Menciona-se o autor para dizer que ele não tem padrão científico e que sua produção intelectual está pautada pelo caráter “ideológico”. E ponto-final. Em regra, não se enfrenta uma discussão apurada dos fundamentos de seu pensamento nem se leva em consideração o contexto histórico de suas formulações. Claro que esse processo faz parte do confronto ideológico da contrarrevolução burguesa, no mínimo, desde os idos de 1848, não sendo, portanto, “privilegio” da história recente no Brasil. Mas faço questão de demarcar aqui a culminância da processualidade silêncio/desqualificação, no pós-golpe do país, como um projeto deliberado, justamente porque ocupou de fato uma centralidade do confronto imperialista na América Latina, e o sucesso desse modelo seria decisivo para a vitória das forças capitalistas da “Guerra Fria” em nosso continente.

A título de exemplo, não pode deixar de ser referida, embora não seja meu foco principal neste artigo, a questão do paradoxal “embate silencioso” USP *versus* Iseb¹. Uma parte hegemônica da intelectualidade uspiana simplesmente ignorou o papel do Iseb, justamente para demarcar a rigidez da polêmica e eventual separação definitiva entre ciência e ideologia. E isso, antes mesmo do golpe. A avaliação de uma dada intelectualidade paulista (guardadas poucas honrosas exceções) passava pelo implícito silenciamento em relação àquelas proposituras elaboradas no espaço intelectual do Rio de Janeiro: não é possível considerar os intelectuais do Iseb como inter-

1 Trato desse aspecto em Lovatto (2010b), particularmente no capítulo 4.

Foi assim que se formou no Brasil um duplo processo, que venho caracterizando em meus estudos e pesquisas como a *historiografia do silêncio* e a *historiografia da desqualificação*, que habilmente se revezaram durante os “anos de chumbo” e permaneceram a influenciar a “escolha de objeto” dos estudos brasileiros após o suposto esgotamento da ditadura

locutores, dada sua produção ideologizada e não científica, portanto frequentemente marcada pela manipulação teórica para justificar uma dada intervenção política.

Para dar consequência a essas premissas, o artigo vai caminhar inicialmente pelas distintas periodizações das quais o Iseb foi objeto para demonstrar, subsequentemente, a função social que esse instituto e suas publicações exerceram nos anos pré-1964, defendendo a ideia de que ainda constituem referência crítica e atual para os brasileiros.

2. AS DISTINTAS PERIODIZAÇÕES DO ISEB

Para caracterizar sinteticamente o instituto, a fim de que as gerações contemporâneas compreendam definitivamente sua importância para as lutas políticas atuais no Brasil, é importante começar pelo final: o Iseb — que teve uma breve existência de nove anos (1955-1964) — foi invadido e destruído fisicamente em 1º de abril de 1964. E, por consequência, também foi institucionalmente destruído e inviabilizado pelo golpe de Estado. Portanto, foi alvo da repressão logo no primeiro dia do golpe. A destruição do prédio onde funcionava, no Rio de Janeiro, foi alvo do mesmo tipo de “ódio de direita” que também destruiu o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os ataques a essas duas instituições foram emblemáticos do furor reacionário levado a cabo por um dado setor da sociedade brasileira, resultado de campanha difamatória semeada durante os anos precedentes, através da *agitação e propaganda* de direita, promovidas eficazmente pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e pelo suporte intelectual de forças de direita do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Os documentos do Iseb foram apreendidos ou destruídos e, no caso da UNE, até mesmo consumidos pelo fogo. O “famoso” IPM²

2 Vários foram os inquéritos policiais militares nos quais autores do Iseb foram implicados após o golpe, redundando frequentemente em prisões.



Reprodução: riomemorias.com.br

Fogo destrói o prédio da UNE na Praia do Flamengo. Rio de Janeiro (RJ), 1º de abril de 1964

que tratou do Iseb, após 1964, afirmava, em tom apocalíptico, que os intelectuais daquele instituto pretendiam desestabilizar a ordem capitalista, com vistas à tomada do poder (PEREIRA, 2005a, p. 253).

Nelson Werneck Sodré, que foi preso logo após o golpe e, mesmo depois de liberto, foi intimado a depor no IPM do Iseb, assim se refere à destruição do prédio do instituto:

O Iseb fora, a 1º de abril, invadido e depredado por uma malta de desordeiros, organizada pelos órgãos policiais da Guanabara, recrutada no lumpem da cidade. Nada ficou inteiro no edifício onde funcionara a instituição: as cadeiras e mesas foram quebradas, os quadros, arrancados da parede, e destruídos vidros e molduras, as poltronas foram eventradas, as gavetas, atiradas ao chão, os papéis, espalhados pelo jardim, a biblioteca teve os seus livros rasgados, e as estantes, derrubadas. Ali se encontravam, no momento, apenas três funcionários, o zelador, o copeiro e o faxineiro; passaram dois meses nos cárceres do Dops guanabarinense, como se fossem facínoras (SODRÉ, 1978, p. 65-66).

Para entender o desfecho da história do Iseb é importante resgatar alguns estudos. A historiografia brasileira produziu diferentes (embora ainda poucos) trabalhos sobre o Iseb. Portanto, há lacunas a serem preenchidas. Principalmente em relação ao *último Iseb*. Pelos limites deste artigo, não pretendo fazer aqui uma reconstituição total da história isebiana, mas apenas ressaltar os aspectos que trazem à luz o ambiente histórico-político de sua produção teórica.

Sobre o Iseb em seus primeiros anos — considerados por alguns autores como o período que melhor corresponderia aos objetivos nacional-desenvolvimentistas para os quais o instituto foi inicialmente criado —, há um primeiro estudo realizado no Brasil (TOLEDO, 1977) levado a cabo por Caio Navarro de Toledo. O trabalho foi concluído em 1974³ — portanto dez anos após o fim do instituto —, fruto de tese

3 No ano seguinte, foi concluído um estudo sobre o Iseb realizado por uma autora brasileira, na França. Trata-se da tese de doutorado de Abreu (1975).

de doutorado defendida na área de Filosofia na Unesp de Assis e publicado alguns anos depois: *Iseb: fábrica de ideologias* (1977). A disposição do autor foi fazer um exame crítico do conjunto doutrinário produzido pelos intelectuais reunidos no Iseb, fundamentalmente na chamada fase juscelinista do instituto. Até então nenhum estudo sobre o Iseb tinha sido realizado no âmbito acadêmico. E não era à toa. “Razões de Estado” — como ressalta Toledo — tolhiam, ainda em 1974 (portanto, ainda em plena ditadura), o acesso aos arquivos públicos em que a história do Iseb pudesse ser pesquisada. Assim, Toledo explica que a delimitação de seu objeto de estudo, ou seja, a opção por um foco mais direto na fase juscelinista do instituto — em detrimento da fase das reformas de base —, não se deu apenas pelo recorte da pesquisa, mas pela dificuldade de acesso àqueles arquivos⁴.

Toledo observa também outra dificuldade para desenvolver um estudo sobre o Iseb, particularmente na academia paulista. Os estudiosos paulistas discordavam da linha de ação daquele instituto no seguinte aspecto: os isebianos defendiam a aplicação prática das categorias das ciências sociais para o desenvolvimento do país. A academia paulista, em particular a USP, considerava esse tipo de postura pouco científica, dado que estaria destituída de uma suposta neutralidade. Toledo, ao definir esse tema para pesquisa, inclusive ressalta, em nota prévia à publicação do livro, o papel do prof. Octavio Ianni — uma rara exceção nesse quadro —, a quem agradece dizendo que fora ele quem mais o havia incentivado quando, pela primeira vez, arriscou-se a escolher o Iseb como objeto de uma tese universitária, um tema considerado “*maldito* para certos guardiães da intelectualidade nativa” (TOLEDO, 1982, p. 10). Em nota de rodapé esclarecendo essa questão da USP, Toledo afirma:

bem se sabe que a maior parte da intelectualidade de São Paulo — particularmente aquela reunida em torno da Universidade de São Paulo — manteve-se *motu proprio* afastada das realizações e atividades patrocinadas pelo Iseb. As ideologias isebianas jamais tiveram guarida no seio dessa camada de intelectuais; da mesma forma, raramente chegaram a se exteriorizar, a partir dali, críticas e objeções (latentes) ao “nacionalismo desenvolvimentista”. A razão disso parece ser muito simples: em nenhum momento se reconhece a instituição como possível interlocutor para um debate em comum acerca dos problemas que afetavam o capitalismo dependente brasileiro (TOLEDO, 1982, p. 26).

Como se vê, as dificuldades para pesquisar esse tema, ainda na década de 1970, eram muitas. Portanto, esse trabalho de Caio Navarro de Toledo teve importância — concorde-se ou não com as teses ali defendidas — e, por isso mesmo, tornou-se

4 Por incrível que possa parecer, somente a partir do ano de 2004 o Governo Federal inicia a abertura dos arquivos militares, por meio do decreto nº 5.301/2004. Foi então que o material dos IPMs sobre o Iseb pôde ser consultado. Um dos estudos que procurou acessar e analisar essa documentação foi defendido na Unicamp. Trata-se da tese de doutorado de Czajka (2009). Mesmo assim o autor deixa claro que só foi possível dar conta de uma parte do material, que somava em torno de 8 mil páginas no tocante apenas ao IPM do Iseb, fora outros, tais como: IPM da editora Civilização Brasileira, IPM do Partido Comunista, IPM da História Nova etc.

um referencial para os estudos sobre o Iseb, principalmente no que diz respeito à fase desenvolvimentista.

Quaisquer tentativas de periodizar algum objeto de estudo correm o risco de abranger apenas parcialmente seus aspectos. O Iseb não ficou imune a isso. Mas também se sabe que as periodizações ajudam na compreensão de um dado processo e, dentro desses limites, cumprem uma função que pode ser valorizada⁵.

Assim, vou destacar algumas das periodizações feitas a propósito do Iseb, notadamente a da pesquisa de Caio Toledo, e também a de Helio Jaguaribe, por ter sido considerado o mentor intelectual⁶ daquele grupo desde suas origens, muito anteriores à fundação do próprio Iseb, em 1955.

Toledo chega a identificar três fases na história do instituto: o autor procurou diferenciar uma fase bem inicial, quando predominavam figuras de influência liberal muito acentuada e que depois não se firmaram no instituto. Mas, a rigor, o que se destaca são as duas fases subsequentes (e principais) — a que acompanhou o período juscelinista e a que acompanhou o governo João Goulart, particularmente no tocante às reformas de base.

Mas para entender, pela própria definição do autor, a periodização que ele estabeleceu, é importante detalhá-la, da seguinte maneira:

1ª fase: um período bem inicial (menos de um ano), que se estende da criação do instituto, em 14 de julho de 1955, no governo Café Filho, até o que denomina de “encampação juscelinista” (1956), dizendo que essa fase, apesar de curta, foi caracterizada por posições ecléticas e conflitantes; nessa fase, não haveria por parte dos autores ali presentes — dentre eles, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Miguel Reale, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Milliet, Augusto Frederico Schmidt — “a menor referência ao nacionalismo como possível ideologia propulsora do desenvolvimento industrial brasileiro; pelo contrário, através do antiestatismo e do tecnocratismo ali defendidos, o antinacionalismo pode ser considerado como a posição ideológica comum a todos eles”. Os autores dessa fase não se firmaram no instituto (TOLEDO, 1982, p. 187).

2ª fase: de 1956 até 1960; essa é a fase que acompanha, aproximadamente, o quinquênio juscelinista, quando a ideologia nacional-desenvolvimentista é hegemônica no Iseb, segundo Toledo. Aqui os *isebianos de primeira hora* predominam: além de Helio Jaguaribe, principal figura do grupo (e que coordena o Departamento de Ciência Política), estão o diretor Roland Corbisier e os coordenadores de departamento Candido Mendes (História), Guerreiro Ramos (Sociologia), Álvaro Vieira Pinto (Filosofia) e Ewaldo Correia Lima (Economia), bem como Nelson Werneck Sodré, que não era coordenador (TOLEDO, 1982, p. 187-188).

5 Outros estudos sobre o Iseb que foram consultados para essa periodização que vou apresentar: Abreu (1975; 2005), Bariani (2005a; 2005b), Bresser-Pereira (2005), Miglioli (2005), Oliveira Filho (1999), Ortiz (1985), Pereira (2005a) e Santos (2005).

6 Assim chamado por Sodré (1978).

3ª (e última) fase: de 1961 até 1964, quando o governo JK é substituído por Jânio Quadros e, depois da renúncia deste, passa a governar Jango, até sua derrubada pelo golpe militar. Essa fase ficou conhecida como aquela que acompanhou as reformas de base. Segundo Toledo, a perspectiva nacionalista não é negada, mas fica sensivelmente atenuada (TOLEDO, 1982, p. 189), predominando as propostas de alteração nas estruturas básicas da sociedade, tais como reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária, reforma fiscal e reforma política.

No ano de 2005, Toledo organizou — a propósito dos 50 anos do instituto — uma coletânea intitulada *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Nessa publicação, Helio Jaguaribe tem um artigo especialmente redigido para a coletânea, no qual aparece outra periodização do instituto. É muito interessante analisá-lo, já que expressa o ponto de vista de quem foi considerado o principal articulador daquele projeto a partir de fins dos anos 1940, desde os tempos da página 5 do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro⁷, passando pelo Grupo de Itatiaia⁸ e a criação do Ibesp⁹, até transformação deste no Iseb, em 1955.

Outro aspecto que faz essa periodização de Helio Jaguaribe merecer destaque é o fato de ter sido definida — em parte — em função da mudança de estatuto do Iseb, justamente no momento em que Jaguaribe e Guerreiro Ramos travaram uma batalha no conselho do instituto, que culminaria — ao fim e ao cabo — com a saída dos dois.

7 Em fins da década de 1940, sob a coordenação de Helio Jaguaribe, um grupo de jovens intelectuais tiveram acesso, através de Augusto Frederico Schmidt, à página 5 do *Jornal do Commercio*. Para Helio Jaguaribe, essa foi a gênese do que viria a ser, mais tarde, o Iseb. Esse grupo — Jaguaribe, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho e Candido Mendes — usavam o espaço da página 5 para expor o resultado de estudos que encontrassem uma formulação epistemológica, sobretudo para as ciências sociais, que superasse o dilema positivismo-marxismo. Segundo Jaguaribe, havia ali um começo daquilo que viria a se tornar uma orientação do Iseb: “A vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade” (JAGUARIBE, 2005, p. 31).

8 O Grupo de Itatiaia funcionou a partir de agosto de 1952, mas fortaleceu-se durante 1953 graças a um grupo de intelectuais cariocas que escreviam na página 5 do *Jornal do Commercio* e a um grupo de intelectuais de São Paulo, que tinham preocupações afins. A união entre os dois grupos foi facilitada por Roland Corbisier, então redator de *O Estado de S. Paulo*. Do grupo de São Paulo faziam parte, em sua maioria, ex-integralistas: Vicente Ferreira da Silva, Renato Czerna, Miguel Reale, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queirós e Ângelo Arruda. O encontro mensal do grupo passou a ser realizado num local a meio caminho entre Rio e São Paulo, a cidade de Itatiaia. O grupo de São Paulo tinha preocupações de caráter mais filosófico e o do Rio era mais inclinado para as ciências sociais, com interesse na aplicação de suas categorias à realidade brasileira, no sentido de desenvolvê-la. Segundo Jaguaribe, houve cisões de ordem ideológica e de interesses dos dois grupos, e prevaleceu a corrente do Rio. Roland Corbisier teria sido o único que passou da posição dos paulistas à dos cariocas, e, inclusive, mudou-se para o Rio de Janeiro. Esse grupo acabou tomando uma forma institucional, e nasceu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) (JAGUARIBE, 2005, p. 32-33).

9 O Ibesp foi criado em 1954, sob a direção de Helio Jaguaribe. O instituto sobrevivia de pequenas contribuições de seus próprios membros. Chegou a publicar cinco números da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, financiada exclusivamente por Helio Jaguaribe, com parte dos proventos de sua atividade como advogado. Mas para tornar-se o instituto necessário aos objetivos traçados pelo grupo, era preciso empreender esforços para sua transformação em uma instituição pública. A partir da iniciativa de Jaguaribe, ainda durante o segundo governo Vargas, acabou nascendo o Iseb, cuja criação oficial aconteceu depois, durante o governo Café Filho, em 1955 (JAGUARIBE, 2005, p. 33).

Segundo Helio Jaguaribe, a ideia que norteou a criação do Iseb — uma instituição que deveria ser ligada diretamente ao Estado — era um tanto diferente da que acabou sendo efetivada. Quando ele entregou o projeto de um instituto de estudos políticos ao então ministro da Educação, Antônio Balbino, ainda durante o segundo governo Vargas, a ideia era mais ampla e previa duas coisas:

em primeiro lugar, algo como o Collège de France ou, em termos mais próximos de nossa realidade, o Colégio de México. Em segundo lugar, fazer algo equivalente à Presses Universitaires de France, uma grande editora que permitisse ao intelectual brasileiro um apropriado instrumento de difusão de ideias e o acesso a livros de alta cultura, traduzidos para o português (JAGUARIBE, 2005, p. 33-34).

O suicídio de Vargas e o alto custo de um projeto desse porte inviabilizaram a criação de duas instâncias (instituto e editora), ficando-se apenas com o que se designou de Iseb, um instituto de estudos que *desenvolvesse um esforço editorial* apoiado pelo Ministério da Educação. Jaguaribe ainda ressalva que contribuiu decisivamente para o projeto ser aprovado — dessa forma, pelo menos — o fato de o ministro da Educação do governo Café Filho, Cândido Mota Filho, ser um homem ilustrado e um

intelectual interessado nesses problemas, que decidiu, por minha iniciativa e com o apoio de Hélio Cabal, dar continuidade àquele projeto [...] mas, dadas as condições da época, compreendeu que ela deveria se dar em escala muito mais modesta, ou seja, apenas uma instituição — e não duas, como tinha sido proposto inicialmente (JAGUARIBE, 2005, p. 34).

A verba era pequena e cobria somente as principais necessidades para manter a sede, os honorários do diretor, os salários de um número reduzido de funcionários, as despesas correntes e um fundo para publicações, sendo que os professores trabalhavam sem ganhar (JAGUARIBE, 2005, p. 34).

A periodização do Iseb feita por Jaguaribe, bem como sua análise de cada uma das fases, é a seguinte:

1ª fase (de 1955 a março de 1959)¹⁰: apesar de o diretor do Iseb ser Roland Corbisier, essa fase desenvolveu-se predominantemente sob a orientação de Helio Jaguaribe, que o havia escolhido e indicado, porque à época eram coincidentes as ideias e posições dos dois intelectuais. A direção dos departamentos também ficou a cargo de intelectuais com posições coincidentes com as de Jaguaribe. O mentor intelectual do Iseb caracteriza essa fase como problematizante: “Tratava-se de identificar e equacionar os problemas brasileiros, levando-se em conta o desenvolvimento das ideias e dos processos sociopolíticos na Europa Ocidental” (JAGUARIBE, 2005, p. 34). As atividades do Iseb

10 Em seu texto, Jaguaribe define inicialmente essa fase até fins de 1958, mas, em momento posterior do texto, estende-a até a data efetiva de sua saída do instituto, em março de 1959.

nessa fase se davam por meio de cursos anuais, um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros e a publicação de livros de autoria dos membros do instituto. Jaguaribe explica a incorporação de mais dois intelectuais, algum tempo depois, mas ainda nessa primeira fase: o historiador Nelson Werneck Sodré, “ilustre historiador militar, marxista de convicção e destacado representante da corrente nacionalista do Exército, então liderada pelo general Estilac Leal” — Sodré teria sido “incorporado ao Iseb como ponte de comunicação entre o nacionalismo do Iseb e o militar” (JAGUARIBE, 2005, p. 35) —, e um intelectual que não participara do Ibesp, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, professor da então Universidade do Brasil, que abrigava a Faculdade Nacional de Filosofia. A incorporação dos dois intelectuais parece revelar objetivos estratégicos do Iseb — ao menos sob o comando de Helio Jaguaribe —, trazendo para os quadros intelectuais do instituto pessoas que faziam ponte entre dois setores: o militar e o acadêmico. Ressalte-se que a grande maioria dos intelectuais pertencentes ao Iseb até então estavam fora da carreira universitária. Os objetivos postos pelo instituto não pressupunham esse tipo de participação, que, no entanto, não era negligenciada por seus articuladores¹¹. Jaguaribe afirma que, na verdade, essa primeira fase do Iseb correspondia exatamente ao lema da revista *Cadernos do Nosso Tempo*¹², publicada nos tempos do Ibesp: “O Brasil, na perspectiva de nosso tempo. Nosso tempo, na perspectiva do Brasil.” E afirma que o Iseb, já nesse início, obteve rapidamente grande repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil e mesmo da América Latina. É interessante, nesse aspecto, ler suas próprias palavras no tocante às razões dessa repercussão:

Era a manifestação de um pensamento novo, que correlacionava criticamente a problemática brasileira com a universal. Era a expressão de um nacionalismo aberto, incorporativo de todas as grandes ideias do pensamento ocidental, sem nenhum *xenofobismo*, mas também sem nenhum *dependentismo colonial* (JAGUARIBE, 2005, p. 35, grifos nossos).

Esse aspecto de construir uma terceira posição¹³ — diante do quadro “capitalismo *versus* socialismo”, característico da Guerra Fria — estava presente desde os tempos do Ibesp e aparecia nos seguintes moldes, nas palavras de um estudioso do tema:

11 Conforme destaquei na introdução deste artigo.

12 Uma análise sobre os volumes da revista *Cadernos do Nosso Tempo* encontra-se em Schwartzman (1979) e também em HOLLANDA (2016).

13 No afã de se diferenciar, em sua juventude, de posições de uma esquerda stalinista, Jaguaribe revela uma surpreendente faceta de sua história intelectual, ao comentar a composição do setor carioca que vai participar do Grupo de Itatiaia: “Do lado carioca, muitos do grupo provinham do trotskismo. Fui trotskista em minha juventude, como forma de ser marxista não stalinista. Fui discípulo de Mário Pedrosa, nessa época, e participei da experiência do Partido Socialista a seu lado.” (JAGUARIBE, 2005, p. 33)

O Ibsp foi responsável por uma série de ingredientes que teriam uma presença duradoura no ambiente político brasileiro: o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das ideias de uma “terceira-posição” tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país (SCHWARTZMAN, 1979, p. 5-6).

Helio Jaguaribe avalia o que chama de dois efeitos *nocivos*, que culminaram nessa primeira fase do Iseb: a guinada de Álvaro Vieira Pinto ao marxismo e a mudança de posição de Guerreiro Ramos em relação ao desenvolvimento brasileiro, afastando-se das posições iniciais coincidentes com as de Jaguaribe. Desde a época dos *Cadernos do Nosso Tempo*, os intelectuais capitaneados por Helio Jaguaribe punham-se, como se observou acima, numa posição intermediária entre o marxismo e o pensamento liberal clássico. Daí o autor qualificar o marxismo de tendência *nociva* no Iseb.

A despeito das diferenças de condução do processo entre Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos (sociólogo de grande envergadura praticamente desconhecido pelas gerações contemporâneas), a grande verdade é que o próprio Guerreiro, anos mais tarde, vai se referir ao *último Iseb* — pejorativamente — como uma “escola de marxismo-leninismo” (RAMOS, 1963, p. 10). E Jaguaribe, referindo-se ao mesmo período, quando Álvaro Vieira Pinto estava à frente do instituto, diz: “Foi esse Iseb, é claro, que despertou a ira dos militares, quando do golpe de 64.” (JAGUARIBE, 2005, p. 38) Ou seja, esse não era o Iseb que havia sido proposto por ele, mas o que se distanciou de seus objetivos iniciais e que será explicitado por ele mesmo, nos itens a seguir.

2ª fase (março de 1959 a 1962): Jaguaribe chama essa etapa de intermediária. Roland Corbisier, que já dirigia o instituto, continuará no cargo, mas sob outra configuração. Até então o Conselho do Iseb tinha poderes para destituir, quando fosse o caso, o ocupante do cargo de diretor. Segundo Jaguaribe, Corbisier — temeroso de que o conselho pudesse destituí-lo por ter votado a favor de Guerreiro Ramos (voto vencido) na crise de fins de 1958¹⁴ — articulou-se pessoalmente com o presidente JK, com quem tinha proximidade, e nas

14 Sinteticamente, a crise do Iseb teve como protagonistas Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Este último levou (sem avisar o conselho) uma parte do livro de Jaguaribe, ainda no prelo, *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) para uma assembleia da UNE, expondo as posições do autor como entreguistas. Isso gerou uma crise política e ética que terminou com a saída dos dois autores. Detalhes e desfecho da crise estão em Sodré (1978, p. 27-53).

férias de 1959 mudou “pelo alto” os estatutos do Iseb, tornando o cargo de diretor designável por ato do ministro da Educação, e, simultaneamente, transformou o conselho em órgão apenas consultivo. Nesses novos termos, Corbisier teria continuado a ocupar a direção desde então e não mais por ter a aprovação do mentor intelectual do instituto. Jaguaribe avalia que isso teria tornado o Iseb um instrumento de propaganda eleitoral de Roland Corbisier, que estava se candidatando a deputado pela Guanabara. Foi nesse momento, em março de 1959, quando o pessoal do Iseb voltou do recesso das férias, que se soube da articulação de Corbisier diretamente no âmbito federal¹⁵. Jaguaribe, ao saber disso, demitiu-se do instituto, abandonando seu projeto em função do desvirtuamento que teria ali ocorrido.

Jaguaribe avalia que, devido à seriedade acadêmica de Roland Corbisier, os cursos regulares continuaram acontecendo e esse aspecto não foi negligenciado ou prejudicado. Mas, mesmo fazendo de forma discreta sua campanha política, isto é, sem “corromper” (nos termos de Jaguaribe) a instituição, o cientista político carioca avalia que havia se implantado no Iseb uma linha segundo a qual o instituto deveria fornecer novos membros à classe política (por meio parlamentar), “e não apenas ser uma instância de discussão dos problemas brasileiros” para aplicação das ideias resultantes aos projetos políticos desenvolvimentistas (JAGUARIBE, 2005, p. 37). A estratégia parece ter dado certo, pelo menos para Corbisier, que se elegeu em 1962 e, paradoxalmente, foi obrigado a sair da direção do instituto, de acordo com os dispositivos legais vigentes.

3ª fase (1962-1964): Álvaro Vieira Pinto assumiu a direção do Iseb. Segundo Jaguaribe, nessa fase, o instituto tornou-se “o centro vocalizador das exigências mais radicais do governo Goulart” (JAGUARIBE, 2005, p. 38). O ex-mentor intelectual do Iseb não esconde que isso o decepcionou e, tal como já havia avaliado como efeito *nocivo* a guinada de Vieira Pinto ao marxismo, aqui também demonstra sua decepção com a nova diretriz impressa ao instituto. Ele afirma que Vieira Pinto defendia a seguinte visão: o país estaria vivendo um processo revolucionário viável e, conseqüentemente, seria necessário radicalizar certas posições. O Iseb seria o instrumento para tais fins. Posição, portanto, frontalmente contrária aos objetivos de Jaguaribe.

Ciente das diferentes fases do Iseb e das análises que as acompanham, passo agora a destacar, para os objetivos deste artigo, as diferentes propostas editoriais do Iseb. Para efeito de simplificação, trato a periodização do Iseb considerando apenas duas fases: 1ª fase (1955-1960) — que acompanhou a fase do governo JK —, e 2ª fase

¹⁵ Corbisier tem outra visão sobre esse período. Ele entendia que os membros do Iseb poderiam, se quisessem, exercer atividade política parlamentar ou de outro tipo. Sobre as relações com Juscelino Kubitschek, nunca foi segredo que Corbisier tinha livre acesso ao presidente.

(1961-64) — que acompanhou a transição de Jânio Quadros para João Goulart e as reformas de base. A esta segunda fase corresponde o que entendemos por *último Iseb*.

3. AS DIFERENTES PROPOSTAS EDITORIAIS DAS DUAS FASES DO ISEB

Considerando que o objetivo do Iseb era formar um movimento de ideias no país, a fim de promover o avanço do desenvolvimento brasileiro, podem-se identificar ali diferentes orientações teóricas nas fases pelas quais passou. A seguir, essas fases serão referidas, exclusivamente no aspecto do surgimento de publicações que materializaram as posições desse movimento de ideias, formatando editorialmente, de maneiras distintas, esses estudos produzidos no pré-1964 no Brasil.

1) Publicações da fase juscelinista

A proposta editorial dessa fase indica o seguinte: os *isebianos de primeira hora* apresentavam-se como intelectuais públicos que pensavam um projeto nacional-desenvolvimentista a ser encampado pela burguesia brasileira¹⁶. Mostravam-se consciente e declaradamente como a autêntica *intelligentsia* brasileira. O eixo editorial, portanto, tinha um caráter institucional muito forte e, embora fosse um projeto nacionalista que intencionava opor-se aos grupos militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), não chegava a propor nenhuma medida que se projetasse para o lado mais propriamente popular, no sentido de classe.

As publicações desse período têm uma linguagem que conscientemente procurava demonstrar erudição científica e consistência teórica, com o objetivo de realizar a divulgação das ideias nacional-desenvolvimentistas ou, nos termos postos pelos próprios autores, de realizar um *movimento de ideias* que mobilizasse a burguesia brasileira para assumir o controle político dos destinos do país e que superasse o cartorialismo do Estado brasileiro.

Com esses objetivos, o Iseb também promovia cursos, e seu público-alvo — e consequentemente o público-alvo de suas publicações — era distinto daquele que viria a ser o dos *Cadernos do povo brasileiro*. Os locais de divulgação desse *movimento de ideias* eram a sede do próprio Iseb no Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia e outros lugares frequentados por uma certa elite — intelectuais, médicos e altos burocratas de Estado. Para os cursos regulares era exigida dos participantes a diplomação em curso superior, frequência regular e a apresentação de uma monografia final. Havia alguns cursos não regulares. Destes podiam participar pessoas sem diploma de nível superior, mas ainda assim ficavam circunscritos a um público-alvo mais elitizado — ou menos popular, por assim dizer.

¹⁶ Mesmo que para Nelson Werneck Sodré a revolução democrático-burguesa fosse apenas uma etapa para a posterior articulação de uma revolução proletária, por outro lado, para Helio Jaguaribe essa revolução deveria ser democrático-burguesa, nacional e autônoma, sendo admissível um certo grau de “via prussiana” autocrática e o uso do capital estrangeiro para realizá-la (o autor fará referências explícitas à necessidade de um Estado neobismarckiano, na sequência).

As publicações dessa fase do Iseb não chegavam sequer a se constituir numa espécie de coleção. Eram livros esparsos em que cada autor desenvolvia seu pensamento com base em suas conferências — às vezes, aulas inaugurais — ou em cursos promovidos pelo instituto. Os autores estavam circunscritos aos quadros do Iseb distribuídos nos vários departamentos. A ausência de uma editora, nos moldes da Presses Universitaires de France (como queria Jaguaribe), comprometeu o objetivo dessa intervenção prática.

2) Publicações do último Iseb

Nessa fase há algo novo. Aqui, a tendência a imprimir um caráter anti-imperialista ao nacionalismo vai atingir cores nunca vistas — pelo menos no Iseb até então. Isso tudo estimulado pelo processo de defesa das reformas de base, encampadas pelo governo João Goulart. Na verdade, as chamadas reformas de base derivavam da defesa de algumas reformas de estrutura¹⁷ propostas por várias forças, mas hegemonicamente, naquele momento, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁸, quando da mudança de posições promovida pela histórica “Declaração de março de 1958”¹⁹. Isso resultou na ilação — levada a cabo principalmente pelas forças reacionárias — de que o Iseb estaria dominado completamente pelos “comunistas”. A mesma inferência foi feita contra João Goulart, principalmente nos momentos das maiores crises vividas em seu breve governo, interceptado pelo golpe.

Impulsionado pelos fortes movimentos populares e sindicais que o período Jango conheceu, o *último Iseb* de fato participou ativamente da luta pelas reformas de base. E os tipos de publicações propostas nesse momento foram o resultado da influência dessa luta. Dentre elas, as duas principais — os *Cadernos do povo brasileiro* e a *História Nova do Brasil*²⁰. Ficou patente, portanto, nesse caso, a relação entre *meio e mensagem*, isto é, enquanto na fase juscelinista os autores se apresentavam como a autêntica *intelligentsia* de uma elite nacional (notadamente de uma burguesia nacional), os autores dos *Cadernos* se punham “a serviço do povo” — explicitando, em diversos momentos, que esse *povo* era concretamente uma classe determinada: o proletariado. Como já tivemos oportunidade de destacar, o autor do primeiro caderno acabou sendo a própria liderança de um movimento camponês, Francisco Julião, que escreveu *Que são as Ligas Camponesas?* Apesar de sua formação acadêmica como advogado e, inclusive, sua atuação nessa área, Julião integrou-se às Ligas, como militante.

17 “A viabilização dessa linha política [‘Declaração de março de 1958’] em sua [do PCB] ação prática terá por eixo de intervenção a luta pelas ‘reformas de estrutura’, que vieram a ser conhecidas por ‘reformas de base’.” (CUNHA, 2007, p. 97)

18 Antes da cisão entre PCB e PCdoB, quando o primeiro passa a ser designado Partido Comunista Brasileiro.

19 A “Declaração de março de 1958” acentuou a estratégia da revolução por etapas: primeiro a revolução nacional e democrática (antifeudal e anti-imperialista) e depois a revolução socialista. Propôs uma mudança tática, consagrando o caminho pacífico para a revolução, ao contrário do “Manifesto de agosto”, de 1950.

20 Neste artigo, vamos privilegiar o tratamento da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, que publicou o número significativo de 28 volumes, em dois anos. A coleção *História Nova do Brasil*, criada meses antes do golpe de 1964, só chegou a publicar quatro volumes e foi encerrada. Seus autores foram presos e barbaramente torturados.



Reprodução: diariodepernambuco.com.br

Continuando a comparação entre as duas fases do Iseb, destaco que, na fase juscelinista, publicavam-se livros escritos em linguagem mais formal-acadêmica e de conteúdo teórico eventualmente mais complexo. Ao contrário, a coleção em pauta foi um conjunto de cadernos escritos em linguagem propositadamente menos acadêmica, com a proposta de sua popularização. Se o objetivo das publicações e cursos da primeira fase era instrumentalizar a burguesia brasileira em um projeto nacional-desenvolvimentista, os *Cadernos* tinham uma proposta mais declaradamente mobilizadora das classes trabalhadoras, inclusive com um potencial revolucionário ausente na fase anterior — pelo menos do ponto de vista dessas classes. Enfim, se, na primeira fase, a crítica ao capital estrangeiro — embora assumisse tons candentes em alguns autores, especialmente Guerreiro Ramos — apontava, no geral, apenas para uma redefinição da noção de dependência (mudança para a qual Helio Jaguaribe foi determinante, sendo inclusive o primeiro autor a formular um conceito de dependência nos anos 1950), na fase dos *Cadernos* os autores eram portadores de uma perspectiva assumidamente anti-imperialista, e o nacionalismo ali defendido tinha esse conteúdo.

Daqueles *isebianos de primeira hora*, é importante ressaltar, haviam restado poucos. Dentre eles, os mais importantes eram Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. A despeito das diferenças entre os dois — tanto de ordem intelectual quanto política —, tinham estatuto teórico e intelectual para, caso quisessem, abandonar também o Iseb nessa fase de difícil sustentação do instituto. Isso com certeza teria sido pessoalmente mais cômodo para eles, e a história do instituto provavelmente acabaria ali. Mas os dois autores não debandaram, ao contrário, trabalharam no sentido de fortalecer o Iseb e usaram de muita criatividade — além de empreenderem sacrifícios de

ordem pessoal e acadêmica — para que a campanha de difamação intensamente desenvolvida contra o instituto não tivesse o desfecho que os conservadores pretendiam. Álvaro Vieira Pinto torna-se o diretor do Iseb (sem nenhuma verba estatal disponível para continuar o projeto) e os dois tornam-se os mentores da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, que, como se observará mais adiante, em dois anos alcançaria a marca de 1 milhão de exemplares vendidos.

4. O ÚLTIMO ISEB E A CAMPANHA DE DIFAMAÇÃO DAS FORÇAS DE DIREITA

Enquanto o Iseb continuava, a duras penas, tentando se sustentar do ponto de vista institucional, financeiro e político, uma outra organização de cunho militar se fortalecia. Tratava-se da Escola Superior de Guerra (ESG)²¹. Sua atuação não era tão explícita, pois as forças de direita tinham outros braços institucionais mais aparentes. Estamos falando do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), cujo braço político era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)²². A campanha anticomunista que esses dois organismos disseminavam assustava principalmente as classes médias conservadoras e reacionárias. Portanto, a eficácia da direita — nesse aspecto — vinha sendo construída havia um bom tempo.

Enquanto no Iseb da fase nacional-desenvolvimentista as proposições mascaravam as determinações de classe — e estavam conjugadas ao objetivo de superar o subdesenvolvimento, completando o capitalismo —, nos *Cadernos do Povo Brasileiro*, produzidos no *último Iseb*, aparecia justamente o contrário, ou seja, eram realizados esforços para fazer florescer as determinações de classe e propor um projeto de revolução brasileira. Esse discurso classista era insuportável para as forças que tentavam dar o golpe fatal na democracia desde os tempos do suicídio de Vargas (1954), pela tentativa de impedimento da posse de Juscelino (1955) ou, mais tarde, pelo golpe branco do parlamentarismo (1961).

Acabou ficando famosa uma frase de Tancredo Neves quando de seu depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Questionado sobre a relação entre o Iseb e a ESG, o político mineiro respondeu de forma perspicaz: “Na verdade, o Iseb foi criado para não ter a Escola Superior de Guerra, não é?” (NEVES, 1984, p. 86).

O nacionalismo militar de esquerda estava sendo sufocado pelas novas inflexões da ESG. Esse nacionalismo tinha sofrido um duro golpe com a derrota nas eleições de 1962 para o Clube Militar. Além disso, o embate entre as duas posições tinha se estabelecido muito antes, na segunda metade dos anos 1940, mais precisamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas, nos limites deste artigo, resta nesse ponto apenas assinalar como Nelson Werneck Sodré analisa o confronto entre as duas alas militares²³, durante o qual aquele setor antinacionalista é também cha-

21 Para um maior aprofundamento sobre a ESG podem ser consultados: Stepan (1975) e Oliveira (1976).

22 Detalhes do funcionamento desses institutos em Dreifuss (1981).

23 Um quadro mais completo dessa análise está em Sodré (1965).

mado de golpista. A situação era a seguinte: cada vez mais, principalmente após a recuperação do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, ia ficando clara a ofensiva reacionária que esses setores desenvolviam contra o Iseb — tomando como base o argumento de que o governo de João Goulart seria supostamente comunista²⁴.

Após a vitória das forças organizadas em torno da ESG, com a instalação da ditadura militar, notadamente no chamado “golpe dentro do golpe” a partir do AI-5, em 1968, essa estratégia passou a predominar com a perversidade característica. Tratava-se “de encontrar aquelas minorias” que seriam “os focos da ‘agitação’”, na explicação de Sodré sobre aquele raciocínio: “Ora, quando as ideias discrepantes eram levadas às massas”, o crime “dessas minorias tornava-se nefando e era necessário extirpá-lo cirurgicamente”. Resultado: “Isoladas as pessoas portadoras do vírus e submetidas ao tratamento adequado — tortura, prisão, demissão, exílio, banimento etc. —, a pátria estava salva, a sociedade, redimida” (SODRÉ, 1978, p. 68).

O IPM do Iseb, produzido após essa vitória das forças reacionárias, teve duas fases, descritas de forma impressionante por Sodré:

na primeira, tratou especificamente daquela instituição de cultura; na segunda, tornou-se vastíssima “sopa de pedra” em que foram mergulhados três ex-presidentes da República, meia dúzia de ex-ministros da Educação, sem falar em parlamentares, militares, professores, escritores, cineastas, teatrólogos, estudantes, dirigentes sindicais, editores, advogados, toda a sorte de pessoas, no fim das contas — todos aqueles que tinham compromisso com a democracia e procuravam servi-la, com erros e acertos —, antes que a “redentora” nos trouxesse aquilo que desconhecíamos desde os tempos coloniais: a tortura, o degredo, a pena de morte, a execração, o confisco, a infâmia como arma política (SODRÉ, 1978, p. 66-67).

Identificados com o Iseb, nesse espectro de perseguição e repressão, os *CADERNOS DO POVO BRASILEIRO* não poderiam ter outro destino: foram encerrados sumariamente pelo golpe militar de 1964.

5. OS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto nacional e internacional marcava fortemente os destinos do mundo, em meio à chamada Guerra Fria, e o Brasil ocupava importante papel estratégico nesse quadro. Era também um momento em que a questão terceiro-mundista emergia com grande força, o que significava, *grosso modo*, que os países periféricos não pertencentes nem ao chamado *Primeiro Mundo*, capitalista, nem ao *Segundo Mundo*,

24 “Era fácil perceber, desde os primeiros interrogatórios, o esquema em que estava metido o encarregado do IPM do Iseb, como peru de roda: o Iseb teria sido uma das organizações determinadas por Moscou, diretamente — nem mais, nem menos — para a luta ideológica e o controle da orientação governamental do Brasil.” (SODRÉ, 1978, p. 67)

comunista, poderiam agrupar-se sob a denominação de *Terceiro Mundo*²⁵, isto é, entre aqueles países que iriam procurar uma via própria de desenvolvimento.

As posições mais conservadoras ficavam muito assustadas com o fascínio que o socialismo despertava em povos de economia subdesenvolvida, em função da rapidez com que as forças produtivas progrediam nesses países. A Revolução Cubana acabara de acontecer, em 1959. A questão parecia ser, perigosamente, mais que ideológica. Significava, concretamente, que uma eventual opção pelo bloco liderado pela URSS poderia acelerar o desenvolvimento do país num ritmo mais desejável do que o oferecido pela pura e simples sujeição ao imperialismo estadunidense. Por isso muitos discursos apelavam para a defesa das tradições e das benesses da civilização ocidental contra a oriental, a fim de combater o mundo socialista. O anticomunismo, que inspirou muitas das posições reacionárias antes e depois do golpe de 1964, só é compreensível pelo entendimento e localização histórica da dicotomia comunismo *versus* capitalismo, nos moldes definidos pela “Guerra Fria”.

Em suma, a gênese e a função social dos *Cadernos do Povo Brasileiro* estão atreladas a esse momento da história mundial e suas influências. O destino que o mundo tomasse a partir desse quadro definiria o futuro do país e, no limite, de quase todos os vizinhos²⁶.



Volumes da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, série publicada pelo Iseb a partir de 1962

25 Os principais expoentes e articuladores dessas posições foram Nasser, no Egito, e Tito, na Iugoslávia. João Goulart chegou a manifestar simpatia pela adesão ao terceiro-mundismo.

26 Como posteriormente se observou, na sequência do golpe militar no Brasil, com a deflagração de golpes de Estado em outros países latino-americanos, tornando a região — à exceção de Cuba — um polo da estratégia geopolítica estadunidense.

5.1. A coleção: origens, visão geral e proposta editorial

Os *Cadernos* formavam um conjunto de 24 números temáticos consecutivos e um volume extra. Esses números temáticos eram de caráter histórico-político e econômico-social, conforme já ressaltamos na introdução. Completavam a coleção três volumes extras — de um total de 15 inicialmente previstos —, de caráter cultural, reunidos sob o título de *Violão de rua: poemas para a liberdade*. A coleção completa — totalizando 28 números — foi publicada no período de 1962 a 1964, quando sua produção foi interrompida pelo golpe militar. É importante registrar que os volumes extras de caráter cultural foram publicados, a partir de 1962, concomitantemente aos números temáticos. Portanto, podemos dizer que a partir de um dado momento coexistiram duas maneiras de editar a mesma coleção e, lamentavelmente, a ditadura militar acabou, de um só golpe — com ou sem trocadilho —, com ambas.

Os *Cadernos* têm diferentes autores, mas com temáticas coordenadas entre si, como se percebe pelo quadro abaixo:

Volume	Autor, ano de lançamento e título
1	JULIÃO, Francisco (1962). <i>Que são as Ligas Camponesas?</i>
2	SODRÉ, Nelson Werneck (1962). <i>Quem é o povo no Brasil?</i>
3	PEREIRA, Osny Duarte (1962). <i>Quem faz as leis no Brasil?</i>
4	PINTO, Álvaro Vieira (1962). <i>Por que os ricos não fazem greve?</i>
5	GUILHERME, Wanderley (1962). <i>Quem dará o golpe no Brasil?</i>
6	THEOTÔNIO JÚNIOR (1962). <i>Quais são os inimigos do povo?</i>
7	COSTA, Bolívar (1962). <i>Quem pode fazer a revolução no Brasil?</i>
8	HOLANDA, Nestor de (1963). <i>Como seria o Brasil socialista?</i>
9	OLIVEIRA, Franklin de (1963). <i>Que é a revolução brasileira?</i>
10	SCHILLING, Paulo R. (1963). <i>O que é reforma agrária?</i>
11	MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá (1963). <i>Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?</i>
12	MONTEIRO, Sylvio (1963). <i>Como atua o imperialismo ianque?</i>
13	MIGLIOLI, Jorge (1963). <i>Como são feitas as greves no Brasil?</i>
14	HOFFMANN, Helga (1963). <i>Como planejar nosso desenvolvimento?</i>
15	GUERRA, Aloísio (1963). <i>A Igreja está com o povo?</i>
16	MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno (1963). <i>De que morre o nosso povo?</i>
17	BAILBY, Eduard (1963). <i>Que é o imperialismo?</i>

18	DUARTE, Sérgio Guerra (1963). <i>Por que existem analfabetos no Brasil?</i>
19	PINHEIRO, João (1963). <i>Salário é causa de inflação?</i>
20	RAMOS, Plínio de Abreu (1963). <i>Como agem os grupos de pressão?</i>
21	CHACON, Vamireh (1963). <i>Qual a política externa conveniente ao Brasil?</i>
22	SANTA ROSA, Virgínio ⁽¹⁾ (1963). <i>Que foi o tenentismo?</i>
23	PEREIRA, Osny Duarte (1964). <i>Que é a Constituição?</i>
24	SOBRINHO, Barbosa Lima (1963). <i>Desde quando somos nacionalistas?</i>
Extra	OLIVEIRA, Franklin ⁽²⁾ (1962). <i>Revolução e contrarrevolução no Brasil.</i>
Extra	Vários autores ⁽³⁾ (1962). <i>Violão de rua: poemas para a liberdade</i> (vol. I).
Extra	Vários autores (1962). <i>Violão de rua: poemas para a liberdade</i> (vol. II).
Extra	Vários autores (1963). <i>Violão de rua: poemas para a liberdade</i> (vol. III).

(1) Trata-se da 2ª edição do livro *O sentido do tenentismo*, publicado originalmente em 1933. Há prefácio de Nelson Werneck Sodré, explicando a relevância da reedição naquele momento e naquele formato.

(2) Este volume extra, de autoria de Franklin de Oliveira, foi escrito originalmente em 1961, conforme apresentação do autor. Foi publicado em 1962, ainda com capa distinta do modelo que vai caracterizar a coleção. Em ordem cronológica, o caderno nº 9, *Que é a revolução brasileira?*, do mesmo autor, foi publicado no ano seguinte (1963), fazendo referências bibliográficas àquele volume extra. Quando esse volume avulso teve sua 3ª edição, em 1962, apareceu, finalmente, com formato e capa da coleção. Os organizadores justificam sua edição no formato da coleção, chamando-o de *pré-Caderno do povo brasileiro*.

(3) Em paralelo com os volumes numerados, são publicados os volumes de *Violão de rua*, com poemas de Geir Campos, Moacyr Felix, Ferreira Gullar, Affonso Romano de Sant'Anna, Vinicius de Moraes, Solano Trindade, Clóvis Moura e José Carlos Capinam, entre outros.

Pelos títulos da coleção — diretos, explosivos e na forma de questionamento — percebe-se que incidiam diretamente nas questões centrais e candentes do debate político daquele momento. Por meio da conjugação desses temas, títulos e autores, a expectativa dos diretores responsáveis pela coleção — Ênio Silveira (editor da histórica *Civilização Brasileira*) e Álvaro Vieira Pinto — era de que os *Cadernos* fossem instrumento para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional. Embora não exista, como praxe, uma apresentação dos organizadores em cada volume da coleção, essa perspectiva foi captada nos dados biográficos sobre Ênio Silveira, bem como nas propostas de Vieira Pinto enquanto presidia o *último Iseb*.

As pistas deixadas na própria publicação estão nas chamadas de contracapa. Nos dois primeiros volumes, registram o seguinte:

Os grandes problemas de nosso país são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.* LEIA-OS, COMENTE-OS, DIVULGUE-OS.

Tudo indica que nenhum caderno superou a impressionante tiragem do volume escrito por Álvaro Vieira Pinto, com seu sugestivo título *Por que os ricos não fazem greve?* Essa publicação teve consecutivas edições e chegou a 100 mil exemplares vendidos

A partir do terceiro número, a contracapa trará uma mensagem mais ampla, que irá se repetir até o final da coleção:

Centenas de milhares destes cadernos circulam hoje nos quatro cantos do país. São lidos, comentados, debatidos por todos aqueles que, insatisfeitos com a triste realidade da vida nacional, querem informar-se sobre nossos graves problemas.

Por todos os brasileiros que desejam participar conscientemente do movimento cada vez mais pujante e positivo que objetiva promover transformações radicais na anacrônica e injusta estrutura socioeconômica em que nos encontramos.

Por todos aqueles, em suma, que acima de suas posições ideológicas ou partidárias, lutam pela emancipação do Brasil contra o imperialismo internacional e seus agentes internos.

Agindo com amplitude e profundidade, os *Cadernos do Povo Brasileiro* são a chama que ilumina, a arma de que o povo dispõe para a conquista de melhores dias.

Fica evidente, assim, o caráter popular da publicação. A tiragem e a linguagem confirmam essa hipótese de popularização dos *Cadernos*: eles apresentavam um formato de bolso, eram escritos em linguagem acessível. Cada tiragem inicial era de, pelo menos, 20 mil exemplares:

Com tiragens de 20 mil exemplares, muito significativas em 1963, esses pequenos volumes eram lidos e discutidos em centros acadêmicos, debatidos no e com o CPC, e exerceram significativo papel conscientizador (SILVEIRA, 1994, p. 12).

Alguns volumes eram reeditados e cada tiragem tinha novamente 20 mil exemplares ou mais. Pensando-se nos leitores que tiveram acesso aos volumes, esse número de pessoas atingidas pela publicação aumentava potencialmente, pois os li-

Toda essa herança foi pautada por um conjunto de esforços que, embora de forma “desigual e combinada”, relegada muitas vezes a segundo plano, submetida ao silêncio ou à desqualificação, sobreviveu e serve de importante referência para as lutas contra as forças de direita que avançam cada vez mais sobre o nosso país no momento presente

vros passavam de *mão em mão*, multiplicando os leitores. E, até aqui, estamos falando somente dos 24 números consecutivos e do volume extra, sem contar ainda os três volumes de poemas. No entanto, tudo indica que nenhum caderno superou a impressionante tiragem do volume escrito por Álvaro Vieira Pinto, com seu sugestivo título *Por que os ricos não fazem greve?* Essa publicação teve consecutivas edições e chegou a 100 mil exemplares vendidos! No total, estima-se que foram publicados e vendidos em torno de 1 milhão de exemplares! Se ainda hoje esse patamar de tiragem é altíssimo, imagine naquele momento pré-1964²⁷.

Quanto ao caso dos três volumes extras, *Violão de rua: poemas para a liberdade*, seu contexto de formação é particularmente interessante. Eles foram organizados pelo Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE, na linha editorial proposta pelos diretores Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto. No primeiro volume, o CPC anuncia claramente o objetivo da publicação, em sua introdução:

sem qualquer pretensão de realizar uma completa antologia, [a série] visa divulgar poetas que usam seus instrumentos de trabalho para participar, de modo mais direto, nas lutas em que ora se empenha o povo brasileiro, revolucionariamente voltado para as exigências de um mundo melhor e mais humano.

A diferença em relação aos volumes *Violão de rua* é que o próprio CPC organizava o conteúdo de suas edições — com a chancela da Civilização Brasileira — através da UNE Volante, pela qual várias manifestações de arte eram levadas aos debates sobre a reforma universitária no Brasil inteiro, através de apresentações teatrais, musicais etc., como forma de complementar — com programas culturais — a eventual aridez das necessárias discussões sobre as reformas de base. A UNE Volante tornou-se, com isso, uma das mais sensacionais formas de divulgação em massa dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e promoveu uma integração estudantil sem precedentes.

27 Os detalhes dessa estimativa e seus cálculos estão publicados em minha tese de doutorado, já citada.

Em prefácio ao livro de depoimentos de ex-integrantes do CPC organizado por Jalusa Barcellos no início da década de 1990, *CPC: uma história de paixão e consciência* (1994), Ênio Silveira explica o surgimento dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e como sua divulgação se ligou ao CPC. O Centro Popular de Cultura “foi ganhando foro cada vez mais amplo e autônomo, sem perder, contudo, aquele caráter de ‘agit-prop’” (SILVEIRA, 1994, p. 11). A Civilização Brasileira publicava a coleção numerada antes do surgimento dos volumes de *Violão de rua*, mas ambas as séries passaram a ser concomitantes. O CPC já tinha participação na divulgação dos volumes anteriores. Silveira narra sua satisfação com o projeto:

faço questão de declarar aqui, com justificado orgulho, que também contribuí com minha chegada pessoal para o progresso e o fortalecimento do CPC da UNE. Presidente e principal acionista da editora Civilização Brasileira (onde tinha a valiosa cooperação de muitos intelectuais citados antes, como Moacyr Felix, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Alex Viany, Dias Gomes) e publicando livros que mantinham grande sintonia com os propósitos do CPC — notadamente, a coleção de livros populares, em formato de bolso, que foi a série dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte de sua difusão em todo o país, assegurando ao CPC a comissão de distribuidor (50% do preço de venda ao público) (SILVEIRA, 1994, p. 11).

Esse tipo de acordo dava ao CPC uma participação importante na venda dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e isso significava muito na estratégia de autossustentação das atividades que eram levadas para todo o público estudantil. O formato de bolso foi proposto para popularizar — e, de certa maneira, facilitar — não só o acesso aos livros, mas também a leitura propriamente dita.

É interessante a maneira como o editor caracteriza o espírito que permeava os anos 1960, situando a importância cultural do CPC e a propagação dos *Cadernos*: “É evidente que o fenômeno não surgiu por um passe de mágica, nem foi manifestação isolada de um projeto de renovação cultural” (SILVEIRA, 1994, p. 10). Esse tipo de preocupação com a tomada de consciência dos problemas nacionais era uma constante à época. Tratava-se de “pôr em marcha esforços consequentes para a urgente revisão crítica de velhos conceitos” (SILVEIRA, 1994, p. 10). E esse foi se tornando um movimento multiplicador. A principal referência apontada pelo editor é o “importantíssimo papel” que o Iseb desempenhou nessa fase, citando os autores com os quais planejou os *Cadernos*:

Com Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e vários outros brilhantes intelectuais a comandá-lo, ele [o Iseb] teve uma importância seminal para dar ao país uma visão mais objetiva e autoconfiante, para apontar vícios de estrutura que deveriam ser eliminados para que ele pudesse encontrar o melhor caminho para a materialização de suas mais legítimas aspirações nacionais (SILVEIRA, 1994, p. 10).

O período do Iseb ao qual Silveira se refere é o das reformas de base. Essa fase era de plena campanha das forças de direita contra o Iseb, e, como parte dessa estratégia, desde 1961 as verbas para o instituto tinham sido cortadas, deixando todo o projeto vulnerável²⁸. Foi aí que a generosa presença da Civilização Brasileira, através de seu editor, possibilitou a condição de alguns projetos não serem desestimulados por completo. E, fundamentalmente, a dedicação de Vieira Pinto e Werneck Sodré nessa fase levaram à criatividade da proposta das duas coleções já citadas: os *Cadernos do Povo Brasileiro*, sob a coordenação do primeiro e de Ênio Silveira, e a coleção *História Nova do Brasil*, sob a coordenação de Sodré. Ambos convidariam os alunos recém-egressos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), no Rio de Janeiro, para escrever textos para as duas coleções. O trabalho não seria remunerado, mas os iniciantes teriam seus textos publicados sob a chancela do Iseb e, no caso dos *Cadernos*, também sob a chancela da Civilização Brasileira. Não era pouco.

6. CONCLUSÃO: O FIM DO ISEB E DE SUAS PUBLICAÇÕES E A IMPORTÂNCIA DA RECUPERAÇÃO DE SEU LEGADO INTELECTUAL E POLÍTICO, ESPECIALMENTE O DO ÚLTIMO ISEB

A experiência isebiana de seus intelectuais públicos, em geral, e dos autores e diretores dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, em especial, bem como dos poucos volumes da coleção *História Nova do Brasil* (que vieram à luz já quase às vésperas do golpe), puderam selar uma grande contribuição às lutas dos trabalhadores no século XX. Seu legado continua atual e merece ser conhecido e, mais que isso, reconhecido.

Toda essa herança foi pautada por um conjunto de esforços que, embora de forma “desigual e combinada”, relegada muitas vezes a segundo plano, submetida ao silêncio ou à desqualificação, sobreviveu e serve de importante referência para as lutas contra as forças de direita que avançam cada vez mais sobre o nosso país no momento presente. O Iseb que caminhou do nacional-desenvolvimentismo para a revolução brasileira é referência para as lutas contemporâneas.

No caso do *último Iseb* e da experiência inédita dos *Cadernos*, a publicação influenciou sobre setores de toda a sociedade da época, não só por uma tiragem numerosa, mas pelo esforço de entidades que se responsabilizaram por sua divulgação em âmbito nacional, e pelo envolvimento de militantes e de intelectuais com vistas à efetivação de um projeto nacionalista revolucionário. Inclusive, indico fortemente, a quem

28 Sodré (1978), ao se referir a essa campanha de difamação promovida contra o Iseb, fala do corte de verba: “A campanha usaria, finalmente, de processo inédito: em 1961, o Iseb ficaria privado de sua verba orçamentária, era excluído do orçamento. Ocorreria na Câmara, tão simplesmente, a subtração, nas folhas do Ministério da Educação, do item referente ao Iseb; a rubrica *Iseb* desaparecera. Quando, ao iniciar os seus trabalhos, em 1961, o Iseb planejou suas atividades, a administração se deparou com a extraordinária singularidade: não dispunha de verba para coisa alguma. Corre daqui, corre dali, verificou-se a anomalia. E já não havia como saná-la: Kubitschek passara o governo a Jânio Quadros, mudara o ministro da Educação, nada se podia fazer. O curso regular teve de ser suspenso. Com redobrado esforço e sacrifício dos professores, foram impulsionados os cursos extraordinários, os seminários, as conferências, no Iseb ou fora dele. Nunca trabalhamos tanto.” (SODRÉ, 1978, p. 64)

Nelson Werneck Sodré explica que a campanha contra o Iseb foi uma das mais poderosas já orquestradas no Brasil e que, com esse intuito, a direita fazia uso muito eficaz dos meios de comunicação. Explica também que uma dada intelectualidade paulista nada fez contra essa campanha e, sob certos aspectos, aprofundou-a

puder ter a experiência de ler todos os seus volumes — que estão à disposição em sua totalidade²⁹—, que o faça, pois poderá ter o privilégio de sentir o que foi a efervescência daquele momento histórico, bem como reter o aprendizado atual de suas páginas, num “Brasil contado pelos cadernistas”. Lendo-se agora, em pleno século XXI, a descrição histórica trazida por eles, é possível ter um quadro do Brasil desde o processo de colonização até as vésperas do golpe. Aliás, a coleção ajudou também a configurar uma imagem do restante da América Latina e do mundo bipolar da “Guerra Fria”. Paralelamente, além da sua função social naquele momento da história brasileira, os *Cadernos* funcionaram como um elemento de agitação e propaganda na luta de classes do Brasil. Prova disso foi a discussão que suscitaram após sua inserção nos sindicatos, nas fábricas, nas Ligas Camponesas, na UNE, no CPC, no CGT, nos partidos, nas próprias universidades etc.

A coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* mostrou, portanto, como o Brasil tinha sido e como o Brasil poderia ser. Essa é a diferença.

Nelson Werneck Sodré, em texto escrito na década de 1980³⁰, estava atento às análises produzidas sobre o Iseb no pós-1964. E deu excelentes indicativos de como o

29 Pela editoria do *blog marxismo21* (cujo portal foi inaugurado em 2012), da qual participo, organizamos e publicamos em 2018 o acesso a cada um dos 28 volumes da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, que consta da seção “Memória de esquerda”. Link: <https://drive.google.com/drive/folders/1Cc0xe9rq1mBoMGpm7RO54D1OTdeUAhsv>.

30 Sob o título “O problema do Iseb”, faz parte do livro, publicado em 1985 e reeditado em 1987, *História e materialismo histórico no Brasil*.

problema do Iseb foi tratado, principalmente em São Paulo, mais especificamente na USP. Ele explica que a campanha contra o Iseb foi uma das mais poderosas já orquestradas no Brasil e que, com esse intuito, a direita fazia uso muito eficaz dos meios de comunicação. Explica também que uma dada intelectualidade paulista nada fez contra essa campanha e, sob certos aspectos, aprofundou-a. Sodré afirma que “em nosso país e no exterior, a sigla Iseb despertava paixões, por vezes infrenes, e provocava e mantinha curiosidade”. E que:

Se, do ponto de vista da luta ideológica, suscitou controvérsias violentas, teve o condão, paralelamente, de despertar calorosa inveja nos meios universitários, principalmente em São Paulo: os donos de algumas cátedras, habituados ao monólogo e embalados no empirismo, sentiam-se diminuídos pelo gigantesco prestígio de que desfrutava o Iseb em certa época. Eles viviam na redoma universitária; o Iseb ampliava a ressonância do que fazia pelo país inteiro e chegava ao exterior (SODRÉ, 1987, p. 77).

Mas a questão não se resumia a esse aspecto, evidentemente. Sob a sua aparência, revelava-se uma essência de ordem teórica e metodológica. Segundo Sodré, haveria pelo menos duas ordens de problemas. A primeira dizia respeito à natureza da formação oferecida pela USP, caracterizada por insuficiências notórias “no campo das ciências da sociedade” (SODRÉ, 1987, p. 79). A segunda era o cultivo do modelo da ciência do particular — que ele afirma ser um problema não só da USP, mas, de maneira geral, de toda universidade brasileira —, isto é, de um modelo tomado emprestado das universidades estadunidenses, que refletia o empirismo dominante nas ciências humanas, “como acontece com os chamados *brazilianists*”:

Trata-se de uma numerosa coleção de fatos, sem chegar à relação que os une. É o domínio do particular. E não há ciência do particular, só há ciência do geral, já dizia o mestre. Via de regra — e só se discute à base da regra e não da exceção —, as teses, lá como cá, resumem-se em arrolamentos mais ou menos extensos de dados, de material bruto. São trabalhos de Sísifo, porque não abandonam o nível do particular, e o particular é infinito. Resultam do esforço — às vezes apenas físico — da acumulação informativa. Seus autores sabem tudo e não sabem nada: sabem tudo a respeito de determinado fenômeno ou processo e não sabem nada desse fenômeno ou processo. Os trabalhos resultantes são necessários, como fonte, aos estudiosos: constituem a pesquisa preliminar, a montagem de andaimes informativos, que cada um deve realizar, antes da análise de temas propostos (SODRÉ, 1987, p. 78-79).

Considerando esses dois pressupostos equivocados, Sodré diz que “a incompreensão e a animadversão ao Iseb” foram “notas dominantes no círculo docente universitário paulista” (SODRÉ, 1987, p. 77). Sodré direciona sua crítica, pelo menos nesse texto, aos autores Carlos Guilherme Mota, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Fran-

Sodré expõe cruelmente como a autofagia entre as forças de esquerda, ou pretensamente de esquerda, só leva a um vitorioso: a classe dominante



Arquivo

Sede do Iseb, na rua das Palmeiras, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, em 1955. Hoje o local abriga o Museu do Índio

cisco Weffort. Em relação a Caio Navarro de Toledo, embora o considere um intérprete honesto (atributo que não reserva a Mota), Sodré faz ressalvas às insuficiências de sua formação uspiana e ao fato de que seu trabalho sobre o Iseb tinha sido defendido na Unesp de Assis. Discorda de alguns pontos da análise de Toledo por considerar equivocada a tese de que o Iseb teria sido uma fábrica de ideologias, e faz ressalvas a outros aspectos de sua análise por considerar o Iseb uma fábrica de ideologias. É implacável contra a banca que aprovou sua pesquisa, notadamente Maria Sylvia de Carvalho Franco e Francisco Weffort, pois seriam pessoas que “se supõem conhecedoras do Iseb e não fazem mais do que lhe falsear a imagem” (SODRÉ, 1987, p. 80).

Sem deixar de reconhecer que o Iseb cometeu erros, Sodré esclarece que, no que diz respeito à perseguição sofrida pelo instituto em função de suas posturas progressistas, principalmente às vésperas do golpe, quando a campanha foi brutal, “a chamada intelectualidade paulista e os quadros universitários docentes assistiram a tudo do ponto de vista de Sirius”, como se nada tivessem a ver com isso, e marcando

posição típica da “cumplicidade dos omissos” (SODRÉ, 1987, p. 80). Ele mostra o resultado a que isso levou no pós-1964: apenas num primeiro momento “a tempestade arrasou o Iseb”. Depois “arrasou também a USP, e a enxurrada carregou os omissos — não todos, evidentemente, pois salvaram-se, isto é, permaneceram em suas cadeiras, alguns rapazes de bom comportamento” (SODRÉ, 1987, p. 80). Sodré expõe cruelmente como a autofagia entre as forças de esquerda, ou pretensamente de esquerda, só leva a um vitorioso: a classe dominante.

Enfim, por todo o exposto até aqui, e sendo momento de terminar este já longo artigo, entendo e defendo que a postura da historiografia hegemônica de simplesmente estigmatizar o pré-1964, bem como o conjunto de forças políticas atuantes naquele momento (o Iseb, seus expoentes e, por consequência, os *Cadernos do Povo Brasileiro* e demais publicações), leva ao que Sodré aponta: um único vitorioso no embate da luta de classes — as forças dominantes — e, nesse caso, notadamente no aspecto da luta ideológica. Portanto, de fato a crítica teórica e política àqueles que eventualmente ainda consideram o Iseb, como um todo, e os *Cadernos do Povo Brasileiro*, em particular, apenas como instrumentos de *agitação e propaganda* com estilo pedagógico autoritário, de caráter histórico-panfletário e resultado político-manipulatório (como afirmado em CHAUÍ, 1982). O resgate da importância do Iseb e de seus autores passa pelo embate crítico decisivo com uma historiografia hegemônica e acomodada na explicação do suposto colapso do populismo de 1964. Passa também pela construção de uma historiografia comprometida com uma perspectiva de classe, na luta do trabalho contra o capital.

* Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), *campus* Marília. Autora de *A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe: os tempos do Iseb* (2010). Líder do Grupo de Pesquisa “Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano” (Pepo), pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj).

E-mail: angel.lovatto@gmail.com

► Texto recebido em 26 de julho de 2021; aprovado em 27 de julho de 2021.

- ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do Iseb. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. **Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'Iseb**. 1975. Tese (Doutorado) — Université René Descartes, Paris V, Paris, 1975.
- BARIANI, Edison. Iseb: fábrica de controvérsias. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 45, fev. 2005a. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/045>. Acesso em: 25 maio 2021.
- _____. Uma intelligentsia nacional: Grupo de Itatiaia, Ibesp e os “Cadernos do nosso tempo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p.249-256, mar.-ago. 2005b.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BUONICORE, Augusto. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica. Parte 1. **Grabois**, São Paulo, 6 jan. 2015a. Disponível em: <www.grabois.org.br/portal/autores/148728-39935/2015-01-06/centro-popular-de-cultura-da-une-critica-a-uma-critica-1-parte>. Acesso em: 21 maio 2021.
- _____. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica. Parte 2. **Grabois**, São Paulo, 13 jan. 2015b. Disponível em: <www.grabois.org.br/portal/autores/148727-39935/2015-01-13/centro-popular-de-cultura-da-une-critica-a-uma-critica-2-parte>. Acesso em: 21 maio 2021.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre alguns “Cadernos do Povo Brasileiro” e o Manifesto do CPC. In: _____. **O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CUNHA, Paulo. Prefácio. In: _____. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão (1958-1968)**. 2009. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. 3.ed. Lisboa: Estampa, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Cedec; Paz e Terra, 1978.
- _____. Apresentação. In: TOLEDO, Caio Navarro. **Iseb: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982.
- JAGUARIBE, Helio. O Iseb e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Cadernos para todos os tempos. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, out.-dez. 2016.
- LOVATTO, Angélica. **A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe: os tempos do Iseb**. São Paulo: Xamã, 2010a.
- _____. **Os “Cadernos do Povo Brasileiro” e o debate nacionalista no Brasil: um projeto de revolução brasileira**. 2010. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010b.
- MIGLIOLI, Jorge. O Iseb e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- NEVES, Tancredo. **Tancredo Neves: depoimento**. [Entrevista concedida ao] CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

- OLIVEIRA, Eliezer R. de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. **Dualidade e revolução no pensamento isebiano**: as visões de Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. 1999. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e ideologia nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, Alexandro Eugenio. Intelectuais, política e cultura na formação do Iseb. In:
- RAMOS, Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- SANTOS, Joel Rufino dos. "História Nova": conteúdo histórico do último Iseb. In:
- SANTOS, José Vicente T. dos. **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo; Campinas: Ícone; Editora da Unicamp, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **O pensamento nacionalista e os "Cadernos do nosso tempo"**. Brasília: UNB; Câmara dos Deputados; Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 1979.
- SILVEIRA, Ênio. **Editando o editor**: depoimento. In: FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). Entrevistadoras: Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE**: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o Iseb**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- _____. **História da "História Nova"**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **História e materialismo histórico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Global, 1987.
- _____. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do Iseb. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.
- _____. **Iseb**: fábrica de ideologias. 1. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. **Iseb**: fábrica de ideologias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. Organização, estrutura e trajetória do Iseb. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do Iseb. Rio de Janeiro: Revan, 2005b.

Álvaro Vieira Pinto e a dialética da informação

Álvaro Vieira Pinto and the information dialectics

marcos dantas*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.003>



Reprodução: alvarovieirapinto.org

Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) destacou-se por sua posição materialista e dialética a respeito da realidade nacional subdesenvolvida e por sua atividade político-intelectual em defesa do desenvolvimento autônomo do Brasil durante o século XX

RESUMO

Este artigo se propõe a expor e examinar o conceito dialético-materialista de informação elaborado pelo filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto em relação com teorias e autores que desenvolveram a teoria da informação e a cibernética nos anos 1950 a 1970, tempo em que Vieira Pinto desenvolveu seu pensamento. A fonte básica é o segundo volume do seu tratado postumamente publicado, *O conceito de tecnologia*. O artigo tem por objetivo, primeiramente, chamar a atenção para a extrema originalidade, mesmo no campo marxista, da abordagem dialética de Vieira Pinto sobre informação. Em segundo lugar, nas conclusões, chama a atenção para a importância de suas ideias serem incorporadas à atual agenda teórica e política, considerando as características do capital-informação contemporâneo.

Palavras-chave: Vieira Pinto. Informação. Cibernética. Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to expose and examine the dialectical-materialist concept of information elaborated by the Brazilian philosopher Álvaro Vieira Pinto in relation to theories and authors who developed the theory of information and cybernetics in the 1950s and 1970s, when Vieira Pinto developed his thought. The basic source is the second volume of his posthumously published treatise, *The concept of technology*. The article aims, firstly, to draw attention to the extreme originality, even in the Marxist field, of Vieira Pinto's dialectical approach to information. Secondly, in the conclusions, it draws attention to the importance of his ideas being incorporated into the current theoretical and political agenda, considering the characteristics of contemporary information capital.

Keywords: Vieira Pinto. Information. Cybernetics. Work.

INTRODUÇÃO

A informação é “uma forma de movimento da matéria”, afirma Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 379). Definição surpreendente! Para Manuel Castells, um dos mais conhecidos teóricos da assim chamada “sociedade da informação”, citando, por sua vez, o economista Marc Porat, “informação são dados que foram organizados e comunicados” (PORAT apud CASTELLS, 1999, p. 45, nota 27). Em Vieira Pinto, informação é uma forma de movimento, assim como as águas de um rio também estão em movimento. Para Castells, Porat e tantos outros e outras, informação é como se fosse uma “coisa”, um “objeto” que foi organizado, isto é, que já está lá para ser usado ou comunicado. São claramente distintas as duas definições e conceitos. E são claramente distintas essas duas abordagens, com todas as suas consequências epistemológicas, teóricas e mesmo político-econômicas, porque Vieira Pinto constrói um conceito de informação a partir de uma rigorosa abordagem materialista-dialética dos fenômenos informacionais, enquanto Marc Porat e, com ele, Manuel Castells enunciam uma definição positivista com base no senso comum.

O pensamento de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) vem sendo estudado de forma consistente desde os anos 1980 e 1990 (GONZATTO; MERKLE, 2016), porém é ainda pouco difundido mesmo entre nós brasileiros¹. Talvez não seja equivocado afirmar que, por outro lado, o interesse pelas suas ideias cresceu após a publicação póstuma, pela editora Contraponto, do seu volumoso *O conceito de tecnologia* (VIEIRA PINTO, 2005). Mas boa parte da sua obra está esgotada, é difícil de ser encontrada. Graduado inicialmente em medicina, profissão que chegou a exercer, formou-se adiante em física, matemática e lógica, vindo a ser professor na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Intelectualmente foi primeiro influenciado por Heidegger, um filósofo alemão que debatia, de um ponto de vista fenomenológico, a relação entre sociedade e tecnologia nos anos 1930-1940, tendo em conjunto com muitos outros pensadores apresentado uma visão negativa, pessimista, da relação entre o ser humano e suas tecnologias. Provavelmente dessa relação original Vieira Pinto tenha tido os seus primeiros contatos com o tema da tecnologia. Nos anos 1950-1960, Vieira Pinto adere ao marxismo, passa a integrar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e torna-se um dos mais profícuos pensadores do desenvolvimentismo brasileiro, dialogando e convivendo com Paulo Freire, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e tantos outros envolvidos naquele projeto de pensar o Brasil como uma potência industrial, além de socialmente justa, nos anos que se seguiriam. Projeto frustrado pelo golpe de 1964.

O golpe obrigou Vieira Pinto a se exilar. Ele passa um período na Iugoslávia, depois vai para o Chile, onde provavelmente trava contato com as ideias cibernéticas

1 Para mais detalhes da vida e obra de Alvaro Vieira Pinto, ver o verbete “Álvaro Vieira Pinto” na Wikipédia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Álvaro_Vieira_Pinto>. Ver também a Rede de Estudos Álvaro Vieira Pinto: <www.alvarovieirapinto.org>. Gonzatto e Merkle (2016) e Freitas (2005) nos fornecem também amplo apanhado de sua vida, obra e pensamento, incluindo referências a outros autores e autoras que têm estudado a sua obra.

que então mobilizavam um grupo de teóricos e tecnólogos chilenos na organização e implantação de uma rede de comunicação similar à que um dia seria chamada de internet. Volta ao Brasil em 1968 e passa a viver aqui de traduções, quase sempre assinadas por algum pseudônimo. Ele não está clandestino, mas também não pode se expor. E é nesse período que se dedica aos estudos e à redação daquele poderoso tratado que termina de escrever em 1974, mas só veio à luz em 2005. Entre os livros que traduziu, sob pseudônimo, conforme Gonzatto e Merkle, está *Teoria geral dos sistemas*, obra seminal de Ludwig von Bertalanffy, e também títulos de Noam Chomsky, Jean Piaget, Hans Rapp, West Churchman, John Postgate, autores que, escrevendo sobre cibernética, linguagem, biologia ou teoria de sistemas, certamente contribuíram para aprofundá-lo nesses temas e elaborar as ideias que desenvolveria nessa época.

Por duas vezes, no texto introdutório acima, está escrito “provavelmente”. Há lacunas na formação do pensamento de Vieira Pinto que mesmo estudiosos mais avançados ou mais conhecedores do que eu, com os quais dialoguei pessoalmente, têm dificuldade de preencher². Gonzatto e Merkle (2016, p. 287) admitem que sua obra “ainda permanece de difícil acesso e tímida circulação”. A questão, entre outras que podemos suscitar, pensando no que era a sociedade brasileira na primeira metade da década 1970 e pensando também no que era a *agenda* da esquerda brasileira e sul-americana no final dos anos 1960 e nos primeiros anos 1970, é esclarecer as influências que levaram Vieira Pinto a se entregar tão profundamente a uma investigação que parecia tão distante da nossa realidade e dos temas que nos mobilizavam àquela época: o *conceito dialético de informação*. Porém, antecipemos: não é questão a que se possa ou se pretenda responder neste artigo. Aqui, apenas, pretende-se apresentar o conceito de Vieira Pinto aos leitores, em diálogo com outros pensadores e cientistas; e sugerir, ao final, alguns desdobramentos teóricos e políticos. A rigor, até hoje, no campo marxista e nos demais segmentos da esquerda, esse é um tema quase nunca abordado, ou, se abordado, não o será de forma muito distinta daquela de Manuel Castells.

Vieira Pinto, no Chile, já tinha escrito, com base em palestras, o também volumoso *Ciência e existência* (VIEIRA PINTO, 1979). Nessa obra ele trata de um tema que de fato estava na agenda, na medida em que, como dito acima, Heidegger e tantos outros pensadores, a partir da Segunda Guerra Mundial, a exemplo de Theodor Adorno, Jacques Ellul (com quem ele muito dialoga criticamente), Gilbert Simondon, Herbert Marcuse, o primeiro Habermas, vinham discutindo e tentando entender essa relação entre a ciência, a tecnologia e a sociedade. Mas Vieira Pinto — considerando-se, repetindo, o nosso ambiente intelectual à época — vai muito além deles em *conceito de tecnologia*: mediante a sua abordagem dialética, ele defende a relação *constitutiva* entre o ser humano e a tecnologia (esta não pode ser vista como algo “externo” ao ser humano, que o determinaria, para o “bem” ou para o “mal”), e dedica todo o

2 O autor é particularmente grato aos professores Luiz Merkle e Rodrigo Gonzatto pelas generosas respostas a alguns pedidos de informação, esclarecimentos, orientações. Naturalmente, não são responsáveis por equívocos que eu possa estar cometendo.

segundo volume, de quase 800 páginas, a discutir a cibernética e a teoria da informação, um campo científico e uma teoria que mal tinham 30 anos de história quando escreveu esse seu *magnum opus*. Ele vai nos legar um conceito dialético-materialista de informação extremamente *original* mesmo nos círculos dialético-materialistas da época, cujo centro de irradiação ainda era a União Soviética, seu Partido Comunista e sua poderosa Academia de Ciências.

Tanto a cibernética quanto a teoria da informação tinham “nascido” em 1948, com a publicação de *Cybernetics*, por Wiener (1985), e “A mathematical theory of communication”, por Shannon (1948). Na URSS, durante o governo de Stalin, seriam acusadas de “ciências burguesas” e seu estudo e desenvolvimento, praticamente impedido. A partir da segunda metade da década de 1950, um grupo de eminentes matemáticos, alguns deles também integrados ao sistema soviético de defesa militar, conseguiu reverter tal preconceito, mas, para tanto, além de demonstrar a importância dessa nova ciência para o próprio desenvolvimento industrial, tecnológico e também militar do país, buscou adaptar algumas palavras-chaves e outras expressões da cibernética ocidental a padrões mais bem aceitos pelo materialismo dialético, tal como oficializado na URSS: *mecanismo de feedback*, por exemplo, tornou-se *teoria do feedback*; *modelos cibernéticos do pensamento* tornou-se *teoria dos processos lógicos de auto-organização*, etc. (PETERS, 2012). Embora revestida de um palavreado materialista-dialético, a cibernética soviética permanecia nos limites da sua dimensão matemática, logo, lógico-formal, própria para aplicações tecnológicas, conforme a concepção oriunda dos Estados Unidos. Por outro lado, seus defensores buscavam demonstrar que, de algum modo, o pensamento de Norbert Wiener, sem dúvida humanista, dialogava com o materialismo dialético oficial. Entre os nomes que lideraram a introdução e desenvolvimento da cibernética e da teoria da informação na União Soviética, citam-se Anatoliy Kitov, Alexei Lyapunov, Serguei Sobolev, Aksel Berg, Andrei Kolmogorov. Nenhum desses nomes, porém, aparece explicitamente no livro de Vieira Pinto. Devido ao seu próprio estilo de escrita, pouco preocupado com referências bibliográficas conforme normalmente praticado hoje em dia no discurso acadêmico, não raro apenas se referindo a “tratadistas”, “especialistas”, sem citá-los nominalmente, é difícil sabermos se ele terá tido algum acesso à obra e pensamento desses autores. Ao se referir à abordagem da cibernética no Leste Europeu, Vieira Pinto apenas cita e comenta, não raro com muitas reservas, Georg Klaus (1912-1974), um alemão oriental que publicou, entre outros títulos, um *Dicionário de cibernética*.

Além de Klaus, Vieira Pinto, em algum momento, se refere também a um livro de Jacques Guillaumaud, *Cibernética e materialismo dialético*, publicado no Brasil em 1970 (GUILLAUMAUD, 1970). Apesar do título, Guillaumaud nada mais faz do que divulgar, em linguagem acessível aos não iniciados, nesse aspecto sendo realmente muito didático, os princípios da cibernética e da teoria da informação como tinham sido formulados pelos seus primeiros teóricos: Shannon, Wiener, Ashby (1970), Brillouin (1988) etc. No último capítulo, ele tenta aproximar essa exposição aos princí-

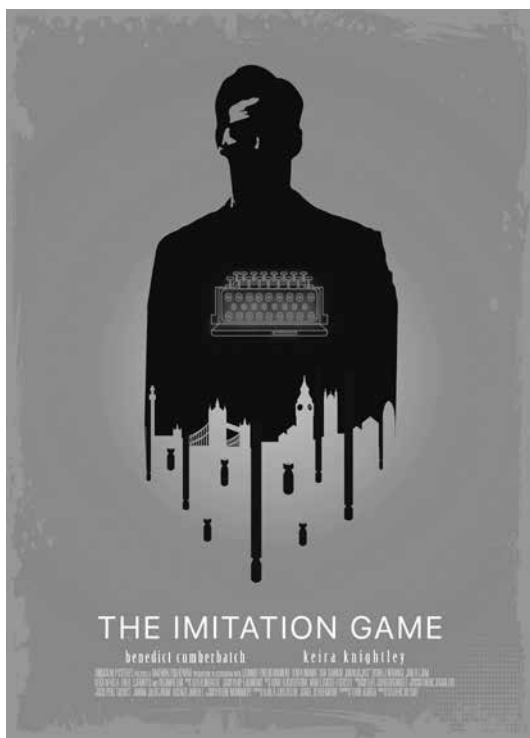
pios do materialismo dialético, a rigor apenas defendendo a possibilidade dessa aproximação. Ou seja, parece adotar a mesma atitude dos cientistas soviéticos, no seu caso numa posição mais de divulgador, ou propagandista, do que de formulador.

Outro autor marxista, já na década 1980, que sublinhará as dimensões teórica e política dessas teorias será o francês Henri Lefebvre. Mas igualmente não ultrapassará os limites lógico-formais da teoria matemática. Dirá: “há uma teoria da informação” (LEFEBVRE, 1986, p. 51). Referia-se à de Shannon. Daí: a “teoria se desenvolve matematicamente [...]”. O informacional é reconhecido, através da sua quantificação e da sua medida, como uma *forma*” (p. 52, grifos originais). Pois Vieira Pinto, conforme poderemos constatar nas linhas adiante, muito além: acusou e superou a lógica formal dominante nessas teorias, apresentando-nos conceitos que podiam ser considerados então inéditos. Conceitos similares, fora do Brasil, sem contato, porém, com o pensamento de Vieira Pinto (e vice-versa), podemos encontrar em alguns poucos autores na Europa ou nos Estados Unidos, a exemplo de Anthony Wilden, um pensador dialético quase nada conhecido entre nós, cujo estudo mais citado data de 1972 (WILDEN, 1980); ou do biólogo Henri Atlan, cujo livro mais comentado é de 1979 (ATLAN, 1992).

Este artigo não abordará toda a trajetória intelectual de Vieira Pinto, logo também não tratará de suas contribuições específicas ao Iseb e ao pensamento desenvolvimentista. Este artigo pretende trazer o isebiano Vieira Pinto para o nosso tempo; mostrar que a atual redescoberta de Vieira Pinto, se podemos dizer assim, dá-se num momento muito oportuno: no momento exato em que, diante das questões sociais, econômicas e, por isso, também filosóficas que agendam — agora sim! — o debate na nossa sociedade capitalista atual, alcançar uma correta compreensão dialético-materialista do conceito de informação torna-se uma tarefa essencial, e, para essa tarefa, Vieira Pinto, para a nossa sorte, nos abriu uma enorme porteira para o caminho que podemos e devemos trilhar.

CONTEXTO TEÓRICO (ANOS 1940-1970)

Quem viu o filme *Jogo de imitação* (*The imitation game*), de Morten Tyldum, lançado em 2014, pode ter percebido que, durante a Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, um grupo de cientistas, liderados por Alan Turing, é literalmente isolado da sociedade num laboratório secreto dentro de uma base da Marinha para buscar a solução de um problema que atormentava a liderança militar: quebrar os códigos nazistas de comunicação. A solução encontrada por Turing foi criar e desenvolver uma máquina capaz de executar essa tarefa numa velocidade tal impossível de ser atingida por um cérebro humano. O filme narra um fato que, durante aquela guerra, vinha acontecendo também nos Estados Unidos e na Alemanha: cabeças brilhantes eram reunidas e isoladas em laboratórios secretos para projetar e desenvolver máquinas capazes de realizar, em altíssima velocidade, cálculos que resolvessem problemas



Imagens: Reprodução

Cartaz e cenas do filme *The imitation game* (*O jogo da imitação*), de 2014, dirigido por Morten Tyldum

de criptografia, aerodinâmica, balística, inclusive os cálculos relacionados às bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki³.

Essa concentração de cérebros — físicos, matemáticos, engenheiros, inclusive poucas, mas decisivas mulheres — em espaços limitados, dedicação exclusiva, orçamentos generosos, não somente permitiu, num tempo relativamente curto, dar início a uma revolução tecnológica com o desenvolvimento dos primeiros computadores como fez nascer uma nova teoria e uma toda nova disciplina científica: a teoria da informação e a cibernética, anunciadas ao mundo pelos textos, já citados, de Shannon e Wiener.

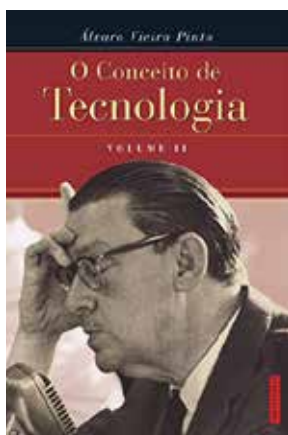
Esses textos produziram um forte impacto nas comunidades científicas, não apenas as comunidades matemáticas, mas também aquelas que reuniam diferentes ramos das ciências sociais e humanidades: antropologia, linguística, sociologia, economia etc. Conferências, colóquios, seminários interdisciplinares são organizados para debater os impactos dessas novas teorias nos diferentes campos de saber. Uma das mais conhecidas e de grandes consequências foram as “Conferências Macy”, realizadas entre 1946 e 1953 (DUPUY, 1995).

3 Hoje em dia, há farta documentação na internet para quem queira conhecer história da computação e informática. Para abordagens interpretativas críticas, considerando menos os aspectos anedóticos e mais as relações políticas, econômicas e ideológicas, para o português brasileiro, podemos recorrer a Breton (1991) e Mattelart (2001).

Não vivemos, enfatiza Vieira Pinto, uma “era tecnológica”, pois todas as épocas foram tecnológicas, nas condições possíveis e, principalmente, necessárias

Paralelamente, avançava em todo o mundo industrial um crescente processo de *automação* da produção, agora acelerada pelo advento daquelas novas tecnologias, bem como pela expansão de um amplo conjunto de indústrias calcadas no conhecimento científico e tecnológico: química, farmacêutica, eletroeletrônica etc. O poder destruidor das tecnologias empregadas na Segunda Guerra, bem como a ubíqua presença de produtos científico-tecnológicos na vida cotidiana a partir dos anos 1950-1960, suscitaram um amplo debate intelectual no qual pensadores pareciam se dividir entre aqueles que viam nesses avanços um crescente processo de “desumanização” do ser humano e aqueles que, ao contrário, entendiam-nos como caminho para uma crescente “libertação” da humanidade. Nesse debate Vieira Pinto intervém com *Ciência e existência* e, principalmente, com *O conceito de tecnologia*, tomando distância tanto dos “apocalípticos” quanto dos “integrados”, como poderia dizer Umberto Eco. As sociedades humanas, desde quando os primatas começam a evoluir para a espécie humana, sempre produziram suas técnicas e desenvolveram suas tecnologias adequadas a cada estágio da evolução biológica e social. O que distingue a espécie humana das outras espécies animais é essa relação *constitutiva* com a técnica e suas tecnologias.

O ser humano vive em contradição com a natureza. Como qualquer outro animal, extrai da natureza suas condições de sobrevivência, mas, como nenhum outro animal, ele também produz essas condições, não depende apenas dos recursos que um nicho ecológico qualquer pode oferecer ou ao qual pode se adaptar. O ser humano adapta-se ao ambiente, adaptando a si esse ambiente. Essa é a sua natureza enquanto espécie, ou, na linguagem de Vieira Pinto, tal é o *existencial* da espécie humana. Por isso e para isso, o animal humano é um ser técnico: a técnica e, dela, as tecnologias que produz constituem a *mediação* básica da sua relação contraditória com a natureza. Não estão “fora” da humanidade, não são como que “forças” vindas sabe-se lá de onde para “dominá-la” ou “libertá-la”; são tão constitutivas e características da espécie quanto (com permissão para a pobre analogia) a tromba o é dos elefantes. A diferença — óbvia — é que a tromba é parte do corpo, não age além do corpo, já a técnica é *projeção* do corpo produzida por um cérebro evoluído, pela seleção natural, para tornar-se capaz de efetuar tal projeção sobre o ambiente que o cerca e sobre o mundo em que vive. Portanto, não vivemos, enfatiza Vieira Pinto, uma “era tecnológica”, pois todas as épocas foram



Imagens: Reprodução

Capas dos volumes I e II da obra *O conceito de tecnologia*, de Álvaro Vieira Pinto, lançada em 2007 pela editora Contraponto

tecnológicas, nas condições possíveis e, principalmente, necessárias; e todos os povos e grupos humanos são tecnológicos, desde os ainda sobreviventes originários até os mais “desenvolvidos”, considerando-se suas demandas e necessidades.

A cibernética seria uma nova etapa nessa evolução em direção à *humanização* do ser humano. Seu potencial heurístico provocaria novos desdobramentos nas diferentes ciências naturais e sociais. Igualmente, a *informação* começa a ganhar *status* epistemológico na medida em que a teoria de Shannon demonstra que seria possível entendê-la, com *rigor científico*, para além das definições de senso comum — como aquela enunciada por Porat, citado acima. Porat precisou de uma definição porque estava investigando um fenômeno social e econômico que podia ser entendido como “economia da informação”: ele foi o primeiro a produzir um quadro estatístico amplo da economia dos Estados Unidos, no qual calculava o tamanho, no PIB, do setor “informacional”. Além dele, outros economistas e sociólogos, ligados ao *mainstream* intelectual dos Estados Unidos, também vinham investigando o tema: Arrow (1962), Machlup (1962), Bell (1973). E não só eles: em obra original de 1969, o sociólogo marxista tcheco Radovan Richta, em estudo seminal sobre as transformações científico-tecnológicas que já então avançavam nas sociedades industrializadas (capitalistas ou socialistas), reconhecia o lugar determinante que a “informação” passaria a ocupar na sociedade:

Considerando-se que a informação é portadora de cada inovação e degrau intermediário necessário de cada aplicação da ciência, o desenvolvimento da informação pertence aos pilares da revolução científico-técnica (RICHTA, 1971, p. 266).

Mas... o que é informação? Sabemos, é uma palavra polissêmica. O senso comum, normalmente, a identifica com “dados”, “notícia”, “algo comunicado” etc. Não era essa a definição que lhe deu Shannon em livro escrito com Weaver (1975, p. 53): é *redução de incerteza* oferecida quando se obtém resposta a uma pergunta. Por incerteza entende-se a quantidade de respostas possíveis, dado um conjunto de possibilidades. Logo, informação é uma *medida* de incerteza.

Expliquemos. No jogo de cara e coroa, só existe uma resposta possível: ou cara ou coroa. A resposta, em si, não interessa. Interessa que uma resposta, qualquer que seja, foi obtida após jogada a moeda. Nesse caso, diremos que o jogo de cara e coroa contém 1 *bit* de informação. O *bit* é a unidade de medida da informação, assim como o metro é a da distância; o quilo, a do peso etc. Já num jogo de dados, são 6 possíveis respostas, todas *igualmente prováveis* (se o dado não estiver “viciado”). Lançado o dado, qualquer resposta, não importa a alegria do jogador vencedor ou a tristeza do perdedor, conterà 2,585 *bits* de informação. Evidentemente, as questões que a teoria pretende resolver não são assim tão simplórias: para resolver seus reais problemas, ela apoia-se num conjunto de equações bayesianas. Importante, em termos epistemológicos, é registrar que, nessa teoria, não há *história* nem *tempo*. O resultado “5” num lance de dado, por exemplo, não é consequência nem causa de algum resultado anterior ou posterior. O tempo ou distância que a moeda pode percorrer, uma vez lançada, não altera a quantidade de informação: 1 *bit*. A informação só pode ser medida se sabemos a quantidade de eventos passíveis de ocorrer (1 evento entre 2, 1 evento entre 6 etc.), bem como as relações probabilísticas entre eles (nos dois exemplos, os eventos são equiprováveis, mas na grande maioria dos casos não será assim).

A teoria de Shannon é *lógico-formal*. Também a de Wiener. Nascidas na engenharia, seria “natural”, digamos assim, que trouxessem esse vício de origem. Em Shannon, a mensagem transmitida de uma fonte emissora deve chegar ao seu receptor com a mesma qualidade inicial, ou seja, sem perda de quantidade. O que pode provocar perda de quantidade com destruição de qualidade são interferências indesejadas no *canal de transmissão*, interferências que Shannon denomina, muito apropriadamente, “ruídos” (*noise*). Em termos aristotélicos, o “ruído” é o *terceiro excluído*. No modelo shannoniano, os “ruídos” devem ser filtrados, reprimidos. Ou seja, nesse modelo não há lugar para a *contradição*⁴.

No modelo de Shannon, “emissor” e “receptor” parecem atados por um canal, este que lhes serve para a comunicação. É típico modelo de telecomunicações, objeto das suas pesquisas⁵. O “receptor” parece passivo, aceitando a mensagem. Se responde, então se inverte a direção da comunicação, ele agora é “emissor”, e o outro, “receptor”. Trata-se de um mecanismo de retroação, ou *feedback*, que, epistemologicamente, distingue o sujeito do objeto — *dualismo* cartesiano, conforme explica Sfez (1994).

4 Aristóteles fixou três princípios lógicos, muitas vezes entendidos como “leis do pensamento”, segundo os quais: 1) “se qualquer enunciado é verdadeiro, então ele é verdadeiro” (princípio da identidade); 2) “nenhum enunciado pode ser verdadeiro e falso” (princípio da não contradição); 3) “um enunciado ou é verdadeiro ou é falso” (princípio do terceiro excluído) (apud COPI, 1981). Esses são princípios basilares em toda a construção da lógica formal. No modelo de Shannon, por exemplo, construído sobre a lógica binária 1 = mensagem / 0 = não mensagem, qualquer outro evento que aportaria *ambiguidade* à possível mensagem deve ser filtrado, neutralizado, excluído. A lógica formal, distintamente da lógica dialética, não aceita a contradição.

5 Claude Shannon (1916-2001) trabalhava nos Laboratórios Bell (Bell Labs), mantidos pela American Telephone & Telegraph (AT&T), que, desde os anos 1910 até a década de 1980, detinha o monopólio da telefonia nos Estados Unidos. Era um centro de pesquisas científicas e tecnológicas do qual saíram importantes inovações em telecomunicações ou mesmo invenções, a mais importante tendo sido a do transistor, anunciado ao mundo em 1948.

Em 1965, num dos anuais colóquios de Royaumont, o sociólogo marxista francês Lucien Goldmann apresentou o seu conceito de *consciência possível*, tentando explicá-lo à luz do que entendia como conceito de informação: “Parece-me que informação significa transmissão de um certo número de mensagens, de afirmações verdadeiras ou falsas, a um indivíduo que as recebe, as deforma, as aceita ou as rechaça, ou ainda pode permanecer completamente surdo e refratário a toda recepção.” (GOLDMANN, 1970, p. 41)

Nos debates que se seguiram à palestra, vários participantes não esconderam o desconforto e até irritação com o enfoque dado por Goldmann ao conceito de informação. Lá pelas tantas, ele teve de anuir um tanto pateticamente: “Tem muita razão. Eu disse que falaria do receptor e não do emissor. Você diz que isso não concerne ao estado atual da teoria da informação. Eu não sei nada disso.” Em socorro de Goldmann acorreu o biólogo Fessard, reivindicando a ampliação do conceito para além do seu estrito significado físico: “Para mim, o conceito de informação é puramente relativo à qualidade que possui o receptor para decifrar a informação.” Insistiu: “Creio que a quantidade de informação não tem sentido maior, exceto na medida em que exista um receptor capaz de decifrá-la.” (GOLDMANN, 1970, p. 41)

Não deve ter sido casual — sendo até sintomático porque, tudo indica, foi involuntário — que um intelectual marxista fosse dos primeiros a levantar o problema do “receptor” na teoria da informação. Dialecticamente, não podemos entender o processo informacional sem a presença de pelo menos um agente ativo, aquele que *busca* e, porque busca, *recebe* a informação. O “receptor” é quem *necessita* obter a notícia emitida pelo locutor de televisão ou rádio, é quem *procura*, se for um arqueólogo, os indícios arqueológicos em alguma antiga cultura. Numa abordagem dualista, seria pois o “receptor” quem atribuiria significados à mensagem encaminhada pelo “emissor”.

Implica dizer que o “receptor”, ao acolher ou não a mensagem, não somente precisa estar “interessado” nela como precisa inseri-la nas suas próprias condições psicológicas, subjetivas, semânticas, de acordo com o seu grau de cultura e as suas expectativas. Qualquer mensagem está carregada de “ruídos”, alguns muito concretos, como os barulhos físicos do ambiente à volta; outros, pelas condições mentais, intelectuais dos interlocutores. A seleção desses “ruídos” é que dará a *real significação* à mensagem, tanto da parte do “receptor” quanto também do “emissor”. O assim chamado “emissor” sempre buscará enviar mensagem na qual já sabe, de antemão, ou pode presumir, que o “receptor” estará interessado, e em condições de a receber. Para professores, por exemplo, esse conhecimento presumível embasa o que denominamos “didática”. Ou seja, toda comunicação não está encerrada em um *canal*, conforme o famoso, mas limitado, modelo de Shannon; antes, se efetua em algum ambiente mais amplo, ou *sistema* (social, biológico, físico) no qual a “emissão é imediatamente recepção; recepção é imediatamente emissão” (DANTAS, 2012, p. 36). Ou, como escreveu Marx: “a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção” (MARX, 2011, p. 46). A relação imediata aí não é, claro, temporal, mas *dialética*. O tempo entre o processo de produção e o de consumo, assim como entre o processo de emissão e de recepção, pode

A teoria matemática, probabilística, apenas se interessava pela medida, ou quantidade, da informação. Mas será a partir dela, quer dizer, a partir dessa possibilidade por ela aberta de se obter um conceito *científico*, objetivo, rigoroso, de informação, que cientistas vindos de outras formações vão encontrar soluções que, sem ofender o rigor da lógica, acrescentam-lhe movimento, tempo e história

até ser demorado, devido a barreiras espaciais ou outras. Mas, independentemente de qualquer distância de tempo e espaço, a relação produtor-consumidor (ou emissor-receptor) já está dada *a priori*, no ato mesmo da produção ou de seu consumo, porque está determinada pelos valores de alguma cultura, valores esses que se sobrepõem às decisões ou condições meramente econômicas ou tecnológicas: o McDonald's, por exemplo, não vende sanduíche de carne de vaca na Índia. Antes de produzir o seu sanduíche e, com ele, “emitir” suas mensagens comportamentais, já foi o “receptor”, que, com base em outros “ruídos”, soube adaptar-se ao “sistema”. Quem “emite” já espera as ações de quem “recebe” e já se adapta a elas; quem “recebe” já espera as ações de quem “emite” e a elas já se ajusta; ambos nos contextos e circunstâncias da própria ação na qual estão interagindo. Escarpit (1991), cientista da informação francês, marxista, denominará esse modelo pelo acrônimo “eme-rec” (*émetteur-récepteur*).

Portanto, o “ruído” não está mais excluído; ele é inerente ao processo, cabendo aos *polos* em interação selecionar aqueles eventos que favorecem ou enriquecem a ação comunicativa; e aqueles que podem atrapalhá-la ou prejudicá-la. Foerster (1960) e Atlan (1992), a partir dessa constatação, vão sugerir, respectivamente, os modelos de “ordem pelo ruído” e “organização pelo ruído”: o assim chamado “ruído” passa a ser entendido como qualquer evento passível de ocorrer no sistema que afeta a comunicação, de modo a produzir ajustes que não são necessariamente negativos, ao contrário: os ajustes, na maior parte das vezes, aprimoram, pela experiência e aprendizado, o sistema e os atores em seu interior. “Aprende-se errando”, diz a sabedoria popular. Exatamente assim, aprendendo com os “ruídos”, os seres vivos sobrevivem, crescem, se reproduzem, evoluem, embora, mais cedo ou mais tarde, cada um dos indivíduos morra.

A teoria matemática, probabilística, apenas se interessava pela medida, ou quantidade, da informação. Mas será a partir dela, quer dizer, a partir dessa possibili-

dade por ela aberta de se obter um conceito *científico*, objetivo, rigoroso, de informação, que cientistas vindos de outras formações vão encontrar soluções que, sem ofender o rigor da lógica, acrescentam-lhe movimento, tempo e história. Em Shannon, a informação deve ser intercambiada nas mesmas quantidades, como *valor de troca*. Mas seu *valor de uso* residirá nos ganhos em significações que lhe podem aportar os “ruídos”, ou seja, não na igualação, na equivalência, mas, ao contrário, na *diferença*, como sentenciar Bateson (1998, p. 407): informação é “diferença que cria diferença”.

Não por acaso, esses cientistas vieram dos campos da biologia, da sociologia, da linguística, entre outros, ou seja, dos campos que passaram a compreender a informação como uma relação essencial do movimento, evolução, transformação da *matéria viva*: aquela definição de Vieira Pinto, que apresentamos logo na primeira linha deste artigo.

Com eles terá início o movimento que Dupuy (1995) denomina “segunda cibernética”. É (quase) certo que Vieira Pinto não tenha tomado conhecimento desse movimento. Sua crítica é toda dirigida aos autores da “primeira cibernética”, o que torna ainda mais relevante e mesmo fundador o seu pensamento: um teórico solitário, sobrevivendo de traduções no Brasil sob a ditadura, nos primeiros anos 1970. Uma mente poderosa que soube superar essas limitações e nos legar, no campo marxista, uma teoria sem antecedentes, até onde se sabe, quando a elaborou e escreveu.

INFORMAÇÃO, FORMA DO MOVIMENTO DA MATÉRIA

O primeiro e central ponto que devemos destacar no pensamento de Vieira Pinto, embora sem surpresa, é sua ênfase na *materialidade da informação*.

Temos de ir às formas mais gerais do movimento da matéria, às reações inorgânicas do mundo físico, depois, já em plano mais complexo, às formas de relacionamento da matéria tornada viva, nos seres vegetais e [animais]⁶, subindo em escala progressiva de complexidade e clareza relativas até a completa realização na condição existencial do ser humano na esfera da consciência (VIEIRA PINTO, 2005, p. 31).

Vieira Pinto reconhecerá a informação “como fato originariamente material e secundariamente subjetivo” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 31). A informação existe “na qualidade de forma geral do movimento da matéria”, daqui se extraindo o “conceito particular enquanto existencial do homem” (p. 32). A informação se encontra nos três estágios em que a matéria está organizada: o inorgânico, o orgânico e o humano, ou cultural. Em síntese, para Vieira Pinto,

a informação é pois um conceito sintético, válido para todas as formas de movimento da matéria e portanto, naturalmente, para a mais complexa e perfeita, o pensamento (VIEIRA PINTO, 2005, p. 32).

6 Na edição da Contraponto, nesta passagem lê-se “matéria tornada viva, nos seres vegetais e minerais”. Há um evidente erro aí, que pode ter origem num descuido na transcrição ou revisão; ou do próprio autor, ao crivo de sua revisão final. Vieira Pinto só pode estar se referindo nessa passagem a vegetais e animais.

Ou ainda:

A informação não se identifica com uma propriedade, mas com uma forma do movimento da matéria (VIEIRA PINTO, 2005, p. 379).

Foi necessário o desenvolvimento teórico, embora suportado em toda a evolução tecnológica e, não raro, com ela confundido (como tantas vezes vai apontar Vieira Pinto), para chegarmos a essa constatação epistemológica da dimensão informacional da vida material. Observou Abraham Moles, numa obra original de 1973, que

a tomada de consciência da materialidade da informação é extremamente recente. Não faz muito tempo, o aspecto ideal das mensagens interpessoais passava tão evidentemente ao primeiro plano que deixava na sombra o aspecto material. As ideias que se “transmitiam” faziam esquecer a transmissão. Para Platão, Bacon ou Espinosa, a materialidade da escrita não era outra coisa senão contingência acessória da qual justamente convinha libertar o pensamento, e o mito das palavras geladas do terceiro livro de Pantagruel não era mais que um amável conto desprovido de valor filosófico (MOLES, 1978, p. 271-272).

Marx e Engels parecem justamente ironizar essa “contingência acessória” que provavelmente ainda muito perturbava os filósofos de seu tempo, quando escrevem:

depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35).

Surpreende, assim, que, após tal avanço epistemológico e teórico, vivamos hoje num tempo quando pensadores críticos em geral e, em particular, teóricos que se pretendem marxistas ou marxianos venham nos falar de um trabalho “imaterial”, ou de uma economia “imaterial”...

Para Vieira Pinto, no mundo físico inorgânico, entende-se por informação as relações que os elementos estabelecem entre si, afetando-se e se transformando mutuamente. Em termos de uma dialética que nos remete a Engels, trata-se do próprio *princípio da ação recíproca*, ao qual Vieira Pinto retorna amiúde, inclusive nos introduzindo em uma nova e criativa leitura do princípio cibernético da retroação. No universo inorgânico não ocorre, por óbvio, um processo consciente, mas processos regidos pelas forças conhecidas da física e da química. Um átomo que captura elétron de outro átomo terá nisso também “informado” a si e ao outro átomo uma nova relação eletrônica entre eles, e provocado as reações cabíveis nos termos da física. Se as leis e forças determinam as possibilidades e limites dessas relações, o *movimento* em si, a *transformação* em si, a *nova* relação em si, caracterizaria a presença da informação na matéria. Trata-se de um processo permanente e inesgotável de mudança e movimento no Universo.

Em tal sentido, a informação está por toda a parte e conduz à organização, ou melhor, exprime-se nela. Conduz à organização porque a condição para que esta se institua consiste em que, espontânea ou artificialmente, as partes da matéria se estruturam segundo as qualidades imanentes a elas e em obediência às leis gerais que presidem a possibilidade de tal união, em função das ações recíprocas exercidas umas sobre as outras (VIEIRA PINTO, 2005, p. 381).

Ou seja, no conceito de informação, encontramos o princípio da organização da matéria, apontado por muitos outros autores, dialéticos ou não. O psicólogo matemático Anatol Rapoport (1911-2007), por exemplo, resume:

Se a energia tinha sido o conceito unificador subjacente a todos os fenômenos físicos que supunham trabalho e calor, a informação tornou-se o conceito unificador subjacente ao funcionamento dos *sistemas organizados*, isto é, sistemas cujo comportamento era controlado de modo a atingir alguns objetivos pré-estabelecidos (RAPOPORT, 1976, p. 29).

No entanto, prosseguirá Vieira Pinto, não será nesse “nível elementar e inorgânico que o conceito de informação manifesta sua completa utilidade” para constituir uma teoria filosófica (VIEIRA PINTO, 2005, p. 31). À teoria interessará a informação consciente. Porém, para chegar aí, no seu processo evolutivo, a matéria faz-se orgânica e dá origem à vida. Aqui, a informação já adquire um caráter *teleonômico* (embora Vieira Pinto não utilize esse termo): ela se encontra nas relações dos seres vivos entre si, em suas lides de sobrevivência e reprodução.

A informação, fundada igualmente na experiência que lhe é possível, encontra-se também em todas as espécies animais e até nos vegetais, no sentido de a matéria viva componente de qualquer ser animado estar obrigada a praticar escolha fundamental entre os elementos do meio de que se utiliza para nutrir-se, e portanto sustentar o ciclo de substituição da matéria que conserva por algum tempo a estrutura dos entes vivos. Com efeito, um ser vivente só é tal porque se mostra capaz de recolher do meio os constituintes materiais que irá incorporar à sua estrutura em qualidade de fontes de energia e elementos de reposição, a fim de reparar as perdas sofridas com o metabolismo natural do processo vital. Tem igualmente de praticar outras escolhas essenciais à perpetuação da vida, entre elas a busca do *habitat* conveniente e a procura e reconhecimento do parceiro sexual, nas espécies não hermafroditas ou dioicas. Nesse sentido, pode-se dizer que a matéria, mesmo organizada em nível infra-humano, executa um circuito informativo (VIEIRA PINTO, 2005, p. 206-207).

Ainda nos falta chegar à informação consciente, sem a qual não haverá *projeto*. O animal é movido pelos seus instintos, geneticamente determinados. Só no nível humano a matéria está organizada para incorporar a informação a um “projeto de ação”, a uma experiência que possa transcender as limitações das leis naturais ou

biológicas. Aqui, Vieira Pinto sobe do nível teleonômico próprio de toda matéria biológica para o nível *teleológico*, exclusivo da espécie humana:

a informação apresenta como aspecto supremamente distintivo o caráter social. Resulta da posse simultânea da informação por via biológica, aspecto pelo qual se iguala a qualquer outro animal, e por via cultural, significando a criação de canais informativos peculiares à espécie (VIEIRA PINTO, 2005, p. 206-207).

Logo,

o tipo de informação que o homem produz e comunica a um semelhante é de categoria original, não tem antecedentes na escala zoológica e pode ser o conhecimento abstrato, teórico, imaginativo, livremente elaborado por uma consciência que se interessa em transmiti-lo a outra (VIEIRA PINTO, 2005, p. 243).

Vieira Pinto nos introduzirá em uma determinação peculiar à informação social: ela não pode escapar das condições de disputa, contradições e história da própria humanidade. A informação será distribuída conforme a “desigualdade interna à espécie” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 242). As sensações de calor ou frio, por exemplo, serão diferentes para quem disponha, ou não, dadas as suas condições de renda ou posição de classe, de aparelhos de calefação ou de ar condicionado. A informação social, pois, adquire um caráter sociológico de *classe*.

Essa informação social é, em uma palavra, linguagem, a forma exclusivamente humana de captar, processar, registrar, comunicar informação. Na linguagem, a informação se torna portadora de “sentido inteligível, já então socialmente fixado, e não mais espontâneo, arbitrário” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 248). Então, a transmissão, por exemplo, dos sons da fala pelo ar ou, mais tarde, por instrumentos de comunicação a distância, mediante transformação de energia sonora mecânica em impulsos eletromagnéticos,

muda de qualidade, deixa de ser simples fenômeno físico para se carregar de sentido propriamente humano, isto é, existencial, em vista de exigir a referência às relações sociais de produção. O que era em totalidade ruído passa a ser mensagem dotada de conteúdo semântico e trazendo na qualidade de franja marginal cada vez mais reduzida a característica de “ruído” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 248).

E assim, ao longo de ampla e profunda elaboração da qual aqui só captamos alguns traços essenciais, Vieira Pinto chega finalmente ao que podemos considerar a sua definição de informação:

A informação define o aspecto abstrato pelo qual aprendemos em forma mais geral o exercício contínuo da atividade prática do homem que opera sobre o mundo, resolvendo sua contradição fundamental com ele a fim de produzir

os meios para sobreviver. Não tem origem anterior ao surgimento da matéria viva, a não ser em forma de ações recíprocas puramente inorgânicas, e no homem se confunde com o desempenho da atividade racional. Sabemos que esta consiste em pensar os dados da realidade e com eles conceber os meios de transformá-la. Por esse motivo a informação apresenta-se sob o duplo aspecto de *aquisição de dados* objetivos e de *atividade de transformação* das estruturas materiais e sociais da realidade (VIEIRA PINTO, 2005, p. 365, grifos nossos).

Sublinhemos estas passagens: informação “se confunde com o desempenho da atividade racional”; é “aquisição”; é “atividade de transformação”. É movimento. Logo, só pode ser *trabalho*. Vieira Pinto nos sugere essa imbricação entre informação e trabalho, embora, nessa passagem, não chegue a afirmá-lo com todas as letras. *Trabalho material*, bem entendido.

O conceito de trabalho e toda a condição ontológica e gnosiológica do ser humano como produto e produtor do seu trabalho era o eixo que orientava a produção intelectual de Vieira Pinto, por esse eixo tendo ele chegado a este seu grande tratado póstumo, *O conceito de tecnologia*. Ora, se ele nos diz que a informação constitui-se no próprio “ser existencial do homem” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 31), e assim também entendemos o trabalho, a simbiose é lógica. Informação não nos é algo “externo”, como “dados organizados” ou “conhecimento transmitido”; não é um objeto, mas é a própria relação *viva* de nosso ser biológico e cultural com o nosso ambiente natural e social: relação ativa, transformadora.



Depositphotos

O que Vieira Pinto afirma não estaria em desacordo, por exemplo, com o pensamento de Heinz von Foerster, um dos pioneiros da “segunda cibernética”:

O que atravessa o cabo não é informação, mas *sinais*. No entanto, quando pensamos no que seja informação, acreditamos que podemos comprimi-la, processá-la, retalhá-la. Acreditamos que informação possa ser estocada e, daí, recuperada. Veja-se uma biblioteca, normalmente encarada como um sistema de estocagem e recuperação de informação. Trata-se de um erro. A biblioteca pode estocar livros, microfichas, documentos, filmes, fotografias, catálogos, mas não estoca informação. Podemos caminhar por dentro da biblioteca e nenhuma informação nos será fornecida. O único modo de se obter uma informação em uma biblioteca é *olhando* para os seus livros, microfichas, documentos etc. Poderíamos também dizer que uma garagem estoca e recupera um sistema de transporte. Nos dois casos, os veículos potenciais (para o transporte ou para a informação) estariam sendo confundidos com as coisas que podem fazer somente quando alguém os faz fazê-las. *Alguém* tem de fazê-lo. *Eles* não fazem nada (FOERSTER, 1980, p. 19, grifos originais).

Em suma, alguém tem de... trabalhar.

DIALÉTICA DO “RUIÍDO”

Examinando o princípio cibernético do *feedback*, dirá Vieira Pinto:

O exame da retroação mostra a insuficiência dos quadros formais para explicá-la. Basta apontar, a título de exemplo, a impossibilidade de continuar sustentando um dos princípios tradicionais supremos, o do terceiro excluído [...]. Nas estruturas de retroação, conforme se verifica numa programação cibernética, a cada causa, além das possibilidades normais de produzir-se ou não o efeito previsto, acrescenta-se a eventualidade da ocorrência de um resultado formalmente inesperado, o retorno do efeito a qualquer dos momentos da série causal linear precedente. Esse acontecimento não significa, evidentemente, haver sido invertida a ordem do procedimento da natureza, mas indica que foi aproveitada uma das possibilidades objetivamente existentes nessa ordenação causal, apenas desconhecida pela lógica em que era concebida. A retroação sempre ocorreu a todo instante e por toda parte no mundo e na sociedade, mas foi preciso esperar que a evolução histórica do conhecimento levasse a teoria cibernética a pô-la em evidência, demonstrando-lhe o caráter de fenômeno objetivo, material. Essa conclusão tem profundas e universais consequências. Implica a necessidade de recorrer a outro instrumento lógico, o de tipo dialético (VIEIRA PINTO, 2005, p. 346).

Os “especialistas”, com quem discute ou dialoga, não tinham disso se apercebido, conforme acusa Vieira Pinto logo a seguir. Mas isso que ele descreve na sua

peculiar linguagem será similar ao princípio da *organização pelo ruído*, proposto por Atlan (1992), a partir de Heinz von Foerster. Não é tanto um “ruído”, mas evento *aleatório*, imprevisto, cuja emergência pode tanto contribuir para aprimorar quanto para prejudicar a evolução do sistema, a depender das suas condições estruturais e funcionais. Assim, o aprimoramento de uma organização biológica ou social pela absorção e tratamento da aleatoriedade, dirá Atlan com todas as letras, é a *negação da negação* por efeito do “ruído” mesmo. Esse “ruído” já estaria no sistema, e sua potencial ocorrência, ao se dar a conhecer objetiva e praticamente, revela uma ignorância do agente sobre todas as potencialidades desse sistema. A emergência do “ruído” não pode ser resolvida pela lógica formal da “primeira cibernética”, mas pode sê-lo se, no cálculo, for introduzido o *tempo*, ou seja, a história, por meio de equação diferencial. Esse salto quantitativo introduz nova qualidade no processo, qualidade esta que resolveria um dos mais rígidos limites da lógica de Shannon: o problema do significado. O “ruído”, diz Atlan citando Brillouin (1988), revela a “informação que nos falta”, a nossa ignorância sobre todas as potencialidades do sistema, apenas tratável, *a partir* do momento da sua ocorrência, se ocorrer, por *métodos semânticos*. Numa tacada, Atlan resolveu o problema matemático da relação entre “ruído” e “mensagem” ao introduzir o tempo e mudar o campo operatório; deu a partida para entendermos a relação entre quantidade física calculável e qualidade semântica não calculável na teoria da informação; e abriu uma larga estrada para entendermos a informação conforme princípios dialéticos.

Essa estrada seria ainda mais alargada por teóricos de outros distintos segmentos de saber que Sfez (1994) sintetizaria no rótulo “comunicação expressiva”, em oposição à “comunicação representativa” da “primeira cibernética”. Destaque para a Escola de Palo Alto, de Gregory Bateson, Paul Watzlawick e seus colegas. Sfez, que inclui também Henri Atlan nesse mesmo grande campo epistemológico, assinala que, estranhamente, esses pesquisadores não exibem consciência do alcance epistêmico e mesmo das raízes das teorias que formularam: a “dissidência” de Espinosa e, daí, Hegel, donde, claro!, Karl Marx. Construíram as teorias que construíram com base, sobretudo, na própria experimentação empírica que lhes ia revelando os limites teóricos da “primeira cibernética” e, certamente, nos valores éticos gerais que lhes orientavam nessas práticas. Atlan, ao menos em uma entrevista, confessou que muitas pessoas faziam-lhe comentários sobre os fundamentos espinosianos de suas teorias biológicas, dos quais ele mesmo não tinha ideia. Só então foi ler Espinosa, do qual se tornaria profundo conhecedor e adepto (ATLAN, 2003).

INFORMAÇÃO, ENTROPIA, NEGUENTROPIA

Não devemos fugir de um espinhoso problema em Vieira Pinto: sua aversão à hipótese da entropia. O problema remete a toda a compreensão então dominante do materialismo dialético conforme codificado na URSS.

Diz-nos Vieira Pinto que será inútil trazer à discussão, conforme opina “a maioria dos mais recentes tratadistas” (não os nomeia), as relações entre informa-

ção e a “noção de ‘entropia negativa’ ou ‘neguentropia’, visto não propiciar nenhum resultado útil ao desenvolvimento da teoria da informação”. Assegura-nos que a própria noção de entropia “é hoje uma questão em via de reexame e reformulação”, não esclarecendo de onde extraiu essa proposição. Sustenta que o segundo princípio da termodinâmica estaria em conflito com o princípio dialético da “ação recíproca”, logo, também pouco ajudaria na compreensão da informação e, mesmo, do Universo. Convida-nos expressamente a abandonar esse caminho que teria sido sugerido pela analogia entre a equação de Shannon para o cálculo da informação e a de Boltzmann para o cálculo probabilístico do estado entrópico das moléculas de gás em um recipiente fechado (VIEIRA PINTO, 2005, p. 180-183, *passim*).

Fundamentada em umas poucas e fragmentárias observações de Engels, em *Dialética da natureza*, sobre as leis da termodinâmica inicialmente formuladas por Rudolf Clausius (1822-1888), consolida-se no marxismo-leninismo a “teoria” consoante a qual a segunda lei estaria “errada” porque entrava em conflito com as “leis da dialética”, especialmente a da “ação recíproca”. Essa segunda lei estabelece que, num *sistema fechado*, o movimento tende irreversivelmente a perder sua força, o calor tende a se degradar, logo, o sistema tende a perder capacidade de fornecer trabalho e de evoluir. Assim (mal) compreendida, a segunda lei estaria em contradição com o princípio da contínua evolução da matéria, inclusive apontando para um “fim” do Universo (morte térmica do Universo), sendo, como então se imaginava, também um sistema, nos seus limites, fechado (hoje sabemos que, ao contrário, o Universo continua em expansão). Se o Universo tem fim, teria tido um “início”. Quem o criou?

Não poucos autores, críticos do marxismo ou, pelo menos, da sua versão leninista, sobretudo os que, em tempos mais recentes na agenda da crise ecológica, concordam com essa interpretação, como Bensaid (2003, p. 483-487, *passim*) e também Martinez-Alliez, Stanley Jaki, outros e outras, citados por Foster e Burkett (2008). Estes dois autores, porém, observam que seria difícil a Marx e Engels, profundos conhecedores da ciência de seu tempo, negarem a segunda lei. Mais provavelmente, se a doutrina “oficial” consagrou essa posição, isso se deve a uma má leitura de trechos que não passam de anotações fragmentárias escritas em datas distintas e inseridas na primeira edição, póstuma, da *Dialética da natureza*, publicada em 1925, na União Soviética. De fato, nessas passagens, Engels se mostra incomodado com *possíveis ilações* teológicas que derivariam da segunda lei, mas também observa serem elas, àquela época, ainda muito recentes, daí que haveria questões então não respondidas: “é tão certo que ela [a aparente incongruência lógica da segunda lei] será resolvida quanto é certo que na natureza não sucedem milagres e que o calor original da nebulosa não lhe foi transmitido de fora do cosmo por milagre” (ENGELS, 2020, p. 306). Pouco mais de cem anos depois de escritas essas linhas, Prigogine e Stengers (1992; 1997) demonstrariam como *estruturas dissipativas* podem gerar movimentos contrários à entropia, de início aparentemente acidentais, e nuvens que se concentram acumulando energia, antecedendo as tempestades.

O conceito de entropia mede o grau de evolução do sistema tendendo a chegar ao equilíbrio *máximo*, ou “morte térmica”, se outras interações não afetarem reversivamente o processo. Como, exceto em formulações teóricas ou experiências de laboratório, será difícil imaginar um sistema realmente fechado (isolado), pois, na natureza, todos os seus elementos estão inseridos, pelo menos, em relações energéticas uns com os outros, não precisamos revogar a lei da ação recíproca para aceitar a segunda lei da termodinâmica. Mas talvez tenhamos de revogar algumas leituras mais ortodoxas...

Se o sistema tende ao equilíbrio, por óbvio se encontra em algum grau de *não equilíbrio*. Esse estado, sempre dinâmico, corresponde à *neguentropia*, conceito cunhado por Brillouin (1988) que mede a capacidade do sistema em *fornecer trabalho* (pode ser o operário ao chegar à fábrica, no início da sua jornada diária). A informação, demonstrou Brillouin, é o *processo* capaz de explicar a obtenção de neguentropia por meio de neguentropia, ou seja, é o trabalho que busca absorver energia livre no ambiente para sustentar ou recuperar um dado estado inicial de neguentropia; logo, é um processo *essencial*, até mesmo *vital*, de resistência dos organismos vivos à entropia. Vida é informação. Vieira Pinto chegou a conclusões similares, mesmo desconhecendo a “segunda cibernética” e rejeitando a relação entre informação e as leis físicas da termodinâmica.

Vivemos mergulhados em emanações de matéria-energia: frequências luminosas e sonoras, moléculas químicas odoríficas, emanações de calor etc. Para sobreviver, cada espécie animal ou vegetal dispõe de recursos perceptivos que lhe permitem *selecionar* e *organizar* em seu ambiente aquelas emanações que orientarão algum *trabalho* de busca e captura de matéria-energia necessária à reposição de suas condições neguentrópicas durante algum segmento de tempo: minutos, horas, dias, anos, décadas, até séculos para cada indivíduo inserido em sua diferente espécie. Nesse processo, também se está despendendo energia, mas de uma forma *orientada*, visando a um objetivo, que ao cabo resultará num ganho neguentrópico que não pode ser superior ao ganho entrópico (cansaço) ao longo da própria ação, mas, ao menos, deve ser suficiente para restaurar o estado neguentrópico necessário para seguir fornecendo trabalho durante mais alguns minutos, horas ou dias.

E será justo que seja o próprio Vieira Pinto quem nos confirme essa hipótese: é o que ele mostra, por exemplo, na passagem que já citamos antes sobre a informação biológica (VIEIRA PINTO, 2005, p. 206-207). Os animais, lemos naquela passagem, “estão obrigados” a efetuar “escolhas” para se nutrir, estabelecer áreas de habitat, encontrar parceiros sexuais, tudo isso visando recuperar as “perdas sofridas com o metabolismo normal do processo vital”. Essas “perdas” são justamente as regidas pelas leis da termodinâmica, em especial pela segunda lei, e tais “escolhas” são processamento de informação, conforme as emanações energéticas de que seus organismos estão constituídos para captar e selecionar (sons, cheiros, cores etc.), implicando esse processamento *atividade* — física, orgânica, material — de captar, relacionar, registrar,

transmitir informação, isto é, captar, relacionar, registrar, transmitir aquelas emanações, mas, agora, postas numa relação de sentido, de *objetivo*, conforme justamente tudo aquilo que Vieira Pinto nos vinha explicando até aqui.

A sustentação da vida pela informação não pode, no limite, revogar a segunda lei: a neguentropia recuperada corresponderá também a ganho de entropia em algum outro segmento do sistema-ambiente: a sobrevivência do leão exige a morte da zebra. Em geral, no mundo orgânico, essa relação é apenas suficiente para manter o ser vivo em condições de continuar vivo e se reproduzir. É uma relação *homeostática*, de permanente negação-afirmação do equilíbrio.

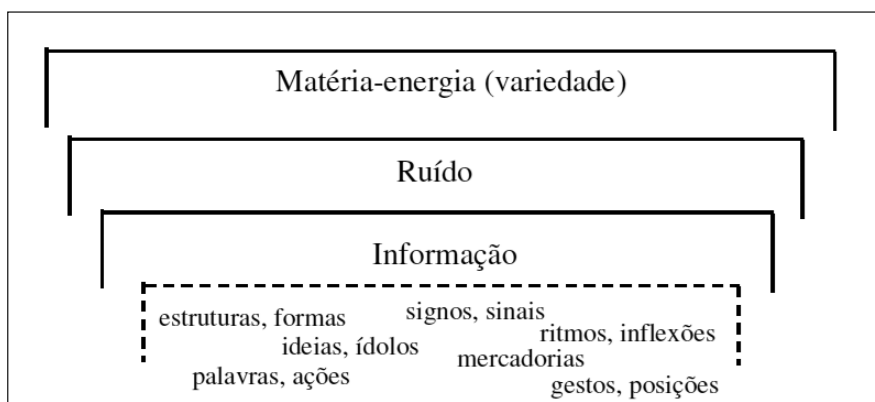
Já a relação do ser humano com o ambiente vai além, pois ele, desde as mais antigas civilizações, tem capacidade de introduzir mudanças no ambiente que lhe permitem produzir *excedentes*, ou seja, retirar energia acima das suas necessidades vitais, movido agora por fatores sociais, históricos, culturais. Necessariamente, o sistema-ambiente produzirá ou transferirá entropia compensatória para algum outro espaço ambiental. Nessa relação *homeorrética*, o ser humano tem vivido historicamente mais distante do equilíbrio, num processo que, sem dúvida, foi muito acelerado e agravado pelo modo capitalista de produção que começou a se expandir mundialmente nos últimos 200 anos.

Anthony Wilden (1935-2019), um autor que, provavelmente, Vieira Pinto gostaria de ter lido, explica que percebemos a informação através de

estruturas, formas, modelos, figuras e configurações; em ideias, ideais e ídolos; em índices, imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições, conteúdos; em frequências, entonações, ritmos, inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em ações, em silêncios; em visões e silogismos. É a organização da própria variedade (WILDEN, 2001, p. 11).

Do mesmo modo, energia é um conceito que nossos sentidos percebem por suas muitas formas: calor, luz, som, eletricidade, movimento, trabalho físico, porra-da... É um conceito unificador que pode ser resumido na famosa fórmula de Einstein: o produto da massa pela velocidade ao quadrado. Informação é um conceito unificador, também, mas nem sempre matematicamente formalizável, porque trata de relações sistêmicas muito mais complexas, nas quais o aleatório, o eventual, o “ruído” precisam ser necessariamente considerados, daí abordados por métodos *qualitativos*.

O processo informacional, dialeticamente, insere-se num sistema lógico que articula suas mediações, desde as mais amplas, gerais, amorfas relações físico-químicas nas quais o sujeito está inserido (a variedade, no conceito de Wilden) até à produção e comunicação da *forma* concreta que orientará a ação comunicativa, conforme vemos na figura 1:

Figura 1 — As mediações da informação (Wilden, 2001)

A “variedade” é o mundo que nos cerca, é tudo que está à nossa volta, nos limites máximos dos nossos sentidos e também dos nossos conhecimentos, para o qual não prestamos necessariamente atenção, mas nem por isso, dado um evento inesperado qualquer, podemos nos deixar ficar totalmente desatentos. O “ruído” seria um primeiro nível de diferenciação, quando recortamos no entorno as variações de matéria-energia que nos podem ser úteis em uma ação, determinados os seus objetivos, contextos, circunstâncias. É a seção do real à nossa volta, à qual atribuímos algum *significado*. Informação será a seleção definitiva, a relação sujeito-objeto *identificada* numa mesma ação, o trabalho orientado a um fim cuja *significação* está expressa na sua prática imediata, logo, na forma que assume em função dessa prática: pode ser “notícia”, pode ser “arte”, pode ser “mercadoria” etc. Ou seja, em se tratando de informação sociocultural humana, será o produto da *linguagem* que a informação-trabalho empregou na sua ação neguentrópica imediata.

VALOR: INFORMAÇÃO SEMIÓTICA

Tanto Wilden (2001) quanto Capurro e Hjørland (2007) nos ensinam que, até o início da modernidade, a palavra original em latim (*informatio*, *-onis*) significava “pôr em forma”, “moldar”, também “educar”, e daí remetia a conceitos cosmológicos (“Deus informou o mundo”), conforme empregada por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Esse conteúdo epistemológico teria sido esvaziado pelo grande movimento intelectual europeu, a partir dos séculos XVI-XVII, de rejeição à antiga ciência de fundo aristotélico-tomista, superada pela nova ciência que nascia com Bacon, Galileu, Newton, Leibniz etc. Então, informação é rebaixada a seu uso ordinário, substituída, no discurso científico e intelectual, por palavras tais como *ideia*, *conhecimento*, *ciência* etc.

Anthony Wilden acusa:

O nosso trisseccular sistema socioeconômico, em conjunto com a epistemologia e a ideologia que o acompanham, manifesta ainda hoje uma particular obtusidade à aplicação e à compreensão das relações informacionais, uma

A troca de mercadorias, pois, é uma comunicação *semiótica* na qual a forma verbal da linguagem humana, natural na interação entre humanos, é transferida para uma forma icônica de linguagem “entre coisas” — o *valor* da mercadoria

atitude refratária ao seu uso no interesse da sobrevivência a longo prazo [...]. A já tradicional incapacidade de reconhecer as relações informacionais parece ser uma característica peculiar da sociedade moderna, ao contrário do que acontece em todas as outras sociedades de que se tem conhecimento (WILDEN, 2001, p. 61).

Um amplo conjunto de processos científicos ou, mais gerais, na sociedade, desde as investigações cada vez mais profundas na matéria física, química e biológica até a crescente presença, na vida econômica e no nosso cotidiano, das tecnologias de informação e comunicação (desde o telefone, o rádio ou o cinema até a atual internet), vão suscitar o desenvolvimento de uma teoria específica, como vimos, pela qual a informação ganha novamente *status* epistemológico e teórico. Daí, passamos a contar com um conceito científico rigoroso de informação.

Talvez devido àquela cultura intelectual própria do século XIX, a palavra informação quase não aparece nos textos de Marx e Engels — às vezes, aqui e ali, surge como sinônimo de “notícia”, “cartas”, ou seja, conceito de senso comum. No entanto, ela se encontra nos textos dos fundadores da economia neoclássica: William Jevons (1835-1882), Alfred Marshall (1842-1924), Léon Walras (1834-1910). Para eles, o funcionamento “ótimo” ou “em equilíbrio” do mercado dependia de a “informação” estar equitativamente disponível e acessível. Referem-se à informação na forma de preços, qualidade da mercadoria, condições de entrega etc. (“dados organizados e comunicados”, como definiria, vimos, Marc Porat). Descrevem o mercado como uma espécie de feira livre na qual vendedores e compradores encontram-se numa situação de amplo e livre acesso às “informações” necessárias à compra e venda dos produtos expostos nas barracas. Nas suas equações matemáticas, essa forma de informação aparece como constante neutra.

Marx também aborda a informação, embora omita a palavra. Conforme escreveu em *O Capital*, a mercadoria “revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias” (MARX, 1983, p. 57). A mercadoria, diz-nos ainda, nos *Grundrisse*, é “*simples signo*, uma letra para uma relação de produção, um simples

signo de seu próprio valor” (MARX, 2011, p. 91, grifos nossos). A troca de mercadorias, pois, é uma comunicação *semiótica* na qual a forma verbal da linguagem humana, natural na interação entre humanos, é transferida para uma forma icônica de linguagem “entre coisas” — o *valor* da mercadoria. O conceito de valor é semiótico: não se encontra no objeto em si, mas no que ele *significa* no sistema de relações sociais determinado pelas leis de valorização do capital (DANTAS, 2018).

A semiótica é a forma geral da informação precipuamente humana. O signo, explicou Escarpit (1991, p. 85), é “a percepção de uma variação de energia que denota outra coisa além da própria existência”. Para Vieira Pinto, na espécie humana, por força da sua evolução, “o sinal passa a ter uma ligação direta com a produção social, e na verdade recebe da sociedade onde se origina o significado que lhe é reconhecido, ou seja, o conteúdo da informação que comporta” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 417). Ainda que nosso pensador muito raramente utilize a palavra *signo*, nessa e em muitas outras passagens, algumas já citadas anteriormente neste artigo, deixa claro que o significado, ou seja, o conteúdo do signo, é a forma necessariamente humana da informação.

Falar, por exemplo, é produzir vibrações nas frequências sonoras, mas de modo a pôr em forma (in-formar) essas vibrações em frequências específicas que nossa cultura aprendeu a identificar como fonemas formando palavras, formando frases, formando textos. A fala desaparece — é dissipada — assim que falada, não se conserva; mas o material semântico que transporta é transferido por ela de uma matéria cerebral a outra matéria cerebral, conservando-se em ambas, ainda que associadas a outras imagens mentais. Trata-se de trabalho informacional, mas, nesse nível humano, a informação ganha uma dimensão especial, pois, pelo signo, é teleologicamente carregada de sentidos, significados, significações: informação semiótica.

Todas as relações humanas são semioticamente mediadas, ou seja, atravessadas por algum sistema de signos. A comunicação só é possível se os polos em interação são capazes de operar algum sistema de signos comum: um falante de uma língua só é capaz de se comunicar com falante de outra língua se um dos dois domina o código sintático e semântico do outro ou se ambos dominam um terceiro código. Ao afirmar que a mercadoria só fala sua própria linguagem, Marx quer dizer que a sociedade transferiu para um novo sistema sintático-semântico, para um novo plano semiótico, as mediações comunicativas, logo sociais, das próprias relações humanas. Porém, ensina Rossi-Landi, “a palavra como unidade de significante e significado é um produto do trabalho linguístico, e seu uso é um ulterior trabalho linguístico” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 92).

Na definição positivista de Saussure (1969), o signo é a unidade significante (seu suporte material externo)-significado (seu conceito mental). Ele só considera a “estrutura”, os códigos dados que todo usuário de um sistema significativo (a língua, por exemplo) precisa conhecer para se comunicar corretamente — sem “ruídos”... Distingue a *langue* (estrutura da língua) da *parole* (prática da língua) como objeto de interesse dos estudos linguísticos. Responde Rossi-Landi:

Objetos produzidos em conformidade com os modelos são, em geral, usados apenas em sua (nova) imediatez, como materiais e instrumentos; como tais, eles pertencem a sistemas institucionalizados de acordo com *regularidades* sociais não necessariamente ligadas às regras que constituem as supramencionadas planificações, mas, ao contrário, bastante distanciadas delas. Seja no mundo das mercadorias, seja no mundo das palavras, são essas regularidades, e não as regras operacionais para a satisfação das necessidades, que regem a troca e a circulação e que determinam o valor de troca dos objetos produzidos. Quanto a seu valor de troca, mercadorias e palavras se apresentam desligadas das operações que as produzem.

O que têm em comum todas as palavras, expressões e mensagens, quando se prescinde de seu valor de uso, é justamente o fato de serem palavras, expressões e mensagens, isto é, meros *resultados* do trabalho humano (ROSSI-LAN-
DI, 1985, p. 89-90, grifos originais).

Do *ponto de vista do capital*, esses “meros resultados” lhe apresentarão um enorme problema se a “palavra” (adotemos o termo como metáfora) não pode ser conservada em algum suporte material que possa durar o tempo necessário até completa efetuação da troca, isto é, se a “palavra” for imediatamente dissipada no instante mesmo da troca. Alimentos, roupas, equipamentos, máquinas têm diferentes tempos de decaimento entrópico, mas todos se conservam por algum tempo, maior ou menor, desde o momento em que a produção é concluída até o momento em que seus suportes chegam às mãos de algum consumidor final. Além disso, uma vez consumidos, precisam ser repostos. Mas objetos cujos valores de uso expressam “sentimentos”, “emoções”, “desejos”, “afetos”, logo, só podem ser trocados em relações sociais intersubjetivas, não possuem aquelas qualidades: não podem ser trocados, mas, sim, *comunicados*, e não são realmente consumidos, mas replicados ou reproduzidos infinitas vezes, se assim desejarmos, independentemente do suporte que os transporta. Até hoje, podemos ler Aristóteles, não importa se em papiro, papel ou Kindle...

Esse problema passaria a perseguir o capital à medida que, cada vez mais, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o conteúdo de valor das mercadorias deslocava-se do tempo de trabalho fabril e de seus produtos entrópicos para o tempo de trabalho de cientistas e artistas, e seus produtos neguentrópicos. O primeiro a acusá-lo pode ter sido Norbert Wiener, em seu clássico *Cibernética e sociedade*. Já antecipando que, no capitalismo, a informação viria a ser tratada como mercadoria, deixava claro: “informação e entropia não se conservam e são inadequadas, uma e outra, para se constituírem em mercadorias” (WIENER, 1978, p. 115). Relacionando os conceitos de Shannon à lógica do equilíbrio das teorias econômicas neoclássicas, Kenneth Arrow, na década de 1960, iria igualmente demonstrar que informação não detém as propriedades típicas de mercadoria, e, por isso, sua organização para fins econômicos deveria considerá-la um “bem público” (ARROW, 1962). Nas últimas décadas, Joseph Stiglitz vem provocando um amplo debate, nos termos do *mainstream* econômico, apontando

No capitalismo atual, ou *capital-informação*, as fases industriais de transformação material são, em grande parte, cada vez mais, efetuadas por sistemas de maquinaria: quase não há mais trabalho *vivo* nessas fases. A produção de valor pelo trabalho veio sendo progressivamente transferida para os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológicos, de projeto, de desenho, também para as muitas e cada vez mais ubíquas atividades identificadas ao “espetáculo”

para a necessidade de as suas formulações considerarem que a “informação” possui características que não permitem ao “sistema de preços” funcionar adequadamente nos termos dos modelos estabelecidos (STIGLITZ, 2000). Por esses modelos, a “única informação que pode ser distribuída ‘eficientemente’ é a informação sem custos” (p. 1.460). Naturalmente, tal solução desestimularia o investimento privado, daí que será necessário buscar mecanismos institucionais que possam tanto estimular o investimento quanto também assegurar os benefícios sociais esperados. Stiglitz segue os procurando...

A evolução recente da internet e amplo conjunto de outros eventos sociais e políticos, cujos fundamentos se encontram na “mercadificação” da informação, têm levado à produção de novas teorias — que Vieira Pinto, muito provavelmente, na sua linguagem própria, chamaria de “ingênuas” — buscando ajustar essas emergentes contradições sociais ao sistema político-econômico capitalista. Cresce uma literatura formalmente crítica em torno da atraente palavra-chave *comum* (LESSIG, 2005; HESS e OSTROM, 2011; DARDOT e LAVAL, 2017). Mais uma vez, esses e outros autores e autoras estão discutindo alguma forma da informação sem descer à sua real *substância*: o trabalho.

No capitalismo atual, ou *capital-informação* (DANTAS, 1996; 1999; 2017), as fases industriais de transformação material são, em grande parte, cada vez mais, efetuadas por sistemas de maquinaria: quase não há mais trabalho *vivo* nessas fases. A produção de valor pelo trabalho veio sendo progressivamente transferida para os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológicos, de projeto, de desenho, também para as muitas e cada vez mais ubíquas atividades identificadas ao “espetáculo” (DEBORD, 1997; FONTENELLE, 2002; JAPPE, 2013; JAMESON, 2006; HARVEY, 1996).

Como consequência, patentes, *copyrights*, “direitos de imagem” e outras formas de *direitos de propriedade intelectual* (DPIs) assumiram um papel determinante no processo de acumulação de capital (ORMAY, 2018).

Para entender a lógica de acumulação do capital-informação, consideremos um professor, em sala de aula, assalariado de alguma instituição particular de ensino. O valor de seu trabalho encontra-se na sua *atividade* em sala de aula, no conhecimento que transfere aos estudantes, através da sua voz, movimentos de corpo, circunstancialmente auxiliados por ferramentas como giz, quadro negro, ou televisão e computadores. O valor de seu trabalho encontra-se na *parole*, não na *langue*, na ação, não em algum objeto congelado qualquer que se possa conservar como mercadoria. Um capitalista investe dinheiro para adquirir as instalações da escola, seus recursos de apoio e, principalmente, seus professores e demais funcionários. O que atrairá “clientes” para essa escola será o trabalho *concreto* dos professores na interação informacional com seus estudantes. A utilidade da escola será medida principalmente pelos resultados desse trabalho na formação dos estudantes. O conhecimento detido na mente de professores e professoras é transferido, pelo trabalho-informação, para a mente dos estudantes sem que, porém, esse conhecimento deixe de permanecer também na mente dos professores.

O valor do trabalho do professor ou professora só pode ser mercadejado enquanto em ação: seu efeito útil coincide, no tempo e no espaço, com sua atividade de aula, com a interação que mantém com seus estudantes, seja em sala de aula, seja corrigindo provas e trabalhos, seja dialogando com seus orientandos e orientandas. Aqui não há, a rigor, produção de alguma nova mercadoria. Os estudantes (ou seus pais) consomem *imediatamente* e pagam *diretamente* o trabalho vivo dos professores e professoras. Essa atividade viva interativa de professores e estudantes produz mais-dinheiro (mais-valor) sem que seja produzido algum novo produto material para mediar a troca. A rigor, não há troca, há comunicação — pôr em comum. Processos similares, com as devidas adaptações, podemos observar nas indústrias de elevado conteúdo científico-tecnológico, nas indústrias baseadas em marcas (quase todas o são hoje em dia), nas indústrias culturais (por demais evidente), nos esportes profissionais etc.

O produto do trabalho, substanciado na mente dos estudantes posta em forma na escola, não é similar ao do trabalho fabril, de, por exemplo, pôr na forma de automóveis algumas toneladas de aço. Na fábrica, a forma resultante é *morta*; é reproduzível em centenas e centenas de exemplares iguais; e preserva-se por algum tempo, embora decaindo pouco a pouco enquanto material e enquanto valor, conforme as leis da termodinâmica. A mercadoria, no conceito clássico, de Marx, é um produto *entrópico*. Na escola, a forma resultante do trabalho do professor com seus alunos e alunas é também *viva*. O produto é negentrópico. Na produção de automóveis ou quaisquer outras mercadorias, o resultado é uma forma equivalente a outra, intercambiável no mercado. Forma-mercadoria: objetos “produzidos em conformidade com modelos”, como poderia dizer Rossi-Landi (1985, p. 89), visando à troca. Mas se

observarmos bem, mesmo nesse mercado de automóveis, as empresas, através do *marketing* e publicidade, destacam insistentemente a “beleza”, a “potência”, os “afetos” que podem fornecer aos consumidores os produtos que lhes vendem. Chamam a atenção para a *diferença*. O desenho externo, a tecnologia dos motores e, mais recentemente, os sistemas de *software* para “ajudar” o motorista, esses são os aspectos que devem impulsionar a troca, não a mera utilidade de locomoção. Carro, sabemos, é *status* social, *distinção*, nos termos de Bourdieu (2006). Também nas indústrias fabris, o trabalho mobilizado e embutido nos suportes mercantis tende a ser cada vez mais artístico e científico. O automóvel mesmo, essa massa físico-química de aço, plástico, vidro, borracha, isso os robôs podem montar. Mas são necessários engenheiros e engenheiras para projetar os robôs.

No século XIX, atividades ditas “intelectuais” ou “artísticas” estavam geralmente fora do circuito econômico. Seus profissionais, na maior parte, sustentavam-se prestando serviços pessoais, ou apoiados financeiramente por mecenas (sobretudo os artistas) ou ocupando cargos no serviço público, quando não eram aristocratas vivendo de renda. Em quaisquer dessas situações, podia-se admitir que viviam parasitariamente de alguma cota de mais-valor para eles transferida do trabalho produtivo fabril. No século XXI, inverteu-se a relação. Enquanto, cada vez mais, o capital transfere para máquinas, robôs, plataformas e aplicativos de internet, inteligência artificial etc., uma ampla gama de atividades que antes requeriam trabalho humano, mesmo que de baixa qualidade informacional; no mesmo processo segue obrigado a recrutar, mobilizar, organizar, explorar trabalho informacional vivo de qualidade *criativa*, sem o qual não pode desenvolver suas máquinas, plataformas, inteligências artificiais. O trabalho fabril, desde os tempos do taylor-fordismo, veio sendo reduzido a operações binárias, mensuráveis, nas quais os “ruídos” deviam ser controlados ao máximo, o erro devia ser reprimido. Por isso mesmo, pode ser substituído pela automação. Mas o trabalho criativo, ao contrário, trata exatamente do “ruído”: o erro é pressuposto, é parte da experimentação, é função do processo de aprimoramento e expansão da organização. Para realizar o mais-valor extraído desse trabalho cujos tempos são de difícil mensuração, o capital precisa recorrer aos direitos de propriedade intelectual.

As patentes, o *copyright*, os “direitos de imagem” são registros semióticos do direito que um capitalista privado se atribui sobre algum resultado do trabalho vivo expropriado de cientistas, professores, artistas etc. Através desses instrumentos institucionais, ele impõe *condições de acesso* a quem deseja usufruir do valor de uso dos resultados desses trabalhos. A principal condição, claro, é preço, um preço que já não pode mais ser medido por algum valor de troca, pois o *valor da informação* será sempre função do tempo de trabalho vivo, mas do tempo despendido na própria atividade de criar, isto é, de remover incertezas, encontrar soluções, solucionar problemas, não no de reproduzir ou replicar o produto *já criado* (DANTAS, 2014; 2017). Nesse movimento, o próprio tempo é um fator de incerteza. Se é da natureza da informação (trabalho) manter os sistemas distantes do equilíbrio, produzir diferença pela diferença,

Uma correta compreensão dialético-materialista da informação, no caminho escavado por Álvaro Vieira Pinto, nos abre amplo campo de investigação para compreendermos muitos processos na sociedade atual

nenhum modelo (teórico) de equilíbrio se sustenta, salvo, como pretendiam Jevons e demais fundadores desses modelos, numa relação em que possa haver seis indivíduos apostando, cada um, em cada uma das seis faces de um dado: incerteza nula, informação = o *bit*. Ninguém ganharia além do valor da própria aposta...

É o que Stiglitz descobre, mas não consegue entender, no seu formalismo lógico não dialético: o “mercado de informação” é “não convexo”, daí, rebelde aos “convexos” modelos neoclássicos⁷. Uma vez produzido o que a linguagem neoclássica entende por uma “peça de informação”, seus custos de produção poderão ser igualmente rateados, a um mesmo preço, pelo universo consumidor, mas desde que o capitalista detenha o direito *monopolista* de controlar o acesso, numa relação social similar àquela, no passado, de controle do acesso à terra. Os custos de produção de uma novela de TV, por exemplo, são rateados em cotas iguais por toda a sua audiência, que, sem sentir ou perceber, remunera esses custos através dos custos de *marketing* embutidos nos preços dos produtos que compra, estimulada pelos anúncios vistos nessa mesma TV. Além dos direitos de propriedade intelectual, a empresa de televisão ainda controla os canais físicos de acesso, sejam as frequências hertzianas atmosféricas, sejam cabeadas ou satelitais. O mais-valor extraído do trabalho vivo informacional (artistas, roteiristas etc.) assim “cercado” pelo capital assume a forma de *renda*: renda informacional (DANTAS, 1999; 2012; ZELLER, 2008; RIGI, 2014; PAULANI, 2016; ORMAY, 2018).

7 Nos modelos neoclássicos de equilíbrio, os agentes podem efetuar um conjunto de escolhas não necessariamente excludentes que constituirão os pontos de uma mesma curva (de preços, de custos etc.) em forma convexa: num supermercado, um consumidor adquire uma cesta de produtos a diferentes preços que, no conjunto, atenderão à sua demanda ou necessidades. Num mercado de automóveis usados, no entanto, o comprador tende a não estar suficientemente informado sobre a “qualidade do veículo”; o vendedor pode querer enganá-lo. Essa “assimetria da informação” leva os agentes a investimentos divergentes na “aquisição de informação”, isto é, os “custos” tendem a não convergir dependendo do lado em que se encontrem no mercado. A informação sobre a “qualidade do veículo” terá um “valor”, mas o comprador possivelmente investirá, na obtenção dessa informação, tempo ou mesmo dinheiro (pode contratar um mecânico de confiança, por exemplo) não equivalentes aos investidos pelo vendedor. Para Stiglitz (2000, p. 1.457), nesses mercados “não convexos”, “a possível não existência de equilíbrio de mercado pode talvez não ser tão surpreendente”. O conceito de *não convexidade* é em geral aplicado aos estudos das “falhas de mercado”, por exemplo, em monopólios, oligopólios e na “economia da informação”.

CONCLUINDO

Qualquer projeto de superação das relações capitalistas de produção, hoje em dia, deveria ter por *foco central* o enfrentamento do princípio, já um tanto “naturalizado” na sociedade, da propriedade intelectual e de outros modelos de “cercamento” do trabalho. Por isso, é tão necessário ao pensamento que se queira crítico e transformador compreender dialeticamente a informação na sua relação simbiótica com trabalho. Não há trabalho sem informação, nem informação sem trabalho.

Os conceitos correntes, formais, fenomênicos, segmentados, objetivados, tão somente servem para legitimar a apropriação direta da *criatividade* do trabalho pelo capital, ao reduzir a informação a “coisa” ou, numa outra ponta, a alguma subjetividade “imaterial” idealista. Uma correta compreensão dialético-materialista da informação, no caminho escavado por Álvaro Vieira Pinto, nos abre amplo campo de investigação para compreendermos muitos processos na sociedade atual, desde a dimensão cultural e econômica do futebol, com seus craques hiperbem pagos se exibindo pela televisão, até a mobilização, por aplicativos de celulares, de milhares de indivíduos superexplorados nas atividades informacionais de carregar, sobre bicicletas ou motocicletas, encomendas de alimentos e outros produtos para pessoas isoladas em suas residências durante estes tempos de pandemia de covid-19. O valor está no trabalho vivo posto literalmente em movimento, em ação, seja atrás de uma bola, seja sobre o selim de uma moto. No entanto, segue apropriado e privatizado, agora por meio das *marcas* (“a mercadoria é simples signo”) que esse trabalho exhibe, seja nas camisetas que o jogador veste num campo de futebol ou nas sacolas de iFood ou UberEats penduradas nas costas do motoboy. Como mobilizar, conscientizar, organizar esses tão diferenciados segmentos de trabalhadores nesta época do capital-informação, bem... isso é um outro problema, muito além dos objetivos e dimensões deste artigo.

* Professor titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), dos programas de pós-graduação em Comunicação e Cultura da ECO e de Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ). É doutor em Engenharia de Produção pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (UFRJ) e mestre em Ciência da Informação pela ECO-UFRJ. É membro do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br) e da Diretoria Executiva do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Lidera o Grupo Marxiano de Pesquisa em Informação, Comunicação e Cultura (ComMarx), que, entre outras atividades, tem-se dedicado ao estudo da obra e pensamento de Álvaro Vieira Pinto. URL: www.marcosdantas.br

► Texto recebido em 6 de junho de 2021; aprovado em 7 de junho de 2021.

ARROW, Kenneth J. Economic welfare and the allocation of resources for invention. In: NATIONAL BUREAU COMMITTEE FOR ECONOMIC RESEARCH. **The rate and direction of inventive activity: economic and social factors**. Princeton: Princeton University Press, 1962. p. 609-626.

ASHBY, W. Ross. **Introdução à cibernética**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ATLAN, Henri. **Entre o cristal e a fumaça**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. Ruído e determinismo: diálogos espinosistas entre antropologia e biologia. **Mana**, v. 9, n. 1, p. 123-137, abr. 2003.

BATESON, Gregory. **Pasos hacia una ecología de la mente**. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

BELL, Daniel. **The coming of the post-industrial society**. New York: Basic Books, 1973.

BENSAÏD, Daniel. **Marx intempestivo: grandezas y miserias de una aventura crítica**. Buenos Aires: Herramienta, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: Unesp, 1991.

BRILLOUIN, Léon. **La science et la théorie de l'information**. Paris: Jacques Gabay, 1988.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan.-abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COPI, Irving M. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. As rendas informacionais e a apropriação capitalista do trabalho científico e artístico. In: MARQUES, Rodrigo Moreno; RASLAN, Filipe; MELO, Flávia; PINHEIRO, Maria Macedo Kerr (Org.). **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 35-60.

_____. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação, valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-161.

_____. Information as work and as value. **Triple C**, n. 15, v. 2, p. 816-847, 2017. Disponível em: <www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/885>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo. **Revista Eptic**, v. 20, n. 1, p. 139-160, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/8519>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. **Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital**. Rio de Janeiro: CFCH/ECO-UFRJ, 2012. Disponível em: <http://marcosdantas.com.br/conteudos/wp-content/uploads/2013/03/livro_trabalho_com_informacao_marcos_dantas.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ESCARPIT, Robert. **L'information et la communication**. Paris: Hachette Livre, 1991.

FOERSTER, Heinz von. Epistemology of communication. In: WOODWARD, Kathleen (Ed.). **The myths of information: technology and post-industrial culture**. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.

_____. On self-organizing systems and their environments. In: YOVITS, Marshall C.; CAMERON, Scott (Ed.). **Self-organizing systems**. Oxford: Pergamon, p. 31-50, 1960.

FONTENELLE, Isleide. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FOSTER, John Bellamy; BURKETT, Paul. Classical marxism and the second law of thermodynamics: Marx/Engels, the heat death of the universe hypothesis, and the origins of ecological economics. **Organization & Environment**, v. 21, n. 1, p. 3-37, jan. 2008. Disponível em: <<https://johnbellamyfoster.org/wp-content/uploads/2014/07/Organization-Environment-2008-Bellamy-Foster-3-371.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

FREITAS, Marcos Cezar de. O conceito de tecnologia: o quarto quadrante do círculo de Álvaro Vieira Pinto. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GOLDMANN, Lucien. Importancia del concepto de conciencia posible para la comunicación. In: GUÉROULT, Marcial (Ed.). **El concepto de información en la ciencia contemporânea**: Colóquios de Royumont. México: Siglo XXI, 1970. p. 31-54.

GONZATTO, Rodrigo Freese; MERKLE, Luiz Ernesto. Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 69, p. 286-310, set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644246>>. Acesso em 22 jun. 2021>.

GUILLAUMAUD, Jacques. **Cibernética e materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor (Ed.). **Understanding knowledge as a commons**. Cambridge: The MIT Press, 2011.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2006.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**. Paris: Messidor, 1986.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. São Paulo: Trama, 2005.

MACHLUP, Fritz. **The production and distribution of knowledge in the United States**. Princeton: Princeton University, 1962.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLES, Abraham. **Teoria da informação e percepção estética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

ORMAY, Larissa. **Propriedade intelectual e renda no capital-informação**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — ECO-Ibict, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, p. 514-535, 2016.

PETERS, Benjamin. Normalizing Soviet cybernetics. **Information & Culture**, v. 47, n. 2, p. 145-175, 2012. Disponível em: <<http://nevzlin.huji.ac.il/userfiles/files/47.2.peters.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**. Brasília: Editora UnB, 1997.

_____. **Entre o tempo e a eternidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAPOPORT, Anatol. Aspectos matemáticos da análise geral dos sistemas. In: ANOHIN, Pyotr K. et al. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1976.

RICHTA, Radovan. **La civilización en la encrucijada**. México; Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

RIGI, Jakob. Foundations of a Marxist theory of the political economy of information: trade secrets and intellectual property, and the production of relative surplus value and the extraction of rent-tribute. **Triple C**, v. 12, n. 2, p. 909-936, 2014.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**. São Paulo: Difel, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1969.

SCHRÖDINGER, Erwin. **O que é vida?: o aspecto físico da célula viva, seguido de Mente e matéria e Fragmentos autobiográficos**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1994.

SHANNON, Claude. A mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379-423, 623-656, jul.-out. 1948.

_____; WEAVER, Warren. **Teoria matemática da comunicação**. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

STIGLITZ, Joseph E. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 4, p. 1.441-1.478, 2000.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

_____. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 2.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. **Cybernetics: or Control and communication in the animal and the machine**. Cambridge: The MIT Press, 1985.

WILDEN, Anthony. Informação. In: **Enciclopédia Einaudi: comunicação-cognição**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001. v. 34.

_____. **System and structure**. 2. ed. London; New York: Tavistock, 1980.

ZELLER, Christian. From the gene to the globe: extracting rents based on intellectual property monopolies. **Review of International Political Economy**, v. 15, n.1, p. 86-115, 2008.

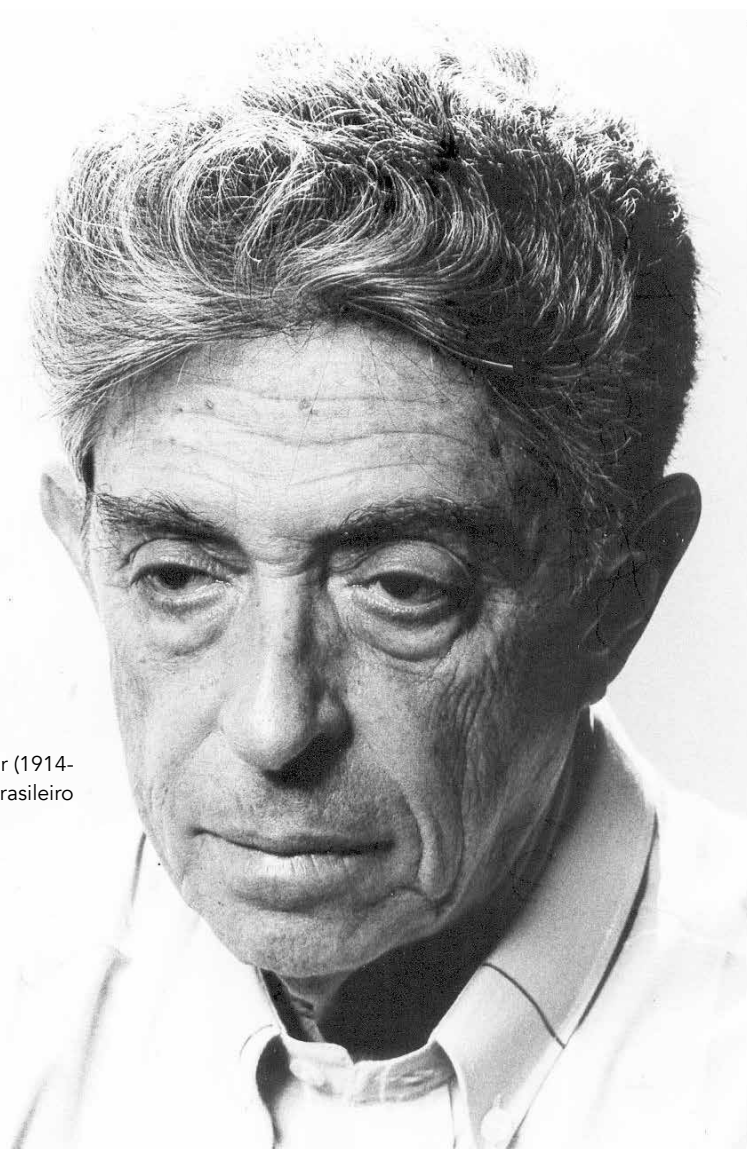
Roland Corbisier: nacional-desenvolvimentismo e hegeliano-marxismo no Iseb

Roland Corbisier:
national developmentalism and
Hegelian-Marxism at Iseb

cristiano capovilla*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.004>

Roland Corbisier (1914-
2005), filósofo brasileiro



RESUMO

O artigo resgata a trajetória política e as formulações teóricas do filósofo Roland Corbisier (1914-2005) desde sua iniciação no integralismo em São Paulo, passando por seus estudos do existencialismo filosófico, até sua adesão ao Grupo de Itatiaia, que mais tarde viria dar origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb, 1955-1964). Como diretor-executivo do instituto, destaque especial é dado ao percurso filosófico que conduziu seu pensar, do nacional-desenvolvimentismo como oposição ao “estatuto colonial”, transitando pelas formulações acerca de uma filosofia nacional e alcançando a filosofia da práxis, o marxismo, como principal vetor da luta anticolonialista e da independência nacional. As contradições desse período levaram ao golpe de 1964, que fechou o Iseb, eliminou as “reformas de base” e cassou seu mandato de deputado federal. No transcurso dos anos 1970 e 1980 fez contribuições singulares ao pensamento dialético, especificamente no desenvolvimento das conjunções lógicas entre o hegelianismo e o marxismo, assim como polemizou com intelectuais acadêmicos sobre o nacionalismo. Concluimos nossa exposição com a adesão de Corbisier ao PCdoB nos anos 1990, como síntese das suas convicções políticas no socialismo, no desenvolvimento do país e na cultura nacional-popular. Sua biografia intelectual e práxis política constituem sinopse paradigmática das transições ocorridas no Brasil e no mundo durante o século XX.

Palavras-chave: Roland Corbisier. Nacional-desenvolvimentismo. Filosofia nacional. Marxismo. Hegelianismo.

ABSTRACT

The article recovers the political trajectory and theoretical formulations of philosopher Roland Corbisier (1914-2005) from his initiation into integralism in São Paulo, going through his studies of philosophical existentialism, until his participation in the Grupo de Itatiaia, that would later give origin to the Higher Institute of Brazilian Studies (Iseb, 1955-1964). As executive director of the institute, special emphasis is given to the philosophical path that led his thinking of national developmentalism as opposition to the “colonial situation”, moving through formulations about a national philosophy and reaching the philosophy of praxis, Marxism, as the main vector of anticolonial struggle and national independence. The contradictions of that period led to the 1964 coup, that closed Iseb, eliminated the “basic reforms” and revoked his mandate as federal deputy. In the course of the 1970s and 1980s, he made unique contributions to dialectical thought, specifically in the development of logical conjunctions between Hegelianism and Marxism. He also arised polemics with academic intellectuals about nationalism. We conclude our presentation speaking about his affiliation in PCdoB in the 1990s as a synthesis of its political convictions in socialism, development of the country, and national and popular culture. His intellectual biography and political praxis conform a paradigmatic synopsis of the transitions that took place in Brazil and in the world during the twentieth century.

Keywords: Roland Corbisier. National developmentalism. National philosophy. Marxism. Hegelianism.

1. INTRODUÇÃO

Ao retratar o período de produção intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), não podemos deixar passar em branco o resgate da trajetória política e das formulações teóricas do filósofo Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier (1914-2005). Isso porque, em que pese o curto espaço de tempo de existência do Iseb (1955-1964), seu arcabouço ideológico sobreviveu ao longo dos anos, principalmente em personalidades que encarnaram seu espírito. Como primeiro diretor-executivo e um dos idealizadores do instituto, o filósofo Roland Corbisier incorporava como poucos as ideias que animavam os debates acerca do desenvolvimentismo nacional. Sua biografia intelectual e práxis política constituem síntese paradigmática das transições ocorridas no Brasil e no mundo durante o século XX.

O tráfego, ao longo da vida, de uma ideologia de direita — integralista, católica e conservadora — para um nacionalismo progressista e anticolonialista, engajado no projeto das reformas estruturais de João Goulart (1919-1976) às vésperas do golpe civil-militar de 1964, até, finalmente, se filiar ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nos anos 1990, fez com que Corbisier refletisse em sua trajetória pessoal sobre o que se apresentou às nações que buscavam soberania e desenvolvimento na mesma época na qual o sistema capitalista atingia sua fase mais desenvolvida e oligopolizada, a imperialista. Ao transitar do integralismo para o comunismo, do tomismo para o marxismo, sempre mediada pela filosofia e com o fulgor do nacionalismo anticolonial, a biografia desse pensador brasileiro ainda hoje representa os desafios intelectuais e políticos que estão postos aos setores consequentes da esquerda progressista, nacionalista, democrática e desenvolvimentista.

2. CORBISIER E A FILOSOFIA

Nascido em uma família tradicional de São Paulo, Cavalcanti de Albuquerque, por parte da mãe, e Corbisier, de origem francesa, por parte do pai, estudou nos colégios que formavam a elite católica e conservadora da época, o Colégio São Luís e o Ginásio São Bento. cursou o nível superior na clássica Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que era a formadora, junto com a Faculdade de Direito do Recife, da classe política e da elite burocrática da República Velha, vindo a concluir o curso em 1936. Foi durante o período da faculdade que conheceu Plínio Salgado (1895-1975) e passou a constituir o movimento integralista. Na época dizia que “a verdade política é o integralismo, a filosófica, o tomismo, e a religiosa, o catolicismo”. Mais tarde, em uma entrevista sobre sua participação no integralismo, dizia em tom autocrítico que “era um adolescente de 17 anos, desprevenido, que nada sabia de economia, de sociologia, de política, e mormente filosofia” (CORBISIER, 1976, p. 32). Logo o jovem bacharel percebeu que essa aparente solidez da tríade aristocrática — tomismo, integralismo e catolicismo — não resistiria aos graves acontecimentos que se seguiriam no Brasil e no mundo.

Em 1937 o golpe do Estado Novo jogou na ilegalidade tanto o integralismo como o Partido Comunista, e, em 1939, começava a Segunda Guerra Mundial, conflito ao qual o Brasil foi aos poucos aderindo. Nesse turbilhão de acontecimentos, Corbisier abandona o tomismo filosófico e rompe com o integralismo, acusando Plínio Salgado de “decrepitude e perturbação” (CORBISIER, 1976, p.38). Passa a adotar a postura existencialista, principalmente a linha francesa de Henri Bergson (1859-1941) e Jean-Paul Sartre (1905-1980), sendo um dos pioneiros na introdução deste último no Brasil. Em 1942 seu interesse pelo pensamento conceitual o leva a ingressar na Faculdade de Filosofia do Estado de São Paulo. Lá, aprofundou estudos sistematizados sobre as raízes do existencialismo¹. Nessa época,

Corbisier via no existencialismo a possibilidade de refletir sobre sua própria condição social e econômica. Estava em jogo a valorização de conceitos de cultura e civilização ocidental, além dos valores espirituais, da propriedade privada. A função do intelectual era justamente essa: a de ser um defensor do espírito, de guardião das tradições, colocadas sob perigo por aqueles que considerava “bárbaros”: os marxistas, agressores da civilização ocidental — que traziam consigo o ateísmo e o bolchevismo (GOMES, 2017, p. 55).

Mais tarde, na sua autobiografia filosófica, Corbisier dirá que seu pensamento à época representava justamente a aristocracia decadente de cafeicultores e comerciantes paulistas que fora arruinada tanto pela crise econômica de 1929 quanto pela revolução política de 1930. Uma aristocracia sem poder e capital. O existencialismo seria, por conseguinte, a “cobertura ideológica” para os indivíduos derrotados e arruinados por uma burguesia ascendente, e o progresso técnico e a licenciosidade do liberalismo seriam os causadores da crise e da decadência da cultura ocidental. Em consonância com os pensadores europeus do pós-guerra, a visão aristocrática se refugiava numa interpretação fundamentalmente metafísica da crise originada pelo capitalismo e pela burguesia, apartada e “situada num plano espiritual, no mundo insensível e perfeito das ideias” (GOMES, 2017, p. 56).

Dessa mesma época data o início de sua relação com o também filósofo Vicente Ferreira da Silva (1916-1963), com quem travou debates e formulações acerca da fenomenologia e do pensamento de Heidegger, o que num certo sentido representou a fase de transição do seu pensamento. Em 1948 fundou com seus amigos a revista teórica *Colégio*, e em 1949 começou a escrever uma coluna semanal para *O Estado de S. Paulo*. Nesse mesmo ano foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), juntamente com Vicente Ferreira da Silva, Miguel Reale (1910-2006), Renato Cirell Czerna (1922-2005), Luis Washington Vita (1921-1968), Almeida Salles (1910-1996) e Heraldo Barbuy (1913-1979), entre outros, editando a *Revista Brasileira de Filosofia*.

1 Desenvolveu estudos sobre autores como Ortega y Gasset, Max Scheler, Nietzsche, Kierkegaard, Gabriel Marcel e Heidegger.



Arquivo pessoal da família Corbisier

Corbisier ao lado de JK no evento de inauguração do Iseb. Rio de Janeiro (RJ), 1957

3. DA FILOSOFIA PURA À PRÁXIS TEÓRICA: O CAMINHO ATÉ O ISEB

Em 1952 foi convidado a integrar o Grupo de Itatiaia, que reunia intelectuais de São Paulo e do Rio de Janeiro para pensar os problemas do Brasil. Vicente Ferreira capitaneava o “grupo paulista” — composto por Almeida Salles, Ângelo Simões de Arruda, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto e Miguel Reale, além do próprio Roland Corbisier—, ao passo que o “grupo carioca” era formado por Guerreiro Ramos (1915-1982), Helio Jaguaribe (1923-2018), Nelson Werneck Sodrê (1911-1999) e Candido Mendes de Almeida (1928). O choque entre a visão mais cosmopolita e menos afeita aos problemas sociais, característica dos pensadores paulistas, e a perspectiva mais nacional e ocupada com o viés econômico-social, distinção dos intelectuais do Rio de Janeiro, marcará profundamente as escolhas de Corbisier.

O principal articulador do grupo nas reuniões em Itatiaia, Helio Jaguaribe, aglutinava em torno de si as mais variadas personalidades. Entretanto, quando as discussões ultrapassaram a especulação filosófica, incomodados — mormente pelas posições e volúpia intelectual de Jaguaribe, que advogava a aplicação do pensamento à realidade brasileira no sentido da mudança social —, os paulistas (conservadores na maioria) desligaram-se do grupo; só Roland Corbisier permaneceu (BARIANI, 2005, p. 250).

Segundo Roland Corbisier (GOMES, 2017, p.52), o filósofo Vicente Ferreira da Silva, prócer dos paulistas, deixou a liderança do grupo quando percebeu a impossibilidade de enfrentar intelectualmente Helio Jaguaribe. Tratava-se, no plano teórico, do antagonismo entre a especulação metafísica autocentrada e voltada apenas

aos discursos absolutos do intelecto e à compreensão profunda da realidade social e política brasileira. Era a divergência entre o modo contemplativo europeu transladado para o país e o conhecimento prático dos problemas brasileiros. O grupo do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, detinha maior compreensão histórica e sociológica das questões prementes que envolviam o Brasil nas relações mundiais da divisão internacional do trabalho e do saber. Corbisier percebeu a fragilidade com que o universalismo abstrato dos discursos filosóficos tratava dos temas concretos e que sua autossatisfação cognoscente era apenas subjetiva e se mostrava em disjunção da realidade nacional, que fundamentalmente permanecia estranha aos intelectuais do grupo paulista.

Esse acontecimento foi marcante, pois que completou sua transição filosófica, agora incorporando ao pensamento puro a dura realidade dos problemas brasileiros. Mais tarde irá se afastar do IBF, e em 1953, como consequência dos acontecimentos em Itatiaia, incorpora-se ao chamado “grupo carioca”, participando da fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), em que se debatia a questão do petróleo e os rumos do desenvolvimento nacional, passando a editar a revista *Cadernos do Nosso Tempo*. Inicia a mudança na sua prática política e compreensão teórica, avançava sua transição rumo ao nacionalismo popular.

Em 1954, como desdobramento da sua adesão ao “grupo carioca”, vai morar no Rio de Janeiro. Em 1955 foi criado, no lugar do Ibesp, o Iseb, órgão do MEC dotado de autonomia administrativa e de liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais. Corbisier foi escolhido para o cargo de diretor-executivo e também era o responsável pelos cursos de Filosofia, iniciando suas atividades no momento em que Juscelino Kubitschek assumia a Presidência da República, em 1956. Além da direção-executiva, o instituto era composto de departamentos, sendo o de Filosofia dirigido por Álvaro Vieira Pinto, o de História, por Nelson Werneck Sodré, o de Política, por Candido Mendes de Almeida, e o de Economia, por Ignácio Rangel. Contava também com um amplo e qualificado conselho, além de colaboradores externos.

O Iseb era uma instituição inédita na vida cultural brasileira, pois tinha por finalidade estabelecer um pensamento prático, desenvolvimentista e modernizador acerca do Brasil, formando uma base intelectual compromissada com projetos nacionalistas sob a alcunha de “nacional-desenvolvimentismo”. As elaborações, embora com diversos matizes e abordagens, giravam em torno da compreensão e interpretação do Brasil, com uma clara intenção prática de constituir e assessorar políticas públicas que visassem à emancipação e ao desenvolvimento econômico e cultural da nação. Em outras palavras, o Iseb deveria ser o centro ideológico e estratégico do nacionalismo brasileiro. Uma espécie de ESG (Escola Superior de Guerra), só que civil, com o intuito de desenvolver o país em épocas de paz².

² Além dos remanescentes do Ibesp, passaram a integrar o núcleo do Iseb: Wanderley Guilherme dos Santos, Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins e Antonio Candido. Como colaboradores e conselheiros: Celso Furtado, José Leite Lopes, Tancredo Neves, Guilherme da Silveira, Gilberto Freyre e Heitor Villa-Lobos.



Domicio Pinheiro/Estadão Conteúdo

Protesto de rua favorável às reformas de base propostas pelo governo João Goulart

O Iseb foi a oportunidade encontrada para que Corbisier e os demais intelectuais do Grupo de Itatiaia e do Ibesp pudessem concretizar suas ideias. É como se saíssem do plano meramente metafísico e agissem num sentido de intervenção, disseminando um projeto de pensamento nacional-desenvolvimentista para os alunos do instituto. Em outras palavras, o Iseb serviu como metodologia para que aquele grupo de intelectuais colocasse suas ideias no lugar (GOMES, 2017, p. 84).

Datam dessa quadra as formulações e reflexões acerca da questão nacional e do pensamento filosófico brasileiro. Corbisier encontrou a oportunidade única de realizar a conjunção entre os esforços de sistematizar e institucionalizar o conhecimento filosófico da realidade brasileira e a experiência de um desenvolvimento nacional protagonizado pelo governo JK. Afirmava que o país passava por um processo de descolonização mental e intelectual e que as ciências sociais deveriam se comprometer com as bases desse novo processo. Não caberia neutralidade em um mundo em profundas transformações.

4. MILITÂNCIA POLÍTICA E O GOLPE DE 1964

Corbisier sai do Iseb e adentra o campo político-institucional, sendo deputado estadual da Guanabara e, logo depois, em 1962, assumindo como deputado federal

pelo PTB. Sobre essa época de grande polarização política, vale a pena citar interessante passagem:

Em 29 de junho, conforme noticiara *O Globo*, Corbisier participa de outra manifestação, novamente no Palácio Tiradentes: a inauguração do II Congresso Nacional da Mocidade Trabalhista. Na ocasião, segundo o jornal, o deputado, “em seu discurso, viveu a memória de Lênin, declarando que o PTB deveria ser um partido totalmente esquerdista” (GOMES, 2017, p. 106).

Como deputado federal, Corbisier translada para o parlamento suas compreensões sobre os gargalos que entravam o desenvolvimento nacional, passando a defender veementemente as chamadas “reformas de base”. Sobre essa época, dirá:

As reformas de estrutura, que se convencionou chamar de reformas de base, tornaram-se o tema dominante da política brasileira, nos dois últimos anos do governo João Goulart, não porque se tivessem convertido no assunto principal dos comícios públicos, da pregação da esquerda, dos editoriais da imprensa ou dos discursos parlamentares, mas por serem exigências ou necessidades objetivas do processo de desenvolvimento deflagrado no país. [...] É, portanto, o agravamento das contradições do desenvolvimento que tornou as reformas de base necessárias e inadiáveis (CORBISIER, 2006, p. 147-148).

Na compreensão de Corbisier, as reformas de base propostas pelo governo Jango não tinham apenas um aspecto distributivista, nos moldes da social-democracia europeia, mas também a fundamental importância de tocar em questões estruturais, correspondendo às exigências objetivas do processo de desenvolvimento econômico em curso no Brasil. Pela profundidade das mudanças propostas, no contexto do capital monopolista e imperialista, em plena Guerra Fria, as reformas assumiam um caráter de transição revolucionária e anti-imperialista. Percebendo que o momento político entrava em fase decisiva, defendia uma unidade política das forças patrióticas e populares em prol da legalidade, do nacionalismo e das reformas de base. Para ele:

essa união de forças em torno de uma frente única, deveria despir-se de qualquer tipo de liderança personalista, encorajando a tomada de posição, em igualdade de posições, de representantes de todos os grupos e forças que faziam parte da frente popular. Para Corbisier, os objetivos da frente popular deveriam ser: luta contra o golpe de direita e defesa da legalidade, luta contra o processo espoliativo e pela nacionalização da economia brasileira e luta pelas reformas de base (GOMES, 2017, p.120).

Na esteira da radicalização da luta de classes veio o golpe de 1964. A experiência do Iseb foi extinta, Corbisier teve o mandato cassado e foi afastado do cargo de professor de Filosofia no ensino secundário e normal do Rio de Janeiro. Em 1965

foi preso, acusado de ligação com os comunistas. No inquérito policial militar aberto contra o filósofo, consta que o Iseb sob sua direção se constituía em

ativa célula comunista, ligada a tudo o quanto era espúria e ostensivamente desagregador, como a UNE, a Umes, o Caco, entre outros; aos sindicatos marxistas; a Luís Carlos Prestes; a Leonel Brizola; a Sérgio Magalhães; a Osny Duarte Pereira; a José Maria Crispim; a Francisco Julião; a Jacob Gonder; enfim, a tudo quanto neste país tresandava a comunismo e exalava desordem, a ponto de declarar o Iseb “instrumento de luta e de combate” (GOMES, 2017, p. 125).

5. FILOSOFIA NACIONAL E COLONIALISMO

Se fosse possível sintetizar a contribuição de Roland Corbisier ao Iseb — para além dos aspectos institucionais de direção e execução dos projetos —, eu destacaria seu esforço para pautar a luta teórica, filosófica, como uma das formas de trazer à consciência intelectual nacional a dialética entre desenvolvimento econômico e soberania cultural. Os entraves à nossa dependência eram fundamentalmente práticos, caracterizados pela condição do país, de exportador de matéria-prima e de importador da manufatura. Vivíamos numa condição de trabalho servil, na qual as nossas riquezas naturais e o fruto do trabalho dos brasileiros eram drenados para o exterior, não mais empiricamente, como na época da “derrama” colonial, mas através da sofisticada submissão do câmbio pelas poderosas forças do mercado internacional. Ao ditarem os termos em que se processa o intercâmbio, os países desenvolvidos determinam em última instância nossa condição de exportadores de matéria-prima e de consumidores passivos de seus produtos acabados e industrializados, tanto mercadorias materiais quanto artigos espirituais. A miséria e a dependência material se refletem na pobreza e heteronomia espiritual.

Essa realidade infraestrutural brasileira era mantida essencialmente estática desde o período colonial e se refletia nos aspectos culturais e políticos, configurando em seu conjunto as determinações do chamado *estatuto colonial*. Corbisier avaliava em sua argumentação que, se a questão do subdesenvolvimento nacional encontrava sua contraproposta prática no desenvolvimento, então o problema da superação do *estatuto colonial* implicava a confecção de um aparato teórico capaz de fazer frente a essa alienação perante a metrópole pensante. A ruptura com a condição de semicolônia em que se encontrava o Brasil implicava, na sua compreensão, não só o desenvolvimento econômico da nossa nação, mas, ao mesmo tempo, uma “conversão do país a ele próprio”. Por isso, o esforço no sentido da construção de uma “ideologia ou teoria do desenvolvimento nacional”. O desenvolvimento do país era a obra complementar da nossa independência política, ou, dito de outra forma, o país precisava da sua independência econômica e cultural para completar sua independência política. Sobre esse momento, Corbisier nos diz:



acervo.museudapessoa.org

Carlos Marighella (em pé, ao microfone) e Roland Corbisier (à direita dele) no Congresso de Solidariedade a Cuba na sede do Sindicato dos Operários da Construção Naval. Niterói (RJ), 1963

Capa de edição de *Os intelectuais e a revolução* (1980), de Roland Corbisier, lançado pela editora Avenir

O estatuto colonial não incluía, portanto, apenas a esfera do que se poderia chamar de econômico, mas abrangia, também, o campo do “ideológico”, uma vez que, também nesse domínio, exportávamos a imagem da nossa natureza e importávamos a ótica metropolitana, o repertório das ideias que procurava justificar, ou racionalizar, o estatuto da dependência. Não nos víamos com nossos próprios olhos, mas através de uma visão alienante, que convinha aos interesses da metrópole (CORBISIER, 1976, p.17).

A publicação em 1960 do livro *Consciência e realidade nacional*, do também filósofo e membro do Iseb Álvaro Vieira Pinto, trouxe à tona não o problema da consciência na sua universalidade transcendental, mas o processo de criação de uma consciência crítica em face da realidade nacional. Para ele, “ter consciência de algo real” é diferente de ter “consciência do real como tal”. Há que se ter uma conjunção entre pensamento do existente e simultaneamente pensamento da existência, só assim é que se revela a fonte de consciência da comunidade, pois só nesta forma os aspectos do real são considerados como totalidade [...]. A reflexão cognoscitiva transcende os dados singulares imediatos da realidade para abarcá-la como todo (VIEIRA PINTO, 1960, p. 30).

Tal consciência crítica emergiria da sua forma ingênua e subjetiva ao reconhecer os fatores que delegam ao nosso país a condição de periférico economicamente e culturalmente. Tratava-se de trazer à consciência pensante a relação objetiva e determinante entre a metrópole e a condição colonial. Nessa mesma senda colocou-se Corbisier. No livro *Formação e problema da cultura brasileira*, de 1960, ele aponta uma abertura para o desenvolvimento de uma filosofia nacional. Como destaca Sérgio Castanho,

Corbisier abriu a possibilidade de novas abordagens acerca da fundamentação de uma filosofia autóctone, na medida em que examina historicamente as relações entre o discurso filosófico e o problema da liberdade e da autodeterminação da comunidade nacional

Corbisier, na linha de Álvaro Vieira Pinto, chega a propor uma filosofia brasileira, “entendida como autoconsciência da cultura”, “como tarefa histórica de libertação e não como exercício acadêmico”, uma filosofia que traga “a revelação de nossa própria entidade, de nosso ser como destino” (CASTANHO, 2006, p. 6-7).

Para Corbisier, a cultura brasileira, entendida como “totalidade das manifestações vitais que, em seu conjunto, definem o povo brasileiro”, forneceria a matéria-prima original sobre como poderíamos descobrir nossa própria forma de pensar. O fenômeno cultural envolve os aspectos práticos e teóricos, articulando uma relação dialética e de múltiplas determinações entre os processos sociais, ora como condição, ora como resultado das interações entre o poder político e o econômico. Há uma disputa sobre o sentido da nação. A filosofia, como totalidade das relações entre a natureza e a história, é a tomada de consciência desse processo histórico. Mas essa demanda não poderia ser algo formal, separado da realidade.

Há aqui, na minha interpretação, uma compreensão mais profunda sobre a amplitude do que deveríamos conceber por filosofia e pensamento nacional. Corbisier abriu a possibilidade de novas abordagens acerca da fundamentação de uma filosofia autóctone, na medida em que examina historicamente as relações entre o discurso filosófico e o problema da liberdade e da autodeterminação da comunidade nacional. Os discursos devem sempre pressupor aspectos históricos, sociais e políticos como elementos determinantes do modo de vida e da visão de mundo, sendo o verdadeiro chão ontológico de qualquer pensamento que se quer autônomo.

Contra o universalismo abstrato das formulações filosóficas clássicas, afirmava a concretude da história:

O campo da cultura, assim como o político e o econômico, está em disputa de sentidos que, em última instância, são fornecidos pela compreensão histórica da nação. Esse tratamento sobre a maneira de pensar a filosofia no Brasil foi uma ruptura nos cenários aristocráticos até então estabelecidos acerca dessa questão

Essa é, a nosso ver, a grande, se não a principal, conquista do pensamento moderno, da filosofia moderna, a tomada de consciência de que não há uma “natureza humana”, pré-fabricada na eternidade, porque o Homem é a história do Homem (CORBISIER, 1994, p. 60).

Assim, o Brasil é a história do Brasil. É nela que devemos encontrar o elemento cultural e social específico, autônomo, para construir uma grande nação. É necessário desobstruir os caminhos próprios para o desenvolvimento nacional, superando as conjunturas econômicas, políticas e culturais que nos impõe a condição de semicolônia na divisão internacional do trabalho e do saber.

Temos então um ponto chave de abertura para a compreensão de um pensamento filosófico genuinamente nacional: a constatação de que o pensamento, a linguagem, as práticas, as instituições — em resumo, a nossa história — são determinados pelo nosso modo de vida, a maneira como produzimos nossa própria visão do mundo. Relacionar a questão do discurso filosófico ao problema da liberdade e da autodeterminação da comunidade nacional não seria uma simples aplicação de teorias, mas sim uma determinação do nosso modo de vida e de como enxergamos o mundo, isto é, uma destinação das relações do ser histórico-social.

Tensionando ao máximo a abertura proposta pelo pensamento de Corbier— segundo a qual a cultura brasileira é a área em que reside a originalidade de um pensamento nacional —, temos um horizonte particularmente fértil para o trabalho de autoconhecimento e autodeterminação acerca da nossa anatomia histórica e social. O campo da cultura, assim como o político e o econômico, está em disputa de sentidos que, em última instância, são fornecidos pela compreensão histórica da nação. Esse tratamento sobre a maneira de pensar a filosofia no Brasil foi uma ruptura nos cenários aristocráticos até então estabelecidos acerca dessa questão.

É claro que o projeto filosófico de Corbisier não tirou dessa constatação todas as consequências possíveis, não tendo sido, portanto, plenamente finalizado. Muito pelo contrário. O que ele possibilitou, no meu entender, foi uma amplitude de abordagens sobre o assunto. A essa desobstrução de perspectivas, novos problemas devem ser agregados, além da necessidade de melhor fundamentar as diversas objeções que a questão levanta.

6. O APERFEIÇOAMENTO DIALÉTICO

Já em liberdade, mas sofrendo os efeitos da cassação dos seus direitos políticos, Corbisier fundou em 1967 o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), ministrando cursos de Filosofia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1970, auge do obscurantismo ditatorial, pronunciou uma série de conferências sobre a filosofia de Hegel (1770-1831), comemorando o segundo centenário de nascimento do filósofo alemão, e publicou nos anos seguintes uma série de artigos sobre o tema. Nesses cursos adotou a estratégia hermenêutica de realçar o realismo dialético por trás da linguagem rebuscada e obscura do filósofo alemão. Tornou-se célebre sua palestra sobre a “dialética do senhor e do escravo”, presente na *Fenomenologia do espírito*, como uma descrição da moderna luta de classes.

Sobre esse “retorno” a Hegel, dizia:

Excluídos compulsoriamente, pelo arbítrio e pela violência, do universal concreto, quer dizer, da vida na cidade e no Estado, vida que era uma síntese de pensamento e de ação, de teoria e de prática, refluímos para o universal abstrato, momento anterior, e já ultrapassado, do processo de luta em que nos achávamos engajados. O retorno, porém, digamos desde logo, não era ingênuo, mas plenamente consciente, e visava apenas consolidar as posições irreversíveis em que nos encontrávamos no momento em que fomos colhidos pelo golpe de Estado (CORBISIER, 1976, p. 195).

A partir de então se dedicou à filosofia como outra face da política. Em 1974 publicou a *Enciclopédia filosófica*; em 1975, *Filosofia política e liberdade*; e, em 1976, *Filosofia e crítica radical*. Em 1974, continuou ministrando diversos cursos na ABI, na PUC-Rio, na UFRJ e no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

Ao centrar suas formulações nos conceitos de *cultura*, *história*, *totalidade*, *ideologia* e *luta de classes*, o filósofo mostrava que tinha superado definitivamente o existencialismo subjetivista e aristocrático para se estribar nas formulações dialéticas e objetivas tanto de Hegel quanto de Marx. Não era o caso de afirmar a inutilidade dos pensamentos existencialista e fenomenológico aos quais dedicara anos de estudo, mas de reconhecer que estes estavam subsumidos na compreensão dialética. “Quando instado a definir sua posição filosófica, não hesitava em se dizer hegeliano-marxista.” (CASTANHO, 1993, p. 4) De fato, Corbisier, na linha de pensamento aberta por V. I. Lênin (1870-1924) e divulgada no Ocidente por Henri Lefebvre (1901-1991), foi

um dos pioneiros no Brasil a explorar conceitualmente as linhas de conjunção entre Hegel e Marx.

A questão filosófica girava em torno do problema lógico que fundamentava os discursos tradicionais da filosofia clássica. Sabemos que para Kant, em sua *Crítica da razão pura*, a lógica transcendental oriunda do entendimento — que tinha por objeto o conhecimento do finito e do condicionado — e a razão — que deveria pensar o infinito e o incondicionado — estão completamente separadas em sua estrutura *a priori*, cabendo à primeira o conhecimento das ciências positivas, e à segunda apenas a metafísica. Isso quer dizer que a lógica transcendental fornece meramente as condições *a priori* de cognoscibilidade dos objetos pela experiência possível, cindindo definitivamente a forma, estabelecida pelo sujeito, o “eu penso”, e o seu conteúdo, caracterizado pelo objeto “em si mesmo”, incognoscível. Essa compreensão estabelecida ainda na aurora da contemporaneidade histórica pelo criticismo kantiano é o que passou a vigorar como lógica formal, estruturante dos discursos das ciências positivas, circunscrita apenas aos ditames do entendimento.

Hegel, em outra vertente interpretativa, considera que as categorias lógicas que atuam no ato do conhecer não podem ser separadas e abandonadas à simples analiticidade formal do entendimento, mas são elas mesmas categorias concretas, unificadas pela atividade imanente da racionalidade especulativa da dialética. Em sua *Ciência da lógica*, afirma:

Aquilo que se costuma compreender como lógica é considerado inteiramente sem levar em conta o significado metafísico [...]. Pelo contrário, a falta de conteúdo das formas lógicas está apenas no modo como elas são consideradas e tratadas. Na medida em que elas se separam como determinações firmes e não são mantidas juntas em unidade orgânica, elas são formas mortas e o espírito não habita nelas, espírito no qual é a sua unidade concreta que vive (HEGEL, 2016, p. 50).

Corbisier assimila o deslocamento operado por Hegel da unidade sintética do conhecimento puro *a priori* para a vida espiritual concreta em suas manifestações objetivas da cultura e da história. O problema lógico e metafísico da filosofia é redimensionado para além da estrutura subjetiva do sujeito transcendental *a priori*, superando suas cisões intrínsecas, passando a ser concebido numa chave objetiva, isto é, submetendo-se a determinações tanto do pensamento quanto do ser.

Seguindo a conexão intelectual exposta por Lênin nos *Cadernos filosóficos* de 1916, compreende que as categorias lógicas devem deixar de expressar somente puras formas abstratas, operacionalmente apartadas e destituídas de conteúdo concreto, passando a constituir a execução qualitativa do conhecer histórico e social objetivo e consolidando a passagem da lógica formal para uma lógica do conteúdo, da analítica do entendimento subjetivo para uma dialética da racionalidade real. A dialética absorve as diretrizes metafísicas e as converte em determinações lógicas, encerrando

essa antiga tradição filosófica no saber científico ao responder à pergunta kantiana “como é possível a metafísica enquanto ciência?” (KANT, 2001, p. 77). À vista disso, o campo em que se desenvolvia a unidade filosófica entre o hegelianismo e o marxismo era a dialética.

Incorporando essas elaborações teóricas, Corbisier criticava qualquer visão estática da questão nacional como a busca de um “ser nacional” ou de um “caráter nacional” — chamava tais visões de “eleáticas”, em referência ao “ser uno e imóvel”, segundo a formulação do filósofo pré-socrático Parmênides. Para ele, esses entendimentos, aristocráticos e direitistas, fundamentados numa lógica formal, estavam presos a interpretações substancialistas da identidade do país. Entretanto, a nação não é algo fixo e dado de uma vez por todas ao longo da história, mas um processo, *ela não é, mas está sendo*. Essa visão dinâmica e dialética da nação, como projeto, critica os estereótipos das elites acerca do país. As formulações filosóficas de Corbisier absorvem em sua elaboração o fato de a burguesia brasileira ter tido medo das reformas e se acovardado com a possibilidade do desenvolvimento autônomo, e por isso ter aceitado o golpe de 1964. A pusilanimidade das elites nacionais as fez se eximirem de responsabilidades com a nação, atrelando nosso destino aos interesses das potências exógenas, cedendo os instrumentos políticos, econômicos e culturais que poderiam ser utilizados para os interesses nacionais.

Castanho nos chama a atenção para que, no livro *Formação e problema da cultura brasileira*, Corbisier, ao falar do papel dos intelectuais, cita Lênin sem revelar a fonte: “se é verdade, como já se disse, ‘que não há movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário’, não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional” (CASTANHO, 1993, p. 92). Em 1980 publica *Os intelectuais e a revolução*, um livro que foi dedicado a Lênin, “filósofo e político”, além de conter epígrafes do próprio Lênin, Hegel e Marx.

7. UNIVERSALISMO VERSUS PARTICULARISMO

Na década de 1980, Corbisier continuava ministrando cursos livres de Filosofia que versavam sobre introdução à filosofia, introdução à lógica dialética, filosofia da história, filosofia do direito, introdução histórica ao pensamento político, ideologia e cultura brasileira. Mais tarde, expôs parte desses cursos em uma série de livros intitulados de *Introdução à filosofia*, publicados pela Civilização Brasileira em sete volumes (o primeiro tomo, em 1983; o último, em 2002).

Em 1985 se envolve em uma polêmica pública com a filósofa Marilena Chauí. O episódio foi estampado na capa do Caderno B do *Jornal do Brasil* com a manchete “Uma polêmica: Chauí x Corbisier”, que remetia a uma matéria assinada pelo filósofo e crítico de arte Wilson Coutinho (1947- 2003). Tratava-se das opiniões resultantes do seminário “Tradição/contradição”, promovido pela Funarte e que contou com a presença de intelectuais de peso como conferencistas, entre eles, o

próprio Corbisier, José Américo Pessanha, Marilena Chauí, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz.

Corbisier, que na semana anterior tinha palestrado com sucesso sobre o Iseb, fora assistir à palestra de Marilena Chauí cujo título era para ser “A filosofia no Brasil pós-Iseb”. Entretanto, conforme diz a matéria jornalística, Chauí desconsiderou a filosofia produzida no instituto, defendendo a ideia de que uma filosofia do desenvolvimento nacional teria sido um projeto dezenovista, que ainda estava preso ao ideal romântico do *Volkgeist* (espírito do povo) e ao positivismo de Sílvio Romero (1851-1914). A ideia de que os intelectuais se achavam capazes de ser “guias condutores, pedagogos do povo, doadores de um sentido de consciência nacional inconsciente” constituía um pensamento “autoritário” que ainda não tinha sido “extirpado no Iseb”. Para ela, a filosofia deveria ser essencialmente “autônoma” — dando a entender que não deve ter compromissos com a luta pelo poder político nem com a nação. Isso só passou a ocorrer no Brasil de 1965 a 1985, intervalo durante o qual o filósofo se dedicou a “discutir os seus temas e problemas específicos” — tema da palestra de Chauí. Na perspectiva dela, ao filósofo não caberia buscar respostas ou soluções, mas propor indagações (COUTINHO, 1985).

Segundo a matéria, Corbisier saiu calado da palestra, mas depois aceitou comentá-la. Para ele, a exposição “foi muito ruim por inúmeros motivos”, tendo sido uma palestra “acadêmica, erudita e pedante”. Em sua opinião, faltaria a Chauí uma “concepção revolucionária”, que ele via no marxismo. “Passei os olhos sobre um livro dela sobre ideologia, não gostei. Mas ela é muito badalada. É inteligente, mas o Roberto Campos também é. Chauí é pré-marxista, anacrônica e superada”. Sobrou até para o colega de universidade da filósofa, Roberto Schwarz: “ele escreve mal, é confuso e trapalhão. Foi a pior palestra até agora. Chegava a gaguejar.” — disparou Corbisier (COUTINHO, 1985).

A notícia veiculada no *Jornal do Brasil* reacendeu uma antiga querela que contrapunha pensadores e sociólogos da Universidade de São Paulo ao extinto Iseb. O engajamento político e ideológico dos intelectuais do Iseb em uma agenda de desenvolvimento econômico foi rejeitado por outros intelectuais, principalmente de instituições paulistas, como a USP. Estes repreendiam o Iseb por considerá-lo uma instituição política estatal e, portanto, autoritária, cuja produção carecia de rigor acadêmico em suas formulações. Além disso, viam no engajamento político e institucional e na ideologia nacional-desenvolvimentista do instituto uma distorção da aplicação dos princípios teóricos tanto do liberalismo quanto do marxismo.

Na realidade, quando Chauí destacou o “autoritarismo do Iseb”, nada mais fez do que resgatar a antiga crítica das elites paulistas, cristalizadas intelectualmente na USP, contra as reformas modernizantes impostas de cima para baixo pela Revolução de 1930 capitaneada por Getúlio Vargas (1882-1954). Ecoava por trás dessa qualificação o antigo embate político e ideológico entre a aristocracia paulista da República Velha e os desenvolvimentistas e nacionalistas de orientação varguista. O pano de fundo é a própria visão que se tem do Brasil, sob as óticas do cosmopolitismo ou do particularismo.

Instigante síntese dessa querela histórica é exposta por Christian Lynch quando ele percebe que temos desde a nossa independência política duas maneiras diferentes de pensar o Brasil, expressas no embate entre os “Saquaremas” e os “Luzias”:

Saquarema é a denominação dada aos conservadores do Império. *Luzia* é o apelido dedicado aos liberais da época. Chamavam-se assim por duas razões. Saquarema era o nome do município do Rio onde um dos líderes conservadores, o Visconde de Itaboraí, tinha uma fazenda. Ali o grupo se reunia com frequência. Luzia era uma referência a uma pequena cidade de Minas Gerais, Santa Luzia, onde ocorreu a maior derrota dos liberais nas revoltas de 1842 (LYNCH, 2011, p. 22).

Para Lynch, essas denominações evidenciavam uma disputa entre modelos antagônicos de desenvolvimento nacional: de um lado, o de um Estado centralizado, que pudesse impor sua vontade às províncias; de outro, o de um Estado nacional descentralizado, mero representante dos interesses federativos, garantindo-se a autonomia política dos chefes provincianos. Esse debate permaneceu na República Velha através do federalismo dos governadores, capitaneados principalmente pelo eixo São Paulo-Minas Gerais, centro do pensamento “Luzia”. O debate volta à tona quando da vitoriosa Revolução de 1930, uma vitória da linha “Saquarema”. Com a derrota militar dos paulistas em 1932, a elite paulista direciona suas críticas ao autoritarismo getulista.

Anos mais tarde, o debate entre “Saquaremas” e “Luzias” é retomado, agora na forma da oposição sociológica entre Guerreiro Ramos, do Iseb, e Florestan Fernandes, da USP:

O primeiro afirma que há uma tradição nacional a ser seguida; cada país tem a sua. Relativiza a ideia de ciência social e seu universalismo. Lembra que é preciso aproveitar as discussões feitas preteritamente para criar uma ciência social brasileira. Florestan Fernandes pensa o inverso. Diz que é preciso fazer um transplante perfeito das instituições, justamente o plano seguido pela USP. Daí a frase meio debochada dita por Michel Foucault, quando esteve no Brasil, certa época: “A USP é um departamento francês de ultramar.” Muita gente achou aquilo um elogio, mas ele quis dizer que a USP era uma cópia de uma universidade francesa de província. Não quero dizer que a USP seja isso, mas transparecem aí essas diferenças de ver o Brasil, fazer o diagnóstico da sociedade brasileira e prescrever os seus remédios (LYNCH, 2011, p. 30-31).

Para Lynch, essas diferenças históricas e políticas têm seus correspondentes epistemológicos, pois os nacionalistas procuram alterar a realidade do país por meio do conhecimento da realidade nacional, tal qual nossa história nos legou, adaptando às nossas condições as teorias bem-sucedidas em outras nações. O “Saquarema” tem “uma visão mais nacionalista, acha que é menos universalista na proposição dos remédios e sustenta que cada país tem sua tradição, seu jeito de ser” (LYNCH, 2011, p.31). Já o pen-

Por isso um pensamento que se quer político e engajado nas questões do país não pode ser universal-abstrato, mas prático-concreto, pois deve materializar nas condições das relações da comunidade nacional os arranjos específicos que constituem nossa própria visão de mundo

samento “Luzia”, por outro lado, é cosmopolitista, “orientado mais por teorias que vêm de fora, tem menos tolerância com a adaptação e vê nela a corrupção e a deformação”. Para evitar a deformação e a corrupção, “convém fazer um transplante perfeito das instituições democráticas liberais estrangeiras” (LYNCH, 2011, p. 30). O pensamento uspiano entende o Brasil com base na categoria do desvio e da deformação.

Hoje a USP é hegemônica, e o cânone intelectualizado produzido por ela também é hegemônico. Mas nos anos 1950 [ess]a universidade não tinha a visibilidade de hoje. Essa visibilidade estava no Iseb. Para se legitimar, o pensamento uspiano buscou criar seu próprio cânone. E quando conseguiu inverter, o Iseb passou a ser visto como a fábrica de ideologia, uma coisa pelega cravada com as mãos do Estado (LYNCH, 2011, p. 36).

O cosmopolitismo filosófico dos paulistas já era conhecido por Corbisier, afinal ele era um dos componentes do “grupo paulista” que se reunia em Itatiaia nos anos 1950. Internamente, do ponto de vista teórico, já tinha superado essa questão. A atividade racional que estabelece mediações entre o particular e o universal não diz respeito a uma aplicação do universal à cultura nacional, mas da concordância interna da cultura da comunidade com o universal. Não se trata, pois, de uma sabedoria contemplativa ou teórica, de uma engenhosidade universal aplicável a casos particulares nem de uma faculdade subjetiva dada *a priori* e não submetida ao tempo e ao espaço, mas de uma determinação do próprio ser histórico e social. A ação e o domínio da gramática da vida real não são só uma questão de teoria, mas revestem-se de uma ação prática, da participação nas relações e costumes de uma sociedade.

Observando retrospectivamente o debate entre Corbisier e Chauí, Iseb e USP, em torno dos pressupostos da filosofia e das ciências humanas e sociais desenvolvidas no Brasil, defendendo que um pensamento que se quer nacional deve justamente

argumentar e demonstrar que há conhecimentos, compreensões e práticas na cultura da nossa nação que estão além da jurisdição e da metodologia da ciência social acadêmica estrangeira. Esse encobrimento de relações cognoscentes, históricas e sociais anteriores ou fora do saber acadêmico tradicional não é somente uma questão teórica, mas diz respeito, em grande medida, a uma submissão à *legislação epistemológica universalista*³ que destrói a autoestima de uma legítima inteligência nacional. Adotar tais termos para o pensar filosófico seria aceitar justamente o *estatuto colonial*. Por isso um pensamento que se quer político e engajado nas questões do país não pode ser universal-abstrato, mas prático-concreto, pois deve materializar nas condições das relações da comunidade nacional os arranjos específicos que constituem nossa própria visão de mundo.

8. A INCORPORAÇÃO AO PCDOB

No início dos anos 1990, mais uma vez o filósofo é chamado à baila, desta feita para opinar acerca da queda do chamado “socialismo real” nos países do Leste Europeu. Nessa época, Francis Fukuyama, funcionário do Departamento de Estado estadunidense, vanguarda do nascente neoconservadorismo, publicou artigo que ficou famoso, *The end of history*, mais tarde transformado em livro com o título *The end of history and last man*, defendendo a tese de que com a vitória do Ocidente na Guerra Fria a humanidade tinha chegado ao ponto final de sua evolução ideológica, com o triunfo da democracia liberal sobre o fascismo e o comunismo. Vitorioso na Europa e em expansão pela Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan), esse regime se estenderia, mais cedo ou mais tarde, a todos os povos civilizados. Essas ideias davam uma medida do debate ideológico daquele período no mundo. Não indiferente a isso, o Brasil refletia esse triunfalismo da vitória definitiva do capitalismo sobre o comunismo, sofrendo a implantação das duras medidas neoliberais do governo Collor (1990-1992). Para muitos, a globalização jogava no museu tanto as ideias comunistas quanto o nacionalismo desenvolvimentista.

No mesmo dia em que o *Jornal do Brasil* publicava em matéria de capa a reunião do Comitê Central do PCUS que dissolveria a então União Soviética, Corbisier publicou o artigo *Tempo de apostasia*. Nesse belo e histórico artigo, o filósofo compara aqueles tempos vividos com o episódio da *Odisseia*, de Homero, em que Ulysses se faz “amarrar ao mastro do navio para não ser arrastado e seduzido pelo canto das

3 Defini legislação epistemológica universalista do seguinte modo: “Assim como o poder político se legitima através de uma legislação jurídica que normaliza as relações entre as classes subalternas e dominantes, constringendo a luta de classes ao escopo das instituições vigentes, também o domínio metodológico e cientificista dos saberes possui sua própria legislação epistemológica, que procura padronizar suas pretensões de universalidade reprimindo outros pressupostos que atuam sobre o conjunto das compreensões humanas. Essas novas leis do conhecimento se fundamentam no sucesso preditivo das ciências naturais e formais e na pretensão de um deslocamento mecânico dos métodos, ferramentas técnicas, aparatos práticos e linguagens oriundas dessas ciências particulares em direção às humanidades. Haveria, portanto, segundo essa concepção, uma régua objetiva e exógena para mensurar a eficácia dos saberes” (CAPOVILLA, 2020, p. 310).

sereias”. Para ele, tratava-se, em termos de metáfora, do “aspecto contraditório da condição humana, que obriga Ulysses a amarrar-se, a prender-se, para libertar-se da sedução, ou da tentação, que o impediria a seguir na viagem e chegar ao porto que pretendia”. Então, sentencia o filósofo: “não depende de nós ouvir ou não ouvir o canto das sereias [...], mas, se não podemos evitar que seu canto chegue a nossos ouvidos, de nós depende ceder à sua sedução ou a ela resistir” (CORBISIER, 1991).

Para Corbisier, a crise enfrentada pelos países socialistas existia, de fato. Mas esse seria “um preço histórico que estariam pagando, ao quererem construir o socialismo num mundo ainda dominado pelo capitalismo”. Por fim, conclui afirmando:

quanto a nós, permaneceremos amarrados ao mastro das nossas convicções, resistindo ao canto das sereias, certos de que, apesar de todas as crises pelas quais está passando o mundo socialista, o capitalismo não é a última palavra da história. Embora saibamos que o tempo é um tempo de apostasia (CORBISIER, 1991).

Como consequência desse ambiente hostil às ideias marxistas e aos partidos comunistas, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) promovera um seminário na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) com a presença do seu presidente e histórico militante João Amazonas (1912-2002). O *Jornal do Brasil* noticiou de forma irônica o encontro, afirmando que, além de militantes do PCdoB, que era o promotor do evento, também “reuniu marxistas ortodoxos do PCB e do PT, alarmados com a dificuldade em defender, junto com as forças hegemônicas de esquerda, a Revolução Russa e o ideário comunista”. Entre os “comunistas ortodoxos” estava Roland Corbisier, que na época era filiado ao PT. O filósofo participou do seminário com uma ideia bem clara sobre o assunto, conforme tinha expresso em artigo no próprio *JB*. O jornalista responsável pela matéria satirizou a postura do filósofo afirmando que “o mastro do navio de Corbisier era o PCdoB, único partido que adota o marxismo-leninismo” (AZIZ FILHO, 1991).

Logo após, Corbisier filiou-se ao Partido Comunista do Brasil, coerente com sua transição para o socialismo, síntese política do proletariado brasileiro, do desenvolvimento do país e da sua cultura nacional-popular. Em 1994 proferiu uma intervenção no seminário “Rumos da modernidade”, também realizado no Rio de Janeiro, e, no mesmo ano, publicou o artigo *O Estado, a ética e a política* nas páginas da revista *Princípios*. Corbisier faleceu em 2005 no Rio de Janeiro, aos 90 anos de idade.

9. CONCLUSÃO

Termino este pequeno ensaio sobre o Iseb resgatando um pouco da obra e do pensamento do primeiro diretor-executivo do instituto, o filósofo Roland Corbisier. Transcrevo, como conclusão, o que já tinha exposto em ensaio comemorativo aos cem anos do seu nascimento, aqui nas páginas da mesma revista *Princípios*:

Nestes tempos de pós-verdade, pós-modernidade, neoliberalismo e neofascismo, resgatar o desenvolvimentismo do Iseb e as formulações nacionalistas do filósofo Roland Corbisier é manter vivas as ideias que defendeu — autonomia econômica, política e cultural do Brasil —, atualizando-as, debatendo e escolhendo novos rumos

A lembrança tem sempre os motivos da conservação e da renovação. Nestes tempos pelos quais passamos, a exigir sempre um constante consumo de novidades, conservar o acúmulo que adquirimos das gerações passadas, identificando o fio condutor de uma tradição à qual pertencemos, é um aspecto importante da lembrança. Mas trazer ao presente a herança ancestral também é atualizá-la à conjuntura, vivenciá-la. O sentido da lembrança é evidenciar os conteúdos vigentes e novos das palavras-conceitos legadas pela tradição. Conteúdo vivo que nos defronta com questões históricas, políticas e éticas fundamentais, que são a conquista da autonomia da comunidade nacional e a liberdade de escolher e viver seu próprio destino (CAPOVILLA, 2014, p. 96).

Nestes tempos de pós-verdade, pós-modernidade, neoliberalismo e neofascismo, resgatar o desenvolvimentismo do Iseb e as formulações nacionalistas do filósofo Roland Corbisier é manter vivas as ideias que defendeu — autonomia econômica, política e cultural do Brasil —, atualizando-as, debatendo e escolhendo novos rumos. Ganha especial relevo, em minha opinião, um problema suscitado por seus trabalhos e ainda aberto às novas gerações, o da relação entre a questão nacional e o pensamento filosófico.

* Doutorando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Filosofia no Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e diretor da Fundação Maurício Grabois (Maranhão).
E-mail: capovillacristiano@gmail.com

► Texto recebido em 16 de junho de 2021; aprovado em 20 de junho de 2021.

- AZIZ FILHO. Golpe na URSS isola comunistas ortodoxos brasileiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 11, 1 set. 1991.
- BARIANI, Edison. Uma intelligentsia nacional: Grupo de Itatiaia, Ibsp e os Cadernos de Nosso Tempo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 249-256, maio-ago. 2005.
- CASTANHO, Sérgio. **Nasce a nação**: Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira. 1993. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.
- _____. Roland Corbisier: o intelectual da “cultura brasileira”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SBHE-UCG, 2006.
- CAPOVILLA, Cristiano. Os dispositivos de dominação neocolonial e o ocaso das humanidades. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 307-320, jul.-out. 2020.
- _____. Roland Corbisier e a abertura para um pensamento nacional autônomo. **Princípios**, n. 133, p. 96-104, nov.-dez. 2014.
- CORBISIER, Roland. **Filosofia e crítica radical**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- _____. **Introdução à filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. t.1.
- _____. Lógica e cronologia das reformas. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (Org.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC- Rio; Contraponto, 2006. p. 147-173.
- _____. O Estado, a ética e a política. **Princípios**, n. 34, p. 59-67, ago.-out. 1994.
- _____. Tempo de apostasia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 11, 26 jul. 1991.
- COUTINHO, Wilson. Uma polêmica: Chauí x Corbisier. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 11 set. 1985.
- GOMES, Fabrício A. Souza. **A trajetória intelectual e política de Roland Corbisier**. 2017. Tese (Doutorado) — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.
- HEGEL, Friedrich. **A ciência da lógica**: 1. A doutrina do ser. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2016.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Ssquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. **Insight Inteligência**, v. 55, p. 21-37, out.-dez. 2011.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Iseb, 1960. v. 1.

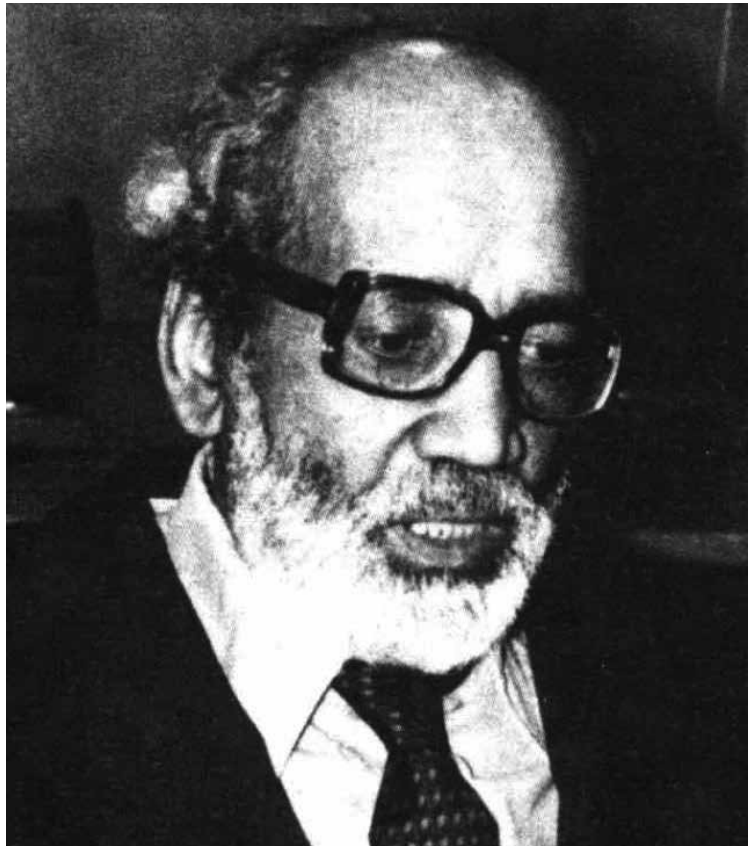
A atualidade de Guerreiro Ramos: desenvolvimento, racismo e colonialidade no Brasil de 2021

The topicality of Guerreiro Ramos:
development, racism and coloniality in
today's Brazil

Fábio Borges*

Luiza Maria Martins**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.005>



Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), sociólogo e político brasileiro

RESUMO

O Brasil em 2021 passa por um período muito crítico, com a ascensão de um grupo de uma direita bruta, representada na figura do presidente Jair Bolsonaro, que em tese implementaria políticas neoliberais lideradas pelo ministro Paulo Guedes. Ao mesmo tempo, desde 2020 o país vem enfrentando uma de suas piores crises sanitárias e econômicas, com um número lamentável de vítimas da covid-19. Também são anos marcados por muita violência relacionada ao racismo, com uma intensificação de assassinatos praticados pelo aparato policial, especialmente da população negra, no Brasil. Diante de tal quadro, nada nos parece mais pertinente que recuperar o pensamento do sociólogo Guerreiro Ramos para entender o Brasil atual, já que foi um autor que de forma original aprofundou os temas do desenvolvimento, do racismo e da colonialidade. A hipótese central é que a situação social, econômica e política brasileira carece de uma análise profunda, crítica e original na busca pela transformação dessa situação trágica por que o país passa, sendo Guerreiro Ramos talvez uma referência pouco trabalhada ainda, nesse sentido.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Desenvolvimento. Racismo. Colonialidade. Atualidade.

ABSTRACT

In 2021 Brazil is going through a very critical period, with the rise of a extreme right group, represented by president Jair Bolsonaro, who in theory would implement neoliberal policies led by minister Paulo Guedes. At the same time, since 2020 the country has been facing one of its worst health and economic crises, with a regrettable number of victims of covid-19. It is also a year marked by violence related to racism, with an intensification of murders committed by the police apparatus, especially of the black population in Brazil. Given this situation, nothing seems more pertinent than recovering the ideas of sociologist Guerreiro Ramos in order to understand today's Brazil, since he was an author who in an original way deepened the themes of development, racism and coloniality. The central hypothesis is that the Brazilian social, economic and political situation lacks a deep, critical and original analysis in the search for the transformation of this tragic situation that the country is going through, with Guerreiro Ramos being a reference that has been little employ on this regard.

Keywords: Guerreiro Ramos. Development. Racism. Coloniality. Contemporaneity.

INTRODUÇÃO

O Brasil em 2021 passa por um período muito crítico, com a ascensão de um grupo de uma direita bruta, representada na figura do presidente Jair Bolsonaro, que em tese implementaria políticas neoliberais lideradas pelo ministro Paulo Guedes.

Paulo Guedes é ministro da Economia desde 2018, ano em que o ministério foi criado. Tem graduação em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), passagem na pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas carioca e mestrado e doutorado pela Universidade de Chicago, sem dúvida um defensor fervoroso da crença neoliberal. Atuou como docente na FGV, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e no Ibmecc durante as décadas de 1980 e 1990. As consultas sobre sua formação foram feitas a partir de fontes secundárias, visto que seu currículo acadêmico não é registrado na Plataforma Lattes. A convite de Jorge Selume, diretor de orçamento na ditadura chilena de Augusto Pinochet, e também colega de Guedes na Universidade de Chicago, o atual ministro acompanhou, como docente na Universidade do Chile, as reformas econômicas implementadas naquele país durante o período autoritário. Não à toa, ao lado de Bolsonaro, defendeu explicitamente a implementação das reformas de Pinochet no Brasil — privatizações, reformas tributárias e previdenciárias. Na política brasileira, teve visibilidade apenas com Bolsonaro. No final do século XX, defendeu o Plano Real e estruturou o projeto econômico de Guilherme Afif Domingos quando este concorreu à Presidência em 1989. Atuou mais fortemente no setor privado, sendo um dos fundadores do banco de investimentos de risco Pactual e do think tank Instituto Millenium.

Ao mesmo tempo, desde 2020 o país vem enfrentando uma de suas piores crises sanitárias e econômicas, com um número lamentável de vítimas da covid-19. Os números da Organização Mundial da Saúde são assustadores: são 30.434 novos casos diários, totalizando 16.545.554 casos confirmados e 462.791 mortes por covid-19, enquanto a vacinação caminha a lentos passos, com apenas 60.017.445 vacinados (menos de 28% da população brasileira) até junho de 2021.

Também é um ano marcado por muita violência relacionada ao racismo, com uma intensificação de assassinatos praticados pelo aparato policial no Brasil, especialmente da população negra local. Apesar da ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) nº 635, determinada pelo Supremo Tribunal Federal, que impedia as operações em favelas cariocas durante a pandemia de covid-19, a chacina na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro é um exemplo da excepcionalidade que as pessoas negras vivem no Brasil. Com 28 mortes devidas à ação da Polícia Civil em 6 de maio de 2021, a chacina é tida como a segunda pior da história do estado — 13 dos mortos, na maioria negros, nem sequer estavam sendo investigados.

Diante de tal quadro, nada nos parece mais pertinente que recuperar o pensamento do sociólogo Guerreiro Ramos para entender o Brasil atual, já que foi um autor que de forma original aprofundou os temas do desenvolvimento, do racismo e da colonialidade. A hipótese central é que a situação social, econômica e política brasileira

Foi um ator político nacional e dentro da própria academia: no espaço de homens brancos, era firme e polêmico, com ideias contra-hegemônicas de estruturar um pensamento sociológico no Brasil e para o Brasil

carece de uma análise profunda, crítica e original na busca pela transformação dessa situação trágica por que o país passa, sendo Guerreiro Ramos talvez uma referência pouco trabalhada ainda, nesse sentido.

O DRAMA DE SER DOIS

“Posto entre os dois mundos conflitantes — o do negro, que ele rechaça, e o do branco, que o rejeita —, o mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o de ser ninguém.” (RAMOS apud RIBEIRO, 2014, p. 192)

O drama de ser dois é um livro em que eu confesso o meu desconforto permanente com o mundo secular. Nesse poema eu me descrevia como uma espécie de pessoa entre dois mundos que eu não sabia definir. E ainda hoje acho que esse é um traço fundamental do meu perfil: eu não pertencço a nada. Não pertencço a instituições, não tenho fidelidade a coisas sociais; tudo o que é social, para mim é instrumento (RAMOS apud OLIVEIRA, 1995, p. 134).

Alberto Guerreiro Ramos foi sociólogo e político brasileiro, negro, baiano nascido em Santo Amaro no dia 13 de setembro de 1915, e autodidata. Segundo Brito, Leite e Ferreira (2016), há indícios de que seu pai, nascido livre, fora filho de ex-escravos, e de que sua mãe havia sido vendida pela família a traficantes de escravos de Angola. Partindo de seu próprio método perspectivista, como será exposto mais à frente, a situação da sua vida particular desde a infância e juventude são fatores importantes para entender a trajetória intelectual de Guerreiro. Como levantado por Brito, Leite e Ferreira em seu trabalho quantitativo sobre a produção da academia brasileira, é possível levantar a hipótese de os motivos de Guerreiro terem sido apagados das investigações de ciências humanas: “era errante”, nas palavras de Maria Stella de Amorim durante o painel “Contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira”, organizado pela Fundação Getúlio Vargas um ano após a sua morte (PRIMEIRO..., 1983). Foi um ator político nacional e dentro da própria academia: no espaço de homens brancos, era firme e polêmico, com ideias contra-hegemônicas de estruturar um pensamento sociológico no Brasil e para o Brasil.

O título da presente seção é o mesmo de seu livro de poemas publicado em 1937, período em que consumia demasiadas obras existencialistas francesas. Apesar de escrito aos 22 anos, como apontado por Brito, Leite e Ferreira (2016), explica profeticamente a trajetória do autor. No curto período entre a Lei Áurea e seu nascimento, são notáveis os impactos sentidos por Guerreiro. Ao longo de toda a sua jornada, há questionamentos próprios e de outros (como o da escola paulista de sociologia) sobre o que é Guerreiro Ramos — acadêmico, político, sociólogo, jornalista, ou simplesmente polêmico? O título da obra de Soares (2006) responde aos questionadores: *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Era polêmico, pois falava de modo firme, pensava a sociologia de forma política para o desenvolvimento nacional brasileiro e por estar no espaço de brancos. Teve ascensão por seu grande intelecto, sendo desde cedo professor particular da elite baiana e aprendendo a disciplina acadêmica por conta própria. Excepcional em seu tempo, graças a uma bolsa de estudos concedida pelo governo da Bahia foi estudar Ciências Sociais em 1939 na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, graduando-se na primeira turma da instituição em 1942 e bacharelando-se em Direito um ano depois pela mesma instituição. Ainda em 1943, trabalhou como técnico administrativo do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Suas análises sociológicas da realidade brasileira não foram deixadas de lado — durante toda a sua vida, manteve atuação burocrática e política enquanto produzia. Sobre isso, Nelson Mello e Souza ressaltou no mesmo painel, em 1983, que o tempo de Guerreiro sempre fora escasso, pois tinha seu engajamento político ativo, em simultâneo com sua produção acadêmica e intelectual. Entre 1949 e 1950, foi também integrante do Teatro Experimental do Negro, do Instituto Nacional do Negro e do *Jornal do Quilombo*, tendo extensa produção sociológica sobre o negro no Brasil.

O sociólogo visava — mediante a superação dos ressentimentos e dos recalques suscitados pelo preconceito racial e a alteração das atitudes e mentalidades negativas de brancos e negros referentes à cor — estimular a in-

Reprodução: ipeafro.org.br



Páginas do jornal *Quilombo* (ano I, nº 2, maio de 1949), com o qual Guerreiro Ramos colaborou entre 1949 e 1950

tegração efetiva da população negra à sociedade brasileira. Nesse sentido, Guerreiro também defendeu a implementação de políticas sociais, de educação e formação profissional que contribuíssem para a ascensão social do negro (MAIO, 2015, p. 606).

Segundo Simon Schwartzman, Guerreiro dialogava criticamente com os autores sobre questões raciais:

Para ele, havia duas tradições brasileiras no tratamento da questão do negro, uma totalmente perdida e negativa, outra recuperável. A melhor tradição era a que incluía Alberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Era verdade que Euclides da Cunha acreditava na determinação geográfica e ecológica da cultura, e Oliveira Vianna, autor de *Raça e assimilação*, se preocupava com o branqueamento da população brasileira. Eles possuíam, apesar disso, uma ideia de processo, de história, de transformação, e por isso tinham uma contribuição importante a ser recuperada. A pior tradição era representada pelos que tinham uma ideia estática e pessimista do brasileiro, visto como uma raça impura e condenada pela contaminação do sangue negro. Arthur Ramos e Gilberto Freyre são indicados como os principais representantes dessa concepção imobilista, que no máximo olhavam para o negro como objeto folclórico, a ser estudado como os entomólogos estudam os insetos. Costa Pinto, contemporâneo de Guerreiro Ramos, é apontado como representante dessa tradição mais negativa, e contra ele se volta boa parte dos ataques da Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo, texto incorporado mais tarde em *Introdução crítica à sociologia brasileira*. O que Guerreiro Ramos propõe em troca é uma sociologia do negro feita pelo próprio negro, a partir da assunção de sua condição racial, a partir de uma tomada de consciência de sua negritude (PRIMEIRO..., 1983, p. 21).

No final de sua vida, em 1981, afirmou que “o Brasil é o país mais racista do mundo” (OLIVEIRA, 1995, p. 174). Guerreiro tinha consciência, assim, do impacto contemporâneo e póstumo de sua atuação e produção no ambiente branco nacional. O trabalho de Maio (2015) sintetiza os racismos enfrentados nos planos intelectual, político e pessoal. Exilado em Los Angeles desde 1966, devido à ditadura civil-militar no Brasil, lecionou na Universidade do Sul da Califórnia e faleceu de câncer em 1982. Em um fórum on-line, seu filho relata uma ironia dessa época:

O velho Guerreiro nos deixou em 6 de abril 1982, no Hospital Cedars-Sinai, em Los Angeles. Recentemente, baralhando seus arquivos pessoais deixados a mim por minha mãe, eu li que seu óbito oficial no Consulado em Los Angeles o constata como “branco”. A vida é estranha, não? (GUERREIRO RAMOS FILHO, 2016)

Seus direitos políticos foram cassados pelo ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, enquanto era deputado federal suplente pelo estado da Guanabara, desde 1963, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), atuando na vaga de Leonel Brizola. Curiosamente, tanto a cassação quanto o alinhamento ao PTB tinham uma origem comum: foi convidado pelo Partido Comunista a visitar a URSS e a China em 1961. Na visão da ditadura civil-militar brasileira, a viagem já bastava para ele ser perseguido — com certeza, era comunista. Entretanto, teve grande desafeto pelos soviéticos e os chineses, que o chamaram de traidor e oportunista: escreveu várias críticas depois da viagem, e disse diretamente aos intelectuais chineses e soviéticos: “Vocês não entendem de Brasil!” (OLIVEIRA, 1995, p. 150). Com isso, escreveu sua obra *Mito e verdade da revolução brasileira* em 1963, como um manifesto do PTB da Guanabara para que o partido renunciasse à ideologia marxista-leninista (ABREU, 2001).

O envolvimento com a prática política brasileira, contudo, é anterior: assessorou Getúlio Vargas na Casa Civil durante seu segundo mandato, quando conheceu os também isebianos Rômulo Almeida e Ignácio Rangel, formulando o “grupo de Itatiaia” com outros pensadores. Em 1953, surge o antecessor do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), grupo privado que teve como resultado os cinco volumes de “Cadernos de Nosso Tempo”. Enfim, é criado o Iseb, como parte do Ministério de Educação e Cultura do governo de João Café Filho, em 1955 (ABREU, 2001), sendo Guerreiro Ramos diretor do Departamento de Sociologia. Os cursos extraordinários ministrados por Guerreiro no Iseb foram, em 1957, “Estrutura da sociedade brasileira”, “Significação do nacionalismo” e “Estrutura atual e perspectiva da sociedade brasileira”, e em 1958, “Problemas metodológicos de uma sociologia brasileira” (OLIVEIRA; ARAGÃO, 2020). Guerreiro entendia que

o Iseb destinava-se ao estudo das ciências sociais, da compreensão crítica da realidade brasileira e da elaboração do referencial teórico que permitisse o desenvolvimento nacional. O Iseb pretendia, assim, ser uma instância de processamento do pensamento brasileiro (BRITO; LEITE; FERREIRA, 2016, p. 289).

Afasta-se do instituto em dezembro de 1958, por não concordar com o apoio do grupo à candidatura do marechal Henrique Lott à Presidência.

NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: O MÉTODO E O PLANO

Em Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo, Guerreiro Ramos (1954, p. 170) sintetiza sua visão sobre a produção sociológica dizendo que “a essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social”. Na entrevista de 1981 cedida a Lúcia Lippi, afirma que Max Weber foi o teórico que mais o influenciou enquanto profissional da ciência social (OLIVEIRA, 1995, p. 144).

Guerreiro Ramos foi um grande pensador do desenvolvimento nacional, não restringindo seu trabalho à produção da teoria e à prática. Antes, dá um passo para trás: apresenta um modelo metodológico para pensar a sociologia brasileira, compreender seus problemas efetivamente, pensar e planejar soluções e, por fim, colocá-las em prática

Guerreiro Ramos foi um grande pensador do desenvolvimento nacional, não restringindo seu trabalho à produção da teoria e à prática. Antes, dá um passo para trás: apresenta um modelo metodológico para pensar a sociologia brasileira, compreender seus problemas efetivamente, pensar e planejar soluções e, por fim, colocá-las em prática. É importante frisar que a metodologia da redução sociológica de Guerreiro se caracteriza pelo caráter sistemático de sua produção, isto é, a metodologia, a produção teórica sobre o desenvolvimento e a prática política estão diretamente ligados.

Na sua principal obra, *A redução sociológica*, produzida enquanto ele exercia a função de diretor do Iseb — a primeira edição é publicada em 1958 —, Guerreiro apresenta um método sociológico nacional. Renega a transplantação da sociologia estrangeira (mais precisamente, da Europa e Estados Unidos), prática que denomina como sociologia consular, e mostra que não é lógica na sociedade brasileira. No âmbito metodológico, tratando da réplica de modelos exatos, em um dos exemplos utiliza o caso da análise de consumo alimentar criada por técnicos europeus para a Sociedade das Nações. O modelo analisou perfeitamente o consumo da Europa. Contudo, quando utilizado para pensar o caso brasileiro, mostrou distorções que não explicavam a realidade de facto — isto é, as variáveis utilizadas, por mais que fossem de excelência para explicar modelos europeus, não eram válidas para uma sociedade com comportamentos, cultura e fase diferentes (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 81-83). O esforço da sociologia nacional deveria ser empregado para se entender a realidade nacional e adaptar os modelos externos para problemas reais do Brasil, e não apenas os transpor. Sobre isso, há também o esforço, que Guerreiro chama de “lucidez do pesquisador”, em reduzir as variáveis secundárias para analisar um problema

coletivo e real, e não um idealizado com base na percepção individual — o que pode ocorrer com a transplantação da sociologia estrangeira para fazer “análises de caso” sobre a situação nacional. Por exemplo, Guerreiro traz a questão do “controle social”, que tinha extenso debate nos EUA, mas que não era um problema brasileiro. Afirma que se pode fazer uma análise da problemática no caso do Brasil, mas esse não era um aspecto da consciência coletiva da população, não era uma questão imanente — era apenas a transplantação do saber estrangeiro para o Brasil, distorcendo a realidade para se enquadrá-la nos moldes de uma problemática irreal da sociedade brasileira. Hoje se comete esse equívoco frequentemente, quando se tenta usar as mesmas categorias de análise do problema racial nos EUA e no Brasil sem fazer uma reflexão sobre até que ponto seriam válidas para realidades tão distintas.

Assim, Guerreiro Ramos propõe um trabalho inovador, de caráter anticolonial. No capítulo “Definição e descrição da redução sociológica” da supracitada obra, o autor explica o método em sete pontos:

1) é dotado de ação metódica, que afasta os elementos que dificultam a real percepção do objeto, analisando os aspectos diretos dos dados sem aceitá-los passivamente;

2) compreende a realidade social de forma sistemática, entendendo a relação do sentido dado ao objeto de estudo pelos valores e significações atribuídos pela vida humana;

3) assimila a noção de mundo, meditando sobre a relação entre consciência e objeto: “Toda consciência é intencional porque estruturalmente se refere a objetos. Todo objeto, enquanto conhecido, necessariamente está referido à consciência.” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 72);

4) tem caráter perspectivista, entendendo o sentido a partir do contexto — aqui são notórias as influências existencialistas do autor;

5) é suportado pelo coletivo, pois se pensa a sociologia como um instrumento operativo da realidade, tendo-se de observar a lógica material imanente à sociedade para produzir esse saber;

6) deve ser crítico-assimilativo em relação à experiência estrangeira, dirigido por uma aspiração ao universal mediatizado pelo local, regional ou nacional;

7) por fim, apesar de o suporte coletivo ser a vivência popular, a redução sociológica é altamente elaborada, tendo sua validade científica confirmada pela justificativa e pela demonstração, de forma interdisciplinar e histórica.

Em suma, a redução sociológica é um exercício analítico e prático, com profundidade política e no sentido do desenvolvimento nacional. Nessa direção, Soares assegura que

Guerreiro parte da crítica do ideal da sociologia universal. “O ideal dos sociólogos é a sociologia ‘universal’, isto é, uma sociologia histórica e sobretudo nacionalmente descomprometida, uma sociologia tanto quanto possível aproximada, quanto ao grau de abstração, da física ou da matemática.” Para

ele, nem a física nem a matemática se eximem da contingência histórica, observando-se em ambas seu impacto não só na estrutura teórica como também na problemática dessas ciências (SOARES, 2006, p. 36).

Tendo em vista a crítica feita por Guerreiro em seu método, sobre a responsabilidade histórica da sociologia, é necessário avaliar o cenário em que o autor está inserido quando no Iseb. No contexto do pós-guerra a discussão era sobre a modernização das sociedades periféricas, e como elas se desenvolvem. Não à toa, havia diálogo com Celso Furtado e Raúl Prebisch, e coerência na produção de isebianos e cepalinos:

No pensamento do Iseb havia um conceito de desenvolvimento que tomava emprestadas ideias de Marx, de Schumpeter e do estruturalismo latino-americano de Raúl Prebisch e Celso Furtado, sem, entretanto, se preocupar em ser fiel a qualquer uma dessas visões. O desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada. Para o Iseb, assim como para a Cepal, desenvolvimento era industrialização, mas, mais do que isso, era o processo mediante o qual o país realizava sua revolução capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 55).

Diante desse debate, Guerreiro pensa o progresso na lógica do racionalismo moderno — isso explica a relação próxima do autor com a Administração na academia brasileira, já que via a sociologia como instrumento para a organização da sociedade. Justamente, ao pensar a periferia mundial, segundo Soares (2006, p. 184), afirma que seu “desenvolvimento implicava a crítica da dominação política (colonialismo), particularmente sob o aspecto cultural, a crítica da dominação econômica (‘imperialismo’) e a ênfase no papel da industrialização, considerando também os aspectos sociais e políticos desta”.

Emana, então, o pensar sociológico do Iseb pelo nacional-desenvolvimentismo. Nesse caminho, Hélio Jaguaribe, no painel “Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro”, diz que a preocupação do instituto era refletir sobre a metodologia do desenvolvimento, superando as escolas clássicas (tanto o positivismo quanto o marxismo). Ainda em A redução sociológica, Guerreiro Ramos discorre sobre a organização do desenvolvimento em fases (sendo o conceito classificatório, não como empírico). Define fase como uma totalidade histórico-social construída por atores em relação dialética. Por isso, alega que os problemas sociais são dados pela fase vigente. De forma clara, é parte da crítica metodológica do autor à transposição de problemas estrangeiros, irreais na sociedade nacional — cada sociedade está em uma fase distinta, com atores e relações dialéticas próprios. E as questões da sociedade brasileira no contexto pós-guerra, pós-suicídio de Getúlio, ascensão da Cepal, no período de industrialização de Juscelino Kubitschek (JK), em que os intelectuais se debruçavam sobre os caminhos do desenvolvimento periférico, eram fruto da simultaneidade de



Menina com bandeira do Brasil, gravura de Elifas Andreatto

Guerreiro Ramos exalta a importância de o desenvolvimento ser nacional, e não replicado do estrangeiro

fases. O latifúndio continuará forte mesmo com a chegada da fase de industrialização. Justamente essa era a dificuldade do estabelecimento de uma burguesia nacional comprometida com o desenvolvimento — seu papel era dependente da fase latifundiária. Em ambiente macro, Guerreiro também apontava como falha a ausência de responsabilidade burguesa devido ao período histórico da industrialização dos países periféricos, muito posterior à dos países centrais, o que limitava sua capacidade de penetração no mercado — a burguesia industrial brasileira, tímida demais, não tinha consciência da sua obrigação de assumir a direção do processo desenvolvimentista.

A consciência coletiva das transformações em curso, portanto, vinha de outra classe. Os dirigentes do desenvolvimento nacional eram os trabalhadores e a classe média, que viviam os fatores que originaram a consciência crítica: a industrialização, a urbanização e a alteração do consumo. Isto é, tendo a classe média assimilado novos hábitos, não passivos, sua noção política sobre o processo de desenvolvimento pressiona para que cada vez mais seus acessos sejam aprimorados e expandidos. Doravante, Guerreiro Ramos exalta a importância de o desenvolvimento ser nacional, e não replicado do estrangeiro — a população brasileira tem caráter crítico e ativo, assim deve-se pensar o desenvolvimento segundo a redução sociológica. Pontua essa fase a relação dialética entre latifúndio, burguesia industrial e classe trabalhadora (a dualidade da sociedade brasileira) — há o tensionamento entre os moldes capitalistas antigos e os novos, entre o pensar colonial e a mentalidade nacional autêntica.

Finalmente, o sentido do desenvolvimento nacional brasileiro é visto por Guerreiro Ramos, nacionalista, referido à população, garantindo a vida e a erradicação da miséria e suas consequências. O desenvolvimento nacionalista objetiva a au-

tonomia do Estado. Como abordado anteriormente por Bresser-Pereira, o desenvolvimento, para Guerreiro, deve ter caráter anticolonial (crítica política ao colonialismo e econômica ao imperialismo) e ser instrumento de inclusão social, em que todos os excluídos não sejam meros objetos sociológicos ou “mão de obra barata nos processos de produção, mas sim sujeitos de direitos no desenvolvimento das políticas públicas” (NOGUEIRA, 2006, p. 70). Logicamente, tal desenvolvimento deveria ser nacionalista — o nacionalismo segundo Guerreiro Ramos é a luta da periferia pela sua soberania plena e libertação do colonialismo. No Brasil de Guerreiro, é o movimento popular emancipatório guiado para o universalismo (soberania plena).

Conclusivamente, a proposta de nacional-desenvolvimentismo de Guerreiro Ramos é indissociável de sua metodologia. O autor trabalha com a epistemologia política dos intelectuais, elaborando uma sociologia nacional feita no Brasil e para o Brasil, esmiuçando os reais problemas do desenvolvimento periférico brasileiro. Como resultado dos estudos de autores existencialistas e fenomenológicos, a sociologia de Guerreiro é ferramenta aplicada, engajada e ativa para a ação política.

4. DIREÇÃO DE GUERREIRO NO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DO ISEB

A aula inaugural de Guerreiro Ramos como diretor do Departamento de Sociologia do Iseb em 1957 é nomeada “Condições sociais do poder nacional”, discorrendo sobre o método e a análise sociológica. Parte do poder weberiano de imposição provável da vontade numa relação social para falar da vontade, que, segundo Guerreiro, é apta à coerção enquanto garante as possibilidades da fase vigente, legitimada pelos valores da consciência e ação coletiva. Assim, define como poder nacional os dirigentes ativos na organização nacional, dotados de elementos políticos para a direção do desenvolvimento do país (SOARES, 2006).

A classe dirigente, para Guerreiro, não é a classe dominante marxista. Ilustração clara disso é o Brasil — após a independência não havia condições socioeconômicas para o estabelecimento do poder nacional. O que os proprietários de terra fizeram nessa fase inicial foi meramente organizar a administração local, com fins de complementariedade da Europa. Não havia compromisso com o desenvolvimento nem condições para estabelecê-lo — não havia consciência crítica subjetiva da classe dirigente. Soares (2006, p. 159) elucida o raciocínio ressaltando que “a classe dominante não se tornou classe dirigente na medida em que não possuía consciência das necessidades orgânicas da sociedade”.

Como alternativa única para a posição colonial do Brasil independente, tem-se a práxis coletiva, tendo como objetivo a soberania efetiva. Essa ação popular é o que fundamenta o nacionalismo de Guerreiro Ramos, ou, em outras palavras, o projeto de apropriação coletiva de si.

Com base nessa análise é que Guerreiro aponta o Brasil como inesgotável para os trabalhos das ciências sociais, pois o desenvolvimento brasileiro deve ser pensado desde sua ontologia, da análise histórica e do perspectivismo de valores. A

grandiosidade de Guerreiro Ramos está na totalidade de sua obra, em dialogar com o método, a teoria e a ação, todas conectadas pela lógica dialética. Assim, há a defesa da planificação social, que Guerreiro define como a investigação sociológica do sistema de forças sociais e a invenção de instituições para o funcionamento da estrutura social (SOARES, 2006).

Já nessa primeira aula de Guerreiro no Iseb, é possível compreender a abordagem sociológica do instituto, que estava interessado em acelerar o desenvolvimento brasileiro. Liderado por Hélio Jaguaribe, constituía uma escola de intelectuais (não necessariamente acadêmicos, o que foi alvo de crítica da escola paulista) que pensavam sobre o desenvolvimento nacionalista brasileiro, sendo aparato de Estado de Juscelino Kubitschek. Apesar dos esforços de Guerreiro na ação política como burocrata, o Iseb era um ambiente de pensamento e não de ação factual (BRESSER-PEREIRA, 2004). Contudo, o instituto não foi responsável pela formulação do desenvolvimento nacional de JK, apesar de exercer certa influência nela: o Plano de Metas tinha como condição a cooperação internacional para a superação do subdesenvolvimento, enquanto Guerreiro defendia a redução do capital estrangeiro no Brasil, para reduzir suas consequências expropriadoras e impedir o direcionamento da nação por agentes externos. Ao passo que JK utilizava a entrada de investimentos externos no Brasil para a superação do subdesenvolvimento, obtendo sucesso em sua empreitada, o Iseb foi impactado por uma crise interna de compreensão da nova lógica não nacionalista em 1958, quando Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos se retiram do instituto (TERCEIRO..., 1983).

De fato, as críticas de Guerreiro às ciências sociais como instrumento político da prática podem ser aplicadas à situação do Iseb — a falta de articulação deste com a vida pública no período de Juscelino prejudicou a aplicação do desenvolvimentismo nacionalista. O instituto ter atuado como espaço de ideias e não de prática afastou a aplicação de seu pensamento do plano de desenvolvimento do país, conduzindo à decadência das atividades nesse tempo. Guerreiro compreendia a situação de forma crítica, pois responsabilizava as decisões políticas e institucionais pelo atraso tecnológico. Nas palavras de Soares (2006, p. 188), “afirmava ainda que a capacidade política dos governantes gera a capacidade tecnológica em suas respectivas nações”.

Dessa maneira, o desenvolvimento trabalhado por Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Ignácio Rangel é “conceito histórico de revolução capitalista, por meio da industrialização e de revolução nacional, que torna o país capaz de tomar suas decisões essencialmente em função dos interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 75). Para isso, as análises sociológicas de Guerreiro sobre a classe dirigente e a consciência crítica coletiva eram fundamentais para os autores do Iseb pensarem no sujeito norteador do desenvolvimento nacionalista brasileiro. Como visto anteriormente, Guerreiro via a classe trabalhadora como a classe dirigente de forma nítida na fase dos anos 1950, entretanto, os isebianos estavam em comum acordo sobre a necessidade de a burguesia nacional industrial liderar o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Guerreiro Ramos entendia que tal necessidade implicava

Desenvolvimento, segundo Guerreiro Ramos, é estabelecer condições políticas e institucionais para dirigir o Brasil à soberania efetiva, ao desenvolvimento nacional e autônomo, renegando as amarras coloniais

romper com o caráter colonial de complementariedade do Brasil à Europa e estabelecer a soberania efetiva, mas o autor não via possibilidades tangíveis de a burguesia industrial brasileira assumir essa responsabilidade — era classe dominante, não dirigente. Ainda era destituída de consciência coletiva, subjetividade e objetivo de desenvolvimento.

Justamente para tornar a burguesia industrial brasileira em classe dirigente, Guerreiro Ramos defendia o Iseb atuante com ela, e com a classe trabalhadora e estudantil, para pressionar politicamente o direcionamento do país — raciocínio que suscitava grande discórdia no instituto, principalmente da parte de Hélio Jaguaribe,

que defendia que o Iseb deveria atuar como agência de cultura, preocupado com a elaboração de estudos sobre a realidade brasileira, e que o órgão deveria ser um dos centros formadores das elites dirigentes do país. Recusava o envolvimento do órgão na luta política partidária (TERCEIRO..., 1983, p. 71).

Por essas razões, desenvolvimento, segundo Guerreiro Ramos, é estabelecer condições políticas e institucionais para dirigir o Brasil à soberania efetiva, ao desenvolvimento nacional e autônomo, renegando as amarras coloniais. Isso era o que Guerreiro defendia e produzia no Iseb, além de sua atuação política e burocrática na vida pública, seguindo sua atitude metódica. Estabelecidas as condições para o desenvolvimento, então era possível o direcionamento para o desenvolvimento sem distorções, pois a compreensão profunda da realidade nacional fundamentaria a plenitude das decisões políticas e institucionais — a redução sociológica na práxis.

A posição da sociologia de Guerreiro no Iseb é disruptiva com a sociologia predominante, tanto em ambiente nacional quanto internacional. No Brasil, a disciplina estabelecia-se enquanto saber científico nos termos de Durkheim. Isto é, distante do pesquisador, imparcial, um saber neutro, a verdadeira e legítima ciência. Guerreiro Ramos surge como um catalisador de tudo o que é condenável por essas premissas. Para ele, a sociologia é uma ciência datada, é um instrumento para entender a realidade presente e uma atitude metódica política para solucionar os problemas sociais existentes. Defendia o saber sociológico para além dos muros da universidade e se aproximava intensamente dos seus objetos.



Guerreiro Ramos (esq.)
e Florestan Fernandes:
olhares divergentes sobre o
desenvolvimento nacional

Fotos: Acervo Arquivo Nacional

5. CARIOCAS E PAULISTAS: ISEB NA SOCIOLOGIA NACIONAL

Dado o distanciamento histórico e temporal, é notável que os esforços da redução sociológica de Guerreiro tenham sido vencidos. O embate existiu com a escola paulista, sob a direção de Florestan Fernandes. Guerreiro Ramos, de forma enfática e polêmica, acusava os paulistas de não terem comprometimento com a realidade social brasileira. As motivações dessa acusação residiam no imperativo anticolonialista de Guerreiro, enquanto a Florestan pouco importavam as noções de soberania efetiva. Para os paulistas, a sociologia brasileira deveria ser estabelecida segundo a lógica da modernidade, e não rompendo com ela; ter a excelência científica era prioridade em detrimento da ação política imediata (BARIANI, 2006). Retirando os elementos secundários da discussão (o estabelecimento da disciplina sociológica brasileira), a pauta entre os dois atores era, na verdade, o desenvolvimento nacional. Aos olhos de Guerreiro, a sociologia deveria visar ao nacionalismo, desenvolvimento e autonomia; Florestan pretendia ater-se ao universalismo, inserido na lógica importada de generalização e intensificação da sociedade competitiva dotada das possibilidades da modernidade. Em suma,

a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois scholars, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual — teórica, política e ideológica —, de concepção da sociologia e do papel do sociólogo; diferentes interpretações da sociedade brasileira, “visões de mundo”, projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil (BARIANI, 2006, p. 151).

Florestan entendia a sociologia como instrumento técnico da lógica vigente; Guerreiro, como atitude metódica para o desenvolvimento nacional. Florestan, portanto, ao guerrear contra Guerreiro, estava buscando o desenvolvimento brasileiro por via da fase do capitalismo em que o país se encontrava, sem propor um direcionamento para além da estrutura híbrida colonial de complementação à Europa, sem rompimentos estruturais — tanto que utilizava a sociologia para pensar particularidades, e não o todo. O transplante de modelos analíticos europeus era cabível para investigar a so-

cidade brasileira. Portanto, não há responsabilidade nacional na sociologia da Escola Paulista, alegava Guerreiro. Listando as diferenças epistemológicas dos autores, tem-se:

- 1) Florestan Fernandes aceitaria a sociologia como ciência positiva do social (Weber, Durkheim e Marx são seus modelos); Guerreiro Ramos, mais cético, teria raízes filosóficas (no existencialismo e culturalismo), mas aceitaria a sociologia como ciência empírico-indutiva;
- 2) a relação entre sujeito e objeto do conhecimento e o caráter desse conhecimento seriam tomados de modos diferentes por ambos: Florestan ligar-se-ia à herança dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim), e Guerreiro seguiria a linha de Gurvitch — e partilharia a herança de Proudhon e Saint-Simon;
- 3) para Florestan ciência seria positividade, para Guerreiro, perspectiva;
- 4) no entender de Florestan a ciência seria feita na academia por acadêmicos; Guerreiro Ramos discordaria;
- 5) finalmente, para Florestan — que desenvolveria um padrão mais positivo de sociologia — os “fatores endógenos do conhecimento são mais importantes, universais e passíveis de serem transplantados dos centros mais desenvolvidos para as condições brasileiras”; já Guerreiro seguiria um padrão mais normativo de ciência — “pelo qual o dever ser pode agir sobre a consciência e sobre a realidade” e “os fatores exógenos do conhecimento estão presentes em todas as etapas da produção do saber sociológico” (BARIANI, 2006, p. 156).

A nação era primordial para Guerreiro, e a ciência social, uma decorrência desta para sua transformação, enquanto Florestan tinha as obrigações científicas como superiores, para que finalmente pudessem ser úteis ao desenvolvimento nacional.

À luz da redução sociológica, a articulação de Florestan e da escola paulista era marca do tempo contextualizado e perspectivista da metateoria da sociologia brasileira. No contexto da década de 1950, do período de Juscelino, era o desenvolvimento pela cooperação nacional que estava em curso, assim como a ausência de consciência da elite nacional sobre sua posição enquanto dirigente do desenvolvimento brasileiro. O sucesso da sociologia de Florestan era parte do Estado planificador, que buscava alterações controladas. A sociologia da Escola Paulista cumpria muito bem o papel de servidão tecnocrática das burocracias desse Estado. Por isso, Lúcia Lippi Oliveira conclui, em 1983, que a sociologia de mangas de camisa (a de Guerreiro) foi arquivada pela academia brasileira: “estava por demais comprometida com as circunstâncias históricas” (PRIMEIRO..., 1983, p. 20).

Guerreiro perdeu o embate do período, e a posição da escola paulista foi adotada para direcionar o saber sociológico nas instituições nacionais. Contudo, a tendência é de a atitude metódica de Guerreiro ser cada vez mais retomada, partindo das instituições periféricas nacionais — a geopolítica do conhecimento e a desconstrução das humanidades positivistas estão, vagarosamente, tomando o lugar da sociologia de Florestan. A fase atual brasileira demanda comprometimento e responsabilidade histórica dos produtores de ciência social no Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ATUALIDADE DE GUERREIRO RAMOS

O Brasil passa por um momento histórico dramático em 2021, com um des-governo, uma crise social e econômica, resultado da covid-19, e assassinatos recorrentes de negros pelo aparato policial oficial, denotando uma sociedade evidentemente violenta e racista. Não é mera coincidência esse conjunto de problemas sociais, e ele justifica um momento de muito pessimismo no país. Talvez, retomando os exemplos biográficos, metodológicos e políticos de Guerreiro Ramos, possamos diagnosticar como chegamos a esse caos no país e propor alternativas. Nesse sentido estamos de acordo com Hélio Jaguaribe sobre Guerreiro:

É isso que me parece que existe no pensamento e na obra dele: a consciência de que para romper as formas remanescentes da oligarquia rural, do mercantilismo e de uma série de outros elementos estagnadores da sociedade brasileira era necessário não apenas contar com a burguesia nacional, como muito foi dito, mas, além disso, mobilizar um movimento popular de base. Entretanto, era preciso que essa mobilização popular de bases evitasse os riscos de cair num partido único, num mobilizacionismo de tipo massificante e excludente das liberdades, em vez de numa verdadeira democracia (TER-CEIRO..., 1983, p. 90).

Infelizmente o Brasil se encontra muito distante dessas propostas de Guerreiro Ramos, mas é justamente agora, quando o país se encontra sem projeto, sem liderança e não encara de forma sincera e frontal seus problemas estruturais seculares, o momento adequado para a revalorização do pensamento, do engajamento e de propostas emancipadoras. É hora de reconstruirmos um projeto de país, e Guerreiro Ramos pode ser uma inspiração valiosa para este momento.

* Professor adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Coordenador do Grupo de Pesquisa Descolonizando as Relações Internacionais e do Projeto de Extensão Observatório dos Brics e das Relações Sul-Sul. Suas principais linhas de pesquisa no momento são: economia política internacional, geopolítica da Amazônia, Brics e Relações Sul-Sul. E-mail: bor- ges_fabio@yahoo.com.br

** Graduanda em Relações Internacionais e Integração. Pesquisadora e extensionista do Observatório dos Brics e das Relações Sul-Sul e do Grupo de Pesquisa Descolonizando as Relações Internacionais da Unila, do Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Grupo de Estudos sobre Brics da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisas em desenvolvimento, relações Sul-Sul, Brics e infraestrutura chinesa na América Latina. E-mail: luizammart@gmail.com

► Texto recebido em 2 de junho de 2021; aprovado em 7 de julho de 2021.

ABREU, Alzira Alves de. Alberto Guerreiro Ramos. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. p. 111-112.

BARIANI, Edison. Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. **Cronos**, v. 7, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3194>>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do Iseb discutido. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100002>>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRITO, Evandro Oliveira de; LEITE, Ilka Boaventura; FERREIRA, Luiza Brandes de Azevedo. Uma trajetória transdisciplinar: nota biobibliográfica. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 279-310, 19 jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n1p269>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**: prefácio a uma sociologia nacional. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

GUERREIRO RAMOS FILHO, Alberto. Biografia de Alberto Guerreiro Ramos. **Jus**, 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/duvidas/21685/biografia-de-alberto-guerreiro-ramos>>. Acesso em: 22 maio 2021.

MAIO, Marcos Chor. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 605-630, set. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000700007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2021.

NOGUEIRA, João Carlos. A sociologia e a política em Guerreiro Ramos. **Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 15, p. 67-84, jan. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/235>>. Acesso em: 21 maio 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A sociologia do guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

_____. Guerreiro ontem, Guerreiro hoje. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 9-14 set.-out. 1997. Disponível em: <www.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/SOCIALES_8/Sociologia/95.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de; ARAGÃO, Luciano Ximenes. Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros: a ação do MEC na formação acadêmica de intelectuais orgânicos do “nacional-desenvolvimentismo” nos anos 1950. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 20, n. 30, p. 1-22, 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654062/22300>>. Acesso em: 21 maio 2021.

PRIMEIRO painel: contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 17, n. 2, p. 9-34, 18 set. 1983. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/10942>>. Acesso: 21 maio 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Global, 2014.

SOARES, Luiz Antônio Alves. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos**: um estudo sobre um sociólogo polêmico. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2006.

SOUZA, Gustavo Costa de; MENDONÇA, Izadora Pereira. A contribuição de Alberto Guerreiro Ramos para a descolonização das ciências sociais no Brasil. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, p. 36-43, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/837>>. Acesso: 12 maio 2021.

TERCEIRO painel: Guerreiro Ramos e o desenvolvimento brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 17, n. 2, p. 63-92, 18 set. 1983. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11128>>. Acesso: 21 maio 2021.

Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira

Nelson Werneck Sodré:
a military historian in the Iseb and the origin of
the theory of brazilian revolution

eder renato de oliveira*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.006>



Arquivo: Marizilda Cruppe – 29-9-1998

Nelson Werneck Sodré (1911-1999), militar, historiador marxista brasileiro

RESUMO

O objetivo deste artigo é tornar públicos os resultados preliminares de investigações em andamento para tese de doutoramento em Ciências Sociais. Pretendemos examinar a concepção de revolução brasileira na obra do historiador e militar Nelson Werneck Sodré e o cerne de sua teoria sobre o Brasil quando de sua atuação política e intelectual no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Localizar o núcleo da argumentação *sodreana* no Iseb lança luz às categorias ainda hoje mal interpretadas sobre a ideia de “mudança social” e “revolução democrático-burguesa”: povo, nação, nacionalismo e revolução anti-imperialista, nacional e anti-feudal. Os resultados, ainda que propedêuticos, foram obtidos com base não apenas nas leituras das obras fundamentais de Nelson Werneck Sodré, mas enfocando o cerne dessa produção: o Iseb. No contexto de um movimento de recuperação crítica, num reajustamento de foco, procuramos definir os elementos da teoria de Sodré, vulgarmente chamada de “teoria consagrada”, e o produto de vertentes historiográficas apressadas, ainda que importantes para o debate, no julgamento da obra e da atuação do autor no Iseb.

Palavras-chave: Revolução brasileira. Nelson Werneck Sodré. Iseb.

ABSTRACT

The aim of this paper is to make public the preliminary results of an ongoing investigation for doctoral thesis in Social Sciences. We intend to discuss Nelson Werneck Sodré's concept of “Brazilian revolution”, as well as the core of his theory on Brazil when politically and intellectually active inside the Higher Institute of Brazilian Studies (Iseb). To localize the nucleus of *Sodreian* argumentation is to shed light into categories connected to the ideas of “social change” and “bourgeois democratic-revolution”, both poorly understood in the present day, which are: Nation, people, nationalism and the national, anti-feudal and anti-imperialistic revolution. The results, although introductory, were obtained not only by the study of Sodré's main works, but also analyzing the core of his production: the Iseb. Trying a critical recovery through a rearrangement of focus, we aim to define all the elements of Werneck Sodré's commonly known “consecrated theory” as well as the product of historiographical strands that were too hasty in judging both the work and the acting of the author inside Iseb.

Keywords: Brazilian revolution. Nelson Werneck Sodré. Iseb.

1. INTRODUÇÃO: A PERSPECTIVA TEÓRICA DO ESTUDO

Importantes debates historiográficos se deram sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) desde seu fechamento pelo golpe militar-burguês de 1964. Na área das ciências sociais e filosofia, merece destaque o já clássico Iseb: fábrica de ideologias, do professor Caio Navarro de Toledo¹. Até o final da década de 1980, as ciências sociais tinham como objeto de pesquisa o tema da revolução brasileira, e, dessarte, as investigações sobre o Iseb foram alvo de debates; era necessário explicar o golpe e as instituições daquele pré-1964.

Evidenciamos que há uma ala na historiografia e nas ciências sociais brasileiras que sustenta que o debate sobre a revolução brasileira já foi superado e esgotado. Esse núcleo tem hoje seu centro irradiador nas Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), que, atualmente, tem como foco a análise dos mecanismos da democracia, já que esta, segundo José Álvaro Moisés, professor da referida universidade, já estaria consolidada no Brasil: “não mais pensamos na democracia ou no regime político estável que queremos. Já os temos. Trata-se agora de saber como a democracia funciona e que resultados podemos esperar de um governo democrático” (FERRARI, 2014, p. 66). Como se lê em entrevista de Sérgio Adorno — também professor de Ciência Política na USP — à revista Pesquisa Fapesp,

nos anos 1970, todo o curso de Sociologia era montado para estudar o rumo da revolução burguesa no Brasil [...] nos dias de hoje, diz Adorno, ganha destaque uma linha de interpretação que não enfatiza tanto as estruturas, mas os atores; não só o modo de organização, mas as relações interativas também (FERRARI, 2014, p. 66).

Pudemos averiguar com base em nossas primeiras leituras que esse debate ainda suscita certas tendências atuais de importância historiográfica — que só agora começam a ser reavaliadas. Dessa maneira, entendemos que há duas vertentes: a que acredita que o debate está encerrado, ou seja, aquela sociologia comprometida com a ordem das coisas — a “uspiana” —, que faz agora o debate apenas no âmbito da política e do Estado autocrático burguês (MAZZEO, 2015), da análise e funcionamento da democracia, e outra sociologia, que acreditamos mais crítica, que não abre mão de discutir a questão da gênese, desenvolvimento e crise do capitalismo na formação social brasileira. E resta esclarecer ainda que duvidamos do caráter democrático que se “abriu” após 1988. A realidade sociopolítica do Brasil pós-2013 e os recentes acontecimentos políticos que tocam a República com a onda neoconserva-

1 Caio Navarro de Toledo é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e defendeu na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) sua tese de doutorado em Filosofia (1974), intitulada *Ideologia do desenvolvimento: análise de uma instituição*, que dá origem ao livro *Iseb: fábrica de ideologias*. O estudo de Navarro circunscreve-se à fase exordial do Iseb, mas ainda é um ponto de referência para refletir criticamente sobre o instituto, mesmo que não se esteja em total acordo com as proposições ali apresentadas.

dora advinda do golpe de 2016 e a ascensão do ultradireitista Jair Messias Bolsonaro ao governo parecem desmentir a inócua formulação do cientista político José Álvaro Moisés².

A predominância dos estudos chamados isebianos pautara-se pelas investigações sobre a instituição “em si”, de forma homogênea e não considerando os homens de carne e osso — para lembrar uma expressão do filósofo alemão Karl Marx. Não é possível — ao menos para uma ciência social crítica — o estudo, do ponto de vista da totalidade, das instituições como se nelas não atuassem indivíduos com suas pré-nôções, ideologias e convicções políticas. Portanto, não concebemos o Iseb apenas como uma instituição, mas como uma organização de homens de carne e osso que pugnam pelo desenvolvimento autônomo do Brasil como nação viável para os interesses dos brasileiros. Assim, partiremos dos homens realmente ativos, do seu processo de vida real, não daquilo que dizem, imaginam ou representam (MARX, 2010).

Caio Navarro Toledo tem o mérito do pioneirismo não apenas ao escrever sobre o Iseb, mas também por situar cronologicamente os momentos daquele instituto. Os três momentos deste, elencados por Toledo, são: o momento nascente (I) que tem duração de poucos meses e vai da sua fundação até o momento em que Juscelino Kubitschek torna o Iseb parte integrante do Ministério da Educação (MEC)³. Os integrantes desse momento de nascedouro caracterizam-se por diversas concepções ideológicas em contradição. A maioria tinha uma visão antiestatista, sem “a menor referência ao nacionalismo como possível ideologia [...] do desenvolvimento industrial brasileiro; pelo contrário, [...] o antinacionalismo pode ser considerado como a posição ideológica comum a todos eles” (TOLEDO, 1982, p. 187)⁴. Na fase subsequente (II), predominam as teses sobre o nacional-desenvolvimentismo. Essa fase coincide com o período do governo de JK. O momento derradeiro do Iseb (III) se insere no período das “reformas de base” do governo de João Goulart.

Apesar da “guinada” à esquerda do instituto no governo João Goulart, Angélica Lovatto — eminente estudiosa do Iseb — assevera que ainda não se tem clareza da posição político-ideológica dos isebianos naquela quadra histórica. Por isso, apesar dos esforços de intelectuais que já penetraram no Iseb como objeto a ser estudado, devemos recordar Christopher Hill quando ele indica que as questões da problemática histórica sempre surgem no tempo presente e à luz de novas perguntas. Dessarte,

2 A complexidade da processualidade da história recente do Brasil não nos permite avaliar contundentemente no âmbito de um artigo a realidade dos processos presentes. Aqui, como já mencionamos, apenas buscamos, a longo prazo, numa agenda extensa de pesquisa, compreender os nexos da teoria sodreana, em reajuste do foco histórico no Iseb.

3 O Iseb foi fundado oficialmente em 14 de julho de 1955 no interino governo de Café Filho. Anteriormente era denominado Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). O Ibesp surgiu da confluência de intelectuais de renome de São Paulo e Rio de Janeiro no município fluminense de Itatiaia, em 1952, durante o governo de Getúlio Vargas. Sodré não participou do “Grupo de Itatiaia”. Sua admissão se deu em 1955. Do “Grupo de Itatiaia”, apenas o intelectual paulista Roland Corbisier integrou-se ao Iseb. Cf. Pécaut (1990).

4 Nomes importantes da cultura brasileira fizeram parte do instituto nesse primeiro momento: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto Campos e até o músico e compositor Heitor Villa-Lobos.

Nelson Werneck Sodré pode ser considerado atuante em todos os períodos do Iseb⁵, e “podemos afirmar com certeza que as posições de Sodré eram aquelas que se localizavam no arco mais progressista daquele instituto” (LOVATTO, 2006, p. 316).

Adotamos neste artigo a periodização que caracteriza dois períodos: a fase dos isebianos históricos, que se coaduna com o período de estabilidade política e crescimento econômico do governo JK (I), e o período das “reformas de base” do governo de João Goulart (II)⁶. Considera-se dizer ainda que nos situamos sob a perspectiva dos estudos históricos sobre o Iseb que buscam analisar a concretude e as particularidades do todo, ou seja, a unidade da diversidade (MARX, 2008). Contudo, prioriza-se a fase II, pois é nela que localizamos a fase mais produtiva da obra de Nelson Werneck Sodré. Para não restar dúvidas, queremos compreender a teoria da revolução brasileira de Sodré e lembrar que essa teoria foi criada, formulada e desenvolvida como fruto das aulas e conferências e da intensa atividade intelectual de Sodré.

Jean-François Sirinelli afirma que as malhas de sociabilidade criam “um pequeno mundo estreito” em que a solidariedade social, em sentido sociológico, se estreita em ambientes diversos, que podem ser um instituto, uma universidade, conselhos editoriais, partidos ou sindicatos, e que possibilitam a intelectuais entrelaçar mutuamente perspectivas teóricas (SIRINELLI, 2003). Segundo Daniela Conte, “no caso de Nelson Werneck Sodré, a principal rede de sociabilidade era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros” (CONTE, 2010, p. 22). Depreende-se assim que, no Iseb, Sodré postulava uma similitude ideológica, transmitindo e recebendo influências das teses nacionalistas em conferências, aulas e publicações do instituto. Há claramente uma dialética em curso: tensões teóricas que se coadunavam e que negavam e superavam tendências históricas e teóricas daquele momento de revolução democrático-burguesa.

2. O MILITAR HISTORIADOR E O HISTORIADOR MILITAR: APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

Para situar o leitor, vamos fazer aqui uma breve explanação da vida de Nelson Werneck Sodré, que nasceu no ano de 1911 no Rio de Janeiro e faleceu em 1999, na cidade paulista de Itu. Sua família não tinha vínculos militares. Nela havia nomes como Odorico Mendes, que traduzira Homero e Virgílio, e o romancista Joaquim Manuel de Macedo. No entanto, ninguém melhor que o próprio Nelson Wer-

5 Interessante relato de Olga Sodré — filha de Nelson — sobre esse aspecto do início dos primeiros contatos entre Sodré e o Iseb: “O primeiro contato de Nelson Werneck Sodré com o Iseb ocorreu no primeiro trimestre de 1954, por intermédio do professor Guerreiro Ramos, que o convidou a integrar esse grupo e participar de suas atividades. Essa instituição foi responsável pela edição da revista *Cadernos de Nosso Tempo*, editada entre 1953 e 1956 e em torno da qual viria a se constituir o núcleo do futuro Iseb. No primeiro trimestre de 1954, quando passávamos as férias no Rio, como fazíamos todos os anos, desde que meu pai fora ‘exilado’ na fronteira do Rio Grande do Sul, ele conheceu o professor Guerreiro Ramos, que já lecionava na Ebap (FGV), onde eu viria a estudar de 1960 a 1964, ano em que me formei como bacharel em administração pública.” (SODRÉ, 2011, p. 11)

6 Fizemos essa divisão didática porque, como chamou atenção Angélica Lovatto, pensar o Iseb como homogêneo “leva o leitor mais desavisado a entender o contato parcial com a obra isebiana como a totalidade identificadora do pensamento produzido naquele instituto” (LOVATTO, 2006, p. 318).

neck Sodré, em suas *Memórias de um escritor*, para falar de si mesmo, num processo de *imaginação sociológica* — como postulou o sociólogo estadunidense Wright Mills (MILLS, 1969):

Nasci em 1911; tinha 3 anos ao irromper a Primeira Guerra Mundial; 6, quando surgiu a Revolução de Outubro; 7, quando terminou a guerra; 11, quando o Brasil completou um século de vida independente (sendo, entretanto, tão dependente ainda). Vivi o tempestuoso período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, com todas as suas manifestações de renovação econômica, política, social, artística, e também as de desespero, a busca angustiada da originalidade em arte e a violenta luta pelo poder; vivi o mundo em que viveram o Kaiser Guilherme II, da Alemanha, o imperador Francisco José, da Áustria-Hungria, Clemenceau, Poincaré, Chamberlain, Lloyd George, o presidente Wilson, Sun Yat Sen, Lênin, para chegar à fase em que viveram Hitler, Mussolini, Roosevelt, Stálin. No Brasil, atravessei justamente o tempestuoso período do tenentismo, na agonia da República Oligárquica; do Modernismo, em literatura e nas artes; da Revolução de 1930, do movimento de 1932, do levante de 1935, da ditadura do Estado Novo, do *putsch* de 1938, da Segunda Guerra Mundial e da nossa participação nela; da reconstitucionalização e das lutas políticas subsequentes, com os golpes e tentativas de golpe de 1945, 1955, de 1961, de 1964, da ditadura militar então instaurada (SODRÉ, 1970, p. 15).

Seu pai era advogado em São Paulo. Mas Sodré foi enviado ao internato (como era comum à época) para estudar no Colégio Brasileiro, em Copacabana. Ainda criança, presenciou a revolta tenentista conhecida como Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922. Em 1924, Sodré matricula-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro e inicia sua vida como escritor de ficção numa revista chamada *A Aspiração*. Nesse tempo, Sodré, pertencendo aos estratos médios urbanos, lê Tolstói, Dickens, Flaubert, Stendhal e outros nomes da literatura, o que já demonstra seu apego pelas questões literárias. Também toma contato com o incipiente marxismo brasileiro da década de 1920, lendo, principalmente, Plekhanov e Lênin. Em 1929, Sodré publica na revista *Carioca* (RJ) seu conto “Satânia” — diga-se de passagem, premiado em concurso. Em 1931, Sodré vai para a Escola Militar do Realengo e passa a participar — também como um dos diretores — das publicações da revista da escola (CUNHA, 2006).

Depois de passar por Itu e Jundiaí, em São Paulo, Sodré começa a escrever sistematicamente na grande imprensa (no jornal *Correio Paulistano*) e publica, pioneiramente, *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, em 1938, com o intuito de entender o processo literário com base no materialismo histórico. Sodré, então, volta ao Rio de Janeiro e passa a conviver com intelectuais como Oliveira Vianna, José Lins do Rego, Azevedo Amaral, Graciliano Ramos e o jornalista Samuel Wainer em encontros na histórica livraria José Olympio, local de reunião da intelectualidade carioca. Em 1938, Sodré é enviado para Campo Grande (no então estado

de Mato Grosso); nesse mesmo ano retorna a São Paulo e ajuda no ensino da escola preparatória à Escola Militar. Em 1941 é promovido ao posto de capitão, quando é já um colaborador em jornais como *O Estado de S. Paulo*.

Após dois anos na Bahia, de 1942 a 1944, Sodré dirige-se ao Rio de Janeiro para fazer o curso da Escola de Estado-Maior. Já major — patente considerada de oficial superior —, Sodré passa a lecionar História Militar nessa escola. Em 1949, é escolhido membro do Instituto de Geografia e História Militar. Havia um grande debate na década de 1950 sobre a questão nacional e do desenvolvimento, e as Forças Armadas tinham um papel bastante importante nesses diálogos. Assim, Sodré participa da chapa nacionalista, juntamente com Estillac Leal e Horta Barbosa, nas eleições para a chefia do Clube Militar. Esse clube exercia notória influência nos debates sobre os rumos que o Brasil havia de tomar em relação ao desenvolvimento econômico. Para termos uma noção balizada dessa época, o coronel Luís de Alencar Araripe, estudioso da obra de Sodré e membro do conselho editorial da Biblioteca do Exército, relata:

O Clube Militar, desde a República, promovia debates sobre questões nacionais, às vezes intensos e apaixonados, o que o levava a frequentes incursões na política [...]. Nelson Werneck Sodré resiste aos argumentos para integrar a chapa em que figuravam vários colegas comunistas, alguns deles integrantes da Antimil⁷, mas termina por capitular. A 17 de maio de 1950, Estillac Leal derrota o general Oswaldo Cordeiro de Farias, elegendo-se presidente do clube. Na chapa de Cordeiro figurava o então coronel Humberto de Alencar Castelo Branco. Com a eleição, Sodré abandona o abrigo seguro de instrutor da Escola de Estado Militar e enfrenta os riscos da rasa campanha, mergulhando nos embates nacionalistas do clube. Foi uma decisão fatal (ARARIPE, 2006, p. 70).

Isso custou caro a Sodré, que foi obrigado a ficar de plantão no Rio Grande do Sul. Em 1955, já no Rio de Janeiro, e como tenente-coronel, Sodré apoiou Teixeira Lott na contraofensiva à tentativa frustrada de golpe em 11 de novembro. Os setores golpistas do Exército tentaram, então, transferir Sodré para o Pará, mas isso, felizmente, foi revogado.

Em 1956, Sodré é eleito um dos diretores da Biblioteca do Exército e inicia a docência no Iseb. Nesse período, Sodré já é tido como um autor consagrado e que sempre se posicionara ao lado das forças ditas nacionalistas. Em 1955 apoiou o contra-golpe de Lott, como já nos referimos acima; em 1960 fez campanha presidencial para esse general — o qual ele muito admirava; e, na crise política de 1961, Sodré, agora no posto de coronel, a mais alta patente do Exército, amargou dias de clandestinidade, sofrendo inclusive prisão militar.

7 A Antimil — redução de antimilitarista — foi criada em 1929, antes do pleno do III Congresso do PCB, ocorrido no mesmo ano. Desde então muitos militares, inclusive os de alta patente, aderiram a essa organização. Segundo o cientista político Paulo Ribeiro da Cunha: “A apreensão histórica da Antimil está intimamente relacionada à intervenção dos partidos comunistas entre os militares.” (CUNHA, 2020, p. 282) Nelson Werneck Sodré, segundo o cientista político, era um deles. Cf. também Cunha (2012).

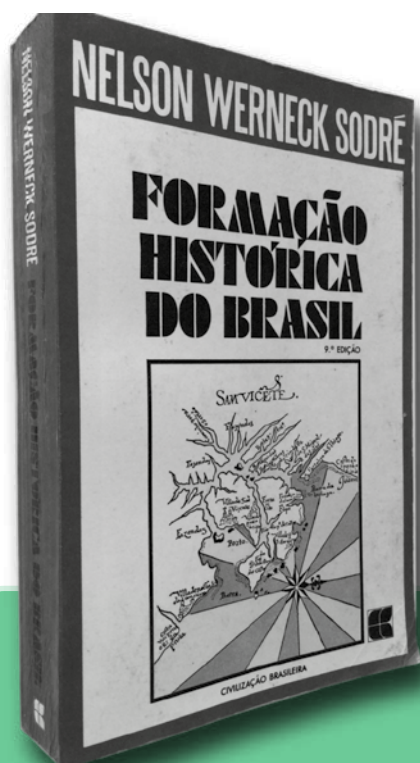
Passada a crise, foi transferido para Belém. Mas, em 1961, Sodré entra para a reserva, no posto de general. Em 1962, passa a se dedicar somente aos estudos históricos e lança seu mais importante livro — *Formação histórica do Brasil* —, fruto de sua marcada atuação no âmbito do Iseb. Com o golpe de 1964, é preso por 57 dias e responde, até 1966, a inquéritos policiais militares (IPMs). Depois de 1968, Sodré colaborou com Moacir Félix — editor, intelectual e escritor — e Ênio da Silveira na *Revista Civilização Brasileira*, que se configurou como centro de resistência intelectual à repressão que se seguiu ao golpe militar-burguês que se instalou no país em abril de 1964. Com o ato institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, Sodré sentirá os “anos de chumbo” e o consequente ataque às artes, às letras e à cultura. Mesmo assim, dá apoio à revista *Temas de Ciências Humanas* e passa a escrever nas revistas *Encontros com a Civilização Brasileira* e *Memória & História* e no semanário *Voz da Unidade* (NETTO, 2011).

Na década de 1990, Sodré dedica-se à revisão e releitura de suas obras, publicando *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* (1990), na verdade, um livro de reafirmação teórica em que revitaliza suas teses e se mostra uma das vozes dissonantes da onda neoliberal em curso. Infelizmente, apenas no final da vida Sodré passa a ter sua obra reconhecida, participando de conferências acadêmicas.

Claro está que o historiador marxista Nelson Werneck Sodré, autor de 56 livros e intelectual de primeira ordem, deixou um imenso legado sobre a teoria da revolução brasileira, que foi relegada e ridicularizada por setores liberais e de esquerda após o golpe militar-burguês (1964). Em um *movimento* de resgate da obra de Sodré na virada do século XX, este artigo buscar adentrar nos pormenores da teoria *sodreana* que foi produzida, não esqueçamos, no Iseb, e que foi vulgarmente tachada de “teoria consagrada”, e, assim, reavaliá-la de forma crítica. *Desatualizado, stalinista, marxista cristalizado, ortodoxo e linear* foram alguns dos adjetivos investidos contra sua pessoa e sua obra. José Paulo Netto aconselha a superar os preconceitos e estudar rigorosamente a obra de Sodré, incluindo a produzida em seu período no Iseb. A *hipótese teórico-metodológica* que anima este trabalho almeja compreender o núcleo da argumentação *sodreana*: a teoria da revolução brasileira não foi fruto de uma leitura equivocada da realidade histórica do período, quando levamos em conta o conjunto da sua produção teórica e militante, dado que o país vivia um período de revolução democrático-burguesa. Sabemos das polêmicas que esse debate pode desencadear, mas é justamente o papel da academia: debater os temas sem preconceitos.

3. A GÊNESE DA TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA DE SODRÉ: UM HISTORIADOR REVOLUCIONÁRIO NO ISEB

O desenvolvimento do debate teórico na historiografia e nas ciências sociais do pós-guerra suscitou polêmicas na intelectualidade acerca de temas como desenvolvimento, subdesenvolvimento, formação social e vias de transição para o capitalismo ou o socialismo. Na década de 1950, os Estados Unidos da América despontavam como



Exemplar da 9ª edição da obra *Formação histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, publicada pela Civilização Brasileira em 1976

a maior potência capitalista, e a Europa ainda caminhava lentamente rumo à reconstrução econômica. Em face disso, historiadores importantes buscavam interpretar os rumos do desenvolvimento e, em maior ou menor grau, valeram-se das interpretações de Marx e Engels no que tange a temas como modo de produção, formações econômicas e causas da transição. Esse debate não apenas respingou no seio da intelectualidade brasileira mais avançada como suscitou uma ampla discussão em lugares e instituições como, por exemplo, o Iseb⁸, que teve Nelson Werneck Sodré como um de seus mais importantes teóricos no campo do marxismo⁹.

Obviamente, Sodré não foi o único intelectual marxista de peso no Iseb. Havia um grande esforço de desenvolver uma intelligentsia¹⁰ para pensar os rumos do país e dar ao Estado brasileiro soluções para o problema do subdesenvolvimento. Ignácio Rangel formularia a tese da dualidade básica, entre 1953 e 1962. Nessa concepção, Rangel compreendia três fases da economia brasileira, que só poderia ser explicada pela tese da dualidade básica. A primeira fase teria se dado no período joanino (1808-1822) e caracterizava-se pelo escravismo (polo interno) e por formas mercantis do capitalismo (polo externo). A segunda fase dessa dualidade básica se daria pela crise do escravismo, responsável pela transformação das fazendas de café em polos de latifúndio

8 No âmbito da América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) deu importantes contribuições em torno do tema do desenvolvimento.

9 José Carlos Reis, importante professor de Teoria da História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entende ser Nelson Werneck Sodré “o teórico mais importante dos anos 1950, embora não fosse o único historiador marxista importante” (REIS, 2007, p. 147).

10 Em sua tese de doutorado, a cientista política Angélica Lovatto argumenta que “os autores se colocavam como verdadeira intelligentsia de uma elite nacional” (LOVATTO, 2010, p. 79).

No momento em que Ignácio Rangel, principal economista do Iseb, desenvolve a teoria do feudalismo — parte integrante da segunda fase da dualidade básica —, Sodré estava, também, a caminho de uma teoria de Brasil em que a ideia de feudalidade era parte integrante da sua teoria da revolução brasileira

feudal. Esse é um ponto interessante. No momento em que Ignácio Rangel, principal economista do Iseb, desenvolve a teoria do feudalismo — parte integrante da segunda fase da dualidade básica —, Sodré estava, também, a caminho de uma teoria de Brasil em que a ideia de feudalidade era parte integrante da sua teoria da revolução brasileira. E, por fim, a terceira tese da dualidade básica de Ignácio Rangel identifica a crise capitalista de 1929 e a formação de um capitalismo industrial como fatores dessa dualidade. Sodré será, e defendemos isso aqui, profundamente influenciado por essa leitura da terceira dualidade ao defender a interpretação de que a revolução brasileira tem início com a Revolução de 1930 (BIELSCHOWSKY, 2014).

A revolução brasileira foi, ao longo de todo o século XX, ao mesmo tempo uma categoria de análise da realidade histórico-social brasileira, principalmente na esquerda composta pelo PCB¹¹ na primeira metade do século, e o objetivo de um programa de ação sobre a realidade social e política. A despeito de ser uma criação do PCB nos anos 1920, acabou por ser tema de inúmeros intérpretes que compõem todo o espectro político, de uma ponta à outra.

O tema da revolução brasileira enquadra-se naquilo que os sociólogos profissionais chamam de mudança social (JOHNSON, 1997). A ideia de revolução brasileira, assim como a de mudança social, engendrou diversas conotações teóricas e políticas. Destarte, diversos autores e organizações políticas e de Estado trabalharam com o tema da revolução brasileira desde seu surgimento no PCB até o golpe que depôs João Goulart¹²: Octávio Brandão, Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, PCB, Iseb, Celso Furtado, que escreveu a pré-revolução brasileira, e Hélio Jaguaribe, no Iseb (PERICÁS, 2019).

11 No ano de 1922, o atual PCB era chamado de Partido Comunista do Brasil — Seção Brasileira da Internacional Comunista, sob a sigla PCB. Em 1961, por questões estratégicas e táticas, o PCB modificou seu nome para Partido Comunista Brasileiro.

12 Sobre o governo João Goulart, ver Bandeira (2010).

Diversos autores e organizações políticas e de Estado trabalharam com o tema da revolução brasileira

Nas décadas que se seguiram ao golpe burguês-militar, diversos analistas sociais debruçaram-se sobre as causas da derrota do movimento popular no processo de revolução democrático-burguesa. Profusas foram as interpretações que buscaram tanto explicar essas causas como também identificar aquelas teorias que davam substrato às formulações do PCB, da Cepal e do Iseb.

Nos anos que se seguiram ao segundo lustro dos anos 1950, Sodré, afinado com o debate em torno dessas questões candentes, desenvolverá uma teoria do Brasil singular e que envolve problemas até hoje não resolvidos nas ciências sociais brasileiras: as questões do feudalismo, da transição, da democracia e do caráter de nossa formação, tanto em termos econômicos quanto sociais e culturais. A teoria de Brasil que Sodré desenvolverá ao largo de décadas de incansável estudo contém elementos problemáticos e, ao mesmo tempo, luminosos para o entendimento da realidade histórica brasileira.

Em face disso, intelectuais como Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, José Chasin, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Fernando Novaes — os dois últimos, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) — e Carlos Guilherme Mota, da USP, além de entidades como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), tentaram, de uma forma ou outra, não apenas culpabilizar o PCB e as proposições nacionalistas do Iseb pelo golpe como também desqualificar as teses daquele que foi, no pré-golpe, o mais destacado analista da revolução brasileira: Nelson Werneck Sodré (DEL ROIO, 2016b).

As obras *Introdução à revolução brasileira*, fruto de cursos que Sodré dava quando de sua atuação como professor de História do Brasil no Iseb, e, de forma mais marcada, *Formação histórica do Brasil*, trazem para o centro do debate a questão histórica acerca de como se deu a formação social brasileira. Perscrutam, com base nos pressupostos da teoria social marxista, a formação do Brasil. Trata-se de obras em que Sodré revisa suas teses contidas em *Formação da sociedade brasileira* (1944). Sodré olha do presente para o passado no intuito de construir uma teoria do Brasil que dê conta das particularidades do processo em curso, a que ele chama revolução brasileira (SODRÉ, 1958).

Essa produção teórica não se deu como mero contato de Sodré com os círculos intelectuais do Iseb: ele vinha amadurecendo suas teses desde o início da década de 1950. Por isso, é importante evidenciar um ponto da trajetória biográfica de Sodré que já tangenciamos acima: a sua participação política no Clube Militar. A questão nacional, no Brasil, teve diversas nuanças. Para o brazilianista Thomas Skidmore, os militares tiveram grande influência nos debates que se seguiram à posse de Getúlio Vargas. Se no início de seu governo ainda não estavam muito nítidos os caminhos do nacionalismo,

após os eventos na eleição do Clube Militar de 1950 e a malograda tentativa de Getúlio de cooptar os setores udenistas, a questão nacional se aguça e os contornos políticos ficam mais claros. De um lado, havia os militares próximos dos ideais liberais e, de outro, os nacionalistas. Estes se dividiam em dois grupos, ambos nacional-desenvolvimentistas: os que não se opunham ao afluxo de investimentos estrangeiros para desenvolver a economia (principalmente nos pontos de estrangulamento econômico, como o setor energético e o de transportes), e os nacionalistas de esquerda, que eram ferrenhos críticos da participação do capital estrangeiro na economia brasileira (SKIDMORE, 1979).

José Paulo Netto nos lembrou de que a eleição do Clube Militar não era uma eleição qualquer. Inscrevia-se na polarização da Guerra Fria, “ao fim do governo antipopular e antinacional de Dutra” (NETTO, 2011, p. 28). Claro está que o certame no Clube Militar era um reflexo das contradições no campo militar. As duas chapas concorrentes, a do general nacionalista Estillac Leal e de Júlio Caetano Horta Barbosa e a dos generais conservadores Osvaldo Cordeiro de Farias e Emílio Rodrigues Ribas, entraram em rota de colisão que dividiu as opiniões no meio militar. A vitória da chapa nacionalista mostrou a Sodrê suas consequências, e ele percebeu que estava na mira dos generais golpistas: foi transferido, como represália, para Cruz Alta (RS) em 1951. A partir daí os setores mais retrógrados da sociedade brasileira — empresários mais ligados à importação, a União Democrática Nacional (UDN) e generais como Alcides Gonçalves, Etchegoyen e Nelson de Melo — começaram uma verdadeira “cruzada democrática”, num ambiente de violência e chantagem e com a propositada “neutralidade” de Getúlio Vargas (NETTO, 2011).

A outra experiência decisiva de Sodrê foi a sua atuação no Iseb e a enorme influência que esse instituto teria na sua teoria de Brasil. Atesta esse nosso entendimento o estudo da cientista política Angélica Lovatto sobre a coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”, na qual Sodrê escreveu *Quem é o povo no Brasil?*, sob a direção de importantes intelectuais como Álvaro Vieira Pinto e o editor Ênio Silveira. O próprio Álvaro Vieira Pinto escreveu um dos volumes, intitulado *Por que os ricos não fazem greve?* (LOVATTO, 2010). Sodrê era um membro ativo no Iseb, segundo João Alberto da Costa Pinto:

O essencial do pensamento e da intervenção política do historiador carioca dá-se com a produção acontecida na conjuntura de 1958-1964, quando, como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), revisa (e em parte abandona) conceitualmente a sua produção anterior (PINTO, 2011, p. 169).

A revolução democrático-burguesa em curso no Brasil não dependia exclusivamente daquilo que Sodrê chamou de burguesia nacional. Não obstante, Sodrê superestimou a burguesia como classe nacional no curso da revolução democrática, e o golpe militar-burguês veio demonstrar o equívoco dele. No entanto, Sodrê consegue compreender a “particularidade da formação histórica da nossa sociedade” (NETTO, 2011, p. 69) ao escrever a obra *História da burguesia brasileira*, em 1964. Era óbvio para Sodrê que a economia brasileira era parte integrante do incipiente sistema capitalista já nos primórdios da colônia. Contudo, Sodrê identifica no final do século XVII uma

regressão feudal que adentra a Primeira República. Isso daria uma nova conformação à burguesia brasileira, que, ao contrário das suas consortes, não surge como produto da subsunção dos meios de produção. É, portanto, uma burguesia débil, que se forma como dependente das burguesias inglesa e estadunidense.

Na década de 1950 e início dos anos 1960, a burguesia brasileira estava diante de um dilema: ou se alia ao latifúndio e se exime de uma potencial revolução socialista ou “prefere enfrentar essa ameaça, abre-se ao futuro, e se livra do latifúndio” (REIS, 2007, p. 165). Sodré fazia uma leitura conjuntural análoga à que Lênin e Trótski fizeram: qual a natureza da Revolução de 1905 na Rússia? A leitura menchevique previa uma revolução democrática e burguesa em que as forças sociais em disputa — burguesia, classe operária e campesinato — estariam sob a *hegemonia* da burguesia e seriam dirigidos por ela (MIRANDA; FERNANDES, 1981). Ora, Sodré não faz essa leitura de tipo menchevique. Ele não imaginava que o Brasil se tornaria uns Estados Unidos, tal como os mencheviques acreditavam que a Rússia se tornaria uma Alemanha. Para os bolcheviques a revolução é, sim, democrática e burguesa. Porém, para Lênin, assim como para Sodré, a revolução é um projeto em disputa, e a classe operária pode e deve dirigir o processo. Apesar de Sodré superestimar a atuação da burguesia nacional, ele não a via como a classe, por excelência, a conduzir o processo histórico de revolução, e via, sim, contradições entre burguesia e proletariado:

A contradição entre burguesia e o proletariado, assim, tem uma importância indiscutível para a luta de que o Brasil é teatro e para o conjunto de transformações que já foi consagrado como constituindo a revolução brasileira (SODRÉ, 1964, p. 395).

Claro está que a interpretação caiopradiana de que as teses de Sodré seriam produto do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, e que “reiterava a formulação esquemática e simplista das resoluções da Internacional Comunista para os países ditos independentes” (RECKZIEGEL, 2004, p. 326), não tem paralelo com a teoria sodreana de revolução brasileira, pois em nenhum momento de sua obra Sodré aventou a suposição de que o Brasil teria de passar, necessariamente, por etapas. O uso do substantivo *etapa* na obra de Sodré foi interpretado semanticamente e lexicalmente fora de contexto, pois não se assenta como imperativo categórico. Pelo contrário, o conceito de *regressão feudal* e o de *contemporaneidade do não coetâneo* mostram que não há linearidade na concepção histórica de Nelson Werneck Sodré.

4. O PERCURSO DA FORMAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA BRASILEIRA

Para Sodré, Portugal não se constituiu capitalista na Revolução de Avis (1383-1385), pois esta não fora uma revolução burguesa de fato¹³. A Revolução de Avis foi

13 A ideia de que Portugal constituiu-se capitalista no contexto do início do ciclo português da expansão marítima tem como defensor, no Brasil, a figura de Roberto Simonsen, quando da publicação de sua História econômica do Brasil.

uma etapa da *centralização política* nas mãos da nobreza. Ademais, o grupo mercantil liderado pela Coroa portuguesa não era identificado como classe burguesa, e havia uma aristocracia militar que redistribuía a terra.

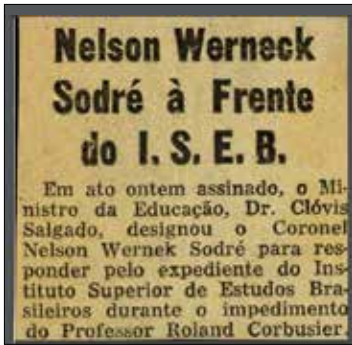
Sodré identifica, então, um paradoxo na história de Portugal e na expansão ultramarina: o de que a amplificação territorial de Portugal (tanto de seu território interno como pelo estabelecimento de territórios além-mar) gerou um fortalecimento dos laços de servidão e consequente enfraquecimento do grupo mercantil. Por conseguinte, Sodré chega à seguinte conclusão: se Portugal era um *reino de tipo feudal*, como poderia ser o Brasil, sua colônia, mercantilista ou capitalista? Vemos aqui uma inflexão teórica: Sodré abandona a tese capitalista contida em sua obra *Formação da sociedade brasileira*, de 1944, que tinha, justamente, Caio Prado Júnior como inspiração.

Jorge Grespan lembra o peso que pode ter exercido a famosa “Declaração de março de 1958”, do PCB¹⁴. No entanto, apesar de Sodré compor o partido, não vemos uma correlação direta que possa comprovar a vinculação da teoria dele com aquela declaração. Para tanto, seria necessário um estudo de fontes históricas primárias, que ainda não encontramos. Observa-se que Sodré trabalha com o universo categorial marxista de modo produção¹⁵: por intermédio dessa categoria, Sodré sustenta que há uma evidente diferença entre capitalismo e capital comercial. No capitalismo, o excedente econômico, diz Sodré, tem base na produção de mercadorias, e o comércio é o elemento subordinado e determinado pela esfera da produção. No capital comercial, o excedente econômico é proveniente da troca de mercadorias, antes da consubstanciação do trabalho assalariado.

Por isso, o capitalismo surge de um processo endógeno. Portugal não era capitalista, portanto não implantou o capitalismo de fora para dentro, em razão de que não havia condições para tal. Quer dizer, não são as condições externas que determinam o capitalismo; não é do capital mercantil que deriva o capitalismo, de forma necessária. O Brasil, durante o chamado período colonial, teria sido dirigido e controlado por grupos mercantis ligados à Coroa (que para Sodré era constituída de uma nobreza feudal). Nas palavras de Sodré:

14 Estudos importantes foram feitos sobre o PCB ao longo das últimas décadas. Um estudo sobre as relações entre Iseb, PCB e ação sindical pode ser vista em Martins (1965).

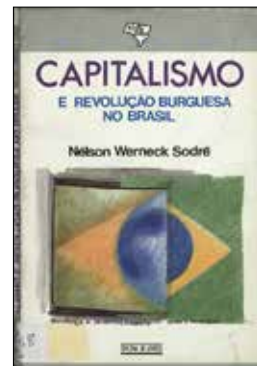
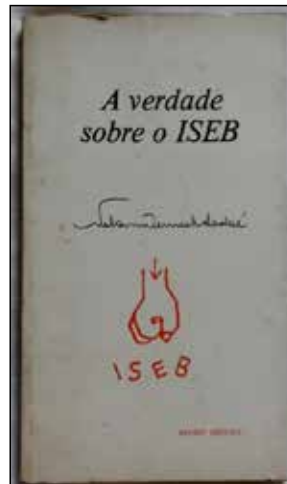
15 No prefácio à obra *Formações econômicas pré-capitalistas*, o historiador inglês Eric Hobsbawm faz uma interessante análise sobre a problemática dos modos de produção em Marx. Preliminarmente, é possível dizer que Marx e Engels liam as principais publicações sobre o feudalismo, principalmente dos historiadores alemães Hansen, Meitzen e Maurer. Hobsbawm nos alerta para o parco conhecimento de Marx sobre o feudalismo (deficiência que ele mesmo admitia): “Só depois da publicação do volume I de *O Capital* (i.e., quando já tinha elaborado o esboço básico dos volumes II e III) esse problema começou, ao que parece, a preocupar os dois amigos, sobretudo a partir de 1868, quando Marx iniciou, seriamente, o estudo de Maurer, cujos trabalhos ele e Engels, daí por diante, encararam como a base de seus conhecimentos nesse campo.” (MARX, 1985, p. 25) Nos termos da proposta deste *paper*, não é possível ir além no extenso campo de debate sobre modos de produção. Obviamente que, à luz de estudos posteriores, em nível de tese, esse debate terá a acolhida necessária.



À esquerda, nota publicada no jornal *Última Hora*, de 9 de julho de 1958, informando sobre a designação de Nelson Werneck Sodré para responder pelo expediente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros



Ao lado, capas de algumas publicações do autor. Entre elas, rara edição de *A verdade sobre o Iseb*, da editora Avenir, com capa de Oscar Niemeyer



Grupo, ou camada social, embora importante, o dos mercadores não se definiu em classe, entretanto, nem alcançou as características que lhe permitissem o batismo de burguesia, que alguns historiadores lhe concedem, naquilo que o termo envolve de essencial. Nem chegou jamais a dominar o poder, influenciando nele embora, particularmente nas fases de autonomia, e de expansão territorial, e de expansão navegadora (SODRÉ, 2002, p. 36).

Continua Sodré:

O processo de que surge o capitalismo é, pois, endógeno; ele surge de condições internas do país ou região em que se implanta; [...] um país ou região, assim, só consegue atingir a fase capitalista de produção quando:

- dispõe de uma massa de trabalhadores assalariados sem posses, pessoalmente livres, mas privados dos meios de produção e de subsistência, obrigados por isso a trabalhar mediante salário para o capitalista;
- dispõe de uma acumulação de riqueza em dinheiro necessária à criação das grandes empresas capitalistas (SODRÉ, 2002, p. 48-50).

Assim, o capitalismo não tinha vaga no Brasil do século XVI. Se for verdade que dava seus primeiros passos em países como a Holanda e, principalmente, a Inglaterra, em Portugal não havia uma classe burguesa em essência, argumenta Sodré.

Apesar dos vultosos investimentos que foram necessários à empresa colonialista, os grupos mercantis foram dirigidos pela Coroa. Segundo Sodré: “A empresa das navegações, que possibilita as descobertas de que decorre a colonização, tem suas bases no capital comercial cujo aparecimento e desenvolvimento caracterizam o declínio do feudalismo.” (SODRÉ, 2002, p. 61)

Além disso, Sodré, ao inquirir quem realiza o investimento inicial à obra das Grandes Navegações (as do início do século XVI, não as anteriores — que começaram em 1415, com a conquista de Ceuta, no norte do continente africano), responde que não são os grupos mercantis, pois estes “já não têm recursos para isso, nem interesse pela sua aplicação” (SODRÉ, 2002, p. 81). Para Sodré, “está perfeitamente esclarecido que os primeiros colonizadores eram elementos da pequena nobreza, quando muito, nobres de títulos; elementos ligados à Coroa” (SODRÉ, 2002, p. 81).

Esses primeiros colonos enfrentariam muitas dificuldades, como o problema da mão de obra, a luta contra os indígenas, a ocupação do vasto e inóspito território, a falta de recursos: “o modo de produção diverso está no fundo do antagonismo entre o indígena e o colonizador. Daí a dificuldade, em alguns casos a impossibilidade, de servir aquele como mão de obra, fornecendo o trabalho na empresa da colonização.” (SODRÉ, 2002, p. 84) Assim, todo o conjunto de dificuldades advindas do investimento inicial “gera o modo escravista de produção” (SODRÉ, 2002, p. 85). “É a partir desse debate que Sodré assume parcialmente a tese do escravismo, proposta por Celso Furtado (1959), e, ao mesmo tempo, formula uma original visão sobre a formação social brasileira.” (DEL ROIO, 2016b, p. 88)

O escravismo ficou restrito, na visão de Sodré, às partes em que vigorou a unidade produtora típica do Brasil colonial, o engenho, e as atividades pastoris, ainda que vivendo, às vezes, como “vizinhas” do escravismo colonial¹⁶, conheceram, posteriormente, formas diferentes de relações sociais de produção da renda (SODRÉ, 1990b). Para entendermos mais adequadamente esse processo, Sodré sustenta que a expansão pastoril rumo ao interior do continente passou por três momentos: 1) a vizinhança; 2) a coexistência, e 3) a separação entre as atividades agrícola e pastoril (SODRÉ, 1990b). Com isso o autor quer dizer que, paulatinamente, houve uma separação, uma divisão nas tarefas.

Nessas áreas pastoris, conheceram-se outras formas de relação social, o que o autor chamou de contemporaneidade do não coetâneo: “isto é, da existência, no mesmo tempo, de realidades sociais diferentes, mas no mesmo país ou colônia” (SODRÉ, 1990b, p. 10). Para sustentar essa tese, Sodré argumenta que a colonização teria sido ampla demais, e, em seus aspectos, veem-se outras formas de ocupação do território, outras formas de relação social de produção, portanto. Durante o processo de expansão territorial criaram-se diversas áreas de povoamento e de atividade econômica muito aquém da zona costeira: aquilo que Werneck Sodré chamou de “áreas secundárias de ocupação” — os vastos territórios de pecuária extensiva.

16 Essa é uma expressão pioneira de Sodré e não do dirigente e historiador marxista Jacob Gorender, autor de *O escravismo colonial*. Ver Gorender (1978).

Numa tentativa de atualização do problema dos modos de produção, temos de estar cientes de que na década de 1950 essa problemática não era nada exótica. O debate acerca dos modos de produção no Brasil inseria-se num contexto em que havia enorme necessidade ideopolítica de destacar como seriam os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro e o tipo de revolução a ser realizada. Tal discussão tem origem na Europa do pós-Segunda Guerra — quando havia a necessidade de situar os problemas do capitalismo num continente arrasado pela guerra. Concorreram inicialmente para o debate os historiadores Paul Sweezy e Maurice Dobb¹⁷. Estava, a partir daí, aberto um campo de debates em que entraram posteriormente o historiador japonês Kohachiro Takahashi e os ingleses Christopher Hill, Perry Anderson e Rodney Hilton. Ou seja, Sodré estava “afinado” com os historiadores e a historiografia do seu tempo — compreendendo os rumos que o desenvolvimento¹⁸ do capitalismo teria e discutindo-os.

De forma geral, em particular no plano econômico, havia na década de 1950 uma pergunta crucial a que os setores mais esclarecidos e progressistas da esquerda e, em especial, o PCB, precisavam responder: deve-se apoiar o desenvolvimento capitalista ou seguir uma orientação de revolução aberta para chegar ao socialismo? A postura de Sodré diante dessa questão foi a de procurar uma interpretação da realidade brasileira baseada na concepção de história em Karl Marx: a resultante histórica do presente (do aqui e do agora) é fruto de um longo e complexo *processo histórico* de contradições entre forças produtivas e relações de produção, entre explorados e exploradores (MARX; ENGELS, 2010).

Sodré buscou, então, desenvolver uma interpretação de Brasil com base nas raízes históricas do passado colonial, afirmando que os entraves à revolução brasileira eram os restos feudais. Consequentemente, a necessidade de se opor ao “bloco feudal-burguês” constituía uma das contradições fundamentais do Brasil da década de 1950. Em suma, nessa interpretação do passado colonial, Sodré foge a esquemas geopolíticos e jurídico-territoriais que configuram o modo de produção como o mesmo em todo o território de jurisdição. Ao contrário, Sodré evidencia as particularidades no todo, “realidade na qual a lógica histórico-universal se reproduz, mas dentro de uma particularidade concreta” (DEL ROIO, 2016b, p. 93).

Em 1966 veio a público uma obra importante de Caio Prado Júnior: A revolução brasileira, que teve, segundo a biografia mais completa até o momento escrita sobre o autor — a do historiador Luiz Bernardo Pericás —, “grande repercussão no país e alguma no exterior [...] um dos livros que fizeram a cabeça dos militantes da época”

17 “Para autores como Dobb, Hilton e, também, Sodré, Marx não desprezou em sua análise o efeito corrosivo do aumento da circulação monetária sobre a economia feudal, nem o papel da acumulação de capital mercantil na formação das pré-condições do capitalismo.” (SILVA, 2006, p. 106)

18 No Iseb, o conceito de desenvolvimento não era unívoco. Os membros atuantes tinham suas próprias convicções teóricas acerca de desenvolvimento e desenvolvimentismo. Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira: “No pensamento do Iseb havia um conceito de desenvolvimento que tomava emprestadas ideias de Marx, de Schumpeter e do estruturalismo latino-americano de Raúl Prebisch e Celso Furtado, sem, entretanto, se preocupar em ser fiel a qualquer uma dessas visões.” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 55) Obviamente, Nelson Werneck Sodré estava ancorado na perspectiva de Marx.

Sodré faz parte da tentativa de conhecer o Brasil pela ótica do desenvolvimento e da autonomia nacional

(PERICÁS, 2016, p. 206-207). O objetivo de Caio Prado Júnior era fazer uma análise “crítica” das concepções de revolução brasileira do PCB e de seu “teórico” Sodré: rebater a tese da existência de uma suposta burguesia nacional e a chamada “tese feudal” — e, por conseguinte, contestar a presença dos “restos feudais”. Também reafirma a tese de historiadores como Roberto Simonsen de que a empresa da colonização tenha sido de natureza capitalista. Ora, como vimos acima, Sodré rebate com argumentos sólidos essa tese em *Formação Histórica do Brasil*. No entanto, segundo Caio Prado Júnior,

é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu. [...] Presumiu-se, desde logo, e sem maior indagação que, no Brasil, o capitalismo foi precedido de uma fase feudal, e que os restos dessa fase ainda se encontravam presentes na época atual. [...] O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque, para haver “restos feudais”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 43, 51).

Caio Prado Júnior, nessa obra, num esforço interpretativo sobre o que foi o golpe, faz crítica feroz às esquerdas e à sua tática de revolução brasileira. O erro fundamental da esquerda, segundo sua concepção, foi ter buscado uma característica para o conceito de revolução. Socialista ou democrática? Burguesa ou outra qualquer? (PRADO JÚNIOR, 2012). Deve-se observar ainda que é o próprio Caio Prado Júnior que supõe a existência, inclusive de maneira implícita, de uma *evolução linear* de modos de produção. Nem mesmo Marx admitira uma existência linear e que obedecesse a critérios rígidos e teleológicos na história.

No prefácio a *Formações econômicas pré-capitalistas*, Hobsbawm diz: “não há, em Marx, nenhuma indicação que nos autorize a buscar alguma ‘lei geral’ de desenvolvimento que possa explicar sua tendência para evoluir no sentido do capitalismo” (MARX, 1985, p. 44). Ou seja, Caio Prado identifica em Sodré as teses esquemáticas de Stálin. Ao que nos parece, tal operação carece de lógica interna, na medida em que Sodré fala de *regressão feudal*, dando a ideia clara de que o desenvolvimento próprio da

história não segue rigidamente uma “marcha”. Como claramente salientou João Quartim de Moraes, o economicismo de Caio Prado considera a evolução histórica uma “facticidade unidimensional” e não evidencia as tensões e contradições latentes, “para se ater à morna constatação do positivamente dado” (MORAES, 2007, p. 196).

Para Caio Prado Júnior, é módico apontar, antes mesmo do surgimento da realidade objetiva, qual o paradigma de revolução. O autor argumenta que o conhecimento objetivo da realidade abarca conhecer o que *está sucedendo* como processo e não o *ser em si* (PRADO JÚNIOR, 2012). Caio Prado Júnior insiste em suas observações de ordem epistemológica: “É o que acontece que constitui o conhecimento científico; e não o que é” (CAIO PRADO, 2012, p. 27). Está claro aqui que o autor chama a atenção para um fato: a revolução brasileira será (ou deveria ser) produto de uma correta interpretação conjuntural do presente e do processo histórico. Seria nisso que, de fato, consistiria uma “aplicação” correta do método dialético.

Estaria Caio Prado Júnior arremetendo contra as teses delineadas por Sodré ou criticando o *programa* do Partido Comunista, com sua caracterização de revolução brasileira (antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrática), escrito após a “Declaração de março de 1958”? Na diligência de responder a essa questão, não achamos (ainda) nada de expressivo que corrobore a suposição de que Sodré teve participação nos programas do PCB (na declaração de março ou mesmo no V Congresso, de 1960). Para o professor José Paulo Netto,

Sodré jamais admitiu essa vinculação, mesmo assumindo-se como marxista, e, na verdade, nunca se identificou com as posturas sectárias e estreitas que o PCB assumiu no período que vai das cassações do seu registro partidário (maio de 1947) e dos mandatos de seus deputados (janeiro de 1948) ao enunciado de sua nova política (“Declaração de março de 1958”). Não há dúvidas, todavia, de que se verifica uma notável congruência entre as concepções defendidas por Sodré, em sua maturidade intelectual, e as proposições políticas do PCB posteriores a 1958; para alguns analistas¹⁹, Sodré teria sido mesmo um teórico do PCB (NETTO, 2011, p. 25-26).

É basilar frisar que Sodré pôde explicar melhor sua teoria de Brasil porque elaborou investigações profundas sobre a realidade nacional daquele período no momento em que esteve no Iseb. Não podemos conjecturar que programas e resoluções do partido possam se ombrear a uma obra tão abrangente e complexa como a de Sodré — corolário de uma investigação profunda sobre o Brasil no período do Iseb. Inegável que Sodré *não* usa o verbete *feudalismo* no sentido que ele teve em alguns países da Europa feudal. Segundo João Quartim de Moraes, há uma confusão (de má-fé) *semântica*:

O uso constante, na obra de Sodré, dessa categoria é claro e coerente: denota as relações de produção baseadas no latifúndio e na dependência pessoal do trabalhador (colonato, parceria e demais formas de produção não baseadas

19 José Paulo Netto se refere à obra *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, do cientista político Paulo Ribeiro da Cunha.

na troca de trabalho vivo por salário), que permitem ao latifundiário extrair rendas pré-capitalistas da terra (MORAES, 2006, p. 159).

A revolução brasileira enfrentaria, naquele contexto, a inevitabilidade de lidar com os grupos atrelados aos enormes “trustes internacionais” e seus agentes internos. Por isso seu caráter anti-imperialista e antifeudal. Para tanto, inexoravelmente, teria de ter um caráter nacional, apoiando-se naqueles setores considerados nacionalistas — Sodré entendia ser a *burguesia nacional* a classe que poderia capitanear esses setores (CAMPOS; VIEIRA, 2018).

Assim, existia uma questão fulcral a ser resolvida pelos setores de esquerda: sustentar o desenvolvimento capitalista ou seguir uma orientação de revolução aberta para chegar ao socialismo? Ao final, está a preocupação em explicar: 1) a questão da terra; 2) o povo/nação em desenvolvimento; 3) o movimento da revolução burguesa; 4) a via de desenvolvimento capitalista, e 5) a questão da “transição” para o socialismo. Sabemos que essas questões, a despeito de muitas, seguem inconclusas na historiografia e ciências sociais brasileiras e na realidade atual, visto que não foi possível a realização plena da reforma agrária e da democracia no Brasil (LINZ; STEPAN, 1999).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pressupondo que a leitura da obra de Nelson Werneck Sodré tem sido alvo de incorreções teóricas praticadas pela historiografia brasileira desde a década de 1970, pondera-se a urgência premente de redirecionar o debate, num reajuste de foco, conforme a diligência de balizar e compreender os pressupostos de sua obra. A sua teoria de revolução brasileira teve forte lastro teórico de inspiração marxista (GRESPLAN, 2006). Sodré faz parte da tentativa de conhecer o Brasil pela ótica do desenvolvimento e da autonomia nacional e, no Iseb, faz parte daquilo a que José Carlos Reis chamou “os redescobridores” do Brasil (REIS, 2007). Um historiador que escreveu 56 livros “e que produziu por cerca de seis décadas tem, por certo, uma trajetória complexa e dotada de uma particularidade iluminante da própria trajetória do marxismo” (DEL ROIO, 2016b, p. 85).

Mas não se justifica apenas pela abundância de sua obra, mas sim pela sua rica teoria de Brasil que foi vilipendiada após a contrarrevolução de 1964. A tese de Sodré não se limita a “reescrever anedoticamente” a história brasileira. Antes, quer compreender as relações de forças da conjuntura que se configurou no pré-1964. Quer compreender como, dialeticamente, pode-se constituir um povo/nação e se realizar uma mudança social pela via democrática, problemática que, ainda hoje, quando se escreve este paper, assola o país. Sodré rerepresenta o problema da dominação imperialista e da autonomia nacional e verifica as tendências históricas de forças para que isso se configure.

A centralidade e o objetivo deste debate foram (e continuam sendo) a análise da categoria de revolução brasileira perpetrada pelo historiador marxista Nelson Werneck Sodré, priorizando sua perspectiva de totalidade histórica e social e reto-

Estudar a trajetória dos intelectuais não é uma tarefa fácil. Inserir-los em uma instituição como o Iseb torna-se mais complexo ainda, pois o próprio Sodré, em sua obra *Luta pela cultura*, evidencia como esse instituto não era homogêneo ideologicamente, mas entrecortado por contradições e transversalidades que desnudavam a realidade nacional daquele período de intensas lutas sociais

mando criticamente as contribuições daquela interpretação da realidade nacional em face da tradição crítico-intelectual que se seguiu após os anos 1960. A tese e os pressupostos metodológicos, seguindo pistas de importantes teóricos da obra de Sodré, como Marcos Del Roio e José Paulo Netto, apontam para a interpretação de que o historiador militar, malgrado “aspectos problemáticos” (NETTO, 2011, p. 74), construiu uma vigorosa teoria e pode vir a contribuir para as investigações no campo da história brasileira do tempo presente.

Estudar a trajetória dos intelectuais não é uma tarefa fácil. Inserir-los em uma instituição como o Iseb torna-se mais complexo ainda, pois o próprio Sodré, em sua obra *Luta pela cultura*, evidencia como esse instituto não era homogêneo ideologicamente, mas entrecortado por contradições e transversalidades que desnudavam a realidade nacional daquele período de intensas lutas sociais (SODRÉ, 1990a).

Portanto, voltar ao Iseb e a Nelson Werneck Sodré remete-nos ao estudo de uma realidade nacional que ainda, com todos os aspectos problemáticos, lança luz sobre um país que não resolveu seus dramas históricos: note-se que a ameaça à pretensa institucionalidade democrática atual põe a sociedade brasileira em alerta. Concor damos com José Paulo Netto em que a teoria da revolução de Sodré tem problemas, “que não se devem às suas concepções teórico-metodológicas, mas a debilidades e deficiências das bases empíricas sobre as quais ele construiu algumas de suas generalizações” (NETTO, 2011).

É notória e elementar a necessidade de “conhecer e avaliar corretamente a história e as diferentes interpretações da realidade nacional, assim como as diversas teorias elaboradas ao longo do tempo sobre a revolução brasileira” (PERICÁS, 2019, p. 90). Por conseguinte, localizar a contribuição de Sodré e de sua teoria de revolução brasileira nesta atual quadra histórica pode, embora talvez não como queira a nossa razão, nos guiar por caminhos que levem à compreensão do Brasil.

Não foi nossa intenção esgotar o tema da trajetória intelectual de Sodré no Iseb, mesmo porque, como agenda de pesquisa²⁰, isso pode levar anos, dada a magnitude do autor e da instituição Iseb. Compreender os nexos causais entre Iseb e intelectuais é uma árdua e laboriosa responsabilidade para qualquer pesquisador da área das ciências humanas — independentemente dos métodos empregados. Assim, como primeira aproximação com a obra de Sodré, produzida por efeito de sua trajetória intelectual e política, pudemos concluir que o debate suscitado naquele momento reverberou fortemente na política nacional e nos rumos do país. O Iseb foi identificado como um epicentro de ideias subversivas e contrárias aos interesses — ironia! — nacionais. Por isso, em futura e pretendida pesquisa, queremos investigar as relações entre política e ideologia na fase final do Iseb, antes de seu fechamento pelo golpe burguês-militar, e responder à pergunta: por que as teorias de desenvolvimento nacional produzidas no último Iseb não serviam aos interesses da fração de classe que se tornou hegemônica, tanto que seus intelectuais foram presos e levados a inquéritos policiais militares (IPMs)?

Obviamente, essa já é uma segunda etapa. Primeiro foi necessário localizar a teoria da revolução brasileira que incomodou os setores dominantes tornados hegemônicos. Parecem ser essas perguntas inocentes, mas a pesquisa em fontes e no acervo de Nelson Werneck pode nos ajudar a refinar nosso olhar sobre um campo específico das ciências sociais — o pensamento social — para o entendimento do Brasil.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FFC-Unesp), *campus* Marília. Pesquisador, na graduação e no mestrado, da concepção de revolução brasileira segundo o PCB no período 1954-1964. Estudou Ciência Política, em regime de intercâmbio, na Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha, onde pesquisou o sistema partidário na União Europeia. Professor de Sociologia no ensino regular do estado de São Paulo.

► Texto recebido em 30 de abril de 2021; aprovado em 16 de maio de 2021.

20 A propósito, este artigo é parte integrante de minha tese de doutorado *A revolução brasileira na obra de Nelson Werneck Sodré: o Brasil na revolução democrático-burguesa (1961-1964)*. Por isso, pode até denotar a ideia de “artigo inconcluso”, mas, na minha acepção, o artigo científico tem a função de problematizar aspectos de uma pesquisa de escopo maior, que esteja: a) terminada, ou b) em andamento. No caso, a pesquisa está em andamento, e aqui se busca mostrar à comunidade científica uma parte importante dos resultados alcançados.

ARARIPE, Luís de Alencar. Militares e democracia. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2006.

CONTE, Daniela. **Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964)**: análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. Orientadora: Claudia Wasserman. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ignácio Rangel. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do Iseb rediscutido. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

_____. O antímitil: o setor militar — origens de uma organização. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 59-71, jul.-dez. 2012.

_____; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2006.

DEL ROIO, Marcos. Capitalismo e revolução em Caio Prado Júnior. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 20, p. 10-23, jan.-jun. 2016a.

_____. Sodré e a dialética da formação social brasileira. **Crítica Marxista**, n. 42, p. 85-102, 2016b.

FERRARI, Márcio. O peso da sociedade. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. esp., p. 64-67, dez. 2014.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRESPLAN, Jorge. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2006.

JOHNSON, Allan. Mudança social. In: _____. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. **Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista dos anos 1960**: um projeto de revolução brasileira. 2010. 386f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, Luciano. Aspectos políticos da revolução brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, n. 2, p. 15-34, maio 1965.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 20. ed. Tradução Maria Lucia Cumo. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MIRANDO, Orlando (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Trótski**: Política. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 22).

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (Org.). **História do marxismo no Brasil**: visões do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2007. v. 4.

MORAES, João Quartim de. Sodré, Caio Prado e a luta pela terra. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré**: entre o sabre e a pena. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré**: o general da história e da cultura. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). **Caio Prado Júnior**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Caminhos da revolução brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PINTO, João Alberto Costa. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil: 1911-1999. **Revista de História Actual**, Cádiz, v. 9, n. 9, p. 169-180, 2011. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/Artigo-sobre-Sodre%C3%A9-Jo%C3%A3o-Alberto-Revista-Hist%C3%B3ria-Actual.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. In: FLORESTAN, Fernandes. **O que é revolução?**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Nelson Werneck Sodré. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luís. **Intérpretes do Brasil**: ensaios de cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p. 315-332.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Lúcia Osório. A "herança colonial" e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo Ribeiro; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré**: Entre o Sabre e a Pena. São Paulo: Unesp, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A luta pela cultura**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990a.

_____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990b.

_____. **Formação histórica do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. (Coleção Memória Brasileira, v. 6).

_____. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1964.

_____. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. v. 1.

SODRÉ, Olga. O Iseb, Nelson Werneck Sodré e a cultura brasileira: um testemunho histórico. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, v. 3, n. 6, p. 9-21, jul.-dez. 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Iseb**: fábrica de ideologias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

VIEIRA, Carlos Alberto C.; CAMPOS, Fábio Antonio de. Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré. **Texto para Discussão**, n. 345. Campinas: IE-Unicamp, ago. 2018.

Pelo olhar de Anísio Teixeira, um ensaio sobre educação e nacional-desenvolvimentismo

From the perspective of Anísio Teixeira, an essay
on education and national developmentalism

LORENA FREITAS*

*Só existirá democracia no Brasil no dia em que se mon-
tar no país a máquina que prepara as democracias.
Essa máquina é a da escola pública.*

Anísio Teixeira

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.007>



institucional.educacao.ba.gov.br

O intelectual brasileiro Anísio Teixeira (1900-1971)

RESUMO

O objeto deste ensaio é delimitado no âmbito das ideias anisianas em defesa da educação. O projeto educacional pensado e executado por Anísio Teixeira ao longo da vida tem inegável inspiração na ideologia isebiana nacional-desenvolvimentista. Assim, exploram-se aqui os argumentos teóricos e projetos executados pelo autor *pari passu* com exemplos hodiernos que sirvam de teste e fundamentos empíricos. O ensaio reclama a atual oportunidade e urgência do sonho anisiano para a retomada do desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Anísio Teixeira. Nacional-desenvolvimentismo. Educação.

ABSTRACT

The object of this essay is delimited within the scope of Anísio Teixeira's conceptual framework that support the defense of education. The educational project was designed and executed by Teixeira throughout his lifetime, and it has undeniable national-developmental Isebian ideology. Thus, this paper explores the theoretical arguments and projects carried out by Teixeira along with modern examples that serve as test and as empirical foundations. Taking that into account, the essay claims the current opportunity and urgency of Teixeira's dream for the resumption of national development.

Keywords: Anísio Teixeira. National developmentalism. Education.

1

O pensamento de Anísio Teixeira tem uma característica peculiar: o absoluto foco na questão da educação. Anísio trabalha a educação como substrato de uma cultura e nisso sofre marcante influência do pragmatismo de Dewey. Assim, este ensaio tem por pressuposto que a educação em Anísio é mais do que simplesmente o processo pedagógico de escolarização, é ao mesmo tempo o “o quê”, “o porquê”, “o como” e “o para quê”.

Em outras palavras, Anísio se debruça sobre as condições necessárias para garantir a escolarização universal, laica e gratuita, mas também para que a educação não seja “mero ornato”, desconectada de fins coletivos e nacionais. Assim, há uma natureza descritiva na abordagem e o aceno para conclusões normativas, se assim se puder referir-se a tal linguagem de segunda ordem que se opera por meio da reflexão sobre as dificuldades e meios de superação da crise da educação com foco no desenvolvimento nacional brasileiro.

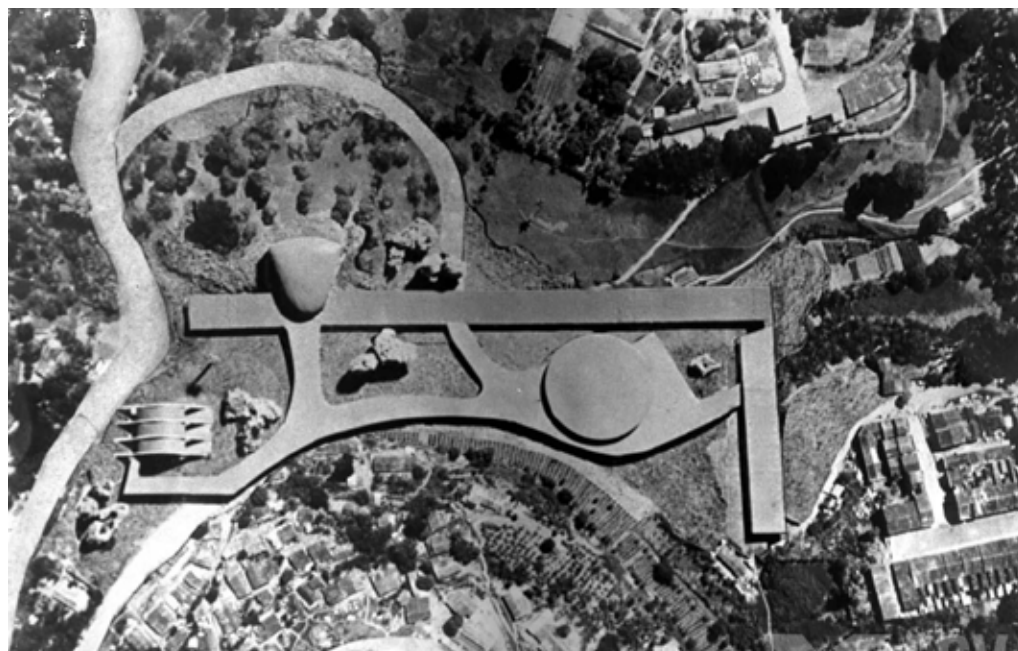
Sua defesa da educação ultrapassa a preocupação que em termos jurídicos assenta nos chamados direitos de segunda geração, ou direitos sociais. Anísio concebe o processo educacional como um bem que reflete seu povo, que ao mesmo tempo constrói as condições para que esse povo se desenvolva e que, por tudo isso, deve ser cuidado¹.

Óbvio que essa concepção anisiana é muito influenciada pela recepção das ideias de Dewey, um dos pioneiros do pragmatismo estadunidense. Mas também é caudatária de uma correta percepção pela qual a aquisição do conhecimento não é apenas modo de ilustração, beletrista e livresco — conhecimento é para implicar melhoria de vida e, socialmente, atuar na formação de quadros técnicos e científicos numa visão estratégica dedicada a garantir independência nacional e desenvolvimento soberano.

Essa atitude “prática” em relação ao conhecimento, que requer projeto e planejamento de desenvolvimento não subordinado, almeja a formação de quadros científicos nacionais. Por isso mesmo é que já em 1952 Anísio saudava a revolução

Anísio se debruça sobre as condições necessárias para garantir a escolarização universal, laica e gratuita, mas também para que a educação não seja “mero ornato”, desconectada de fins coletivos e nacionais

1 Anísio vai analisar, sendo seu incansável oponente, um sistema excludente que se caracteriza como uma “educação popular mínima para todos e uma pós-primária para alguns. E os alguns, salvo os das poucas escolas públicas e gratuitas desse nível [ou alvos da caridade religiosa], eram os das classes abastadas ou semiabastadas.” (TEIXEIRA, 2005, p. 209)



Acervo FG/CPDOC

Das muitas realizações de Anísio Teixeira, a Escola Parque, ou Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, Bahia, foi a que alcançou maior repercussão no Brasil e em diversos outros países

brasileira lembrando a relevância de passos e etapas inevitáveis em um processo de afirmação do progresso (TEIXEIRA, 1977, p. 29-31).

É por esse prisma do pensamento anisiano que o ensaio se lança na argumentação e reflexão sobre a defesa anisiana da educação como patrimônio cultural (FREITAS; CECATO, 2017, p. 267). É certo que esse exato termo para definir educação não se localiza no seu pensamento, até onde esta investigação foi², mas como ensaio se pode experimentar a reflexão nessa dimensão heurística. É patrimônio cultural pelo intrínseco foco voltado para o desenvolvimento nacional.

A forma-ensaio, como “um pequeno texto formal sobre um assunto específico” (ESSAY, 1999, tradução nossa), é aqui empregada com referência clássica em David Hume e Adam Smith, e eis que persegue as características da liberdade e da variedade às quais Hume recorre sem dispensar a unidade. A síntese da proposta ensaística perpassaria a “perspicuidade de estilo” de que fala Smith nas primeiras linhas da sua segunda conferência sobre retórica e belas-letas (SMITH, 2008, p. 79), mas centralmente tal liberdade estaria em ser “um gênero que tem a conversa por modelo” (SUZUKI, 2011, p. 319).

A liberdade aqui se situa na reflexão desagrilhoada de conclusões, do que decorre a característica da variedade. Esta por sua vez está no fluxo discursivo em oposição ao espírito monotemático no sentido de “lucubrações detidas e extenuantes

2 O não uso do termo *patrimônio cultural* não elide a presença da ideia. Serve de exemplo o trecho, entre outros, em que Anísio toma por empréstimo a questão da cultura para fiar a tese da democracia e da igualdade de condições: “Uma nação ou um povo é a expressão de sua cultura e essa cultura será tanto mais una, homogênea e inteiriça quanto mais simples.” (TEIXEIRA, 2005, p. 65)

sobre um assunto só” (SUZUKI, 2011, p. 315), todavia não significando nem implicando dispersão. A unidade como característica é abordada por Hume quando diz que

mesmo em nossos sonhos diurnos e noturnos mais loucos, descobriremos, se pensarmos sobre isso, que a imaginação não é totalmente selvagem, e que mesmo na imaginação as diferentes ideias se sucedem de uma forma um tanto regular. Se a conversa mais solta e mais livre fosse escrita, você seria capaz de ver algo que a mantém unida em todas as suas voltas e reviravoltas. Ou, se não, a pessoa que quebrou o fio pode dizer que foi gradualmente afastada do assunto da conversa por alguma linha de pensamento ordenada que estava silenciosamente acontecendo em sua mente (HUME, 2017, p. 10, tradução nossa).

Justificamos, por fim, que o estilo³ não abdica de um encadeamento argumentativo, apenas se faz (ou se pretende) mais singular e conciso, trazendo ilustrações da realidade como simples exemplos, carentes de maior investigação em sede de outra pesquisa e artigo⁴.

Ainda que recorra à estrutura ensaística livre de sumário, mantém a pontuação de três partes, sendo que a primeira e a derradeira fazem as vezes de introdução e conclusão, de maneira que a segunda seção desenvolve algumas teses de Anísio e explora delas algumas consequências práticas.

Nessa segunda parte, as temáticas são destacadas em *itálico*, todavia considerando que são temas que dialogam entre si e se conectam; tais aparecem em mais de um momento do trabalho, e eis que o roteiro básico escolhido foi o de seguir a biografia de Anísio, e, naquilo que tem de produção ou debate em cada tempo, o ensaio entra com as digressões argumentativas. A opção de se guiar pela cronologia de vida e obra serviu também à guisa de delimitação do quadro teórico do ensaio. Eis que destacamos os acontecimentos e textos com base nos temas que os vinculam, e para tudo, o fio condutor está na identificação em Anísio da defesa da educação como o trabalho de uma vida⁵.

Explicada a forma, adiante-se o desenvolvimento.

2

Anísio Spínola Teixeira foi um baiano nascido em 1900 que fez Direito no Rio de Janeiro. Em 1924 assume a função de inspetor-geral de ensino da Bahia por convite do governador Góes Calmon, e assim passa a trabalhar com a educação. Data dessa

3 Sobre Hume e as características do ensaio, ver Freitas e Feitosa (2017, p. 1-2).

4 “Os leitores irão apreender mais prontamente uma cadeia de raciocínio, que é mais simples e concisa, em que as proposições principais apenas estão ligadas umas às outras, ilustradas por alguns exemplos simples e confirmadas por alguns dos argumentos mais convincentes.” (HUME, 2010, p. 26, tradução nossa)

5 Para um perfil pessoal e intelectual de Anísio Teixeira, ver o “ensaio” de abertura, sob o título “A trajetória de Anísio Teixeira”, de autoria de Clarice Nunes (NUNES, 2010, p. 11-60). Importa destacar e ampliar divulgação do site da Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/index.html>>, referência para esta parte.

época (1924) seu primeiro artigo sobre o tema (“A propósito da escola única”), sob referência da obra *Méthodes américaines d'éducation générale et technique*, de Omer Buyse. O artigo já traz tema que vai ser objeto de sua bandeira de luta, uma *escola pública, gratuita e universal*:

Uma “escola única” obrigatória para todos, ministrando ensino de um modo integral e uniforme, seria o aparelho mágico destinado a dar a todos os homens o pleno desenvolvimento de suas faculdades. A perfeita unidade da cultura e o seu perfeito desenvolvimento criariam a perfeita unidade e a perfeita grandeza nacionais. Tal edifício grandioso e simples de instrução abriria para esse país privilegiado o maior caminho de todos os tempos para a república, para a democracia (TEIXEIRA, 1924, p. 1).

O contexto de um sistema educacional sem reconhecimento social e que necessitava ser constituído no país o força a ir (ano de 1925) conhecer a experiência da educação na Europa e resulta no projeto de lei para a reforma do ensino baiano, sancionado na forma da lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. Em 1927 viaja para os Estados Unidos, e as impressões daquela experiência educacional se veem na obra de 1928, “Aspectos americanos de educação”, já sob influência de John Dewey (TEIXEIRA, 1959; TEIXEIRA, 1955, uma referência clássica do pragmatismo filosófico, de quem seria aluno nesse mesmo ano na Universidade de Columbia, onde se torna colega de Gilberto Freyre e se pós-gradua em 1928.

Retornando mestre ao Brasil em 1929, não consegue adesão do então governador da Bahia para implementar suas ideias de mudanças, razão por que se demite e passa para o magistério de Filosofia e História da Educação da Escola Normal de Salvador, além de publicar no ano seguinte a primeira tradução para o português de dois trabalhos de Dewey. Esse estudo serviu para a publicação do artigo “Escola nova” no ‘Boletim da Associação Bahiana de Educação’.

Ele faz uma análise contrapontística da velha escola com a escola nova, no que fundamenta esta sob a rubrica de que, nas palavras de Anísio,

nós temos que, graças ao desenvolvimento da ciência e sua aplicação à vida humana, entramos em uma fase de movimento e de transformação continua. Não só as condições materiais da vida mudam dia a dia, como sobretudo a visão do homem sobre a vida. Nesse aspecto, ressalta hoje acima de qualquer outro, o seu desapego aos velhos sistemas autoritários do passado, sejam eles tradicionais ou religiosos. (TEIXEIRA, 1930, p.3).

Sob a rubrica desse paralelo comparativo, reforçando sua tese e fio condutor de toda a sua obra e vida, a educação pública, gratuita e universal, Anísio diz que “não se pode, com efeito, discutir educação como algo em si mesmo. Nada mais ela é do que epifenômeno de forças muito mais profundas, que controlam a sociedade.” E complementa: “toda fase de transição é fase de luta entre o velho e o novo, e a arte de

conduzir tais batalhas, extremamente difícil, em virtude das contradições que gera o próprio processo revolucionário de transformação” (TEIXEIRA, 1961, p. 92, 71).

É de suma importância no cenário nacional o peso desse intelectual na reconstrução do sistema educacional, mesmo porque sua bandeira ainda é objeto de luta diuturna. Todavia, o contexto da educação nos fins da década de 1920 sobremaneira exigia esforço para garantir reconhecimento social para a educação (SAVIANI, 2007, p. 218).

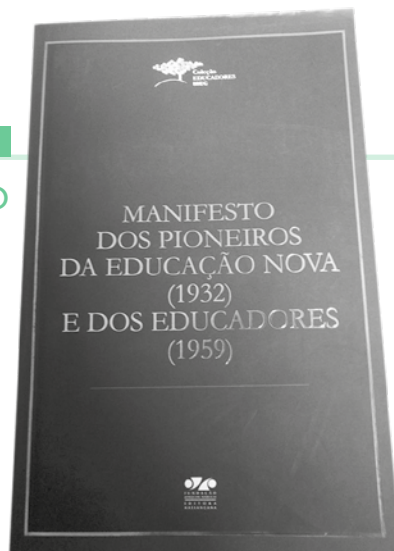
O reconhecimento do valor da educação como condição necessária para o desenvolvimento nacional⁶ vai estar presente em várias reflexões de Anísio, além de ser comum a outros pensadores (como os demais signatários do “Manifesto dos pioneiros da educação nova” ou mesmo os isebianos). No caso de Anísio, seu prestígio como pedagogo não o faz pensar a educação de forma ensimesmada; eis que reclama como necessário “realizar simultaneamente as ‘reformas de base’, inclusive a reforma agrária, e o sistema universal de educação que não chegamos a construir até hoje, já no meado do século XX” (TEIXEIRA, 2011, p. 30).

Se a educação é para desenvolver a nação, necessário se fez, em sua época e na concepção anisiana, romper com os vícios arraigados, que criaram o dualismo da escola velha com a escola nova. Aquela representa o “ensino-ornamento ou livesco”, pois assim Anísio caracterizava o ensino brasileiro na sua maioria, porque era um ensino voltado para que os filhos dos educados continuassem sendo educados, garantindo o status quo, assim como os não educados (“que trabalhavam e não precisavam se educar”) continuassem desprovidos de desenvolver suas potencialidades (TEIXEIRA, 2011, p. 31).

Observe que a ironia que a acuidade anisiana consegue captar é que o ensino, mesmo para as camadas mais abastadas, “era para ilustrar nas artes de falar e escrever”, de forma que não estava engendrada como processo de preparação real para as diversas modalidades da vida moderna (TEIXEIRA, 2011, p. 31). Assim, usa a contraposição entre escola velha e nova para mostrar que um profundo nacionalismo, para além da defesa do país contra inimigos externos, é sobretudo “um movimento de consciência da nação contra a divisão, o parcelamento de seus filhos entre “favorecidos” e “desfavorecidos” e contra a alienação de sua cultura e de seus gostos. Só a escola pública poderá mostrar-nos o caminho da emancipação nacional” (TEIXEIRA, 1960, p. 208). Na década de 1930, Anísio vai para o Rio de Janeiro, então capital da

6 Sobre o investimento na educação e suas consequências reais no desenvolvimento nacional, temos tanto a referência até de economistas liberais no que se refere a países como Japão e Coreia do Sul quanto as experiências de economistas das mais diversas tendências, mas que têm em comum preocupações sociais, de natureza emancipatória, como é o caso, na América Latina, dos cepalinos e dos teóricos da dependência. Sobre a posição de um economista liberal, Douglas North, contrário a Celso Furtado no que toca a um projeto para a Sudene: “No Five-Year Plan [Plano Quinquenal da Sudene] há uma seção voltada para o ensino técnico-científico, mas a ênfase recai no desenvolvimento do ensino superior. North reconhece os méritos desse ponto, mas é cético [quanto a] que tais investimentos tenham retorno sem que os problemas das universidades localizadas no Nordeste fossem superados antes. North afirma que ganhos de produtividade podem advir também da qualidade dos fatores de produção e que não havia naquele plano quinquenal propostas para promover a educação básica no Nordeste. Ele aponta que isso seria uma falha do plano.” (BOIANOVSKY; MONASTERIO, 2017, p. 23, grifos nossos)

O amadurecimento da reflexão anisiana tem consubstanciação com as temáticas da democracia e do nacionalismo



Capa do Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)

República, e assume a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal. Suas ideias encontram maior apoio de outros intelectuais, do que é exemplo “O manifesto dos pioneiros da educação nova”, do qual é signatário, em que se lê:

do direito de cada indivíduo a sua educação integral decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais (AZEVEDO, 2021, p. 43).

Acentuado como se expressa no manifesto o caráter de direito social da educação, logo, de dever do Estado, redundando que tal contexto vai se evidenciar na sua produção, que acresce ao tema da educação, no tocante a questionar *o que e como*, os problemas do *porquê e para quê*. Em outros termos, o amadurecimento da reflexão anisiana tem consubstanciação com as temáticas da democracia e do nacionalismo. Esse manifesto não só destaca o papel de Anísio como o torna pessoa não quista entre os educadores católicos, contrários, em especial, à educação pública e gratuita. Esse desacordo fica à espreita até 1958, quando retoma fôlego com o “Memorial dos bispos gaúchos” ao presidente J. Kubitschek sobre a escola pública única.

A correlação entre a *defesa da educação e a democracia* em Anísio Teixeira é presente em toda a sua vida, marcadamente quando assume a educação no seu período principal de constituição como sistema educacional (TEIXEIRA, 1971, p. 12-37; TEIXEIRA, 1973, p. 57-59). Não é à toa que, sem ignorar uma questão central da educação — o postulado democrático —, nosso educador compreendia que tal proposição é fundamento, pressuposto, porta de entrada, mas que, por si só, não garante os resultados de antemão, pois o papel da educação, pode muito, mas não pode tudo, sob pena de levar à ilusão (ideológica) de que tudo decorre apenas da aquisição de conhecimento escolar. Ora, se não pode ser ignorado que a educação formal é central em qualquer processo de emancipação, ela não é o decisivo, visto que emancipação é, centralmente, uma alteração nas estruturas de poder, no nosso caso, a alteração de

um modelo antipátria e antipovo para uma democracia de caráter não apenas institucional, mas também no âmbito material. Ou seja, embora seja um fator da maior importância, sozinha, a atividade educacional não altera estruturas, não é o elemento decisivo, em última instância, visto que a vida social se resolve positivamente pela alteração das estruturas de espoliação das classes, dos povos e nações (TEIXEIRA, 2006, p. 253-254, 258-259).

Essa visão contemporânea da educação foi uma característica saliente da postura anisiana e acabou por atrair uma significativa legião de admiradores e discípulos, que se evidencia, entre tantos outros exemplos, num rico depoimento sobre Anísio, dado pelo recém-falecido dirigente político Haroldo Lima, que o evocava ao final dos anos 1950, mostrando a influência progressista e inovadora que o ideário educacional de Anísio exerceu sobre a juventude. Haroldo relata que, ainda vestibulando em Salvador — convidado que foi para uma palestra hostilizada pelas instituições religiosas, que se colocavam contra o projeto inovador anisiano para a educação —, propôs ao diretor da escola em que então estudava, em Salvador, que lhe fosse permitido estabelecer um contraditório com as críticas dirigidas ao seu parente, Anísio Teixeira (Anísio era tio dele, pelo lado paterno):

Comprei os livros que havia de Anísio. Em particular, comprei *Educação não é privilégio*, e mais uns dois ou três. Todos os que havia na livraria Civilização Brasileira, na rua Chile, em Salvador [...]. Fui para casa, e o primeiro que peguei, me debrucei [sobre ele]. E aí é curioso, porque quando terminei de ler o livro, eu era um cara assim, anisiano, consciente e de esquerda. O que me trouxe para a esquerda foi aquele livro (LIMA, 2020, p. 15).

Por sua vez, ressalta o professor Mamede Said que “com uma destacada atuação no período que vai de 1920 a 1971, ano de sua morte, a vida de Anísio foi toda ela dedicada à causa da democratização da educação e da modernização dos métodos pedagógicos” (SAID, 2018, p. 11). Para Anísio, a educação era condição *sine qua non* para a construção da democracia (SAID, 2018, p. 14). Tal tema é central no discurso de 1947, na condição de secretário de Educação na Bahia, diz:

A democracia depende de se fazer do filho do homem — graças ao seu incomparável poder de aprendizagem — não um bicho ensinado, mas um homem. Assim, embora todos os regimes dependam da educação, a democracia depende da mais difícil das educações e da maior quantidade de educação. Há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é a formação do homem livre e sábio. Há educação para alguns e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes. Nesse regime, pois, a educação, faz-se o processo mesmo de sua realização. Nascemos desiguais e nascemos ignorantes, isto é, escravos. A educação faz-nos livres pelo conhecimento e

Assim como Teixeira, uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi a de organizar a nação e forjar o povo através da defesa da cultura nacional-popular, objetivava assegurar a unidade nacional pela via de uma educação de caráter claramente público e pela construção de um campo de luta cultural a partir mesmo da própria universidade

pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos. A justiça social, por excelência, da democracia consiste nessa conquista de igualdade de oportunidade pela educação (TEIXEIRA, 1947, p. 89-90).

Ao tempo que analisa as condições para a educação democrática criticando a desigualdade no ensino, ele aponta mais um aspecto dessa condição desigual em 1932 ao afirmar que o divórcio entre o ensino primário e profissional e o ensino secundário e superior concorre para que se estabeleçam no Brasil dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, instrumentos de uma estratificação social, por tudo, antidemocrática.

Uma educação democrática capacitaria os indivíduos para a reconstrução do país. Anísio acentuava que a forma democrática está na participação de todos na formação da sociedade, o que implica o desenvolvimento de cada um até o máximo de suas possibilidades e o enriquecimento do pensamento individual (TEIXEIRA, 2009, p. 39).

Assim como Teixeira, uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi a de organizar a nação e forjar o povo através da defesa da cultura nacional-popular, objetivava assegurar a unidade nacional pela via de uma educação de caráter claramente público e pela construção de um campo de luta cultural a partir mesmo da própria universidade.

E isso se deu pelo motivo de que começa, naquele período, a ser gestado um processo de amadurecimento proporcionado por um novo cenário no qual as classes definem seus campos e passam a mobilizar-se pelos seus interesses. E é nessa nova configuração que aparece o problema do nacionalismo, um novo cenário sobre o qual os isebianos, dentre eles Werneck Sodré, terão de se debruçar.

“Por que nacionalismo?”, indaga Sodré. E ele mesmo responde: “porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência e já não podem tutelar o país” (SODRÉ, 2021, p. 143-161)⁷.

Dessa geração não se pode passar sem comentar um seu contemporâneo, e a ele bastante ligado, Álvaro Vieira Pinto, outro gigante um tanto esquecido no debate hodierno e fortemente influenciado pela ontologia existencialista, que sobre o trabalho científico assegurava que ele só adquire inteligibilidade e sentido “quando se parte do postulado original da existência humana enquanto modo de ser de um animal que deve conquistar os seus meios de subsistência pelo domínio crescente das condições do ambiente em que vive [...], e que] o trabalho científico não passa de um caso particular do trabalho geral que a sociedade executa a fim de se desenvolver” (PINTO, 1969, p. 245, 325)⁸.

A preocupação com o papel da ciência é o foco de Ciência e humanismo, em que aborda características das ciências em oposição a outras formas de conhecimento, chegando mesmo a concluir que hoje vivemos com a verdade “já não dupla, como a que a Igreja contestou em 1518, mas uma tripla [verdades científicas, filosóficas e religiosas]” (TEIXEIRA, 2005, p. 145). Assim, preserva sua fé, que quase o faz virar padre, sendo “salvo” pela filosofia ao estudar com Dewey. No campo epistemológico, aprofunda a discussão sobre processo de conhecimento através da troca de correspondências com Maurício da Rocha e Silva (biólogo e professor da UnB), e aí se nota também a influência do pragmatista estadunidense.

Um episódio real, citado pelo filho de Anísio — Carlos Teixeira — sobre comentários que o pai fazia, sintetiza empiricamente a reflexão de Álvaro sobre progresso técnico-científico e as consequências práticas que extrai de Dewey. O trecho é: “Uma das coisas que me irrita e me indigna é realmente a gente promover uma educação pela qual eu sou capaz de ensinar todos os nomes de geladeiras, toda a história da geladeira e não ensinar como funciona a geladeira.” (EDUCADORES, 2007)

O contato citado com a obra do educador John Dewey, iniciado durante a década de 1920, proporcionou a Anísio Teixeira a possibilidade de construir um novo significado existencial, de encontrar resposta programática para as questões

7 Temos aí as tensões típicas de uma situação de disputa aberta: os “de cima” já não podem mandar como antes e os “de baixo” já não aceitam mais os padrões anteriores de dominação.

8 Os aportes, neste texto, sobre as conexões entre os pensamentos de Anísio Teixeira e Álvaro Vieira Pinto são resultantes de debates com o colega professor Enoque Feitosa, que cita Vieira Pinto, para quem, não obstante, o enorme progresso técnico-científico (e isso ele percebia numa obra escrita entre 1973 e 1974) não se pode conciliar com os equívocos a respeito do destino do ser humano, visto que sempre terá pertinência a questão “quem produz o produtor?” (FEITOSA, 2018, p. 28; PINTO, 2005, p. 709-717).

educacionais com as quais estava lidando e de elaborar uma síntese para uma nova visão de mundo.

Como mencionado por Nunes (2000, p. 14, ss.), “sua apropriação de Dewey foi longa e múltipla”, e tal autor “lhe permitiu notável abertura para o mundo moderno”, proporcionando a ele um modelo que acabou por fornecer um referencial teórico que se somou ao combate da improvisação e do autodidatismo então reinante, abrindo a possibilidade de operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional no país.

Anísio Teixeira não assimilou Dewey incondicionalmente, como enfatiza Nunes, pois, “ao contrário de Dewey, que em nenhum momento indicou, na sua vasta obra, quaisquer medidas de aferição de inteligência ou de escolaridade, Anísio Teixeira aplicou-as nas escolas da rede pública, na década de 1930”, e, “se Dewey permaneceu como pensador independente, não se filiando a qualquer partido, Anísio Teixeira chegou até a redigir um programa partidário. Se Dewey nunca entrou na polêmica entre escola confessional e escola pública, Anísio Teixeira mergulhou, em cheio, nela.” (NUNES, 2016)

Já um autor da tradição marxista, Gramsci, quando trata da organização da escola como parte da organização da cultura, preocupava-se com o problema da divisão da escola em “clássica” e profissional — um dos eixos centrais da reflexão anisiana. Para o pensador sardo, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas e as ciências se mesclaram de tal forma à vida que se colocou em xeque o próprio ideário da chamada escola humanista “fundada na tradição greco-romana”, e “a tendência hoje [e Gramsci já percebia isso no primeiro quarto do século passado] é a abolição completa de qualquer modelo de escola “desinteressada” (GRAMSCI, 1968a, p. 117-128; FEITOSA, 2008, p. 307).

Anísio, ao seu tempo e na absorção crítica de Dewey, conforme se viu acima, teve a mesma percepção no que concerne à formação de uma comunidade científica nacional não apenas por nascimento, mas fundamentalmente por seus compromissos com o povo, ou seja, nacional-popular⁹, o que implica, para os fins propostos no presente ensaio, uma completa resignificação e ampliação do conceito não apenas de cultura como de patrimônio cultural a que se deve proteger.

O trabalho de Anísio no antigo distrito federal o projetava nacionalmente por ter criado uma rede municipal de ensino da escola primária à universidade (UDF), além de introduzir uma moderna arquitetura escolar, com escolas amplas e espaços específicos para várias atividades, como as manuais, de educação física e de artes, além das intelectuais (bibliotecas e laboratórios). Também ampliou as matrículas, criou os servi-

9 Para o conceito de nacional-popular, visto que em muitas línguas ambos os termos têm convergência semântica e pragmática, ver Gramsci (1968b, p. 103-110).

ços de extensão e aperfeiçoamento, as escolas técnicas secundárias e transformou a antiga escola normal em instituto de educação. Essa plataforma de educação integral anisiana quer formar um cidadão culturalmente vinculado à nação¹⁰, artífice de seu desenvolvimento (tanto o pessoal quanto o do país)¹¹.

Em razão de ter sido perseguido politicamente¹², sob a alegação de ser da Intentona Comunista, de ser da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ele se exila (1937-45) na sua terra natal, interior da Bahia, onde incursiona pelo extrativismo mineral e logra êxito explorando manganês. Em 1945 retorna à capital da Bahia como secretário de educação e saúde do Estado, e em 1946 aceita o convite e vira primeiro-secretário executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A Escola-Parque em Salvador é uma das referências do trabalho de Anísio na realidade concreta, como é o cerne de sua obra; casamento entre teoria e prática, essa

10 A proposta anisiana pretende criar as condições para superar as deficiências do “complexo colonial” que se vincula à ideia de dependência. Como diz Navarro: “O conceito de dependência, no interior da obra do Iseb, é utilizado para definir tanto a situação colonial como a de subdesenvolvimento ou semicolonialismo.” (TOLEDO, 1997, p. 83)

11 A integração de educação (teoria e prática), arquitetura e desenvolvimento nacional, como elementos centrais do pensamento de Anísio, é a própria integração dos elementos que compõem a ideia de patrimônio cultural da Constituição Federal (que Anísio não viveu para ver). E mesmo que se perceba a presença desses elementos no conceito normativo, longe está essa norma de uma real concretização. Assim, leia-se o texto constitucional no seu artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I — as formas de expressão; II — os modos de criar, fazer e viver; III — as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV — as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V — os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º — O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º — Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3º — A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.” (BRASIL, 1988) Não obstante as eloquentes argumentações oriundas do texto constitucional, nosso Estado não é tomado, em regra, pela disposição de viabilizar a ampla proteção da produção teórica e intelectual dos que pensaram a ciência e cultura nacionais enquanto instrumentos de emancipação, ou seja, a falta de proteção da produção teórica nacional enquanto instrumento de formação de uma cultura própria é a própria desconsideração de todos os incisos a um só tempo.

12 Sobre as impressões de Anísio Teixeira acerca de Getúlio Vargas, importa notar que, na dedicatória que Anísio fez a Monteiro Lobato de sua obra *Educação no Brasil*, fica nítido seu sentimento quando afirma: “no último período da grande frustração nacional que foi a Revolução de [19]30, nem sua literatura infantil conseguiu vencer a amargura cívica”. Adiante, Anísio reafirma: “também o Brasil vivia seu período máximo de enfado com o desgoverno nacional” (TEIXEIRA, 2011, p. 23). Interessante notarmos que — e isso tem sido objeto de outros estudos nossos — sua aproximação da ideologia do Iseb não foi suficiente para tirar-lhe a rejeição ao governo de Getúlio Vargas nem para reconhecer o projeto nacionalista deste, em razão da perseguição sofrida, bem como pela destruição de seu projeto educacional em andamento no Rio de Janeiro durante esse governo. Clarice Nunes, respeitada biógrafa, não cita diretamente a perseguição sofrida por Anísio, mas chama a atenção para o fato de que, “à medida que, em meados dos anos 1930, a modernização autoritária se firmou, Anísio Teixeira catalisou a perseguição de católicos e pensadores autoritários. Sua gestão foi avaliada como uma estratégia de oposição dentro da estratégia oficial e, como tal, foi combatida e interrompida. [...] Venceu o projeto repartido de educação: para o povo, uma educação destinada ao trabalho, e para as elites, uma educação para usufruir e exercer a cultura.” (NUNES, 2000, p. 24-25). Carlos Teixeira, filho de Anísio, em um documentário diz que, frente às perseguições que recebia, fruto de ser tido como comunista, o pai brincava que ali estava um sistema educacional que ele não conhecia e precisava conhecer (EDUCADORES, 2007).

escola amplia aquelas marcas já destacadas por bem-sucedidas na rede municipal do Rio de Janeiro. Desse casamento, a questão da administração pública é como a fotografia com suas duas figuras: sua gestão (supracitada) e seus textos (por todos, Educação para a democracia: introdução à administração educacional).

Sua luta pela educação popular, sobremaneira testada e aprovada do ponto de vista dos resultados sociais, lança-o em 1951 para o novo distrito federal, Brasília, quando cria a Capes. Essa experiência vem exemplificar seu conceito de educação integral, ou seja, pode-se concluir que tal conceito presente nos escritos sobre a educação básica ganha reflexos para pensar a educação continuada por um olhar com preocupação nacional e desenvolvimentista. Tal olhar formata a estrutura da Capes, para viabilizar o apoio necessário para a expansão da pós-graduação no país. Esse apoio decisivo implicava as condições materiais proporcionadas para formar os posteriores formadores nacionais. Então, financiando a pesquisa (bolsas para formação no exterior) se construiriam as condições de passar a formar com qualidade e quantidade a pós-graduação nacional, que também aperfeiçoaria a educação básica.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma fundação, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que tem como objetivo promover a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país. A inspiração de Teixeira para a criação da nova Capes (a sigla vem da já existente Campanha de Aperfeiçoamento) tem pressupostos tanto nas suas ideias sobre bens culturais — a educação seria esse bem primeiro para viabilizar o próprio crescimento nacional (TEIXEIRA, 1956a, p. 145-149) — como na gestão da administração pública — a educação como sistema não pode ser refém de diretrizes centralizadas de gestão do governo que não têm capacidade de perceber as múltiplas variedades e realidades distintas¹³, regionais e locais (TEIXEIRA, 1956b, p. 3-23; 1973, p. 57-59; 1967, p. 55-67).

No ano seguinte, acumula a presidência da Capes com a direção do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — como hoje é intitulado, homenageando-o). A sua origem está vinculada ao CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), criado por Anísio Teixeira em 1955 (INEP, s.d.), que se especializou na produção de pesquisas educacionais em todas as regiões do Brasil e promoveu cursos para treinamento de docentes. Observe que aí se evidencia a proposta da educação integral, que integra também educação básica e superior. Tal

13 A variedade local é objeto de sua atenção com a criação dos centros regionais de pesquisas educacionais (CRPEs), vinculados ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e refletindo sua capacidade de articulação, convergência e senso de realidade. Não se pode deixar de mencionar que Gilberto Freyre foi escolhido por Anísio para a direção da CRPE-PE.

proposta está na plataforma da criação da Capes, nas dez metas, tendo sido em boa medida “esquecida” pelo SNPG (Sistema Nacional de Pós-Graduação)¹⁴.

Ainda na capital, o antigo sonho da Universidade Nacional (outrora fora a UDF, que resistiu de 1935 a 1939) revive na companhia de Darcy Ribeiro, virando realidade em 1961 com a UnB. Era então reitor da UnB em 1964 quando o golpe o retira do posto (COMISSÃO..., 2015). Com o cenário adverso, fica como visiting professor de 1964 a 1966 nos EUA (em 1964, na Columbia University, em 1965, na New York University, e em 1966, na University of California), onde curiosamente não era considerado comunista, diferentemente da opinião do então governo brasileiro.

De 1967 a 1969, no Brasil, trabalha em suas obras até que em 1971 é encontrado morto no fosso de um elevador, morte inexplicada oficialmente. As suspeitas de que teria sido morto pelo regime, fundadas em perícias e testemunhos, encontram respaldo no Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB (COMISSÃO..., 2015), mas restam formalmente incertos os fatos que provocaram sua morte.

Não obstante ter “caído no poço de um elevador” e morrido, seus óculos continuaram íntegros. Morreu por causa de suas lentes, de como suas lentes viam o mundo. Foi a essas lentes que o ensaio recorreu.

3

Em sede de conclusão, a atualidade de Anísio está desde logo vinculada à urgência do hoje, da crise social e educacional do Brasil hodierno, pois que padece incompleta a concretização de seu sonho: uma educação pública, universal e gratuita que forme cidadãos para o mundo.

Se usarmos as lentes de Anísio, esses três pontos inarredáveis estão em evidência, e daí todo o edifício teórico e a história de sua vida se constroem. Pelo olhar de Anísio, a (re)construção da educação nacional — um patrimônio cultural pelo aceno antropológico, histórico etc. — se esteia no fito da democracia e do nacional-desenvolvimentismo.

Tylor diz da cultura: “É aquele todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, lei, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade.” (TYLOR, 1981, p. 19) Assim, a educação, seja no seu aspecto substantivo (o que se aprende), seja no seu aspecto procedimental (como se ensina e como se pensa esse processo), é tanto cultura como parte do conhecimento do homem em sociedade como é também cultura em conformidade com o artigo 216 supracitado, ao incluir na definição de patrimônio cultural as formas

14 Tal tema foi objeto da pesquisa pós-doutoral desta autora, com bolsa PNPD-Capes em 2017, tema central do projeto de evento aprovado no Paep-Capes que resultou no livro *Direitos sociais, educação e gestão pública: em homenagem a Anísio Teixeira*, e também dos projetos oferecidos para Paraíba e Rio Grande do Norte vinculados ao Simec-Pradime: o curso de aperfeiçoamento para gestores municipais de educação, e depois o curso de especialização em Gestão da Educação Municipal, ambos aprovados, financiados e executados, formando cerca de 400 gestores, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB (durante minha gestão como coordenadora) — único ofertado por um PPG em Direito no país —, que resultou numa excelente avaliação do PPGCJ na pontuação quadrienal pela Plataforma Sucupira da Capes (para coleta de dados e avaliação dos programas de pós-graduação) no critério “inserção social”.

de expressão (assim, a educação de um povo é fruto de sua história e mistura de raças (BRASIL, 1988, art. 216, alínea I), os modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988, art. 216, alínea II), as criações científicas, artísticas e tecnológicas (BRASIL, 1988, art. 216, alínea III), por exemplo.

Se a Constituição, no caput do artigo 216, destaca o conjunto de referências ligadas aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, a educação é fruto legítimo dessa etnicidade.

Na história brasileira, um marco que reclama o destaque e percepção de aspectos estético-culturais até então obnubilados pela nossa própria cultura foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Esta traz à cena o “Manifesto antropofágico”, na sua pretensão de “deglutir as formas importadas para produzir uma arte e cultura genuinamente nacionais [...], e] inicia uma nova síntese cultural que procura abarcar as múltiplas faces da brasilidade. Trata-se de reinventar o país, a partir da valorização de um passado até então desprezado” (TORELLY, 2012, p. 3).

Não obstante sua formação de jurista, é na atividade administrativa ligada à educação e no refletir sobre ela que Anísio Teixeira cria seu legado, que promove sua memória como pedagogo. Talvez do jurista aproveitasse a percepção dos direitos do homem, direitos sociais, direito à educação, direitos culturais, patrimônio cultural, dignidade humana, soberania nacional, deveres do Estado, mas esses temas jurídicos não precisam de um “juridiquês” verborrágico para se fazerem presentes no quadro teórico de Anísio Teixeira pelas lentes de um pedagogo.

Se no processo educativo está o ponto de partida para a garantia da própria democracia (TEIXEIRA, 1967, p. 55-67), num momento em que a educação pública de qualidade e a própria vida democrática estão sob ameaça, a atualidade e urgência dessas ideias anisianas para a retomada das condições do nacional-desenvolvimentismo é a única direção em que se pode sonhar um futuro.

* Pós-doutorada (bolsa PNPd-Capes em 2017) com pesquisa sobre interfaces da Pós-Graduação em Direito e Educação Básica em atenção a metas da Capes como projetadas por Anísio Teixeira. Professora associada III no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (CCJ-UFPB); Docente do mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (PPGD-UFPE). Líder (CNPq) do Grupo de Pesquisa Realismo Jurídico. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Marxismo e Direito. Aprovada no Programa de Apoio a Eventos no País (Paep-Capes) em 2017-2018 com projeto em homenagem a Anísio Teixeira que resultou em livro.

Tal artigo não teria esta forma final sem as contribuições valiosas de Ramiro Torres e Enoque Feitosa. É imperioso o registro do agradecimento.

► Texto recebido em 3 de junho de 2021; aprovado em 7 de junho de 2021.

AZEVEDO, Fernando de et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores MEC.) Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BOIANOVSKY, Mauro; MONASTERIO, Leonardo. O encontro entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: visões alternativas sobre a economia. **Texto para Discussão**, n. 2.341. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE. **Relatório Setembro 2015**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: <www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

EDUCADORES brasileiros: Anísio Teixeira — educação não é privilégio. Direção: Mônica Simões. Rio de Janeiro: TV Escola, 2007. 44 min. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ls-FoXhfm_Y>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ESSAY. In: **ESSENTIAL English dictionary**. London: Chambers Harrap Publishers, 1999. p. 316.

FEITOSA, Enoque. Estado e sociedade civil em Gramsci: entre coerção e consentimento. In: **Novo manual de ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 307-320.

_____. Ontologia em Álvaro Vieira Pinto e o direito. In: FREITAS, Lorena et al. (Org.). **Direitos sociais, educação e gestão pública**: em homenagem a Anísio Teixeira. Capes/Paep. Sedic: João Pessoa, 2018. p. 79-90.

FREITAS, Lorena; CECATO, Áurea. A educação como patrimônio cultural no quadro teórico de Anísio Teixeira. **Cadernos de Direito Actual**, Santiago de Compostela, n. 5, p. 267-277, 2017. Disponível em: <www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/161>. Acesso em: 11 jun. 2021.

FREITAS, Lorena; FEITOSA, Enoque. Da intransponibilidade entre descrição e prescrição: um ensaio sobre pragmatismo e direito. **Problemata**, v. 8, n. 3, p. 160-171, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/37471>>. Acesso em: 20 maio 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a.

_____. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

INEP. **Arquivo histórico do Inep**. Brasília: Inep, s.d. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2021.

LIMA, Haroldo Borges Rodrigues. **Haroldo Borges Rodrigues Lima I**: depoimento, 2005. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2020. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1418.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. (Coleção Educadores.)

_____. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, n.p., dez. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/j/es/a/tkVFzhPRWljXZQ89XcqdCB-D/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

SAID, Mamede. Anísio Teixeira: a educação como instrumento de transformação social. In: FREITAS, Lorena et al. (Org.). **Direitos sociais, educação e gestão pública**: em homenagem a Anísio Teixeira. Capes-Paep. Sedic: João Pessoa, 2018. p. 11-24.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados,

2007. (Coleção Memória da Educação.)

SMITH, Adam. **Conferências sobre retórica e belas-letras**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. In: SOUZA, Nilson de; CAMPOS, Rosanita. **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Graboys; Cátedra Claudio Campos, 2021. p. 143-161.

SUZUKI, Márcio. O ensaio e a arte de conversar. Posfácio. In: HUME, David. **A arte de escrever ensaio**. Iluminuras: São Paulo, 2011. p. 287-332.

TEIXEIRA, Anísio. Administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 63, p. 3-23, 1956a.

_____. **A educação e a crise brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. Análise de sistemas e educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 129, p. 57-59, jan.-mar. 1973.

_____. A propósito da "Escola Única". **Revista do Ensino**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 445-448, 1924.

_____. Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 105, p. 55-67, jan.-mar. 1967.

_____. Autonomia para educação na Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 29, p. 89-104, jul.-ago. 1947.

_____. Bases da teoria lógica de Dewey. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 57, p. 3-27, jan.-mar. 1955.

_____. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 61, p. 145-149, jan.-mar. 1956b.

_____. Cultura e tecnologia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 121, p. 13-37, jan.-mar. 1971.

_____. Dewey e a filosofia da educação. **Boletim Informativo Capes**, Rio de Janeiro, n. 85, p. 1-2, dez. 1959.

_____. Educação e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 71-92, jan.-mar. 1961.

_____. **Educação e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. Por que "escola nova"? **Boletim da Associação Bahiana de Educação**, Salvador, n. 1, p. 2-30, 1930.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Iseb: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (Série Pesquisas.)

TORELLY, Luiz P. P. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. In: **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, s.p., jul.-dez. 2012.

TYLOR, Edward Burnett. **Cultura primitiva**. Madrid: Ayuso, 1981. v. 1.

Pensamento nacional- desenvolvimentista e ontologia da nação em Vieira Pinto

National developmentalism and ontology of
Nation in Vieira Pinto's thought

Enoque Feitosa*

*Os seres humanos fazem a sua própria história. Mas não a fazem
de forma absolutamente livre e espontânea, pois não escolhem as
circunstâncias sob as quais ela é feita.*

Karl Marx, O 18 de brumário de Luís Bonaparte

*O presente é para a visão lúcida um campo de possibilidades [...].
É o descortino do futuro e não o coroamento do passado.*

Vieira Pinto, Consciência e realidade nacional

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.008>



Reprodução: alvarovieirapinto.org

RESUMO

O *objeto* do presente artigo é examinar, sob uma perspectiva ontológica — isto é, aquele modo de abordagem que, em chave filosófica, visa localizar e delimitar a essência de algo —, o que é a nação e quais as perspectivas e interesses em jogo na afirmação de seu projeto. O *objetivo* é verificar, sob o recorte teórico de Álvaro Vieira Pinto, a atualidade do projeto de desenvolvimento nacional. O *problema* é: há uma ontologia da nação na obra desse autor? A *hipótese* defendida é que é impossível termos uma essência concretizada e efetiva sem um projeto que “aponte, já sendo” um desenvolvimento que incorpore a maioria da nação. Esse tipo de projeto não excludente, não alienante, democrático, popular e independente não pode ser apenas formal; antes, expressa uma democracia de caráter material. Quanto ao *método*, é pesquisa bibliográfica, centrada no pensamento nacional-desenvolvimentista e, em perspectiva filosófica, na tradição filosófica marxista, em diálogo com os autores e autoras da tradição ontológica em filosofia.

Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto. Questão nacional. Nacional-desenvolvimentismo. Ontologia da nação. Marxismo.

ABSTRACT

This scope of this work is to examine what is the nation on ontological perspective. This perspective is a philosophical approach that aims to localize and determine the essence of something. The essence is the question concerning what is the nation and which perspectives and interests are included in the national project. The aim of the article is to verify, on Álvaro Vieira Pinto's thought, the topicality of national developmentalism project. The problem is: is there an ontology of nation on Álvaro Vieira Pinto's thought? The hypothesis uphold is that is impossible to exist a concrete and effective essence without a project that “prospect and is in advance” a development that comprises the majority of the nation. This kind of non-excludable, non-alienating, democratic, popular and independent project cannot only be formal, but rather needs to express a democracy of a material character. About the method, this is a bibliographic research, focusing on national developmentalism thought. It is also based upon Marxist philosophical tradition in dialog with ontological philosophy authors.

Keywords: Álvaro Vieira Pinto. National question. National developmentalism. Ontology of nation. Marxism.

1. INTRODUÇÃO — PARA UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA DA ESSENCIALIDADE DA QUESTÃO NACIONAL: O PORQUÊ DE UMA “ONTOLOGIA DA NAÇÃO”

Desde a Antiguidade grega, a questão fundamental em filosofia é a relação entre real e ideia. Não se trata de indagar, ingenuamente, “quem veio primeiro”, mas de afirmar a anterioridade da vida material em relação às formas de consciência, isto é, e em outros termos, determinar a quem se confere prioridade ontológica.

A depender das respostas a essa questão teremos duas formas de concepção de mundo: a *idealista* (que, *grosso modo*, poderia ser chamada de *ideista*, para que não se confunda *idealista*, em sentido filosófico, com aquelas pessoas movidas por bons ideais); e, em sentido oposto, a *materialista* (a qual chamaremos em alguns momentos e em contraponto, ainda que de forma filosoficamente imprecisa e sem a mesma clareza semântica, de *realista*, para designar a concepção materialista da história, da natureza e da sociedade).

Fazemos isso, portanto, para evitar equívocos e disputas inúteis no uso dos termos materialismo e idealismo, pois, como lembra o grande filósofo francês Georges Politzer, morto em combate na resistência francesa ao nazismo, essa confusão quanto ao uso rigoroso do termo idealismo diz respeito a sua extensão de significado àquelas pessoas cheias de “ideais”, e, por antonomásia, materialistas seriam pessoas mesquinhas e desprovidas desses mesmos “ideais”.

O que orienta a concepção materialista (ou realista, no sentido de anterioridade do real ou da matéria sobre as ideias) é enfatizar, com rigor teórico, a constatação de que há um mundo que existe independentemente de nós, por isso chamado de objetivo. A teoria que formula tal diretriz epistemológica é chamada de objetivista por alguns, realista por outros, e materialista, se abordada por um viés filosófico. Tal teoria — materialista — não se alia ao ponto de vista segundo o qual a realidade externa é apenas, e nada mais que, um exclusivo objeto de representação.

A concepção materialista (objetivista ou realista, como querem alguns) propugna a tese de que a realidade externa aos indivíduos constitui-se num espaço concreto e independente, visto que “as leis do mundo não são leis da consciência e quem a elas obedece são os próprios fenômenos e não nosso pensamento, que apenas as descobre e representa” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 16)¹. Essa premissa constitui-se num dos pilares centrais na epistemologia de um dos mais relevantes filósofos brasileiros e do pensamento nacional-desenvolvimentista, Álvaro Vieira Pinto — lamentavelmente pouco conhecido entre nós. Ele liderou o Departamento de Filosofia do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Vieira Pinto chamava essa sua concepção, acima exposta em curtíssima síntese, de “consciência crítica”, em oposição à idealista, que considerava como “consciência ingênua”.

É esse pensador, ao mesmo tempo profundo e original, que pretendemos exa-

1 De Álvaro Vieira Pinto, a editora Contraponto tem publicado obras relevantes, por exemplo, *O conceito de tecnologia*, em dois volumes, *A sociologia dos países subdesenvolvidos* e, mais recentemente, a obra que ora citamos na edição original.

minar ao longo do presente texto, especialmente sua inserção na problemática do nacional-desenvolvimentismo sob recorte filosófico, tarefa relevante e necessária, sem a qual nem sequer se pode pensar num horizonte de emancipação social para nosso país e para a qual é premente o aprofundamento e a conclusão das tarefas nacionais, a fim de evitar não apenas a entrega do patrimônio público, mas, principalmente, de permitir a afirmação de uma sólida economia nacional (além de comprometida com o desenvolvimento do país). Logo, é questão decisiva na etapa atual e tarefa inafastável de qualquer programa socialista nacional, até mesmo pela constatação elementar segundo a qual não se faz mudança como se quer, mas nas condições que são historicamente dadas aos indivíduos, aos povos e às nações.

Para Vieira Pinto, uma concepção crítica da realidade — e a consciência dela derivada — há de ter por enfoque dominante o da objetividade, sendo esta uma categoria fundamental daquela reflexão na qual a inserção no espaço concreto no mundo ao qual o ser humano está ligado, que contribui para constituí-lo ontologicamente e em seu âmbito mais real, se dá na sua nação (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 15, 21, 29).

Disso é que deriva a centralidade que uma ontologia da nação — isto é, de uma teoria filosófica do ser, que investigue o que é e qual é a sua essência, desafio que adquire dimensão decisiva, visto que não há como cumprir as tarefas nacionais que todo processo de emancipação humana exige se nem sequer se entende o que é o espaço concreto, no qual as pessoas vivem e se socializam, produzem, reproduzem riquezas e no qual cada uma se autoproduz, e como — no interior desse âmbito multifacetado — ele oferece uma solução positiva à própria questão.

Assim, o que é e qual é o papel desse campo de vivência, ideia-chave que expressa o âmbito no qual o ser humano vive e é socializado e onde se dá sua constituição enquanto tal, isto é, constituição ontológica, o espaço da nação, é o que se pretende abordar aqui. Isso porque, cada vez mais, a questão da relação entre a reflexão filosófica e o contexto nacional em que ela emerge tem se evidenciado como exigência incontornável, assumindo um lugar importante entre as preocupações de não se pensar filosoficamente “de costas para o mundo”, parafraseando o que Ferreira Gullar recomendara acerca da poesia. Ou seja, trata-se de situar o pensar sobre nossa história e nosso destino, especificamente na filosofia enquanto campo em que, ao zelo quanto à forma lógico-epistemológica do discurso, há que se agregar a indagação acerca do encontro da teoria filosófica com a realidade histórico-social (RODRIGO, 1988)².

Para tanto, pretendemos enfrentar em nosso texto as seguintes questões enquanto expressões da problemática proposta, de viés filosófico, que aponta para a essencialidade da questão nacional em nosso país e que, assim sendo, reveste-se

2 A citação supra foi retirada de dissertação de mestrado em Filosofia, defendida em 1984 e publicada em 1988, mas que segue atualíssima, que teve como objeto a investigação sobre a forma que assumiu o projeto nacionalista no Brasil pré-1964 no campo epistemológico, ou, mais precisamente, como ele se traduziu no âmbito da filosofia na obra de Álvaro Vieira Pinto, e que examinava a proposta desse autor acerca de uma filosofia enquanto pensamento sobre a realidade nacional. Álvaro Vieira Pinto veio a falecer um ano antes (em 11 de junho de 1987) da publicação do livro em tela. Para um perfil intelectual de Vieira Pinto, remeto a Freitas (1998), ainda que não endosse todas as conclusões de tal texto.

de caráter fundamental para o deslinde de um processo histórico que, embora ocorrendo perante nossos olhos, precisa, antes de tudo, ser compreendido para poder ser corretamente superado: na primeira seção, se trata de contextualizar como o filósofo isebiano Álvaro Vieira Pinto tematizou a questão nacional enquanto expressão fundamental para a afirmação do ser da nossa nação e o porquê de uma ontologia desta, algo que não constitui ineditismo em nossa pesquisa visto que já observado por outras pesquisas das quais é de se destacar um valioso artigo, que tematiza originalmente sobre essa questão, ainda que com conclusões diversas das nossas e a que remeto o leitor (CÔRTEZ, 1999)³.

Em seguida, na *segunda seção*, examinamos o problema, fundamental para que se tirem todas as consequências, teóricas e práticas, de uma investigação que trate de inquirir sobre a essência, isto é, de uma ontologia da nação, observando como a tradição a qual reivindicamos como herança e continuidade, a marxista-leninista, teorizou e resolveu a questão nacional, com base no debate instaurado desde o início do século XX.

Como desdobramento e fechamento lógico da exposição, na *terceira seção* serão expostas as razões pelas quais consideramos o enfrentamento da questão nacional como requisito necessário à luta pela nossa emancipação. Assim, é condição *sine qua non* para que a ela se dê um tratamento multifacetado evidenciar como essa problemática se apresenta na realidade brasileira. E isso há que ser precedido por uma abordagem filosófica da essencialidade da questão nacional e dos motivos pelos quais há que se perquirir acerca de uma ontologia da nação, isto é, saber qual a sua essência e como o filósofo Álvaro Vieira Pinto, do Iseb, enfrentou tal tema, daí partindo-se para as conclusões, nas quais se constrói uma convergência de sentido ao apontar o nacional-desenvolvimentismo como tarefa atual, necessidade histórica e decorrência lógica da trajetória e do devir do nosso povo.

2. ÁLVARO VIEIRA PINTO E O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO NACIONAL

Ao iniciar esta seção se faz necessário ressaltar que tratar de prioridade ontológica de qualquer objeto implica indagar preliminarmente “de que prioridade se trata” (e responder a essa questão). Não é apenas, porque isto seria superficial e ingênuo, saber temporalmente quem veio antes do quê, ou quem engendra o quê, ou um problema lógico sobre quem é antecedente e quem é consequente.

Para uma filosofia materialista e filosoficamente rigorosa, o foco é ter em alta conta a questão de saber se as ideias têm caráter demiúrgico — ou seja, se criam a realidade — ou se são reflexos do mundo e da atividade material humana. Enfim, trata-se, aqui, de indagar qual o ser da nação.

Poder-se-ia, por um lado, supor — e Vieira Pinto critica tal concepção idealista classificando-a sob a rubrica de “consciência ingênua” — que “o

3 Especialmente as páginas 129, 132, 134 e 138.

pensamento constitui um reino original e irreduzível ao [reino] da realidade material e que, nesse caso, as ideias teriam existência absoluta, pertenceriam à constituição do espírito, isto é, seriam inatas” (VIEIRA PINTO, 1969, p. 64), independentes *per si* e cujas leis constituiriam o real.

De outro lado estaria uma concepção crítica, que compreende que as ideias não seriam nada mais que “reflexo das realidades do mundo exterior e dotadas de legalidade própria, competindo à reflexão apropriar-se de suas determinações e dar-lhes expressão abstrata através de leis próprias” (CÔRTEZ, 1999, p. 64-65).

Esse campo filosófico apontado por Vieira Pinto é o campo da objetividade e é ele que nos permite transitar daquilo que nosso autor chamou de “consciência ingênua” para uma “consciência crítica”, ao assinalar que a primeira nada mais é que uma “forma de consciência” simplista, primitiva, imediata, portanto, ingênua, consciência essa que “renega desde o primeiro passo o terreno da objetividade”, pelo que “o despreço à objetividade, isto é, o não reconhecimento da existência de um mundo objetivo, independentemente de nossa vontade, é o traço dominante desse pensar ingênuo”, sendo, nesse modo de ver e pensar o mundo, a existência invadida pelo imaginário com o que “o mundo material, físico e social perde o significado de termo primeiro e em si, na relação de representação, tornando-se apenas termo de comparação com o mundo ideal” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 522-523), e este por sua vez é dado como perfeito e anterior, sendo o real nada mais que sua forma imperfeita.

Com isso, Vieira Pinto introduz um problema decisivo para um correto enfrentamento e compreensão teórica da questão nacional. E esse problema — que, inclusive, em certa tradição que se reivindica marxista (notadamente no direito e na filosofia moral), leva a enormes equívocos teóricos de matriz idealista — é aquele que confunde a realidade entre “o que é” e “o que deve ser”.

Seja destacado que, ao pontuar isso e nessa altura, não estamos falando de um *dever ser* em sentido jurídico-normativo kelseniano, mas em sentido ideal de como, supostamente, o real *deveria ser*, confusão essa apontada desde o Hume do *Tratado da natureza humana* (HUME, 1986, p. 543)⁴ até o Engels de uma célebre missiva dirigida a Lafargue na qual ele lembrava, distinguindo ciência de ideais, que:

Marx protestaria contra “o ideal político e social” atribuído a ele por você. Quando se é economista, “um homem de ciência”, não se tem um ideal, se elaboram resultados científicos, e quando se é, para começar, um partidário, luta-se para colocá-los em prática. Mas quando se tem um ideal, não se pode ser um homem de ciência, tendo, como então, ideias preconcebidas (ENGELS, 2010, p. 179-183).

4 *In fine*, é lembrado que, na maioria dos sistemas e tratados sobre regulação da vida social, quase sempre fica evidente que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, segundo o qual, de repente, em vez das cópulas proposicionais usuais como “é ou não é”, não encontramos uma só proposição que não seja formulada como “deve ou não deve”. Hume reclama, com exatidão, da falta de qualquer justificativa ou explicação dessa transposição para a nova relação ou afirmação, e questiona como tal nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes, categorizando-a como “falácia naturalista”.

A tática da desfiguração do estudo científico da sociedade se vale de dois caminhos que ao fim e ao cabo implicam os mesmos resultados ideológicos: um deles pretende levar o exame dos fatos (sociológicos) para o campo psicológico, e o outro consiste em desviar a sociologia para o campo da ética, pela transferência dos fatos e leis sociais para o âmbito da teoria ética, deixando os fenômenos sociais sob a tutela da moral

Talvez por ter lido o tratado de Hume, bem como as obras de Engels, é que observa o nosso isebiano e nacional-desenvolvimentista, na continuidade da argumentação desenvolvida no segundo volume de *Consciência e realidade nacional*, que, na consciência ingênua (ao contrário do que ocorre na consciência crítica), o ato de compreender a realidade “é sempre comparado com a ideia que dele previamente se possui”. E, nessa operação da razão ingênua, o ser, ou seja, “aquilo que é”, deixa de ser percebido como fato para ser examinado segundo o modelo a que deve obedecer. Note-se, como visto mais acima, que, com isso, “o intelecto passa a considerar no ser não o que ele é, e sim o que ele deve ser”. E Vieira Pinto arremata: “tal postura define o caráter idealista ao qual chamamos de pensar ingênuo” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 523)⁵.

É de se notar que essa forma de raciocinar não é apenas típica da consciência ingênua, mas também de mentes que se pretendem lúcidas, como agudamente observado e criticado por Hume e também por Engels. Vieira Pinto detecta essa falácia ao anotar, em outra de suas obras seminais — *A sociologia dos países subdesenvolvidos* (VIEIRA PINTO, 2008, p. 64-65) —, que a tática da desfiguração do estudo científico da sociedade se vale de dois caminhos que ao fim e ao cabo implicam os mesmos resultados ideológicos: um deles pretende levar o exame dos fatos (sociológicos) para o campo psicológico, e o outro consiste em desviar a sociologia para o campo da ética, pela transferência dos fatos e leis sociais para o âmbito da teoria ética, deixando os

5 Note, nosso leitor, que a passagem humeana largamente mencionada em nossa produção, denominada “falácia naturalista”, é abordada no *Tratado da natureza humana* (HUME, 2001, p. 509; 2012, p. 543; 1986, p. 469-470). Na teorização de Engels esse argumento pode ser encontrado na sua carta para Paul Lafargue, de 11 de agosto de 1884, já mencionada (ENGELS, 1975, p. 179-183). Para uma análise sob a ótica da teoria e filosofia do direito, ver Feitosa (2017, p. 300; 2019, p. 406-407).

fenômenos sociais sob a tutela da moral ou concedendo primazia à moralidade, com o que esta passa a fornecer o critério de apreciação dos dados e problemas especificamente sociais. Esse proceder, na substituição do fato pelo valor, conclui, é uma das mais funestas e perigosas manipulações da consciência dominante.

Poderia alguém atribuir ao nosso filósofo, e fazê-lo ou por ignorância filosófica ou ideologicamente, norteando-se por uma posição interessada, qual seja, a de subestimar o caráter necessário da luta nacional, que uma “ontologia da nação”, como a que se apresenta em Vieira Pinto, seria permeada por “resquícios metafísicos”. Ora, ainda que essa imputação tivesse cabimento, o nosso filósofo estaria em boa companhia, na medida em que com ele se perfilam campeões do pensamento, da estatura de Hegel, Marx e Lênin. Não é ocioso assinalar que, já na sua *Ciência da lógica*, Hegel lembrava como a lógica objetiva entra no lugar da metafísica anterior, que era o edifício científico sobre o qual se pensava o mundo na medida em que, como segue apontando o mesmo Hegel,

se levarmos em conta a última figura da formação dessa ciência, então ela é primeira e imediatamente a ontologia, em cujo lugar entra a lógica objetiva, a parte daquela que investiga a natureza do *Ens* — este compreendendo em si tanto o ser quanto a essência (HEGEL, 1976, p. 58)⁶.

Outro autor, que mesmo os inimigos filosóficos do materialismo consideram insuspeito de qualquer veleidade materialista e/ou cariz antirreligioso — refiro-me a Étienne Gilson —, atesta logo na introdução de *O ser e a essência* que, desde o francês clássico, *essência* significa inicialmente “o ser”, ou seja, “o real”, “aquilo que é”. E, imediatamente, chama a atenção para o fato de que nenhuma palavra francesa derivada de *essentia* é empregada no sentido absoluto do grego *Oúdiá*. Ou seja, quando falamos de modo absoluto da essência, alerta Gilson, com rigor, para a circunstância de que não pensamos no ser, mas naquilo que faz que uma coisa seja o que ela é.

Assim, o ente (*Ens*) seria então a essência (*essentia*) concretamente *atualizada* [destaque nosso] pelo ser (*esse*) (GILSON, 2016, p. 23-25). E, na mesma obra, ele assinala corretamente que no século XVII a metafísica se torna ontologia mesmo antes de Wolff ter popularizado essa denominação e posto em evidência todas as implicações da doutrina, tendo sido o mesmo Wolff “o primeiro a constituir uma ontologia sem teologia” (GILSON, 2016, p. 199, 206).

Papel similar cumpriu Vieira Pinto no Brasil quando fez uma abordagem ontológica num tempo em que tal não era dada à moda acadêmica, sobremaneira influenciada por intérpretes de Lukács. Eis que o faz acerca de um problema decisivo, a questão nacional, sem para isso recorrer a uma metafísica idealista e, ao mesmo tempo, sendo criativo, fazendo filosofia da mais alta qualidade, pensando do ponto de vista dos problemas nacionais e, por isso mesmo, sendo universal.

⁶ Ver também a edição brasileira, empreendimento editorial que, propondo-se a traduzir essa obra monumental em partes separadas, teve início cinco anos atrás: Hegel (2016).



Aliás, há que se registrar que, para além do desconhecimento quase geral e com poucas exceções na cultura marxista de viés ontológico, que no máximo pensa conforme Lukács, sucede de se tentar contornar alguns autores, dentre eles Étienne Gilson, da mesma forma como se evitou a Hegel e a Hartmann, como excessivamente metafísicos e por se situarem fora do marxismo.

Com isso não se consegue perceber que autores como Gilson, com seu apego tomista, ou, no Brasil, Vieira Pinto (criticado até morrer por uma aproximação na juventude com o integralismo), referenciando-se, ambos, em uma abordagem ontológica dos problemas filosóficos e, no caso de Vieira Pinto, na questão nacional, formulando-a com a maior originalidade, tanto este quanto aquele nunca se situaram num antimarxismo militante — no caso de Vieira Pinto, muito pelo contrário! Aliás, para Gilson, no marxismo, o ateísmo engendra consequências filosóficas positivas, e a esse respeito, prossegue esse filósofo, o marxismo-leninismo ocupa uma posição muito mais coerente ou, se preferirmos, muito mais completa que o humanismo de Sartre, por exemplo (GILSON, 2016, p. 432).

Já outro autor de viés ontológico, Nicolai Hartmann, que — na sua época — provocava uma reavaliação da problemática ontológica, como Vieira Pinto o fez entre nós, voltando-se para uma questão da maior relevância, aquele autor, em *A filosofia do idealismo alemão*, chama a atenção para a “experiência *sui generis* que o leitor da *Lógica* de Hegel vive nos dois primeiros volumes, que tratam da lógica objetiva”: raramente encontra indícios do tão apregoadado idealismo hegeliano, e ambos os volumes poderiam muito bem chamar-se “Ontologia”. Notava Hartmann, na época da publicação (em 1929) da segunda parte dessa obra, referentemente a Hegel: “quem hoje se empenhar no estudo das questões ontológicas, por mais diversas que sejam as perspectivas, encontrará aqui o que não encontrará em parte alguma com igual plenitude”⁷.

7 A primeira parte da obra *Filosofia do idealismo alemão*, que trata de Fichte, Schelling e o Romantismo, foi publicada em 1923. A segunda parte, à qual nos referimos, e que se ocupa exclusivamente de Hegel, é de 1929.

Dessa maneira, não apenas pode falar-se com as melhores razões de uma ontologia em Hegel (HARTMANN, 1983, p. 312, 338, 343 e 435), e, quase 90 anos depois desse texto de Hartmann, podemos não só sustentar que essa afirmação segue atual como também que Vieira Pinto, ao defender uma ontologia da nação, está na companhia da melhor tradição intelectual (do marxismo e fora dele), e que, para ser gigante, nosso autor não abdicou de se apoiar nos ombros de outros gigantes como Hegel, Marx e Lênin.

Não apenas Hartmann, como vimos acima, percebeu essa relevância. Lênin, nas suas anotações sobre filosofia (que vieram a ser publicadas sob título de *Cadernos filosóficos*), afirmava que era impossível entender *O Capital* sem ter lido a *Ciência da lógica*. Para ele,

se Marx não deixou uma *Lógica* [com maiúscula], deixou a *lógica* de *O Capital*, [...] [pois em tal obra] é aplicada a uma ciência a lógica, a dialética e a teoria do conhecimento (não são precisas as três palavras — é uma e a mesma coisa) do materialismo, que tomou tudo o que há de valioso em Hegel e fez avançar esse valioso (LÊNIN, 1989, p. 284).

Já no conspecto do livro de Hegel *Ciência da lógica*, Lênin afirma categoricamente que não é possível compreender plenamente *O Capital* — e particularmente seu primeiro capítulo — sem ter estudado a fundo e sem ter compreendido *toda* a *Lógica* de Hegel (LÊNIN, 1989, p. 164).

Os desdobramentos em filosofia e na política, notadamente na resolução da questão nacional e do desenvolvimento independente e em favor do povo, consistem em saber se é possível lidar com esse objeto de múltiplas facetas que é a nação sem um conhecimento profundo dele, em suas conexões mútuas e recíprocas, e sem identificar onde estão suas bases na cultura e no pensamento marxista. Também aqui, mesmo sem nunca ter se preocupado em seguir escolas, Álvaro Vieira Pinto estava em boa companhia, e não apenas no que diz respeito aos dois densos volumes de *Consciência e realidade nacional*.

3. A QUESTÃO NACIONAL E SEU DEBATE NA TRADIÇÃO MARXISTA DO SÉCULO XX

Álvaro Vieira Pinto situa-se em uma qualificada tradição dialética que percebe o desenvolvimento nacional enquanto processo e não apenas como acúmulo quantitativo, ou seja, como ele afirma em trabalho escrito em 1956 e destinado à sua aula inaugural no Iseb:

Não podemos compreender o desenvolvimento nacional como movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, ocorrendo desordenadamente, sem legalidade interna, mas, ao contrário, temos de interpretá-lo como processo. No seu conceito está incluído tudo aquilo que define a natureza do processo e enuncia o que podemos chamar a tese central [...], que redu-

A obra daquele a quem Lênin chamava de “o magnífico georgiano”, se examinada sem o vício de um cacoete *ad hominem*, abordava com rigor e profundidade antes nunca vistos a relevância da questão nacional, como o fez Vieira Pinto, à sua época e sob uma ótica filosófica, em nosso país

ziríamos aos seguintes termos: sem uma *ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional* (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 21, 29).

Muito provavelmente, dada a sua cultura enciclopédica, Vieira Pinto tinha conhecimento dos debates sobre as etapas da revolução, sobre a questão nacional e, abrangida nesta, a questão regional (a exemplo da questão meridional, a formação do bloco histórico e o *Mezzogiorno* na Itália — algo similar à “questão Nordeste”, no Brasil), sobre a questão irlandesa e a dominação britânica nas Índias (abordadas por Marx e Engels), sobre os problemas da crise do poder colonial na África e nas Américas, enfim, tratava-se de um pesquisador letrado nas grandes questões que marcaram o século XIX e a primeira metade do século XX, questões essas centrais em todos os processos de transformação que marcaram aquele período.

Esse conjunto de problemas e seus teóricos influenciaram Vieira Pinto. Saber como e em que medida isso se deu seria algo por ser examinado na história pátria das ideias e lutas sociais e seus rebatimentos na filosofia prática (o que é parte de outra pesquisa nossa, já em andamento), mas também algo que, pelo menos até o presente, ficou inviável atestar, dado o hábito de Vieira Pinto escrever sem, rigorosamente, mencionar obras, experiências forâneas e autores outros, conforme ele mesmo alertava ao seu leitor:

O caráter de meditação livre [...] é inerente à situação do autor diante do assunto. Desejando pensar por si mesmo o problema que escolheu sem a preocupação de compendiar-lo numa exposição didática [...] assegurada pela fidelidade ao objetivo último: o esclarecimento das formas, da razão do ser e do valor das diferentes modalidades de representação consciente da realidade nacional (1960a, v. I, p. 14).

Mas é pouco crível que o médico e filósofo, que lia e falava fluentemente vários idiomas, não conhecesse uma obra magistral — *O marxismo e a questão nacional*, escrita

por Stálin em 1913, obra esta que contribuiu decisivamente para a compreensão dos bolcheviques acerca da importância da adequada solução da questão nacional para o sucesso da revolução que, quatro anos antes, nem sequer seria possível imaginar.

A obra daquele a quem Lênin chamava de “o magnífico georgiano”, se examinada sem o vício de um cacoete *ad hominem*, abordava com rigor e profundidade antes nunca vistos a relevância da questão nacional, como o fez Vieira Pinto, à sua época e sob uma ótica filosófica, em nosso país. E, ainda que disso nosso filósofo não tivesse consciência plena, a sua obra teve o condão de impedir que, naquele complexo momento da vida nacional, o fim da década de 50 e o início dos anos 60 do século passado, fosse elidida ou contornada a questão — como se menor fosse — de examinar o que é a nação, seu surgimento e sua afirmação, isto é, sua origem, significado e função. E Vieira Pinto não estava em má companhia: grandes patriotas e revolucionários, na Europa, na África e na América, dedicaram sua atividade intelectual ao enfrentamento daquele problema para cuja solução “o magnífico georgiano” — segundo as palavras do próprio Lênin — formulara os fundamentos da concepção mais rigorosamente materialista e dialética de nação. E é nesses termos celebrativos que este escreve ao escritor Górkí, acerca de tal obra, escrita em 1913:

No que concerne à questão do nacionalismo, concordo plenamente com você: é necessário que nos voltemos a esse tema com toda a seriedade. Temos entre nós um magnífico georgiano que está a escrever para a revista *Prosveschenie* [instrução, ilustração] um portentoso artigo, para o qual reuniu todos os materiais — austríacos e outros (LÊNIN, 1987, carta nº 132, p. 184)⁸.

E, no mesmo ano de 1913, escrevendo o artigo “Sobre o programa nacional do partido”, Lênin afirma, absolutamente em consonância com os termos da carta dirigida para Górkí:

A reunião do CC [Comitê Central] adotou a resolução sobre o problema nacional publicada no “Comunicado” e incluiu a questão do “programa nacional” na ordem do dia do congresso. Nessa resolução se indica detalhadamente por que e de que modo o problema nacional passou a ocupar, hoje, um lugar de destaque tanto na política da contrarrevolução e na consciência de classe da burguesia quanto no Partido Operário Social-Democrata Russo. Na verdade, não penso que haja necessidade de pararmos para examinar em detalhe essa questão, visto que ela já nos é completamente clara: na literatura teórica marxista a questão nacional e as bases do programa nacional do partido foram esclarecidas no último período (e aqui se destaca em primeiro lugar o artigo de Stálin) (LÊNIN, 1984, p. 239, tradução nossa)⁹.

8 A carta nº 132 foi escrita entre 15 e 25 de fevereiro de 1913. A obra de Stálin a qual Lênin menciona nessa carta para Gorki é *O marxismo e a questão nacional*, redigido entre o fim de 1912 e o início de 1913, em Viena, e foi publicada pela primeira vez entre março e maio de 1913 nos números 3 a 5 da revista bolchevique *Prosveschenie*, com a assinatura K. Stálin e sob o título original “O problema nacional e a social-democracia”.

9 Originalmente publicado no *Sotsial-Demokrat*, nº 32, em dezembro de 1913.

E em outra missiva, dirigida a Kamenev em 25 de fevereiro de 1913, discorre no mesmo sentido:

Foi lançada uma espécie de intriga por causa do artigo de Koba [codinome de Stálin] sobre “A questão nacional e a social-democracia”, escrito para a revista *Prosvetschenie* [...]. O artigo é muito bom. Trata-se de um problema candente e não cederemos nem um passo em nossas posições de princípios (LÊNIN, 1984, p. 192).

Em seguida, noutra carta para o mesmo Kamenev enviada em 29 de março de 1913, assinala: “Koba [Stálin] escreveu um extenso artigo para três números da *Prosvetschenie*, tratando sobre a questão nacional. Magnífico!” (LÊNIN, 1984, p. 192)

Nesse escrito referido muito elogiosamente por Lênin, Stálin define a nação como

uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida econômica e psicologia comum, manifestada numa comunidade de cultura [...]. Nenhum dos traços distintivos indicados, tomado isoladamente, é suficiente para definir a nação. Mais ainda: basta que falte um só desses signos distintivos para que a nação deixe de existir (STÁLIN, 1979, p. 252)¹⁰.

Ora, que isso significa? Que Stálin, que foi seminarista em Tiblíssi, sua região natal na Geórgia (e não se pode, em nome da propaganda da reação que o dava como pessoa ignorante e rude, esquecer que as instituições religiosas foram locais de difusão de ideias filosóficas de matriz ontológica), estava, tivesse ou não levando isso em conta, tratando de uma caracterização essencialista da nação, ou seja, nenhum traço distintivo tomado isoladamente a define, mas qualquer um deles faltando, a nação deixa de existir.

Álvaro Vieira Pinto, médico e filósofo, percebeu que o duro processo vivido em nosso país, de luta pela afirmação e consolidação da nação, não seria possível, *por um lado*, sem uma forte componente de luta anti-imperialista, porque efetivar a dita emancipação não se dá sem a luta de classes entre nação e imperialismo, e, *por outro lado*, na medida em que, concomitantemente, a emancipação da pátria não se dá como processo apartado e acima da vida concreta, como se fosse possível que uma autêntica independência nacional se dê apenas no terreno formal e não no chão concreto dos interesses materiais.

Ou seja, se nenhum dos traços distintivos que fazem com que a nação seja o que é e não outra coisa, portanto, traços ontológicos, tomado isoladamente, é suficiente para defini-la enquanto tal, basta que falte um só deles para que ela deixe de ser o que é. Portanto, percebê-la enquanto dotada de uma essência e pugnar pela sua afirmação e emancipação concreta será um passo decisivo para a autocompreensão

¹⁰ Versões do debate em que se insere a passagem podem-se ler em Stálin (1973, p. 111-136; 1953, p. 300-381; 1979, p. 1-62). Acerca desse texto de Stálin, há um artigo que recomendo ao nosso leitor: trata-se da contribuição de Buonicore (2009).

das forças cuja tarefa fundamental é a vertebração desse processo tão decisivo, de uma atualidade e necessidade que até mesmo as derrotas táticas mais afirmam do que negam.

Logo, trata-se aqui de se distinguir o que é característica essencial, intrínseca ao objeto de nossa reflexão, a nação, e assumir que sem tal ou tais características o dito objeto deixa de ser o que é — diversamente de quando se fala de uma característica ou qualidade acessória que, sendo retirada, não interfere na qualidade do objeto porque não interfere no seu ser.

Nenhum dos traços distintivos indicados na conceituação que Stálin oferece para o ser da nação, tomado isoladamente, é suficiente para defini-la. Mas basta que falte um só desses signos distintivos para que a nação deixe de existir, mostrando que essa etapa necessária de nosso processo social demanda esforços em várias frentes — política, econômica, cultural, ideológica, para citar as mais relevantes, que é do que se tratará na seção seguinte.

4. A QUESTÃO NACIONAL COMO ETAPA NECESSÁRIA À LUTA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA: UMA TAREFA MULTIFACETADA

Pensar uma ontologia da nação é entender qual sua natureza social, compreender as tarefas históricas que tem por enfrentar e, do ponto de vista da filosofia prática¹¹ (e da própria *práxis*), vê-la inserida nas tarefas necessárias à luta pela emancipação humana, e isso implica pensá-la como uma categoria que dê conta do leque de tarefas impostas à reflexão e a uma prática social que não seja mera reiteração não refletida, isto é, pensar os desafios do ponto de vista da *práxis*.

E essa categoria, percebeu-a Vieira Pinto quando, após superada a análise da consciência ingênua, aponta para o que é o agir do ponto de vista da consciência crítica. É ver a realidade nacional como totalidade, isto é, “o real como multiplicidade interiormente estruturada”, e não como um caos de eventos inapreensíveis, algo que só pode ser efetuado por uma “consciência crítica”, não entendida como atributo de indivíduos atomizados, mas de uma sociedade ativa e disposta a efetivar um projeto de nação livre e soberana (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 113)¹².

Esse esforço em erigir uma ontologia da nação só é possível por meio de uma consciência crítica estruturada para pensar a própria noção como totalidade, mas, assinala Vieira Pinto, o mero reconhecimento da ligação entre os problemas não a garante,

11 Ao leitor não vivido nas demandas burocráticas acadêmicas de projetos de pesquisa, diga-se, para evitar qualquer confusão quanto ao uso que faço acima do termo prática, que “filosofia prática” é denominação de linha de pesquisa, usual na área de filosofia. Nela, a filosofia da *práxis* seria uma subdivisão, algo como uma relação gênero-espécie que acaba por nublar uma questão filosófica relevante: prática é mera poiesis (ou fazer sem reflexão), já a *práxis* é prática refletida, produção.

12 A concepção estruturada em torno da contradição entre nação e imperialismo foi retomada e aprofundada por Cláudio Campos, primeiro secretário-geral do MR8, desde o III Congresso do partido. Esse aprofundamento consolida-se em textos como “Nosso caminho” e “Programa de emancipação do Brasil”, publicado no início do governo FHC. Ver a coleção Caminhos da Independência, contendo esse texto, bem como o “Programa de emancipação nacional”, de Vargas, escrito no início de 1954.

A essência da nação e sua contradição com a espoliação pelo imperialismo é uma contradição que os isebianos consideravam “essencial”

até porque, tida como perspectiva transcendente, ela afasta a consciência crítica do enfrentamento dos problemas reais em torno da questão nacional, bem como a impede de ter em conta o primado da objetividade sobre a representação que a consciência dela tem e “o reconhecimento desse papel ativo da consciência não pode levar a crer que a realidade derive da consciência” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 1, p. 17), na medida em que “não é indiferente para o êxito do esclarecimento dessas questões eleger uma ou outra das soluções à questão ontológica” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 1, p. 14).

E, como expusemos ao início do presente artigo, tal raciocínio nos ajuda a entender o que está em disputa quando se trata da questão nacional, bem como compreender a essência da nação e sua contradição com a espoliação pelo imperialismo, contradição esta que os isebianos consideravam “essencial” e que oporia os países desenvolvidos aos subdesenvolvidos (PIRES, 1987, p. 53)¹³.

E, nesse terreno, diversas teorias se esbatem, a maior parte delas, conscientemente ou não, nublando os interesses por trás de tais questões, algo que já ao início do século XX alguém lembrara ao observar agudamente, na conclusão de uma obra filosófica, que “a filosofia moderna está tão impregnada, conscientemente ou não, de interesses de classe como aquelas de 2 mil anos atrás” (LÊNIN, 1975, p. 322). Se isso é assumido ou não, pouco importa. Como apontou Marx, no exame de outra situação, às vezes as pessoas “não o sabem, mas o fazem”¹⁴.

Não se leva em conta, na teoria e na práxis da luta de classes em nosso país, que a mais expressiva parte de nossos problemas teóricos e práticos são questões de matriz direta ou indiretamente ontológica — na medida em que sua solução profunda e definitiva passa, necessariamente, pela compreensão de que a nação tem e terá (até o socialismo superior, como modo geral de convivência humana) um caráter inafastável, pelo motivo elementar de que, ao menos até que se invente outra forma, na sociabilidade de classes ela é o espaço concreto de vivência e agregação sociopolítica das pessoas.

13 Especialmente a terceira seção do segundo capítulo, que examina a referência isebiana na questão nacional.

14 “Os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas enquanto meros invólucros materiais de trabalhos humanos de mesmas espécies. Ao contrário: ao equiparar seus produtos de diferentes espécies no momento da troca como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalhos humanos. Não o sabem, mas o fazem.” (MARX, 1983, p. 72, grifos nossos)

E isso se pode observar, em seu mais amplo e profundo sentido e alcance, da leitura dos expoentes do nacional-desenvolvimentismo, desde Tiradentes e Getúlio, passando por Jango, Brizola, Anísio Teixeira, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Barbosa Lima Sobrinho, Eusébio Rocha, Cláudio Campos, João Amazonas e Haroldo Lima, entre outros.

Daí o porquê da premência de voltarmos nosso olhar à questão do nacional-desenvolvimentismo e de tê-la como objeto de estudo, o que aqui se faz com base no pensamento de Álvaro Vieira Pinto, do que decorre a adoção, como opção teórico-metodológica de nossa abordagem, de um exame pela via do esforço e da estratégia de ir “mais atrás” e buscar como referenciais autores fora das modas acadêmicas.

Com isso, e no terreno específico da filosofia em sua forma mais tradicional, a ontologia, é possível delimitar a tensão, nesse campo da luta de classes, entre os interesses nacionais em construir um desenvolvimento não excludente e que seja voltado ao povo brasileiro e a política presente de terra arrasada que se vem praticando em nosso país. E essa opção de abordagem permite esmiuçar, no campo da reflexão em torno dos interesses nacionais e populares, os problemas centrais que, a nosso ver, bem evidenciam a contradição principal, aquela entre a nação *versus* a financeirização e desnacionalização de nossa economia¹⁵.

É evidente que não é só pela mera defesa da dependência e da submissão de nosso país aos interesses forâneos que os apologistas da subserviência pugnam contra a defesa de um modelo progressista de desenvolvimento — nacional pela forma e popular pelo conteúdo. Os neoliberais, “terraplanistas”, minimalistas estatais e congêneres, submissos que são ao império, no âmbito da luta política e ideológica, exaltam um modelo de desenvolvimento não nacional e regressivo, na medida em que imaginam como nosso destino e vocação sermos meros exportadores de bens primários em padrões semicoloniais — sendo que o país já não cabe, e de há muito tempo, nessa camisa de força —, pelo que se torna tarefa quase inultrapassável, para esse entreguismo desvairado, tentar se desvencilhar da interpelação constrangedora herdada da tradição latina, “*Cui bono?*”, ou seja, a quem beneficiam e a quem servem com essa política?

E, de forma absolutamente vinculada ao exame dessa célebre interpelação latina e seus aspectos de conteúdo, a subestimação dos aspectos da não materialização dos interesses nacionais por governos não comprometidos (ou comprometidos com interesses forâneos), é de se notar que se trata de um problema não apenas da maior atualidade como também estratégico, e que — ao contrário do que se devia esperar — causa perplexidade nos que se acham afeitos ao mundo da política, mesmo sendo um truísmo o senso comum perceber que algo anda errado quando nossos dirigentes políticos advogam (houve quem o fizesse) desde uma relação “carnal” com os centros imperialistas até, mais recentemente, a defesa incondicional de que o Brasil fique a reboque da administração central dos EUA.

¹⁵ Para um diagnóstico aprofundado dessa questão, ver Barroso (2021) e Souza (2018).



Os pensadores alemães Friedrich Engels (1820-1895) e Georg W. Hegel (1770-1831)

5. CONCLUSÃO: O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Por todo o exposto ao longo do desenvolvimento do presente artigo, é de se destacar, em primeiro lugar e em fase conclusiva, a demonstração da relevância — e é disso que se tratou — de examinar, em chave ontológica, a questão da nação, isto é, examinar uma ontologia da nação e contribuir para o seu aprofundamento, de saber da sua essência, o que a constitui e caracteriza, e quais os interesses em jogo na sua afirmação.

Tratou-se também de expor os meandros e os motivos das tentativas de sua negação, como se questão superada fosse, e dos interesses, conscientes ou não, que movem tais pretensões. Essa luta teórica, política e ideológica evidenciou-se quando dos debates sobre globalização como fim da história, sendo fim não como finalidade ou teleologia, e sim como consumação da história, visto que seu ideal supostamente havia sido atingido.

Não demorou para que aquelas ilusões fossem reduzidas a pó quando o rei ficou nu em todo o mundo, e se verificou que a pobreza cresceu e o que se globalizara fora a miséria de sempre. O acento — nessa superestrutura social, econômica e política em sua conformação moderna e no seu momento de exteriorização — seguiu sempre pela voracidade na extração da mais-valia, na exploração do mundo do trabalho e na espoliação dos países e povos¹⁶.

Uma abordagem ontológica da nação e de seu direito à autodeterminação, a um desenvolvimento autônomo e não dependente de países centrais obrigou-nos, ao longo do texto e tendo Vieira Pinto como referência, a enfrentar a questão

¹⁶ Falamos isso porque entendemos — ao contrário de confusos, equivocados (estes, bem-intencionados) e entreguistas descarados — que segue existindo e existirá ainda por um tempo a nação como concepção política presente, e esse reconhecimento não tem contradição alguma com o horizonte futuro de uma comunidade dos povos.

Para Álvaro Vieira Pinto, refletir sobre o desenvolvimento nacional independente — que é também um conflito ético, visto se tratar de escolhas — consiste em problema essencial de toda meditação filosófica

acerca do que ela é e do que a caracteriza essencialmente. E quando insistimos nisso enquanto hipótese central é pela razão de seguirmos achando que se faz cada vez mais necessário reiterar que uma abordagem materialista, dialética e patriótica não visa pensar a questão da nação e do seu desenvolvimento material como o que se gostaria que ela fosse e sim como ela efetivamente é, em prol, portanto, de uma atitude científica descritiva e não prescritiva, algo já mencionado por Engels em uma de suas cartas destinadas a Lassale (ENGELS, 1975, p. 325-326).

Penso que atingimos nosso objetivo na medida em que o uso que se fez dessa análise foi, essencialmente, para clarear uma *contradição* mal resolvida e tratada como se fosse problema puramente semântico: a distinção, com as consequências teóricas e pragmáticas disso, entre valores enquanto tais e seu *status* filosófico e a valoração desses valores, isto é, sua validação, numa determinada época e lugar, por um determinado (isto é, empírico) grupo social, o que elimina o falso debate — e essa foi nossa hipótese específica — entre uma ontologia dos valores, como se eles fossem dotados de objetividade intrínseca, e sua validação e valoração (positiva ou negativa) no interior da comunidade dada, como se elas não fossem necessárias.

Assim, e antes de adentrarmos na parte da conclusão que concerne ao problema dos valores, há que se insistir num aspecto relevante, qual seja, a correção de nossa opção de examinar essa questão pela dialética pensada por Hegel e não mais de acordo com a lógica formal (ou, segundo uma metáfora: colocando-a sob os pés, e não “de ponta-cabeça”).

Aqui não se pensou o problema do nacional-desenvolvimentismo em termos de oposições formais, e sim de contradições dialéticas. E, nesse terreno, a nossa hipótese restou confirmada ao apontar no sentido de que há uma necessidade de superação, um suprassumir da lógica da dependência formal pela lógica (dialética) da independência nacional.

Para Álvaro Vieira Pinto, refletir sobre o desenvolvimento nacional independente — que é também um conflito ético, visto se tratar de escolhas — consiste em problema essencial de toda meditação filosófica, cabendo a qualquer filosofia voltada aos problemas humanos indagar o *fundamento* dos juízos de valor que emitimos em face das coisas e dos fatos.

Essa ética dos interesses nacionais aqui deve ser entendida de modo substantivo, isto é, como *ethos*, ou “modo de ser”, e não de forma adjetiva, como o senso comum dela faz uso, igualando-a ao que cada um entende como bom e correto. Com isso, e visto da primeira forma, em sua acepção original, a nação enquanto ente é dotada de um *ethos*, de um modo de ser fora do qual não se tem uma nação em sua plenitude, enquanto a independência política não se combina com a férrea necessidade da independência econômica.

Por isso, para nosso autor e objeto do artigo, a problemática ética se apresenta diferentemente conforme seja tratada por uma consciência ingênua ou por uma consciência crítica. Na primeira, os filósofos associam a essência humana ao poder de ideação e deprimem a atividade a plano secundário. Com isso estarão propensos a formular uma ética eterna e imutável, fora das coisas do mundo terreno, que só cabe contemplar pelo pensamento.

Já a ética derivada de uma consciência crítica, Vieira Pinto formula nos seguintes termos: “se aceitamos que é na ação que os humanos produzem seu ser real, o qual — como tal — não depende de nenhum mundo à parte, nem de promulgação divina, seremos levados a uma ética cujos fundamentos estão na própria ação” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 220-221).

Com isso resta evidenciado que todo mandamento moral tem sua validade originada na sociedade a que se deve aplicar e em que se manifestam as relações super e infraestruturais. Fica evidenciada, pois, a primeira concepção supramencionada como meramente contemplativa, com isso pretendendo tomar distância da materialidade do mundo.

Tal tipo de concepção da vida ética assenta num paradoxo agudamente apontado por Vieira Pinto e com profundas implicações na luta pela afirmação da soberania nacional e pela plena dignidade humana: “o ser humano de vida moral mais elevada seria aquele que não agisse. O conhecimento da lei que adquirisse pela vida contemplativa, embora se destinasse a regular a ação, de nada lhe valeria, dado que sua existência se consuma em pensar e não em atuar” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 220).

A nação enquanto ente é dotada de um *ethos*, de um modo de ser fora do qual não se tem uma nação em sua plenitude

A nação não é fundamentada na obra de Vieira Pinto como uma coisa nem um espírito. Nação não existe como mero fato, mas como projeto. A fórmula que condensa seu pensamento histórico sobre a questão consiste em propugnar que “o ser da nação é o tempo”

Semelhantes filosofias que fazem apologia da inatividade e da contemplação — salienta o nosso filósofo — se explicam por seus suportes históricos e culturais e pelo lugar de seus adeptos em determinadas camadas da estrutura social. E apenas em certos períodos da evolução histórica e por determinadas frações da sociedade foi possível conceber a exaltação da passividade e da ociosidade para com isso chegar à esdrúxula teoria de que a vida moral melhor é a que se resume na contemplação do bem, dispensando-a da sua realização concreta.

Para ele, a atitude de sobrevaloração da vida contemplativa não apenas é socialmente inoperante e, portanto, contrária aos interesses da comunidade, mas também se dá porque a quase totalidade dos humanos é obrigada a trabalhar para que outros, supostamente acima dos conflitos humanos, possam viver o louvor da pura contemplação, o que é a atitude de poucos que se aproveitam das mazelas da divisão social do trabalho sob a lógica do capital¹⁷.

Note-se que, mesmo teoricamente — dada a sua formação existencialista —, afim das teorias do ser, e, portanto, próximo de uma abordagem ontológica dos problemas, Vieira Pinto não lidou, e nisso andou bem, com a distinção entre valores, enquanto algo existente e posto à disposição das escolhas morais (estas, históricas), e validação, validade ou eleição de valores em razão das opções da realidade concreta, logo, históricas e de classe.

Sua ontologia situa-se num terreno qualificado que traz à baila a vida ética sob a égide da relevante questão nacional, usando as ferramentas da ontologia para entender e elaborar uma práxis do ser da nação, e retomando a problemática dos valores éticos, elaborando uma ontologia da nação e de suas formas de consciência na

17 Vieira Pinto complementa, com precisão, que essa concepção de mundo (e toda filosofia é visão de mundo) “dá origem ao princípio antissocial da caridade e as obras de assistência aos pobres, comoventes embora ineficazes no seu limitado alcance” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 222).

qual, ao encetar um inventário do cotidiano e da realidade da pessoa comum, pensa a essência da nação e da consciência nacional enquanto algo avesso a toda tentativa de isolamento introspectivo do ser social.

Ele não foi buscar o “ser da nacionalidade” em um elemento identitário genuíno e nem mesmo na ideia de “brasilidade”, e em nenhum momento procurou predicados para o “ente” nacional. Isto é, sua busca foi substantiva. Assim, a nação não é fundamentada na obra de Vieira Pinto como uma coisa nem um espírito. Nação não existe como mero fato, mas como projeto. A fórmula que condensa seu pensamento histórico sobre a questão consiste em propugnar que “o ser da nação é o tempo”.

Por isso, em conclusão, podemos afirmar que a visão rigorosa dos problemas éticos da questão nacional permitiu-lhe encetar uma crítica (de viés ontológico) ao trato metafísico das duas questões: do ser e de uma ética dos valores de matriz nacional.

Para nosso autor, as teorias éticas que a consciência crítica patrocina são as que buscam na ação objetiva, isto é, aquela que se faz no mundo físico e social, os fundamentos da legislação moral, e derivam de condições sociais anteriormente existentes, com o que aponta o relacionamento (único) que há entre evolução social e ética, o qual seria a “encarnação progressiva dos valores no tempo” (VIEIRA PINTO, 1960a, v. 2, p. 224).

Tais considerações de Hartmann não elidem o caráter ontológico dos valores, tomados de forma diferenciada de sua validade empírica, na medida em que um exame de segunda ordem da ética enquanto sistema de valores define a valoração do sistema moral no que diz respeito àqueles valores — permitam a reiteração — que uma ordem social concreta tomou para si, como percebeu Vieira Pinto¹⁸.

Para Hartmann, por exemplo, que defende claramente a objetividade ontológica dos valores, as qualidades axiológicas dos bens são objetivas, mas, ao mesmo tempo, dependentes do ato de valor do próprio sujeito. No balanço que faz da primeira edição de sua ética ele lembra que haveria algumas mudanças que gostaria de ter feito na nova edição, uma delas a ampliação da análise do valor, bem como da parte referente à “relatividade histórica da *valoração* e sua relação com os *valores* mesmos” (HARTMANN, 1966, p. 41), o que desde logo evidencia a distinção que aqui fazemos entre os valores enquanto tais e o processo de eleição de alguns deles, no interior do grupo social, em detrimento de outros. Assim, a transformação dos valores é uma transformação histórica, que determina em cada época o que é atual para uma situação historicamente dada, isto é, o valer dos valores em uma dada época não é idêntico ao seu ser.

Que na natureza a legalidade é uma realidade ontológica, o diz toda a ciência moderna de matriz racionalista, isto é, aquela que se pretenda ciência e não narrativa na concepção dita “pós-moderna” do termo, algo já adequadamente demolido, notadamente em tempos recentes, por Sokal e Bricmont, e mais remotamente por Lênin (1975).

18 Para Vieira Pinto, nos países que se lançam à luta pelo progresso há que se construir uma ética social própria. Essa ética é a da defesa da questão nacional (1960a, v. 2, p. 224-226, 238).

Em outro campo — a vida social —, a pergunta posta pela reflexão acerca daquilo que Hegel chamava de esfera da vida ética é: o que são os valores tomados em si e como distingui-los daquele processo de sua valoração, validação e escolha contextual dos — seja permitida a recorrência — “valores valiosos”? Como se trata de vida social, é de se notar que o movimento da história, isto é, seu decurso, é processo de construção de valorações¹⁹, portanto de eleição de valores e disputa pela hegemonia (disputa para conferir significação) da “melhor” interpretação e da aplicação de uma pressuposta “tábua de valores”.

Mas, para concluir e reafirmar nosso debate de uma ontologia da nação como aquela que considera valiosa a luta pela soberania nacional e pelo desenvolvimento independente, há que se reafirmar aqui que tudo aquilo que faz parte do ser genérico do ser humano e que contribui, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, para a explicitação desse ser e para quem quer que lute nesse campo, aquilo que compõe a essência humana são o trabalho e a atividade consciente, e ambos só podem ser reafirmados e consolidados num ambiente de emancipação nacional e humana. Por isso mesmo, e em síntese final, podemos afirmar sem temor de erro: tratou-se, e trata-se, sem delongas, da impossibilidade de ser internacionalista sem compreender a questão nacional.

* Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Associado III. Docente nos programas de pós-graduação em Direito e em Filosofia na UFPB. É um dos coordenadores do Núcleo de Pesquisa Marxismo, Realismo, Teoria e Filosofia do Direito. Coordenou o Projeto Capes-AULP, de 2014 a 2019, entre UFPB e Universidade Eduardo Mondlane (UEM, Moçambique). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4321425005255787>>.

► Texto recebido em 2 de junho de 2021; aprovado em 7 de julho de 2021.

¹⁹ Agnes Heller diz que “a história é processo de construção de valores”. Trabalhamos essa afirmação tendo em mãos uma tradução para o português e não o texto original, que poderia resolver a possível contradição entre esse e outro momento do texto, visto que tal soa estranha na medida em que mais adiante o valor é dado como “categoria ontológica”. Aqui se pode pensar em duas hipóteses, das duas uma: ou valoração (dos valores) foi traduzida como valor ou se afirma que a essência, o caráter ontológico dos valores é que seria relativo, algo que deveria ser mais e melhor problematizado.

BARROSO, Aloísio Sérgio Rocha. **Uma economia política da grande crise capitalista (2007-2017):** ascensão e ocaso do neoliberalismo. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois; Edufal, 2021.

BUONICORE, Augusto. Lênin, Stálin e a questão das nacionalidades. **Vermelho**, São Paulo, 20 maio 2009. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/lenin-stalin-e-a-questao-das-nacionalidades>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAMPOS, Cláudio. Programa de emancipação do Brasil. In: CAMINHOS da independência. São Paulo: Página 8 Comunicação, 2014. v. 1.

CÔRTEZ, Norma. Consciência e realidade nacional: notas sobre a ontologia da nacionalidade de Álvaro Vieira Pinto. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 129-146, jan.-dez. 1999.

DJUGASHVILLI, Iosif V. **El marxismo y la cuestión nacional**. Madrid: Vanguardia, 2003.

ENGELS, Friedrich. Correspondence Engels-Lafargue. Paris: Éditions Sociales, 1975, t. 1, p. 325-326.

_____. Letter to Lassale. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**: letters 1883-86. London: Lawrence & Wishart, 2010. v. 47, p. 179-183.

FEITOSA, Enoque. Forma jurídica e concretização: para uma ontologia do jurídico. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 47, p. 297-334, 2017. Disponível em: <www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Juridica-UNICURITIBA_n.47.16.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. Forma jurídica e direito natural em Spinoza: ética e Estado laico entre descrição e prescrição. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 3, n. 56, p. 404-430, 2019. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3593>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FEITOSA, Enoque; FREITAS, Lorena. Para uma crítica ao moralismo jurídico sob a perspectiva da filosofia da práxis: a forma jurídica entre descrição e prescrição. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 7, 2015, Campinas. **Anais...** Campinas: Cemarx-Unicamp, 2015. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/enoque%20feitosa%20e%20lorena%20freitas%2010582.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Cortez, 1998.

GILSON, Étienne. **O ser e a essência**. São Paulo: Paulus, 2016.

HARTMANN, Nicolai. **A filosofia do idealismo alemão**. Lisboa: Calouste, 1983.

_____. **Ética**. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

HEGEL, Georg W. F. **Ciência da lógica**. Livro 1 — a doutrina do ser. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

_____. **Ciencia de la logica**. Buenos Aires: Solar, 1976.

HUME, David. **A treatise of human nature**. London: Clarendon Press, 1986.

_____. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. **Tratado da natureza humana**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2012.

LÊNIN, Vladimir I. Acerca del Programa Nacional del POSDR. In: _____. **Obras Completas**. Moscú: Progreso, 1984. v. 24.

_____. Conspecto do Livro de Hegel 'Ciência da Lógica'. In: _____. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Vol. 6. Lisboa/Moscú: Edições Avante!/Edições Progreso, 1989. p. 89-212.

_____. **Materialismo e empiriocriticismo**. Lisboa: Estampa, 1975.

MARX, Karl. The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte. In: _____. ENGELS, Friedrich. **Collected works**: Marx and Engels 1851-53. London: Lawrence & Wishart, 2010. v. 11, p. 99-197.

_____. **Obras completas**. Cartas noviembre de 1910-julio de 1914. Moscú: Progreso, 1987. t. 48.

_____. **O Capital**. Livro 1 — O processo de produção do capital. São Paulo: Abril, 1983.

_____. Plano da dialética (lógica) de Hegel. In: _____. **Obras escolhidas**. Lisboa, Moscovo: Avante; Progresso, 1989. v. 6.

PATRIOTA, Rainer. A alma, as formas e um destino: sobre Georg Lukács. In: LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas**. São Paulo: 2017. p. 263-278.

PIRES, Cecília M. P. **O Iseb e a questão do nacionalismo**. Tese (Doutorado em Filosofia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

POLITZER, Georges. **Principes fondamentaux de philosophie**. Paris: Éditions Sociales, 1954.

RODRIGO, Lúcia Maria. **O nacionalismo no pensamento filosófico**: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil. São Paulo: Vozes, 1988.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A longa agonia da dependência**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2018.

STÁLIN, Josef. Le marxisme et la question nationale. In: _____. **Oeuvres**: 1907-1913). Paris: NBE, 1976. v. 2.

_____. Marxism and national question. In: **Collected works**: 1907-13. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1953. v. 2.

_____. **O marxismo e o problema nacional e colonial**. São Paulo: Lech, 1979.

VARGAS, Getúlio D. Programa de emancipação nacional. In: CAMINHOS da independência. São Paulo: Página 8 Comunicação, 2014. Caderno 1.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Iseb, 1960a, 2 v.

_____. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: MEC; Iseb, 1960b.

Um sociólogo em mangas de camisa: Guerreiro Ramos e a luta pelo Brasil

A sociologist in shirt sleeves:
Guerreiro Ramos and the struggle for Brazil

Angelo Remedio Neto*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.009>



Foto reproduzida de: <https://irradiandoluz.com.br/2008/06/alberto-guerreiro-ramos.html>

Para falar uma linguagem hegeliana, neguei a ciência do gabinete no gabinete, ou, ainda, neguei a sociologia de gabinete fazendo sociologia de gabinete, a despeito do caráter concreto que tiveram sempre as minhas cogitações. Mas, agora, me é oferecida a feliz oportunidade de não me enquistar ou cristalizar numa posição, de dar um passo adiante e de negar a sociologia de gabinete fora do gabinete, isto é, na prática social, “pensando com as mãos”, confundindo-me com as aspirações, os movimentos dos trabalhadores e dos estudantes. Alberto Guerreiro Ramos, 1959

RESUMO

Guerreiro Ramos está perfilado entre os mais proeminentes sociólogos brasileiros do século XX, dando considerável contribuição à construção de uma sociologia autêntica e inovadora que teria por objetivo último resolver problemas concretos do desenvolvimento político e social do Brasil. Faremos uma análise do desenvolvimento teórico de Guerreiro Ramos desde a elaboração da metodologia da redução sociológica, na década de 1950, até seus trabalhos de cunho mais eminentemente político, já na década de 1960. Por meio da metodologia calcada nos estudos do pensamento político brasileiro, poderemos ver a formação da teoria social de Guerreiro e sua rejeição a fórmulas prontas, desenvolvidas em outros países, para solucionar problemas nacionais. Nessa polêmica, a redução sociológica tratará de desenvolver uma teoria social periférica, voltada às questões nacionais, sem deixar de levar em conta cânones estrangeiros, mas os mitigando de acordo com as características locais. Por essa perspectiva, Guerreiro passará a estudar o pensamento político brasileiro, apresentando-se como herdeiro intelectual de um cânone que desde o século XIX estaria mais preocupado com a realidade nacional do que com fórmulas estrangeiras. Vimos que o auge dessa postura de Guerreiro fora sua atuação enquanto parlamentar na conturbada década de 1960. Enquanto o debate político acabava por se polarizar na Guerra Fria entre um projeto liberal e outro socialista, Guerreiro observou que essa polarização estava distante da resolução dos problemas nacionais do Brasil, sendo necessário pensar por uma chave de desenvolvimento nacionalista e autônoma.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Redução sociológica. Pensamento político brasileiro. Nacionalismo.

ABSTRACT

Guerreiro Ramos is profiled among the most prominent Brazilian sociologists of the 20th century, making a considerable contribution to the construction of an authentic and innovative sociology that would ultimately have the objective of dealing and solving concrete problems of political and social development in Brazil. We will analyze Guerreiro Ramos's theoretical development from the elaboration of the sociological reduction methodology in the 1950s to his more eminently political works in the 1960s. Based on the methodology provided by studies of Brazilian political thought, we will be able to see the formation of Guerreiro's social theory and his rejection of ready-made formulas developed in other countries to solve national problems. In this polemic, the sociological reduction will try to develop a peripheral social theory, focused on national issues, while taking into account foreign canons, but mitigating them according to local characteristics. From this perspective, Guerreiro will study Brazilian political thought, placing himself as the intellectual heir of a canon that since the 19th century has been more concerned with national reality than with foreign formulas. We point out the heights of this Guerreiro stance was his role as a parliamentarian in the troubled 1960s. While the Cold War political debate ended up polarizing into a liberal or socialist project, Guerreiro highlighted the fact that this polarization was far from solving national problems in Brazil, making it necessary to think about a key to nationalist and autonomous development.

Keywords: Guerreiro Ramos. Sociological reduction. Brazilian political thought. Nationalism.

1. INTRODUÇÃO

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em 13 de setembro de 1915 em Santo Amaro, na Bahia. Formou-se, em 1942, pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro em Ciências Sociais e, em 1943, em Direito. Foi assessor do presidente Getúlio Vargas em seu segundo governo (1951-1954), atuando posteriormente como diretor do Departamento de Sociologia do então Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Em 1960, Guerreiro Ramos ingressou na vida partidária: filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e foi eleito para seu diretório nacional. Na eleição de outubro de 1962, candidatou-se a deputado federal pelo então estado da Guanabara, e obteve a segunda suplência. Com o afastamento de Leonel Brizola da Câmara dos Deputados, Guerreiro Ramos assumiu uma cadeira naquela casa, na qual permaneceu de agosto de 1963 até agosto de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo ato institucional nº 1, após o golpe militar.

O presente trabalho busca analisar a atuação parlamentar de Guerreiro Ramos naquele curto período, em uma conturbada conjuntura política no Brasil. Buscamos analisar seus textos iniciais e a teoria *social* e pensamento *sociológico* brasileiro que o autor desenvolve para, posteriormente, analisar os textos que vieram a formar sua teoria *política* e pensamento *político* brasileiro. Isso se dá porque, apesar de tratar de distintos objetos durante sua obra, Guerreiro Ramos, desde o início de sua trajetória, está ciente da necessidade de se criar um pensamento de fato nacional, autêntico, atento às peculiaridades e às dificuldades apresentadas pela sociedade brasileira. Assim, rejeita fórmulas prontas ou “enlatadas”, que partam do exterior para ser aplicadas ao Brasil sem um pensamento crítico.

Dessa maneira, nos parece que a atuação parlamentar de Guerreiro Ramos, para ser melhor compreendida, necessita de uma avaliação calcada no entendimento de sua obra desde suas formulações iniciais até seus textos mais maduros e na sua atuação, como ele próprio afirmara, ao realizar a crítica da sociologia de gabinete fora do gabinete. Assim, o presente trabalho se divide em três seções. Na primeira seção, buscamos entender o pensamento social de Guerreiro Ramos e suas peculiaridades e contribuições para a área. Na segunda seção, analisamos seus escritos políticos e vemos em que medida seus pressupostos teóricos e metodológicos permanecem ou são modificados nessa seara. Por fim, na terceira seção, vemos como, após longa formulação teórica, Guerreiro se posiciona na Câmara dos Deputados em meio a um movimento de extrema polarização na vida política brasileira, criticando o que chamaria de radicalismo de esquerda e de direita e buscando resolver, com lucidez e respeito às instituições, os problemas urgentes do Brasil, em uma perspectiva nacional-desenvolvimentista.

2. PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: A REJEIÇÃO AO PENSAMENTO ENLATADO E A REDUÇÃO SOCIOLOGICA

Já na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio para uma sociologia nacional* (1954), Alberto Guerreiro Ramos levantou temas e debates que vieram a ser teorizados posteriormente em *A redução sociológica* (1955). Desde a *Cartilha...*, Guerreiro trata de temas centrais tanto para sua teoria social quanto para sua teoria política, que será vista adiante.

Respondendo a sociólogos que votaram contra suas recomendações enquanto presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em 1953, Guerreiro inicia sua *Cartilha...* com uma polêmica que o acompanhará por muitos anos. Trata-se da polêmica *sociologia enlatada versus sociologia dinâmica*. Ele deixa claro, desde o início de seu trabalho, que “a melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou, ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade” (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 105).

Guerreiro percebe que um grande problema da sociologia brasileira, fruto de um país que fora colonizado e que ainda tinha como referência política, econômica e cultural o centro europeu, era justamente o uso das categorias sociológicas enlatadas, lá produzidas. Uma produção social autêntica deveria compreender, a particularidade da cultura local para a formulação de diagnósticos e resoluções de problemas políticos e sociais (FILGUEIRAS, 2012, p. 348). Toda teoria social, que se pretendia universalista, partia da necessidade de resolução de problemas particulares. A assimilação do pensamento político formado no centro do capitalismo, quando assimilado na periferia — que era o caso do Brasil —, seria utilizado como valor universal, sem a devida atenção às particularidades da periferia, na divisão internacional de produção e circulação de conhecimento. O que Guerreiro buscava, então, em suas recomendações — que são o objeto de estudo da *Cartilha...* —, era

encorajar os esforços para a prática, nos países latino-americanos, de uma sociologia que refletisse os seus problemas; era estimular que se cortassem os cordões umbilicais que têm tornado essa disciplina subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 19).

A partir disso, afirmou a existência de duas correntes de pensamento no Brasil naquele momento: uma “consular”, enlatada, que admitia os preceitos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa como válidos universalmente, de maneira acrítica; outra “autêntica”, que, “embora aproveitando a experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais” (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 107).

A questão que nos é apresentada é o fato de Guerreiro não enxergar a sociologia como um fim em si mesmo. A tarefa do sociólogo não deve ser se tornar



Alberto Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento e João Conceição na década de 1950

hábil em debater as diferentes teorias desenvolvidas no mundo cêntrico, sem uma preocupação com a realidade e o desenvolvimento nacional. É nesse sentido que afirma que a essência de toda sociologia autêntica é ser “um propósito salvador e de reconstrução social”, e continua afirmando que, “na medida em que o sociólogo exercita vitalmente a sua disciplina, é forçosamente levado a entrelaçar o seu pensamento com a sua circunstância nacional ou regional” (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 107).

Como argumenta Lynch, “tratava-se de pensar a teoria social geral como capaz de reconhecer o caráter histórico e culturalmente condicionado de todos os fenômenos sociais e, assim, apreender o caráter dinâmico e situado da realidade” (LYNCH, 2015, p. 30). Para Guerreiro, portanto, a emergência de uma sociologia nacional teria um grande caráter prático. Para ele, segundo Lynch, “os cientistas da região deveriam contribuir para a superação das mazelas do caráter periférico e, portanto, heterônomo, do subcontinente, envolvendo-se no esforço de autodeterminação de suas sociedades” (LYNCH, 2015, p. 32). Ele parte então para a construção de um novo método — a redução sociológica — “que permitisse ao cientista social periférico adaptar as teorias estrangeiras [...] às necessidades da própria etapa de desenvolvimento experimentada pela coletividade em que vivia” (LYNCH, 2015, p. 33).

Como dito, Guerreiro buscava para a sociologia um sentido prático, fazendo com que o avanço científico experimentado pelas ciências sociais fosse capaz de resolver o atraso brasileiro (FILGUEIRAS, 2012, p. 349). O autor “procurou defender uma sociologia engajada, com a preocupação constante de influenciar [a] e participar da vida política e nacional” (FILGUEIRAS, 2012, p. 349). Assim, a redução sociológica será uma atitude metódica crítico-assimilativa e inovadora, não negando pressupostos

teóricos estrangeiros, mas compreendendo que estes foram gestados em conjunturas distintas e precisam ter suas perspectivas cotejadas com as particularidades do desenvolvimento nacional local, no caso, brasileiro. Assim, para Ramos, a ciência social seria capaz de abandonar uma perspectiva puramente acadêmica e se debruçar sobre a realidade local, com a intenção de a transformar. É a partir dessa nova premissa teórica que Guerreiro desenvolve sua teoria política, como veremos na seção a seguir.

3. TEORIA POLÍTICA DE GUERREIRO RAMOS

Pode-se ver que, desde o começo da trajetória de Guerreiro Ramos, a formação de um pensamento político alia-se à prática política. Antes de ser deputado federal, além de ter assessorado Getúlio Vargas durante seu segundo governo (1951-1954), foi diretor do Departamento de Sociologia do Iseb, instituição criada em julho de 1955 como órgão do Ministério de Educação e Cultura, durante o governo João Café Filho (1954-1955).

O Iseb destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumental teórico que permitisse o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. No Iseb, Guerreiro Ramos realizou uma crítica do pensamento social brasileiro com vistas a construir uma sociologia nacional. Deu-se conta de mudanças correntes na sociedade brasileira que necessitavam de dedicada análise. O Brasil, à época, era um país em plena transformação. Deixava de ser, como o autor mostra empiricamente, uma sociedade rural, e transformava-se em uma sociedade urbana e de massas.

Segundo Guerreiro, era necessária uma compreensão política acerca das transformações sociais pelas quais o país passava. Desse modo, parte da sociologia para a análise dos grupos políticos em voga no país, percebendo a ideologia que carregavam. Intuitivamente, salta da sociologia para a ciência política. Assim como, anteriormente, realizou uma história crítica do pensamento *social* brasileiro, então, com a mesma metodologia, realiza uma história crítica do pensamento *político* brasileiro.

3.1. História política, grupos políticos e ideologia política

No prefácio de *O problema nacional do Brasil* (1960), Guerreiro Ramos parte do pressuposto de que “somente a partir de certo nível de desenvolvimento, o trabalho científico adquire relevante eficácia social” (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 18). Ademais, parte da suposição de que é nos países “em que os fatores intelectuais se tornaram de aplicação rígida, isto é, se tornaram verdadeiros fatores de produção, que se está fazendo a melhor teoria sociológica” (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 18). Claro está, portanto, que naquele momento, para Guerreiro, o caráter prático da ciência social é essencial, dando suporte teórico efetivo ao desenvolvimento nacional. Retoma a perspectiva de Alberto Torres, autor de *O problema nacional brasileiro* (1914), afirmando

que realiza, como esse autor, uma “tentativa de utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira” (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 18).

Em “A dinâmica da sociedade política no Brasil”, presente no livro *Introdução crítica à sociologia brasileira*, Guerreiro analisa o desenvolvimento da política brasileira, dando ênfase à identificação dos grupos sociais então atuantes e à explicação da forma pela qual eles expressavam coletivamente determinadas ideologias ante o momento transitório na vida política e social que o Brasil atravessava. Ao denunciar o “descritivismo casuístico”, que leva grande parte dos sociólogos brasileiros a adotar, de maneira acrítica, as teorias produzidas no centro, ineficazes à resolução dos problemas nacionais, buscava efetivar uma análise sociológica orientada, isto é, “uma teoria da sociedade brasileira que sirva de suporte à estruturação efetiva das tendências de autodeterminação vigentes hoje em nosso país” (GUERREIRO RAMOS, 1995b, p. 60).

Naquele momento, distingue dois tipos de teorização da realidade social: a ideológica e a sociológica (ou científica). A ideológica seria, necessariamente, “secundária nisto que visa a justificar os interesses particulares de um grupo ou uma classe”. A sociológica consistiria, por outro lado, em examinar a “influência dos fatores irracionais no pensamento”, se aplicando “na compreensão global da sociedade”. É uma “atitude crítica e autocrítica, radical, interessada em formular uma concepção configurada da realidade social”. Teorização científica essa que “não escapa do condicionamento histórico social” (GUERREIRO RAMOS, 1995b, p. 65).

No momento em que Guerreiro Ramos escreve, o Iseb trata a luta ideológica como central para o desenvolvimento nacional. As mudanças na sociedade brasileira — como aponta Guerreiro — estavam ocorrendo de maneira extremamente rápida, precisando ser compreendidas e, mais que isso, influenciadas e direcionadas. Nesse sentido, a tarefa do cientista social deveria ser ampla, pautada pela realidade que o país atravessava, buscando promover seu desenvolvimento para além de interesses de grupos político-partidários.

De acordo com a análise feita por Guerreiro naquele estágio do desenvolvimento capitalista em que o país se encontrava, a disputa entre os diferentes grupos e classes sociais era complexa. Tentando compreender a situação brasileira, ele forma três tipos ideais para analisar a conjuntura política, quais sejam: grupos de ascensão, de domínio e de decadência (GUERREIRO RAMOS, 1995b).

Classes e grupos ascendentes, grupo no qual Guerreiro se insere, por sua própria origem social, são levados a discernir, na estrutura social, as virtualidades, as possibilidades de desenvolvimento, os aspectos potenciais e, assim, assentam a sua mira no vir a ser, no futuro. O panorama geral do desenvolvimento do pensamento político brasileiro não deixa de ser, então, atrelado ao desenvolvimento econômico, político e social.

Por outro lado, a burguesia nacional se encontrava em uma posição de ascensão juntamente com a nova classe proletária, e logo poderia se colocar em uma posição de dominância. Guerreiro explica isso pelo fato de serem tais posições fases

A realidade brasileira no início da década de 1960 passava por um novo momento, e Guerreiro via como necessária a criação de uma teoria política autêntica, que acompanhasse aquelas transformações e desse subsídios a mudanças políticas, econômicas e sociais que o país deveria atravessar

pelas quais as classes sociais passam (GUERREIRO RAMOS, 1995b). Continua ao afirmar que, ao atingirem a posição de domínio, as classes ascendentes são acometidas das mesmas distorções volitivas e de captação do real características das classes que as precedem (GUERREIRO RAMOS, 1995b). Tornam-se, assim, segundo Guerreiro, antidialéticas, proclamando a necessidade da ordem.

Sobre as transformações econômicas e estruturais pelas quais a sociedade brasileira passava, Guerreiro demonstra que, até 1930, “nenhum movimento político ultrapassava a perspectiva da classe média”. Naquele período, entretanto, começa a delinear-se como força política o proletariado brasileiro, que constitui a base eleitoral de um dos maiores partidos do Brasil durante a república instalada em 1946: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nesse sentido, afirma:

A revolução de 1930 promoveu, entretanto, mudanças de sinal positivo na vida político-partidária do país, pelo menos em decorrência dos seguintes fatos: a) abriu lugar nos quadros dirigentes para consideráveis contingentes da classe média; b) iniciou a institucionalização das forças *econômicas*, através da sindicalização; c) iniciou o processo de liquidação, no Governo Federal, da hegemonia de uns poucos estados em detrimento dos restantes; d) firmou o princípio da intervenção do Estado na economia, embora sob a forma de um “dirigismo” desconexo e às vezes caótico (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 97).

A crise da organização político-partidária se deu, entretanto, no momento em que o autor escrevia, pelo fato de que “ela não ultrapassou aquelas direções formadas entre 1930 e 1937 e, portanto, o seu desajustamento aos fatores objetivos que configuram a realidade brasileira” (GUERREIRO RAMOS, 1995b, p. 97). Naquele momento,

é forte o interesse de Guerreiro Ramos pela vida política brasileira, o que fará com que ingresse na vida partidária do país em 1959, quando se filia ao PTB, cujo diretório nacional chegou a compor. Inicia-se, então, o esforço de teorização de Guerreiro, feito à luz de sua funcionalidade na prática.

3.2. A revisão crítica do pensamento político brasileiro

A realidade brasileira no início da década de 1960 passava por um novo momento, e Guerreiro via como necessária a criação de uma teoria política autêntica, que acompanhasse aquelas transformações e desse subsídios a mudanças políticas, econômicas e sociais que o país deveria atravessar. Não havia espaço para teorias tau-tológicas deslocadas das realidades, peculiaridades, e transformações que o país vivia. Estudando a história política do Brasil, Guerreiro encontra na década de 1930 um momento de efervescência da política nacional, e enxerga, naquela polarização, algo que justifica a polarização que vivia e estudaria: a do final da década de 1950 e início da década de 1960.

A partir de seus esforços de teorização da realidade política brasileira, Guerreiro analisa as ideologias da década de 1930 que ainda eram presentes à época em que escreve, porém, em constante mudança. Esse esforço se consolidou em seu texto “Três momentos ideológicos do Brasil”, que veio a fazer parte de seu livro *A crise do poder no Brasil* (1961). Guerreiro diz que “no domínio da vida intelectual, há famílias”, que seriam “grupos cujos integrantes são marcados sutil ou ostensivamente por um ar de família” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 141). Trata no livro de duas dessas famílias, a saber: a “*jeunesse dorée*” e os “sociólogos anônimos”, escritores sem qualificação acadêmica que, no entanto, contribuíram para o esclarecimento da Revolução de 1930 e suas consequências. Nessa morfologia, diz, constituirão também uma família, no Brasil, homens que professam o catolicismo de uma maneira particular. Seriam estes “cidadãos que falam em seu nome [da Igreja Católica], sem todavia terem compreendido a verdadeira significação de seu magistério”. Seria esse o movimento do integrismo, que assim Ramos define:

O integrismo é, entre outras coisas, um excessivo compromisso com as formas temporais da Igreja e, assim, vitimiza aqueles que não distinguiram no catolicismo o núcleo de suas crenças básicas de suas expressões adjetivas. Cometem-no, por exemplo, os que pensam que o catolicismo está indissoluvelmente ligado a uma forma particular de organização econômica da sociedade [...]. O integrista focaliza esse assunto à luz de uma espécie de dialética do Bem e do Mal, de uma espécie de maniqueísmo que divide a humanidade em dois campos, em duas espécies irreduzíveis (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 142).

O integrismo tem se identificado no Brasil com o que Guerreiro chama de “ideologia da ordem”, cujos defensores compõem o primeiro grupo a ser tratado pelo

autor. Figura central desse movimento seria o sergipano Jackson de Figueiredo, que, para Guerreiro, era, “em política, um conservador. Toda a sua ação era subordinada ao princípio da ordem, não justificando nenhuma forma de conduta revolucionária.” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 144)

Essa corrente de pensamento política era analisada sob um prisma moral, que se distanciava das transformações econômicas e sociais da sociedade. A consequência prática dessa concepção política foi o reformismo, e nunca uma “alteração das relações de classe, a transformação mesma da estrutura social” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 146). A ideologia da ordem, desde a década de 1920, já defendia pontos que seriam essenciais ao integralismo — a expressão brasileira do fascismo, a saber, o corporativismo e a aversão à liberal-democracia. Claro era, portanto, o caráter reacionário dessa doutrina.

Então, passa a analisar a outra família de pensamento, a “*jeunesse dorée*”. Diz que esses autores possuem um pensamento descompromissado com as condições materiais e concretas da sociedade. Produzem intelectualmente em caráter fictício. A “*jeunesse*”, “estratos de intelectuais bem nascidos, para os quais as dificuldades materiais propriamente não existem” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 152), vê as mudanças por que passa a sociedade e as toma como perda de privilégios, acabando por se afirmar como pensadores reacionários.

Guerreiro mostra que essa literatura carece de conteúdo científico, e só teve condições de se propagar no Brasil pelas próprias condições materiais do país. A política seria aqui tratada de maneira genérica e abstrata, sem se ater às peculiaridades econômicas e sociais que vive o país no momento em que é produzida. Guerreiro diz, em contrapartida, que, quanto mais puro o pensamento, mais impotente ele será. Seriam representantes desse pensamento Afonso Arinos e Otávio Faria, entre outros.

Essa ideologia era expressiva da sociedade latifundiária, que já havia sido dominante no país, estava em decadência e se posicionou de forma reacionária em relação às transformações que o país atravessava. Diz Guerreiro que, para esses autores:

A estrutura econômica e social, na qual a classe dirigente era constituída de grandes proprietários de terras, devia conservar-se imutável, sendo imorais e satânicas as tendências que laboravam por sua transformação qualitativa (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 153).

Por fim, Guerreiro trata do “inconsciente sociológico”, fruto do pensamento orgânico que se difundiu no Brasil após 1930. Guerreiro tenta recuperar autores de uma sociologia prática e engajada, autores do inconsciente sociológico, quais sejam, José Maria dos Santos, Martins de Almeida, Caio Prado Júnior e Azevedo Amaral. Há aqui, segundo Guerreiro, um pensamento com caráter científico, progressista, e não conservador. O político não é explicado por si próprio, mas por uma base socioeconômica. O estudo dessas obras se fez imperativo para formar uma teoria da realidade brasileira.

Os autores aqui mencionados, segundo Ramos, “acertaram muito porque seguiram o caminho empírico-dedutivo na elaboração de suas ideias” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 168). Naturalmente, cometeram erros, como incorrer no “psicologismo e carecerem de uma teoria social orgânica” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 169). A despeito disso, foram os autores que até então melhor tinham compreendido o Brasil. Eram os autores do “inconsciente sociológico”, justamente por não terem as categorias técnicas para descrever o desenvolvimento objetivo e necessário da sociedade brasileira. Ao estudar esses autores, Guerreiro se dá conta da importância do Estado Novo na formação da sociedade brasileira, para a qual se tornou necessário um sentido mais intervencionista do Estado, com o intuito de eliminar as barreiras interestaduais que dificultavam o pleno funcionamento de um mercado interno (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 172).

Após uma revisão crítica do pensamento político brasileiro até então produzido, rejeitando o pensamento reacionário e moralista, que não atentava aos fatores reais de mudança, e se apoiando em autores que, mesmo sem bases teóricas suficientes, conseguiram entender as transformações que o país atravessava, Guerreiro se apresenta como herdeiro dessa linhagem. Estava então imbuído de conhecimento científico suficiente para esboçar uma teoria política pós-colonial que pudesse dar sustentação ao desenvolvimento do Brasil, com a própria transformação de suas relações sociais. É disso que trataremos a seguir.

3.3. Consolidação e esboço de uma teoria política pós-colonial

Aqui estão apresentados os resultados da pesquisa de Guerreiro Ramos para analisar e referenciar o momento de transição que o país então atravessava. Teoricamente, o nacionalismo encaminharia à industrialização e ao crescimento das forças produtivas. A partir disso, Guerreiro aproxima-se do trabalhismo, buscando construir um partido de esquerda, de massas, e que não fosse comunista — ou seja, não seguidor de uma doutrina que para o autor era uma cultura alienígena ao Brasil. Busca, enfim, construir um argumento nacionalista e de esquerda.

Falar de esboço para uma teoria pós-colonial em Guerreiro Ramos nos remete ao que afirma Filgueiras:

De acordo com essa premissa que caracteriza o pensamento pós-colonial, a condição de colônia não se resume a um arranjo político e econômico de opressão e exploração, mas também à construção de uma cultura subalterna, em que os valores e as percepções de mundo se alinham aos valores e percepções constituídas pela cultura ocidental. O colonialismo não é apenas um arranjo de exploração econômica. É, também, uma condição de subalternidade da cultura nativa, que tem consequências na construção de identidades. O sujeito colonizado é aquele que, em detrimento de sua cultura nativa, se submete aos valores e percepções constituídas pela cultura moderna (FILGUEIRAS, 2012, p. 347).

É possível pensar em Guerreiro Ramos por essa perspectiva, visto que sua leitura do pensamento político brasileiro terá como perspectiva central a valorização da produção cultural e intelectual local, necessária para a “constituição de um significado para o nacionalismo brasileiro no contexto do desenvolvimento nacional” (FILGUEIRAS, 2012, p. 348). João Maia mostra que há uma virada periférica na obra de Guerreiro após uma viagem que ele fez em 1956 a Paris, cidade que teria se tornado “um verdadeiro centro da diáspora de intelectuais africanos e caribenhos das colônias, que logravam constituir laços de solidariedade transcontinental justamente no coração da metrópole colonizadora (MAIA, 2015, p. 51). Pensando na constante relação entre pensamento social e prática política, Guerreiro levanta a hipótese de que países anteriormente vistos como subdesenvolvidos, como Rússia, Índia, China e Japão, “teriam logrado transformar o conhecimento sociológico em instrumento de construção nacional” (MAIA, 2012, p. 52). É nessa perspectiva que o autor fará uma leitura historicamente fundamentada do pensamento político brasileiro.

Em “Caracteres da *intelligentsia*”, artigo no livro *A crise do poder no Brasil* (1961), Guerreiro defende, sociologicamente, um pensar independente. O *intelligentsista* procura obter a suspensão dos estereótipos a respeito dos temas e, assim, examiná-los de maneira crítica. Esse tipo de intelectual, segundo Guerreiro, começa a surgir no Brasil apenas no momento em que o autor escreve. Ele afirma:

Esses intelectuais fazem realmente política, exibem na sociedade brasileira um estilo de vida intelectual que contraria as expectativas até agora dominantes, entre nós, a respeito do que devem ser as pessoas cultas. Por motivos que não podemos examinar aqui, formou-se no Brasil uma concepção segundo a qual a vida da inteligência é incompatível com a política. Os adeptos dessa concepção tomam-se de susto ante a existência de intelectuais que se afirmaram também políticos. Se, porém, tiverem boa-fé, verificarão que esse espanto é injustificado. Ao contrário, num país como o Brasil, o intelectual que viva profundamente a ética da inteligência reconhecerá que o seu magistério terá de ser deliberadamente, intencionalmente político. Não é inteligente ser de outra maneira. Há na sociedade brasileira, atualmente, um vazio a preencher, que decorre da perda de exemplaridade das ideias, por meio das quais justificava sua dominação uma classe há duas décadas em processo de aposentadoria histórica. Está diante de nós a tarefa de organizar um Estado nacional, ou seja, de configurar politicamente o povo brasileiro. Para o intelectual, assumir essa tarefa não corresponde a ser administrador de uma

classe particular. Nas condições atuais da sociedade brasileira, está aberta ao intelectual, pela primeira vez entre nós, a oportunidade de valer por si, na proporção do teor concreto das ideias que exprime. Tais condições necessariamente politizam o trabalho intelectual orientado por um propósito substitutivo (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 189-190).

Fica evidente aqui, em Guerreiro Ramos, seu pensamento nacionalista. Assim como baseou na redução sociológica a sua teoria social, a sua teoria política deve ser feita em bases nacionais, atento às suas particularidades. O nacionalismo brasileiro não é o nacionalismo europeu. É uma posição defensiva no processo de criação da nação. O nacionalismo é dado como uma consequência, no plano cultural, da emergência da nação. É um pensamento de caráter autônomo, que desembocará em uma ideologia nacional-desenvolvimentista que terá sua representação política no PTB. O nacionalismo é tido como motor ideológico que resultará no desenvolvimento. Guerreiro dirá então que o nacionalismo não tem apenas fundamento psicológico. Tem também fundamento econômico (GUERREIRO RAMOS, 1961).

Assim, afirma em “Nacionalismo e xenofobia”, artigo que compõe o livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957), que “nada tem a ver com xenofobia a posição nacionalista que vêm assumindo crescentemente os intelectuais mais representativos das tendências atuais do Brasil” (GUERREIRO RAMOS, 1995b, p. 55). Ao contrário, o nacionalismo na fase em que a sociedade brasileira se encontrava seria algo ontológico, verdadeiro processo e princípio permeador do povo, expressão da emergência nacional.

Naquele momento, fica evidente que Guerreiro Ramos passa a se ver como um intelectual em ação. E é então que se torna ativa sua carreira na política militante. Parte de um pressuposto de que era possível e necessária a conciliação entre militância e ciência social. Acreditava, como visto, viver em um momento crucial da formação do Estado e da sociedade brasileira. O intelectual deve se preocupar com a produção de ideias e se condicionar socialmente, buscando o desenvolvimento nacional. Deve se colocar como um instrumento transformador da realidade. O intelectual público deve seguir o padrão da exemplaridade.

Em “Condições sociais do poder nacional”, que constitui *O problema nacional do Brasil* (1960), faz uma apresentação sistemática da ideologia. Assim se torna capaz de demonstrar o que seria a ideologia progressista do momento. Amparado na teoria da sociedade brasileira, esse foi o primeiro texto de conclusão desse percurso. O problema nacional teve então sua compreensão no aspecto sociológico, e não jurídico-formal, por meio de uma abordagem dinâmica dessa teoria. Guerreiro fez aqui uma articulação entre os seus pensamentos social e político. Busca uma explicação sociológica de nossa realidade, olhando o passado político brasileiro por uma chave de análise negativa. Em decorrência disso, nos países periféricos, como o Brasil, o Estado aparece, historicamente, antes da sociedade civil.

O Estado cria a sociedade, mas essa situação está prestes a se inverter em face de uma nova conjuntura, em que o Brasil passa pelo fenômeno da emergência do povo como nova categoria social, e se torna uma sociedade de classes. Chega, portanto, o momento de fazer uma ideologia para as massas. Como afirma Guerreiro, são grandes as transformações no período:

Formou-se uma população obreira e uma burguesia empreendedora, cujos interesses dependem do consumo interno, e que, compondo a matriz de um verdadeiro povo, constituem hoje a maior força política do Brasil (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 18).

As classes sociais no Brasil, pela primeira vez na história, passam a ter expressão ideológica. Em um contexto de crise, se fazia necessário que a burguesia industrial assumisse o poder no Brasil, em uma encruzilhada em que o país se encontrava entre autonomia e dependência. O problema do desenvolvimento econômico se caracterizava como questão política.

Se as condições materiais estavam presentes para uma revolução nacional brasileira, pautada pelo desenvolvimento econômico e social, os grupos políticos não conseguiam lidar com essa nova realidade, com a emergência do povo, e o Brasil encontrava-se em um grande impasse. Naquele momento, o nacionalismo era central, sendo mais do que o amor à terra e a lealdade aos símbolos que a representam, mas um projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma (GUERREIRO RAMOS, 1960).

Alimentado pela conjuntura internacional, com processos de luta pela identidade nacional e pela descolonização na África e na Ásia, Guerreiro Ramos defenderá o alinhamento do Brasil aos países subdesenvolvidos — o dito Terceiro Mundo. Buscando o exemplo africano e asiático, ele escreve:

O comportamento internacional da periferia latino-americana, de que faz parte o Brasil, está longe de poder equiparar-se ao da periferia afro-asiática. Nas condições atuais da América Latina, econômicas, políticas, sociais e geográficas, ainda são escassas as reais possibilidades de emergência de uma conduta externa totalmente liberta de pressões heterônomas. O fundamento da terceira posição internacional não é um mero estado de espírito ou opção abstrata. A terceira posição sustenta-se em possibilidades reais contidas no processo de cada nação, e torna-se utópico quando essas possibilidades não existem. [...] Mas, entre a terceira posição utópica e a sistemática há, para alguns países latino-americanos, especialmente o Brasil, a possibilidade real de uma terceira posição empírica ou tópica (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 38).

Dessa maneira, como lutou contra a transplantação de teorias sociais estrangeiras para o Brasil, agora fica clara sua luta por um desenvolvimento autônomo da política nacional. Esse fato levou Guerreiro, como será visto adiante, a polemizar

Guerreiro Ramos
leciona curso em Belo
Horizonte, em 1952



Foto extraída da tese de doutorado de Aríston Azevedo (2006)

tanto, por um lado, com a direita, que se aproxima dos Estados Unidos da América (EUA), quanto, por outro lado, com a esquerda, que se aproxima da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como se fossem modelos universais a ser seguidos, resumindo a luta política à adesão a um desses dois projetos. Em contrapartida, Guerreiro afirma que o desenvolvimento nacional não passa por esses dilemas, mas por dilemas inerentes ao Brasil. Mais uma vez, ele rejeita o exemplarismo e busca construir um pensamento autêntico no país.

Em “Ideologia e segurança nacional”, outro artigo de *O problema nacional do Brasil*, Guerreiro conclui seu empreendimento de estabelecer o conceito de ideologia e sua existência e funcionamento no Brasil. A segurança nacional, então, passa a ter um espaço central no debate público, principalmente com a publicação de *A geopolítica no Brasil*, de Golbery do Couto e Silva, em 1958. Naquele texto, ele realiza, inicialmente, um breve histórico do conceito de ideologia, demonstrando que a linha conceitual que busca desenvolver se distancia da marxista — como falsa consciência, notadamente na obra *A ideologia alemã* (1848). Como afirma Guerreiro:

De início, os marxistas usaram o termo unilateralmente. Serviam-se dele como arma de combate contra os seus adversários políticos. Ao qualificarem de ideológicas as teorias e ideias alheias, visavam a denunciá-las como disfarces e justificação de interesses. Isso não impediu, no entanto, que viessem a considerar sua própria doutrina como ideologia; no caso, a ideologia do proletariado (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 45).

Para Guerreiro, entretanto, “aquilo que nos estudos de Marx e Engels era incidental passou a ser, no âmbito da sociologia do conhecimento, a matéria de uma teoria sistemática do pensar e do agir humanos” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 48). O que passa a importar para Guerreiro é a maneira pela qual a ideologia se instrumentaliza na sociedade. Mostra, assim, em referência à política de segurança nacional, que não existe ideologia neutra em si mesma.

A ideologia deve criar a consciência política que mobilizará o povo, que deve ser ator do desenvolvimento democrático da nação. O exercício do poder pelo povo deve partir de uma ideologia e de uma institucionalidade partidária, mobilizando a pressão popular por mudanças

Há aqui uma clara prevalência do político em relação às demais instâncias sociais. Para uma política de segurança nacional autônoma e independente, seria necessário um país autônomo e independente, apto a se desenvolver economicamente. O desenvolvimento político, entretanto, não se mostraria possível sem um desenvolvimento das forças produtivas do país. Nesse sentido, diz:

Um país economicamente dependente terá uma existência tributária dependente, e sua política de segurança nacional refletirá necessariamente essa condição, isto é, terá de enquadrar-se, de modo complementar, na estratégia geral do centro de poder em cuja órbita de gravitação se encontra. Outra será a política de segurança nacional de países em processo de descolonização de sua economia ou já plenamente desenvolvidos. Nesse caso, o seu conteúdo fundamental é, propriamente, a autodeterminação (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 67).

O problema da segurança nacional no Brasil se dava pelo fato de ser esse um país em transição desde 1930. Essa transição ocorre, segundo Guerreiro, em todos os níveis da vida nacional. A ideologia, portanto, deveria ser percebida e instrumentalizada teoricamente, em uma verdadeira ideologia da funcionalidade. O desenvolvimento nacional é dinâmico, sendo importante e necessário o processo de tomada de consciência. A segurança nacional seria então, para Guerreiro, o combate a entraves internos e externos ao desenvolvimento. Colocando-se à esquerda no espectro político, sua questão central é a função que a ideologia exerce nesse momento.

Por fim, realiza a crítica a dois pensamentos “alienados” que polarizavam a opinião pública e intelectual à época. De um lado, os comunistas poderiam ser vistos

como radicais, mas eram alienados em relação à realidade nacional, e agentes do que Guerreiro via como antinacionalismo e ameaça à segurança nacional. De outro lado, criticou o liberalismo da União Democrática Nacional (UDN), acusando-a de ter um posicionamento periférico e entreguista. O Brasil não deveria se curvar a uma grande potência, quer sejam os EUA, quer seja a URSS. Deveria, ao contrário, tirar o melhor partido das oportunidades que lhe oferecia a conjuntura mundial, em um sentido histórico favorável ao seu desenvolvimento (GUERREIRO RAMOS, 1960).

Após desenvolver seu pensamento a respeito da ideologia, em *Estrutura atual e perspectiva da sociedade brasileira* (1957) instrumentaliza essa ideologia para o desenvolvimento nacional. O desenvolvimento econômico é visto como um problema político. A programação econômica deve ser feita em bases nacionais, inexistindo um desenvolvimento político autônomo sem uma ideologia autônoma. O planejamento econômico é submetido a uma ideologia nacional-desenvolvimentista.

A ideologia deve criar a consciência política que mobilizará o povo, que deve ser ator do desenvolvimento democrático da nação. O exercício do poder pelo povo deve partir de uma ideologia e de uma institucionalidade partidária, mobilizando a pressão popular por mudanças. Naquele momento, o ator histórico da mudança seria justamente o PTB, ao qual Ramos se filiou e pelo qual ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até ser cassado pelo ato institucional nº 1. Na próxima seção deste trabalho, a seguir, trataremos dos escritos de Guerreiro Ramos no momento em que esteve mais envolvido na militância político-partidária e, posteriormente, propriamente da sua atuação parlamentar. Com isso, busca-se verificar até que ponto sua teoria foi levada ao Congresso Nacional, e como ela influenciou o deputado Guerreiro Ramos.

4. MILITÂNCIA POLÍTICA E ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Em seu livro *A crise do poder no Brasil* (1961), Guerreiro se depara com a grave crise de representatividade político-partidária que o país atravessa devido à sua nova realidade e recentes transformações. Em luta contra as classes decadentes, o Congresso poderia ser o local em que o povo — categoria emergente — resistiria aos poderes oligárquicos representados pelo Executivo. Há aqui uma conclusão diferente da de autores que o inspiraram, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, sobre a relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo.

A grande questão se dava pelo fato de que, quando esses autores escreveram, as condições materiais do país não permitiam outra análise, de acordo com Guerreiro. O Brasil não tinha povo, e, assim, a democratização viria do próprio Estado contra o mando oligárquico local. Quando escreve, entretanto, a situação é outra — e não foi acompanhada pela estrutura institucional.

O povo, que inexistia na Primeira República, emerge então como nova categoria sociológica. Assim, há uma renovação teórica da própria corrente de pensamento

da qual Guerreiro se julga representante. Se, anteriormente, a crise de representatividade se deu pela ausência de povo, agora se dava justamente pela presença do povo e pela ausência de mecanismos institucionais necessários para sua manifestação política. Os partidos políticos precisavam se democratizar internamente, se transformando em partidos de massa. A política deixa de ser vista unicamente como questão acadêmica e se torna questão de *práxis*.

Apesar de Guerreiro se posicionar à esquerda no espectro político, enxergava que a esquerda brasileira passava por um grande problema, que deveria ser superado. Esse problema seria a influência do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do pensamento marxista-leninista na esquerda brasileira, inclusive em quadros do próprio PTB. Para ele, marxismo-leninismo não seria mais que a transplantação de um fenômeno russo, que ocorreu de maneira exitosa à sua época, mas que não atentava às características do Brasil. Esse posicionamento fica claro em seu livro *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963). Ele chega a afirmar em plenário que “o marxismo-leninismo não é um pensamento, não é uma teoria; o marxismo-leninismo é uma organização de combate e de choque que manipula uma técnica de agitação e propaganda, com o objetivo de assaltar o poder; é uma organização destituída ou esvaziada de conteúdo ético” (GUERREIRO RAMOS, 1963, p. 48).

Mostra grande preocupação com o sentido que tomarão os rumos do nacionalismo brasileiro, tachando muitas vezes a atuação dos pecebistas de “transplantativa”, por adotar acriticamente as diretrizes da III Internacional, de um lado, e julgando-os mais interessados no crescimento do seu grupo do que no desenvolvimento nacional, de outro. A revolução brasileira — iniciada em 1930 — teria suas próprias peculiaridades, às quais o pesquisador e o militante político deveria atentar. Como afirma Motta:

A crítica de Guerreiro ao PCB começou a se desenvolver em seu livro anterior, *A crise do poder no Brasil*, de 1961, no qual considerava o referido partido uma organização alienada das camadas sociais que, presumivelmente, deveria representar, e também subordinado diretamente à URSS. A preocupação de Guerreiro Ramos com relação ao PCB devia-se, também, por este possuir, na época, a hegemonia intelectual e política no campo da esquerda (MOTTA, 2010, p. 93).

Após longo amadurecimento teórico e estudo das ideias políticas brasileiras desde o século XIX até a sua contemporaneidade, com a criação de uma teoria política brasileira, dinâmica e autônoma, que buscava se adaptar às peculiaridades do país, em constante transformação, e dar

subsídios a um desenvolvimento econômico que poderia enfim emancipar a sociedade, Guerreiro ingressa na vida partidária, se filiando ao PTB.

É importante salientar que o ingresso na vida partidária não apresenta um desvio na trajetória de Guerreiro Ramos. Pelo contrário, como nos mostram Azevêdo e Albernaz, “o seu adentramento na vida político-partidária foi justificado por ele em razão de seus propósitos intelectuais, antes que puramente políticos” (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2005, p. 5). Nesse sentido, há uma entrevista dada à época ao Diário da Tarde, citada no trabalho desses autores:

Nesses últimos anos, atingi o máximo de consciência possível do processo brasileiro, dentro do quadro acadêmico de professor. Neste momento, tenho a impressão de que me encontro nas condições de um debutante. De alguém que tem de vencer a inércia psicológica de 30 anos de professor para, sob o imperativo de melhor servir à coletividade, dar-lhe uma cobertura científica e conceitual mais operosa e mais eficaz. Essa nova equação que venho de adotar está me impondo uma participação mais profunda no jogo político do país e nos dramas dos interesses econômicos [...] aceitei este posto partidário, entre outras coisas, porque estou convencido de que ele contribuirá para elevar o nível científico de minha produção sociológica (GUERREIRO RAMOS apud AZEVEDO; ALBERNAZ, 2005, p. 5).

Naquele momento, ele via-se, em seus próprios termos, disposto a se tornar um “sociólogo em mangas de camisa”. Assim, em 1962 foi candidato a deputado federal pelo PTB do então estado da Guanabara. Não obteve uma quantidade expressiva de votos, porém, suficiente para atingir a segunda suplência. Com o afastamento de Leonel Brizola da Câmara dos Deputados em agosto de 1963, Guerreiro Ramos assumiu a cadeira de deputado federal. Foi à tribuna 71 vezes, e apresentou cinco projetos de lei.

Versou sobre uma variada gama de assuntos, dos quais se destacam a defesa da reforma agrária, o papel e o significado da Organização das Nações Unidas (ONU) e o embate ideológico com a direita representada pela UDN e com a ala da esquerda representada pelo PCB. No período, o Brasil passava por um processo de democratização acelerada, com a ascensão do “povo” como categoria sociológica, que deveria ser transmitida ao plano político-institucional, como mencionado. Naquele momento, os partidos, como mostra Guerreiro, passavam por uma grave crise de representatividade. E é nessa crise que ele tenta influenciar no Congresso, muitas vezes em tom professoral, que não perde dos seus anos de magistério.

Ao analisar a atuação parlamentar de Guerreiro, percebemos que levou consigo sua teoria da sociedade brasileira para o Congresso, não se deixando dominar por uma política parlamentar vazia. Mostrou-se coerente com a missão do intelectual e da vanguarda política em operar as transformações necessárias ao desenvolvimento do país. Podemos verificar em sua atuação a influência das ideias que desenvolveu

Guerreiro Ramos nos aparece como um dos poucos exemplos de nossa sociedade que se posicionou como vanguarda no pensamento social, e, posteriormente, como vanguarda na práxis política. Talvez nisso esteja uma das razões do grande desinteresse em seus estudos nos dias de hoje

desde *A redução sociológica* até suas obras políticas mais maduras e recentes. Nesse intuito, afirmou em plenário:

Sr. presidente, faço estas considerações porque considero que estamos vivendo uma série de ineditismos nos dias que passam. E é necessário que convoquemos toda a nossa lucidez para compreender, na sua exata significação, o ineditismo dos dias que estamos vivendo. Um dos pontos preliminares, ou um dos pontos básicos, uma tese fundamental do discurso que ora iniciamos, é o de que os fatos que assinalam os dias que estamos vivendo mostraram que estamos no limiar de um período novo de nossa história econômica, social e política. E é necessário compreender de um modo global e configurado em que consistem as características fundamentais desse novo período, a fim de que possamos melhor conduzi-lo, a fim de que sejamos agentes ativos do processo histórico do Brasil e não nos tornemos matéria bruta dos acontecimentos, não vivamos de episódio em episódio sem a habilitação para conduzi-los segundo as linhas mestras desse período novo que na minha opinião se está iniciando neste momento. Podemos dizer que nestes últimos anos tem sido tão escassa a consciência histórica dos círculos dirigentes deste país, que quase se poderia afirmar que neste período teríamos tido mais história natural do que história política propriamente (BRASIL, 1963b, p. 8.321).

Entre os principais temas levantados em plenário, Guerreiro versou sobre reforma agrária, profissionalização do serviço público, greves, soberania nacional dos programas econômicos, situação da formação do mercado interno brasileiro, trabalho e crise política internacional, entre outros assuntos. Podemos ver que Guerreiro

ro, durante todo o breve momento em que foi deputado, esteve atento aos problemas nacionais, mesmo sem ignorar a conjuntura internacional, buscando dar subsídios à elevação do Brasil ao nível de potência democrática, a fim de melhorar a vida de seus cidadãos internamente e tornar o país relevante no jogo geopolítico mundial. Foi cassado com o golpe militar de 1964, perdendo seus direitos políticos e, posteriormente, sendo exilado nos EUA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tentou resgatar o pensamento político de Guerreiro Ramos, caminhando juntamente com a construção e desenvolvimento da formação de sua perspectiva teórica. O autor nos apareceu em constante desenvolvimento, sendo impossível uma leitura fragmentada de sua obra. Por observação do processo político, buscamos demonstrar como, no curto período em que esteve representando o estado da Guanabara na Câmara dos Deputados, manteve-se fiel a seu pensamento e incitou os parlamentares a pensar os problemas brasileiros em termos nacionais.

Em uma conjuntura extremamente complicada, que viria a culminar no golpe militar de 1º de abril de 1964, Guerreiro pode se classificar no que San Tiago Dantas chamou de “esquerda positiva”. E, se de um lado defendia as reformas de base como necessárias ao desenvolvimento nacional, de outro propunha sua feitura democraticamente, e não “na marra”. Por isso, acabou muitas vezes por se isolar de uma esquerda radicalizada e inconsequente, bem como de uma direita entreguista e não nacionalista. Esse isolamento político nos pareceu ser um combustível para que Guerreiro Ramos não desistisse da missão que enxergava para si. O cientista social e o político não deveriam trabalhar para o próprio deleite, ou distantes da realidade. Em um momento crucial da história brasileira, o primeiro era convidado a teorizar, e o segundo, a agir. Guerreiro Ramos nos aparece como um dos poucos exemplos de nossa sociedade que se posicionou como vanguarda no pensamento social, e, posteriormente, como vanguarda na *práxis* política. Talvez nisso esteja uma das razões do grande desinteresse em seus estudos nos dias de hoje.

* Mestre e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2541961101426785>>

E-mail: angeloremedioneto@iesp.uerj.br

► Texto recebido em 15 de maio de 2021; aprovado em 5 de julho de 2021.

AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Alberto Guerreiro Ramos, um deputado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=54&Itemid=171>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, n. 155, 12 out. 1963a. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT1963.pdf#page=59>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, n. 166, 29 out. 1963b. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26NOV1963.pdf#page=54>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, n. 172, 7 nov. 1963c. Suplemento. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07NOV1963SUP.pdf#page=9>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-363, maio-ago. 2012.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A crise do poder no Brasil**: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. **A redução sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995a.

_____. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**: prefácio para uma sociologia nacional. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995b.

_____. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, p. 27-45, jan.-abr. 2015.

MAIA, João Marcelo Ehlert. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 47-58, jan.-abr. 2015.

MOTTA, Luiz Eduardo. A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro nos anos 1960. **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 85-101, 2010.

Nacionalismo, terceiro-mundismo e violência política: John William Cooke e a formação do peronismo revolucionário

Nationalism, third-worldism and
political violence:
John William Cooke and the rising
of revolutionary Peronism

Luiz Eduardo Motta*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.010>



RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a obra de John William Cooke, político e pensador argentino, e uma das principais referências do peronismo de esquerda. Este trabalho terá como foco as seguintes questões tratadas por Cooke: o nacionalismo popular revolucionário, a ideologia e o movimento terceiro-mundistas, a formação do peronismo revolucionário e a práxis da violência política. Para isso, será feita uma leitura direta dos textos de Cooke e uma comparação das posições dele com a de outros pensadores e políticos que expressavam as lutas de libertação nacional do Terceiro Mundo, especialmente Frantz Fanon. Concluimos que a posição nacionalista revolucionária de Cooke formou uma ruptura no interior do peronismo ao colocar como centro do programa peronista o socialismo nacional, além de o peronismo representar na formação social argentina o principal movimento anticolonial vinculado às lutas do chamado Terceiro Mundo.

Palavras-chave: John William Cooke. Peronismo. Terceiro Mundo. Violência revolucionária. Fanon.

ABSTRACT

Argentine politician and thinker, and one of the main references of left Peronism. This work will focus on the following issues addressed by Cooke: popular revolutionary nationalism, ideology and third-world movement, the rising of revolutionary Peronism and the praxis of political violence. For that, a direct reading of Cooke's texts will be made, seeking a comparison between his positions and those of other thinkers and politicians who expressed the struggles for national liberation in the Third World, especially Frantz Fanon. We conclude that Cooke's revolutionary nationalist position formed a rupture within Peronism by placing a socialism with national character at the center of the Peronist program, in addition to representing, in Argentine social formation, the main anti-colonial movement linked to the struggles of so-called Third World.

Keywords: John William Cooke. Peronism. Third World. Revolutionary violence. Fanon.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a obra de John William Cooke, político e pensador argentino, e uma das principais referências do peronismo de esquerda. Formado em Direito, Cooke começou a sua militância no peronismo nos anos 1940 e tornou-se deputado pelo Partido Justicialista. Lecionou economia política na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires e, com o exílio de Perón em 1955 — destituído do poder por meio do golpe militar liderado pelo general Aramburu e o almirante Rojas —, tornou-se o principal representante da resistência peronista ao governo militar. Com a emergência da Revolução Cubana, em 1959, Cooke deu uma guinada à esquerda revolucionária de corte nacionalista e terceiro-mundista, começou a constituir as bases teórico-políticas do peronismo revolucionário em seus escritos e obteve grande impacto nos anos 1960 sobre a juventude argentina que ingressou nas organizações armadas peronistas no final dos anos 1960 e na década de 1970. Este trabalho terá como foco as seguintes questões tratadas por Cooke, bem como a articulação dessas problemáticas na sua obra: o nacionalismo popular revolucionário, a ideologia e o movimento terceiro-mundistas, a formação do peronismo revolucionário e a práxis da violência política. A ênfase será nos seus textos da década de 1960, em que Cooke radicalizou o seu pensamento na defesa da revolução de libertação nacional — como via para o socialismo — e do primado da violência revolucionária na prática política. Esses elementos indicam que a posição de Cooke ia ao encontro da perspectiva de ruptura revolucionária de caráter nacionalista e terceiro-mundista que esteve presente na obra de outros intelectuais — e dirigentes políticos — cujas propostas convergiam à de Cooke, como Fanon, Cabral e Nkrumah.

2. A IDEOLOGIA NACIONALISTA POPULAR REVOLUCIONÁRIA

O nacionalismo como expressão ideológica não tem uma definição conceitual consensual nas ciências sociais, haja vista que há no termo tanto uma conotação positiva, que identificaria um movimento político de resistência anticolonial ou anti-imperialista, como negativa, ao designar uma ideologia que embotaria a consciência da classe trabalhadora e, conseqüentemente, dos movimentos organizados. Esta segunda posição foi marcante na produção intelectual paulista dos anos 1960 e 1970. Francisco Weffort, em *O populismo na política brasileira*, afirmava peremptoriamente que “não há dúvidas que o nacionalismo obscureceu gravemente o sentido de classe da emergência política das massas, a formação do proletariado no bojo do desenvolvimento capitalista” (WEFFORT, 1986, p. 39). Mais adiante, Weffort apontava uma concepção estatista (o Estado como principal elemento aglutinador e principal agente transformador) na ideologia nacionalista, não obstante esta se apresentar como uma ideologia que traduzia os “interesses gerais de todo o povo” (WEFFORT, 1986, p. 40). Como efeito disso, além de obstaculizar a formação de organizações partidárias

No caso de uma classe dominante (ou de frações dominantes), ao interpelar as classes dominadas, ela absorve parcialmente e neutraliza os conteúdos ideológicos por meio dos quais se expressa a resistência à dominação

dos próprios trabalhadores, o Estado nacionalista, ao ser visto como a encarnação da representação geral, obscureceria o seu papel de instrumento de dominação (WEFFORT, 1986, p. 42-43).

Seguindo os passos de Weffort, Maria Sylvia Carvalho Franco, em sua crítica aos intelectuais do Iseb — especialmente ao livro de Álvaro Vieira Pinto *Consciência e realidade nacional* —, assinalava que a ideologia nacionalista liquidava a luta de classes e promovia a burguesia nacional como protagonista do processo de mudanças na formação social brasileira:

a liquidação da luta de classes e a afirmação da unidade nacional são, ao mesmo tempo, a defesa da classe produtora autenticamente brasileira, portadora do progresso. [...] Mais uma vez se viram de cabeça para baixo os agentes da luta nacional: os interesses da burguesia passam a ser defendidos pelo proletário, e a isto — realizar fins alheios — que se costuma conceituar de alienação, A. Vieira Pinto batiza do contrário, chama libertação (FRANCO, 1978, p. 178-179).

Para essa leitura “uspiana”¹, o nacionalismo é uma ideologia que tem uma finalidade específica em relação à classe trabalhadora, qual seja, ser um dique de contenção à sua própria consciência, que essencialmente é revolucionária e transformadora. A ideologia nacionalista dilui as contradições e antagonismos entre as classes dominantes e dominadas, e funciona em última instância a favor dos interesses dos setores dominantes (o bloco no poder)², já que atende a seu projeto de desenvolvi-

1 Paradigmáticos dessa perspectiva anti-isebiana e antinacionalista são os livros de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, e de Caio Navarro de Toledo, *Iseb: fábrica de ideologias*. É importante ressaltar que a posição de Caio Navarro de Toledo mudou posteriormente, em seu livro publicado em 2005, *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Uma posição oposta a essa perspectiva sobre a problemática do nacionalismo no Brasil, vemos em Ferreira e Reis (2007).

2 Tomamos aqui como referência esse conceito de Nicos Poulantzas. O bloco no poder é a articulação das distintas frações de classes, sob a hegemonia de uma das frações, e forma uma unidade contraditória nessa condensação de relações de força dentro e fora do Estado. Veja Poulantzas (2019).

mento infraestrutural e de manutenção do poder, tendo o Estado como mola propulsora da reprodução dessa ideologia neutralizadora no seio da classe trabalhadora.

Já Laclau tem uma posição completamente distinta dessa perspectiva formulada por Weffort e Carvalho Franco. Se, para estes, a ideologia nacionalista tem um conteúdo de classe fixo (os interesses burgueses), para Laclau a ideologia nacionalista é uma forma desprovida de conteúdo. Segundo Laclau, o nacionalismo considerado em si mesmo está desprovido de uma conotação classista. O nacionalismo pode ser a plataforma de um projeto de expansão burguesa num espaço geográfico, a exemplo dos EUA ou da Alemanha. Mas também pode ser a base de um programa anti-imperialista e de libertação nacional, a exemplo da Revolução Chinesa de 1949, ou das lutas anticoloniais africanas. O caráter de classe de um discurso ideológico se revela em seu princípio articulatório específico (LACLAU, 1979, p. 166)³. Como questiona Laclau:

Será que o nacionalismo se refere a conteúdos tão diversos que não seja possível identificar um elemento comum de sentido em todos eles? Ou talvez ocorra que certos núcleos comuns de sentido estejam conotativamente ligados a campos ideológico-articulatórios distintos? Se aceitarmos a primeira solução, teríamos que concluir que a luta ideológica enquanto tal é impossível, uma vez que as classes só podem competir em nível ideológico caso exista um marco comum de sentido compartilhado por todas as forças em luta. É justamente esse *background* de significados compartilhados que permite aos discursos antagônicos estabelecerem suas diferenças. Os discursos *políticos* das diversas classes, por exemplo, consistem em esforços articulatórios antagônicos, em que cada classe se apresenta como a autêntica representante do “povo”, “do interesse nacional” etc. Se, por conseguinte, aceitarmos a segunda solução — que consideramos correta — será preciso concluir que *as classes existem nos níveis ideológico e político, sob a forma da articulação, e não da redução* (LACLAU, 1979, p. 167, grifos originais).

Isso significa que uma interpelação discursiva — a prática ideológica — de uma classe hegemônica ultrapassa os seus limites ao articular em suas interpelações elementos não classistas, ou que sejam oriundos de outras classes. Esse processo “interpelatório” não se dirige apenas aos membros dessa classe dominante, mas também aos membros das classes dominadas. No caso de uma classe dominante (ou de frações dominantes), ao interpelar as classes dominadas, ela absorve parcialmente e neutraliza os conteúdos ideológicos por meio dos quais se expressa a resistência à dominação. O método através do qual se realiza esse processo é o de eliminar o antagonismo e transformá-lo em uma simples diferença. A ideologia dominante de uma classe se dá na sua capacidade de articular elementos ideológicos de outras classes de forma tal

3 Neste artigo me ateno à fase inicial da obra de Laclau e sua contribuição para o conceito de populismo, que teve como marca a influência da obra de Louis Althusser, especialmente no uso dos conceitos de sobre-determinação e de ideologia como prática materializada por uma relação especular e “interpelatória”.



latinta.com.ar

John William Cooke

que seu antagonismo seja neutralizado. A ideologia dominante não se define por um reducionismo classista, mas sim pela sua capacidade de absorção de outros elementos ideológicos que — mesmo que contraditórios — são neutralizados em sua absorção. No caso das classes dominadas, ao constituírem um projeto político de ruptura, a interpelação ideológica também não se reduz a um conteúdo classista, mas inclui a absorção de diversos elementos não classistas, e, inversamente em relação à ideologia das classes dominantes, o seu princípio articulatório visa não à neutralidade das contradições, mas à acentuação do antagonismo desses elementos ideológicos diversificados em face do bloco no poder.

A ideologia nacionalista, portanto, não é redutível a uma classe social, e tampouco tem como função impermeabilizar as contradições de classe. Daí, podemos identificar distintos tipos de nacionalismo, um de conteúdo conservador e outro de conteúdo revolucionário. Um nacionalismo de classes dominantes e outro de classes dominadas. E é a este último tipo de nacionalismo que John William Cooke se filia.

A trajetória política de Cooke se iniciou no movimento estudantil, na Faculdade de Direito da Universidade Nacional de La Plata⁴, no início dos anos 1940. Inicialmente seu interesse político e intelectual era o liberalismo inglês, e sua admiração se voltava para Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento. A sua guinada ao nacionalismo começa na universidade e culmina com a ascensão de Perón, em 1946. Nesse mesmo ano é eleito, aos 25 anos, deputado para o período de 1946 a 1952. Nessa fase, que se estende até meados dos anos 1950, o nacionalismo de Cooke é marcadamente influenciado por Keynes, pela defesa de um forte intervencionismo estatal para redimir as desigualdades sociais promovidas pelo mercado⁵. Para ele, o Estado devia fazer frente aos monopólios e garantir níveis de vida digna aos trabalhadores (FEINMANN, 2006, p. 68). Mas a derrocada de Perón em 1955 começou a levar Cooke a radicalizar cada vez mais as suas posições nacionalistas, e, com o sucesso da Revolução Cubana, em 1959, e sua aproximação com Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, o seu nacionalismo originalmente de corte keynesiano sofreu uma reviravolta ao incor-

4 Cooke nasceu em La Plata em 1919 e faleceu em Buenos Aires em 1968.

5 Essa fase keynesiana e desenvolvimentista de Cooke, precedente à sua fase de nacionalismo revolucionário — ou socialismo nacional —, pode ser constatada em seus discursos parlamentares (COOKE, 2007).

porar o pensamento marxista, ao qual já vinha dedicando seus estudos mesmo antes de sua ida a Cuba em 1960. Para Cooke, o nacionalismo não se restringia mais ao controle dos monopólios e à distribuição de renda, mas, como bandeira anti-imperialista, passava a incluir a defesa da “terceira posição” (que incorpora as lutas do Terceiro Mundo), e a ser considerada o caminho para o socialismo. É nesse contexto da virada dos anos 1950 para a década de 1960 que Cooke começa a advogar pelo “socialismo nacional”⁶, ou nacionalismo popular revolucionário⁷. Nessa empreitada da construção do peronismo de esquerda, ou peronismo socialista, somaram-se a Cooke outros intelectuais oriundos do marxismo que aderiram ao peronismo ainda no primeiro governo Perón, como Juan Hernández Arregui, Jorge Abelardo Ramos e Rodolfo Puiggrós, e juntamente com Cooke criaram as bases teóricas da “esquerda nacional”. Esse conjunto de intelectuais não somente internalizou, mas também radicalizou as premissas anti-imperialistas estabelecidas por Ugarte (2010) no início do século XX.

O cerne da obra de Cooke foi produzido durante a década de 1960 e comporta a obra *Informe a las bases* (ou *Peronismo y revolución*), publicado em 1966, e dois livros póstumos, publicados no início dos anos 1970: *La lucha por la liberación nacional* (composto de palestras realizadas em 1959, 1964 e 1967) e *Apuntes para la militancia* (textos escritos entre 1964 e 1965), ambos organizados pela viúva de Cooke, Alicia Eguren⁸. Somam-se a esses trabalhos dezenas de artigos, cartas, discursos e entrevistas realizados entre 1946 e 1967, além da vasta correspondência com Perón, de 1956 a 1966. Esses textos de Cooke são intervenções diretas naquela conjuntura política da formação social argentina: a proscrição do peronismo desde 1955 e a derrocada da resistência pe-

6 Sobre o socialismo nacional na Argentina, veja Galasso (2010).

7 Um bom exemplo de definição da ideologia nacionalista popular revolucionária é a do dirigente montonero Mario Eduardo Firmenich em depoimento ao jornalista Fernando de Moraes publicado na revista *Status*, em janeiro de 1981. Firmenich critica a posição de certos setores da esquerda argentina que afirmavam que toda aliança entre o proletariado e setores burgueses seria necessariamente um tipo de “bonapartismo”, e que todo processo nacionalista seria fascista. De acordo com o líder montonero: “a meu ver, existe uma política correta para a revolução antioligárquica e anti-imperialista, que é o nacionalismo popular revolucionário, que não é o nacionalismo das oligarquias patrioteiras. O peronismo encarna esse processo e é a forma particular que adquire, em nosso país, o nacionalismo popular revolucionário a partir de meados da década de 40. E o que é isso? É, simplesmente, uma aliança do proletariado com os camponeses e com as frações do empresariado nacional e da pequena e média burguesia, contra a aliança oligárquico-imperialista, num processo de consolidação da independência nacional em trânsito para o socialismo.” (FIRMENICH, 1981, p. 61) Essa identificação com o nacionalismo popular revolucionário não foi exclusiva dos Montoneros, pois outros grupos armados também se enquadravam nessa ideologia. Na Colômbia, o Movimento 19 de Abril (M-19), que era a dissidência estudantil e da ala esquerda da Aliança Nacional Popular (Anapo), reivindicava essa ideologia. A Frente Sandinista Nacional também expressava essa ideologia, além de recorrer às lutas de tradição popular da Nicarágua, tais como as protagonizadas por Sandino, que não era comunista, mas sim um nacionalista anti-imperialista. No Brasil, quem melhor expressou essa ideologia foi o brizolismo, que, enquanto movimento, foi incorporado a diversas organizações armadas, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o Movimento Armado Revolucionário (MAR), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sobre o populismo e o nacionalismo de esquerda no Brasil, veja Ferreira (2017) e Ferreira e Reis (2007).

8 O volume V (2011) das obras completas de John William Cooke, intitulado *Peronismo y revolución*, é composto das seguintes obras: *Peronismo y revolución*; *El peronismo y el golpe de Estado*; *Informe a las bases* (mais conhecido pelo título *Informe a las bases*), *La lucha por la liberación nacional* e *Apuntes para la militancia: peronismo crítico*.

ronista; a fragilidade e ingovernabilidade dos governos Frondizi e Illia; a emergência da ditadura militar de Onganía, em 1966, e a luta interna no peronismo. Esse conflito interno se deu entre a direita peronista representada pela burocracia sindical de Vandor (que se aproximou do governo de Onganía e era defensor da máxima “Peronismo sem Perón”) e a esquerda peronista defensora do socialismo nacional, que ganhou adeptos na juventude argentina, boa parte dela oriunda das organizações cristãs de direita, como a *Tacuara*, que migraram para o campo da esquerda com a ascensão do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo, identificados com a teologia da libertação. A ideologia nacionalista revolucionária apregoada por Cooke tinha como eixos o anti-imperialismo, o anticolonialismo (Cooke definia a Argentina como uma semicolônia), a posição terceiro-mundista e a violência revolucionária (a luta armada) como primado da prática política. Seu pensamento, mais do que o dos outros intelectuais argentinos do peronismo de esquerda, foi o fundamento teórico e político para as organizações armadas peronistas de esquerda que marcaram o cenário político argentino na virada dos anos 1960 para 1970, como as Forças Armadas Peronistas (FAP), as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e, sobretudo, os Montoneros⁹.

Em seus textos, Cooke diferenciava o que seria o verdadeiro nacionalismo (de corte revolucionário) em relação ao falso nacionalismo de direita, que se apegava aos valores simbólicos da pátria, ao hino nacional, mas na prática atendia aos interesses dos setores oligárquicos e se submetia a uma agenda imperialista ditada pelas formações sociais capitalistas desenvolvidas¹⁰. Como afirma Cooke em *Informe a las bases*:

No momento em que sofremos a mais aberta, total e ilimitada dominação imperialista de toda a nossa história, só se pode considerar “nacionalista” uma política que lute contra o imperialismo. E, pelo que temos relatado, a burguesia não é nem pode ser anti-imperialista [...] o peronismo era um nacionalismo democrático burguês, popular, obreirista, e contrariava as ideias autoritárias, paternalistas, de respeito pelas “hierarquias” que tinha o nacionalismo de direita (COOKE, 2011, p. 58, tradução nossa).

O elemento central da ideologia nacionalista no discurso de Cooke, em sua demarcação com o nacionalismo presente no peronismo de direita, vem a ser a atribuição à classe trabalhadora do papel central na condução desse projeto nacional. Se o nacionalismo da direita peronista centralizava na figura da liderança de Perón a construção do projeto nacional de cima para baixo, Cooke inverteu o papel construtor

9 Como observa Goldar, Cooke criou uma tendência no peronismo que se definia como antiburocrática, socialista, profundamente nacional e fraterna com as lutas de libertação nacional: “atualizou o peronismo, de acordo com a realidade a ser modificada, e a tendência revolucionária cresce apoiada em seu pensamento e nas formas de luta de sua vida, com efeito multiplicador e irreversível” (GOLDAR, 2004, p. 11, tradução nossa).

10 “O nacionalismo, plasmador das nações europeias do século XIX, a compasso com o desenvolvimento do capitalismo, deu lugar a outro nacionalismo. Um nacionalismo que rechaça as agressões do nacionalismo imperial. É o nacionalismo dos povos coloniais. Um nacionalismo que nasce dos povos e de suas tradições enterradas pelas oligarquias aliadas à Europa. Só se constrói a nação sobre o passado.” (ARREGUI, 1973, p. 20-21)



John William Cooke (dir.) ao lado do presidente argentino Juan Domingo Perón, que o nomeou procurador do Movimento Nacional Justicialista

desse projeto, pois a liderança de Perón sobre o movimento nacionalista de caráter transformador só se sustentaria com a liderança da classe trabalhadora. Em *La lucha por liberación nacional*, o autor observa que “não há política senão sob a condução da classe trabalhadora, e que mobilize a vontade nacional por trás do empreendimento revolucionário de mudar a ordem social existente e assegurar suas bases materiais mediante o desenvolvimento independente” (COOKE, 2011, p. 206, tradução nossa).

3. PERONISMO REVOLUCIONÁRIO E TERCEIRO-MUNDISMO

O nacionalismo popular revolucionário associado por Cooke ao peronismo não era insulado, já que se somava a outros movimentos de libertação nacional em andamento nas colônias e semicolônias das formações sociais dependentes. Essa ideologia nacionalista tinha um teor anti-imperialista e anticolonial de configuração reativa à dependência econômica, política e cultural, e expressava a hora e a vez do Terceiro Mundo no cenário internacional no contexto político dos anos 1960, *vide* o processo revolucionário anticolonial que se propagou a partir da Revolução Chinesa, de 1949, da Revolução Cubana, em 1959, e da Revolução Argelina, em 1962, além da resistência vietnamita e de outras lutas que vinham sendo travadas na África e na América Latina. Numa passagem de *La lucha por liberación nacional*, Cooke afirma: “A pátria é o sentido do futuro, é a possibilidade nos construirmos como nação, como parte da revolução latino-americana, como parte da frente revolucionária mundial.” (COOKE, 2011, p. 219, tradução nossa)

Convergentes às ideias de Cooke, no mesmo contexto, são as posições nacionalistas de Guerreiro Ramos¹¹. Tanto Cooke como Guerreiro Ramos não definem o

11 Sobre o nacionalismo popular revolucionário em Guerreiro Ramos, veja Motta (2010).

Esse nacionalismo radical popular presente em Cooke e Guerreiro Ramos se estendia a outros intelectuais porta-vozes das lutas anticoloniais, como Fanon e Amílcar Cabral

nacionalismo como um fim em si, mas como meio para se alcançar a soberania nacional — política, econômica e cultural — e o socialismo (neste caso, mais explícito em Cooke). Guerreiro Ramos também não dissociava o nacionalismo popular da luta de classes, como podemos ver em sua crítica a Álvaro Vieira Pinto em seu livro *Mito e verdade sobre a revolução brasileira*: “Para a classe operária, a união nacional contra o imperialismo é uma união com a luta de classes. Somente para o nacionalismo burguês é concebível tal união nacional sem luta de classes.” (GUERREIRO RAMOS, 2016, p. 280) E as lutas de libertação nacional eram — para Guerreiro Ramos — a expressão máxima de resistência ao imperialismo no Terceiro Mundo, o que lhes dava um caráter internacional. O nacionalismo como um meio de superação do subdesenvolvimento e da dependência. Como afirma Guerreiro Ramos,

o nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial. [...] O nacionalismo é reivindicação essencial que fazem hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania. [...] O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos. Somente se organizando como personalidades nacionais podem ingressar no nível da universalidade e da civilização. O nacionalismo não é fim. É meio. Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional (GUERREIRO RAMOS, 1960, p. 226).

Esse nacionalismo radical popular presente em Cooke e Guerreiro Ramos se estendia a outros intelectuais porta-vozes das lutas anticoloniais, como Fanon e Amílcar Cabral¹². Era a emergência da ideologia terceiro-mundista que tanto faria frente

12 Essa articulação do nacionalismo com o marxismo não se restringiu às formações sociais do Terceiro Mundo ou a espaços com unidade estatal, durante os anos 1960 e 1970. Paradigmática do último caso foi a resistência palestina no Oriente Médio, em que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) abarcava diversos grupos marxistas nacionalistas, como a Frente Popular para a Libertação da Palestina, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina e o Partido Popular da Palestina. Do primeiro caso, temos como exemplos a organização canadense Frente de Libertação do Quebec, o Exército Republicano Irlandês Oficial e o Exército Republicano Irlandês Provisório, na Irlanda, e o ETA, que aderiu ao marxismo em 1963, na Espanha.

ao sistema capitalista e colonial como também constituiria uma alternativa política ao “socialismo real” do Leste Europeu. China e Cuba, embora estivessem sob a liderança de partidos comunistas, proclamavam pertencer ao Terceiro Mundo. O mesmo farão a Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (FNL), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Mas a grande referência, naquele contexto, de um socialismo sem base marxista vai ser a Frente de Libertação Nacional (FLN), que liderou a Revolução Argelina e iniciou um socialismo de base nacionalista e islâmica.

A categoria *Terceiro Mundo* foi criada por Alfred Sauvy num artigo publicado na revista *L'Observateur* em 1952 para diferenciar um grupo de países não alinhados ao bloco capitalista liderado pelos EUA nem ao bloco socialista liderado pela URSS, durante o período da Guerra Fria¹³. De acordo com a definição de Samir Amin:

A Segunda Guerra Mundial inaugura uma nova etapa no sistema planetário. O progresso do pós-guerra (1945-1970) se baseou na complementaridade dos três projetos societários da época, a saber: 1) no Ocidente, o projeto do Estado de bem-estar ou providência da democracia social nacional, que assenta sua ação na eficácia dos sistemas produtivos nacionais interdependentes; 2) o “projeto de Bandung” de construção nacional burguesa na periferia do sistema (a ideologia do desenvolvimento); 3) finalmente, o projeto soviético de um “capitalismo sem capitalistas”, relativamente autônomo a respeito do sistema mundial dominante (AMIN apud RECALDE, 2009, p. 166, tradução nossa).

Acrescenta-se a essas observações de Amin a formação do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), em 1961, que foi um desdobramento do encontro de Bandung em 1955, e teve como principais lideranças Jawaharlal Nehru, Gamal Abdel Nasser, Sukarno, Josip Broz Tito e Chu En-Lai. É nesse espaço institucional que a ideologia terceiro-mundista se alastrou para os países periféricos. O Terceiro Mundo não se configurou enquanto uma instituição, ao contrário do Movimento dos Países Não Alinhados, mas sim como uma ideologia presente nos movimentos de libertação nacional na África, América do Sul, Ásia e mesmo nos EUA, por meio dos Panteras Negras¹⁴.

13 A posição do Partido Comunista Chinês era distinta quanto à definição da noção de Terceiro Mundo, já que incluía no Primeiro Mundo as duas superpotências, e no Segundo Mundo os países desenvolvidos. Em seu discurso proferido na ONU em 10 de abril de 1974, Deng Xiaoping assim definia essa divisão no mundo: “A julgar pelas mudanças nas relações internacionais, o mundo de hoje na verdade consiste em três partes, ou três mundos, que estão ao mesmo tempo interconectados e em contradição um com o outro. Os Estados Unidos e a União Soviética constituem o Primeiro Mundo. Os países em desenvolvimento da Ásia, África, América Latina e outras regiões constituem o Terceiro Mundo. Os países desenvolvidos, entre os dois [blocos], formam o Segundo Mundo (DENG, 1974, tradução nossa).

14 Para os Panteras Negras o Terceiro Mundo se encontrava, na formação social estadunidense, representado pelos negros, latinos e asiáticos: “O povo negro nos EUA é um povo colonizado em todos os sentidos do termo e a América branca é uma força imperialista organizada que mantém o povo negro sob as amarras coloniais [...] o que precisamos é de uma revolução na metrópole branca e a libertação nacional para a colônia negra.” (PANTERAS NEGRAS, 2017, p. 48)

O terceiro-mundismo¹⁵ é o elemento agregador na ideologia nacionalista, e nessa articulação fundamenta-se o conteúdo de caráter revolucionário do discurso nacionalista que, no caso do peronismo, dará o tom ao socialismo nacional dos anos 1960 e 1970.

Fanon foi certamente a maior expressão intelectual que encarnou a ideologia terceiro-mundista em um movimento alternativo ao bloco capitalista e ao bloco socialista, não obstante ele demarcar estrategicamente a necessidade da aproximação política do Terceiro Mundo com as formações sociais socialistas no período pós-colonial. Em sua máxima — e derradeira — obra, *Os condenados da Terra*, Fanon demarca claramente essa posição terceiro-mundista e sua aproximação com a perspectiva socialista, ainda que, segundo ele, essas novas formações sociais não deveriam ficar atreladas a um dos dois blocos em disputa, mas sim buscar a construção de um novo socialismo:

Geralmente, pensava-se que era chegada a hora, para o mundo e singularmente para o Terceiro Mundo, de escolher entre o sistema capitalista e o sistema socialista. Os países subdesenvolvidos, que utilizaram a competição feroz que existe entre os dois sistemas para garantir o triunfo de sua luta de libertação nacional, devem, entretanto, recusar instalarem-se nessa competição. O Terceiro Mundo não deve se contentar em definir-se em relação a valores que o precederam. Os países subdesenvolvidos, ao contrário, devem esforçar-se para criar valores que lhes sejam próprios, métodos, um estilo que lhes sejam específicos. [...] A exploração capitalista, os trustes e monopólios são os inimigos dos países subdesenvolvidos. Em contrapartida, a escolha de um regime socialista, de um regime inteiramente voltado para o conjunto do povo, baseado no princípio de que o homem é o bem mais precioso, nos permitirá ir mais longe, mais harmoniosamente, tornando assim impossível essa caricatura de sociedade em que alguns detêm o conjunto dos poderes econômicos e políticos, em detrimento da totalidade social (FANON, 2006, p. 119).

Hernández Arregui foi o intelectual da corrente do socialismo nacional que mais enfatizou a noção de Terceiro Mundo no movimento peronista¹⁶. Em *Peronismo y socialismo*, ele afirma:

Não há um Terceiro Mundo incomunicável com os blocos capitalista e socialista. [...] Os países coloniais não escapam da influência do capitalismo e

15 Não havia um consenso absoluto sobre a noção de Terceiro Mundo entre as lideranças africanas, entre elas o dirigente marxista e pan-africanista de Gana Kwame Nkrumah. Embora reconheça que os países do Terceiro Mundo tornaram-se os “pontos quentes” da revolução mundial, Nkrumah discordava da homogeneidade que a noção de Terceiro Mundo conferia a essas distintas formações sociais: “o conceito de Terceiro Mundo é ilusório. Na verdade, está em grande parte dependente do imperialismo. A luta contra o imperialismo tem lugar no interior e exterior do mundo imperialista: trata-se de uma luta entre o socialismo e o capitalismo, e não entre um chamado Terceiro Mundo e o imperialismo. O eixo do problema é a luta de classes. Além disso, é impossível edificar o socialismo no mundo em vias de desenvolvimento isoladamente do sistema socialista mundial.” (NKRUMAH, 2016, p. 91-92) Posição semelhante à de Nkrumah em relação à fragilidade do conceito de Terceiro Mundo, na medida em que este abarcaria distintas formações sociais e composições políticas antagônicas, é a de Debray (1977).

16 Sobre o impacto do terceiro-mundismo na intelectualidade argentina, veja o artigo de Albuquerque (2013).

do socialismo. Do mesmo modo que as nações capitalistas e socialistas não podem desligar-se do círculo colonial. [...] O conceito de *Terceiro Mundo*, útil e até necessário para individualizarmos genericamente, interpretado de uma maneira interessada, pode servir às concepções mais reacionárias, que, com o pretexto do “terceiro-mundismo”, o que em rigor propõem em benefício do imperialismo é excluir esses povos, mediante as chamadas “fronteiras ideológicas”, do contexto internacional. O critério deve ser inverso. E por Terceiro Mundo deve entender-se uma categoria histórica que outorga plena vigência aos povos coloniais e os converte em carta decisiva na resolução do problema mundial (ARREGUI, 1973, p. 11, tradução nossa).

Vemos que, tanto no discurso de Fanon como no de Arregui, o Terceiro Mundo não era um ator neutro e indiferente quanto à Guerra Fria, entre os EUA e a URSS. A despeito de suas diferentes características e projetos autônomos quanto à luta anticolonial e anti-imperialista (sem falar na heterogeneidade entre essas formações sociais), o Terceiro Mundo era o palco central desse conflito, e exerceu um papel fundamental no jogo das relações do confronto político, econômico e ideológico entre esses dois blocos.

Cooke, distintamente de Arregui, optou por usar o termo *terceira posição*, que foi edificado por Perón no início da Guerra Fria, no final dos anos 1940. Até a primeira metade dos anos 1950 — antes do golpe de 1955 —, a terceira posição defendida por Cooke, não obstante ele ter um caráter latino-americanista e adotar uma intransigente oposição ao imperialismo estadunidense, não pactuava com o bloco socialista. Acusava também a URSS por sua posição imperialista, além de fazer uma acirrada crítica a uma “infiltração comunista” nos sindicatos (MAZZEO, 2005, p. 50). Contudo, depois da queda de Perón, sua posição política cada vez mais se radicalizou, seja na crítica que já vinha desferindo à burocracia sindical, seja na esquerdização de seu nacionalismo, que ficará ainda mais acentuado a partir da Revolução Cubana de 1959. O nacionalismo defendido por Cooke não é mais o veículo para o desenvolvimento industrial, mas sim a via argentina para o socialismo, além de ter incorporado a teoria marxista em seu discurso e nas suas análises de conjuntura. E a terceira posição internalizava a perspectiva do terceiro-mundismo, que representava a luta de libertação nacional em confronto tanto com o imperialismo quanto com a oligarquia argentina, que estava articulada com os interesses imperialistas. O peronismo tornou-se sinônimo de socialismo nacional, e significava a expressão máxima argentina da luta de libertação nacional, somando-se a outras lutas que estavam sendo travadas no Terceiro Mundo¹⁷.

17 “As revoluções socialistas e as lutas de libertação mundial de 1950 e 1960 marcaram seu pensamento e a maneira de participar na estruturação do movimento de libertação. Dessa maneira, foi modificando sua leitura do peronismo, interpretando-o por uma ótica cada vez mais marcadamente classista.” (RECALDE, 2009, p. 216, tradução nossa) Para além da Revolução Cubana, a Revolução Argelina liderada pela FLN e a resistência vietnamita dirigida pela FNL foram marcantes nesse giro no pensamento de Cooke.



Os Montoneros foram uma organização guerrilheira argentina da esquerda marxista que se definia como peronista

Como afirmava Cooke em *Informe a las bases*: “o nacionalismo peronista é popular e anti-imperialista, solidário com os povos dos países oprimidos (COOKE, 2011, p. 79, tradução nossa)”. Noutra passagem Cooke destaca essa articulação do peronismo com as outras expressões do nacionalismo de esquerda latino-americano:

mas a luta anti-imperialista — que, digamos, é ao mesmo tempo a luta social — é “comunismo” ou “castrocomunismo” para um regime que não compreende que o castrismo, peronismo, brizolismo, caamañoismo etc. são as formas nacionais que toma um mesmo processo de dimensões latino-americanas e universais (COOKE, 2011, p. 156-157, tradução nossa).

Segundo Cooke, havia uma dialética entre o imperialismo e a oligarquia argentina, haja vista que, com a anulação da oligarquia argentina ou o rompimento com o imperialismo, esse elo de sustentação das relações de poder no interior da formação social argentina se dissolveria. Em *La lucha por la liberación nacional*, “a oligarquia nativa é um subproduto que somente será eliminado quando se liquidar a influência do imperialismo [...] o imperialismo que atua através da oligarquia nativa e das engrenagens políticas, econômicas e culturais, a seu serviço (COOKE, 2011, p. 176-177, tradução nossa)”¹⁸.

Como visto acima, Cooke optou, distintamente de Arregui, por não usar a categoria *Terceiro Mundo*, e sim *terceira posição*, que já estava presente nas raízes do

¹⁸ Essa posição de Cooke fica bem expressa na fala do dirigente dos Montoneros Mario Eduardo Firmenich: “Para nossa luta, entendemos que a contradição principal passava a ser ‘imperialismo versus nação’. Em outras palavras, o inimigo principal era a penetração do capital estrangeiro. Mas nós não compreendíamos ainda que o capital estrangeiro só pode ter o domínio monopolista de um país com o apoio de uma classe política nativa que sustente o poder político e se associe economicamente a ele. E essa classe nativa, na Argentina, é a oligarquia que, surgindo inicialmente como oligarquia latifundiária, cresce associada aos setores industriais e financeiros e a determinados capitais estrangeiros. É absolutamente impensável o domínio neocolonial do imperialismo sem uma oligarquia que o sustente — ou não seria neocolonialismo, mas colonialismo. Uma potência estrangeira pode ocupar militarmente e dominar um país quase sem apoio das forças nativas. O neocolonialismo necessita da oligarquia. Muitas vezes se disse — e nós mesmos o dissemos — que não existiria a oligarquia sem o apoio do imperialismo. E se isso é certo, então é certo também que não existiria o imperialismo sem o apoio da oligarquia. E das duas forças associadas, a mais débil é a oligarquia. O imperialismo pode até retirar-se de um país, e pode até negociar com um regime revolucionário. A oligarquia, não. [...] A oligarquia não pode ir embora, muito menos a oligarquia baseada na propriedade da terra. Até porque não há como levar terras para o estrangeiro.” (FIRMENICH, 1981, p. 64-65)

peronismo constituído no final dos anos 1940¹⁹. *Terceira posição* é, para Cooke, sinônimo de *Terceiro Mundo*, pois associava diretamente a ideologia terceiro-mundista ao projeto nacionalista do peronismo (ou socialismo nacional). Numa entrevista concedida em Havana para a revista *Che*, em agosto de 1961, comentou a polarização entre os blocos hegemônicos e criticou a posição da direita argentina, que tratava dessa questão de forma reducionista, pois teria de optar obrigatoriamente por um dos lados desse conflito:

A terceira posição é, precisamente, o contrário. Significa não ter compromissos com os blocos mundiais, estar em liberdade de tomar decisões mais convenientes aos interesses nacionais. Significa ter critério próprio para apreciar cada feito e cada atitude. [...] Em outras palavras, em cada momento e circunstância, nosso terceirismo consiste em opinar livremente, não nos somarmos ao coro dos que veem nos Estados Unidos a potência reinante. [...] O terceirismo foi uma forma de não sermos absorvidos pelo imperialismo ianque (COOKE, 2009, p. 85, tradução nossa)²⁰.

19 Perón, em seus últimos discursos e entrevistas, ressaltava essa associação do Terceiro Mundo com a terceira posição. No entanto, a sua noção de Terceiro Mundo era ampla, já que incluía todas as formações sociais, à exceção das duas potências, os EUA e a URSS. Numa entrevista em novembro de 1973 a um jornalista alemão ocidental, surpreendido com a definição dada por Perón sobre o Terceiro Mundo, por este incluir no conceito a Alemanha e a Europa, já que economicamente não seriam países caracterizados pela pobreza, Perón disse: “esse é o conceito econômico. O conceito político é que o Terceiro Mundo está composto pelos países que não estão sob o domínio do imperialismo estadunidense ou do imperialismo russo.” (PERÓN, 2009, p. 96, tradução nossa) Numa mensagem lida em Argel na Conferência dos Países Não Alinhados, em setembro de 1973, Perón associava a sua terceira posição com as bandeiras do Terceiro Mundo: “Frente a nós se levantam triunfantes o demoliberalismo e o coletivismo do marxismo dogmático internacional, alargando a sombra de suas alas imperialistas, ameaçando os povos do mundo que, angustiados, sofrem no silêncio da impotência a escravidão econômica da pressão imperialista ou, em seu padrão, o avanço ideológico reacionário sustentado pela pressão da força ou da violência. [...] Assim foi que nos decidimos por criar as novas bases de uma terceira posição, que nos permitiu oferecer a nosso povo outro caminho, que não o dirija à exploração e à miséria. [...] Toda a filosofia da terceira posição se encontra inscrita na doutrina justicialista e perfeitamente delineada em milhares de realizações da nossa etapa de governo, nas conquistas sociais, gremiais e culturais de um povo que soube manter destemida sua lealdade a esses princípios durante os 18 anos de cruenta luta, banhados com o sacrifício de muitos irmãos mortos, torturados e presos.” (PERÓN, 2009, p. 100-101, tradução nossa) Mais adiante, num discurso pronunciado em abril de 1974, a associação da terceira posição com o Terceiro Mundo é explicitada por Perón: “Há um Terceiro Mundo que não obedece nem a um nem a outro dos imperialismos dominantes, e esse Terceiro Mundo é grande. Recordo que em 1945 lancei pela primeira vez a ideia de um Terceiro Mundo, quer dizer, a terceira posição. Naquela época ‘não havia forno para os pães’, em virtude de que havia se finalizado a Segunda Guerra Mundial e os vencedores impunham condições. Mas se passaram mais de 25 anos, e hoje dois terços do mundo fazem sentir a sua voz numa entidade organizada, os imperialismos vão cair em si. Ninguém jamais se levantou contra o mundo inteiro, e esse deve ser o caminho que tenderemos a seguir.” (PERÓN, 2009, p. 126-127, tradução nossa)

20 Numa carta dirigida a Perón datada de 18 de outubro de 1962, Cooke dizia que a terceira posição retomava essa questão da não neutralidade da terceira posição em relação à luta anticolonial: “a terceira posição não é mais atitude de um país isolado e que não queira ser recrutado para a Guerra Fria. É a política de um núcleo de países que têm diferentes regimes político-sociais, mas problemas básicos comuns e coincidências fundamentais na posição internacional. Interpretam, ao mesmo tempo, os interesses de outras nações afro-asiáticas que têm menor liberdade de ação para determinar, ainda que tenham abandonado a condição colonial. Ademais, o tercerismo implica independência perante os blocos — capitalista e comunista —, mas não ‘equidistância’, porque a liberdade de decisão se traduz em posições consequentes de anti-imperialismo.” (COOKE, 2007, p. 564, tradução nossa)

Para Cooke, o peronismo seria uma ideologia/movimento que sintetizava o nacionalismo anti-imperialista, a oposição à oligarquia agrária e ao liberalismo e a incorporação das lutas de libertação nacional travadas no Terceiro Mundo. O peronismo, ou socialismo nacional, delimitaria uma oposição tenaz ao *bloco no poder* das classes dominantes, sobretudo da fração hegemônica que representava os interesses da oligarquia e do imperialismo. Entretanto, Cooke também traçaria outra linha de demarcação, mas desta vez interna ao próprio movimento peronista: tratava-se da direita peronista, representada pela burocracia sindical que se tornou, a partir do exílio de Perón em 1955, a principal referência e porta-voz desse movimento. E dessa burocracia sindical a principal expressão era Augusto Vandor, que nos anos 1960 lançou a palavra de ordem “Peronismo sem Perón”. Devido a sua capacidade de negociador, que se iniciou no final dos anos 1940, Vandor alçou o mais alto grau da liderança da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Desde o início dos anos 1960, Cooke já vinha construindo uma oposição à burocracia sindical, e a ruptura se consumou a partir da aproximação de Vandor com o governo do general Onganía, constituído depois do golpe de Estado contra o governo de Arturo Illia em 1966²¹. É com base nessa aproximação da ala vandorista com o governo militar que Cooke escreveu *Informe a las bases*, que se dirigia à militância peronista para denunciar a traição da burocracia sindical ao movimento.

Para Cooke, além de a burocracia sindical não ter apoiado os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo nem manifestado em nenhum momento qualquer solidariedade a Cuba, faltava a ela uma política de poder, já que sua atuação se restringia no máximo à política eleitoral (COOKE, 2011, p. 258). Para a burocracia sindical, a política se resumiria a puro “pragmatismo” e, conseqüentemente, ela era incapaz de liderar as massas. Segundo Cooke, em sua conferência dada em Córdoba em 1964, “o burocrata não serve como dirigente porque, em definitivo, não se considera parte da massa; atua por ela, talvez para ela, mas não com ela” (COOKE, 2009, p. 137, tradução nossa).

O peronismo, com efeito, é um significante com diversos e opostos significados²², e isso fica nítido no movimento peronista, com as palavras de ordem “*Perón, Evita, la patria peronista*” ou “*Perón, Evita, la patria socialista*”. Se para a burocracia sindical o peronismo se reduz à própria encarnação física e simbólica de Perón e a um projeto nacionalista, distributivista e pragmático, o qual resultou em acordos com o governo Onganía e também na aproximação com setores da direita nacionalista, para Cooke e a esquerda peronista o nacionalismo tem como objetivo a superação neocolonial e a materialização de um movimento de massas em direção ao socialismo nacional.

21 Sobre Perón e o peronismo, veja Protto (1988), Zanatta (2009), Pirro (2009) e Larraquy (2010).

22 Para Laclau (2011, p. 68), um significante pode ter ambigüidades: tanto uma sobredeterminação quanto uma subdeterminação de significados impediriam que estes fossem fixados plenamente. Porém, esse caráter flutuante do significante não faz dele vazio. E acrescento: o conjunto contraditório das interpelações da ideologia peronista resultou na constituição de diferentes sujeitos que se reconheciam no peronismo, ora graças à revitalização de um nacionalismo patriótico limitado ao combate das desigualdades por meio da distribuição de renda e políticas sociais, além da industrialização nacional, ora por conta da formação de uma política de massas condutora do processo revolucionário anti-imperialista e socialista.

Para Cooke (2001, p. 223), o peronismo “foi o mais alto nível de consciência a que chegou a classe trabalhadora argentina”²³. Mas o seu limite se encontrou na falta de uma teoria necessária para reajustar a visão desse movimento político e adequá-lo para as contradições presentes na conjuntura da década de 1960. Ao se referir às massas como sujeito protagonista no processo político argentino, Cooke compreende que o peronismo é um movimento policlassista (COOKE, 2009, p. 119) composto de diferentes frações de classes, não sendo redutível ao operariado urbano. Contudo, se o movimento é policlassista, a ideologia peronista não teria, a seu ver, um caráter plural, já que se trataria de um movimento aglutinador para a formação de um programa político nacionalista e popular em direção ao socialismo.

Cooke, num artigo publicado em 1966, estabeleceu uma linha de demarcação entre o que ele definiu como peronismo revolucionário e a sua antítese, a “burocracia peronista”:

O peronismo é, por sua composição social e por suas lutas, revolucionário por essência. [...] O que chamamos de “burocracia peronista” é, em síntese, uma camada dirigente que opera com os mesmos valores do inimigo, e é incapaz, portanto, de conduzir as bases à tomada de poder, sem o qual não há saída nem para as classes trabalhadoras nem para o país, pois já entramos numa etapa em que não há nacionalismo burguês, e em que a revolução social e de libertação nacional não são objetivos diferenciáveis, mas sim dois aspectos de um mesmo processo indivisível (COOKE, 2009, p. 245, tradução nossa).

Essa distinção com relação à direita peronista ainda inclui outro elemento: o emprego da violência revolucionária para a construção do socialismo nacional; veremos isso na seção seguinte.

4. A VIOLÊNCIA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA COMO PRÁXIS TRANSFORMADORA

A violência política como meio de alcançar um objetivo, no caso, realizar uma revolução de caráter nacional-popular e construir um Estado e uma sociedade revolucionários, esteve presente em diversas organizações políticas no século XX, e tal projeto encontrou o seu auge entre os anos 1950 e 1980, principalmente nas guerras de libertação nacional dos países do Terceiro Mundo²⁴. A problemática da violência política revolucionária foi um dos elementos centrais do pensamento de Cooke no final dos anos 1950, e se acentuou com a Revolução Cubana, de 1959, e a argelina, de 1962. Esse é um aspecto da sua obra que o diferencia de outros intelectuais peronistas de esquerda, como Arregui, Abelardo Ramos e Puiggrós, que não trataram dessa pro-

²³ Noutra passagem de *La lucha por la liberación nacional*, Cooke afirma que “Perón é o símbolo que congrega a resistência ao regime; Perón no país, ou perto do país, é um fator de desenvolvimento da consciência e da combatividade revolucionária das massas.” (COOKE, 2011, p. 214, tradução nossa)

²⁴ No Brasil, há poucos estudos sobre a problemática da violência revolucionária do ponto de vista teórico. Uma referência nesse tema é o livro de Saint-Pierre (2000).

blemática e também não advogaram esse meio como forma de o peronismo retomar o poder e iniciar o processo revolucionário.

Com a aproximação de Cooke ao pensamento marxista, nos anos 1950²⁵, a sua proposição de ruptura política pelo meio insurrecional tomou corpo. Ademais, a via violenta para a derrubada do regime instalado em 1955 (e depois em 1966, com a ascensão do general Onganía por meio de um golpe de Estado) indicava que a revolução também teria um programa socialista transformador. As posições de Cooke, portanto, iam ao encontro de outras lideranças políticas e intelectuais que advogavam a revolução socialista pela via insurrecional (numa oposição à posição pacifista do Partido Comunista da União Soviética — PCUS — em 1958, que veio a influenciar as diretrizes dos chamados partidos comunistas “oficiais”), como Mao Tsé-tung, Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara, Ho Chi Minh, Vo Giap, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah e Frantz Fanon.

A teoria marxista deu substância à prática política revolucionária dos autores listados acima, fossem ou não militantes de organizações comunistas²⁶. A problemática da violência política estava presente em Marx e Engels, distintamente do que apregoa Arendt (1994, p. 19) em sua tentativa de demarcar uma diferença entre Marx e Sartre. Embora Sartre, em seu prefácio ao livro de Fanon, enfatize o papel da violência nas ações humanas, tanto Marx como Engels entendiam que a violência presente no modo de produção capitalista por intermédio do Estado só poderia ser rompida através de uma revolução que derrubasse o Estado por ações violentas. Como afirmam Marx e Engels em *O manifesto do Partido Comunista*:

Ao traçarmos as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos de perto a guerra civil mais ou menos oculta no seio da sociedade burguesa vigente até o ponto em que estala abertamente uma revolução e o proletariado, pela derrubada violenta da burguesia, lança os fundamentos do seu próprio domínio (MARX; ENGELS, 1982, p. 117)²⁷.

O marxismo está inserido na tradição maquiaveliana do realismo político, que reconhece a violência estar inserida na prática política. Como observa Maquiavel

25 A aproximação de Cooke à obra de Marx aplica-se, sobretudo, aos textos do jovem Marx, nos quais há uma centralidade das categorias homem e alienação. Esse é um aspecto que o aproxima bastante de autores isebianos como Vieira Pinto, que também centrava suas análises sobre a questão nacional nas categorias homem e alienação.

26 Fanon nunca militou numa organização comunista, e a FLN da Argélia, ainda que defendesse um programa socialista, nunca teve como referência a teoria marxista. A sua aproximação com o marxismo foi por meio da obra de Sartre. Fidel, em 1959, se reivindicava um nacionalista revolucionário e anti-imperialista, e sua aproximação com o marxismo veio em 1961; a fundação do Partido Comunista de Cuba (que congregou as várias organizações socialistas e comunistas pretéritas à revolução de 1959) foi em 3 de outubro de 1965. Já Ernesto Guevara, ainda que fosse marxista antes de se aproximar de Fidel, nunca militara no Partido Comunista da Argentina, e nutria certa simpatia pelo peronismo.

27 Marx reconhece que a violência tem um papel decisivo no processo de transformação da história: “Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova.” (MARX, 2013, p. 821)

O pensamento de Cooke se insere nessa premissa, pois a violência não pode ser indiscriminada, e tampouco praticada sem uma base teórica. Nesse aspecto, Cooke vê tanto limites na burocracia peronista, por seu pacifismo pragmático, como também naqueles que recorrem à violência sem um programa sólido

(1981), a política é a soma da *virtù* e da fortuna, e a *virtù* não somente exige a habilidade política em encarar as adversidades, mas também o uso da força quando se faz necessário. O príncipe (ou Estado) internaliza tanto a astúcia da raposa como a força do leão. Paradigmática disso é a analogia que Maquiavel faz da figura do centauro, que soma a inteligência com a força. E o uso da violência não condiz com um desejo individual, mas sim com a defesa de um interesse coletivo. Em suma, há uma calculabilidade do uso da violência, em vez de seu uso indiscriminado na prática política²⁸.

O pensamento de Cooke se insere nessa premissa, pois a violência não pode ser indiscriminada, e tampouco praticada sem uma base teórica. Nesse aspecto, Cooke vê tanto limites na burocracia peronista, por seu pacifismo pragmático, como também naqueles que recorrem à violência sem um programa sólido, provido de teoria. Como ele afirma em sua conferência realizada em Córdoba no ano de 1964: “a violência sem fundamentos teóricos suficientes é também uma simplificação da realidade, supõe um expediente — o da violência — tirado do contexto revolucionário, desvinculado da luta de massas” (COOKE, 2009, p. 132, tradução nossa). Isso significa que as ações revolucionárias não devem se pautar por mero voluntarismo para a alteração da correlação de forças, sem o apoio das massas, sem fundamento teórico e sem base na realidade, o que resultaria numa violência inorgânica e anárquica.

A vanguarda guerrilheira, para Cooke, tem de estar cimentada nas massas, pois o guerrilheiro é também um sujeito político. E nesse aspecto a contribuição de Carl Schmitt a essa problemática foi fundamental em seu livro de 1963, *Teoria do partizan*, e teve como ponto de partida a definição de que a política estabelece uma distinção entre amigo e inimigo já desenvolvida em seu clássico *O conceito do político*, de

28 “Quanto à reforma total e imediata da constituição política, quando há convicção geral de que ela é defeituosa, é difícil efetuar-la mesmo se o defeito é evidente, porque para isso os meios ordinários são insuficientes. Torna-se indispensável o recurso a métodos extraordinários — as armas e a violência. Antes de mais nada, o reformador deve apoderar-se do Estado, a fim de poder dele dispor à vontade.” (MAQUIAVEL, 1982, p. 77)

1932²⁹. O texto de Schmitt é pioneiro ao definir o guerrilheiro como um ator político presente no contexto pós-Segunda Guerra, haja vista a contribuição de Mao Tsé-tung e de Ernesto “Che” Guevara a esse tema por meio de suas publicações sobre a guerra popular e a guerra de guerrilhas. Para Schmitt, o guerrilheiro, além de ser um combatente irregular, demonstra um intenso engajamento político, o que o diferencia de ladrões e criminosos comuns, cujos motivos estão voltados para o enriquecimento pessoal (SCHMITT, 2009, p. 162)³⁰.

A guerra é a expressão máxima da inimizade absoluta, pois, sendo a continuação da política por outros meios, segundo a fórmula de Clausewitz³¹, seu objetivo máximo é o aniquilamento e a neutralização total do inimigo³². No entanto, há dois tipos de guerra, de acordo com Mao Tsé-tung³³: a guerra justa e a guerra injusta. Para Mao, existem não somente as leis gerais da guerra, mas também as específicas da guerra revolucionária (MAO, 2011a, p. 296). Segundo Mao, “a guerra, que existe desde que surgiram a propriedade privada e as classes, é a forma suprema de luta para resolver contradições, em determinada etapa do seu desenvolvimento, entre classes, nações, Estados ou grupos políticos” (MAO, 2011a, p. 296). Em relação à distinção entre as guerras justas e as guerras injustas, Mao afirma em seu opúsculo *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China* que

a guerra, esse monstro que faz com que os homens se matem, acabará por ser eliminada pelo próprio desenvolvimento da sociedade humana. [...] A história só registrou duas espécies de guerras: as guerras justas e as guerras injustas. [...] Todas as guerras contrarrevolucionárias são injustas, todas as guerras revolucionárias são justas (MAO, 2011a, p. 302).

29 “A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras [...] inimigo não é concorrente ou o adversário em geral. Tampouco é inimigo o adversário privado a quem se odeia por sentimentos de antipatia. Inimigo é apenas um conjunto de pessoas em combate ao menos eventualmente, i.e., segundo a possibilidade do real, e que se defronta com um conjunto idêntico. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público.” (SCHMITT, 2009, p. 28-30, grifos originais)

30 “Teremos que chegar à conclusão inevitável de que o guerrilheiro é um reformador social que empunha as armas respondendo ao protesto irado do povo contra os seus opressores e que luta para mudar o regime social que mantém todos os seus irmãos desarmados na ignomínia e na miséria.” (GUEVARA, 1980, p. 16)

31 De acordo com Clausewitz, “vemos, pois, que a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios [...] a intenção política é o fim, enquanto que a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim.” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 87-88)

32 “A guerra é sempre uma luta em que ambos os contendores tratam de aniquilar um ao outro. Recorrerão, então, a todos os truques possíveis para conseguir esse resultado, além da força.” (GUEVARA, 1980, p. 18)

33 “O maior prático da guerra revolucionária da atualidade converteu-se simultaneamente em seu mais célebre teórico: Mao Tsé-tung.” (SCHMITT, 2009, p. 204) Para Schmitt, Mao pode ser definido como o “novo Clausewitz”, pois deu continuidade consequente e sistemático-consciente aos conceitos do oficial do Estado-maior prussiano. Dentre os textos de Mao sobre a problemática da guerra revolucionária podemos citar *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China* (1936), *Problemas estratégicos da guerra de guerrilhas contra o Japão* (1938), *Sobre a guerra prolongada* (1938) e *Problemas da guerra e da estratégia* (1938).



Uma das principais expressões do marxismo africano, Kwame Nkrumah, presidente de Gana entre 1960 e 1966, também advogava o uso da violência revolucionária como primado da prática política para os movimentos de libertação nacional

A guerra revolucionária traz consigo o elemento da violência, pois uma ruptura política não se faz, de acordo com os teóricos marxistas e terceiro-mundistas, de forma gradual e pacífica, pela qual se chegaria a um consenso entre as distintas e antagônicas posições. Como diz Mao em seu texto “Relatório sobre uma investigação feita no Hunan a respeito do movimento camponês”,

uma revolução não é o convite para um jantar, a composição de uma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção dum bordado; ela não pode ser assim tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável, tão cortês, comedida e generosa. Uma revolução é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba outra (MAO, 2011a, p. 28).

Revolução e violência são elementos indissociáveis para os teóricos marxistas e terceiro-mundistas nesse contexto em que as formações sociais coloniais e neocoloniais foram marcadas pelas revoluções de libertação nacional. Se os sistemas colonial e neocolonial são opressores em razão de suas estruturas políticas, ideológicas e econômicas, nas quais se sustentam os regimes opressores e aliados ao imperialismo, a alternativa de mudança radical não passa pelos canais institucionais democráticos, mas sim pelo recurso à violência armada como forma de derrubar os regimes e iniciar um processo de transformação profunda. A obra de Cooke, que se constituiu a partir da segunda metade dos anos 1950, é um reflexo desse contexto em que vivia o Terceiro Mundo. Com a queda de Perón em 1955 e o malogro da resistência armada peronista ao regime de Aramburu e Rojas, no qual o peronismo foi colocado na clandestinidade, a opção se encontrava nas experiências dos países periféricos que recorreram à luta armada organizada com apoio popular, a exemplo das experiências chinesa, vietnamita, argelina e cubana.

Assim sendo, a libertação nacional e a revolução social só poderiam ser concretizadas pela violência revolucionária. Paradigmática no continente africano foi a Revolução Argelina, liderada pela FLN, que teve impacto direto nas demais lutas de

libertação nacional do continente. Fanon, sem dúvida, foi a principal expressão intelectual desse contexto de defesa do uso da violência revolucionária, e ganhou notoriedade internacional com o lançamento da sua obra *Os condenados da terra*, publicada em 1961. Distintamente da afirmação de Arendt (1994, p. 49) — de que Fanon seria um “glorificador” da violência³⁴ —, a violência, para o pensador martinicano, é estrutural, pois se faz presente no cotidiano do colonizado desde o seu nascimento até o seu falecimento. É uma violência não somente física, mas também cultural e econômica, a qual leva o colonizado à perda de sua identidade. Como observa Fanon (2006, p. 69), o colonizado apenas se sente livre enquanto sonha.

Assim como o conceito de trabalho para Marx e Engels (2007) em *A ideologia alemã* é a práxis mediadora que leva à transformação do homem, pois, à medida que, ao transformar um objeto por meio do trabalho, o homem também sofre transformações cognitivas nessa relação dialética, a violência é a práxis libertadora do colonizado. É uma violência reativa ao poder colonial, que, em última instância, leva à transformação do colonizado em um novo sujeito. Conforme Fanon afirma:

Para o colonizado, essa violência representa a práxis absoluta. [...] Trabalhar, é trabalhar para a morte do colono. A violência assumida permite, ao mesmo tempo, aos desgarrados e aos proscritos do grupo voltar, reencontrar o seu lugar, reintegrar-se. A violência é assim compreendida como a mediação real. O homem colonizado se liberta na e pela violência. Essa práxis ilumina o agente, porque lhe indica os meios e o fim (FANON, 2006, p. 104).

Para Fanon, a nação pós-colonial é forjada pelas armas. Sua identidade e projeto nacional se constituíram pela violência revolucionária e reativa à violência do colonizador, e adquirem um papel totalizante na construção de um novo sujeito liberto das amarras do jugo colonial. Essa posição de Fanon fica explícita nesta passagem:

Essa práxis violenta é totalizante, pois cada um se faz um elo violento da grande corrente, do grande organismo violento surgido como reação à violência primeira do colonialista. Os grupos se reconhecem entre si e a nação

34 Há nesse texto de Arendt uma oposição sistemática às posições de Fanon. Ao classificá-lo como um “glorificador” da violência, Arendt não se aprofunda sobre a violência cotidiana dos colonizados, e tampouco sobre a ausência de canais institucionais para uma saída pacífica de diversas formações sociais que estavam submetidas à colonização. Nenhum comentário, por exemplo, sobre o apartheid sul-africano, nem sobre as ações terroristas do esquadrão da morte francês, a OAS (Organisation Armée Secrète), na Argélia. Ao abordar a violência do movimento negro estadunidense, particularmente o Partido dos Panteras Negras, e a influência de Fanon sobre essa organização, não cita uma vez sequer as ações da KKK e de outras organizações supremacistas brancas e fascistas nos EUA. Arendt também inclui entre os “glorificadores da violência” Sorel e Pareto. Sorel, em *Reflexões sobre a violência*, ao tratar da violência, a define como um mito, i.e., o não real, e apresenta como veículo dessa violência mítica a greve geral e não a insurreição armada. Sobre Pareto, os erros de Arendt são mais gritantes. Pareto analisa a violência como um fato social presente nas sociedades. Sua posição sobre a violência no mundo político-social é a mesma de um geofísico sobre um terremoto, pode-se não gostar do fato, mas se trata de um fenômeno objetivo. E, diferentemente do que afirma Arendt (1994, p. 53), a plutocracia não é uma “forma mista de governo”, mas sim a circularidade das elites em qualquer forma de governo democrático, mais calcada na astúcia do que na força. Sobre a questão da violência e da plutocracia em Pareto, veja *Etapas do pensamento sociológico*, de Raymond Aron, e *Dialética do irracionalismo: Pareto e seu confronto com Marx*, de Nelson Mello e Souza.

futura é indivisa. A luta armada mobiliza o povo, isto é, ela o joga numa única direção de mão única. A mobilização da massa, quando se realiza por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva. Assim, a segunda fase, a da construção da nação, é facilitada pela existência dessa argamassa, trabalhada com sangue e cólera. [...] Durante o período colonial, convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, convidam-no a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirma-se, continua. O povo verifica que a vida é um combate interminável. A violência do colonizado unifica o povo. [...] A violência na sua prática é totalizante, nacional (FANON, 2006, p. III-II2)³⁵.

A violência revolucionária ganha, com efeito, a partir das afirmações de Fanon, um caráter constitutivo nas novas formações sociais oriundas do colonialismo. Não que isso não estivesse presente em Mao, mas em Fanon a violência política ganha uma centralidade pela sua práxis transformadora, já que ela é formadora de um novo sujeito (de um “novo homem”, no dizer de Fanon). Suas teses causaram um grande impacto, pois sintetizavam o momento vivido pelo Terceiro Mundo, que estava atravessado por uma pluralidade de revoluções de libertação nacional.

Uma das principais expressões do marxismo africano, o ex-presidente de Gana Kwame Nkrumah, também advogava o uso da violência revolucionária como primado da prática política para os movimentos de libertação nacional, e, distintamente de Fanon, demarcava claramente como objetivo das formações sociais pós-coloniais o socialismo. Em seu livro escrito em 1970 durante o seu exílio, *Luta de classes na África*, deixa bem clara essa posição:

Embora não haja dogmas estabelecidos rigorosamente quanto à revolução socialista, já que a história não se repete, a experiência provou que, nas condições da luta de classes, a revolução socialista não se pode realizar sem recorrer à violência. Porque as elites privilegiadas não cederão o poder a não ser que sejam obrigadas; mesmo quando aceitam efetuar reformas, não cederão nunca apenas porque sua posição está ameaçada. Somente a ação revolucionária as poderá derrubar. [...] Porque a libertação e a unificação da África não podem estar dependentes de um consentimento, de preceitos morais ou de uma conquista moral. É somente recorrendo às armas que a África poderá se livrar dos últimos vestígios de colonialismo, imperialismo e neocolonialismo e se libertará e se unirá ao socialismo (NKRUMAH, 2016, p. 88-89; 95).

Posição semelhante à de Fanon e Nkrumah é a de Amílcar Cabral, dirigente revolucionário da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Não há alternativa ao combate ao imperialismo e ao colonialismo que não seja por meio da violência. Em *A arma da*

35 Noutra passagem, Fanon afirma: “cada colonizado em armas é um fragmento da nação agora viva” (FANON, 2006, p. 156).

teoria, Cabral demarca essa posição do recurso à violência revolucionária no tópico “O papel da violência”:

Os fatos dispensam-nos de usar palavras para provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitarmos o princípio de que a luta de libertação nacional é uma revolução, e que ela não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há nem pode haver libertação nacional sem uso da violência libertadora, por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminosa dos agentes do imperialismo. Ninguém duvida de que, sejam quais forem as suas características locais, a dominação imperialista implica um estado de permanente violência contra as forças nacionalistas. Não há povo no mundo que, tendo sido submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neocolonialista), tenha conquistado a sua independência (nominal ou efetiva) sem vítimas. O que importa é determinar quais formas de violência devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para não só responderem à violência do imperialismo, mas também para garantirem, através da luta, a vitória final da sua causa, isto é, a verdadeira independência nacional (CABRAL, 1980, p. 38).

Como podemos ver, as posições de Fanon, Cabral e Nkrumah convergem para o uso da violência revolucionária, pela impossibilidade de uma saída pacífica para a descolonização nos países do Terceiro Mundo. Ademais, a violência revolucionária não somente garantiria a construção de uma formação social independente para o processo de transição, mas também forjaria um “novo homem” identificado com esse processo revolucionário.

Formou-se nesse contexto dos anos 1960 um bloco de organizações revolucionárias marxistas e nacionalistas influenciadas pela Revolução Cubana (especialmente na figura de Guevara), além da chinesa (tendo como principal referência os escritos militares de Mao Tsé-tung), em antagonismo com as organizações tradicionais da esquerda, como os partidos comunistas e socialistas que ainda apostavam numa saída pacífica, seja nas colônias, seja nas formações sociais dependentes (majoritariamente dirigidas por ditaduras militares, ou governos autoritários), como Argentina, Brasil, Uruguai, Nicarágua etc., situadas na América Latina.

Cooke foi a expressão máxima na Argentina dessa perspectiva revolucionária terceiro-mundista, e em muitos aspectos há semelhança de suas posições com as de Fanon. Não sabemos se Cooke teve acesso à obra de Fanon, pois não há nenhuma citação da obra do autor martinicano em seus textos. Sua semelhança com Fanon também pode ser percebida ao não definir a priori a forma organizacional que conduzirá a revolução. Será o partido, como defendia Mao³⁶, ou o foco guerrilheiro,

36 Em *Problemas da guerra e da estratégia*, escrito em novembro de 1938, Mao afirmava: “Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: ‘O poder político nasce do fuzil.’ O nosso princípio é o seguinte: o partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o partido.” (MAO, 2011b, p. 367)

como apregoava Debray³⁷, baseado nas análises de Che Guevara?

Para Cooke, não seria nem o partido nem o foco guerrilheiro, e sim o movimento peronista que daria *a priori* a sustentação para o movimento armado revolucionário. O movimento se constitui antes do próprio partido³⁸ e do exército popular, tendo em vista a limitação do partido quando este se burocratiza, ou se limita apenas ao jogo eleitoral, e, por seu turno, um exército revolucionário sem base popular estará fadado ao fracasso. Cooke percebia que o peronismo ia além da figura individual de Perón, e o seu limite encontrava-se na pluralidade do movimento, daí a necessidade de canalizar a vertente revolucionária do peronismo pela via armada. Contudo, a figura de Perón seria necessária para essa aglutinação, pois ela é “o símbolo que congrega a resistência ao regime [...] é um fator de desenvolvimento da consciência e da combatividade revolucionária das massas” (COOKE, 2011, p. 214, tradução nossa), e não um obstáculo à luta armada (COOKE, 2011, p. 229).

Cooke não esteve alheio à resistência peronista iniciada a partir do golpe de Estado liderado por Aramburu e Rojas contra Perón em 1955. Cooke esteve vinculado à resistência malograda liderada pelo general Valle em 1956, o que resultou na sua prisão, sua fuga e seu exílio no Chile e, posteriormente, em Cuba. Nesse período, Cooke se aproximou do Exército de Libertação Nacional-Movimento Peronista de Libertação, mais conhecido pela denominação *Uturuncos*, que constituiu uma guerrilha em Tucumán na virada dos anos 1950 para 1960 e foi derrotada pelo governo Frondizi. Ao retornar à Argentina em 1963, fundou juntamente com a sua companheira Alicia Eguren a Ação Revolucionária Peronista (ARP). A ARP atuou no movimento peronista ao constituir núcleos combativos no movimento estudantil e nos sindicatos, além de ter exercido influência na juventude cristã terceiro-mundista (MAZZEO, 2005, p. 59-60). Em 1967, Cooke retornou a Cuba — representando a ARP — para participar da Olas (Organização Latino-Americana de Solidariedade), e afirmou que a única saída política voltada à ruptura com o sistema neocolonial e à implementação do socialismo só poderia ser pela luta armada, e, embora Cuba fosse a referência, o modelo da guerrilha rural não poderia ser aplicado mecanicamente, já que cada formação social possuía características e contradições próprias³⁹.

A defesa da violência revolucionária está presente nas suas três principais obras da década de 1960: *Informe a las bases*, *La lucha por la liberación nacional* e *Apun-*

37 “O que unifica é a guerra e seus objetivos imediatos. [...] Assim, pouco a pouco, esse pequeno exército faz a unidade tendo por base todos os partidos, e à medida que cresce e obtém as primeiras vitórias. Finalmente, o futuro exército do povo engendrará o partido de que ele deveria ser teoricamente o instrumento. No essencial, o partido é ele. [...] A guerrilha é a vanguarda política in nuce, e apenas do seu desenvolvimento pode surgir o partido.” (DEBRAY, s.d., p. 84; 94).

38 “O peronismo é mais que um partido. Não o dissolvem por decreto, nem o amansam por intimidação.” (COOKE, 2011, p. 169, tradução nossa)

39 Em sua intervenção na Olas em 1966, Cooke afirmou: “toda revolução é um feito único e não uma repetição; mas estabelece e demonstra certos princípios que são patrimônio das lutas subsequentes. Assim, o importante é que em Cuba se demonstrou que o exército regular pode ser derrotado; não se pode pretender que se dê uma receita sobre como fazê-la em cada caso particular. [...] A luta armada muda qualitativamente os termos do enfrentamento político-social no seio de um determinado país.” (COOKE, 2009, p. 255-256, tradução nossa)

É falsa a oposição entre a violência e a não violência, pois, para o pensador argentino, “a questão é se a violência dos opressores deve ser combatida pela violência libertadora dos oprimidos”

tes para la militancia, além de outros textos redigidos nesse contexto. Primeiramente, Cooke distingue a violência revolucionária da violência reacionária do aparato estatal (COOKE, 2011, 121). O regime oligárquico-liberal deve ser desalojado pela violência, já que se mantém pela violência. Para Cooke, “a violência do ato revolucionário popular não é revanchista nem se exerce contra as ideias e os homens, senão contra os obstáculos que impedem a plena liberdade do homem e a plena soberania da nação” (COOKE, 2011, p. 190, tradução nossa).

Em segundo lugar, como foi dito mais acima, a teoria revolucionária compreende a teoria da violência, “para que não ocorram os desastres da violência sem teoria do aventureirismo ou se incorra em erros de conceito como os do reformismo” (COOKE, 2011, p. 218, tradução nossa).

Em terceiro, é falsa a oposição entre a violência e a não violência, pois, para o pensador argentino, “a questão é se a violência dos opressores deve ser combatida pela violência libertadora dos oprimidos” (COOKE, 2011, p. 219, tradução nossa). A violência dos oprimidos, semelhantemente à visão de Fanon, carrega uma moral própria e transformadora. De acordo com Cooke,

o revolucionário não deprecia a moral: despreza a ética do regime para substituí-la pela ética da solidariedade revolucionária. A violência revolucionária não é como a do regime, uma violência mecânica em si mesma, ela tem base ideológica e moral. [...] É violência contra os inimigos dos seres humanos, ou seja, é amor aos homens que se traduz em ódio a quem causa sua desgraça (COOKE, 2011, p. 219, tradução nossa).

Há, com efeito, semelhanças no significado da violência revolucionária entre Cooke e Fanon, como já observara Alvarez. Essas semelhanças se dão tanto no caráter da formação de um “novo homem” por meio da práxis da violência revolucionária, que carrega consigo a formação de uma nova ética revolucionária, como também da construção de uma nova nação. A nação que pensam Cooke e Fanon é “o povo em armas, rebelado contra a opressão. [...] Na luta feroz no presente, recriamos a cultura nacional, a consciência de nossa história comum (ALVAREZ, 2013, p. 310, 321, tradução nossa)”.

Depois do falecimento prematuro de Cooke, em 1968, as posições dele foram amplamente incorporadas pela militância peronista revolucionária⁴⁰, como as FAP (que incorporaram parte da ARP), os Montoneros (a principal organização peronista revolucionária), as FAR (de origem marxista) e os Descamisados⁴¹. Os anos que se seguiram a seu falecimento foram o momento do embate mais agudo travado entre as organizações revolucionárias e os aparatos repressivos do Estado argentino. Além da luta armada, essas organizações tinham como eixo o projeto do socialismo nacional identificado com as lutas de libertação nacional. Essas organizações — juntamente com o Exército Revolucionário do Povo (ERP, de origem trotskista, tornando-se depois guevarista) — tiveram um importante papel no combate aos governos Onganía e Lanusse. O governo Lanusse acabou por recuar e facultou o retorno de Perón à Argentina, em 1973. Contudo, o governo de Perón (que durou de 12 de outubro de 1973 até 1º de julho de 1974) se dissociou completamente do projeto de socialismo nacional defendido por Cooke, ao dar maior peso à direita peronista⁴² liderada por José López Rega, Isabel Martinez, Lorenzo Miguel e Norma Kennedy, resultando na cisão da esquerda peronista com o governo Péron no dia 1º de maio de 1974⁴³. Mesmo com a derrota dessas organizações para o regime militar instalado em março de 1976, o legado nacionalista e antiliberal de Cooke permaneceu vivo no seio do movimento peronista,

40 Sobre a influência de Cooke na esquerda peronista que se formou entre os anos 1960 e 1970, veja o artigo de Caruso (2017).

41 Das organizações armadas peronistas, os Montoneros tiveram a maior projeção, tanto pelos seus feitos militares como também por terem se tornado uma organização de massas por meio da Juventude Peronista, e conseguiram eleger diversos representantes para o Legislativo e Executivo durante seu período de legalidade. A origem dos Montoneros se deu inicialmente na militância católica de direita (muitos de seus membros militaram no Movimento Nacionalista Tacuara, de corte fascista), e, com a ascensão dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo, que tiveram como uma de suas principais lideranças o padre Carlos Mugica, boa parte da militância dessa organização migrou para o campo do peronismo revolucionário e criou a organização Montoneros. Há uma ampla bibliografia sobre os Montoneros, com destaque para os estudos de Gillespie (2008), Langhi (2008) e Donatello (2010).

42 Sobre a direita peronista, veja Larraquy (2007).

43 Laclau fez uma precisa síntese sobre a ideologia peronista. Primeiramente, se o elemento populista na ideologia peronista consistiu na radicalização das interpelações populares antiliberais, o discurso peronista consistia não somente nessas interpelações como também em sua articulação com um discurso que procurava circunscrever o confronto com a oligarquia liberal aos limites impostos pelo projeto de classe que definia o regime: o desenvolvimento do capitalismo nacional. Segundo, se o peronismo teve êxito em constituir uma linguagem popular-democrática unificada em nível nacional, isso se deveu à homogeneidade social da Argentina, pela ausência de campesinato, predomínio absoluto da população urbana, amplo desenvolvimento da média e pequena burguesias e desenvolvimento do sindicalismo operário em nível nacional. Terceiro, o apoio da classe operária ao peronismo foi preservado mesmo depois da derrocada deste, em 1955. E, por fim, se o antagonismo das interpelações populares só se desenvolveu dentro dos limites tolerados pelo governo peronista, enquanto este existiu, foi impossível continuar impondo esses limites uma vez proscrito o peronismo e iniciada a reorganização de seus quadros de baixo para cima. À medida que o liberalismo, restaurado em 1955, foi revelando a sua incapacidade de absorver as demandas democráticas das massas, passando a basear-se, cada vez mais, na repressão, o antagonismo potencial das interpelações populares conseguiu se desenvolver plenamente. Como afirma Laclau “a ideologia popular tornou-se cada vez mais antiliberal e, nos setores mais radicalizados, passou a fundir-se com o socialismo. ‘Socialismo nacional’ foi a fórmula cunhada no decorrer desse processo. A volta do peronismo ao poder, em 1973, provou isso com clareza: fracassaram as diferentes tentativas no sentido de voltar atrás o relógio da história e de articular a ideologia popular-democrática de modo a tornar-se assimilável pela burguesia. O regime de Isabel Perón caiu em um caos repressivo, sem haver conseguido nenhuma forma de articulação estável entre interpelações populares e ideologia burguesa.” (LACLAU, 1979, p. 196-197)

fortalecendo-se com a ascensão do governo Kirchner, que revitalizou o peronismo de esquerda e acabou por isolar a corrente direitista liderada por Menem. E é nesse contexto que a obra de Cooke despertou, e vem despertando, cada vez maior interesse entre os militantes e os estudiosos do fenômeno do peronismo, que se mantém como a maior corrente política na Argentina nos últimos 75 anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi recuperar a contribuição do pensamento de Cooke, um autor praticamente desconhecido no Brasil⁴⁴, não obstante ele pertencer a um conjunto de autores identificados com as lutas anticoloniais, notadamente Frantz Fanon e Mao Tsé-tung.

Cooke, com efeito, não pode ser enquadrado como um autor pós-colonial ou decolonial, mas sim anticolonial e anti-imperialista. Como vimos ao longo deste artigo, Cooke defendeu no movimento peronista o projeto nacional-popular (em oposição ao nacionalismo conservador), e assim fortaleceu a tendência de esquerda do peronismo. Sua radicalização discursiva no movimento peronista demarcava explicitamente a defesa de um “socialismo nacional”, afinado com as lutas de libertação nacional presentes no chamado Terceiro Mundo, e a defesa do uso da violência revolucionária como forma de luta para a derrubada do regime oligárquico-liberal. Nesse aspecto, a posição de Cooke ia ao encontro da defendida pelas diversas organizações da esquerda revolucionária, especialmente as que estavam situadas nos países do chamado Terceiro Mundo, e que adotaram a luta armada com base nos exemplos triunfantes ocorridos na China, Cuba e Argélia.

Ainda que as suas teses sobre a defesa da luta armada possam ser questionadas na atual conjuntura histórica, é inegável a atualidade de sua crítica aos limites do liberalismo, da sua visão de “latino-americanidade” e da sua compreensão de que o peronismo encarnava na formação social argentina o principal movimento de massas e de resistência ao projeto liberal. E isso foi marcante no início deste século, com o protagonismo do casal Kirchner, que recuperou o legado da esquerda peronista em oposição ao projeto neoliberal e isolou a direita peronista representada por Menem desde os anos 1990, e nesse balanço de forças a esquerda peronista se firmou como herdeira do legado iniciado em 1945 por Juan Domingo e Evita Perón. Desse modo, o legado de Cooke ao peronismo permanece vivo e atual diante o quadro conflituoso que continua em vigor na formação social argentina.

* Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor associado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor do livro *A favor de Althusser*. Colaborador das revistas *Princípios* e *Crítica Marxista*, entre outras.
E-mail: luizpmotta63@gmail.com

► Texto recebido em 29 de julho de 2021; aprovado em 30 de julho de 2021.

44 Um dos raros trabalhos sobre John William Cooke no Brasil é o de Silva (2019).

ALBUQUERQUE, Germán. O terceiro-mundismo no campo cultural argentino: uma sensibilidade hegemônica (1961-1987). **Tempo**, v. 19, n. 35, 2013, p. 211-228. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042013000200012&lng=en&nrm=iso&lng=pt>. ISSN 1413-7704. Acesso em: 13 mar. 2021.

ALVAREZ, Gonzalo Pérez. Frantz Fanon, John William Cooke y la creación heroica. **A Contracorriente**, v. 11, n. 11, p. 306-321, 2013. Disponível em: <<https://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/694>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARREGUI, Hernández. **Peronismo y socialismo**. Buenos Aires: Corregidor, 1973.

CABRAL, Amílcar **A arma da teoria**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

CARUSO, Valeria A. La forja de la izquierda peronista como cultura política a través de la trayectoria de John W. Cooke. **Páginas**, v. 9, n. 20, p. 169-192, 2017. Disponível em: <<https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/265/html>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo; Lisboa; São Paulo, Martins Fontes, 1979.

COOKE, John William. Acción parlamentaria. In: DUHALDE, Eduardo Luis (comp.). **Obras completas**. Buenos Aires: Colihue, 2007a. t. 1.

_____. Artículos periodísticos, reportajes, cartas y documentos. In: DUHALDE, Eduardo Luis (comp.). **Obras completas**. Buenos Aires: Colihue, 2009. t. 3.

_____. Correspondencia Perón-Cooke. In: DUHALDE, Eduardo Luis (comp.). **Obras completas**. Buenos Aires: Colihue, 2007b. t. 2.

_____. Peronismo y revolución. In: DUHALDE, Eduardo Luis (comp.). **Obras completas**. Buenos Aires: Colihue, 2011. t. 4.

DEBRAY, Régis. **A crítica das armas**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. **Revolução na revolução?**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano [s.d.].

DENG Xiaoping. Speech by chairman of the delegation of the People's Republic of China, Deng Xiaoping, at the special session of the U.N. General Assembly. In: **Marxists Internet Archive**, 1974. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: 29 mar. 2021.

DONATELLO, Luis Miguel. **Catolicismo y Montoneros**: religión, política y desencanto. Buenos Aires: Manantial, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FIRMENICH, Mario Eduardo. Mario Firmenich, comandante dos Montoneros argentinos (e inimigo público nº 1 da CIA) faz autocrítica da guerrilha. [Entrevista concedida a] Fernando Morais. **Status**, São Paulo, n. 78, p. 53-68, jan. 1981.

FEINMANN, José Pablo. **John W. Cooke: el peronismo revolucionario**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. O tempo de ilusões. In: CHAUI, Marilena (Org.). **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GALASSO, Norberto. **¿Qué es el socialismo nacional?**. Rosario: Germinal Ediciones, 2010.

GILLESPIE, Richard. **Soldados de Perón**: historia crítica sobre los Montoneros. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

GOLDAR, Ernesto. **John William Cooke y el peronismo revolucionario**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2004.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

- GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1980.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- _____. **Política e ideologia na teoria marxista**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- LANGHI, Esteban. **Montoneros-Cámpora**: un encuentro histórico. Rosario, Libros del Sur, 2008.
- LARRAQUY, Marcelo. **De Perón a Montoneros**: historia de la violencia política en la Argentina (1945-1973). Buenos Aires: Aguillar, 2010.
- _____. **López Rega**: el peronismo y la Triple A. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, Editora UNB, 1982.
- _____. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MAO Tsé-tung. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 2011a. v. 1.
- _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 2011b. v. 2.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. O manifesto do Partido Comunista. In: **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1982.v. 1 pp. 106-136.
- MAZZEO, Miguel. John William Cooke en dos tiempos: nacionalismo, socialismo y unidad latinoamericana. In: _____ (comp). **Pensar a John William Cooke**. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2005. p. 47-62.
- MOTTA, Luiz Eduardo. A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 85-101, 2010.
- NKRUMAH, Kwame. **Luta de classes na África**. São Paulo: Nova Cultura, 2016.
- PANTERAS NEGRAS. **Todo poder ao povo**. São Paulo: Nova Cultura, 2017.
- PERÓN, Juan Domingo. **América Latina, ahora o nunca**. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2009.
- PIRRO, Julio César Melon. **El peronismo después del peronismo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- PROTTO, Eduardo. **Perón, peronismo y peronistas**. Buenos Aires: Lainza, 1988.
- RECALDE, Aritz. **El pensamiento de John William Cooke en las cartas a Perón: 1956-1966**. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2009.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Unesp, 2000.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político. Teoria do partizan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- SILVA, Gustavo Santos da. O centenário de John William Cooke: trajetória de um peronista revolucionário. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2., 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh, 2019. Disponível em: <www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569882785_ARQUIVO_440cd67311777d52bf620e1fa270883c.pdf> . Acesso em: 3 ago. 2021.
- UGARTE, Manuel. **La patria grande**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- ZANATTA, Loris. **Breve história del peronismo clásico**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

A revanche do Leviatã: Estados rebeldes como desafio à ideia única

The Leviathan revenge:
rogue States as a challenge
to the *pensée unique*

HUGO R. Henriques*
João Pedro B. de carvalho**

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.2011>



Detalhe do frontispício do livro *Leviathan*, de Thomas Hobbes; gravura de Abraham Bosse

RESUMO

A partir da categoria de *Estados rebeldes*, que já foi utilizada ao longo dos últimos 50 anos para caracterizar Estados como Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Coreia do Norte, e, recentemente, reciclada para se referir à maior ameaça contemporânea ao império estadunidense, a China, buscamos neste trabalho apresentar um chamado à sublevação anti-imperialista na forma de uma rebeldia institucional e de pensamento contra as imposições da ideia única. Pretendemos alcançar esse objetivo por meio da *macrofilosofia* e, mais especificamente, de reflexões sobre a obra *Topologia da violência*, do filósofo sul-coreano, mas de cosmovisão alemã, Byung-Chul Han, que propõe uma profunda interpretação sobre as novas formas de violência da contemporaneidade. De fato, buscamos justamente instar o sentimento da urgência de se retomarem em mãos próprias os destinos do Estado de direito, e do nosso Estado brasileiro, em particular. Isto é, de se repolitizarem todas as instâncias que o domínio imperial sub-repticiamente vem despolitizando e *desideologizando*. Para tal imensa e instigante tarefa, procuramos retomar um termo do próprio império, que pejorativamente denuncia aqueles poucos Estados no mundo que ainda ousam se colocar contra o seu domínio absoluto: Estados rebeldes. Ressignificada, a rebeldia estatal se coloca como desafio de criatividade para a reconfiguração dos diversos momentos do Espírito Objetivo que a sanha imperial pela ocultação da violência envolvida nos mecanismos de seu próprio domínio acabou por estilhaçar.

Palavras-chave: Estados rebeldes. Macrofilosofia. Topologia da violência. Poder.

ABSTRACT

From the category of *rogue States*, which has been used over the last 50 years to characterize States like Cuba, Iran, Iraq, Libya and North Korea, and recently recycled to refer to the greatest contemporary threat to the US empire: China, we seek in this paper to present a call for anti-imperialist uprising in the form of an institutional and thought rebellion against the impositions of the *pensée unique*. This aim is to be achieved through *macrophilosophy* and, more specifically, through the reflections on the book *Topology of violence* by the South Korean philosopher, albeit of German cosmovision, Byung-Chul Han, who proposes a deep interpretation of the new forms of violence in contemporary society. In fact, we seek precisely to arise the sense of urgency to take back into one's own hands the destiny of the *Rechtsstaat*, and of our Brazilian State in particular. To re-politicize all the instances that imperial domination has surreptitiously depoliticized and de-ideologized. For this immense and instigating task, we seek to take up an expression used by the empire itself, which pejoratively denounces those few States in the world which still dare to stand against its absolute domination: *rogue States*. Re-signified, State rebellion is posed as a challenge of creativity for the reconfiguration of the various moments of the objective spirit that the imperial zeal for concealing the violence involved in the mechanisms of its own domination ended up shattering.

Keywords: Rogue States. Macrophilosophy. Topology of violence. Power.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia*

*Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria*

*Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia*

*Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia*

*Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania*

*Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia*

Jonathan Silva, “Samba da utopia”¹

A intuição artística é com frequência um ponto de partida claro e significativo do *Zeitgeist*, o espírito-do-tempo que nos circunda e que, mudando incessantemente, deixa-se pressentir no fazer da arte como manifestação imediata do Absoluto mesmo². É significativo que palavras de ordem se expressem assim em uma canção tanto como em uma necessária filosofia do Estado que urge ser trazida à consciência para ter possibilidade de se efetivar enquanto tal (HORTA, 2006). A arte da poesia e o saber da filosofia se aliam então em atitude rebelde e renitente, teimosamente obstinadas em se opor à tirania (ou a toda forma de despotismo),

1 Música gravada em 2018 e lançada às vésperas da eleição presidencial daquele mesmo ano.

2 “A figura desse saber [Absoluto] enquanto imediata (o momento da finitude da arte) por um lado é um dissociar-se, em uma obra de ser-ai exterior comum, no sujeito que a produz e no sujeito que a contempla e venera; por outro lado, é a intuição e representação concretas do espírito em si absoluto como do ideal.” (HEGEL, 1995, p. 341)

especialmente ao mais exemplar dos despotismos de nossos tempos — o império do pensamento único³—, tendo por horizonte teleológico a própria utopia ocidental por excelência; isto é, a Liberdade conforme sua expressão política superior, a democracia (SALGADO, 1998; 2007).

O assim chamado império do pensamento único, frequentemente compreendido como a expressão mais acabada do domínio do capitalismo de mercado em sua expressão neoliberal, exerce seu implacável domínio praticamente sem sofrer resistências desde os eventos que levaram à queda do muro de Berlim, à extinção do dito “comunismo real” e à ascensão do conjunto de dogmas conhecidos por “Consenso de Washington”⁴. Significativamente, afirmará Han em um sentido ainda mais geral, em um prenúncio das questões de que aqui trataremos: “A violência de hoje nos toca muito mais a partir do *conformismo do consenso* do que do *antagonismo do dissenso*. Assim, contra Habermas, podemos falar de *violência do consenso*.” (HAN, 2017a, p. 131)

Conjuntamente, esses movimentos históricos, usualmente compreendidos sob a chave do chamado neoliberalismo, penetraram nas consciências dos Estados e dos sujeitos como a expressão plena de um verdadeiro império que, entretanto, reluta em apresentar-se prontamente como o império de um povo, organizado em um Estado, sobre os demais, e rasteja subcutaneamente como um suposto consenso impositivo em torno de ideias que se apresentam conjuntamente como a posição de um impessoal “mercado”⁵.

A “desconflitualização” [...] deve ser vista em conexão com a *positivação* geral da sociedade, que desencadeia uma desideologização da mesma. O acontecimento político já não é mais determinado pelo *antagonismo* de ideologias ou classes, que já se tornou arcaico. Contudo, a positivação da sociedade não elimina a violência. Esta não parte apenas da negatividade do antagonismo ou do conflito, mas também da positividade do consenso. A *totalidade do capital*, que ora parece absorver tudo, apresenta uma *violência consensual* (HAN, 2017a, p. 78).

Sob império— seja o Macedônico, que dominou os gregos no período que conhecemos como helenismo, seja o da “ideia única” do capitalismo contemporâneo —, os sujeitos, quando seu Destino comum está vedado à livre autoconsecução política, sempre tendem a se voltar à apatia. Contra tal situação de terrível falta de perspectiva, se apegam ao único resquício de suposta liberdade, que é dado justa-

3 “Esvaziar a ideologia, por fim, é o nefasto legado dos últimos 20 anos, especialmente desde a crise ideológica recorrente depois da queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989: castrar o debate, castrar o discurso, castrar a polêmica. Eis aí o terreno fértil para as teorias atuais do chamado pensamento único.” (HORTA, 2011, tradução nossa). Sobre o tema, cf. Mayos Solsona (2000, p. 17-40).

4 Para a expressão mais contundente dessa posição, v. Fukuyama (1992). Para uma crítica elucidativa, cf. Horta, Freire e Siqueira (2012).

5 Para uma defesa clara da coexistência do império do mercado e a assim chamada pax americana, v. Klein (2008, passim).

mente pela percepção da subjetividade livre, isto é, manifesta como aparentemente livre de toda restrição exterior, e que contemporaneamente se apresenta na ideia de individualidade⁶.

Se tal era verdade nas manifestações do helenismo grego durante a dominação daquele orgulhoso povo pelo Império Macedônico, não seria diferente no império mundial contemporâneo. Entretanto, as formas específicas de manifestação, tanto da violência imperial quanto das respostas subjetivas ou mesmo políticas, se modificam em face dos diferentes tempos e contextos. A história, afinal, não se repete, nem como tragédia nem como farsa, mas transmuta-se sempre em novas manifestações, absolutamente inovadoras, ainda que com os traços gerais que nos caracterizam — como humanidade ou como civilização. Percebe-se assim que os acontecimentos históricos se espiralam de forma a conservar características intrínsecas de uma certa universalidade que, entretanto, comporta sempre os traços únicos e característicos de uma nova particularidade. Assim se modifica, por exemplo, a forma da violência no contexto contemporâneo:

Ela [a violência] se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força bruta para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo, e volta a se recolher para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais, de modo que surge a falsa impressão de que ela teria desaparecido. Atualmente torna-se totalmente invisível quando se confunde e se identifica com seu contraponto: a liberdade. Assim, a violência marcial dá lugar ao poder anônimo des-subjetivado e se esconde no poder sistêmico que coincide com a sociedade (HAN, 2017a, p. 7-8).

Contra a apatia de uma vida imersa no cotidiano e que se arrasta, ainda que marcada hoje por uma agitação hiperpositiva da ação irrefletida característica de uma sociedade de desempenho⁷, a tarefa que se impõe é justamente a urgente emergência de alguma rebeldia⁸. Mas uma rebeldia para o tempo presente, que não se manifesta necessariamente apenas como a ação do sujeito rebelde contra o sistema-império que o violenta e oprime, mas talvez também como a reabilitação restauradora da negativi-

6 “Sabemos que Hegel lamenta em vários passos de sua extensa obra a implosão da comunidade ética grega, substituída pela arbitrariedade dos déspotas helenísticos e posteriormente pelo poder irresistível do Imperador de Roma. Tal processo gerou grande insegurança no horizonte mental dos indivíduos, que passaram então a depender do arbítrio de alguns poucos e não mais da própria vontade. Em um ambiente assim só resta ao homem cultivado refugiar-se em si mesmo e buscar a segurança da norma moral em sua interioridade, opondo-se desse modo ao caos jurídico-normativo gerado pelo esmigalhamento do ideal autonômico da pólis. Não é por acaso que na época helenística assistimos ao surgimento do indivíduo enquanto figura oposta ao cidadão, assim como à substituição da liberdade política pela liberdade interior.” (COSTA MATOS, 2010, p. 377)

7 “A sociedade de desempenho de hoje, com sua ideia de liberdade e desregulamentação, vai derrubando de forma massiva barreiras e proibições que caracterizavam a sociedade disciplinar; a derrubada da negatividade deve incrementar o desempenho. Dirige-se à eliminação universal das barreiras e limites, à *promiscuidade geral*, da qual não surge qualquer energia repressiva.” (HAN, 2017a, p. 68)

8 Um primeiro grito de atenção para essa urgência, em sentido bastante próximo àquele para o qual aqui chamamos a atenção, foi manifestado em Horta (2012).

Para além da rebeldia subjetiva do pensamento, deve emergir um outro tipo de rebeldia, mais ampla e mais potente, pois o sujeito rebelde apresenta limitações práticas reais bastante perceptíveis

dade do Espírito Objetivo como instância privilegiada de manifestação de uma rebeldia coletiva e comunitária que se exprime como autodeterminação e que faz amplo uso da imaginação como forma de se opor à ideia única⁹.

O chamado à rebeldia do pensamento como forma de combate à tirania do *pensée unique* não é propriamente recente¹⁰, mas ganha relevo e centralidade no pensamento de Roberto Mangabeira Unger, cuja reflexão busca, segundo ele próprio, “provocar rebeldia intelectual e animar a resistência ao colonialismo mental” (UNGER, 2018, p. 14). Mas, para além da rebeldia subjetiva do pensamento, deve emergir um outro tipo de rebeldia, mais ampla e mais potente, pois o sujeito rebelde apresenta limitações práticas reais bastante perceptíveis. Assim, a ideia de Estados rebeldes¹¹ talvez seja capaz de ampliar essa dimensão da rebeldia para o nível do Espírito Objetivo

9 A essa rebeldia deve necessariamente anteceder um chamado e uma busca pela consciência que manifestamos recentemente em Henriques e Carvalho (2020). O texto inspira-se em outro chamado igualmente essencial à consciência da elite intelectual, assim expresso: “Nenhum autor do hoje deixa de conter no âmago do seu pensamento toda a tradição que o antecedeu, e portanto: a) compreender um filósofo exige aprender a situá-lo como ponto de chegada de uma trajetória de ideias e contradições, e b) nenhum filósofo consciente dos seus desafios pode deixar de indagar-se a respeito de suas próprias tradições e seus próprios fundamentos — dando renovado sentido ao dístico de Apolo em Delfos e tornando o ‘conhece-te a ti mesmo’ em um exercício de reconstrução das linhas históricas que eclodem em ti como ponto de chegada da história toda.” (HORTA, 2017, p. 75)

10 Já o santo protetor das “Ciências do Estado”, Thomas Morus, percebia a importância da rebeldia para a constituição de um espírito verdadeiramente orgulhoso. Embora não discuta propriamente a rebeldia em termos de império, Morus aponta os efeitos nefastos da miséria e da pobreza (e poderíamos acrescentar os efeitos da opressão, da tirania e da violência) sobre o espírito: “A riqueza e a liberdade tornam as pessoas menos tolerantes com as ordens duras e injustas enquanto, por outro lado, a pobreza e a miséria embotam o espírito, tornando-as pacientes e retirando do oprimido o espírito orgulhoso da rebeldia.” (MORUS, 2004, p. 35)

11 A noção de Estados rebeldes aqui desenvolvida é uma subversão da estratégia estadunidense de tachar os Estados desalinados ao pensamento único de *rogue States*. O termo, que já foi utilizado ao longo dos últimos 50 anos para caracterizar Estados como Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Coreia do Norte, foi recentemente reciclado para se referir à maior ameaça contemporânea ao império dos EUA, a China. Assim, buscamos aqui apresentar o termo Estados rebeldes como um chamado à sublevação anti-imperialista na forma de uma rebeldia institucional e de pensamento contra as imposições do pensamento único.

— ora largamente fraturado, como veremos —, na forma que, aliás, também propõe Unger, visto que essa é uma instância mais privilegiada e mais capaz de se impor com muito maior veemência ao império dominante do que o mero sujeito rebelde. Ora, o sujeito por si só jamais poderá colocar-se em estado de bravura perante o mundo, assim, será sempre incapaz de responder ao chamado hegeliano à consciência e à ação intencional digna da História mundial¹².

2. LEVIATÃ ACORRENTADO

*Cumpr-te agora, ó Vulcano, pensar nas ordens que recebeste
de teu pai, e acorrentar este malfetor, com indestrutíveis
cadeias de aço, a estas rochas escarpadas. Ele roubou o fogo
— teu atributo, precioso fator das criações do gênio, para
transmiti-lo aos mortais! Terá, pois, que expiar este crime
perante os deuses, para que aprenda a respeitar a potestade de
Júpiter, e a renunciar a seu amor pela Humanidade.*

Sófocles, “Prometeu acorrentado”

Conforme já expressamos, a genealogia da violência enquanto história das mudanças topológicas do caráter da violência, que empreende Byung-Chul Han, tende a avançar as reflexões genealógicas de outros pensadores, com elas dialogando¹³, para discutir as características centrais da contemporaneidade, que retraça em tintas

12 A conclamação de Hegel em sua *Enciclopédia das ciências filosóficas*, ao final da apresentação do Estado como cumeada da eticidade do Espírito Objetivo, exige uma resposta estatal totalmente diversa daquela possível ou mesmo imaginável ao sujeito particular: “Essa independência faz do conflito entre elas [as diferentes totalidades éticas, i.e., os Estados] uma relação de violência, um estado de guerra, para o qual a situação universal se determina em vista do fim particular da conservação da autonomia do Estado perante os outros, em um estado de bravura.” (HEGEL, 1995, p. 318). Não que desconheçamos a potência do sujeito particular quando instado a defender sua própria autonomia e a de seu Estado diante do invasor clássico, como percebido por Carl Schmitt ao descrever a potência do guerreiro partisan (SCHMITT, 2008, passim). Contudo, ante os modos de violência da sociedade do desempenho, esse sujeito está completamente absorto no esforço de submeter-se a si mesmo, incapaz de sequer supor que se encontra sob domínio de uma instância de poder a ele alheia: “A sociedade de desempenho, enquanto sociedade de doping, não estabelece diferença alguma entre classes e sexo. Tanto os *topdogs* quanto os *underdogs* são atingidos do mesmo modo pela ditadura do desempenho e da otimização. Todos os membros da sociedade acabam sendo atingidos pelo *burnout*; parece que nos transformamos em zumbis do desempenho e da saúde, sendo que as vítimas dessa violência sistêmica não são apenas os *homini sacri*, enquanto excluídos, mas inclusive o sujeito de desempenho incluído no sistema, enquanto soberano, empreendedor de si mesmo, que não está submisso a ninguém e que, nesse sentido, é livre e, ao mesmo tempo, *homo sacer* de si mesmo. A violência sistêmica não é uma violência da exclusão, ao contrário, ela transforma todos em incluídos, sim; como presidiários do sistema, obrigando-os a se auto-explorarem.” (HAN, 2017a, p. 168)

13 Embora alguns autores já identifiquem traços de uma perspectiva genealógica no pensamento de Spinoza (2009), a ideia do pensamento genealógico se torna particularmente bem delineada na história da filosofia desde a vinda a lume da obra *Genealogia da moral*, de Nietzsche (NIETZSCHE, 2013). Essa espécie de olhar sobre a história voltaria a ser amplamente arregimentada por Foucault em suas *História da sexualidade* e *História da loucura* (FOUCAULT, 1988; 1972).

propriamente macrofilosóficas¹⁴ para com isso lançar luz sobre nossa realidade, permitindo sua emergência à consciência das particularidades que conferem o aroma próprio de nossos tempos. Erige-se, por isso, o inegável incômodo do pensador diante de uma sociedade que aclama, como panaceia, justamente os elementos que causam a morbidade patente de sua existência.

O sujeito de desempenho entrega-se à livre coerção para a maximização do desempenho. Assim, explora a si próprio. A autoexploração é mais eficiente do que a exploração alheia na medida em que é acompanhada por um falso sentimento de liberdade; o explorado é, ao mesmo tempo, quem explora. A exploração acontece, aqui, sem dominação; é isso que perfaz a eficiência da autoexploração. O sistema capitalista transmuta-se da exploração alheia para a autoexploração, do *dever* para o *poder*, para acelerar-se. Em virtude de sua liberdade paradoxal, o sujeito de desempenho é, ao mesmo tempo, agressor e vítima, senhor e escravo. Liberdade e violência não se distinguem aqui; o sujeito de desempenho que se apresenta como soberano de si, como *homo liber*, mostra ser um *homo sacer*. O soberano da sociedade de desempenho é, ao mesmo tempo, o *homo sacer* de si mesmo. Em uma lógica paradoxal, na sociedade de desempenho o soberano e o *homo sacer* se condicionam mutuamente, mas também são idênticos (HAN, 2017a, p. 262-263).

É precisamente nesse sentido que Han busca descrever as consequências de uma sociedade que exorta tudo e todos à mais completa positividade e transparência (HAN, 2017b), vivenciadas de forma particularmente patente no ambiente liso (HAN, 2019a, p. 7) e totalmente informacional do universo digital, que é incapaz de formar comunidades lógicas, se comportando mais propriamente como um enxame desordenado, mas que hoje se espalha para todas as instâncias da vida¹⁵. Não apenas o ambiente digital se vê vinculado a esse estilhamento do comunitário; Han também compreende que a própria estrutura da sociedade contemporânea exorta os sujeitos a uma individualização absoluta, gerando a incapacidade de percepção do outro como um efetivamente *alter* a partir do qual é possível ao *ego* se constituir (HAN, 2017c). Nesse “inferno do igual”¹⁶, os sujeitos parecem deixar de sofrer imposições externas

14 “A análise macrofilosófica [...] consiste em uma perspectiva aberta que exige muito mais trabalho, colaboração de distintos âmbitos acadêmicos, além de – por óbvio – abertura e grandeza de perspectivas” (MAYOS SOLSONA, 2016, p. 57, tradução nossa).

15 “O consumidor compra aquilo que lhe apraz. Ele segue as suas inclinações individuais. O *Curtir* é o seu lema. Ele não é um cidadão. A responsabilidade pela comunidade caracteriza o cidadão. Ela falta, porém, ao consumidor. Na *ágora* digital, onde local de eleição e mercado, *pólis* e economia se tornam o mesmo, eleitores se comportam como consumidores. [...] Também o governar se aproxima do *marketing*. O questionário político se iguala, então, a uma pesquisa de mercado. As opiniões eleitorais serão descobertas por meio de *data mining* [mineração de dados]. [...] Aqui não somos mais agentes ativos, não somos cidadãos, mas sim consumidores passivos.” (HAN, 2018, p. 118-119) Sobre esse tema e seus desdobramentos, que Han por vezes trata sob a perspectiva de uma “teatrocracia”, ver também a ideia de uma “sonocracia”, desenvolvida em Souza (2015).

16 Han toma o termo de empréstimo a Baudrillard: “Já não é o inferno dos outros, é o inferno do Mesmo.” (BAUDRILLARD, 1992, p. 130).

para se desenvolverem plenamente como os sujeitos de desempenho da contemporaneidade *neocapitalista* que se esgotam a si mesmos na mais absoluta autoexploração, enquanto empreendedores de si mesmos¹⁷.

Contra esse paradigma totalitário, embora pouco identificável nas chaves normais da percepção da ameaça e do inimigo, Han propõe o resgate do erotismo como uma atitude filosófica e rebelde de *reopacificação* erótica do mundo (HAN, 2019a), que restaure a dimensão da negatividade contra sua denúncia desta sociedade de hiperpositividade, que a tudo vai positivando e englobando sem qualquer perspectiva efetiva de dialogicidade, e, sobretudo, sem qualquer consideração com a necessária “dialecticidade” do próprio real (HAN, 2019b)¹⁸.

A sociedade da transparência é inimiga do prazer. Dentro da economia do prazer humano, prazer e transparência não conseguem conviver. A transparência é estranha à economia libidinosa, pois é precisamente a negatividade do mistério, do véu e da ocultação que aguilha o desejo e intensifica o prazer. Mas o sedutor *joga* com máscaras, ilusões e formas de aparência, e a coação da transparência aniquila espaços de jogo do prazer; a evidência não admite sedutor, mas apenas procedimentos (HAN, 2017b p. 39).

Em sua intuição sobre a contemporaneidade, ganham especial relevo as discussões sobre o poder e sobre a violência¹⁹, como o ponto central, mais íntimo, da emergência de um novo paradigma que contrasta com todos os momentos anteriores da história humana por inverter a lógica das oposições que nortearam o sentido da cultura ocidental, especialmente aquela entre o Poder e a Liberdade²⁰. Assim, o poder do império contemporâneo se evade de ser identificado em sua dominação pelo exercício de uma forma particularmente oculta (por sua absoluta transparência) de violência: a violência

17 “O excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos. Modifica radicalmente a estrutura e economia da atenção. Com isso se fragmenta e destrói a atenção. Também a crescente sobrecarga de trabalho torna necessária uma técnica específica relacionada ao tempo e à atenção, que tem efeitos novamente na estrutura da atenção. A técnica temporal e de atenção *multitasking* (multitarefa) não representa nenhum progresso civilizatório. A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se antes de um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem.” (HAN, 2017d, p. 31-32)

18 Sobre a “dialecticidade” do real, cf. a célebre expressão de Hegel na sua *Filosofia do Direito*, em que o real é expresso como efetivo na tradução para o português, e que afirma: “O que é racional, isto é efetivo; e o que é efetivo, isto é racional.” (HEGEL, 2010, p. 41) Sobre esse tema, ver também o inspirado Horta (2013).

19 Para distingui-los, dirá Han: “Tanto o poder quanto a violência servem-se de uma técnica de subjugação, de ‘dobrar o outro’. O poder faz uso desse expediente até que o outro se submeta; a violência o faz de tal modo que o outro ‘quebra’.” (HAN, 2017a, p. 138)

20 Essa tensão essencial é que leva Salgado a afirmar que “a história do pensamento ocidental é um embate entre a liberdade e o poder” (SALGADO, 1998). Também Han é consciente da necessidade de se reabilitar o poder para seu projeto de reerotização da vida: “O poder não leva a menos desejo, mas a mais. Relações de vigilância viram contatos de indução que eletrizam a superfície da pele. O poder forma um corpo sexual que incansavelmente *fala* e *significa*. A semântica do desejo sexual está ligada frequentemente à semântica do poder. O corpo nunca é nu. Na verdade, ele está misturado com significados que, segundo Foucault, são efeitos do poder.” (HAN, 2019c, p. 67)

da positividade, que se transveste de absoluta liberdade subjetiva. “A história da violência se locupleta nessa coincidência de agressor e vítima, de senhor e escravo, de liberdade e violência.” (HAN, 2017a, p. 265, grifos originais)

Assim, uma das teses centrais do autor é justamente a mudança do paradigma da violência que ele observa em pelo menos três momentos da modernidade: a violência física da assim chamada sociedade da soberania; a violência disciplinar da sociedade disciplinar; e a violência da positividade da sociedade do desempenho²¹. A essa mudança da topologia da violência se relacionam também suas formas de expressão mais marcantes:

A decapitação na sociedade da soberania, a deformação na sociedade disciplinar e a depressão na sociedade de desempenho são estágios da mudança topológica da violência, que é sempre mais internalizada, psicologizada e, assim, acaba se tornando invisível. Ela vai se livrando mais e mais da negatividade do outro ou do inimigo, tornando-se autorreferente²² (HAN, 2017a, p. 10-11).

Nessa genealogia, uma outra modificação significativa se inscreve com centralidade. Ao empreender uma arqueologia da violência, Han percebe que ela possui, inicialmente, um caráter religioso. “A violência é, igualmente, quicá, a primeira experiência religiosa” (HAN, 2017a, p. 31). A violência da natureza contra a qual uma comunidade humana se organizava conferia o sentido da coesão internamente edificada, enquanto a violência de outros grupos humanos que a ameaçavam dava o sentido de uma coesão também externamente justificada. A violência sofrida pela natureza impelia à aproximação e conexão entre os membros da comunidade tanto quanto as disputas entre comunidades e a violência ritual (ou por vezes mesmo sacrificial) usualmente atreladas a elas.

A ação religiosa consistia principalmente em suavizar a violência e impedir o seu desencadeamento, quicá fazendo uso da própria violência. Todas as características violentas que se encontravam dentro de uma sociedade eram

21 Também o poder é percebido por Han em sua modificação em três momentos: o poder coercitivo, o poder disciplinar e o “Poder como Liberdade” (ou Poder livre); mas, ao contrário da violência, o poder é por ele percebido em seu sentido positivo, de organização e administração da vida. Nesse sentido, é notável sua reprimenda a Agamben: “Agamben [...] toma conhecimento do poder tematizado por Foucault apenas de forma negativa. Do poder ele retira novamente a positividade apontada constantemente por Foucault em sua análise do poder. Com isso, faz coincidir o tal do ‘biopoder’ — cuja intencionalidade, segundo Foucault, não é a ameaça da morte, mas o gerenciamento ou organização da vida — com aquela violência que faz surgir uma ‘vida absolutamente matável’, uma tal mediação legal da vida *nua*, ou seja, *homo sacer*. Foucault interpreta o ‘biopoder’, em contrapartida, como aquele acontecimento que conduz a vida através de normas e de normalizações, ou seja, *também* estruturante e *revestido* de sentido. Ele está investido não apenas de exclusão e banimento, mas também de administração e organização.” (HAN, 2019c, p. 62, nota). A referência central da crítica de Han é a Agamben (2002).

22 Sobre esse mesmo tema, desenvolve à frente na mesma obra: “É inerente à sociedade pré-moderna da soberania a violência da *decapitação*; seu *medium* é o sangue. A sociedade disciplinar moderna é, em grande medida, uma sociedade da negatividade, sendo regida e dominada pela coerção disciplinar, isto é, pela ‘ortopedia social’. Sua forma de violência é a *deformação*. Mas nem a *decapitação* nem a *deformação* estão em condições de descrever a sociedade de desempenho pós-moderna. Ela é dominada por uma violência da positividade, que confunde a liberdade e a coerção. Sua manifestação patológica é a *depressão*.” (HAN, 2017a, p. 183-184)



commons.wikimedia.org

O sacrifício de Isaac (1657-1659), de Juan de Valdés Leal. Óleo sobre tela

descarregadas sobre a vítima reconciliadora e, com sua morte, eram conduzidas para fora da sociedade (HAN, 2017a, p. 34).

Assim, a violência ritual se imbui de um caráter próprio do poder que a torna produtiva, como ordenadora e administradora da própria comunidade, o que a posiciona com centralidade dentro desta²³. Nesse sentido, a violência religiosa dos primeiros povos é a mais cabal prova da abnegação da subjetividade em prol da sociedade, podendo ser mesmo tomada como antítese da violência da positividade, na qual o sujeito-indivíduo simultaneamente se autoentroniza e se autoviolenta como pura reafirmação de si mesmo enquanto instância supostamente produtora de realidade, um trabalho que o sujeito isolado dificilmente poderá realizar de fato — e, caso o pudesse fazer, este se provaria um exercício totalmente fechado em si mesmo, como um eremita que morresse ao relento e nem sequer notícias de sua morte fossem dadas à História. Esse é um sentido também próximo da interpretação de Hegel acerca do tema do sacrifício, que ele compreende como podendo ter algumas significações:

O sacrifício implica imediatamente o abandono de uma finitude imediata no sentido de atestar que ela não deve me pertencer e que eu não a quero conservar para mim; portanto, o sacrifício, segundo esse ponto de vista da autoconsciência religiosa, é um autêntico sacrifício. [...] O sacrifício não consiste em uma conversão do ânimo, do coração e das inclinações naturais, no sentido de os quebrantar. Em vez disso, o sujeito se encontra em posse

23 “A práxis religiosa da violência não é apenas reativa e preventiva, mas também ativa e produtiva.” (HAN, 2017a, p. 35)

imediate do que ele é para si, e o abandonar de sua finitude no culto consiste no abandono de uma posse imediata e de um ser-aí natural. [...] Agora o sacrifício pode ser, mais precisamente, um mero sacrifício de veneração e de louvor, o testemunho de que não me reservo nada de próprio, senão que o abandono ao pensar-me em relação com o Absoluto. Aquele perante o qual se abandona a posse não deve enriquecer por isso, senão que o sujeito apenas toma consciência de superar a separação, e, nessa medida, seu ato é absolutamente um ato de alegria (HEGEL, 1998, p. 1.212-1.213, tradução nossa).

Daquela violência ritual que produzia sociabilidade contra um mundo violento em si mesmo, de fenômenos naturais pouco compreensíveis e implacáveis, a topologia da violência foi se modificando como violência coercitiva até a emergência das sociedades disciplinares descritas e denunciadas por Foucault (1999). A rigor, entretanto, como já pudemos perceber, lá a violência disciplinar também organizava a vida das sociedades e produzia um viver ordenado externamente, isto é, produzia-se como manifestação de um Espírito Objetivo que imbuía de negatividade a violência exercida, fosse pelos Estados ou pelos impérios²⁴. É de se notar, entretanto, que justamente esse caráter de objetividade externa que ordenava a violência coercitiva e disciplinar confere aos sujeitos (mormente onde vigorou ou vigora ainda um autêntico Estado de direito) a possibilidade de se rebelar politicamente de diferentes formas e de contribuir para reconfigurar o próprio Espírito Objetivo e, por meio dele, também suas formas de violência legítimas.

Nesse sentido o sujeito rebelde talvez possa ser compreendido como o tipo ideal da genialidade livre, já que foi instado à plena obediência (pelas violências coercitivas e disciplinares) e contra ela se rebelou. Mas é notável justamente que o sujeito rebelde não se revolte por meio da participação na apatia geral que exprimem aqueles sujeitos incapazes de definir seus próprios destinos. Ele é um agente político pleno, consciente da insuficiência de sua jornada enquanto sujeito isolado, e que propõe a mudança por diversas vias e a busca. Os sujeitos rebeldes são os mais profundos conhecedores do Espírito Objetivo que pretendem modificar, são conscientes de seus modos de ação e de violência, das quais com frequência já foram vítimas e de que

24 É válido registrar que esse caráter ordenador do Espírito Objetivo é reconhecido também por Hegel, inclusive a respeito do próprio Estado: “É bem verdade que no direito existe a possibilidade de uma imposição violenta, mas necessariamente ele não precisa se basear nela. Nesse sentido Hegel escreve que ‘a representação imagina, muitas vezes, que a coesão do Estado se dá através da violência; mas o elemento aglutinador é só o sentimento fundamental da ordem que todos têm’ [...]. A violência nada mantém coeso. A partir dela não se alcança estabilidade; pelo contrário, sua existência é sinal de instabilidade interior. Uma ordem jurídica que só pudesse se manter pelo emprego da violência seria muitíssimo frágil. [...] A violência se manifesta precisamente no momento em que o elemento ‘sustentador’ desaparece da ordem do Direito.” (HAN, 2017a, p. 104-105) Os trechos de Hegel citados são do adendo ao parágrafo 268 da *Filosofia do Direito*, que pode ser conferido, embora com leves distinções de estilo dos tradutores, em Hegel (2021, p. 266). Para uma manifestação de semelhante compreensão no culturalismo jurídico brasileiro, em que o elemento sustentador é ainda mais claramente identificado na cultura de um povo, v. Saldanha (2003). Han chegará a uma conclusão similar: “Quanto menor for a diferença entre a vontade do detentor do poder e aquele que está submisso ao poder, mais estável será o poder.” (HAN, 2017a, p. 120)

O sujeito rebelde encarou o sistema de frente, e se demorou nele — não o conhece ou reconhece simplesmente, ele efetivamente compreende o sistema contra o qual se coloca. Não o teme, mas o respeita pela força que ele possui e pela ordem que foi capaz de instituir. Sabe dos limites dele e dos seus próprios. É por isso que está em situação privilegiada de interação com aquela totalidade específica

agora precisam mesmo evadir-se²⁵. Nas sociedades coercitivas e disciplinares, foram os sujeitos rebeldes quem, uma vez politicamente organizados e conscientes do modo particular em que uma sociedade estava organizada, se fizeram agentes de mudança²⁶.

De essencial importância, devemos compreender que o sujeito rebelde encarou o sistema de frente, e se demorou nele — não o conhece ou reconhece simplesmente, ele efetivamente compreende o sistema contra o qual se coloca. Não o teme, mas o respeita pela força que ele possui e pela ordem que foi capaz de instituir. Sabe dos limites dele e dos seus próprios. É por isso que está em situação privilegiada de interação com aquela totalidade específica. A rebeldia permite deixar de apenas olhar ou integrar o Espírito Objetivo e passar então a interagir conscientemente com ele,

25 O sujeito rebelde estabelece uma relação efetivamente dialética com o poder, compreende os pontos positivos e negativos dele e com ele se relaciona de forma consciente: “A violência se expressa, aqui, como uma violência de fora, que recai sobre mim, me sobrepuja e me rouba, assim, a liberdade. Ela penetra em meu interior sem meu consentimento. Mas nem toda influência vinda de fora é considerada violência. No momento em que lhe dou anuência e a incluo em minha ação, i.e., no momento em que construo uma *relação* com ela, já não é violência. Relaciono-me com ela *livremente*; confirmo-a como conteúdo de mim mesmo. Onde essa apropriação interiorizadora mostra ser absolutamente impossível eu a experimento como violência.” (HAN, 2017a, p. 137-138)

26 Assim também se podem compreender as prolíficas heresias do medievo, justamente como a rebeldia política de grupos católicos contra o que compreendiam como violência doutrinária. Nesse sentido, novamente a inspiração da arte, agora pela pena de Umberto Eco, nos guia: “Mas vós sabeis muito bem que, assim como eles não distinguem entre Igreja búlgara e sequazes do padre Liprando, muitas vezes também as autoridades imperiais e seus sustentadores não distinguiram entre espirituais e hereges. Não raro grupos guibelinos, para derrotar seu adversário, sustentaram entre o povo tendências cátaras. A meu ver fizeram mal. Mas o que sei agora é que os mesmos grupos, muitas vezes, para desembaraçar-se desses inquietos e perigosos adversários por demais ‘simples’, atribuíram a uns as heresias de outros, e mandaram todos para a fogueira.” (ECO, 1995, p. 181)

inclusive contribuindo para eventualmente (re)moldá-lo²⁷. Mas para se rebelar é preciso conhecer a mudança na topologia da violência que ora se exerce e ter consciência dela, pois as manifestações mais explícitas e cruentas de violência vão se tornando crescentemente odiosas aos olhos de uma sociedade hiperpositiva.

A crescente positividade da sociedade também vai transformando aquele tipo de violência, tanto física quanto psíquica, em algo deplorável. Mas isso não significa o fim da violência, pois ela não parte apenas da negatividade do outro, mas também do excesso de positividade. A violência da positividade não é apenas privativa, mas saturativa; não é apenas executiva, mas também exaustiva. Ela não se baseia na exclusão, mas na exorbitância; não se expressa como repressão, mas como depressão (HAN, 2017a, p. 151).

Assim, bem compreendida a mudança na topologia da violência, abre-se a possibilidade de repensar o papel da rebeldia na contemporaneidade, quando “o sistema capitalista transmuta-se da exploração alheia para a autoexploração, do dever para o poder, para acelerar-se” (HAN, 2017a, p. 263). A hiperpositividade da violência nada mais é que uma forma de um poder imperial se evadir de ser reconhecido como tal e, portanto, de ser desafiado. Desvelado esse poder, temos a oportunidade de repensar nossa relação com ele em novas bases. Para tanto, contudo, é preciso compreender ainda mais esse processo²⁸. Em específico, é essencial que percebamos o conjunto de processos que levaram a essa situação em que os Estados são incapazes de se colocar no mundo autonomamente e se autodeterminarem plenamente — por ora, seguem Leviatãs acorrentados.

3. LEVIATÃ LIBERTO

Com efeito, não foi uma ameaça, apenas: a terra pôe-se a tremer... O soturno ronco já se faz ouvir... Turbilhões de poeira se erguem... todos os furacões desencadeados parece que estão

27 Para tanto, é significativo notar que o sujeito rebelde vence o medo da morte, justamente esse medo de que a economia do capital faz uso para perpetuar-se como objeto de desejo numa sociedade contemporânea amplamente desencantada: “Também a economia do capital indica uma semelhança gritante em relação à economia arcaica da violência. Em lugar do sangue ela faz fluir dinheiro; há uma proximidade essencial entre sangue e dinheiro. E assim, o capital se comporta como *mana* moderno; quanto mais capital se possui mais se imagina ser poderoso, invulnerável, imortal. [...] Dinheiro ou capital são, portanto, recursos contra a morte.” (HAN, 2017a, p. 45-46)

28 A tese de Han acerca da possibilidade de escape dessa situação passa pela categoria da amabilidade (*Freundlichkeit*), que ele desenvolve em sua plenitude em sua tese sobre Hegel ainda não traduzida para o português (HAN, 2019d), mas que vem rapidamente esboçada em outros de seus escritos: “Para se libertar da roda de hamster, que gira cada vez mais rápido ao redor de *si mesma*, seria necessário restabelecer a relação com o *outro*, e quiçá para além do esquema amigo/inimigo schmittiano, ligado à violência da negatividade. Assim, faz-se necessária outra construção, uma *reconstrução do outro* que não desencadeie qualquer tipo de defesa imunológica destrutiva. Deveria ser possível estabelecer uma relação com o outro na qual o ‘deixasse estar’, confirmando-o em sua alteridade, em seu ser-*assim*. Esse *sim ao assim* se chama *amistividade* [*Freundlichkeit*]. Ela não consiste em deixar o outro passivo, indiferente, mas é uma relação ativa, participante no seu ser-*assim*.” (HAN, 2017a, p. 102-103)

contra mim! Contra mim, é que Júpiter desfecha tão horrendo cataclismo. Ó minha augusta mãe: ó tu, divino éter que cercais o universo de luz eterna... vede que injustos tormentos me fazem sofrer!

Sófocles, “Prometeu acorrentado”

Ressoa com persistência em torno de nosso debate o já apresentado clamor de Hegel para que os Estados se coloquem, “perante os outros, em um *estado de bravura*” (HEGEL, 1995, p. 318). Entretanto, o império do *pensée unique*, forma acabada de uma hegemonia estadunidense que se desterritorializou como parte dos processos mesmos de positividade da violência, que, não podendo ser prontamente associada a um “sujeito” — um povo, uma cidade, um Estado que exerce o poder para o domínio propriamente dito —, torna-se mais difícil de ser também combatida, ganha em efetividade da dominação e também atua para impedir a consciência de si dos Estados²⁹. “Diante do *igual* não é possível haver amistosidade nem hostilidade, nem *sim* nem *não*, nem saudação nem rechaço” (HAN, 2017a, p. 103). Sem tal consciência, e incapaz de diagnosticar com precisão o elemento a ser combatido, a rebeldia não encontra aqui um sistema estruturado de forma usual contra o qual se rebelar. Urge então compreender os processos envolvidos na constituição e reprodução desse império como *hegemon*³⁰.

Indubitavelmente, a velocidade das mudanças tecnológicas na contemporaneidade, que permitiu a aceleração dos processos de criação de um sistema-mundo efetivamente conectado e *turboglobalizado*³¹, não alterou apenas as relações econômicas entre os Estados, cuja distância, relativizada por melhores meios de transporte e instrumentos de comunicação, não seria mais único fator decisivo. De fato, a *turboglobalização* contemporânea é um dos principais desdobramentos de uma sociedade hiperpositiva; ela é efetivamente uma manifestação da própria “ideia única”; o império da ideia única estabelece e mesmo fomenta ativamente essa *turboglobalização* como o mecanismo de viralização do “terror do igual”:

29 “As imagens hostis produzidas pela imaginação ajudam o si mesmo a formar uma ‘figura’ objetivável que o liberta da relação narcisista paralisante e que o resgata de seu mergulho no vazio subjetivo.” (HAN, 2017a, p. 102)

30 Significativamente, tomamos o termo à teoria da estabilidade hegemônica, inaugurada pelo americano Charles Kindleberger e que propõe justamente que uma economia liberal só pode ser mantida no mundo por meio da dominação do cenário internacional por uma potência hegemônica capaz de assegurar tal sistema (KINDLEBERGER, 1981, p. 242-254; 1986).

31 Tomamos o termo de empréstimo ao filósofo catalão Gonçal Mayos, o qual mostra que diferentes modelos de globalização ao longo da história culminaram, na modernidade, não apenas na aceleração exponencial dos processos de conexão e dos fluxos de trocas desse tempo, mas inclusive no intenso crescimento da sua quantidade e qualidade. (MAYOS SOLSONA, 2018; 2019). Han também se aproxima de uma percepção semelhante sobre a aceleração (elevação de entropia) de nosso tempo: “A atual crise temporal não se chama aceleração; em si a aceleração não é destrutiva. Temporariamente, um crescimento acelerado de células pode fazer muito sentido na medida em que se submeta à economia de todo o organismo. Onde a aceleração se projeta para além de toda e qualquer determinação de sentido, alcançando autonomia, adquire uma forma diabólica. [...] A aceleração autêntica pressupõe um processo que se dirige a uma meta. O que hoje se percebe e compreende por aceleração é, na realidade, uma *veloz elevação da entropia*, que faz as coisas entrarem em um torvelinho de agitação e proliferação, gerando, assim, uma massa de saturação e sufocação.” (HAN, 2017a, p. 197)

A globalização força a deposição do umbral imunológico, uma vez que uma forte reação imunológica diante do outro poderia bloquear esse processo de globalização, que é um *excesso* de desbloqueio e de supressão de barreiras. Nesse sentido, a violência da positividade se desenvolve no espaço livre de negatividades do igual. A falta de negatividade faz surgir uma *proliferação descontrolada do positivo*, que, em virtude de sua imanência, não se depara com qualquer tipo de resistência imunológica. Ela é um *terror do igual* (HAN, 2017a, p. 154-155).

Assim, o império da ideia única se desdobra em todos os âmbitos da vida, com maior ou menor intensidade, influenciando e reestruturando ou desestruturando os mais diferentes aspectos dela. O próprio relacionar-se do sujeito foi modificado, a lógica da negatividade construída ao longo da história, a qual constituiu o desenho institucional e político da modernidade, perdeu seu lugar de destaque para a positividade. O sujeito inserido na “sociedade de desempenho” é reformado internamente por sua própria vontade, ele se constitui psiquicamente não mais pelo *dever algo*, mas sim pelo *poder tudo*; isto é, a disciplina como forma de coerção transmuta-se em excesso de liberdade, esta serve de disfarce para o controle político e social dos cidadãos.

Uma das manifestações mais funestas desse império, entretanto, e aquela que mais diretamente nos interessa aqui, é a desestabilização com vistas mesmo à desintegração do Espírito Objetivo. Este, talvez a mais importante descoberta filosófica da história ou, no mínimo, da modernidade, se desenvolve na percepção propriamente hegeliana do “eu que é um nós, e do nós que é um eu”, isto é, de que para além das subjetividades existe uma objetividade que é Espírito, ou seja, que pode ela também ser compreendida como uma consciência para além da consciência do homem particular, de modo a suprasumir a simples forma do Espírito Subjetivo ensimesmado, agora como ideia, e exteriorizar a consciência de que é livre.

Quando o espírito superou sua falha [...]; quando, portanto, seu *conteúdo* não está mais em discrepância com sua *forma*; [quando] a certeza da razão, a unidade do subjetivo e do objetivo, não é mais *formal*, mas antes *preenchida*; quando, pois, a *ideia* forma o único conteúdo do espírito — então o espírito *subjetivo* atinge sua *meta* e passa a [ser] o espírito *objetivo*. Este sabe sua liberdade, conhece que sua *subjetividade* constitui, em sua verdade, a própria *objetividade absoluta*, e não se apreende simplesmente *em si* mesmo como ideia, mas se produz como um mundo, exteriormente *presente*, da liberdade (HEGEL, 1995, p. 219).

O Espírito Objetivo se apresenta, ele também, como um *outro* a partir do qual a identidade pode se formar, isto é, se coloca como negatividade para a consciência subjetiva que participa dele, mas dele se percebe distinta. “O *espírito*, que significa originalmente estímulo ou ser-atingido, jamais é totalmente transparente” (HAN, 2017a,

p. 203). Assim, a formação de toda identidade carece, dialeticamente, de negatividade para se tornar consciente de si mesma. Nesse sentido, a violência, seja ela real ou simbólica, como negatividade, é essencial à identidade. A violência positiva, traço distintivo de uma sociedade hiper-hipócrita, fruto do império da ideia única, que esconde a violência que exerce nos recônditos da própria mente moldada para as lógicas do individualismo e do desempenho, mascarada como pura positividade, não constitui identidade. Deixa, portanto, os sujeitos soçobrar em uma existência vazia de sentido. Não há rebeldia no inferno do igual!

O sujeito da obediência e o sujeito disciplinar se encontram com o *outro*, que se manifesta como Deus, soberano ou consciência moral. Estão submetidos a uma instância exterior, da qual provêm não apenas repressão e punição, mas também *gratificação*. O sujeito da sociedade de desempenho, ao contrário, é marcado por uma autorrelacionalidade narcisista. Em virtude da falta de gratificação por parte do outro, ele se vê obrigado a produzir sempre mais e cada vez com melhor desempenho. Também a negatividade do outro, onde ainda habita a relação de concorrência, é um elemento que falta ao sujeito de desempenho, pois, em última instância, ele está concorrendo consigo e procura se superar. Isso acaba desembocando em uma corrida competitiva fatal e também em um círculo infinito *em torno de si mesmo*, que, em algum momento, acabará ruindo (HAN, 2017a, p. 100-101).

A negatividade é fator axial da sociedade, mormente desde a modernidade. Ela é elemento central na concepção contemporânea de política, inclusive na perspectiva extrema desenvolvida por Carl Schmitt. Este propõe o conceito a partir de contradições — negatividade expressa — típicas das relações de poder. O critério conceitual marcante em sua perspectiva sobre a política é a diferenciação entre amigo e inimigo³². O inimigo schmittiano, sem dúvidas, exerce precisamente esse papel de instância de negatividade, o outro a partir do qual a identidade (subjéctiva ou nacional, por exemplo) se forma:

Ele [o inimigo político] é, precisamente, o outro, o estrangeiro, e é suficiente, para a sua essência, que ele seja existencialmente, num sentido particularmente intensivo, algo outro e estrangeiro, de tal modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele que não possam ser decididos nem por uma normatização geral, que possa ser encontrada previamente, nem pela sentença de um terceiro “não participante” e, portanto, “apartidário” (SCHMITT, 2020, p.52).

Nesse sentido, talvez a tese da amistosidade/amabilidade de Han se revigore e se torne mais compreensível como uma busca por reconstituir o espaço

32 Para uma revigoração bastante mais criativa da e para além da perspectiva schmittiana, cf. Mouffe (2015).

do político, escapando da prisão da mera existência³³. Para tanto, se vale da perspectiva aristotélica: “Aristóteles radica a amizade em um nível bastante fundamental, em um nível existencial. Assim, o Estado coloca a amizade como seu fundamento, como a condição de possibilidade de sua existência na medida em que nada mais representa além da ‘livre decisão para a convivência’” (HAN, 2017a, p. 124)³⁴.

A perspectiva da amabilidade pretende avançar para além do paradigma moderno da tolerância, segundo o qual o outro é deixado a si, para um paradigma de compreensão do outro, que envolve uma tomada de posição ativa em face dele, não no sentido de anulá-lo na chave schmittiana do inimigo, mas como a construção de um ambiente onde ambos possam exercer suas liberdades autonomamente e interagindo entre si. Para isso, contudo, a conformação de um Espírito Objetivo, de uma instância de poder interpessoal que estabeleça esse espaço de convívio, se faz necessária. E é justamente esta a instância sob maior ataque na contemporaneidade. “Precisamente, o que caracteriza a sociedade atual é que esse sentimento de pertencimento, o *nós*, começa a desaparecer por toda parte. A apatia e a indiferença política, ao lado da infantilização crescente da sociedade, tornam bastante improvável uma ação conjunta” (HAN, 2017a, p. 243-244).

Para compreender esse ataque, entretanto, é importante compreendermos brevemente o *Zeitgeist*, o espírito-do-tempo que norteia a ação e os traços característicos desse império tão distinto de seus antecessores: o “império estadunidense”. Sem dúvida, a incapacidade de compreender e, assim, aceitar ou tolerar a política está no cerne desse império. Assim, é significativa a crítica quase velada que Han faz ao estilo de vida do coração do império, os Estados Unidos da América³⁵:

As organizações que têm um cunho puramente econômico e que se orientam apenas na obtenção de lucro não poderão formar comunidade. A razão disso é que lhes falta a dimensão da política. O sistema econômico cujo código binário seja “lucro/prejuízo” não tem olhos para ver o bem-estar comum. Precisamente aqui é que se mostra a verdadeira essência do político (HAN, 2017a, p. 124-125, nota).

33 Talvez, afinal, o existencialismo não tenha sido uma forma de politicídio mais ou menos consciente, como busca demonstrar Middelaar (2015), mas seja também ele uma manifestação trágica do espírito-do-tempo em um momento de consolidação do império do pensamento único lastreado na visão de mundo pobre de cultura e praticamente desprovido de “politicidade” do império estadunidense. Nesse sentido, poderia ser justamente em meio à busca por um sentido fundamental para o humano, num momento de medo, insegurança e individualismo de que é prenhe o século XX, que o existencialismo se arremessa à prisão da mera existência. No horizonte de vedação à política, o fundamento de humanidade se constituiu então quase em animalidade. Isto é, não sendo *zoónpolitikon*, resta apenas o *zoón*.

34 O texto citado é *Política* (ARISTÓTELES, 1998).

35 Obviamente não se trata de uma crítica direta aos EUA. Entretanto, para qualquer observador atento, as semelhanças entre aquela organização institucional e uma empresa *de facto*, bem como a feroz defesa que aquele país faz das suas corporações, transbordam a crítica de Han, atingindo em cheio a sociedade estadunidense.

Margaret Bourke-White/Wikimedia Commons



“O melhor padrão de vida do mundo. Não há jeito melhor que o estadunidense”, diz o cartaz, que retrata uma típica família branca dos EUA. Em frente a ele, fila de pessoas diante de um posto de distribuição de sopa para desempregados, durante a crise de 1929 no país

A política, por outro lado, em tudo se distingue tanto da lógica empresarial do gerenciamento de lucros e prejuízos quanto da pretensão imperial do domínio puro e simples: “Em sentido próprio, *política* não é a vontade de exercer o domínio, mas a *decisão de viver conjuntamente*. A vida humana não se politiza ao se abandonar incondicionalmente ao poder; somente a decisão de viver juntos é que politiza a existência humana” (HAN, 2017a, p. 124-125). Se, por um lado, uma empresa não existe em função da política e não tem qualquer preocupação com o bem-estar comum de seus acionistas, a lógica que instrui o Espírito Objetivo, enquanto momento de suprassunção das subjetividades em uma totalidade livre e libertadora, é em tudo oposta àquela. Mormente no seu momento de cumeada do caminhar da eticidade do Espírito Objetivo, isto é, no momento do Estado — e, sobretudo no Estado de direito com suas características distintivas —, quando a politicidade se encastela como centro norteador da ação coletiva com vista a fins (a teleologia do Estado)³⁶.

É, portanto, o Espírito Objetivo em geral, e o Estado, em particular, que constituem os alvos preferenciais contra os quais investe a violência hiperpositiva do império da ideia única. Nesse sentido, é também notável perceber o ataque sofrido por uma outra instância do Espírito Objetivo, a religião, na contemporaneidade:

A religião [...] é um *sistema de negatividade*. Com seus mandamentos, proibições e rituais ela se contrapõe à proliferação do positivo. Ela faz surgir sinais e espaços claramente delimitados, carregados de tensão altamente semântica e atmosférica. Desse modo mantém a *entropia* do sistema social em um nível

36 Toda teleologia, toda proposta de um Destino, subjetivo ou de Estado, estão também dificultadas pela violência positiva: “A vida desnudada faz desaparecer toda e qualquer teleologia, todo e qualquer ‘para que’, em função dos quais o ser humano deveria ser sadio” (HAN, 2017a, p. 49). Uma busca recente de uma retomada da teleologia do Estado brasileiro foi defendida em sede de sua tese de cátedra por Horta (2020).

bastante baixo. A orgia da libertação, a desregulamentação, a supressão de limites e a desritualização, que prosseguem até os dias de hoje, vão demolindo cada vez mais a negatividade. Essa destruição da negatividade gera excesso de positividade, grande promiscuidade e excesso de mobilidade, consumo, comunicação, informação e produção (HAN, 2017a, p. 185).

Assim também a política da positividade será marcada pelo excesso de demandas, pela multiplicação de exigências prementes e urgentes, pelo esvaziamento de todo sentido de totalidade. A positividade mantém a entropia do sistema social permanentemente alta como forma de constante desestabilização de qualquer instância de poder objetivo que se queira estabelecer como proposta de sociabilidade efetiva³⁷. A massificação da comunicação das demandas políticas³⁸, dos processos, do consumo gera a elevação exponencial da entropia de todos os sistemas sociais, que se tornam incapazes de lidar de forma útil com essa onda de informações. “A partir de um determinado ponto a informação não é mais informativa, a produção já não é produtiva, a comunicação não é mais comunicativa. Tudo cresce e prolifera para além de sua meta, para além de sua determinação, para além da economia da utilidade” (HAN, 2017a, p. 186)³⁹. Em tal contexto, não é surpreendente o temor de que qualquer momento do Espírito Objetivo que seja capaz de se organizar de forma consciente de si seja desde logo encarado como uma ameaça ao império vigente.

Assim, a supressão da negatividade, o excesso de transparência e a ilusão de liberdade vão afetando a tudo, tanto ao sujeito quanto ao coletivo político, isto é, ao próprio Estado. Neste, o controle interno autoviolento é exercido por um gerencialismo pseudopolítico e se dá pelas fórmulas neoliberais aclamadas como soluções econômicas de sucesso para as crises financeiras especulativas, frequentemente proporcionadas pelos mesmos detentores das soluções; nesse caso o lucro disfarçou-se com as vestes da liberdade⁴⁰.

37 “A comunicação do global é uma comunicação *pós-imunológica*. É precisamente pela falta de negatividade imunológica que se chega a uma supercomunicação. E a massa comunicativa que surge com isso acaba propiciando uma crescente entropia do sistema.” (HAN, 2017a, p. 196-197)

38 Uma das primeiras constatações da massificação de tudo na contemporaneidade pode ser encontrada no grito desesperado de Ortega y Gasset: “As cidades estão lotadas de gente.” (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 78) Notavelmente, essa constatação consternada se encontra em capítulo intitulado precisamente “O fato das aglomerações”.

39 A hipercomunicação e o excesso de informação nesse caso deixam de ser apenas formas de violência positiva sem atores facilmente identificáveis para se mostrarem uma necessidade impositiva de um mundo do absurdo e do sem sentido. Parar para refletir talvez desativasse o torpor da hiperviolência deste “capitalismo de desastre” (KLEIN, 2008), e justamente por isso a reflexão é combatida pela ideia única. A hipercomunicação anestesia a sociedade do espetáculo para o fato de não estar diante de um picadeiro, mas perante o mundo real de absurdos inomináveis e violências inaceitáveis. A violência positiva, nesse sentido, deve ser compreendida como um projeto

40 Exemplo significativo desse tipo de pseudopolítica é a praxe de implementar no direito interno (des)regulações trabalhistas recomendadas e publicadas desde 2004 pelo Banco Mundial, através de um informativo nomeado *Doing business* (relatórios subnacionais de *Doing business* capturam diferenças nas regulamentações de negócios e sua imposição entre locais em um único país; eles fornecem dados sobre a facilidade de fazer negócios, classificam cada local e recomendam reformas para melhorar o desempenho em cada uma das áreas analisadas), responsável por comparar e sugerir os ordenamentos jurídicos mais eficazes na ótica do mercado, levando em conta, inclusive, a rigidez do direito trabalhista. Nesses cenários mostra-se um exemplo do falseamento enganoso de que as imposições do império do pensamento único são as formas mais efetivas para o ganho econômico.

Como tal, a política é uma *ação estratégica*; é constitutivo dela uma esfera secreta. Essa esfera distingue-se de uma mera regência e administração, que não passaria de *trabalho*. A ação política não é *trabalho*. A publicação de todas as intenções também impossibilita o *jogo*, pois este também é um fazer estratégico. Onde não é possível traçar uma estratégia existe apenas estatística, como sondagens de opinião (HAN, 2017a, p. 206-207).

Para além do direito e da política, a própria cultura pertencente ao povo de um Estado, a manifestação mais espontânea do Espírito Objetivo, se vê igualmente sob ataque do império do idêntico. Nesse sentido, elementos exógenos são impostos aos cidadãos despidos de sua cidadania, compreendidos apenas como consumidores, totalmente planificados na estrutura lisa do consumo. Um único produto deve ser consumível por sujeitos em qualquer lugar do mundo, pertencentes a qualquer civilização do globo, para maximizar os lucros reduzindo drasticamente os custos de se adequar a realidades e demandas locais. Assim, leiloeira-se a epítome do direito internacional moderno, o direito à autodeterminação dos povos, para maximização dos ganhos⁴¹.

A coação por transparência, em última instância, não é um imperativo ético ou político, mas econômico. *Iluminação é exploração; comunicação é comércio*. Quem está totalmente exposto à iluminação está inapelavelmente entregue à exploração; a superiluminação de uma pessoa maximiza a eficiência econômica. O *cliente transparente* é o novo interno, o *homo sacer* do panóptico econômico (HAN, 2017a, p. 211).

Também a política e a religião interditas são reapropriadas por esse império do capital como forma de entregar aos sujeitos-consumidores um arremedo de sentimento de pertencimento, uma verdadeira troca ao Espírito Objetivo mesmo, por sua transmutação em mera mercadoria. O entretenimento é propaganda, a arte é produto, a política é espetáculo, a religião é o capitalismo.

Já faz muito tempo que o domínio e o esplendor abandonaram o campo político, deslocando-se para o campo do capital. As propagandas representam a versão capitalista dos hinos e cânticos litúrgicos. Estrelas que elogiam os

41 Contra esse movimento, diversos pensadores têm se dedicado a pensar formas de resistência a essa invasão não mediada de elementos culturais exógenos; em especial, a perspectiva da “diatética cultural”, como defesa cultural, vem sendo desenvolvida na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais: “Sob a alegação da existência de autênticas civilizações, ou centros de poder cultural, informacional, intelectual ou artístico, as nações acabam por diluir em seu espaço popular elementos estrangeiros, alheios à realidade local e às experiências, mas que se comunicam com as vivências dos cidadãos e transmitem valores. Estes são sustentados em interesses de intercâmbio cultural globalizante sob uma primeira interpretação, ingênua, mas que podem, estrategicamente, carregar valores de fragmentação da unidade cultural doméstica, degradando as experiências culturais em prol de uma realidade artificial e estranha, nutrida, em segundo plano, por interesses de dominação cultural que são, no mínimo, interessantes do ponto de vista mercadológico, mas que demonstram o seu verdadeiro poder no seu potencial geopolítico de aplicação. O choque de civilizações ocorre com o deslocamento do *front* de combate potencial das nações para a cultura. É, antes, um embate de matrizes culturais do que propriamente uma ameaça bélica. A ameaça é virtual e tal natureza pode subestimar as armas aplicadas em nível geopolítico que ferem a unidade e harmonia dos povos.” (CARDOSO, 2016, p. 102)

novos produtos são os anjos de hoje; os hinos de louvor capitalistas geram o esplendor e a glória. É o belo esplendor do domínio, aplicado e válido exclusivamente ao capital. A *aclamação* que se oferece ao domínio do capital se chama, agora, *consumo* (HAN, 2017a, p. 134-135).



Depositphotos

Assim desintegrado o Espírito Objetivo, ou ao menos fortemente atacado, encontra-se em um momento de máxima fragilidade, que leva mesmo Han a duvidar de sua capacidade de responder aos desafios pela frente. “A falta de contrapoder perpetua a ordem econômica neoliberal, a qual, por sua vez, desenvolve uma forte energia de apropriação que absorve tudo, transformando-o em moeda de troca da fórmula capitalista” (HAN, 2017a, p. 245). Ainda assim, não há que se questionar que o Estado soberano, tomando seus destinos nas próprias mãos, ainda possui a capacidade única de se contrapor em alguma medida e de forma relativamente eficaz a esse paradigma imperial. Justamente aqueles assim chamados *rogue States* pela própria diplomacia estadunidense são Estados que se colocam mundialmente contra essa imposição uniformizadora, ainda que arcando com as pesadas consequências de se indispor contra o império vigente.

Logo, apesar de uma certa descrença de Han nesse caminho de um “romantismo pós-moderno das singularidades” (HAN, 2017a, p. 195), é preciso considerar que o atual estado de intenso achincalhamento de todas as instâncias do Espírito Objetivo, somado à permanente busca dos sujeitos por formas de reconexão — que, ante o ataque ao Estado, à cultura nacional, à religião, entre outros, toma por expressão mais corrente e corriqueira o acesso a um misticismo pré-fabricado e de mero consumo —, indica o

caminho para a recuperação da liberdade do Estado para se colocar em rebeldia no plano mundial, naquele verdadeiro “estado de bravura” que aqui buscamos recuperar.

4. LEVIATÃ PORTADOR DO FOGO DIVINO

Lembraí-vos, ao menos, do que vos preveni!... Se a calamidade que se aproxima vos atingir, não acuseis a sorte... nem digais que Júpiter vos feriu com imprevistos golpes de violência. De vós, tão-somente, será a culpa... Fostes em tempo avisadas! Não será, pois, por falta de luzes, ou de tempo, que sereis imprudentemente arrastadas pela rede das desgraças

Sófocles, “Prometeu acorrentado”

Diante de um inimigo que recua às instâncias subcutâneas, subcomunicativas e mesmo capilares para não se apresentar como tal, urge, antes de mais nada, no esforço por possibilitar uma rebeldia contra um *status quo* que adquiriu mesmo um caráter “dóxico”⁴², justamente realizar aquilo que, até aqui, buscamos empreender, isto é, urge narrar esse inimigo. Mas como caracterizar o império do pensamento único é uma questão que ainda não pôde ser bem esclarecida. Saber de onde e de que forma se exerce tal domínio é essencial para que possamos justamente reagir conscientemente ao seu domínio global crescente. É esse indubitavelmente o caminho para nos evadirmos da acertada crítica de Han: “A guerra se estende e vai adentrando, inclusive, a alma de cada um. Travamos guerra não apenas com o outro, mas sobretudo conosco. Mediante essa totalidade e imanência da guerra, aquela resistência clássica que pressupunha separação nítida entre interior e exterior [...] não tem força e atuação” (HAN, 2017a, p. 251). Contra um inimigo que se virtualiza em pura positividade, e que se confunde mesmo com a liberdade individual, somente o chamado à luz inequívoco de sua ação pode talvez tentar gerar a consciência da necessidade e principalmente das possibilidades de formas de enfrentamento. A nosso favor socorre o fato de que, se ainda é necessário ao império lançar mão da violência (mesmo que positiva) para a imposição de seu domínio, é porque ele ainda não é plenamente aceito como inevitabilidade *tout court*.

A resistência massiva contra o detentor do poder atesta a falta dele; justamente por carecer de poder apela para a violência. A utilização da violência seria a tentativa desesperada de converter a impotência em poder. O detentor de poder que realmente é poderoso não deve essa capacidade à violência. Fazendo uso dela pode-se forçar o poder, mas nesse caso ele é frágil; irrompe facilmente, quiçá em virtude da fissura provocada pela violência. É um erro supor que o poder resida na violência, pois ela tem uma intencionalidade oposta (HAN, 2017a, p.146).

⁴² O termo refere-se à noção platônica de *doxa*, como opinião não refletida, ou senso comum (PLATÃO, 2012, em especial o livro V).

Assim, se, por um lado, é contra o Espírito Objetivo e contra o Estado, especificamente, que investe o império da ideia única, resta necessária a intuição de que seja também ali, naquele espaço que em tudo se contrapõe ao referido império, que restem ocultas as chaves para o exercício da rebeldia capaz de debelá-lo, e significativas pistas podem, sem dúvida, ser encontradas a respeito do caminho a percorrer. Significativamente, é preciso compreender que o império age na lógica da simples decisão, e contra isso é precisamente o resgate da politicidade que se coloca como horizonte de resoluta rebeldia e de possibilidade de reconstituição de um Espírito Objetivo verdadeiramente capaz de dar vazão às justas expectativas, tipicamente ocidentais, relativas ao exercício democrático do poder em um Estado de direito autêntico e autodeterminado: “A decisão é uma tomada de decisão sem intermediação, através da espada; ela se apoia na *violência*. Já a discussão como o *medium* do político segue um espírito completamente diferente; em lugar do *combattere* entra o *compromettere*.” (HAN, 2017a, p. 93)⁴³

Hoje, a própria política positiva-se num *trabalho*, sem qualquer chance de *um agir soberano*. O trabalho é positivo na medida em que ele jamais consegue se colocar em questão e se elevar para além das forças e coações às quais está submisso. A positividade do trabalho perpetua o estado de normalidade. Falta à política, enquanto trabalho, qualquer *horizonte transcendental* que remeta para além do *meramente possível*. A política se aconchega tranquilamente no espaço imanente do capital, que, nesse ínterim, absorve toda e qualquer transcendência, todo e qualquer exterior. Diante da positividade da política, também os partidos políticos ou as ideologias estão perdendo cada vez mais sua importância. O *vazio político* é preenchido com espetáculos de encenações midiáticas. Também os políticos se voltam e se inserem no espaço despolitizado do espetáculo. Não é sua *ação* política, mas sua *pessoa* que se torna objeto de encenação midiática (HAN, 2017a, p. 132-133).

Uma necessária constatação nesse sentido, entretanto, é a de que assim como o sujeito de desempenho exerce sobre si mesmo uma violência autorreferente⁴⁴, também o “Estado democrático de desempenho” — e que expressão sumamente antitética — tem exercido sobre si uma enorme violência pautada por um desempenho (especialmente econômico) que o torna vítima de si mesmo. Essa violência autoimposta é espe-

43 Também é significativa nesse ponto a crítica de Han à leitura de Walter Benjamin sobre a política parlamentar em sentido similar: “Benjamin claramente não compreende a *essência* do parlamento. Trata-se de um lugar para falar uns com os outros (*parler*). O parlamento desloca a imposição do direito da violência para o discurso; os acordos são livres da violência na medida em que permanece a discussão mútua. Na violência, ao contrário, habita a mudez absoluta, a perda da fala. [...] Quem realmente possui a mentalidade da violência não se permite fazer acordos. Já a democracia tem um *núcleo essencial comunicativo*; ao *falarem*, as minorias também podem influenciar um processo de decisão. A ditadura proíbe o falar; ela dita.” (HAN, 2017a, p. 108-109)

44 “O que perfaz sua constituição psíquica [a do sujeito de desempenho] não é o dever, mas o poder. Ele tem de ser senhor de si; não são ordens ou proibições, mas liberdade e iniciativa que determinam sua existência. O imperativo do desempenho converte a liberdade em coação; em lugar da exploração estranha entra autoexploração, sendo que o sujeito de desempenho explora a si mesmo até se ruir. Aqui, a violência torna-se autorreferente; aquele que explora é explorado; o agressor é, ao mesmo tempo, a vítima.” (HAN, 2017a, p.182)



Reprodução

Edições em português e espanhol do livro *Topologia da violência*, do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han

cialmente perniciosa entre os Estados mais marginalizados — eis aí, aliás, uma grande diferença entre o império e o Estado de direito, pois este, idealmente, se ocupa a todo tempo de minorar as marginalidades que seu próprio poder incessantemente provoca.

Os países mais pobres tentaram se levantar, copiando as instituições dos países mais ricos e abrindo-se para uma economia mundial comandada justamente por essas nações mais opulentas. Os países mais pobres acreditavam que bom comportamento seria recompensado com rápido ponto de convergência, marcado com um encontro primeiramente com as práticas dos mais adiantados e posteriormente com a prosperidade desses últimos mais ricos (UNGER, 2005, p. 15).

Justamente por essa razão, é preciso que a rebeldia de Estado se exerça também contra esse imperativo da ortodoxia econômica que não pode, contudo, se fiar em alquimias — é preciso um pensar rigoroso, sério, e principalmente democrático, dos caminhos a se trilhar. De essencial primazia, nesse sentido, é a urgência de desconectar certas conexões pouco lógicas entre termos completamente díspares entre si:

Entre os grandes inimigos espirituais do impulso experimentalista na recriação de instituições está a superstição do fetichismo institucional que tudo permeia: a identificação inibidora e injustificada de concepções institucionais abstratas, como a democracia representativa e a economia de mercado, com um conjunto específico e contingente de estruturas institucionais (UNGER, 2004, p. 18).

Outro elemento de rebeldia sempre à disposição é a apropriação criativa das tentativas e erros de outros Estados: “Os países mais bem-sucedidos, tanto em desenvolvimento econômico como em autoafirmação, foram com frequência os mais persistentes pilhadores de práticas e estruturas de todo o mundo” (UNGER, 2004, p. 17)⁴⁵. Em favor dessa mesma rebeldia se coloca justamente a lógica inerente ao próprio poder, que é em si mesma uma lógica construtiva e imediatamente oposta ao domínio

⁴⁵ Em mesmo sentido: “Poderíamos também garantir o fortalecimento mútuo entre experimentalismo político e iniciativas independentes de governos locais, garantindo-se espaço para ambas as perspectivas. Como consequência, poderíamos dar início às transformações nos arranjos constitucionais presentes, reformando-se os contextos nos quais eles operam.” (UNGER, 2005, p. 106)

Não é mera coincidência que justamente as grandes narrativas dos povos estejam sob ataque (por vezes, inclusive por parte de bem-intencionados pensadores que, na busca por valorizar narrativas parciais, descurem de reintegrar suas perspectivas nos horizontes mais largos de uma grande narrativa, em sentido inclusive épico)

e ao império. Não é mera coincidência que alguns, ou mesmo a maioria, dos arautos imperiais se apressem a decretar o fim da soberania estatal. A soberania já é, por si só, um forte exercício anti-imperial.

Um poder absolutamente destrutivo é uma contradição, pois seu núcleo sempre é construtivo. O poder *trabalha*, organiza e elabora para si um espaço de atuação na medida em que produz normas, estruturas e instituições; na medida em que se inscreve em uma ordem simbólica. [...] Nietzsche reconheceu muito bem a intencionalidade específica do poder, que o distingue da violência: “O sentimento de poder é conquistador, depois dominante (organizador) — regula o que foi suplantado para *sua conservação*, e para isso *preserva aquilo mesmo que foi suplantado*.” (HAN, 2017a, p. 145)

Esse caráter construtivo do poder indubitavelmente se relaciona com o ataque que todo poder particular, não adstrito ao império do *pensée unique*, especialmente o poder dos Estados, vem sofrendo, bem como com a forma desse ataque. Nesse sentido, não é mera coincidência que justamente as grandes narrativas dos povos estejam sob ataque (por vezes, inclusive por parte de bem-intencionados pensadores que, na busca por valorizar narrativas parciais, descurem de reintegrar suas perspectivas nos horizontes mais largos de uma grande narrativa, em sentido inclusive épico). Afinal, desnudar o poder de suas narrativas, de suas utopias, na prática, é uma das mais eficazes ferramentas para sua destruição: “Espaços de poder também são espaços de linguagem. Assim, estão plenos de símbolos, sinais e significados. Quem quiser destruir um espaço de poder, um corpo de poder, tem de desnudá-lo e privá-lo especialmente de sua linguagem” (HAN, 2017a, p. 149).

Urge, portanto, a rebeldia de encontrar soluções criativas que sejam capazes de se contrapor a esse processo, retomando as possibilidades de ação conjunta que, como bem percebe Han, vão se diluindo em um crescendo: “A sociedade atual está em processo de diluição: do social, do comum e do comunitário. Ela está se atomizando e se particulari-

zando a olhos vistos” (HAN, 2017a, p. 248). Se podemos e talvez devamos concordar com o diagnóstico do filósofo teuto-coreano, ainda resistimos a acatar plenamente sua tese para a solução da questão. Da parte dele, o argumento é de que ainda nos aferramos, como Baudrillard, a um “romantismo das particularidades” que insiste em acreditar na capacidade de renovação das antigas estruturas do Espírito Objetivo. De nossa parte, o argumento é de que talvez a tese da amabilidade ainda se encontre muito atrelada ao paradigma da individualidade, que, cremos, pode ser igualmente superado, dado que é ele próprio uma manifestação da cultura imperial externamente imposta. Certo, entretanto, é que a mútua desconfiança não redundaria em uma incompatibilidade essencial entre as duas teses: o nosso Estado de direito e a amabilidade não são irreconciliáveis. Aliás, uma manifestação da amabilidade, a fraternidade, se inscreve mesmo no lema da Revolução Francesa que fez efetivar no mundo este nosso novo modelo de Estado.

De fato, talvez Han tenha alguma razão ao supor que a solução possa passar também por uma libertação do sujeito de desempenho para o ócio e a criatividade, isto é, para o chamado nietzscheano ao homem soberano, que é seu ponto antipodal:

O homem soberano de Nietzsche é, na verdade, um contramodelo crítico cultural do sujeito de desempenho esgotado, depressivo. Assim, ele figura como um homem do ócio. Para Nietzsche, a contramão desse direcionamento seria o hiperativo. A “alma forte” conserva propriamente a “calma”, “move-se lentamente” e sente “aversão contra o que é por demais vivaz”. Em Assim falava Zaratustra, Nietzsche escreve: “a todos que amam o trabalho bruto, e amam a celeridade, a novidade, o estranho — vós vos portais mal, vossa operosidade é fuga e vontade de esquecer a vós mesmos. Se acreditásseis mais na vida, vós vos lançáreis menos ao momento. Mas para a espera não tendes suficiente conteúdo em vós — e inclusive não a tendes para o ócio⁴⁶ (HAN, 2017a, p. 266-267).

46 O trecho de Nietzsche que Han cita se encontra no instigante sermão “dos pregadores da morte”, onde se lê: “Há pregadores da morte, e a terra está cheia daqueles para os quais é preciso pregar a desistência da vida. Cheia está a terra de supérfluos, corrompida está a vida por muitos dentre os muitos. Que saiam dessa vida, atraídos pela ‘vida eterna!’ [...]. Essas criaturas terríveis sequer se tornaram homens. Que preguem a desistência da vida e desapareçam! Há os espiritualmente depauperados: logo que nascem começam a morrer e anseiam por doutrinas de lassidão e renúncia. Desejariam eles estar mortos, e deveríamos aprovar o seu desejo! Vamos nos guardar de despertar esses mortos e de lhes violar os caixões da vida. Quando se reúnem com um velho, um inválido ou um cadáver, — dizem logo: ‘a vida é refutada’. Eles é que são refutados; e os olhos deles só veem um aspecto da existência. Envolto em densa melancolia e ansiosos [por] que pequenas coincidências lhes tragam a morte: é assim que esperam com os dentes cerrados. Ou então tentam agarrar doces e zombam da própria infantilidade: penduram-se à vida como palha e ainda fazem troça por estarem pendurados. Sua sabedoria é a seguinte: ‘Tolo é aquele que permanece vivo, mas somos todos nós também tolos! E isto é a maior tolice da vida!’ [...] eles querem se livrar da vida. O que lhes importa, se outros acabam se prendendo mais firmemente a ela com correntes e dádivas? E vós também, vós para quem a vida é trabalho árduo e inquietação, não estais por demais cansados da vida? Não estais por demais maduros para o sermão da morte? Vós todos que amais o trabalho árduo que é rápido, novo, estranho — vós suportais-vos mal a vós mesmos e ao vosso trabalho, o que é fuga e desejo de esquecerdes de vós mesmos. Se acreditásseis mais na vida, não vos entregáreis tanto ao momento corrente. Porém, não tendes em vós conteúdo suficiente para esperar — e menos ainda para a preguiça!” (NIETZSCHE, 2014, p. 62-64). Em mesmo sentido vão as críticas contundentes e avassaladoras que FORRESTER (2002) tece contra uma sociedade viciada em se determinar apenas em uma lógica de trabalho, desempenho e produção, sem espaço para a criatividade, a arte, a reflexão, a filosofia e o ócio.

Somente a rebeldia criativa, aliada à retomada da politicidade e da busca por soluções de compromisso dedicadas a recolocar as culturas de cada povo e seus respectivos Estados nos eixos da perseguição dos seus próprios objetivos (especialmente de seus direitos fundamentais), no sentido de uma irrestrita autodeterminação, poderá reerguer a plena vitalidade e o orgulho do Estado de direito ocidental

Talvez, aliás, os caminhos para uma superação dos atuais paradigmas tão fortemente antidemocráticos passem justamente por estabelecer soluções inovadoras, mas também complexas, portanto opostas ao império da incultura. “A ditadura da transparência aniquila o vago, o opaco, o complexo” (HAN, 2017a, p. 205). O que as instigantes denúncias de Byung-Chul Han evidenciam indubitavelmente é a urgência desse exercício, de um repensar rebelde das tão aclamadas fórmulas padronizadas do neoliberalismo. Somente a rebeldia criativa, aliada à retomada da politicidade e da busca por soluções de compromisso dedicadas a recolocar as culturas de cada povo e seus respectivos Estados nos eixos da perseguição dos seus próprios objetivos (especialmente de seus direitos fundamentais), no sentido de uma irrestrita autodeterminação, poderá reerguer a plena vitalidade e o orgulho do Estado de direito ocidental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dirá Mangabeira Unger: “As ideias por si sós não mudam o mundo. Sem ideias, porém, não podemos mudá-lo” (UNGER, 2018, p. 13)⁴⁷. A frase, de compreensibilidade particularmente interessante para um espírito hegeliano, cala fundo na alma daqueles que vivem sob o domínio feroz de um efetivo império. Como buscamos discutir neste artigo, sob império, a atitude usual dos homens ocidentais, desde o heilenismo, tem sido um mergulho na subjetividade e numa suposta liberdade interior.

A essa liberdade de Eпитeto, que, preso ao tronco e escravizado, se afirmava

47 E notavelmente segue imediatamente em seu raciocínio para dizer: “As que mais importam são aquelas que ligam o entendimento do existente à imaginação do possível — do possível adjacente, aquele que podemos alcançar a partir da situação em que nos encontramos, com os meios que já temos ou que podemos providenciar.” (UNGER, 2018, p. 13)

tão livre quanto César no trono, se contrapõe uma liberdade muito mais verdadeira e efetiva, a liberdade política, que adquire força palpável no processo de autodeterminação dos destinos de uma comunidade que se vê, por ora, interdita pelo domínio imperial que impõe sua vontade externamente e contra toda possibilidade de reflexão. A mudança na topologia da violência do império presente não modifica essencialmente as questões, os problemas e as eventuais tentativas de solução que se possa imaginar.

De fato, buscamos justamente instar o sentimento da urgência de se retomarem em mãos próprias os destinos do Estado de direito, e do nosso Estado brasileiro, em particular. Isto é, de se repolitizarem todas as instâncias que o domínio imperial sub-repticiamente vem despolitizando e desideologizando. De se reativar a negatividade que o fetiche da transparência irrestrita vem furtando ao humano. Para tal imensa e instigante tarefa, buscamos justamente retomar um termo do próprio império, que pejorativamente denuncia aqueles poucos Estados no mundo que ainda ousam se colocar contra o seu domínio absoluto: Estados rebeldes.

Ressignificada, a rebeldia estatal se coloca como abertura e desafio de criatividade para a reconfiguração dos diversos momentos do Espírito Objetivo que a sãna imperial pela ocultação da violência envolvida nos mecanismos de seu próprio domínio acabou por estilhar. Poesia, sabedoria, rebeldia, teimosia, utopia. Como na música que serviu de epígrafe a este texto, que a arte proveja a intuição necessária para este nosso imenso desafio.

* Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Biologia pela USP, bacharel em Biologia pela UFMG. Membro do Grup Internacional de Recerca "Cultura, Història i Estat" (Girche), coordenado pelos professores doutores Gonçal Mayos Solsona (Universitat de Barcelona) e José Luiz Borges Horta (UFMG). Parte substancial deste trabalho foi desenvolvido quando o autor era bolsista financiado pelo CNPq. *E-mail*: hugorezende20@yahoo.com.br

** Graduando em Ciências do Estado pela UFMG, pesquisador voluntário de iniciação científica no projeto "Ciências do Estado: caminhos e soluções institucionais para o Brasil" e monitor bolsista da UFMG, sob orientação do prof. dr. José Luiz Borges Horta. Membro do Girche. *E-mail*: joaopedrobarvalho@gmail.com

► Texto recebido em 29 de maio de 2021; aprovado em 8 de julho de 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal**: ensaio sobre os fenômenos extremos. Tradução Estela dos Santos Abreu. Campinas: Papirus, 1992.

CARDOSO, Paulo Roberto. **Diatética cultural**: Estado, soberania e defesa cultural. 2016. 206f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

COSTA MATOS, Andityas Soares de Moura. **O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **História da sexualidade**. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque; J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 3 v.

_____. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017c.

_____. **A salvação do belo**. Tradução Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019a.

_____. **Hegel y el poder**: un ensayo sobre la amabilidad. Tradução Miguel Alberti. Barcelona: Herder, 2019d.

_____. **Hiperculturalidade**: cultura e globalização. Tradução Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019b.

_____. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. **O que é poder?**. Tradução Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019c.

_____. **Sociedade da transparência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017b.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017d.

_____. **Topologia da violência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)**: a filosofia do espírito. Tradução Paulo de Meneses. São Paulo: Loyola, 1995. v. 3.

_____. **Lecciones sobre filosofia de la religión**: introducción y concepto de religión. Tradução Ricardo Ferrara. Madrid: Alianza, 1998. v. 1.

_____. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**: ou direito natural e ciência do Estado em compêndio. Tradução Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Unisinos; Loyola, 2010.

_____. **Princípios da filosofia do direito**: ou direito natural e ciência política em compêndio. Tradução Paulo Meneses et al. Porto Alegre: Fênix, 2021.

HENRIQUES, Hugo Rezende; CARVALHO, João Pedro Braga de. Conhece-te a ti mesmo: Hegel e o destino do Estado de direito. In: TASSINARI, Ricardo Pereira; BAVARESCO, Agemir; MAGALHÃES, Marcelo Marconato (Org.). **Hegel e a contemporaneidade**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020, p. 347-358.

HORTA, José Luiz Borges. **Dialética do Poder Moderador**: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil. 2020. 257f. Tese (Cátedra em Teoria do Estado)— Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

_____. Entre o Hegel racional e o Hegel real. In: BAVARESCO, Agemir; MORAES, Alfredo. (Org.). **Paixão e astúcia da razão**. Porto Alegre: Editora Fi, 2013. p. 125-142.

_____. Hegel, paixão e História. In: HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. **História, Estado e idealismo alemão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 73-82.

_____. La era de la justicia: derecho, Estado y límites a la emancipación humana, a partir del contexto brasileño. **Astrolabio: Revista Internacional de Filosofía**, v. 11, p. 75-85, 2011.

_____. Ratio juris, ratiopotestatis: breve abordagem da missão e das perspectivas acadêmicas da filosofia do direito e do Estado. **Revista da Faculdade de Direito**. Belo Horizonte, v. 49, p. 145-160, 2006.

_____. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 23, p. 783-806, 2012.

_____. FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinícius de. A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao Estado de direito. **Confluências**, Niterói, v. 14, p. 120-133, 2012.

KINDLEBERGER, Charles Poor. Dominance and leadership in the international economy. **International Studies Quarterly**, p. 242-254, 1981.

_____. **The world in depression: 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1986.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAYOS SOLSONA, Gonçal. Conflictos de legitimación en la turboglobalización. In: BILBENY, Norbert (Coord.). **Legitimidad y acción política**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018, p. 317-338.

_____. Genealogia i crítica del pensament únic. In: CASTANY MAGRANER, Bernat (Org.). **Globalització: pensament únic**. Barcelona: Liceu Joan Maragall; La Busca Edicions, 2000, p. 17-40.

_____. **Homo obsoletus**: precariedade e desempoderamento na turboglobalização. Barcelona: Linkgua-Digital, 2019.

_____. Nuevos “fenómenos-inter”: interconstitucionalidad e interculturalidad. In: _____. REMOTTI CARBONELL, José Carlos; MOYANO DÍAZ, Yanko (Ed.). **Interrelación filosófico-jurídica multinivel: estudios desde la interconstitucionalidad, la interculturalidad y la interdisciplinariedad para un mundo global**. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2016, p. 39-61.

MIDDELAAR, Luuk van. **Politicídio**: o assassinato da política na filosofia francesa. Tradução Ramon Alex Gerrits. São Paulo: É Realizações, 2015.

MORUS, Thomas. **Utopia**. Tradução Anah de Melo Franco. Brasília: Editora UnB, 2004.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. Tradução Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução Felipe Denardi. Campinas: Vide, 2016.

PLATÃO. **A República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 13. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

SALDANHA, Nelson. **Ordem e hermenêutica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A ideia de justiça no mundo contemporâneo**: fundamentação e aplicação do direito como maximum ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

_____. Estado ético e Estado poiético. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr.-jun. 1998.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2020.

_____. **O conceito do político e teoria do partisan**. Tradução Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SÓFOCLES. Prometeu acorrentado. In: SÓFOCLES. **Rei Édipo; Antígone; Prometeu acorrentado**. Tradução J. B. Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p. 113-137.

SOUZA, Henrique José da Silva. **Teoria da (in)decisão política: uma investigação da democracia sitiada pela sondocracia**. 2015. 147f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

_____. **Necessidades falsas**: introdução a uma teoria social antideterminista a serviço da democracia radical. Tradução Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O direito e o futuro da democracia**. Tradução Caio Farah Rodriguez e Marcio Soares Grandchamp. São Paulo: Boitempo, 2004.

Acumulação primitiva socialista na China: uma visão alternativa das anomalias do “capitalismo” chinês

Primitive socialist accumulation in China: an alternative view on the anomalies of Chinese “capitalism”

sam-kee cheng*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.012>



Reprodução: <https://architizter.com/>

Fase II do projeto arquitetônico da sede do banco chinês ICBC no novo distrito financeiro de Pequim



Reprodução: <https://architizter.com/>

RESUMO

O sistema econômico chinês ainda não foi adequadamente explicado por nenhum modelo. As indústrias de exportação da China foram de início vistas como uma fonte de mão de obra barata, mas sua economia emergiu como um competidor sério no capitalismo avançado. No entanto, depois de décadas de reformas de mercado, o setor estatal da China, em vez de desaparecer ou ser marginalizado, tornou-se líder em setores estratégicos e motor do crescimento do país, focado em investimento. Cientistas políticos e economistas heterodoxos há muito tempo argumentam que a China é, na melhor das hipóteses, uma variante do capitalismo global. Este artigo discute teorias heterodoxas que concebem a China como parte do capitalismo global ou a veem como uma variedade do capitalismo. Ele então examina as anomalias do “capitalismo” chinês e sugere que a acumulação primitiva socialista — operando em conflito com a acumulação capitalista — oferece um quadro teórico mais apropriado para se estudar o desenvolvimento da China.

Palavras-chave: Capitalismo chinês. Acumulação primitiva socialista. Preobrazhensky. Empresas estatais. Corporativismo.

ABSTRACT

China's economic system has yet to be adequately explained by any models. China's export-led industries were initially viewed as a source of cheap labor but its economy has now emerged as a serious competitor to advanced capitalism. However, after decades of market reform, China's state sector, rather than disappearing or being marginalized, has become a leader in strategic sectors and the driver of its investment-led growth. Heterodox political scientists and economists have long argued that China is at best a variant within global capitalism. This paper discusses heterodox theories that position China as part of global capitalism or regard it as a variety of capitalism. It then examines the anomalies of Chinese “capitalism” and suggests that primitive socialist accumulation — operating in conflict with capitalist accumulation — offers a more appropriate theoretical framework for studying China's development.

Keywords: Chinese capitalism. Primitive socialist accumulation. Preobrazhensky. State-owned enterprises. Corporatism.

1. INTRODUÇÃO

Diz-se que a reforma de mercado na China, em 1978, marcou a transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. O sucesso da China é atribuído à adoção do capitalismo sob a supervisão do Partido Comunista. A economia chinesa hoje é certamente muito diferente da que havia na era pré-reforma de mercado; ainda assim, as indústrias estratégicas, que Lênin chamou de “alto comando da economia”, ainda são estatais e tiveram um papel muito importante no desenvolvimento econômico chinês (HEILMANN; MELTON, 2013; XU, 2017). Enquanto muitos economistas tradicionais e governos ocidentais se tornaram céticos a respeito da aceitação da economia de mercado por parte da China, algo exemplificado na contínua recusa dos Estados Unidos, União Europeia e Japão de concederem ao país o *status* de economia de mercado (ZALAN, 2016), a maior parte das organizações políticas e acadêmicos de esquerda do Ocidente não hesita em atribuir o crescimento econômico da China à sua incorporação ao sistema capitalista global e em criticar essa associação. Alguns veem a China como uma potência imperialista emergente. No entanto, o governo chinês tem buscado um crescimento impulsionado por investimentos e obteve uma melhora considerável no padrão de vida local, o que cria um forte contraste com a tendência geral de austeridade. Além disso, o comércio exterior da China e seu investimento em países em desenvolvimento, especialmente por meio de empresas e bancos estatais, melhorou os termos de troca com seus parceiros, especialmente durante a recessão global de 2008. Tanto a “Nova Rota da Seda” (“Belt and Road Initiative”) comandada pela China quanto o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura buscam tratar de falhas no desenvolvimento de infraestrutura no mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

Apesar das diferenças claras com as doutrinas neoliberais, alguns teóricos heterodoxos ainda veem a China como um Estado neoliberal. Eles argumentam que, ao fazer o capitalismo funcionar por meio de intervenção estatal, a China está apoiando a hegemonia estadunidense e é cúmplice do capitalismo global (PANITCH; GINDIN, 2012; HARVEY, 2007; HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005). Alguns consideram que tais diferenças são características do capitalismo chinês, uma variedade de capitalismo que teria o potencial de rivalizar com o capitalismo anglo-americano (MCNALLY, 2012; TEN BRINK, 2014). Embora esses teóricos discordem quanto aos possíveis resultados, veem o desenvolvimento capitalista da China como a principal razão tanto para a sua aderência ao resto do capitalismo mundial como para suas diferenças em relação a ele.

Contudo, as anomalias na política econômica chinesa não só não desaparecem como se tornam mais proeminentes, especialmente durante a recessão global. Lo (2016b) acompanha a trajetória mutante da política econômica chinesa durante os anos da reforma de mercado e mostra que ela tem um caráter duplo: submissa e também resistente às dinâmicas sistemáticas do capitalismo global. Lo (2016a) desco-

O setor estatal chinês não foi marginalizado; sua influência na economia foi fortalecida e sua competitividade internacional aumentou. A esmagadora maioria das principais corporações chinesas é estatal

bre que o modelo econômico chinês tem sido, em linhas gerais, antitético ao modelo neoliberal, embora demonstrando certa orientação neoliberal desde 2008, com uma proporção cada vez maior de investimento em atividades não produtivas. O setor estatal chinês não foi marginalizado; sua influência na economia foi fortalecida e sua competitividade internacional aumentou. A esmagadora maioria das principais corporações chinesas é estatal. Na lista da *Fortune Global 500* de 2018, 111 firmas chinesas estavam presentes, e, no *top 100*, 22 eram chinesas e apenas uma (Huawei, em 72º), privada (BOFIT, 2018). Estatais também são responsáveis pela maior parte do investimento direto da China no exterior; elas responderam por 53,6% das ações de investimento direto da China no estrangeiro em 2014 (MOFCOM, 2015). A produtividade dessas empresas também aumentou exponencialmente. De entrave para a economia nos anos 1980, as estatais se transformaram em líderes de mercado, com competitividade internacional, e constituíram uma forte barreira para o capitalismo global no século XXI. Embora o consumo como porcentagem do gasto agregado tenha caído, a taxa média anual de crescimento do consumo foi de 9,2% entre 1978 e 2013 (LO, 2016a, p. 247). Lo (2016a) concluiu que a dupla meta de crescimento econômico sustentável e expansão compensatória do emprego foi amplamente conquistada graças à transição de um crescimento intensivo em força de trabalho para um crescimento com intensificação de capital desde meados dos anos 1990.

Tanto internamente quanto no exterior, o setor estatal chinês representou um papel importante ao romper com as práticas neoliberais e aderir à política de Estado, ou planificação. Seu contrapeso à ordem econômica neoliberal foi ignorado pela maior parte dos teóricos heterodoxos. Este artigo examina as anomalias e as origens da acumulação primitiva socialista. Argumenta-se que a adoção da reforma de mercado pela China ajudou a construir um setor estatal forte e não capitalista, que representa uma diferença fundamental em relação à acumulação capitalista. Essas duas tendências incompatíveis existem em uma economia política na qual a acumulação capitalista é um tipo de acumulação subordinado. A reforma de mercado é um meio-

-termo estratégico, conforme se explicará nas seções 3.4 e 3.5; a China estava perto do limite dos seus meios internos para a acumulação primitiva socialista e seus líderes decidiram então alcançar os Estados Unidos em comércio global, tecnologia estrangeira e investimento. A reforma de mercado, incluindo a liberalização do mercado de trabalho, facilita a acumulação capitalista doméstica e internacional, mas também avança a acumulação primitiva socialista no sentido de que o setor estatal aumenta significativamente o valor de seus bens, a produtividade de sua mão de obra e sua competitividade. A teoria da acumulação primitiva socialista teve origem com a abordagem que Preobrazhensky faz da “Nova Política Econômica”. Ele argumenta que, depois de depor o governo capitalista, uma economia de transição exige recursos externos ao seu sistema para ajudar a cimentar a base material para o socialismo, daí a acumulação primitiva socialista. Ainda assim, a acumulação primitiva socialista só pode criar as precondições para o socialismo, e não produzir automaticamente a transição para o socialismo, já que esse resultado depende da rivalidade entre tendências e classes sociais concorrentes, não apenas na China, mas em uma escala global.

Em seguida a esta introdução, a seção 2 do artigo examina as duas principais teorias heterodoxas do desenvolvimento econômico chinês, a seção 3 discute as anomalias reveladas por essas teorias e a seção 4 argumenta que a teoria da acumulação primitiva socialista pode explicar a razão dessas anomalias.

2. A CHINA COMO PARCEIRA NO SISTEMA CAPITALISTA GLOBAL

Esta seção discute as principais teorias a respeito da incorporação da China ao sistema capitalista global: 1) como parceira da globalização neoliberal comandada pelos EUA; e 2) como modelo variante no sistema capitalista global.

2.1. A China como parte do capitalismo global

Em oposição à visão dominante de que o Estado não cumpre mais um papel na era da globalização, alguns economistas e cientistas políticos heterodoxos (JESSOP, 2010; WOOD, 2005; PANITCH; GINDIN, 2012) assinalam que Estados nacionais são importantes na formação e manutenção do sistema capitalista global contemporâneo. Estados nacionais se alinham aos interesses do capital global, adotam a reforma neoliberal e buscam ativamente eliminar ou reduzir drasticamente o papel do Estado na economia. Ao mesmo tempo, o Estado assumiu a responsabilidade de manter as insatisfações sob controle e de lidar com problemas sociais, econômicos e políticos criados e intensificados pela desregulamentação e flexibilização. Os Estados nacionais contribuem para isso ao promoverem a acumulação de capital de maneira a contribuir com a gestão da ordem capitalista internacional por parte dos EUA (PANITCH; GINDIN, 2012, p. 8). Os Estados Unidos não precisam exercer o domínio colonial direto sobre outros Estados, já que as instituições internacionais instaladas após a Segunda Guerra Mundial são poderosas o suficiente para manterem os outros

na linha e atuarem de acordo com os interesses do capital financeiro, uma vez que os Estados capitalistas têm interesse no sucesso da acumulação de capital e assumem a responsabilidade de criar o ambiente para a acumulação capitalista (PANITCH; GINDIN 2012, p. 7, 11). Esses autores acreditam que a internacionalização do Estado e a interpenetração do capital tornam muito pouco provável o surgimento de desafios ao império estadunidense — o maior garantidor global dos interesses capitalistas —, apesar da competição econômica entre capitais nacionais. Panitch e Giddin argumentam que a China colaborou voluntariamente com o capital global, o que levou a mudanças globais na estrutura industrial e nos preços das *commodities*: o aumento do investimento de capital depois da entrada da China na Organização Mundial do Comércio veio de corporações multinacionais que queriam usar a China como uma plataforma de exportação. O dramático desenvolvimento capitalista da China afetou a atividade econômica em todos os lugares, forçando a reestruturação industrial não apenas domesticamente, mas também no exterior, e determinando os preços globais de *commodities*. As “portas abertas” da China no início do século XXI foram completamente diferentes das de um século antes porque desta vez o capital global entrou a convite (PANITCH; GIDIN, 2012, p. 293-296).

Como maior comprador de títulos do Tesouro dos EUA, o capital chinês é uma importante fonte de renda para o capital financeiro estadunidense e ajuda a manter a dominância dos Estados Unidos no sistema financeiro global. O caminho escolhido pelo governo chinês reforça a hegemonia dos EUA e ao mesmo tempo prejudica gravemente sua produção doméstica e sua capacidade de consumo. Conforme ilustram Panitch e Gindin, o maior fluxo de capital provindo do mundo em desenvolvimento tomou a forma de compras muito maiores de títulos do Tesouro estadunidense. Foi também uma condição necessária do desenvolvimento bem-sucedido do capitalismo orientado para a exportação. Como as exigências do livre comércio neoliberal implicavam o fim da proteção dos seus mercados domésticos de manufaturas contra os produtos importados, a preocupação em restringir a importação de bens de consumo e ao mesmo tempo acelerar a competitividade de exportação exigia limitar a renda da classe trabalhadora (PANITCH; GINDIN 2012, p. 286).

2.1.1. Um regime de trabalho neoliberal

O livre fluxo de capitais gerou uma busca global por mão de obra barata. A mão de obra é submetida à competição internacional e a um regime trabalhista no qual salários são mantidos em estagnação enquanto os ganhos do capital disparam — uma das muitas características do neoliberalismo; destruir ganhos que as classes trabalhadoras tiveram no passado é a base dessa doutrina. A abertura da China permitiu uma nova divisão internacional do trabalho e a realocação do setor de produção de base do mundo em desenvolvimento. Isso, combinado com o crescimento de produtividade em países desenvolvidos, resultou na queda do emprego no setor de manufatura nesses países (SMITH, 2016).

A reforma de mercado chinesa em 1978 resultou em uma mudança dramática no mercado de trabalho. A mão de obra rural não era mais impedida de viajar para fora de sua área de registro¹ e lhe foi permitido encontrar ocupações nas cidades, embora o registro de domicílio rural dessas pessoas continue existindo e elas, portanto, não sejam cobertas pelos serviços sociais das cidades. O fluxo de centenas de milhões de trabalhadores migrantes na China se tornou uma grande fonte de mão de obra barata em escala global. Os trabalhadores migrantes se tornaram uma ampla reserva de força de trabalho e são mais propensos a aceitar salários baixos e condições de trabalho precárias, uma vez que têm menos direitos e menor provisão de bem-estar social que os trabalhadores urbanos formalmente registrados. O relatório de monitoramento nacional dos trabalhadores migrantes mostra que havia 277 milhões de trabalhadores migrantes na China em 2015, e 63,8% deles não tinham contrato (NBS, 2016b); 12,9% tinham contratos permanentes; 3,4%, temporários por menos de 1 ano; e 19,9%, temporários por mais de 1 ano (NBS, 2016b). Apenas 1,1% dos trabalhadores migrantes não tinham educação formal, quase 60% tinham pelo menos o nível secundário, e 8,3%, formação superior (NBS, 2016b). O maior grupo de trabalhadores migrantes, 31,3%, ou seja, mais de 86 milhões, trabalhavam na indústria manufatureira (NBS, 2016b). A reestruturação do regime de trabalho não está confinada ao setor privado.

A reforma das estatais nos anos 1990 também levou à privatização e fechamento de um grande número de estatais de pequeno e médio porte, e milhões de antigos funcionários públicos se tornaram supérfluos no processo. Como resumido por Andreas, o impacto da reforma das estatais, agravado pela aceitação da China na OMC, significou que tanto as empresas privadas como as estatais foram submetidas à competição de mercado. Segundo o autor, a entrada da China na OMC, em 2001, seguida por uma abolição mais sistemática dos impedimentos legais ao comércio e investimento internacional, deu força às reformas de mercado ao submeter mais profundamente as empresas chinesas à competição internacional. Com poucas exceções, todas as firmas foram obrigadas a reduzir o custo do trabalho e das obrigações sociais que não contribuíam diretamente para o lucro. Segundo Andreas, como resultado das reformas radicais feitas nos últimos anos, a economia de mercado não capitalista que existia nos anos 1980 foi transformada em economia capitalista. Não haveria mais um setor socialista, e virtualmente todas as empresas, públicas ou privadas, que empregam mais do que um punhado de pessoas agora estariam operando de acordo com princípios capitalistas (ANDREAS, 2008).

Muitos estudos mostraram que os trabalhadores saíram perdendo na reforma de mercado. Os teóricos do capitalismo global argumentam que a “corrida para o fundo” em escala global se tornou possível, em larga medida, em razão de a China ter aberto seu mercado de trabalho. Uma força de trabalho relativamente educada e especializada, inacessível ao capital no passado, formou um enorme exército de reser-

1 O sistema *hukou* (registro de residência) estava firmemente em vigor antes de 1978, durante o período maoísta, quando cidadãos chineses não podiam viajar para além de sua área de registro nem trabalhar fora dela sem permissão.



Foto: Xinhua

Trabalhadores chineses

va — tanto que a mão de obra barata da China se tornou uma oportunidade de ouro para o capital estrangeiro. No entanto, deve-se lembrar que é a lei do lucro que move o capital, não a mão de obra barata².

2.1.2. “Go global” (seja global) como sintoma da superprodução

Segundo esses teóricos heterodoxos, o aumento dos investimentos no exterior por parte das empresas chinesas na virada do século pareceu demonstrar seu crescente alinhamento com a ordem econômica global e constitui uma preocupante reprodução de poder imperialista.

Sendo a potência manufatureira do mundo, a China precisa importar matéria-prima para sustentar seu nível de produção. A importação contínua de *commodities* primários pela China tem sido uma fonte importante de renda para alguns países em desenvolvimento, especialmente durante a recessão global, e contribuiu positivamente para os termos de troca dos países em desenvolvimento (LO, 2016b).

Apesar disso, alguns podem achar que o padrão de comércio entre a China e os países em desenvolvimento tem aparência de um relacionamento assimétrico no qual os países em desenvolvimento exportam *commodities* primárias e importam bens manufaturados. Sendo um país de desenvolvimento tardio, a China aparentemente segue o modelo de produção em massa e baixo consumo doméstico, e, portanto, precisa dos mercados estrangeiros para obter recursos e exportar, como todo mundo. Como Hart-Landsberg e Burkett (2005, p. 112) elaboram: analistas tradicionais nem sequer param para refletir na coexistência, no crescimento da China, entre superprodução (refletida na deflação e na crescente capacidade de produzir excedentes, especialmente nas indústrias de bens de consumo duráveis) e aumento da intensidade de

2 Como explicado por Marx no volume 3 de *O Capital*, o investimento de capital no exterior é uma estratégia para contrabalançar a influência da queda da taxa de lucro. Ver mais explicações em Carchedi e Roberts (2018).

exportações como possível sintoma de mau funcionamento mais profundo, especialmente dado o aumento contínuo da desigualdade. Na realidade, como a experiência chinesa fortemente demonstra, a superprodução e a dependência de exportações são resultados gêmeos da tendência capitalista a desenvolver forças produtivas apenas mediante a exploração do trabalho e suas condições naturais e sociais, um processo que restringe o crescimento do mercado de massa em relação à capacidade produtiva.

Além da necessidade de mercados estrangeiros e recursos, o fluxo externo de capital é visto como mais um sinal de superacumulação capitalista. Segundo Harvey (2007, p. 14), os excedentes acumulados da China ou estão patrocinando a dívida dos EUA, e, portanto, o mercado estadunidense para bens chineses, ou são investidos no exterior para garantir a posição do país nos mercados estrangeiros. Segundo um relatório da Comissão de Avaliação de Segurança e Economia Estados Unidos-China, a maior parte das reservas de câmbio da China no exterior é investida em títulos do Tesouro estadunidense (SALIDJANOVA, 2011, p. 14). Embora a Corporação de Investimento da China (CIC), criada em setembro de 2017, tenha como objetivo diversificar as reservas estrangeiras, a maioria de seus investimentos globais ainda é em títulos públicos, e os títulos estadunidenses correspondem à maior parte dos títulos do CIC, com 46,32% no final de 2015, uma ligeira melhora em relação aos 49,2% verificados em 2012 (CIC, 2012; 2015).

Em contraste com o fundo soberano de riquezas, no final de 2014 a maioria (82,5%) do estoque de IEDs chineses era investida no mundo em desenvolvimento, e as estatais respondiam por 53,6% desses investimentos (MOFCOM, 2015, p. 20, 26). A construção e o desenvolvimento de infraestrutura em larga escala envolvidos nesses investimentos no mundo em desenvolvimento exigem comprometimento de capital de longo prazo e geram um retorno relativamente baixo quando comparado com o dos investimentos de portfólio.

Os investimentos chineses em mercados financeiros e em projetos de construção e infraestrutura em larga escala representam a existência de duas tendências conflitantes na acumulação. Em uma economia em que há acumulação capitalista, a pressão para que o capital chinês privado se acumule seria a mesma que sobre qualquer outro capital privado, e, portanto, segue a tendência de financeirização. A superacumulação pode ser um motivo para a fuga de capital e para a busca de mercados e recursos estrangeiros. No entanto, como é defendido na parte final deste artigo, a acumulação capitalista pode não ser a única modalidade de acumulação na China; se o excesso de acumulação não estiver alavancando o investimento externo, o que mais o estará alavancando? Com o crescimento da produtividade, poderia o excedente de produto em relação à demanda doméstica ser usado para facilitar a acumulação do setor estatal? Poderia o comércio exterior ser parte de um plano de economia socialista?

Em sua tese *Is China still socialist?: a Marxist critique of János Kornai's analysis of China* (a China ainda é socialista? Uma crítica marxista à análise de János Kornai sobre a China), Khoo (2018) argumenta que em uma “economia commodity-socia-

lista” mista, na qual a produção capitalista não é o modo dominante de produção e está competindo com a economia coletivizada, há uma interação necessária entre o setor privado e o setor estatal. A acumulação em favor do setor estatal se baseia no intercâmbio desigual no âmbito de seu processo de produção, à custa do setor privado, embora este último resista vigorosamente para evitar a acumulação ótima no setor estatal. Enquanto a acumulação capitalista acontece no setor privado, o setor estatal precisaria produzir um excedente de produtos para consumo e para expandir empresas estatais já existentes. Os novos recursos exigem tal expansão e não estão confinados ao setor estatal, mas precisam ser tirados do setor privado doméstico e externo, especialmente em economias nas quais as desproporções internas e o atraso industrial exigem importações para aliviar a situação (KHOO 2018, p. 198). Sob tal circunstância, importações planejadas de meios de produção se tornam um regulador automático de todo o processo de reprodução expandida (KHOO, 2018, p. 198).

A política “seja global” (*zou chu qu*) foi introduzida no Décimo Plano Quinquenal da China, em 2001. Seus quatro objetivos estão claramente expostos em uma circular oficial de 2004, que encoraja empresas chinesas a investir no exterior, particularmente em: 1) recursos primários que faltam à China; 2) áreas que podem permitir a exportação de bens e tecnologia chinesas com vantagens comparativas; e 3) áreas que podem permitir o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento chineses com tecnologia moderna e gerência de habilidades (NDRC et al., 2006).

Para críticos como Harvey (2004), o princípio da planificação da economia estatal chinesa não se diferencia do princípio da acumulação de capital. A presença do Estado no processo de acumulação de capital só mostra diferença quanto às novas formas de acumulação de capital. Tais autores veem a China como uma versão moderna da Alemanha de Bismarck ou do Japão da era Meiji, quando o Estado esteve ativamente envolvido na criação de conglomerados domésticos (HARVEY, 2004), embora os conglomerados chineses sejam, em geral, do Estado.

2.2. A China como uma variante do modelo capitalista global contemporâneo

Enquanto alguns teóricos heterodoxos acreditam que a China é um parceiro indispensável para a sustentação e o reforço do capitalismo global comandado pelos Estados Unidos no século XXI, outros reconhecem essa potência emergente como uma variante, acreditando que as diferenças residem na forma de capitalismo.

2.2.1. Sinocapitalismo

McNally (2012) descreve o caminho do desenvolvimento econômico da China como um sinocapitalismo, híbrido que consiste em vários arranjos institucionais compensatórios inter-relacionados e codependentes (MCNALLY, 2012, p. 749). É uma nova forma de capitalismo que se baseia elementos ocidentais, asiáticos, socialistas e chineses, históricos e modernos (MCNALLY, 2012, p. 748). Há três características

principais no sinocapitalismo: 1) o uso intenso de relações interpessoais (*guanxi*) para formar e fazer proliferar redes de negócios informais com alcance global; 2) o papel de liderança do Estado ao promover e guiar a acumulação capitalista; e 3) alguma absorção das instituições e valores anglo-americanos para formar um híbrido, uma forma liberal de mercado do capitalismo de Estado (MCNALLY, 2012, p. 750).

McNally explica que o sinocapitalismo vê os mercados como meras ferramentas em uma estratégia mais ampla e guiada pelo Estado para criar uma política econômica competitiva internacionalmente (MCNALLY, 2012, p. 766). O Estado chinês não apenas manteve o controle do alto comando da economia durante todo o período de reforma, mas também utilizou um mecanismo efetivo de indicação de pessoal do Partido Comunista (*nomenklatura*) para encorajar os quadros a melhorar a *performance* econômica local. Há também instituições para implementar políticas industriais centrais. Pode não haver uma fórmula fixa no sinocapitalismo, uma vez que a liderança chinesa adotou uma abordagem cuidadosa e experimental, que McNally chama de “neoestatista”, planejando com experimentação política exploradora e inovadora (MCNALLY, 2012, p. 754). No entanto, ele deixa claro que isso não é anticapitalista: certamente, afirma, um sistema como um todo pode ser capitalista mesmo guiado por influências de Estado, tais como planejamento estatal indicativo, propriedade pública do alto comando da economia e uso estratégico de incentivos fiscais estatais (MCNALLY, 2012, p. 747).

Tal visão é compartilhada por aqueles que, embora aceitando que o sistema chinês seja muito distinto, acreditam que ele é ainda assim apenas uma variante do capitalismo. Ten Brink (2014, p. 222) acredita que há alguns legados da economia de comando burocrático que explicam a intervenção estatal intensiva em busca de desenvolvimento comandado pelo mercado. Ten Brink (2014, p. 221) afirma que essa é uma variação guiada pela competição no desenvolvimento capitalista heterogêneo permeado pelo Estado. Portanto, a intervenção estatal ou a propriedade estatal não negam as relações capitalistas. A reestruturação da valorização do capital pode desafiar as constelações estabelecidas nas instituições internacionais, mas o alinhamento pragmático da China teve como objetivo a integração tanto normativa quanto política, o que não representa um concurso aberto a respeito de novas políticas de desenvolvimento (TEN BRINK, 2014, p. 230).

2.2.2. Corporativismo de Estado

Os teóricos do corporativismo de Estado têm uma visão semelhante à daqueles que acreditam que a China é parte integrante do capitalismo global, mas para os primeiros o Estado autoritário pode pôr o interesse nacional acima dos interesses paroquiais de cada setor e é capaz de reforçar a disciplina. Assim, a China pode se tornar um Estado corporativista por causa de seu regime autoritário sob o Partido Comunista (UNGER; CHAN, 1995, p. 32). Segundo Unger (2008, p. 7), um Estado corporativista é um Estado que domina as associações na esfera pública, e às vezes tem até

um papel importante em estabelecê-las. O controle que o Estado tem das associações pode, potencialmente, torná-las veículos para reduzir a capacidade da sociedade civil de operar efetivamente e de forma independente do Estado.

Unger e Chan (1995, p. 37-38) acham que os sindicatos industriais e associações de camponeses estabelecidos no início da era Mao serviam a uma via de mão dupla entre o centro do partido e seus constituintes designados, e já eram parte de uma estrutura corporativista. Durante os anos 1980, milhares de associações, da ciência e tecnologia aos setores econômicos em diferentes indústrias, foram estabelecidas como mecanismos adicionais de controle do Estado sobre a sociedade na economia liberalizada. Os autores argumentam que a China tem muitas características em comum com os Estados corporativistas do leste da Ásia, como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, em termos de envolvimento ativo do Estado para garantir a competitividade da indústria, a busca de um crescimento orientado para a exportação e a subordinação de todas as classes sociais ao bem comum do crescimento econômico. No entanto, em contraste com os Estados corporativistas do Leste Asiático, que foram na direção de um corporativismo social, questiona-se se a China vai se tornar um Estado corporativista liberal ou social com o avanço da liberalização (UNGER; CHAN, 1995).

Contudo, alguns acadêmicos (PRINGLE, 2014; LUTHJE, 2015) argumentam que a classe trabalhadora chinesa não está totalmente incorporada ao poder, embora a Federação dos Sindicatos, comandada pelo Partido Comunista, seja a única organização de trabalhadores legal na China. Pringle (2014, p. 199) mostra que, em alguns casos, o sindicato oficial foi pressionado pelos trabalhadores a melhorar sua capacidade de representá-los, inclusive com uma greve de 19 dias na fábrica de autopeças da Honda em Foshan, em 2010, e a parada de 33 horas nos Terminais de Contêineres Internacionais de Yantian, em 2007. Luthje (2015, p. 32) pensa que a estrutura de atores coletivos nas relações de trabalho permanece confinada a seu papel tradicional de agência estatal *de facto*, e não pode agir como representante dos interesses de grupo ou classe no sentido básico das teorias de relações industriais. Assim, a China falha em copiar o corporativismo alemão, ou seja, em criar um mecanismo tripartite conforme o qual governo, sindicatos e organizações patronais colaborem na regulação de normas básicas de trabalho. O autor acredita que a mão de obra na China é uma força relativamente independente e descreve os trabalhadores como uma quarta parte que exerce considerável pressão moral ou política sobre as agências estatais por meio de indivíduos ou grupos de indivíduos que agem mediante processos, greves, protestos e petições (LUTHJE, 2015, p. 32).

Apesar das diferenças entre os acadêmicos citados quanto à interpretação da situação da classe trabalhadora na economia política chinesa, todos concordam que as forças do trabalho dependem da liberdade de associação e do crescimento da sociedade e dos atores civis. No entanto, o debate sobre o corporativismo foca o tipo de quadro institucional que regula as relações de trabalho sob o capitalismo. Expõe a preferência dos teóricos por um esquema tripartite social-democrata, mas não tem



Congresso Nacional do Povo, a base do sistema político chinês

poder para explicar o que está acontecendo na China. O modelo corporativista de Estado observou a dominância do Estado sobre diferentes classes durante o processo de acumulação. Tal dominância é percebida por esses teóricos como aparentemente independente, mas que na verdade está ao lado do capital contra a mão de obra, já que toda acumulação é identificada com exploração.

No entanto, Lo e Zhang (2011) argumentam que as estatais chinesas constituem uma parte importante e igualitária das características sistêmicas da China, apresentando o caráter de suplantando o mercado. A diferença mais notável é que as instituições das estatais desviaram-se significativamente dos princípios da economia de mercado, notadamente o do direito de propriedade individual (LO; ZHANG, 2011, p. 47).

Enquanto Unger e Chan (1995, p. 43) preveem que as estatais lucrativas estarão mais bem posicionadas para se afirmarem coletivamente e que os controles corporativistas de cima para baixo diminuirão constantemente, a resposta do Estado chinês à recessão global, dos projetos de infra-estrutura em grande escala até a iniciativa da “Nova Rota da Seda”, mostraram que o Estado ainda exerce amplo controle sobre as estatais e o setor bancário.

3. AS ANOMALIAS DA VIA CHINESA PARA O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os teóricos citados avaliam as anomalias do sistema político-econômico da China em diferentes graus. Todos eles acreditam que as variações não se desviam essencialmente da acumulação capitalista, seja competindo ou complementando o capitalismo global comandado pelos Estados Unidos. Ao passo que chamaram a atenção para o custo humano da reforma de mercado da China e para o domínio da ordem e ideologia capitalistas em escala global, esses acadêmicos ignoraram a natu-

reza seletiva da integração e participação no sistema e, mais importante, o papel da acumulação primitiva socialista e da planificação estatal.

3.1. Investimento estatal em infraestrutura

Embora Harvey (2007, p. 140) descreva a China como um Estado neoliberal, ao mesmo tempo ele concorda que a China se afasta notavelmente do padrão neoliberal, especialmente graças a seu enorme investimento em infraestrutura, por mais insustentável que isso eventualmente possa ser. Lo (2012; 2016b) sugere que o investimento da China na formação de capital não é insustentável, mas sim a chave para sua contínua resistência às dinâmicas sistêmicas do capitalismo global. É esse investimento produtivo e o crescimento da produtividade que permite à China se afastar do modelo de crescimento com mão de obra intensiva e, portanto, superexploração.

Lo (2016b) também argumenta que a China teve um impacto positivo no mundo em desenvolvimento. Seu investimento produtivo não segue a norma da especulação financeira na era da globalização. O barateamento de bens de produção, como maquinário e equipamento, que são essenciais para a industrialização, também contribui para favorecer os termos de troca dos países em desenvolvimento. O investimento chinês em infraestrutura continuou a crescer por décadas, e o pacote de estímulo de trilhões de yuans anunciado pelo governo em face da recessão global de 2008 aplicou ainda mais investimentos na infraestrutura. Em 2016, o governo prometeu mais 4,7 trilhões de renminbis para 303 projetos de infraestrutura, incluindo ferrovias, estradas, vias aquáticas, aeroportos e sistemas de metrô (LOCKETT, 2016). O crescimento rápido e sustentado do investimento produtivo é muito mais importante do que a mão de obra barata para impulsionar as exportações e o crescimento econômico. Assim, a China é um dissidente na era da financeirização (LO, 2016, p. 13). A China gastou US\$ 3,6 trilhões em infraestrutura em 2015, o equivalente aos gastos totais da América do Norte e Europa Ocidental, os blocos principais no comércio capitalista desenvolvido, segundo um relatório do Instituto McKinsey Global (WOETZEL et al., 2017). Isso não é passageiro ou experimental, mas uma característica consistente do desenvolvimento econômico chinês.

3.2. A China não depende principalmente de exportações para crescer

Com o aumento do consumo, não é mais exato descrever a China como uma economia de exportação. A renda *per capita* disponível na China cresceu de 14.551 para 21.966 yuans entre 2011 e 2015. Em 2015, a taxa média de crescimento real anual da renda disponível foi de 6,6% para lares urbanos permanentes e de 7,5% para lares rurais (NBS, 2016a). Em uma pesquisa citada por *The Economist* (STILL..., 2016), esperava-se que a economia de consumo da China se expandisse para US\$ 2,3 trilhões nos cinco anos seguintes, o que seria maior que toda a economia de consumo da Grã-Bretanha ou da Alemanha hoje. Um relatório especial do *Financial Times* também mostra que o consumo doméstico da China cresceu de 13% do nível estadunidense em 2007 para

34% em 2017, e essa diferença está diminuindo (WOLF, 2018). O consumo doméstico representa 70% do consumo final (que consiste em consumo doméstico mais consumo governamental) desde 1978 (ex: 78,8% em 1978; 73,1% em 2016), e apresenta uma impressionante taxa de crescimento real médio anual, de 9,3% entre 1978 e 2013 (LO, 2016a, p. 247). Ao mesmo tempo, a China viu um crescimento da formação de capital fixo bruto como porcentagem do PIB, de 30% em 1978 para 43% em 2016 (NBS, 2017b).

Levando em conta a distribuição da composição do PIB, parece haver uma redução de consumo, mas isso pode ser enganador. Na tabela 1, em 1955 o consumo doméstico revela-se responsável pela maior fatia do PIB, 64%, mas isso não significa que o padrão de vida geral ou o consumo doméstico eram mais altos em 1955 do que em 2016.

Tabela 1. PIB da China e sua composição, por áreas selecionadas, 1955-2016

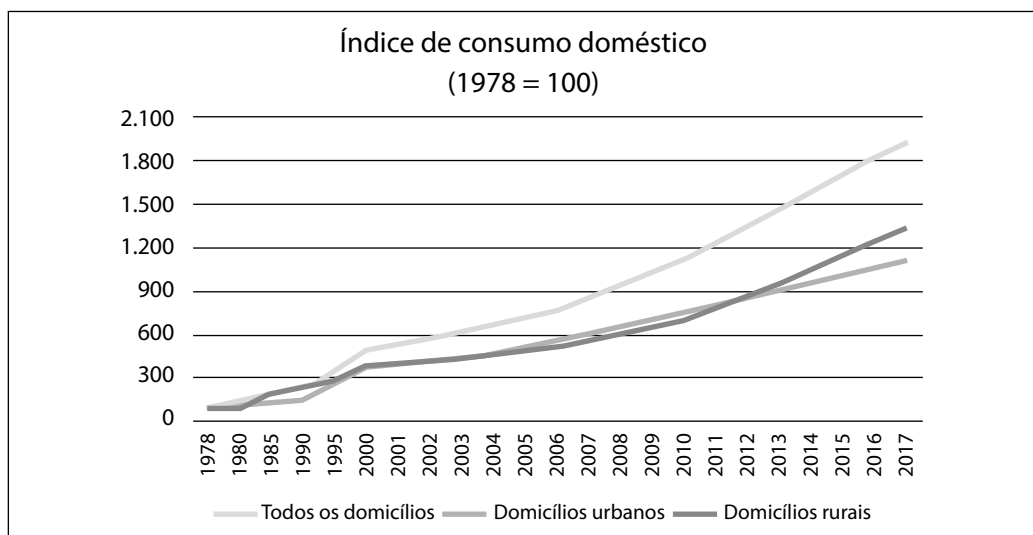
	PIB (milhões de yuans, em preços correntes)	Consumo final (% do PIB)	Consumo doméstico (% do PIB)	Formação bruta de capital fixo (% do PIB)
1955	93.490	77	64	16
1960	150.800	62	49	31
1965	162.920	71	58	21
1970	220.700	66	55	25
1975	295.040	64	52	30
1980	459.290	65	51	29
1985	907.670	66	52	29
1990	1.934.780	62	49	25
1995	6.321.690	58	45	33
2000	9.874.900	62	46	34
2005	18.869.210	52	38	41
2010	41.070.800	48	36	45
2015	69.910.900	52	38	43
2016	74.631.500	54	39	43

Fonte: *China compendium of statistics 2009; China statistical yearbook 2017*. Cálculos da autora.

Na verdade, dados recentes do *China statistical yearbook 2018* mostram que houve um crescimento contínuo do consumo doméstico tanto urbano quanto rural entre 1978 e 2017, como indica o gráfico 1 (NBS, 2018).

Embora parte da via chinesa para a industrialização coincida com a de alguns Estados desenvolvimentistas do leste da Ásia, por exemplo, pela dependência de mão de obra barata e de investimento externo, há também uma diferença significativa entre ambas, já que a industrialização chinesa não é inteiramente dependente do capital estrangeiro ou de mercados estrangeiros

Gráfico 1. Crescimento do consumo doméstico na China, 1978-2017

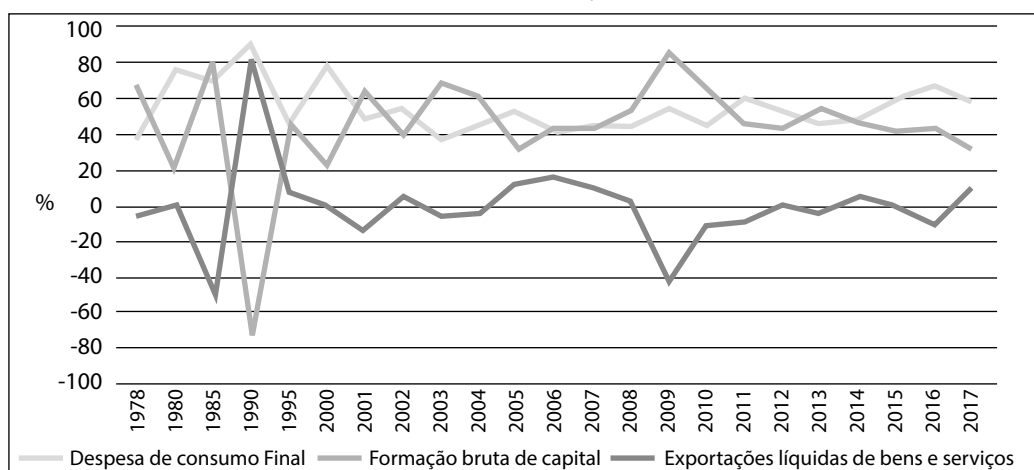


Fonte: China statistical yearbook 2018.

A expectativa de vida no nascimento também sofreu um aumento significativo, indo de 43,7 anos em 1960 para 76,25 anos em 2016, segundo dados do Banco Mundial. Os dados sobre participação no crescimento do PIB³ provam ainda que o consumo final tem sido o principal motor do crescimento econômico desde 2014, ultrapassando a formação de capital bruto e a exportação líquida de bens e serviços, como mostra o gráfico 2.

3 Segundo o *China statistical yearbook 2018*, a definição da parcela de contribuição dos três componentes para o aumento do PIB se refere à proporção do incremento de cada componente do PIB pela ótica dos gastos no aumento do PIB.

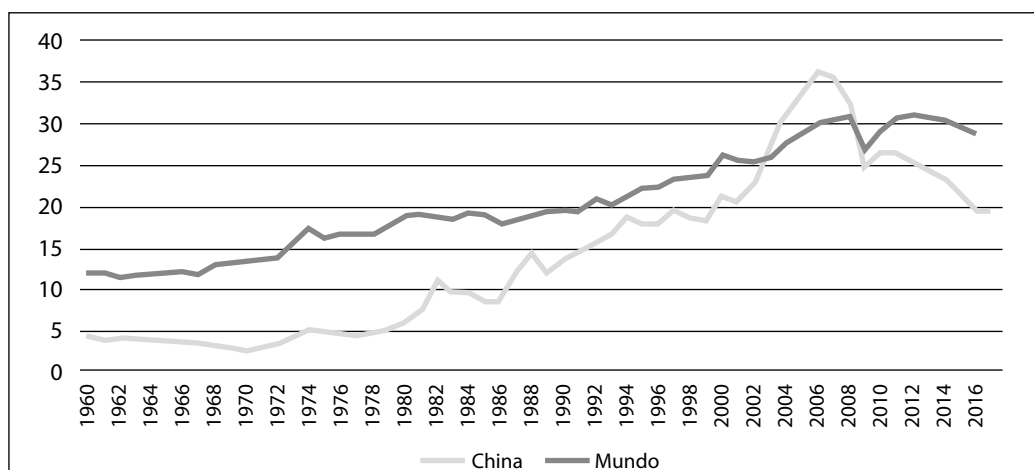
Gráfico 2. Participação dos três componentes do PIB no crescimento econômico da China, 1978-2017



Fonte: China statistical yearbook 2018.

Bramall (2009, p. 276) sugere que, embora o discurso de crescimento orientado por exportações possa ser aplicado a Guangdong, não vale para províncias como Zhejiang e Jiangsu, pois lá os fatores domésticos foram críticos. A exportação de bens e serviços como porcentagem do PIB na China chegou ao ponto alto de 36% em 2006 e caiu desde então. Apenas entre 2002 e 2008 essa porcentagem na China excedeu a média mundial (gráfico 3).

Gráfico 3. Exportações de bens e serviços na China e no mundo, 1960-2016 (% do PIB)



Fonte: World Bank (2016).

Embora parte da via chinesa para a industrialização coincida com a de alguns Estados desenvolvimentistas do leste da Ásia, por exemplo, pela dependência de mão de obra barata e de investimento externo, há também uma diferença significativa entre ambas, já que a industrialização chinesa não é inteiramente dependente do capital estrangeiro ou de mercados estrangeiros. No processo de integração com a economia

regional e global, a China conseguiu lograr substituição de importações e modernização industrial e manter uma política financeira relativamente independente (LO, 2012, p. 92). Como destaca Lo (2016b, p. 13), medida como relação entre exportações líquidas e brutas, a proporção do comércio de valor agregado doméstico cresce constantemente, de cerca de 20% em meados dos anos 1990 até 45% em 2009. Isso também difere do caso dos Estados clientes dos EUA, como o Japão e a Coreia do Sul, que tiveram tratamento preferencial até o fim da Guerra Fria, no fim dos anos 1980, depois do que precisaram liberalizar seus mercados, incluindo as finanças externas. Como resultado, a Coreia do Sul sofreu sérios déficits nos anos 1990 (LO, 2012, p. 90-94).

3.3. O regime trabalhista em contexto

A reconstituição da classe trabalhadora chinesa tem sido o foco do debate econômico heterodoxo para determinar a natureza da política econômica local. A composição da força de trabalho total mudou conforme o número de trabalhadores empregados no setor não estatal superou o do setor estatal e trabalhadores do setor estatal pareciam encarar problemas similares de precarização e intensificação do trabalho (LIN, 2015). Embora existam evidências de um regime de trabalho neoliberal desde a reforma de mercado nos anos 1980, a situação possui mais nuances.

Como argumenta Lo (2016), a China não adotou o regime trabalhista neoliberal completamente, e nem mesmo o modelo da Foxconn oferece uma representação adequada da situação de trabalho na China. Entre 2000 e 2014, o crescimento médio anual da taxa de salário real foi de 11,2% para empregados registrados urbanos e de 10,3% para trabalhadores migrantes, ambas mais altas que a do crescimento real médio anual do PIB, de 9,2% (LO, 2016a). O mais notável é que a Lei de Contrato Trabalhista, que oferece maior proteção para os trabalhadores, particularmente os trabalhadores migrantes, entrou em vigor em 2008, no auge da recessão global e sofrendo objeções do capital estrangeiro (LI, 2008). Lo e Zhang (2011) analisaram a composição das exportações chinesas de manufaturas em 2007 e descobriram que produtos mecânicos e eletrônicos representavam 61% do total, com um aumento de 30% em 2006. Essas não são indústrias com trabalho intensivo⁴, e seu aumento na cesta das exportações indica que a China está se afastando da corrida pela mão de obra barata. Lo e Zhang (2011) mostram que o crescimento econômico da China na última década na verdade foi impulsionado por um crescimento da produtividade, em vez de uma corrida pela redução dos custos trabalhistas. O Global wage report 2018/19, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2018b), mostra que, entre 2008 e 2017, a China teve um crescimento médio real dos salários muito mais alto (8,2%) que o da maior parte dos países do leste da Ásia e do resto dos Brics (Brasil: 2,2%; Rússia: 2,5%; África do Sul: 2,4%; Índia: 5,5%).

4 Usando o critério usual de produtividade relativa do trabalho, Lo e Zhang argumentam que o setor de maquinário não é de trabalho intensivo, enquanto a indústria de eletrônicos é de capital intensivo, já que seus índices relativos de produtividade do trabalho (0,91 e 1,25, respectivamente) são maiores que aquele (0,9) usado para definir indústrias de trabalho intensivo (LO; ZHANG, 2011, p. 43).

Críticos que identificam o trabalho assalariado nas estatais como prova do capitalismo chinês têm oferecido observações, mas não deram nenhuma sugestão nem explicaram condições para abrir mão do trabalho assalariado. Eles comparam o regime de trabalho da era pré-reforma com a liberalização durante a reforma de mercado e acreditam que isso representa uma mudança drástica de direção, rumo à superexploração. No entanto, o regime trabalhista antes das reformas de mercado era melhor e menos exploratório? A maior parte da força de trabalho antes de 1978 — na verdade, até 2014 — estava no setor rural. Esse setor tem sido uma fonte importante de acumulação para o programa de industrialização chinês, particularmente antes do afluxo de IEDs em larga escala. A priorização da industrialização exige a transferência de excedente do setor rural para o setor urbano. Isso se reflete no regime de trabalho camponês, no qual os níveis salariais permaneceram estagnados por mais de duas décadas e o preço dos produtos agrícolas foi artificialmente rebaixado para garantir um fornecimento barato de comida, como se explica na próxima seção.

3.4. Acumulação primitiva socialista por meio do regime de trabalho camponês para a industrialização

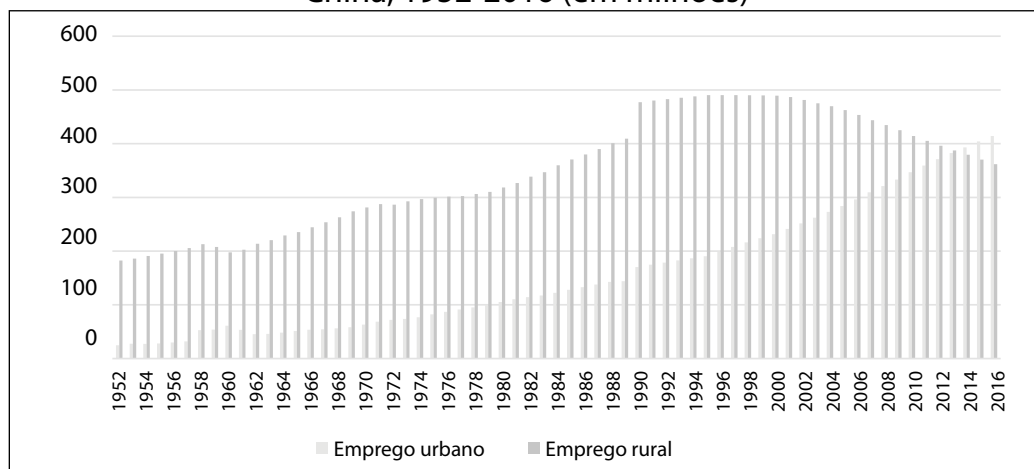
Como Chun (2006, p. 62-70) aponta, a situação internacional, incluindo o bloqueio comandado pelos Estados Unidos e, depois, a ruptura sino-soviética, empurrou a China para uma priorização da industrialização a quase qualquer custo, para se preparar para uma invasão estrangeira e minimizar a dependência econômica. Isso contrasta com as economias asiáticas recém-industrializadas, que se beneficiaram de grandes influxos de IED dos Estados Unidos e de um acesso sem precedentes ao mercado estadunidense. A China não tinha acesso a empréstimos de economias avançadas e, muito menos, capacidade de acumular reservas estrangeiras. A acumulação primitiva de capital para reconstruir o país depois de décadas de guerra e devastação foi levada a cabo pelo sacrifício do desenvolvimento rural e pela exploração do campesinato (LIN, 2006, p. 66). O excedente agrícola era transferido para os projetos de industrialização do Estado por meio de uma política que se parecia com as iníquas “tesouras de preço”, pelas quais os preços dos produtos agrícolas e bens industrializados eram manipulados artificialmente para favorecer estes últimos por meio de um monopólio estatal de compras (LIN, 2006, p. 67).

Como explica Bramall (2009, p. 279), para atingir esse crescimento em prol de uma rápida industrialização foi necessário aumentar o investimento no setor industrial. Isso, por sua vez, exigia a maximização dos lucros industriais, e a melhor forma de obtê-la era manter os custos baixos. O principal item de custos era a mão de obra, e a forma mais fácil de mantê-los baixos era garantir que a comida dos trabalhadores urbanos fosse barata. A consequência dessas considerações foi uma política deliberada para enviesar os termos internos de troca — o preço da agricultura em relação aos bens industriais — em detrimento do setor agrícola.

Como resume Bramall (2009, p. 73), os níveis baixos de capital humano, as

condições subdesenvolvidas da infraestrutura, a extensão da pobreza e da desigualdade (que exigiam uma ação imediata) e a baixa produtividade na agricultura inevitavelmente inibiram o ritmo do crescimento econômico nos anos 1950. A subindustrialização da China se refletia na distribuição dos seus empregos, como mostra o gráfico 4. O abismo entre rural e urbano na verdade aumentou durante o período maoista, mesmo antes das reformas de mercado, apesar de algumas tentativas para acelerar o desenvolvimento rural, como a shangshan xiexiang (subida às montanhas, descida ao campo) e a Terceira Frente⁵ (BRAMALL, 2009, p. 163). Bramall (2009, p. 268-269) mostra que alguns centros da Terceira Frente nas províncias ocidentais e no interior montanhoso das províncias costeira e central, como Tianshui e Panzhuhua, obtiveram um crescimento impressionante e aumentaram sua produção industrial no final do período maoista. No entanto, eram projetos muito modestos para uma economia predominantemente agrária, com mais de 70% da força de trabalho ocupada no setor primário à época (BRAMALL, 2009, p. 272). O gráfico 4 mostra a distribuição de pessoal empregado em áreas urbanas e rurais entre 1952 e 2016, e o gráfico 5, a distribuição nos três setores de atividade econômica. O número de pessoas empregadas nas áreas urbanas só começa a passar o das áreas rurais a partir de 2014 (NBS, 2017a). Portanto, é problemático que alguns críticos generalizem a remuneração e as condições dos trabalhadores urbanos como norma para a população empregada antes da reforma de mercado.

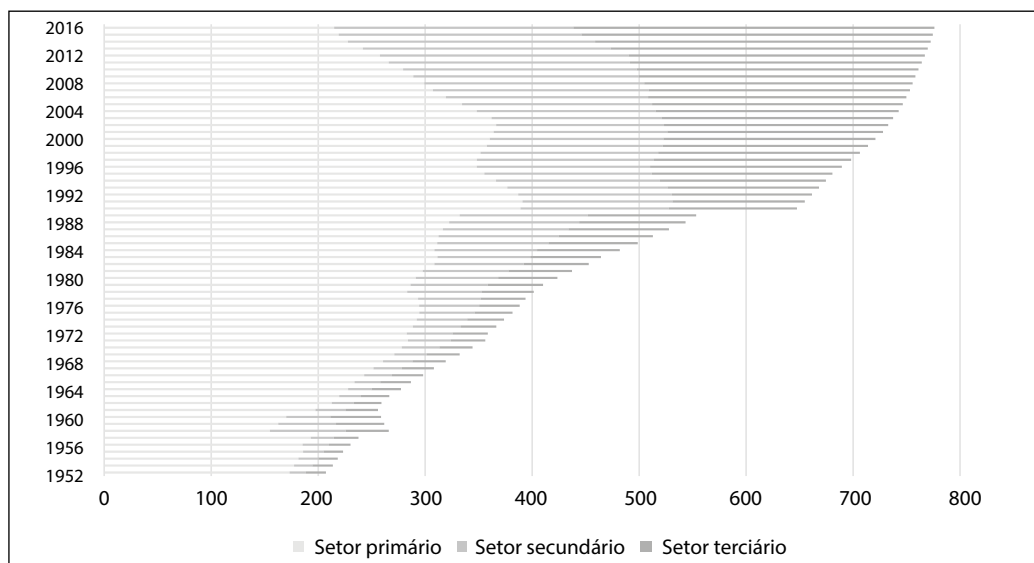
Gráfico 4. Distribuição dos empregados por área, rural ou urbana — China, 1952-2016 (em milhões)



Fonte: China labor statistical yearbook 2017.

5 A Terceira Frente foi um programa de investimento maciço entre os anos 1960 e 1970 que tinha o objetivo de desenvolver uma base industrial nas regiões remotas do sudoeste e oeste da China, para autodefesa em tempos de guerra. Ver Naughton (1988).

Gráfico 5. Distribuição dos empregados, por setor de atividade — China, 1952-2016 (em milhões)



Fonte: China labor statistical yearbook 2017.

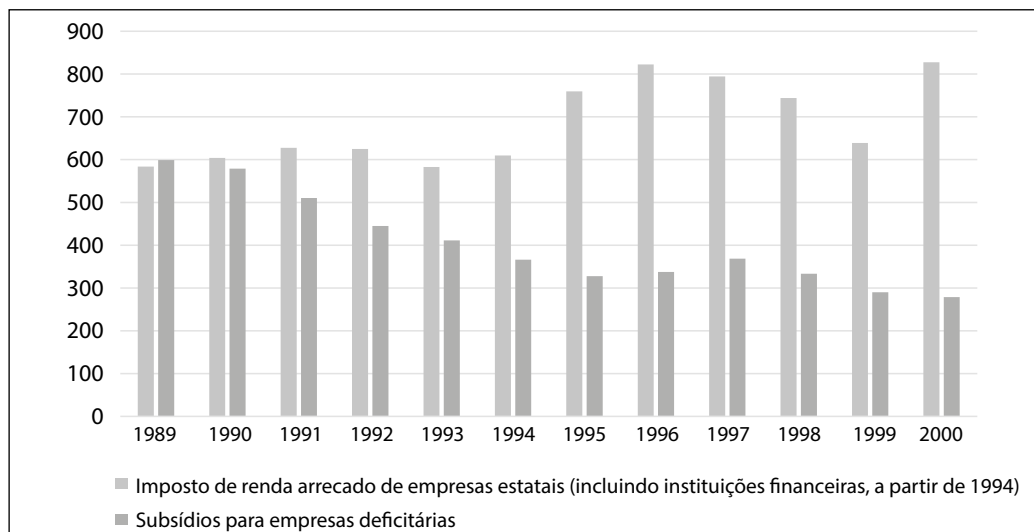
Houve um longo período de restrição de salários e de arrocho do consumo durante o período maoista, e o sistema de registro de residências foi firmemente aplicado para controlar o crescimento da força de trabalho urbana. Um estudo de Qi Hao sobre o sistema de incentivos (QI, 2018, p. 413) mostrou que entre 1952 e 1978 o salário real médio dos trabalhadores no setor urbano permaneceu praticamente o mesmo durante o período. Para reduzir a pressão da crescente população urbana, já em 1960 o governo iniciou o programa *Xiafang* (transferência de estudantes da escola secundária e da universidade, assim como de quadros industriais e técnicos, para o campo), com a esperança de aumentar a produção agrícola e promover a construção da Terceira Frente (BRAMALL, 2009, p. 163). Quando o programa terminou, em 1977-1979, cerca de 18 milhões de pessoas diziam ter passado pelo *shangshan xiexiang* (BRAMALL, 2009, p. 164).

Muitos projetos de construção foram implementados com mão de obra camponesa recrutada para cada empreendimento. Somada à força de trabalho *xiafang*, ela formava um grande contingente de trabalho *de facto* casual para a construção de infraestrutura. Segundo dados de Nickum citados por Bramall (2009, p. 224), de 40 a 60 milhões de camponeses estiveram envolvidos na acumulação de trabalho em meados dos anos 1960, estimativa que aumenta para 120 a 140 milhões em 1976-1977, quando o programa se intensificou e concentrou-se cada vez mais na formação de uma superbrigada e em projetos comunitários de conservação de água. Em média, um camponês se envolvia na acumulação de trabalho durante 30 dias por ano. A acumulação de trabalho é o processo de utilização de trabalho durante o inverno para a criação de capital fixo em terras expandidas, e em contrapartida o trabalhador recebia pontos de trabalho ou dedução do trabalho obrigatório, tal qual uma corveia (*yiwu gong*)

(NICKUM, 1978, p. 273, 275). Como Bramall (2009, p. 242) calculou, a motivação política e ideológica adicional teve um efeito limitado para aumentar a produtividade do trabalho, já que muitos camponeses se desiludiram em meados dos anos 1960. Ademais, a prioridade da industrialização sobre a agricultura levou a uma falta de investimento em recursos modernos para a agricultura. A estrutura de preços, desenhada para garantir um fornecimento barato de alimentos para os trabalhadores urbanos e matéria-prima agrícola para o setor industrial, também aumentou os incentivos para elevar a produtividade (BRAMALL, 2009, p. 247).

Esse é o pano de fundo do regime trabalhista antes das reformas de mercado em 1978. O excedente de trabalhadores e camponeses foi transferido para que o Estado conduzisse políticas industriais, mas a acumulação por meios internos ainda não era suficiente para suprir a demanda. De acordo com matéria do Diário do Povo citada por Kornai (1992, p. 490), mais de 25% das estatais tiveram perdas todos os anos, e mais de 40 bilhões de yuans, o equivalente a metade do lucro da indústria chinesa, foram gastos nessas estatais para mantê-las. Como mostra o gráfico 6, os subsídios governamentais para empresas deficitárias ultrapassaram a renda gerada por impostos das estatais em 1989 (NBS, 2003). Com fundos externos limitados e falta de investimento no campo, as perdas do setor estatal só aumentavam o fardo da acumulação para os trabalhadores urbanos e rurais. Diversificar investimentos se tornou importante não apenas para a estabilidade econômica, mas também política. Abrir o país para o investimento estrangeiro aliviou a situação, sendo que este representava, em 1995, 13% do total de fundos reais para investimentos em ativos fixos (excluindo os lares rurais). Contudo, a porcentagem de investimento estrangeiro decaiu fortemente em um breve espaço de tempo, para 5,8% em 2000 e menos de 0,37% em 2016 (NBS, 2017a).

Gráfico 6. Imposto de renda arrecadado de empresas estatais e subsídios para empresas deficitárias — China, 1989-2000 (em 100 milhões de yuans)



Fonte: China statistical yearbook 2013 (NBS 2003).



Foto: Bruce Connolly/chinadaily.com.cn

Cartaz de Deng Xiaoping na cidade de Guangzhou. O ex-presidente chinês é considerado o “pai” da modernização chinesa na economia

3.5. Gargalo da acumulação primitiva socialista por meio da transferência de excedentes agrícolas

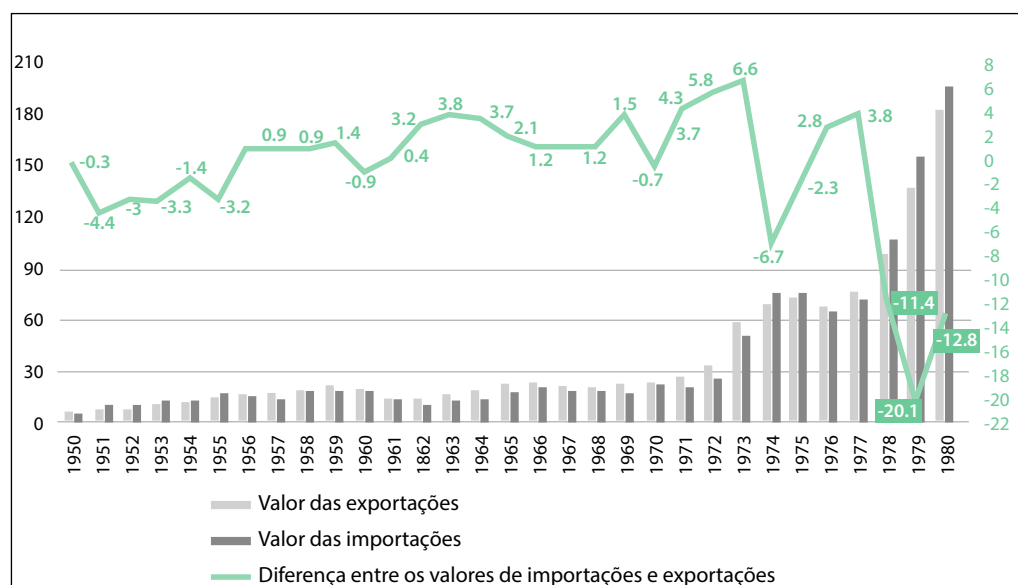
O aumento da produtividade industrial não foi suficiente. Como aponta Bramall (2009, p. 273), os níveis absolutos de produtividade estavam bem abaixo dos níveis mundiais; mais importante, contudo, é que o setor industrial era exíguo demais para sustentar as ambições políticas e econômicas da China, e, assim, o setor industrial do país era ineficiente em um sentido macroeconômico mais amplo. Aumentar o tamanho do setor industrial, no entanto, iria causar maior pressão sobre o setor rural, já sobrecarregado havia anos. A China também estava sob pressão adicional por conta de um bloqueio internacional e precisava garantir sua autossuficiência. É por isso que Chun (2006, p. 64) observou que era muito mais difícil para a China se modernizar em comparação com o desenvolvimento dependente das periferias capitalistas: os contrastes entre a estrutura de acumulação socialista e o Estado desenvolvimentista capitalista são muitos e se mostram na China contra o pano de fundo de maiores adversidades enfrentadas pela acumulação socialista em um mundo dominado por instituições políticas, econômicas, financeiras, militares e culturais capitalistas (LIN, 2006, p. 68).

Como muitos países subdesenvolvidos, que dependem de bens de produção e maquinário estrangeiro para renovar e atualizar seus equipamentos industriais e sua capacidade técnica, a China enfrentou os mesmos problemas. No final da era Mao, o potencial técnico das indústrias introduzidas pela União Soviética⁶ nos anos 1950 havia se esgotado. Gargalos no crescimento da produtividade exigiam a introdução de equipamentos e técnicas avançados. Deng Xiaoping é com frequência visto como destruidor da autarquia e inventor no comércio exterior, mas isso sempre existiu du-

⁶ A assistência financeira e técnica soviética à China durante os anos 1950 e 1960, simbolizada por 156 projetos-chave que incluíam 25 novas minas de carvão, 25 novas usinas de energia e 24 novas fábricas de maquinário, foi considerada uma das maiores transferências de tecnologia da história (BRAMALL, 2009, p. 100).

rante o período maoista (gráfico 7). Por exemplo, segundo Bramall (2009, p. 362), já em 1965 a China importava mais valor em bens do Japão e da Europa Ocidental que da URSS. Para o autor, a mudança mais significativa em termos de política econômica no início dos anos 1970 foi a crescente dependência da importação de bens de produção modernos do Japão e do Ocidente. A visita de Nixon, em 1972, levou a um descongelamento gradual das relações internacionais e a aumentos significativos nas importações (BRAMALL, 2009, p. 166).

Gráfico 7. Valor total das importações e exportações chinesas, 1950-1980 (em US\$ 100 milhões)



Fonte: China statistical yearbook 1981.

Depois que a China e os Estados Unidos restauraram formalmente suas relações diplomáticas, em 1º de janeiro de 1979, os chineses aceleraram suas importações, que iam de armas, aeronaves, usinas siderúrgicas, petroquímicos, equipamento de mineração e plataformas de petróleo até trigo (CHENG, 1979). Os compromissos de importação cresceram dez vezes em relação ao ano anterior e mudaram rapidamente transformaram o superávit comercial chinês em déficit. A conta total de importações, incluindo as que estavam em negociação, chegou a cerca de US\$ 60 bilhões em 1978, enquanto as reservas cambiais atingiam apenas entre US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões (CHENG, 1979). O gráfico 7 mostra a queda acentuada na balança comercial, de um superávit de US\$ 380 milhões em 1977 para um déficit de US\$ 1,1 bilhão em 1978, que aumentou para US\$ 2 bilhões no ano seguinte. A importação de bens estrangeiros pode ter temporariamente aliviado a pressão nos gargalos industriais, mas aumentou a dependência de matérias-primas e empréstimos estrangeiros de longo prazo. O comércio por si só não criaria as bases industriais domésticas.

3.6. A reforma das indústrias estatais

Como mostrado no gráfico 6, a contribuição tributária das estatais só começou a exceder os subsídios após 1990. Essa reviravolta veio depois de uma série de reformas introduzidas nos anos 1990.

A reforma das estatais busca “agarrar o grande e abrir mão do pequeno” (*zhua da fang xiao*), em vez de realizar uma privatização total. Embora a maioria das estatais de pequeno e médio porte tenha sido privatizada, 120 grandes grupos empresariais nas indústrias de capital intensivo, consideradas de importância estratégica, foram selecionados pelo Conselho de Estado nos anos 1990 para criar um “time nacional” apoiado por políticas preferenciais. Nolan (2001) agrupou essas políticas em três categorias:

- 1) Proteção tarifária e não tarifária. O nível médio das tarifas era de quase 25% em 1999; sobre importação de veículos, entre 80% e 100%; sobre produtos agrícolas, 31%. A proteção não tarifária incluía transferência compulsória de tecnologia referente a certos bens importados. O governo combinava fornecedores domésticos de peças com investidores estrangeiros, excluía rotineiramente firmas estrangeiras dos canais domésticos de distribuição e exigia de investidores estrangeiros que estabelecessem investimentos conjuntos com parceiros domésticos selecionados (NOLAN, 2001, p. 18).
- 2) Uma lei empresarial de 1994 permitiu que empresas industriais chave do Estado se tornassem entidades legais independentes, formalmente separadas do governo, e adotassem estruturas acionárias. As estatais puderam reter os lucros e tomar decisões sobre comércio internacional. Ganharam o direito de criar veículos financeiros internos e de gerenciar companhias no âmbito de um mesmo grupo estatal. Muitos centros estatais de pesquisa e desenvolvimento foram transferidos para elas. As estatais-chave lideraram a formação de um mercado financeiro doméstico e, mais tarde, de companhias chinesas nos mercados internacionais. No entanto, era um processo firmemente controlado, no qual o Estado ainda mantinha ações majoritárias e, em vez de ser um movimento na direção das privatizações, como alguns anteciparam, tornou-se um mecanismo-chave para que as estatais absorvessem capital privado (NOLAN, 2001, p. 19).
- 3) Apoio financeiro estatal direto: os quatro grandes bancos estatais fizeram um esforço concentrado para apoiar o time nacional. Um procedimento de empréstimo simplificado foi estabelecido no final dos anos 1990 e foram abertas centenas de agências bancárias dedicadas a aconselhar as 120 maiores estatais e facilitar o acesso ao mercado de capitais. Bilhões em empréstimos foram concedidos para facilitar a expansão e exportação de setores-chave (NOLAN, 2001, p. 19).

Apesar de tendências conflitantes, incluindo viradas na direção de privatizações generalizadas, o resultado das reformas das estatais foi transformador. Em 2006, o primeiro-ministro Wen Jibao relatou ao 11º Congresso Nacional do Povo que, em

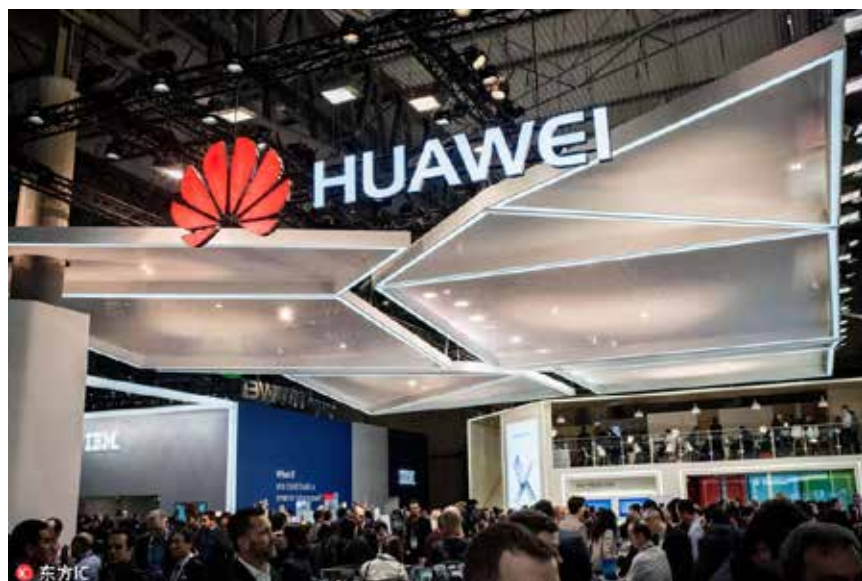


Foto: I/C

Companhias chinesas estão entre os cinco maiores atores globais

comparação com 2002, os lucros totais cresceram 223%, e a contribuição tributária, 105% (PREMIER..., 2008). Segundo um relatório do Ministério do Comércio, apenas as estatais não financeiras contribuíram com 34% da renda fiscal do Estado em 2013 (MOFCOM, 2014). Se as estatais financeiras pagarem o mesmo valor em impostos que as estatais não financeiras, juntas elas responderiam por 68% da renda fiscal do Estado (CHINA DAILY, 2015).

Os resultados da reforma das estatais não foram os que Nolan esperava. Enquanto reconhece o esforço feito pelo governo chinês para criar “campeões nacionais”, ele era bastante cético quanto ao futuro deles, já que a competição global em indústrias de capital intensivo era extrema.

Segundo um relatório do Bolton Consulting Group citado por Poon (2014), pesquisador da ONU, companhias chinesas estão entre os cinco maiores atores globais, em seis dos sete grandes ramos industriais de equipamentos (energia fotovoltaica, telecomunicações sem fio, energia eólica, energia via carvão, transmissão de energia, material ferroviário e aviação civil). As estatais chinesas se tornaram competitivas ante as corporações privadas em áreas antes vistas como fortalezas das empresas de capital estrangeiro, tais como reconhecimento de marcas, recursos de *marketing* e vendas e qualidade de produto (DAVIES, 2013, p. 30), e avançaram para os principais mercados de produtos de países desenvolvidos — por exemplo, equipamento pesado, como máquinas de construção, e outros setores de equipamentos —, roubando uma fatia do mercado das companhias ocidentais em mercados não pertencentes à OCDE (POON, 2014, p. 4). Como Lo (2016b) argumenta, um desvio notável da tendência aconteceu em 2008, quando, em vez de praticar austeridade, como todas

A lei da acumulação primitiva socialista pode ser um modelo explanatório útil: se a indústria estatal está se desenvolvendo e consolidando em oposição à lei do valor, isso só pode ocorrer porque alguma outra lei está se contrapondo à lei do valor, modificando-a, desviando-a ou mesmo suprimindo-a parcialmente

as outras grandes economias, a China aumentou maciçamente o investimento produtivo por intermédio de seus bancos estatais e se apoiou nas estatais para sustentar o crescimento econômico. Barry Naughton, que segue de perto as reformas de mercado chinesas e uma vez afirmou que a planificação estatal estava sendo eliminada pelo livre mercado (NAUGHTON, 1995), mudou de ideia. Ele observou que o tamanho da força de trabalho das estatais em relação à força de trabalho total não reflete diretamente seu peso na economia, já que o controle e a propriedade do Estado estão concentrados em setores de capital intensivo e de capital humano intensivo; embora a participação das estatais no total de ativos produtivos seja relativamente pequena, é substancial em setores estrategicamente importantes ou monopolistas (terra, recursos naturais, transporte, comunicação, intermediários e equipamentos de produção) (NAUGHTON, 2017). Em outras palavras, apesar das vicissitudes das reformas, as estatais ainda estão no alto comando da economia.

4. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA SOCIALISTA COMO MODELO EXPLANATÓRIO

Como descrito, em contraste com a maior parte dos “Estados desenvolvimentistas”, nos quais a intervenção estatal criou grandes empresas privadas monopolistas, que dominam a economia, o alto comando da economia chinesa sempre foi guiado pelo setor estatal e os maiores bancos ainda são estatais; a emergência fenomenal de um setor privado dinâmico após 1979 não só não excluiu o Estado da economia, ao contrário do que alguns esperavam, como a persistente configuração institucional garante que boa porção de seus excedentes seja absorvida pelo setor estatal. Este artigo, portanto, argumenta que a lei da acumulação primitiva socialista pode ser um modelo explanatório útil: se a indústria estatal está se desenvolvendo e consolidando em oposição à lei do valor, isso só pode ocorrer porque alguma outra lei está se contra-

pondo à lei do valor, modificando-a, desviando-a ou mesmo suprimindo-a parcialmente (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 139).

O economista soviético Preobrazhensky (1965) chamou essa “outra lei” de lei da acumulação primitiva socialista (LoPSA, sigla em inglês). Diz-se que a transição para o socialismo será irreversível quando essa lei suplantará a lei do valor em escala global. Até lá, a economia soviética ainda seria uma economia de transição na qual elementos do capitalismo e do que poderia se tornar socialismo competiriam pela supremacia. Para Preobrazhensky, a acumulação capitalista já se tornara o modo de produção dominante sob a sociedade feudal antes da promulgação revolucionária do seu domínio; ao passo que em um país no qual o capitalismo era subdesenvolvido quando o proletariado tomou o poder, como a Rússia, as bases materiais do socialismo precisavam ser acumuladas como projeto político consciente, com regras estabelecidas contra o setor privado doméstico e internacional — daí a LoPSA. Preobrazhensky levantou essa ideia quando a Nova Política Econômica (NEP, sigla em inglês) reviveu a acumulação capitalista na cidade e no campo, levando a debates ferozes a respeito da direção das políticas econômicas. Richard Day observa que, segundo Marx, a acumulação primitiva capitalista dependeu da expropriação do camponês e da criação do trabalho “livre”: “livre” no sentido de ter sido afastado do solo e transformado em uma *commodity* explorável no mercado de trabalho. Apenas então poderia o capital mercantil crescer e emergir como capital industrial. Raciocinando analogicamente, Preobrazhensky situou o empreendimento soviético nacionalizado em uma posição mais ou menos comparável à do capital mercantil para Marx. O comerciante havia sido cercado por elementos feudais, assim como as empresas nacionalizadas tinham sido deixadas à deriva em um mar de relações capitalistas sob a NEP. O comerciante havia acumulado o excedente social, transformando-o em capital industrial e universalizando o novo modo de produção até a extensão permitida pelas contradições inerentes ao sistema capitalista. De maneira similar, o empreendimento socialista acumularia o excedente social graças aos preços de monopólio — com a diferença crítica de que o modo de produção socialista alcançaria a verdadeira universalidade ao superar a contradição entre cidade e campo (DAY, 1975, p. 218).

Preobrazhensky mostrou que a expansão da produção socializada e planejada na União Soviética exigia a absorção de recursos externos à economia estatal — da pequena produção doméstica, comércio interno e internacional e influxo de investimento estrangeiro. O Estado planejava conscientemente a expansão das indústrias estatais. Capitalistas poderiam operar na economia (com certas restrições) ou formariam empresas conjuntas com o Estado, que funcionariam sob o plano geral e estariam

sujeitas ao sistema financeiro estatal. A contradição fundamental entre capitalistas destituídos de poder e um Estado proletário a que eles estariam forçados a servir seria a fonte de todos os grandes conflitos nessa sociedade de transição.

A força motriz da produção capitalista é a busca pelo lucro e seu regulador é a lei do valor. O capitalismo satisfaz as necessidades do consumidor graças a esse mecanismo. Em particular, o trabalhador recebe sua parte de um fundo de meios de consumo ao vender sua força de trabalho. De que maneira a economia estatal é diferente do capitalismo, nesse ponto? Por um lado, ela *já* deixou de ser produção que visa ao lucro, à mais-valia. Por outro lado, ela *ainda* não é produção voltada ao consumo dos trabalhadores da economia estatal e ainda menos das pessoas da economia privada. O equilíbrio dinâmico da economia estatal pode ser destruído se a proporção necessária de reprodução ampliada ditada pela situação econômica como um todo não for garantida por uma adequada e constante taxa de crescimento de acumulação do produto excedente em forma material, e isso sempre significa restrição da demanda individual. A contradição entre essas duas tendências no âmbito da economia estatal não toma a forma de antagonismo de classes, mas ainda assim existe. Essa contradição também caracteriza plenamente a lei da acumulação primitiva socialista em si, no que tange à distribuição. Por um lado, a reprodução ampliada no setor socialista significa reprodução automática e quantitativamente ascendente das relações de produção socialistas, assim como das proporções anuais correspondentes na distribuição das forças produtivas. Mas, por outro lado, essa expansão quantitativa das relações socialistas, como exige alienação de uma certa quantidade de produto excedente da economia estatal e subordina os aumentos salariais à função de acumulação, limita o crescimento da qualidade das relações socialistas e mantém a diferença entre o nível de salário e o valor da força de trabalho (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 72-73).

Essas contradições se aplicam à China de hoje. A reforma de mercado mostrou como a China absorve capital e tecnologia privados para expandir sua capacidade industrial. O setor privado está agora cada vez mais em conflito com o setor estatal dominante. Estatais também foram transformadas para se integrarem ao mercado capitalista mundial, e, portanto, aumenta a subjugação delas à lei do valor. A financeirização completa dos ativos estatais está agora sendo discutida pelo Estado como próximo passo para a integração total com a economia mundial. No entanto, a produção com fins lucrativos ainda não é a força motriz dominante no setor estatal, já que vem sendo usada para implementar objetivos políticos e sociais ambiciosos do Estado, como a erradicação da pobreza absoluta e a construção de uma rede ferroviária nacional de alta velocidade. Isso existe em paralelo com poderosas facções que advogam pela retirada total do poder público das empresas estatais.

O aumento de produtividade na indústria estatal e a conexão desta com o mercado mundial resultaram em relações de comércio mais profundas e integradas, além de produzirem mais contradições entre os dois sistemas de acumulação. Como isso vai acabar, permanece uma questão em aberto. A economia de transição entre o

capitalismo e o socialismo não pode existir para sempre em um país imerso no mercado capitalista mundial. A diferença mais notável entre a União Soviética do tempo de Preobrazhensky e a China de hoje é que a primeira planejou e declarou a extensão do domínio dos trabalhadores pelo mundo todo, enquanto a segunda insiste em ser uma leal defensora do sistema mundial vigente.

* Doutoranda (*PhD student*) em Estudos de Desenvolvimento na Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), Universidade de Londres, Reino Unido. Sua pesquisa se concentra na economia política do desenvolvimento econômico da China e no impacto do comércio exterior e do investimento da China sobre os países em desenvolvimento.

Agradecimentos: a autora deseja agradecer ao painel editorial da *Review of Radical Political Economics* por seus comentários e sugestões a respeito das primeiras duas versões deste artigo. A autora fez revisões substanciais no manuscrito com base nesses comentários e em críticas construtivas. A autora também deseja agradecer Dic Lo e Heiko Khoo por seus úteis comentários.

Declaração de conflito de interesses: a autora declara não haver nenhum potencial conflito de interesses no que diz respeito à pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Apoio: a autora não recebeu nenhum apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

O artigo original em inglês foi publicado no vol. 52, nº 4, da *Review of Radical Political Economics* (EUA), em maio de 2020. Tradução de Isadora Sinay.

► Texto recebido em 25 de março de 2021; aprovado em 29 de março de 2021.

ANDREAS, Joel. Changing colours in China. **New Left Review**, n. 54, p. 123-42, 2008.

BOFIT. More Chinese companies make fortune global 500 list. **Bank of Finland Institute for Economics in Transition Weekly**, July 27, 2018. Disponível em: <www.bofit.fi/en/monitoring/weekly/2018/vw201830_6>.

BRAMALL, Chris. **Chinese Economic Development**. New York: Routledge, 2009.

CARCHEDI, Guglielmo; ROBERTS, Michael. The long roots of the present crisis: Keynesians, austere-rians, and Marx's law. In: ROBERTS, Michael; CARCHEDI, Guglielmo (Ed.). **World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability**. Chicago: Haymarket Books, 2018. p. 13-35.

CENDROWSKI, Scott. China's 12 biggest companies are all government owned. **Fortune**, July 22, 2015. Disponível em: <<http://fortune.com/2015/07/22/china-global-500-government-owned>>.

CHENG, Hang-Sheng. Great leap outward? **Federal Reserve Bank of San Francisco Weekly Letter**, January 5, 1979. Disponível em: <www.frbsf.org/economic-research/files/el79-01.pdf>.

CHINA DAILY. 国家税收半数来自国企引热议 专家:打造企业公平竞争环境 [Half of national tax revenue comes from state-owned enterprises]. **财经—人民网**, January 6, 2015. Disponível em: <<http://finance.people.com.cn/n/2015/0106/c1004-26331984.html>>.

CIC. **China investment corporation annual report**. Beijing: China Investment Corporation, 2012.

_____. **China investment corporation annual report**. Beijing: China Investment Corporation, 2015.

DAVIES, Ken. China investment policy: an update. **OECD Working Papers on International Investment**. Paris: Organization for Economic Co-Operation and Development, 2013. Disponível em: <www.oecd-ilibrary.org/content/workingpaper/5k46911hmvbt-en>.

DAY, Richard B. Preobrazhensky and the theory of the transition period. **Soviet Studies**, v. 27, n. 2, p. 196-219, 1975.

EATON, Sarah. **The advance of the State in contemporary China: State-market relations in the reform era**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HART-LANDSBERG, Martin; BURKETT, Paul. **China and socialism: market reforms and class struggle**. New York: Monthly Review Press, 2005.

HARVEY, David. The "new" imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register**, v. 40, n. 40, 2004. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5811>>.

_____. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HE, Laura; ZHANG, Shidong. Is Chinese capitalism in crisis, as stock market rout drives private companies into the state's arms?. **South China Morning Post**, October 20, 2018. Disponível em: <www.scmp.com/business/companies/article/2169381/chinese-capitalism-crisis-stock-market-rout-drives-private>. **Cheng** 21

HEILMANN, Sebastian; MELTON, Oliver. The reinvention of development planning in China (1993-2012). **Modern China**, v. 39, n. 6, p. 580, 2013.

HORNBY, Lucy. China rows back on state-sector reforms. **Financial Times**, June 14, 2016. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/92e52600-31f7-11e6-ad39-3fee5ffe5b5b.html#axzz4GZJhy5Yg>.

ILO. Labour productivity: ILO modelled estimates. **International Labour Organization Estimates and Projections Series**, May, 2018a. Disponível em: <[www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/portalapp/pagehierarchy/Page3.jspx?MBI_ID=49&_adf.ctrl-state=1ei0enc00_95&_af-Loop=1318305438837637&_afWindowMode=0&_afWindowId=1ei0enc00_92#!](http://www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/portalapp/pagehierarchy/Page3.jspx?MBI_ID=49&_adf.ctrl-state=1ei0enc00_95&_af-Loop=1318305438837637&_afWindowMode=0&_afWindowId=1ei0enc00_92#!>)>.

_____. **Global wage report 2018/19**: what lies behind gender pay gaps. Geneva: International Labour Organization, 2018b. Disponível em: <www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_650553/lang-en/index.htm>.

JESSOP, Bob. The “return” of the national state in the current crisis of the world market. **Capital & Class**, v. 34, n. 1, p. 38-43, 2010.

KHOO, Heiko. **Is China still socialist?**: a Marxist critique of János Kornai’s analysis of China. London: King’s College London, 2018.

KORNAI, János. **The socialist system**: the political economy of communism. Princeton: Princeton University Press, 1992.

LI, Jing. China’s new labor contract law and protection of workers. **Fordham International Law Journal**, v. 32, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2154&context=ilj>>.

LIN, Chun. **The transformation of Chinese socialism**. Durham: Duke University Press, 2006.

LIN, Kevin. Recomposing Chinese migrant and state-sector workers. In: **Chinese workers in comparative perspective**, ed. Anita Chan, 69-84. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

LO, Dic. **Alternatives to neoliberal globalization**: studies in the political economy of institutions and late development. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

_____. China confronts the great recession: “Rebalancing” neoliberalism, or else? In: **Emerging economies during and after the Great Recession**, eds. Philip Arestis and Malcolm Sawyer, 232-69. London: Palgrave Macmillan, 2016a.

_____. Developing or under-developing? Implications of China’s “going out” for late development. **SOAS Department of Economics Working Paper**, no. 198. London: School of Oriental and African Studies, 2016b. Disponível em: <www.soas.ac.uk/economics/research/workingpapers/file113670.pdf>.

_____; YU, Zhang. Making sense of China’s economic transformation. **Review of Radical Political Economics**, v. 43, n. 1, p. 33-55, 2011.

LOCKETT, Hudson. China plans Rmb4.7tn in infrastructure funding. **Financial Times**, May 11, 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/ec3df7f3-1254-3da6-8ee9-e2434391bf15>>.

LUTHJE, Boy. Exporting corporatism?: German and Japanese transnationals’ regimes of production in China. In: CHAN, Anita (Ed.). **Chinese workers in comparative perspective**. Ithaca: Cornell University Press, 2015. p. 21-43.

MCNALLY, Christopher A. Sino-capitalism: China’s reemergence and the international political economy. **World Politics**, v. 64, n. 4, p. 741-776, 2012.

MOFCOM. **2013年全国国有企业财务决算情况** [Financial statements of state-owned enterprises in China in 2013]. July 28, 2014. Disponível em: <www.mof.gov.cn/preview/qiyesi/zhengwuxinxi/gongzuodongtai/201407/t20140728_1118640.html>.

_____. **2014年度中国对外直接投资统计公报** [2014 statistical bulletin of China’s outward direct investment statistical report]. September 17, 2015. Disponível em: <<http://fec.mofcom.gov.cn/article/tjsj/tjgb/201512/20151201223579.shtml>>.

NAUGHTON, Barry. The third front: defense industrialization in the Chinese interior. **The China Quarterly**, n. 115, p. 351-86, 1988.

_____. **Growing out of the plan**: Chinese economic reform (1978-1993). New York: Cambridge University Press, 1995.

NBS. **中国统计年鉴 2003** [China statistical yearbook 2003]. National Bureau of Statistics of the People's Republic of China, 2003. Disponível em: <<http://tongji.oversea.cnki.net.ezproxy.soas.ac.uk/chn/navi/YearBook.aspx?id=N2006010337&floor=1###>>.

_____. **Statistical communiqué of the People's Republic of China on the 2015 national economic and social development**. National Bureau of Statistics of China, 2016a. Disponível em: <www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201602/t20160229_1324019.html>.

_____. **2015年农民工监测调查报告** [Monitoring report of migrant workers 2015]. National Bureau of Statistics of the People's Republic of China, 2016b. Disponível em: <www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/201604/t20160428_1349713.html>.

_____. **China labor statistical yearbook 2017** [中国劳动统计年鉴]. National Bureau of Statistics of the People's Republic of China, 2017a. Disponível em: <[.0](http://tongji.oversea.cnki.net.ezproxy.soas.ac.uk/chn/navi/HomePage.aspx?id=N2018070151&name=YZLDT&floor=1)>.

_____. **中国人口和就业统计年鉴 2017** [China population and employment statistics yearbook 2017]. National Bureau of Statistics of the People's Republic of China, 2017b. Disponível em: <[oor=1](http://tongji.oversea.cnki.net.ezproxy.soas.ac.uk/chn/navi/HomePage.aspx?id=N2017120250&name=YZGRL&floor=1)>.

_____. **中国统计年鉴 2018** [China statistical yearbook 2018]. National Bureau of Statistics of the People's Republic of China, 2018. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm>>.

NDRC et al. **境外投资产业指导政策** [Policy guidance for overseas investment]. July 5, 2006. Disponível em: <<http://tradeinservices.mofcom.gov.cn/article/zhengce/hyfg/201710/447.html>>.

NICKUM, James E. Labour accumulation in rural China and its role since the Cultural Revolution. **Cambridge Journal of Economics**, v. 2, n. 3, p. 273-86, 1978.

NOLAN, Peter. **China and the global economy**: national champions, industrial policy and the big business revolution. New York: Palgrave, 2001.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The making of global capitalism**: the political economy of American empire. London: Verso, 2012.

POON, Daniel. China's development trajectory: a strategic opening for industrial policy in the South. **United Nations Conference on Trade and Development Discussion Paper**, n. 218. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2014. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/osgdp20144_en.pdf>.

PREMIER says China's state sector robust. **Beijing Review**, March 5, 2008. Disponível em: <www.bjreview.com.cn/2008lianghui/txt/2008-03/05/content_102596.htm>.

PREOBRAZHENSKY, Eugene A. **The new economics**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

PRINGLE, Tim. Labour as agent of change: the case of China. In: PRADELLA, Lucia; MAROIS, Thomas (Ed.). **Polarizing development**: alternatives to neoliberalism and the crisis. London: Pluto Press, 2014. p. 192-202.

QI, Hao. "Distribution according to work": an historical analysis of the incentive system in China's state-owned sector. **Review of Radical Political Economics**, v. 50, n. 2, p. 409-426, 2018.

SALIDJANOVA, Nargiza. **Going out**: an overview of China's outward foreign direct investment. USCC Staff Research Report; US-China Economic and Security Review Commission, 2011. Disponível em: <www.uscc.gov/sites/default/files/Research/GoingOut.pdf>.

SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.

STILL kicking. **The Economist**, April 30, 2016. Disponível em: <www.economist.com/business/2016/04/30/still-kicking>.

TABETA, Shunsuke; CHO, Yusho. China's cash-strapped companies sell stakes to local governments. **Nikkei Asian Review**, November 1, 2018. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Economy/China-s-cash-strapped-companies-sell-stakes-to-local-governments>>.

TEN BRINK, Tobias. **Global political economy and the modern state system**. Translation Jeff Bale. Leiden: Brill Academic Publishers, 2014.

UNGER, Jonathan. Chinese associations, civil society, and state corporatism: disputed terrain. In: _____ (Ed.). **Associations and the Chinese State**: contested spaces. New York: M.E. Sharpe, 2008. p. 1-13.

_____; CHAN, Anita. China, corporatism, and the East Asian model. **The Australian Journal of Chinese Affairs**, n. 33, p. 29-53.

WILDAU, Gabriel. China's Xi Jinping revives Maoist call for "self-reliance." **Financial Times**, November 12, 2018. Disponível em: <www.ft.com/content/63430718-e3cb-11e8-a6e5-792428919cee>.

WOETZEL, Jonathan et. al. Bridging infrastructure gaps: has the world made progress? **McKinsey Global Institute Discussion Paper**, 2017. Disponível em: <www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/bridging-infrastructure-gaps-has-the-world-made-progress>.

WOLF, Martin. Consumption to replace investment as key to China growth. **Financial Times**, May 29, 2018. Disponível em: <www.ft.com/content/627ab75c-4256-11e8-97ce-ea0c2bf34a0b>.

WOOD, Ellen Meiksins. **The empire of capital**. London: Verso, 2005.

WORLD BANK. Exports of goods and services (% of GDP). **World Bank National Accounts Data; OECD National Accounts Data Files**. 2016. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS/countries/1W-CN-4E?display=graph>>.

XU, Chenggang. Capitalism and socialism: a review of Kornai's dynamism, rivalry, and the surplus economy. **Journal of Economic Literature**, v. 55, n. 1, p. 19-208, 2017.

ZALAN, Eszter. Divided EU debates China market economy status. **EUobserver**, January 13, 2016. Disponível em: <<https://euobserver.com/eu-china/131801>>.

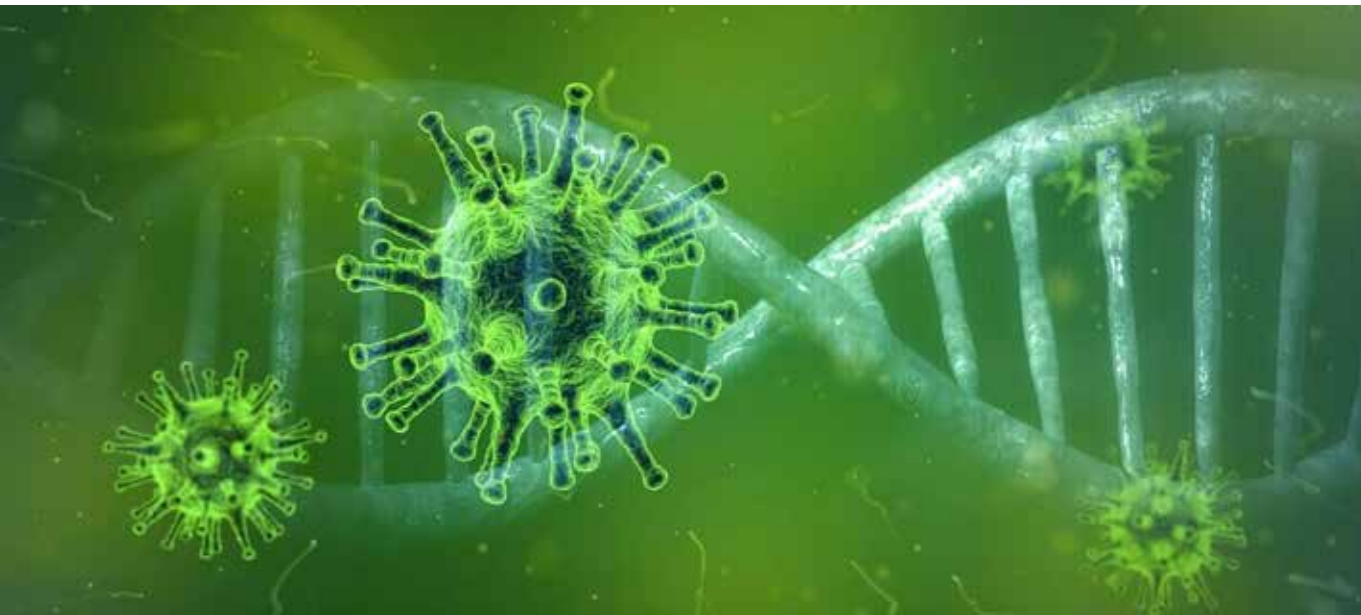
O vírus e o conceito de vida em tempos de pandemia

The virus and the concept of life in times of pandemic

roberto santos ramos*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.013>

Imagem: Peter Linforth/Pixabay



RESUMO

A pandemia da covid-19 (causada pelo vírus Sars-CoV-2) tem vitimado milhões de pessoas em todo o mundo, gerando discussões sobre vários aspectos. No âmbito da filosofia da biologia e na biologia, o debate sobre o conceito de vida sempre se colocou como desafio, uma vez que conceitos operacionais utilizados na biologia nem sempre deram conta de sua complexidade, sendo possível até então conceituar processos vitais, mas dificilmente a própria vida. O vírus, devido à sua constituição parasitária obrigatória, além de não se integrar à teoria celular, abre um leque de discussões por situar-se na fronteira vida/não vida. O vírus permanece inerte fora da célula hospedeira, mas atuante quando em relação de parasitismo, podendo levar seu hospedeiro à morte. O objetivo do presente artigo é discutir a noção de vida à luz da seleção de replicadores, visando analisar a informação genética como atributo universalizante dos organismos, e, a partir dessa discussão, contribuir por meio da análise filosófica para a formulação de um conceito de vida na biologia. Como resultado da presente análise, constatamos que o vírus não pode ser excluído do processo evolutivo natural, uma vez que compartilha informação genética, bem como sua origem por via do mundo do RNA, corroborando também a replicação da informação genética, comum no mundo vivo. Além disso, o vírus se organiza simbioticamente diante das propriedades intrínsecas e emergentes dos processos vitais, o que nos leva a concluir que os critérios operacionais não abarcam os vírus como seres vivos, ao passo que a seleção de replicadores, sim.

Palavras-chave: Pandemia. Vírus. Conceito de vida. Filosofia. Biologia.

ABSTRACT

The pandemic of covid-19 (caused by the Sars-CoV-2 virus) has victimized millions of people worldwide, generating discussions on various aspects. In the scope of the philosophy of biology and in biology, the debate about the concept of life has always been a challenge, since the operational concepts used in biology have not always taken into account its complexity, being possible still today to conceptualize vital processes, but hardly life itself. The virus, due to its mandatory parasitic constitution, besides not being integrated into cell theory, opens a range of discussions because it is situated on the life/non-life frontier. The virus remains inert outside the host cell, but is active when in a parasitic relationship with the host, and can lead it to death. The aim of this article is to discuss the notion of life in the light of replicators selection, analyzing the genetic information as a universalizing attribute of organisms, and from this discussion, to enable, through philosophical analysis, contributions towards a concept of life in biology. We conclude virus cannot be excluded from natural evolutionary process, since it shares genetic information. We also should consider its origins coming from the RNA world, also corroborating the replication of genetic information, common in the living world. Moreover, the virus organizes itself symbiotically as against intrinsic and emerging properties of vital processes, which causes us to conclude the operational criteria does not embrace viruses as living beings, while the selection of replicators does.

Keywords: Pandemic. Viruses. Concept of life. Philosophy. Biology.

1. INTRODUÇÃO

O surto pandêmico da covid-19 (causada pelo novo coronavírus), declarado pela Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020, abre um novo capítulo na história das epidemias e vem assolando de forma apavorante órgãos de saúde, equipes médicas, pesquisadores e principalmente os indivíduos mais vulneráveis à doença, quer seja por comorbidades, quer por situação social e econômica, que os expõe de forma amplificada aos riscos de contaminação. Essa epidemia iniciou-se em Wuhan, na China, em meados de 2019, através de um fenômeno conhecido como “transbordamento zoonótico”, comum à maioria dos vírus, que fez com que um coronavírus que acomete morcegos sofresse uma mutação e passasse a infectar humanos” (FIOCRUZ, s.d.).

O coronavírus é um vírus com uma única fita simples de RNA, se espalha muito rapidamente e seus mecanismos de contaminação ocorrem por meio das vias respiratórias, canais de acesso ao corpo do possível hospedeiro, de cujo metabolismo se utiliza para replicar seu material genético. Como resultado dessa infecção, esse tipo de vírus — Sars-CoV-2 — causará a síndrome respiratória aguda grave — sars —, que vem ceifando a vida de centenas de milhares de pessoas em todo o mundo, principalmente por conta da baixa capacidade de suporte dos sistemas de saúde.

De acordo com a Universidade Johns Hopkins, até o dia 20 de julho de 2020, haviam sido infectados mais de 14 milhões de pessoas em todo o mundo, com fatalidades chegando a mais de 609 mil. Conforme essa mesma plataforma, até o dia 24 de março de 2021, o número de infectados passava dos 124 milhões, com quase 2,7 milhões de vítimas fatais. No Brasil, terceiro país com maior número de contaminados, o número de vítimas fatais pulou de 80.120 para 298.676 entre essas datas, sem considerar as subnotificações, que são proeminentes no país.

O impacto da pandemia de covid-19 que vivenciamos suscita-nos reflexões, dentre elas, as voltadas ao ensino de biologia e ciências ao abordar os vírus, seres que não se encaixam no conceito de organismo vivo e que, consequentemente, levam-nos a refletir sobre a dificuldade em conceituar vida na biologia teórica.

O conceito de vida é tratado nos primeiros capítulos dos livros-textos trabalhados nas escolas, e, com isso, tanto as disciplinas de Ciências no ensino fundamental quanto a Biologia no ensino médio são organizadas, em grande parte, por conceitos biológicos cujos fundamentos devem ser apropriados nos processos de formação inicial e continuada. Assim, o conceito ou mesmo noção de vida analisada pelas ciências biológicas demanda conhecimentos acerca da teoria de conceitos e da forma como se refere aos objetos, processos, comportamentos e tudo que pode estar presente ou imaginado na nossa experiência de interações no espaço-tempo, cujos significados recebem denominações que são reproduzidas pelas diferentes sociedades.

Dessa forma, os conceitos exercem um papel muito importante para a formação de teorias, que no caso da biologia vêm da “descoberta de novos fatos (observação) e desenvolvimento de novos conceitos” (MAYR, 2008, p. 95), pois nos permitem

abordar o mundo natural, com base em seu componente linguístico, como um intermediador entre o ser humano e os entes presentes ou representados no mundo físico. Diariamente interagimos com entes: coisas, pessoas, sentimentos, cuja compreensão está atrelada à nossa capacidade de lhes atribuir conceitos dando-lhes significado, ou seja, o ente abstrato do signo. Dahlberg (1978, p. 102), compreende a formação dos conceitos como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. A conceituação dos objetos se vale da reunião de suas características, que por sua vez são descritas por enunciados.

Para Mayr (2008, p. 49),

conceitos como competição, origem comum, território e altruísmo são tão significativos na biologia quanto são as leis e descobertas nas ciências físicas, e assim mesmo sua importância foi estranhamente ignorada até bem recentemente. Essa negligência se reflete, por exemplo, nas categorias estabelecidas para o Prêmio Nobel. Mesmo se houvesse um Prêmio Nobel para a biologia (o que não é o caso), Darwin não poderia ter sido premiado pelo desenvolvimento do conceito de seleção natural — certamente o maior feito científico do século XIX — porque a seleção natural não foi uma descoberta. Essa atitude que favorece descobertas em detrimento de conceitos continua até os dias de hoje, mas em menor grau do que nos tempos de Darwin.

Considerando a importância dos conceitos usados nas ciências biológicas, a análise das características e enunciados do vírus e sua relação com a problemática do conceito de vida proporciona-nos uma aproximação desse debate, uma vez que o “fenômeno da vida mostra de fato muitos lados diferentes (que aparecem em vários níveis de organização), não sendo fácil capturar todos eles em um único esquema conceitual” (RUIZ-MIRAZO; PERETÓ; MORENO, 2004, p. 324).

Assim, os conceitos permitem abordar o mundo natural por meio do seu componente linguístico, como intermediador entre o ser humano e os entes presentes ou representados no mundo físico. Importante mencionar que essa intermediação não é neutra, ela leva em consideração os pressupostos, teses, hipóteses e teorias prévias presentes na investigação científica sobre o objeto empírico.

Em se tratando do nosso artigo, seu objeto, motivo da presente discussão, é o vírus que demonstrou sua importância na saúde coletiva diante da pandemia de covid-19. Para a população humana de modo geral, os vírus são seres microscópicos patogênicos: normalmente ela não leva em consideração as relações de cunho ecológico desses organismos, numa perspectiva sistêmica que culmina na biosfera, como as simbioses presentes nas relações com muitos seres vivos, formando uma microbiota junto com outros microrganismos que se beneficiam mutuamente; além disso, eles contribuem na ciclagem de matéria orgânica e no “controle” numérico das populações com as quais se relacionam.

A etimologia da palavra *vírus* é o latim *virus*, que significa “veneno” ou “toxina”. Do ponto de vista da virologia, são agentes infecciosos constituídos por um dos



Foto: Alex Pazuello/Semcom/Fotos Públicas

Cemitério público em Manaus: enterros coletivos para dar conta da “demanda”

ácidos nucleicos e envoltos por um capsídeo, composto de uma ou mais proteínas, que individualiza essas moléculas (DNA ou RNA) do ambiente, funcionando como proteção.

Para Campbell e Reece (2010, p. 390), um vírus isolado é biologicamente inerte, incapaz de replicar seus genes ou regenerar o próprio suprimento de ATP. Assim, os vírus, por não serem constituídos por células, contrariam a teoria celular proposta por Matthias Schleiden (1804-1881) e Theodor Schwann (1810-1882) que diz que todos os seres vivos são formados por células. No entanto, os impactos dos vírus se mostram aterradores, uma vez que, ao infectar seres vivos, e dentre eles os humanos, afetam drasticamente seu sistema imunológico, e, conseqüentemente, a homeostase¹ dos hospedeiros, podendo levá-los à morte, a um estado adverso à vida e suas formas complexas, biodiversas e resilientes, fruto de bilhões de anos de evolução.

A vida constitui-se de processos fisiológicos e estruturais universalizantes, tais como a replicação da informação genética, o metabolismo, a especificidade da constituição e processos físico-químicos como a presença de carbono e de estruturas moleculares e citoplasmáticas que fazem da célula a menor unidade morfofisiológica do ser vivo. Consideram-se ainda, nessa gama do que consideramos vida, os seus níveis de organização, que se distribuem em categorias que vão, conforme os biólogos, desde as moléculas orgânicas até a biosfera.

Essa resumida caracterização aponta para uma compreensão, ainda que superficial, do que se entende por vida na biologia, mas, ainda assim, tal conceituação,

1 “Condição fisiológica equilibrada do corpo” (CAMPBELL; REECE, 2010, p. 390). A homeostase refere-se ao equilíbrio dinâmico de processos internos que são controlados pela interação de mecanismos de integração, levando-se em consideração uma relativa estabilidade dentro de um intervalo aceitável de parâmetros para que as funções biológicas ocorram de forma a superar as contingências e condições adversas do meio.

A abordagem do vírus com base nos aspectos operacionais, ontológicos ou epistemológicos ajuda-nos a jogar luz sobre os fundamentos do edifício chamado vida

tanto na biologia quanto na filosofia da biologia, constitui-se em um grande desafio, uma vez que não há consenso entre pesquisadores, biólogos, físicos e filósofos sobre sua abrangência conceitual. A abordagem do vírus com base nos aspectos operacionais, ontológicos ou epistemológicos ajuda-nos a jogar luz sobre os fundamentos do edifício chamado vida e, por certo, deverá nos proporcionar uma ampliação das análises acerca desse tema tão desafiador, que extrapola salas de aula, laboratórios de pesquisa, experimentos, demandando enfim uma análise orientada pelos fundamentos e princípios da filosofia, bem como das contribuições das demais áreas de conhecimento relacionadas a essa temática.

2. A VIDA COMO PONTO DE PARTIDA

Qual o conceito de vida? Essa pergunta sempre ensejou a busca por respostas desde o homem comum até os cientistas e filósofos, principalmente os ligados às ciências naturais. A necessidade da compreensão desse conceito esteve presente em diferentes espaços, como também em larga escala temporal, desde os tempos mais antigos, quando alguns filósofos admitiam ser um fenômeno da entelêquia que anima a matéria, até os dias atuais, em que a exploração espacial, as tecnologias de informação e a manipulação de DNA são realidades que igualmente reacendem o debate sob novas vertentes, apoiado no vasto conhecimento gerado nos últimos milênios, para o qual as respostas ainda não se mostram satisfatórias. E, como afirma Oparin (1955, p. 7), “sem essa resposta, não poderia haver concepção de mundo, por mais primitiva que fosse. [...] Não há sistema filosófico ou pensador que não lhe tenha dedicado a mais séria atenção.”

A divisão de um sistema vivo para um não vivo se torna difícil de delimitar, uma vez que os componentes estruturais de ambos, bem como a maioria das suas reações químicas e processos físicos, estão submetidos às mesmas leis físicas. Isso apon-

ta para a necessidade de uma compreensão dinâmica, sinérgica e simbiótica desses componentes e seus processos. Margulis e Sagan (2002, p. 33) corroboram essa ideia quando citam que a natureza, conforme “Aristóteles, avança paulatinamente das coisas sem vida para a vida animal, de tal maneira que é impossível determinar a linha de demarcação exata”. Acrescentamos: não só a vida animal, mas todo ser vivo, cuja abrangência exige concepções e métodos científicos próprios.

Dentre várias tentativas de estudiosos na busca por respostas ao que é vida, destacamos a obra, relativamente recente, do físico alemão Schrodinger (1997), *O que é vida?*..., na qual, cercado de métodos, instrumentos e concepções balizadas pela física, afirma que a vida se manifesta no mundo material e se submete às suas leis, e a resposta para o questionamento partiria do conhecimento dos menores componentes dos seres vivos. Alguns temas resgatados pelo autor para compor sua tese foram entropia, teoria quântica e movimento das moléculas, dentre outros, de modo a construir respostas ao questionamento indicado no título de sua obra, de forma a qualificá-la, ou até mesmo defini-la. Schrodinger (1997, p. 84), ao discutir a capacidade dos organismos vivos de atrasar o decaimento no equilíbrio termodinâmico (morte), assume que há uma organização mantida pela extração de “ordem” do ambiente, buscando assim diminuir a entropia gerada nos sistemas vivos através do metabolismo.

Entretanto, concepções dessa natureza estariam mais próximas do aspecto reducionista quando comparadas com as obras de Margulis e Sagan (2002) que corroboram Maturana e Varela (2003), criadores do conceito de autopoiese². Esses autores se apoiam mais numa perspectiva holística do conceito de vida. Pois, mediante o estudo biológico dos organismos, mesmo com concepções das mais variadas, recaem em “descrições hesitantes [...] ficam aquém de qualquer definição derradeira da vida. Não proferiremos a última palavra, o julgamento final, porque a vida transcende a si mesma; qualquer definição nos escapa” (MARGULIS; SAGAN, 2002, p. 226). Nessa direção, Ruiz-Mirazo, Peretó e Moreno (2004, p.324) levantam perspectivas que vão desde as formulações pelos cétricos quanto “à possibilidade real de apreender ‘em qualquer linguagem cientificamente relevante’ um fenômeno tão complexo e multifacetado” até as que indicam que, mesmo se fosse possível “obter uma definição adequada de vida, ela ainda seria bastante convencional”.

A ideia de vida como organização perpassa diferentes épocas, uma vez que a estrutura de moléculas orgânicas, de alguma forma, se liga à sua significação ou finalidade. Não que necessariamente haja um aspecto teleológico operando, mas considera-se importante a complexidade e dinâmica dessas estruturas para lidar com as contingências que engendram o desempenho dos organismos vivos na luta pela vida.

2 Do grego *auto* (“próprio”) e *poiesis* (“criação”). Entendida como a organização do ser vivo que se explica a si mesma ao ser vista como uma operação circular fechada de produção de componentes que produzem a própria rede de relações de componentes que os gera. Esse tipo de organização, entendida como sistema, se diferencia de outras organizações. Para Maturana e Varela (1995, p. 89), o que distingue a organização da vida de outras formas de organização “é ser tal que seu único produto são eles mesmos, inexistindo separação entre produtor e produto. O ser e o fazer de uma unidade autopoietica são inseparáveis, e esse constitui seu modo específico de organização”.

Percebe-se então que a vida apresenta um princípio de reação às vicissitudes do meio, diante do qual faz de sua organização uma particularidade da matéria inanimada

As proposições de novos conhecimentos a respeito da vida e possíveis conceitos corroboraram a corrente do fisicalismo³, que superou o vitalismo⁴ no século XVII, ao propugnar uma ontologia da vida baseada na ciência física, cujas leis regem a dinâmica dos objetos materiais do mundo, que são constituídos através de processos históricos. Logo, conforme Gould (1997, p. 47), não se pode responder à questão “O que é vida?” sem compreender os acontecimentos do passado.

Quando da formação das primeiras moléculas na sopa primordial, há 3,6 bilhões de anos, uma membrana que isolava determinado conteúdo do ambiente externo criou condições diferenciadas que relacionavam fenômenos físicos, químicos e biológicos e conferiam a essa estrutura recém-criada algum tipo de capacidade, tal qual cada ser, conforme Goethe (1837 apud JACOB, 1983, p. 96), contém em si mesmo a razão de sua existência, ou seja, um produto organizado na natureza se mostra como meio e fim em si mesmo. Ainda para Jacob (1983, p. 96), “é o conjunto da estrutura que funda a possibilidade de sua coesão, que representa a ordem no meio da desordem”. Com isso, forças internas geradas nessas estruturas criam condições que “buscam” impedir a ruína, ou mesmo a ocorrência do acaso.

Percebe-se então que a vida apresenta um princípio de reação às vicissitudes do meio, diante do qual faz de sua organização uma particularidade da matéria inanimada. Por conseguinte, a conceituação de vida em épocas anteriores guarda estreita relação com as raízes desse princípio. Jacob (1983, p. 97) relaciona alguns estudiosos com suas respectivas definições ou entendimentos de vida, como Bichat, que diz que a vida

3 Podemos entender fisicalismo como uma tese metafísica que enuncia que as diversas áreas do conhecimento devem elevar a física à condição de um paradigma científico universal segundo o qual “tudo que ‘existe’ ou tudo o que é ‘real’ no mundo espaço-temporal é um ‘fato físico’ ou uma ‘entidade física’, em que as ‘propriedades’ dos fatos físicos ou são propriedades físicas em si ou são propriedades ‘constituídas/realizadas/compostas’ por propriedades físicas” (ZILIO, 2010, p. 219). Papineau (2000, p. 178) defende o fisicalismo apoiando-se num argumento empírico crucial: os efeitos físicos são devidos a causas físicas, e portanto essas causas, por gerarem efeitos físicos, devem ser elas mesmas físicas. Para Stoljar (2019, p. 1), a ideia do fisicalismo está associada à natureza do mundo real (ou seja, o Universo e tudo que nele existe), tendo como condição necessária que essa existência seja de ordem física, erigida por leis mecânicas que atuam sobre a matéria, incapaz de se auto-organizar espontaneamente.

4 O pensamento vitalista fundamenta-se em várias religiões, supondo que um ser supremo teria insuflado uma força invisível na carne inanimada e inerte, e que essa parcela da divindade do mundo é o vivo, o que move o ser e o mantém com vida. Ou seja, a vida é uma manifestação da divindade, uma força vital ou oculta, sem a qual a vida não poderia ser explicada, e quando ela se esvaece, só permanece o invólucro material vazio. Oparin (1955, p. 8) utiliza o termo *idealismo* para se referir a essa corrente que considera a vida como manifestação de um princípio espiritual superior e imaterial. A matéria é inerte e tomada por essa parcela eterna da divindade que a faz mover-se e manter-se com vida.

é o conjunto das funções que se opõem à morte; para Cuvier, é a força que resiste às leis que governam os corpos brutos; para Goethe, é a força produtora contra a ação dos elementos exteriores; para Liebig, a força motriz que neutraliza as forças químicas, é a coesão e a afinidade que agem entre as moléculas.

Nessa perspectiva, a concepção da morte como oposição à vida, ou sua negação, complementa-se com outro viés de entendimento e significado. Assim, a morte, como Jacob (1983, p. 98) afirma, se configura como a derrota desse princípio de resistência que gera como produto um corpo submetido novamente ao domínio das forças físicas. O elemento biológico já não se mostra presente. A potência da entidade para se auto-organizar e seguir seus processos contra a entropia natural da matéria inexistente, restando apenas um corpo em decomposição, um corpo sem vida. Entretanto, numa perspectiva ecossistêmica, esse corpo “vazio” tornar-se-ia a matéria-prima para a reconstrução da própria vida.

Destarte, a vida, para Weber (2015, p. 16), se autodeterminaria e se autossustentaria como entidade autocatalítica de transdução de energia, na qual as informações genéticas são repassadas de geração a geração por meio dos ácidos nucleicos que se replicam no contexto de células e trabalham com outros recursos de desenvolvimento durante os ciclos de vida dos organismos.

Com efeito, os questionamentos que buscam diferenciar vida de não vida partem de princípios e concepções acerca da natureza do conhecimento, com seus postulados e métodos, cujos critérios acordados pela comunidade científica e filósofos da ciência ajudam-nos a jogar luz sobre um tema tão instigante e desafiador. Ademais, a discussão sobre o “lugar” do vírus na organização da vida parece reunir de forma objetiva os elementos dessa problemática no processo da análise filosófica.

3. A BIOLOGIA E A NATUREZA DO ESTUDO DA VIDA

O termo biologia foi cunhado com maior precisão no início do século XIX por Lamarck e Gottfried Treviranus, como área do conhecimento voltada ao estudo da vida. Menezes (1986, p. 63), entretanto, nos aponta em seu trabalho a divergência de denominação desde a época de Aristóteles, filósofo da Grécia antiga que já se referia à zoologia através de sua obra *Historia animalium*. E, com sua vasta produção filosófica, Aristóteles dividiu a ciência da época, conforme afirmam Sedwick e Tyler (p. 75 apud MENEZES, 1986, p. 63) em três grupos: a teórica, a prática e a criativa, sendo que o primeiro grupo compreendia a metafísica, matemática e física, esta última incluía entre os seus objetos tanto corpos animados quanto inanimados. A biologia do filósofo estagirita foi pioneira no estudo de comportamentos animais e no emprego da dissecação com o objetivo de observar e relatar (LLOYD, 1968).

O período entre os séculos XVIII e XX registrou marcos temporais de muitas transformações, culminando nas áreas da cultura, filosofia, política, economia e

principalmente na ciência que se fragmentou em áreas mais especializadas, tendo na física o modelo para estabelecer problemas filosóficos fundamentais como comuns a todas as demais ciências, tendência essa conhecida como reducionismo⁵, que acabaria por se tornar um problema futuro para a autonomia da biologia, uma vez que muitas concepções filosóficas e científicas calcadas no reducionismo se embasavam no empirismo lógico proveniente do Círculo de Viena⁶.

A biologia elevou-se ao *status* de disciplina autônoma após intensas discussões entre cientistas e estudiosos sobre o reducionismo não só entre as ciências, mas também no interior delas, como na questão da submissão de processos biológicos às leis da física. Nessa perspectiva, Mayr (2005, p. 329) aponta outros dois conjuntos de eventos que contribuíram para o reconhecimento da biologia: a refutação de certos princípios equivocados, como o vitalismo e a crença na teleologia cósmica; e a percepção do caráter único de certos princípios básicos da biologia que não são aplicáveis ao mundo inanimado.

Dessa forma, a biologia desdobra-se nos estudos, pesquisas e concepções acerca dos seres vivos e, por conseguinte, da vida que se manifesta em uma gama de processos e mecanismos, mobilizando algumas classificações importantes, como as que Mayr (2005, p. 377) propõe: biologia funcional, que lida com a fisiologia de todas as atividades de organismos vivos; e a biologia histórica, que se mostra indispensável para a explicação dos aspectos do mundo vivo que envolvem a dimensão de tempo histórico.

Por certo, a biologia ocupa um lugar importante na compreensão do mundo natural. Tal lugar, conforme Monod (1971, p. 9), é ao mesmo tempo marginal e central, uma vez que o mundo vivo constitui parte ínfima do Universo conhecido, e seu estudo parece não revelar leis gerais, aplicáveis fora da biosfera⁷.

5 “Esse tema sempre foi caro aos filósofos da ciência e diz respeito à possibilidade de se reduzirem descrições em um nível (propostas por uma ciência) a descrições em outro nível, que se considere ontologicamente mais básico ou fundamental (propostas por aquela mesma ciência ou por alguma outra).” (ABRANTES, 2018, p. 3)

6 O Círculo de Viena (Wiener Kreis, em alemão; Circolo di Vienna, em italiano) foi um grupo de filósofos que compreendia, entre outros, Kurt Gödel, Philipp Frank, Friedrich Waissmann, Otto Neurath, Rudolf Carnap e o professor Moritz Schlick, da Universidade de Viena. Esses filósofos frequentaram a Universidade de Viena entre os anos de 1922 e 1936, publicaram um manifesto em 1929 com o título “Wissenschaftliche Weltauffassung” (“concepção científica de mundo”, em tradução nossa), sabidamente redigido por Neurath, Carnap e Hans Hahn. Esse manifesto tinha como objetivo maior refletir sobre como a ciência chega ao conhecimento do mundo, examinando para isso os fundamentos e os métodos da ciência. No primeiro tópico, são resgatados os antecedentes históricos, citando aspectos que confrontam o pensamento metafísico. No segundo tópico, intitulado “Concepção científica de mundo”, são tratados os aspectos dos diferentes conhecimentos, tendo, porém, o objetivo de uma ciência unificada. Um dos principais objetivos do Círculo de Viena era dar conta da objetividade e inteligibilidade do método e dos conceitos científicos, além de constatar a superação da metafísica, reconstruindo inclusive a própria filosofia sob essas novas bases teóricas. Dentre os movimentos correntes influenciados pelo Círculo de Viena, estão: liberalismo, tradição empirista britânica, iluminismo e utilitarismo.

7 Percebe-se um movimento para integrar uma gama de leis, processos e mecanismos, fomentados de certa forma pelo positivismo lógico, numa teoria que busque unificar ou explicar toda a natureza com base num só mecanismo, ou mesmo numa visão que tenha por base uma ciência unificada. Tal movimento se mostra um tanto pretensioso, com riscos de almejar adequar a realidade intrínseca da natureza às concepções humanas em suas relações com o mundo.

Mas, se a ambição última de toda ciência é, como penso, a de elucidar a relação homem com o Universo, então devemos reconhecer à biologia um lugar central, pois ela é, entre todas as disciplinas, a que tenta penetrar mais diretamente no cerne dos problemas que devem ser resolvidos antes mesmo que possa ser colocado o da natureza em termos diferentes dos da metafísica (MONOD, 1971, p. 9).

Na virada do século XVIII para o século XIX, o conceito de vida, conforme Corrêa (2008, p. 22), constituiu-se em um problema de cunho científico, momento em que a disciplina de biologia já estava formada, e explicar vida passou a ser um problema, pois até então o que existia eram os estudos sobre os seres vivos, considerados como categorias taxonômicas das coisas naturais, cujos processos eram explicados com base no fisicalismo⁸. Destarte, já no século XX, Mayr (2005) vê na biologia a possibilidade de estudo dos seres vivos como composição da matéria inanimada, sendo possível apenas definir seus processos de vida, mas não o conceito.

A estrutura e a função estão interligadas nos processos naturais, conferindo homeostase a cada nível de organização da vida, além de permitirem por meio de sua relação uma otimização e capacidade de reação ligadas à assimilação de energia e substâncias e sua consequente redistribuição para diferentes partes do corpo dos seres vivos. Um exemplo nessa direção diz respeito à célula, na qual a razão entre volume e área de superfície confere estabilidade biológica à troca de matéria e energia com o meio exterior. Dessa forma se explica o fato de indivíduos de grande porte possuírem células pequenas, como forma de manter uma razão eficiente entre área e volume celular, ampliando sua capacidade de desempenhar funções diferentes e necessárias para a sobrevivência dos organismos.

As células tornaram-se então as unidades estruturais básicas morfofisiológicas de todo ser vivo, consideradas, em seu conjunto, blocos construtores da vida. Com isso, a teoria celular proposta por Theodor Schwann e Mathias Schleiden, em 1838, confere um princípio unificador à biologia, cujas premissas, de acordo com Sadava et al. (2009, p. 5), são três: 1) células são as unidades distintas e fundamentais da vida; 2) todos os organismos são compostos por células; 3) todas as células originam-se de células preexistentes.

Importante lembrar que essa unidade fundamental da vida só corresponde às premissas da teoria celular porque carrega em seu interior ácidos nucleicos capazes de replicação e que, em ação conjunta com a evolução, de acordo com Nunes e Oliveira (2000, p. 139), garantem aos sistemas vivos o sucesso na tarefa de autopetuação, não bastando apenas que organismos criem cópias de si mesmos, mas que sejam também aptos a criar novas versões capazes de se adaptar a situações adversas

8 El-Hani (2000, p. 60), baseado nos trabalhos de Levine e colaboradores, esboça bem em seu trabalho os tipos de fisicalismo, dentre os quais adotamos, mesmo com as críticas de Kim, o fisicalismo não reduutivo, uma posição filosófica que considera que as macropropriedades constituem um domínio autônomo de propriedades irreduzíveis. Esse tipo de fisicalismo visa estabelecer uma relação de determinação e dependência sem redução entre conjuntos de propriedades.

do meio. Nunes e Oliveira (2000, p. 139) concordam com Weber (2015, p. 2) quanto aos fenômenos evolutivos, justamente por assumir que estes apresentam um aspecto inextricável dos sistemas vivos, cujo mecanismo jamais pode ser dissociado de outra característica inerente ao conceito de vida, e, com isso, qualquer tentativa de definir a vida na ausência dessa perspectiva diacrônica será fútil.

Na visão de Richard Dawkins⁹, o material celular, assim como os mecanismos comportamentais e arranjos fisiológicos e estruturais nos vários níveis de organização da vida, se arranjam para proteger e transportar a informação genética, a base molecular da construção do ser vivo em forma de código, com possibilidade de uma grande variação dos tipos naturais. Ainda nessa direção, para ele, os corpos seriam máquinas criadas pelos genes que podem atingir mais efetivamente seus próprios objetivos egoístas, cultivando uma forma limitada de altruísmo. Dawkins (2007), ao defender sua tese, aponta uma maneira de olhar para a evolução considerando que esta se dá no mais baixo de todos os níveis, ou seja, em um gene, em um trecho do DNA que guarda informações acerca da hereditariedade de cada ser vivo, considerado como unidade fundamental da seleção.

Monod (1971, p. 10) concorda que a teoria do código genético, numa acepção ampla da expressão morfogenética e fisiológica dos mecanismos moleculares, se constitui na base fundamental da biologia. Dessa forma, esquematizam-se as espécies viventes e já extintas numa árvore filogenética de compartilhamento da informação genética, fruto de bilhões de anos de evolução. Essa unidade sobre a qual assenta a história da vida inicia-se entre 3 a 4 bilhões de anos atrás, em meio a aglomerados moleculares estáveis, e dentre esses, alguns surgem com a capacidade de criar cópias de si mesmos, como o RNA ou um percussor, conforme Eigen (1997, p. 23), capaz de assumir a capacidade de armazenamento de informação autorreplicável, necessário para pôr o carrossel da evolução em movimento. Esses constituintes químicos, guardiões da informação genética, se configuraram como os mais remotos da gama de seres vivos. Já o DNA passou a ser o invariante biológico fundamental, e a elucidação de sua estrutura mudou completamente a pesquisa biológica.

Tais afirmações têm respaldo no vasto conhecimento e nas descobertas que se consolidaram nas ciências através dos tempos. É preciso, contudo, considerar que, no processo de evolução da ciência, muitos de seus fundamentos foram conformados de acordo com a visão de mundo, as descobertas e o contexto das diferentes épocas. Como resultado desse processo dinâmico, a biologia no século XVIII, conforme Jacob (1983, p. 122), via na organização dos seres vivos propriedades que caracterizavam um organismo, como a soma das propriedades de cada molécula constituinte. Já no século XIX, essa visão muda vertiginosamente, para assumir que essas moléculas são elementos vivos e que não estão apenas reunidos, mas integrados.

⁹ Etólogo, biólogo evolutivo e escritor britânico, um dos principais divulgadores da ciência, defensor da teoria da evolução de Charles Darwin e grande crítico do criacionismo. Foi professor das universidades da Califórnia e de Oxford. Nasceu em Nairóbi (Quênia) em 1941.

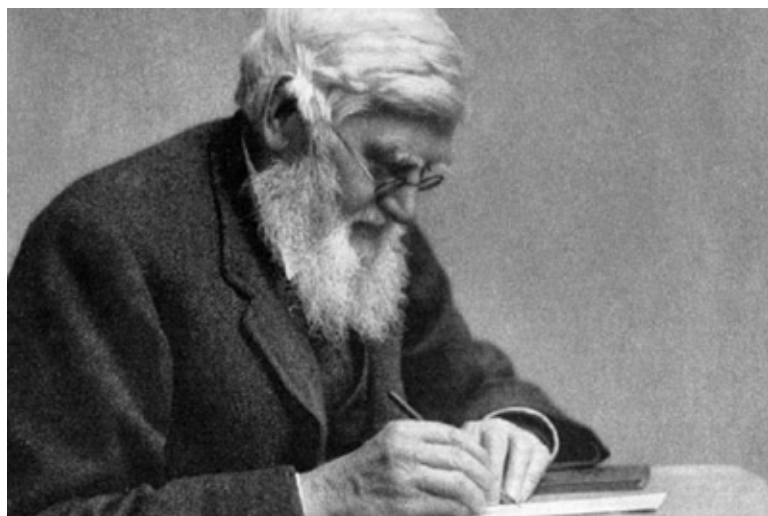
As unidades devem amalgamar-se em uma outra unidade de ordem superior. É necessário que se submetam ao organismo, que abduquem de toda individualidade diante da individualidade do todo. Só assim o ser indivisível pode se compor de unidades elementares. O organismo não é uma coletividade, mas um monólito (JACOB, 1983, p. 122).

Assim, a visão de célula advinda do século XVII, que acumulou informações sobre composição e reprodução dos animais e plantas, muda ao admitir as relações entre um ser vivo e seus componentes de forma integrada, esboçando a noção de que seja a célula o primeiro nível de organização da vida. Com isso, resolvem-se dois problemas aparentemente distintos, expostos por Maupertuis (1768) e Buffon (1779) apud Jacob (1983, p. 123), sobre a dissociação entre o estudo da reprodução dos seres vivos e o estudo de sua constituição, em que a decomposição dos seres em células, cada uma delas dotada de todas as propriedades do ser vivo, dá à reprodução ao mesmo tempo um significado e um mecanismo.

A busca por uma unidade fundamental da organização da vida parece se alinhar a uma espécie de “ambição platônica na pesquisa sistemática dos invariantes anatômicos” (MONOD, 1971, p. 119). Por esse ângulo, era perceptível uma variedade morfológica, bem como dos diferentes modos de vida. Ainda assim, diante dessa variabilidade, reconhecer certo padrão anatômico comum a certos grupos animais demonstrava uma natureza investigativa bem madura por parte dos estudiosos no século XIX. Isso posto, as afinidades dos diferentes grupos do reino Animalia seguia o pensamento da invariância, que classificava, por exemplo, conforme Monod (1971, p. 119), os tunicados no grupo dos vertebrados, que encontrava afinidades entre cordados e equinodermos, além de relações filogenéticas entre ouriços e seres humanos muito mais próximas do que entre estes e os cefalópodes.

Com o advento da bioquímica e a ascendente biologia molecular, a categoria da invariância desce mais ainda na escala da complexa organização do mundo vivo, buscando essa unidade do ser vivo no nível das moléculas orgânicas que se organizam para formar blocos construtores da vida. Com essa base molecular, tanto em estrutura quanto em funcionamento, expressa nos diferentes organismos, os processos químicos são essencialmente os mesmos. Monod (1971, p. 120) aponta como estrutura os invariantes bioquímicos, em que todos os organismos são constituídos pelas mesmas duas classes principais de macromoléculas, que são: proteínas e seus aminoácidos, em número finito de 20, e ácidos nucleicos, constituídos também em número finito de quatro nucleotídeos. Os nucleotídeos arranjados formam o DNA, configurando-se este como o invariante fundamental da vida, sendo que a sequência dessas moléculas especifica um gene, uma unidade hereditária que codificará determinado fenótipo do ser vivo.

Já em termos de funcionamento, consoante Monod (1971, p. 120), ocorrem as mesmas sequências de reações químicas utilizadas em todos os organismos para as operações químicas essenciais, tais como mobilização e reserva de potencial químico



O biólogo britânico
Charles Darwin
(1809-1882)

e biossíntese dos constituintes celulares. Esse complexo de vias metabólicas e suas reações químicas é processado segundo os mesmos mecanismos físico-químicos nos seres vivos, configurando o metabolismo desses organismos com capacidade de síntese e desassimilação de compostos, com obtenção, transformação e armazenamento de energia para as atividades biológicas. Aliás, a transformação de energia, muito presente nos organismos, configura-se como uma característica com especificidades próprias, não ocorrendo no mundo não vivo.

A estrutura e o funcionamento do mundo vivo sempre direcionaram as pesquisas sobre processos nos organismos. Importante lembrar que no século passado, de acordo com Jacob (1983, p. 119), os tecidos, em sua composição para formar órgãos, vinham sendo estudados primeiramente em decorrência do plano de organização dos animais, tendo como estrutura elementar a fibra. Assim, esse componente elementar dos corpos vivos era a última etapa da análise anatômica, e dissecar um animal com o fim de entender sua organização pautava-se pela análise dos órgãos em função do seu papel fisiológico na totalidade do organismo. No entanto, em concordância com Cuvier (1835, p. xvii apud JACOB, 1983, p. 107), diante das analogias, “as máquinas que constituem o objeto de nossas pesquisas não podem ser desmontadas sem ser destruídas”, ou seja, separar partes de um todo orgânico e funcional em sua totalidade para estudá-las significaria desnaturalizá-las. Individualizar quaisquer dessas partes seria pôr um foco errôneo na compreensão do todo, uma vez que o objeto de estudo dissecado está desconectado de seus processos físico-químicos, biológico-históricos, indiferentes à própria fisiologia que lhe é necessária para a realização dos processos vitais.

Nesse sentido, a ideia de unidade elementar numa concepção de integração do corpo vivo impõe à caracterização da célula uma condição de individualidade, em que ela não transcende o conjunto, ou seja, ela não conserva sua individualidade num todo orgânico e complexo, antes se integra a outras células e demais estruturas e processos numa totalidade. Para Jacob (1983, p. 124), essa individualidade detém todas as propriedades e, ao mesmo tempo, o ponto de partida de todo o organismo. Porém,

essa noção se configura reducionista, na medida em que “um fenômeno tinha de ser reduzido aos seus menores componentes para que se alcançasse sua completa explicação” (MAYR, 2005, p. 145), tema bastante discutido por filósofos da biologia, que se soma à problemática das propriedades emergentes. De acordo com Mayr (2008, p. 41), esse termo designa o surgimento de novas propriedades em níveis superiores de organização e integração, que não poderiam ser previstas pelo conhecimento dos componentes em níveis inferiores. Essas questões têm sido negligenciadas pelos reducionistas. Ainda assim, Jacob (1983, p. 124) não vê tanta importância em que todos os organismos sejam constituídos por células, mas em que a célula possua todos os atributos do ser vivo, sendo ainda a origem necessária para todo corpo organizado.

Diante do exposto, os vírus, conforme sua estrutura e função, não se enquadram nas premissas da teoria celular consoante as quais todo ser vivo tem como unidade fundamental a célula. Além disso, sua definição como seres vivos se mostra num campo obscuro da fronteira entre vida e não vida, já que, por intermédio das condições suficientes e necessárias, essas entidades agem como seres vivos. Essa teoria se encontra bem cristalizada na biologia, proporcionada, dentre outros eventos, pela superação do vitalismo pelo fisicalismo, o que contribuiu na demarcação de um campo bem delimitado e fundamentado dessa área do conhecimento.

Contudo, problematizar o “local” do vírus na organização da vida sem deslegitimar tal teoria pode proporcionar uma profundidade no debate sobre o conceito de vida, tendo nos vírus uma entidade cuja existência não é possível negar, e sua abordagem coloca-se como provocativa, uma vez que essas entidades, como aponta Hartman (2000, p. 234), poderiam ter desempenhado um papel importante na evolução dos seres vivos, sendo esse o caminho ideal para examinar a natureza do vírus, na medida em que eles são situados pelas ciências biológicas na fronteira entre o mundo vivo e não vivo.

4. OS VÍRUS NA FRONTEIRA DA VIDA

Os vírus despertam uma reflexão que há muito tempo vem influenciando nas definições do conceito de vida utilizado pelos biólogos, uma vez que os critérios operacionais que discernem a matéria viva da não viva não contemplam esses “organismos” facilmente na categoria do mundo vivo, haja vista que a base da organização dos sistemas vivos é pautada por um complexo aglomerado de substâncias orgânicas e estruturas que formam as células, consideradas blocos de construção da vida ou o primeiro nível de organização dos sistemas vivos. Sendo assim, os vírus não apresentam organização celular, mas, quando parasitam células hospedeiras, metabolizam-se, reproduzem-se, evoluem, reduzem temporariamente sua entropia, utilizam-se de toda a “maquinaria” celular e se comportam conforme a noção clássica de desempenho dos seres vivos, e assim correspondem aos critérios operacionais comumente utilizados nos sistemas de classificação da biologia, mesmo atuando numa relação de parasitismo obrigatório.

Portanto, a definição de vida torna-se complexa quando nos atemos a critérios que nem sempre dão conta de abarcar as *nuances* de entidades que guardam em si a potência para exercer um mínimo de funções biológicas que seja considerado um processo da vida, como a reprodução. No caso dos vírus, a própria infecção viral com capacidade de interferência em outros organismos causa doenças diversas, podendo levá-los à morte. Por isso, conforme Campbell e Reece (2010, p. 381), os pesquisadores no final do século XVIII, ao fazer um paralelo com as bactérias, propuseram que os vírus fossem considerados as formas de vida mais simples.

Os vírus são parasitas intracelulares obrigatórios de diversos organismos dos grupos das plantas, animais, protistas, fungos e bactérias. Ao infectar células, utilizam-se do metabolismo de síntese das células para estabelecer os mecanismos moleculares que permitem replicar, transcrever e traduzir seu material genético (informação, em forma de partícula viral). Em sua maioria, causam doenças com ampla capacidade de se espalhar rapidamente no corpo dos organismos infectados. Quando estão fora das células hospedeiras, os vírus não se multiplicam e não apresentam nenhum tipo de atividade metabólica; nesses ambientes ficam restritos às estruturas microscópicas com material genético (DNA ou RNA, mas nunca os dois) envolto pelo capsídeo. Ao existirem como partículas fora da célula hospedeira, os vírus passam a ser chamados de vírions, os quais permaneceriam inertes.

Na visão de Hartman (2000, p. 234), a compreensão dos vírus como apenas causadores de doenças seria modificada num contexto ecológico e evolutivo mais amplo, no qual passam a desempenhar um papel importante na troca de material genético entre células por meio de infecção, possibilitando a troca de genes ou mesmo uma barreira genética, o que favorece a diversidade biológica entre organismos.

Os vírus são o produto de uma rede complexa de diferentes forças evolutivas. Eles prosperam mantendo uma interação contínua com os seus hospedeiros e estão sujeitos a uma multiplicidade de forças seletivas e mudanças estocásticas. A rápida produção de diversidade genética é uma característica exclusiva de certas linhagens virais, tem notáveis consequências epidemiológicas, e confere grande valor sobre vírus como sistemas modelo para a compreensão do processo evolutivo (BRANDÃO, 2015, p. i).

Por serem acelulares, os vírus não seguem os níveis de organização da vida largamente conhecidos e difundidos na biologia, como os que se iniciam pela célula, desta para os tecidos que são formados por células e assim por diante, até a biosfera. Além disso, “não regulam o transporte de substâncias para dentro ou fora por meio de membranas, e não realizam funções metabólicas” (SADAVA et al., 2009, p. 283), isso quando não estão parasitando uma célula viva, pela qual podem se reproduzir nesses sistemas biológicos que desempenham tais funções.

Embora o conhecimento sobre os vírus tenha se evidenciado na última metade do século XX, sua descoberta se deu através das pesquisas, complementares, embora realizadas em épocas diferentes, de três principais cientistas: o matemático

alemão Adolf Mayer em 1883, o botânico russo Dmitri Ivanovsky em 1892 e o microbiologista holandês Martinus Beijerinck em 1989 (CAMPBELL; REECE, 2010, p. 381; SADAVA et al., 2009, p. 283).

Adolf Mayer descreveu pela primeira vez a doença do mosaico do tabaco e descobriu que poderia transmiti-la de planta para planta, esfregando a seiva extraída de uma folha doente em uma planta sadia. Sem êxito na identificação do agente etiológico, Mayer sugeriu ser uma bactéria pouco comum e invisível ao microscópio. Uma década depois, Ivanovsky testou tal hipótese ao filtrar um extrato de folhas doentes por um filtro de porcelana, técnica utilizada à época para isolar bactérias causadoras de doenças, resultando então numa seiva que ainda produzia a doença, ou seja, o filtro não reteria o agente causador, resultado que atribuiu ao tamanho da “bactéria” ou a uma suposta produção de toxinas que a ajudaria a passar pelo filtro. Beijerinck, por sua vez, repetiu os experimentos de Ivanovsky, descartando a segunda hipótese por meio de uma série de experimentos clássicos que mostraram que o agente infeccioso podia se reproduzir apenas em hospedeiro e difundia-se em ágar-gel, denominando o pequeno agente de *contagium vivum fluidum*.

Quase 40 anos após, o agente da doença foi cristalizado por Wendell Stanley, passando a ser conhecido por TMV — *tobacco mosaic virus* — e agora visto como infeccioso quando dissolvido. Foi demonstrado à época que as preparações virais cristalizadas consistiam em proteínas e ácidos nucleicos.

Estudos detalhados do mecanismo de infecção ocasionado pelos vírus “têm levado ao desenvolvimento de técnicas que permitem aos cientistas manipular os genes e transferi-los de um organismo para o outro”, segundo Campbell e Reece (2010, p. 381). Para esses autores, essas técnicas desempenham um papel importante na pesquisa básica, na biotecnologia e em aplicações diversas na medicina, como na terapia gênica. É importante salientar que outras funções desempenhadas por meio dessas manipulações não atribuem necessariamente ao vírus um rótulo de agente unicamente causador de patologias e, por isso, dotado de capacidade deletéria por sua natureza parasitária e infecciosa.

Não obstante, dada a capacidade de integração dos organismos num sistema amplo e complexo que envolve o entorno, não se pode negligenciar a imunidade que alguns seres vivos complexos desenvolveram ao longo de milhares de anos, produzindo uma resposta imunológica capaz de reconhecer antígenos e inoculá-los para manter, com base na resiliência, a estrutura corporal e os processos metabólicos funcionais do hospedeiro. Certamente, tal sistema imunológico se mostra uma vantagem evolutiva importante em alguns grupos, possibilitando a ampliação das condições de perpetuação das espécies que o desenvolveram. Esses mecanismos de defesa são inatos e surgiram no decurso evolutivo das espécies, com mecanismos simplificados de reconhecimento dos antígenos, como a fagocitose dos protistas unicelulares, até sistemas vivos mais avançados na escala evolutiva, o que mostra essa funcionalidade bem aparente nos macrófagos dos vertebrados.

Em virtude das vacinas, amplamente estudadas com foco nas populações humanas, possibilitou-se uma maior resistência a doenças provocadas por vírus e a cura delas, induzindo o corpo dos seres humanos a produzir anticorpos contra os patógenos que deflagram a resposta imunológica. Tais relações trazem à tona uma reflexão sobre a intervenção humana nos ciclos naturais de muitas espécies, como os vírus, objetivando auferir benefícios e podendo constituir estratégias “artificiais” que visem prolongar a vida dos humanos, bem como sua saúde. Não obstante, os custos decorrentes dessas intervenções também são notórios, como os que ora presenciamos por conta da pandemia de covid-19.

Por muito tempo os vírus foram considerados formas de vida simples ou rudimentares, porém, esses agentes, diante dos métodos e conceitos adotados pela biologia e pelas ciências de modo geral, passaram a representar uma fronteira nebulosa entre a matéria viva e não viva, dada, dentre outros aspectos, a sua capacidade de induzir respostas imunológicas em vários táxons, entre os quais se inserem os humanos.

Sobre a origem dos vírus, embora não haja consenso sobre as hipóteses levantadas, verifica-se que está diretamente ligada à origem da vida. Nessa direção, ao analisar a origem da vida, observa-se que as etapas posteriores ao mundo pré-biótico seriam

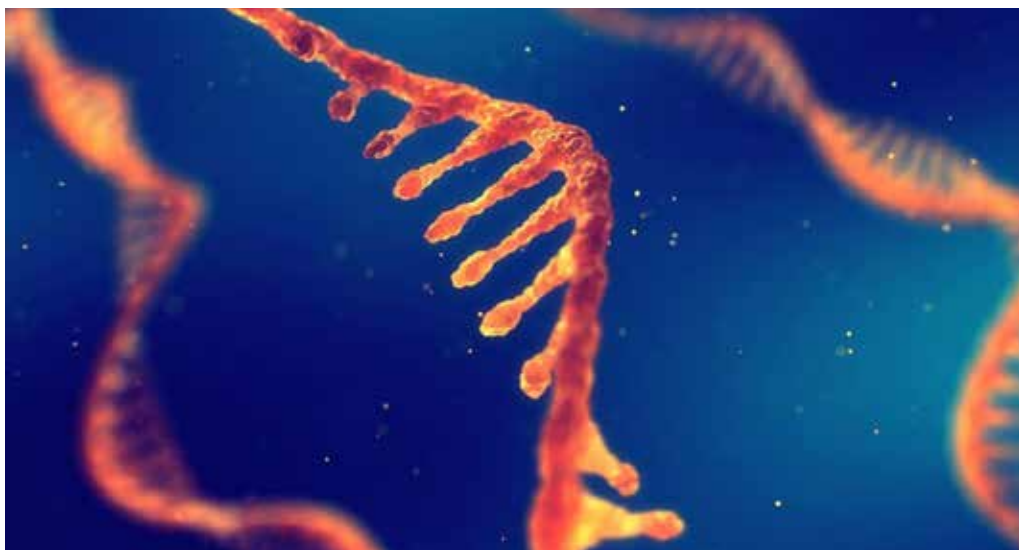
o mundo do pré-RNA (onde se postula aparecerem as primeiras moléculas autorreplicantes) e o “mundo do RNA”, após o surgimento de sistemas catalíticos e autorreplicantes com propriedades comparáveis às do ácido ribonucleico (RNA) contemporâneo (VIEYRA; SOUZA-BARROS, 2000, p. 77).

Denomina-se mundo do RNA uma fase hipotética primordial da vida na qual o RNA seria a molécula da hereditariedade. Para Hartman (2000, p. 239), as moléculas de RNA replicativas tinham a capacidade catalítica de polimerizar¹⁰ RNA por meio de nucleotídeos ativados; com isso, elas seriam consideradas as primeiras entidades vivas. Essas entidades precederiam, então, o DNA. Essa visão parte de fundamentos encontrados na própria taxa de mutação do RNA, que seria deletéria, inviabilizaria a vida, como aponta Ridley (2007, p. 552) ao concluir que a mudança de RNA para DNA seria motivada por uma taxa de mutação relativamente alta de RNA, superior a 1, a qual não poderia sustentar futuras formas de vida assexuadas.

Os vírus de RNA atuais, como o HIV, têm taxas de mutação de cerca de 10⁴ por nucleotídeo. Isso limita sua capacidade codificadora a cerca de 10⁴ nucleotídeos, ou cerca de 10 genes. Formas de vida mais complexas não poderiam evoluir antes que a taxa de mutação se reduzisse. A evolução do DNA teria reduzido a taxa de mutação, ou a teria levado à redução (RIDLEY, 2007, p. 552).

Observa-se que a grande maioria dos vírus que infectam organismos eucarióticos multicelulares atuais são vírus de RNA. Isso se deve, conforme Hartman (2000,

¹⁰ Reação química que agrega vários monômeros numa molécula.



Denomina-se mundo do RNA uma fase hipotética primordial da vida na qual o RNA seria a molécula da hereditariedade

p. 235), aos remanescentes do sistema genético de uma célula de RNA primitiva. Atualmente os vírus de RNA apresentam maior diversidade, ocupando quatro dos sete grupos de vírus propostos por Baltimore, que “desenvolveu um esquema de classificação de vírus baseado na relação entre o genoma viral e seu RNAm” (MADIGAN et. al., 2016, p. 266).

A tese do mundo do RNA, apenas explanatória, segundo a qual a molécula e seu respectivo ambiente favorecem o desenvolvimento de compostos orgânicos mais complexos, é questionada. Hartman (2000, p. 240) aponta dois problemas fundamentais nessa tese: o primeiro seria a improbabilidade de surgirem bases nitrogenadas na sopa primitiva, sintetizadas de maneira aleatória em uma atmosfera redutora contendo metano, amônia e hidrogênio; e o segundo, ainda mais questionável, é a suposição de que, com base em evidências geoquímicas, a atmosfera primitiva seria constituída de nitrogênio e dióxido de carbono. Por conseguinte, as descargas elétricas não teriam conduzido quaisquer compostos orgânicos, logo, não haveria sopa primitiva e, portanto, nenhum mundo de RNA.

Outrossim, Hartman levanta a problemática de uma entidade química ser capaz de replicação, sofrer mutação e ao mesmo tempo catalisar reações químicas. São elementos apontados para os quais ainda não se tem respostas definitivas. Como suposta explicação para tal imbróglgio, sustenta-se que, enquanto o mundo de RNA tem fitas unidimensionais, o “mundo de argila”¹¹ teria placas de duas dimensões. As argilas replicativas seriam catalisadores e não requereriam um mundo complexo de compostos químicos orgânicos.

11 Essa tese foi popularizada pelo livro *Seven clues to the origin of life: a scientific detective story*, de Alexander Graham Cairns-Smith, um químico que a desenvolvia desde meados dos anos 1960. Para o autor, existia uma etapa intermediária entre o mundo não vivo e o mundo vivo, em que a matéria orgânica se originava da replicação de cristais argilosos.

A tese de Richard Dawkins sustenta que a seleção operaria no nível da informação genética, que se constitui de invariantes químicos das principais macromoléculas

suporte material para as reações químicas. Essas entidades ainda teriam a capacidade de se replicar, o que nos induz a pensá-las como pertencentes a um estágio anterior ao dos vírus, ou, supostamente, aos próprios vírus. Ainda assim, a questão de como os vírus surgiram permanece sem resposta. Uma possível hipótese para o segundo questionamento seria:

Um provável controlador da evolução viral foi como um mecanismo para as células rapidamente moverem genes na natureza. Uma vez que os vírus apresentam uma forma extracelular que protege o ácido nucleico dentro deles, eles poderiam ter sido selecionados como um meio de enriquecimento da diversidade genética (e, portanto, aptidão) de células, facilitando a transferência gênica entre elas (MADIGAN et. al., 2016, p. 268).

Essa função parece ser relevante para Madigan et. al. (2016, p. 268), uma vez que trocaria de forma horizontal os genes entre células, especialmente entre os procariontes, o que soaria como um fator importante na evolução biológica. Além disso, manter o hospedeiro seria uma estratégia importante para o próprio vírus, sendo possível que os primeiros fossem latentes. Para os autores, as capacidades líticas só evoluíram mais tarde, para ter acesso mais rapidamente a novos hospedeiros.

Por sua natureza, os vírus possuem informações codificadas em seus genes que permitem controlar processos vitais quando estão parasitando uma célula hospedeira. Nessa etapa bem delimitada, se aproximam do aspecto estrutural e funcional dos organismos vivos, ou se integram a eles, ao atingir suas células, utilizando-se do seu metabolismo para se reproduzirem. Essa capacidade só foi possível pelo conteúdo informacional guardado em seus genes e sua respectiva evolução biológica, além de uma estrutura capsular que protegeu essa informação ao longo do tempo e gerou

Outra hipótese para o surgimento dos vírus sugere que “os vírus eram células que, por alguma razão, talvez para economizar seus genomas, descartaram tantos genes que se tornaram dependentes de um hospedeiro para a maioria das suas funções de replicação” (MADIGAN et. al., 2016, p. 267).

Isso posto, as diferentes hipóteses para explicar a origem da vida até aqui aventadas nos levam a conceber uma entidade primordial acelular, cuja composição molecular teria sido formada na sopa primitiva, cuja água exerceria um

descendentes com material genético modificado evolutivamente, o que nos faz recorrer à tese do gene egoísta defendida por Richard Dawkins.

A tese de Richard Dawkins sustenta que a seleção operaria no nível da informação genética, que se constitui de invariantes químicos das principais macromoléculas. O DNA ou RNA e suas proteínas associadas, como base molecular e informacional da vida, estão presentes em todos os seres vivos. Meyer e El-Hani (2000, p. 171) afirmam que, “quando nos deparamos com semelhanças tão globais, a melhor forma de explicá-las é através da ancestralidade comum”. Com isso, justifica-se a partilha dos invariantes tão comuns entre os organismos. Esses invariantes, conforme Monod (1971, p. 119), constituíam uma ambição platônica na pesquisa sistemática anatômica que foi se consolidando a partir do ano de 1950, com várias publicações acerca da química celular.

Importa assinalar que, embora esses invariantes químicos, por si sós, não confirmem uma unidade morfofisiológica capaz de “deter todas as propriedades e o ponto de partida de todo organismo” (JACOB, 1983, p. 124), eles, por sua vez, se estabeleceram como elo comum, se não a quase totalidade dos organismos em uma teia de grupos polifiléticos hiper-ramificados que, em algum momento na história evolutiva do mundo vivo, supõe-se compartilharem os mesmos mecanismos de replicação da molécula capaz de guardar a informação genética e perpetuar sua existência, ainda que através das sucessivas mutações.

Destarte, as mutações ocorridas no *pool* gênico fazem parte das estratégias evolutivas que conferem variabilidade aos vírus, sendo então submetida cada variação ao crivo das pressões seletivas. A variabilidade é um dos resultados das mutações genéticas e se constituiu em um dos mecanismos da evolução biológica, contribuindo na explicação da origem e diversidade da vida, principalmente a partir de meados do século XVII, quando ainda imperava o fixismo, doutrina que estabelecia a imutabilidade das espécies, explicada pelo poder divino, sem que ocorressem mudanças significativas na sua descendência.

Contudo, certa diversidade expressa nos vírus levanta um paradoxo na manutenção da estrutura invariante. A solução se daria pela própria constituição desse invariante biológico fundamental que é o DNA, formado por nucleotídeos e proteínas, cujos arranjos estabelecem um código genético que orienta a formação de fenótipos específicos e, conseqüentemente, submete-os às pressões seletivas.

Importante frisar que a reflexão sobre os invariantes voltados aos vírus não deve ser associada à defesa do reducionismo metodológico proporcionado pelos avanços da biologia molecular e celular. O que se está propondo é uma linha comum de abordagem a esses invariantes, com fins de integrar a diversidade da vida considerando seus níveis de organização, a informação genética, a história evolutiva dos organismos, a simbiose e as propriedades emergentes. Essa integração se expressa em funções biológicas importantes dos organismos, capazes de criar ordem na desordem e assim agirem de forma neguentrópica na luta pela vida.

5. O VÍRUS E A SELEÇÃO NATURAL DE REPLICADORES

Com os pressupostos estabelecido se verificados pela biologia, definir vida com base nas análises feitas sobre os vírus, nos leva a contestar a visão tradicional sobre a definição de vida apregoada pelo biólogo evolucionista Ernst Mayr, a qual enumera “uma lista de propriedades definidoras do que ele chama de “processo de viver” (MAYR, 2008, p. 20), com uma visão de vida como seleção natural de replicadores oriunda das ideias de Richard Dawkins e complementada por David L. Hull (1935-2010), filósofo estadunidense dedicado particularmente ao estudo da filosofia da biologia.

Desse modo, o termo replicador foi inicialmente utilizado por Dawkins (2007, p. 59) ao se referir a uma molécula como matriz, capaz de produzir cópias de si mesma e que no surgimento da vida reunia pequenos blocos moleculares¹² de construção, que se achavam dispersos na sopa primordial. A estabilidade do replicador conferia-lhe aptidão para se sobrepor às contingências de uma possível desestruturação. Essas contingências seriam então consideradas pressões seletivas, sobre as quais operariam os mecanismos da evolução, causando uma seleção diferencial dos “mais aptos” (DAWKINS, 2007, p. 46). O autor, entretanto, analisa o conceito de seleção de grupo e o reconfigura para seleção no nível de gene (replicadores), chamando a atenção para a preservação de sua estrutura através das “máquinas de sobrevivência” ao longo do tempo, como células, indivíduos etc.

Sabe-se que a seleção natural atua produzindo adaptações, conforme as contingências do meio e as interações evolutivas ocorridas com o organismo, que se expressam em variabilidades gênicas e fenotípicas, e, por conseguinte, produz consequências para diferentes unidades, aqui entendidas como aquelas dispostas na hierarquia dos diferentes níveis de organização da vida, já consolidadas na biologia

O pensamento da vida como seleção natural de replicadores, ou entidades com capacidade de fazer cópias de si mesmas, é proveniente da biologia evolutiva neodarwinista, cuja explicação para os processos atinentes à vida se pauta pelas “linhagens de organismos conectados pelos processos de reprodução e seleção”

¹² Ridley (2007, p. 551) considera esses blocos como tijolos das construções moleculares da vida e se refere a eles como aminoácidos, açúcares e nucleotídeos.

como as que se iniciam na célula, a menor unidade morfofisiológica do ser vivo, até a biosfera. Tais consequências irão ocasionar adaptações que, por sua vez, beneficiarão de forma imediata ou remota algum ou alguns desses níveis de organização, fruto das pressões seletivas da evolução.

Mayr (2005, p. 150) se referiu a tais unidades como alvos ou objetos de seleção, atribuição que ele considera errônea, uma vez que no processo de seleção natural os indivíduos eliminados eram os verdadeiros alvos da seleção, e não os que restavam. Assim, Ridley (2007, p. 332), ao analisar qual ou quais unidades seriam os alvos da seleção natural, afirma que “as unidades da natureza que apresentam adaptações são aquelas que mostram herdabilidade”. Como resultado, essas adaptações expressariam os ajustes das frequências gênicas.

Assim, o pensamento da vida como seleção natural de replicadores, ou entidades com capacidade de fazer cópias de si mesmas, é proveniente da biologia evolutiva neodarwinista, cuja explicação para os processos atinentes à vida se pauta pelas “linhagens de organismos conectados pelos processos de reprodução e seleção” (EMMECHE; EL-HANI, 2000, p. 43).

Conforme Dawkins, os genes se reúnem através de seus blocos construtores como unidades genéticas estáveis que atingem sua “imortalidade potencial” através de cópias de si mesmos. E sua eleição, para ser bem sucedidos como unidades de seleção natural, se dá por propriedades como “longevidade, fecundidade e fidelidade de cópia” (DAWKINS, 2007, p. 89). Com isso, esses genes teriam capacidade de produzir boas máquinas de sobrevivência, mesmo que venham a competir com seus alelos no *pool* gênico, processo esse considerado por Dawkins como unidade básica do egoísmo.

No caso do vírus, a máquina de sobrevivência seria o organismo formado pelo invólucro, englobando os principais blocos construtores — nucleotídeos, aminoácidos e proteínas —, mesmo que não consigam metabolizar substâncias de forma autônoma, como fazem as células. Essa estrutura confere ao vírus capacidade replicativa, com potencial evolutivo de transmissibilidade através de fluxo gênico entre células, como ilustra Ridley (2007, p. 644) ao abordar a coevolução de hospedeiro e parasita e, em outro momento, a evolução da virulência parasítica observada e depois experimentada em laboratórios. Esse experimento tratava do declínio da virulência em coelhos da Austrália e da Europa com mixomatose, doença causada pelo vírus Mixoma. O declínio foi supostamente atribuído a dois fatores combinados: o aumento da resistência do hospedeiro e a diminuição da virulência viral, tendo, graças à seleção natural, a capacidade de favorecer uma virulência mais alta ou mais baixa, dependendo do modo de transmissão do parasita.

Nesse sentido, a abordagem da vida como seleção natural de replicadores instigada por Dawkins é complementada, conforme Emmeche e El-Hani (2000, p. 44), pela visão do filósofo americano David Lee Hull¹³, que propôs uma visão na qual não

13 Hull teve especial interesse pela filosofia da biologia, principalmente ao defender a tese de que espécies são indivíduos históricos, e também pelo processo de seleção natural, ao trocar o termo *veículo*, utilizado por Dawkins, por *interactor*.

só os replicadores se mostram importantes, mas também os interagentes e as linhagens no processo evolutivo. Tal conceito veio à tona no caloroso debate sobre unidades de seleção, as quais Dawkins atribuía aos genes, num sistema biológico em que o organismo seria apenas o veículo dos replicadores. Hull (1980 apud MAYR, 2005) percebeu a inadequação do termo veículo por considerar que o objeto de seleção interage “como um todo coeso com seu ambiente”.

Contra o argumento defendido por Dawkins, Hull observou que replicadores sozinhos, ou replicadores e veículos, seriam suficientes para a seleção. Nesse sentido, conforme Hull (2001, p. 23), a seleção pode ser caracterizada geralmente como qualquer processo em que a extinção e proliferação diferencial de interagentes causa a perpetuação diferencial dos replicadores que os produziram.

Como definição,

os interagentes são quaisquer entidades que interagem como um todo com o ambiente [...] cujo sucesso adaptativo, frente às pressões seletivas com as quais se defrontam em cada circunstância ambiental, determina as chances de os replicadores passarem cópias para a próxima geração (EMMECHE; EL-HANI, 2000, p. 44).

Os interagentes teriam propriedades e habilidades que capacitariam os replicadores, mediante o sucesso reprodutivo e adaptativo, a repassar seus genes para as próximas gerações, e assim sucessivamente com as suas linhagens. Ou seja, a ação por si só dos replicadores, como Dawkins apregoa, ficaria igualmente comprometida caso os interagentes não dispusessem de condições para passar pelo crivo das pressões seletivas. Hull vê nessas entidades (replicantes e interagentes) uma condição indissociável para o processo da evolução natural, que se dá, de acordo com Emmeche e El-Hani (2000, p. 45), “exatamente por causa da ação recíproca da replicação da informação genética e da interação dos organismos com o meio ambiente”.

De acordo com Mayr (2005, p. 149) o termo *interagente* possui algumas deficiências, sendo muito mais pertinente para a biologia funcionalista do que para a biologia evolutiva, e, nesse caso, não seria comum a interação durante o processo de eliminação que ocorre na seleção natural. Além disso, o autor despreza a produção de variação que ocorre durante a meiose e a própria produção. Entendemos, no entanto, que mesmo que a seleção natural exerça suas pressões sobre as variações, a eliminação de algumas destas só ocorre porque foi por meio da interação que a seleção natural pôde atuar. Isso pode ser confirmado por Hull (1976 apud ALVES



Foto: Richard Pihle/Times

Richard Dawkins
(1941), biólogo
britânico

NETO, 2013, p. 51), quando ele estabelece como requisito que as unidades de evolução possam alterar substancialmente suas configurações genéticas antes de ser extintas ou dar origem a uma nova unidade.

Ademais, as linhagens a que Hull se refere comportam tais variações, ocorrendo como fruto da relação entre os replicadores e os interagentes, cuja informação genética foi acumulada ao longo das gerações. Ou seja, “a relação entre replicação e interação produz mudanças contínuas e se acumula, gerando padrões fenotípicos e genotípicos observáveis ao longo de inúmeras gerações. Essas linhagens e teias são as unidades de evolução” (HULL, 1976, p. 182 apud ALVES NETO, 2013, p. 50).

Complementarmente à visão de Dawkins, orientada por uma visão informacional da vida, Emmeche e El-Hani (2000, p. 45) agregam aspectos *organizacionais* e *materiais*. Para esses autores, somente uma concepção de replicadores como padrões de informação que se autopropagam sem adicionar esses dois aspectos levaria a

uma concepção idealista, na qual a vida seria definida como qualquer realização de algum conjunto específico de propriedades informacionais abstratas, não importando o meio material. Nesses termos, um organismo simulado na tela de um computador poderia ser considerado tão vivo quanto os organismos constituídos por matéria orgânica com os quais estamos acostumados (EMMECHE; EL-HANI, 2000, p. 45).

O aspecto organizacional vai ao encontro dos processos químicos, físicos e biológicos diferenciados da matéria inanimada e se expressa em todos os seus níveis, que se consolidam através do seu metabolismo, coordenação, interação, controle, história evolutiva, homeostase, propriedades emergentes etc. A organização no mundo vivo atende a um “princípio interno de desenvolvimento [...] e confere propriedades singulares” (JACOB, 1983, p. 94), que vão desde a estrutura molecular, com unicidade bioquímica e grande potencial para a diversidade, até os grandes sistemas complexos na hierarquia da vida. Mayr (2008, p.45) atribui à organização

um dos fenômenos específicos dos seres vivos, tendo os organismos vivos como sistemas ordenados e complexos, com capacidade de regulação e de controle da interação do genótipo, bem como seus limites evolutivos e de desenvolvimento.

Nesse seguimento, de acordo com Andrade (2012, p. 99), o princípio da auto-organização, expresso no autoacoplamento estrutural e sua permanente interação com o meio circundante, dita uma mudança estrutural contínua e ao mesmo tempo conserva a reciprocidade da relação de transformação entre o organismo e o meio. Esse aspecto da autopoiese concebido por Maturana e Varela “refere-se a uma produção contínua de si mesmo pela vida” (MARGULIS; SAGAN, 2002, p. 31), através do metabolismo que exerce esse papel continuamente por meio das reações químicas, provendo a autossustentação do sistema autopoietico. Assim, os sistemas vivos se configurariam como sistemas autopoieticos, firmando-se nas interações moleculares organizacionalmente fechadas, mas abertas em termos materiais e energéticos, mediadas por moléculas informacionais que se auto-organizam diante das contingências histórico-evolutivas.

Conforme Eigen (1997, p. 18), a diferença entre um sistema químico, mesmo complexo, acoplado de maneira arbitrária, e um ser vivo, em que encontramos uma abundância de reações químicas, é que essas reações seguem um programa controlado, operado por uma central de informação, cuja meta é a autorreplacação de todos os componentes desse sistema, incluindo a duplicação do próprio programa ou, mais precisamente, da matéria que o contém.

À vista disso, diante do conceito de organização no mundo vivo, vislumbram-se, conforme Jacob (1983, p. 94), algumas consequências, como a que diz respeito à totalidade do organismo diante de um conjunto integrado de funções; e, dessa forma, só se poderão conferir às partes valor e importância desiguais quando nos referirmos à totalidade.

Outra consequência presumida ainda no século XVIII foi a de que o ser vivo não é uma estrutura isolada do seu meio; antes, insere-se na natureza, com a qual estabelece diferentes relações. Dentre essas relações, sublinhamos as de troca (de nutrientes, energia, calor...), uma vez que parte da matéria que compõe o mundo orgânico está presente no mundo inorgânico e assim forma ciclos biogeoquímicos importantes para fazer circular a matéria e energia entre os diferentes compartimentos da natureza.

E por fim, com base em Pallas, Lamarck, Vicq d'Azyr, De Jussieu e Goethe (apud JACOB, 1983, p. 93-94), redistribuem-se os organismos não mais em dois grupos, mas em seres inorgânicos ou minerais (não vivos, inanimados e inertes) e seres orgânicos, estes que se sujeitam à morte.

Tratar do conceito de vida a partir da problemática do vírus torna-se desafiador para a filosofia da biologia, uma vez que essas entidades se situam, conforme as bases conceituais formuladas na biologia, na fronteira entre o mundo vivo e o não vivo

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vírus, embora tenham potencial para causar doenças e possivelmente a morte dos indivíduos infectados, como se observa na pandemia da covid-19, não podemos excluí-los do processo evolutivo e tampouco da “cooperação” na dinâmica da diversidade biológica causada pelos processos de interação e compartilhamento da informação genética através dos seus interagentes.

Tratar do conceito de vida a partir da problemática do vírus torna-se desafiador para a filosofia da biologia, uma vez que essas entidades se situam, conforme as bases conceituais formuladas na biologia, na fronteira entre o mundo vivo e o não vivo, e as propriedades operacionais utilizadas razoavelmente por essa disciplina demarcam tal fronteira. No entanto, recorrer aos aspectos da origem da vida, do mundo do RNA, pode nos direcionar a uma estratégia argumentativa cabível para explicar os vírus do presente e sua “localização e/ou inclusão” nos níveis de organização da vida.

Nesse sentido, a concepção de Dawkins sobre o gene como replicante, embora possa recorrer a um aspecto de cunho reducionista da vida, não necessariamente se encerra nele, motivo pelo qual lançamos mão do fisicalismo não redutivo como tese filosófica para contemplar o domínio autônomo de macropropriedades, irredutíveis às micropropriedades.

A problematização do conceito de vida, tendo por base os replicantes e interagentes, bem como a situação do vírus na organização da vida, possibilita-nos perceber que a reunião desses aspectos consolida uma visão sobre sistemas vivos numa perspectiva evolucionista darwiniana, e por conseguinte afloram elementos teóricos razoáveis para endossarmos um conceito de vida nas ciências biológicas com base numa molécula replicativa, informacional e todo o seu conjunto interativo que se or-

ganiza formando propriedades intrínsecas e emergentes em todos os níveis da vida, considerando-se as contingências do meio e seus processos histórico-evolutivos.

Assim sendo, discorrer sobre tal problemática requer alicerces pautados pela evolução, nas ciências, na biologia e na filosofia de forma mais ampla, ao mesmo tempo integradas no espectro interdisciplinar, dado que essas áreas contemplam conhecimentos voltados à formação de conceitos nos quais a própria biologia se apoia e se desenvolve como disciplina autônoma.

Essas reflexões se mostram fundamentalmente necessárias, uma vez que o objeto empírico central da biologia é a vida, cujos processos em sua grande maioria são perceptíveis e mensuráveis, e conceituá-los, numa perspectiva abrangente e integrada, assente na concepção de replicantes e interagentes, conjuntamente com os processos evolutivos, mostra-se contributo para a definição de um conceito de vida no âmbito da biologia.

* Professor assistente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Pinheiro. Graduado em Ciências Biológicas e mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas pela UFMA. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). E-mail: roberto.ramos@ufma.br

► Texto recebido em 25 de março de 2021; aprovado em 11 de junho de 2021.

ABRANTES, Paulo. C. Introdução: o que é filosofia da biologia? In: _____ et al. (Org). **Filosofia da biologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Seropédica; PPGFIL-UFRRJ, 2018.

ALVES NETO, Celso Antônio. **O estatuto ontológico das espécies biológicas na sistemática filogenética**. 2013. 148 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ANDRADE, Claudia Castro de. A fenomenologia da percepção a partir da *autopoiesis* de Humberto Maturana e Francisco Varela. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 6, n. 2, 2012. p. 98-121.

BRANDÃO, Raul Emanuel Lopes. **Vírus e retrovírus**: contributo para a evolução das espécies. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) — Faculdade de Farmácia, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2015.

CAMPBELL, Neil; REECE, Jane B. **Biologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORRÊA, André Luís et. al. Aspectos históricos e filosóficos do conceito de vida: contribuições para o ensino de biologia. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 3, 2008. p. 21-40.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1978. p. 101-107.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Tradução Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

EIGEN, Manfred. O que restará da biologia do século XX? In: MURPHY, Michael P.; O'NEILL, Luke A. J. (Org.). **O que é vida?**: 50 anos depois — especulações sobre o futuro da biologia. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 13-33.

EL-HANI, Charbel Niño. **Níveis da ciência, níveis da realidade**: evitando o dilema holismo/reduccionismo no ensino de ciências e biologia. 377 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

EMMECHE, Claus; EL-HANI, Charbel Niño. Definindo vida. In: EL-HANI, Charbel Niño; VIDEIRA, Augusto Passos. **O que é vida?**: para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 31-56.

FIOCRUZ. **Qual a origem desse novo coronavírus?** Rio de Janeiro: Fiocruz; Ministério da Saúde, s.d. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-origem-desse-novo-coronavirus>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

GOULD, Stephen Jay. *O que é vida?* como um problema histórico. In: MURPHY, Michael. P.; O'NEILL, Luke A. J. (Org.). **O que é vida?**: 50 anos depois — especulações sobre o futuro da biologia. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 35-51.

HARTMAN, Hyman. Vírus, evolução e origem da vida. In: EL-HANI, Charbel Niño; VIDEIRA, Augusto Passos. **O que é vida?**: para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 233-242.

HULL, David Lee. **Science and selection essays on biological evolution and the philosophy of science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

JACOB, François. **A lógica da vida**: uma história da hereditariedade. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LLOYD, Geoffrey Ernest Richard. **Aristotle**: the growth & structure of his thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MADIGAN, Michael T. et al. **Microbiologia de Brock**. Tradução Alice Freitas Versiani. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MARGULIS, Lynn; SAGAN, Dorion. **O que é vida?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MAYR, Ernest. **Biologia, ciência única**: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica. Tradução Marcelo Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Isto é biologia**: a ciência do mundo vivo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATURANA, Humberto VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. São Paulo: Psy II, 1995.

_____. **De máquinas y seres vivos**: *autopoiesis*, la organización de lo vivo. 1. ed. Buenos Aires: Lumen, 2003.

MEYER, Diogo; EL-HANI, Charbel Niño. Evolução. In: EL-HANI, Charbel Niño; VIDEIRA, Augusto Passos. **O que é vida?**: para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 153-185.

MONOD, Jacques. **O acaso e a necessidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

NUNES, Luiz R.; OLIVEIRA, Regina Costa. Replicação do DNA. In: EL-HANI, Charbel Niño; VIDEIRA, Augusto Passos. **O que é vida?**: para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 139-151.

OPARIN, Aleksandr. **A origem da vida**. São Paulo: Escriba, 1955.

PAPINEAU, David. The rise of physicalism. In: STONE, M. W. F.; WOLFF, Jonathan (Ed.). **The proper ambition of science**. London: Routledge, 2000. p. 174-208.

RIDLEY, Mark. **Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RUIZ-MIRAZO, Kepa; PERETÓ, Juli; MORENO, Alvaro. A universal definition of life: autonomy and open-ended evolution. **Origins of Life and Evolution of the Biosphere**, n. 34, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 323-346.

SADAVA, David et. al. **Vida a ciência da biologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SCHRODINGER, Erwin. **O que é vida?**: o aspecto físico da célula viva, seguido de "Mente e matéria" e "Fragmentos autobiográficos". São Paulo: EditoraUnesp, 1997.

STOLJAR, Daniel. Physicalism. In: **STANFORD encyclopedia of philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/physicalism>>. Acesso em: 11 jun. 2019. p. 1-67.

VIEYRA, Adalberto e SOUZA-BARROS Fernando. Teoria da origem da vida no século XX. In: EL-HANI, Charbel Niño ; VIDEIRA, A. P. **O que é vida?** para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 71-101.

WEBER, Bruce. Life. In: **STANFORD encyclopedia of philosophy**. 2015. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/life>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ZILIO, Diego. Fisicalismo na filosofia da mente: definição, estratégias e problemas. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 1, 2010. p. 217-240.

Nova pandemia, antiga tragédia: um olhar para a exploração dos entregadores uberizados

New pandemic, old tragedy:
an approach on the exploration of uberized
delivery drivers

kaio Lucas da silva rosa*

déborah conceição de carvalho sousa**

dimitri Augusto da cunha Toledo***

Ana carolina guerra****

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.014>



Ilustração: Kelvin Matheus da Silva Rosa (2020)

REVISTA PRINCÍPIOS ▀ Nº 162 ▀ JUL./OUT. 2021

RESUMO

O trabalho é categoria central, por ele se dá a relação metabólica entre o homem e a natureza e funda-se o ser social. Essa condição primária encontra-se decomposta pela exploração da força de trabalho sob o comando do capital e seu metabolismo antissocial, que perpetuam o refinamento dos padrões de produção e dos instrumentos de acumulação pela reestruturação produtiva do capital. Processo convergente às revoluções tecnológicas, e que se encontra incorporado à pandemia de covid-19. Este texto volta-se ao esforço ensaístico de situar o trabalho de entregadores de empresas-plataforma digitais sob a lupa investigativa do metabolismo antissocial do “capital pandêmico”. Emergem, com isso, reflexões e impressões que apontam: a pandemia é emblemática, retira o véu da condição devastadora à qual a classe trabalhadora tem sido compelida. Os trabalhadores de serviços são obrigados a se submeter a mecanismos de exploração quase ilimitada durante o capitalismo informacional-digital, abrindo-se precedentes ameaçadores e, por outro lado, instigadores de lutas e rebeldia.

Palavras-chave: Trabalho. Entregadores de empresas-plataforma. Flexibilização. Capital pandêmico. Exploração.

ABSTRACT

Labor is a central category, by means of which the metabolic relation between man and nature is given, founding the social being. This primary condition is decomposed by the exploration of labor force under the command of the capital and its antissocial metabolism, which perpetuates the refinement of production standards and the instruments of accumulation by means of the productive restructuring of capital. Such process converges with the technological revolutions. It is embodied in the pandemic of covid-19. This text concerns to the essayistic effort of situating the labor of app delivery drivers which work for digital platform businesses under the scrutiny of the antissocial metabolism of the “pandemic capital”. We make some points: the pandemic is emblematic, it removes the mask of the devastating condition to which the working class has been compelled towards. The works of such services are bound to almost limitless exploration mechanisms within the informational-digital capitalism, setting up threatening precedents and, on the other hand, instigating fight and rebellion.

Keywords: Labor. Digital platform delivery drivers. Flexibilization. Pandemic capital. Exploration.

Para amontoar milhões, a burguesia não vê óbices morais, sentimentais nem mesmo legais. Toca para diante, passa por cima de cadáveres, tropeça em moribundos, derruba aleijados, engana mentecaptos; e desculpa-se de todas essas baixezas, com a segurança da vida futura dos filhos.

Lima Barreto, *No ajuste de contas*

Nasceu ali, onde o destino do homem é apenas trabalhar do berço ao túmulo. O grande e negro círculo de privações, pesares e fadigas sem conta prendeu-o para sempre.

Sérgio Semionov, *O nascimento do escravo*

INTRODUÇÃO

Pelo seu prisma ontológico, o trabalho, em sua forma instintiva de intercâmbio, de mediação necessária e dialética entre o homem e a natureza, é abstraído da sua condição fundante pelo capital. Entra em operação o processo de venda da força de trabalho, transferindo-a temporariamente ao capitalista por meio do sistema de assalariamento (MARX, 2012). As mediações de primeira ordem, da reprodução, determinações ontológicas fundamentais de intercâmbio do homem com a natureza para a satisfação das necessidades materiais-culturais, não exigindo ordenamentos hierarquizados, dominação ou subordinação, são usurpadas pelos meios de produção alienados e suas figurações: o dinheiro; a produção voltada à troca; a variedade de formação do Estado do capital globalizado, e o mercado mundial (MÉSZÁROS, 2011).

As mediações de segunda ordem, do capital, sobrepostas às de primeira ordem, manifestam-se: na oposição entre a produção e seu controle; no desmembramento problemático da produção e do consumo, com consumismo para alguns e miséria para milhões, e nos novos microcosmos do sistema de capital, que se arranjam permitindo que o capital social total seja integrado ao domínio de um sistema global de circulação do capital (MÉSZÁROS, 2011). O trabalho, estando sob a direção do capital, tem sido alienado (MARX, 2013). E vem sofrendo transmutações quanto à sua forma ao longo da história, como pelo processo de flexibilização no pós-taylorismo-fordismo, segundo “formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas” (ANTUNES, 2005, p. 37-38). Fenômeno que pulsa em meio às invenções recém-instauradas do capital no momento da indústria 4.0: os trabalhadores uberizados, como os entregadores de plataformas digitais, cuja força de trabalho é explorada de modo quase ilimitado pelo capital, e de modo velado por uma suposta autonomia desses trabalhadores (ANTUNES, 2018; 2019; 2020).

A essa realidade superexplorada, afastada da centralidade do trabalho e seu fim, acrescentam-se os desdobramentos da pandemia de covid-19. Com a fácil disseminação da doença e as recomendações de isolamento social ou, ao menos, distanciamento social, vários estabelecimentos comerciais e consumidores adotaram o sistema de entrega de pedidos. Nesse panorama pandêmico, junto com a crise econômica e o desemprego estrutural, que cresceram com a crise sanitária, houve um grande aumento da procura para trabalhar como entregador ou motorista de plataformas ou aplicativos de prestação de serviço de transporte. A título de exemplificação, o cadastro de candidatos para atuar como entregador da plataforma de entregas iFood foi de 175 mil em março de 2020, ante 85 mil em fevereiro do ano de 2020 (MELLO, 2020). De março a junho desse ano, essa mesma plataforma totalizou 480 mil novos cadastros para trabalhar com as entregas (TRABALHADOR..., 2020). O Brasil carece de dados específicos sobre o trabalho via plataformas, embora se saiba que suas fileiras são engrossadas por 39,3 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2020). São trabalhadores sujeitos ao *capital pandêmico*, que cria um abismo entre classes e opera segundo uma vocação destrutiva, intensificando e potencializando as formas de exploração (ANTUNES, 2020).

Urgindo a necessidade de voltar um olhar crítico e analítico aos fenômenos recentes, este ensaio se atém às perguntas norteadoras: À luz da direção do trabalho no tempo, como os elementos do metabolismo do *capital pandêmico* atuam para a *exploração e a espoliação dos entregadores de plataformas ou aplicativos*? Quais perspectivas se estruturam? Isso porque “[no] ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas” (MENEGETTI, 2011, p. 321).

Por ser tema atual, tanto no tocante à existência das plataformas de trabalho quanto, e principalmente, no que diz respeito ao advento da pandemia ainda sofrida, em termos de caminhos metodológicos, o presente trabalho foi desenvolvido como ensaio teórico, visando expor, através de estudos bibliográficos, conceitos estabelecidos e, a partir deles, interpretar e refletir os acontecimentos relevantes da presente época. Para Meneghetti (2011), a característica reflexiva e interpretativa do ensaio proporciona uma compreensão da realidade atual, na qual sujeito e objeto se relacionam. “Essa dicotomia é um elemento enriquecedor do ensaio, porque cria para o sujeito um espaço de liberdade para tratamento do objeto” (BERTERO, 2011, p. 340). O ensaio permite abordar de forma relevante o objeto pela perspectiva de ideias e conhecimentos acumulados pelo ensaístico e referidos ao momento atual (BERTERO, 2011), caracterizado pelos correntes eventos da pandemia ainda não superada e suas duras consequências, como a conformação letal do trabalho e as condições às quais os trabalhadores de entrega das empresas-aplicativos estão sendo submetidos.

O texto que se segue é estruturado de modo a apresentar em seu desenvolvimento o trabalho em sua perspectiva ontológica e as alienações sofridas pelo metabolismo antissocial do capital. Após, são feitas algumas considerações sobre o processo

de flexibilização e desregulamentação do trabalho desde a era do fordismo até os dias atuais, chegando ao que denominamos *ciberexploração* da força de trabalho dos entregadores de plataformas digitais, experimentações recentes que visam intensificar a extração de mais-valia. Devido ao contexto atual sobre a pandemia de covid-19, é discutido como o capital pandêmico intensificou o seu metabolismo de exploração às custas de entregadores de plataformas digitais levados à penúria, precarizados e superexplorados. Por fim, são expostas algumas reflexões, ponderações e indicações propositivas acerca do tema.

O TRABALHO CONSTITUI O SER HUMANO ENQUANTO TAL: DO TRABALHO FUNDANTE À ALIENAÇÃO PELO METABOLISMO DO CAPITAL

O trabalho é conceito-chave para a compreensão da realidade social. Em sua precedência ontológica, o trabalho é “a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (ENGELS, 1979, p. 215). Segundo esse caráter fundante, entende-se o trabalho como “fato fundante do ser social” (LUKÁCS, 2010, p. 39). O trabalho é a condição de existência do homem, um processo metabólico de que participam o ser humano e a natureza. Nesse processo, o homem figura na mente a ação, e com dispêndio de força, controla e regula seu intercâmbio material com a natureza. Sobre esta, é impressa forma útil à vida humana, e, com isso, modificando sua natureza externa, o homem modifica-se a si mesmo (MARX, 2012). O trabalho realizado habitualmente faz o ser social distinto de todas as formas pré-humanas (ANTUNES, 2005).

Essa relação natural e originária é desmembrada no processo de trabalho capitalista: a propriedade privada e a divisão do trabalho pelo modelo heterogestionário retiram do produtor a propriedade e também o controle dos meios de produção (ALVES, 2007). O capital esvazia o trabalho de sentido, tornando-o processo de valorização do capital para o enriquecimento privado da classe burguesa (ANTUNES, 2020).

“Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho” (MARX, 2012, p. 211). O processo de trabalho é tornado em consumo da força de trabalho pelos capitalistas (MARX, 2012). Estes, enquanto classe proprietária e em antagonismo à classe a qual exploram: os trabalhadores despossuídos de propriedade (MARX, 2013). O comando do capital justapõe-se ao metabolismo social e subordina todas as atividades de mediação primária por ordens opressivas e pelo controle hierárquico da reprodução (MÉSZÁROS, 2011).

A inversão da lógica societal, ao se efetivar, consolidou, então, as mediações de segunda ordem, que passaram a se constituir como elemento fundante do sistema de metabolismo social do capital. Desprovido de uma orientação humanamente significativa, o capital assume, em seu processo, uma lógica

em que o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca. O sistema de mediações de segunda ordem passou a se sobrepor e a conduzir as mediações de primeira ordem. A lógica societal se inverte e se transfigura, forjando um novo sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital (ANTUNES, 2009, p. 19).

O capital é uma relação social conflituosa entre classes. O capital é poder de compra da força de trabalho do trabalhador pelo proprietário e de dominação do trabalho e seus produtos (MARX, 2013). Estas são as duas classes fundamentais: o trabalhador assalariado produtor de mais-valor, que produz a riqueza da sociedade, e a burguesia apropriadora, a qual ocupa determinada posição social na produção (MARX; ENGELS, 2008). O modelo capital-trabalho impõe uma distância alienadora entre os trabalhadores assalariados e, em última instância, a sua própria humanidade. Em linhas gerais, segundo Marx (2013), aliena-se: a relação do trabalhador com os produtos do trabalho; a relação do trabalhador com a produção; a relação do homem com sua natureza, com ele próprio; e a relação do homem com o homem.

O objeto produzido pelo trabalhador contrapõe-se a ele como estranho, poder independente e hostil, uma força antagônica. O trabalho se transforma em objetos necessários à vida do trabalhador, que, se adquiríveis, o serão somente com máximo esforço. Quanto mais o trabalhador produz, menos ele pode possuir, e mais se submete ao capital, se invalidando. Apoderando-se da natureza pelo trabalho, o trabalhador se priva em igual escala dos meios de existência física, produzindo assim escassez mortal (MARX, 2013).

Com efeito, se o produto do trabalho é alienação, o processo de produção deve ser alienação ativa, autoalienação. O trabalho é exterior ao trabalhador, este nega a si mesmo no trabalho, sente-se infeliz, não desenvolve suas capacidades livremente, esgota-se fisicamente e arruína seu espírito. O trabalho não é voluntário, é imposto e forçado. O trabalhador sente-se fora de si no trabalho, encontra-se apenas estando distante do trabalho. O trabalho não satisfaz uma necessidade, é meio para satisfação de outras necessidades. O estranhamento ante o trabalho para acumulação privada é evidente: quando não há nenhuma compulsão física ao trabalho, o trabalhador dele foge como da peste. O trabalho não pertence ao trabalhador, mas a outrem (MARX, 2013).

Quanto à alienação da relação do homem com sua natureza, parte-se do fato de que o homem é criatura genérica, ser universal. Que faz da natureza seu corpo inorgânico em intercâmbio com o objeto material e o imediato meio de vida vital. O homem submete a atividade vital à vontade e à consciência, torna-a lúcida. O trabalho alienado inverte essa relação, a atividade vital do sujeito lúcido é reduzida a meio de existência. A natureza, o seu corpo inorgânico, lhe é apartada (MARX, 2013). O trabalho alienado transforma “[a] vida genérica do homem, e também a característica enquanto sua propriedade genérica espiritual, em ser estranho, em meio de existên-

cia individual. Aliena do homem o próprio corpo, assim como a característica externa, a sua vida intelectual, a sua vida humana” (MARX, 2013, p. 117-118).

A alienação do homem em relação ao seu trabalho, o produto dele decorrente e em relação à sua vida genérica, resulta, igualmente, na alienação do homem em relação ao homem. E mais, em relação ao trabalho e ao objeto de trabalho dos demais homens. Cada homem olha os outros homens de acordo com a relação e o padrão que ele, enquanto trabalhador, encontra. Contrapondo-se a si mesmo, o homem aliena a própria vida e confere a atividade que não lhe pertence a um estranho (MARX, 2013). Como o produto do trabalho é estranho, não pertence ao trabalhador, a quem pertence? Marx (2013) é irônico ao sugerir: aos deuses? À natureza? E resolve: só pode ser ao próprio homem, distinto do trabalhador. Se a atividade é martírio para o trabalhador, é deleite para outro. Se é não livre para o trabalhador, o é pela repressão de outro homem.

Pelo prisma histórico-ontológico do trabalho, é preciso considerar, em síntese, que o capital suscitou alterações no processo de trabalho, as quais foram intensificadas com a maquinaria e a grande indústria, provocando novas determinações estranhadas da interação sociometabólica do homem com a natureza. No capitalismo, o trabalho vivo é mero termo intermediário sob a máquina, e o processo de trabalho não é mais voltado à produção de objetos úteis às necessidades humanas, é, sobretudo, processo de produção: de valor, de mais-valor e de capital. Disso decorre que, no cerne desse processo de trabalho capitalista, incidem alterações significativas por conta do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que transformam sua própria natureza intrínseca (ALVES, 2007).

Na esteira do tempo, sobretudo no final do século XX, o regime de acumulação e seu modo de regulamentação sociopolítica sofreram transições profundas. No Ocidente, esses eventos mantêm inalterado o processo de produção, tendo o lucro como princípio organizador da vida econômica (HARVEY, 1992). Vejamos.

VELHAS-NOVAS FORMAS LETAIS: A TRANSIÇÃO DO FORDISMO AO TOYOTISMO E A FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

Ao longo da história do capitalismo, por meio dos fatores socioeconômicos e políticos vigentes perpetuaram-se distintos padrões geradores de acumulação. Novas e velhas formas de trabalho e emprego perpassam as diferentes conjunturas históricas do capital, essas formas coexistem, se combinam e se redesenham em um processo de cotransformação. O que, no presente, se dá por uma forma dominante: a precarização social do trabalho (DRUCK, 2011). Retomar fenômenos sobre o trabalho permite, portanto, compreender o que se dá no tempo presente pelo oxímoro de fenômenos velhos-inéditos do trabalho, em que a flexibilização do trabalho passa a ser aplicada. Processo que pertence a uma miríade de fenômenos voltados a estreitar os entraves à acumulação (SOUSA; MEINBERG, 2020).

Durante o século XIX, o capitalismo industrial se desenvolveu e consolidou amparado em uma tecnologia fabril embrionária, com uma grande massa de trabalhadores sob as determinações dos proprietários. Já durante o século XX, são observados rápidos e intensos avanços tecnológicos e o estabelecimento de modelos de gestão de trabalho e de acumulação, como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, que permitiram a produção e o consumo em larga escala. Período de importantes conquistas sociais e de proteção trabalhista, além da crise instauradora da reestruturação produtiva, especialmente a partir de 1970 (BORSOI, 2011).

Na virada do século XIX para o XX, Taylor propôs a ideia da administração científica. Em busca da produtividade, por meio do taylorismo, tem-se um processo de inovação na gestão empresarial. Foram criados métodos padronizados buscando melhorar a eficiência do trabalho pelo controle e otimização dos tempos e movimentos. Execução e concepção do trabalho foram desagregadas, e os trabalhadores, tornados meros operadores de funções simplificadas e padronizadas, atuando de forma substituível (RIBEIRO, 2015).

O padrão produtivo do fordismo, baseado nos princípios tayloristas de administração científica, se dá pelo parcelamento minucioso da força de trabalho (HARVEY, 1992). Com Ford, a inovação técnica de organização da produção se deu pela esteira rolante, desenvolvendo a produção estandardizada, ou seja, padronizada (LARANJEIRA, 1997), e gerando expressivos ganhos de produtividade (RIBEIRO, 2015).

A fragmentação excessiva das etapas de fabricação dos bens obriga o trabalhador a tarefas repetitivas e mecanizadas, contribuindo para o seu estranhamento e alienação em relação ao trabalho e ao produto deste. Segundo Antunes (2009), essa divisão da organização do trabalho possibilitou que o capital explorasse mais intensamente a força de trabalho e aumentasse a extração da mais-valia. O fordismo vigorou inicialmente na indústria automobilística, mas acabou sendo implementado em outros setores, inclusive o de serviços. Citando Antonio Gramsci, Harvey (1992, p. 121) aponta uma implicação expressiva desse modelo para o ser social:

O americanismo e o fordismo, observou ele em seus *Cadernos do cárcere*, equivaliam ao “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”.

Apesar de surgir em meados de 1914, foi no período pós-guerra que a produção de estilo fordista ganhou força, devido a um sistema ilusório de compromisso e regulação entre o capital e o trabalho. Criou-se, com isso, a ideia do Estado-providência, um fetichismo no qual existe a ilusão de que o Estado representa, protege e garante vantagens e direitos ao proletariado (ANTUNES, 2009).

A segunda geração de operários-massa da era fordista transbordou os limites da luta de classe impostos pelo compromisso fordista. No final dos anos 1960, os ques-



A fragmentação das etapas de fabricação dos bens obriga o trabalhador a tarefas repetitivas e mecanizadas

tionamentos da classe trabalhadora sobre os pilares do capitalismo e da sua formação social chegaram ao seu ponto máximo, principalmente no tocante ao controle social da produção. O trabalhador, ao mesmo tempo que era excluído do controle do trabalho e explorado em atividades repetitivas e sem sentido, era também frequentemente chamado a corrigir erros da gerência e das atividades administrativas. Devido a isso, surgiram movimentos individuais e coletivos para se contrapor ao fordismo, como as propostas de controle autogestionário pelos operários. Que não foram capazes de se consolidar como uma nova alternativa de organização da sociedade (ANTUNES, 2009).

Segue Antunes (2009): no fim da década de 1960 e início dos anos 1970, foram descortinados no Ocidente os sintomas da profunda crise de acumulação do padrão taylorista-fordista. Em meio a essa crise estrutural e à luta da classe operária para a retomada dos meios de produção, surge, como possibilidade de reestruturação do capital, o modelo toyotista de produção. O capital percebeu a capacidade de produção e autogestão dos trabalhadores. Ele se reergueu e tomou para si novas perspectivas que a classe trabalhadora demonstrou em sua luta.

Agora, o capital não mais enxergaria o trabalhador como capaz apenas de reproduzir movimentos repetitivos. O capital percebeu que poderia explorar, além da força física do trabalhador, o seu potencial cognitivo. “Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe” (GOUNET, 1999, p. 33). O seu conhecimento e força de trabalho são explorados em diversas funções, aproveitando ao máximo o potencial e tempo de trabalho que o capital apropriou do operário. Há um crescente benefício ao capitalismo nessa economia de escala humana. “De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 54-55). O mesmo operário acumula a totalidade ou parcelas das funções de outro, mas o valor de uso socialmente necessário para aquela mesma operação se degradou.

Como visto, no nível global e em tom de celeridade, o capital logrou respostas desencadeando a reestruturação produtiva em salvaguarda de sua acumulação.

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de *crise estrutural do capital*, desenham-se algumas tendências, que podem assim ser resumidas: 1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos; 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado Estado de bem-estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial (ANTUNES, 2005, p. 37-38).

Com isso, no século XXI é concretizada a acumulação flexível, vocação do capitalismo contemporâneo que, mesmo desacelerando o crescimento econômico, fez disparar a lucratividade em velocidade e proporção inéditas. O padrão atinge a força de trabalho, os trabalhadores tornam-se ainda mais obsoletos e descartáveis, a dinâmica de substituição estabelece (des)empregados ainda mais flexibilizados, a reboque do padrão neoliberal (DRUCK, 2011). A flexibilização pertence a um receituário do “mundo empresarial” para o deslanche da lógica societal refém do capital, em que a força humana de trabalho deve reproduzi-lo (ANTUNES, 2005). Pela flexibilização, a reestruturação produtiva e o redesenho do trabalho geraram graves perdas de garantias sociais e trabalhistas, o que evoca formas anteriores de precariedade laboral (BORSOI, 2011).

No Brasil, abreviadamente, o processo de flexibilização de direitos trabalhistas foi instaurado na ditadura militar, sendo impulsionado durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, e instaurado efetivamente em 2017 (CARVALHO, 2019), pós-golpe que levou Michel Temer à Presidência, com ataques aos direitos trabalhistas. Processo este que não suscitou crescimento econômico e permitiu que as empresas-plataforma se desenvolvessem em meio à crise laboral. A partir de 2019, sob o governo Bolsonaro, houve o aprofundamento da flexibilização, deteriorando a regulamentação e a fiscalização trabalhistas, o qual pôde ser observado, inclusive, por medidas provisórias editadas durante a pandemia de covid-19 (SOUSA; MEINBERG, 2020).

Não é de hoje que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, na fase da flexibilização, têm gerado efeitos assombrosos, como o desemprego, a precarização do trabalho e a degradação da relação metabólica homem-natureza. Apesar desse movimento destrutivo em curso, essas formas de (des)sociabilização têm sido representadas como uma suposta elevação da humanidade ao seu potencial final, o atingimento da fase derradeira. Isso implica diferentes “fetichizações”, como as crenças: na sociedade democrática efetivando a utopia do preenchimento; na desmercantilização da vida societal; no término das ideologias; no vislumbre da sociedade comunicacional; e, ainda, na *finalização do trabalho resultando na concretização do reino da liberdade* (ANTUNES,

Dado que o capital não pode eliminar o trabalho vivo para a criação de valores, ele busca, pela ampliação da utilização e da produtividade do trabalho, intensificar a extração do mais-valor por meio da expansão do trabalho morto consubstanciado no maquinário digital (*vide* a internet e os aplicativos) e pela intensificação e variação da força de trabalho superexplorada

2005). Ao se olhar para a matéria como substância da realidade, renunciando às divagações mitológicas, a questão do fim do trabalho torna-se não mais que uma alucinação. Examinemos melhor as coisas como elas estão de fato, com motes degradantes.

ENTREGADORES UBERIZADOS, O PROLETARIADO DE SERVIÇOS NA ERA DA CIBEREXPLORAÇÃO

Este estudo circunscreve-se ao entendimento de que a classe trabalhadora não está em estágio de desaparecimento. Hoje, é possível recorrer à expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, com a qual se objetiva, para Antunes (2009, p. 101), “conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora* [...] nossa designação pretende enfatizar o *sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser*”.

Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part-time*, o novo proletariado dos McDonald’s, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os *trabalhadores terceirizados* e *precarizados* das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castillo, os *trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”* (ANTUNES, 2009, p. 103, negritos nossos).

Com o advento do “maquinário informacional-digital”, na realidade busca-se inovação para a extração de maior excedente de trabalho. Eis a proposição firmada na *ontologia do trabalho no tempo presente*: “há uma nova morfologia da classe trabalhadora; dela sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital” (ANTUNES, 2019, p. 43). Refutando as teses centradas na derrocada da lei do valor, o capitalismo informacional-digital-financeiro vem reafirmando-a e ampliando-a. Em seu novo dimensionamento e formato moderno, o trabalho porta a imbricação crescente entre o trabalho vivo e morto e a expansão do setor de serviços e dos trabalhos classificados como imateriais (ANTUNES, 2018).

Dado que o capital não pode eliminar o trabalho vivo para a criação de valores, ele busca, pela ampliação da utilização e da produtividade do trabalho, intensificar a extração do mais-valor por meio da expansão do trabalho morto consubstanciado no maquinário digital (*vide* a internet e os aplicativos) e pela intensificação e variação da força de trabalho superexplorada. Nesse processo, há uma imbricação crescente entre os trabalhos produtivos material e imaterial, este cada vez mais vertiginosamente presente no universo da produção, como nas crescentes atividades de serviços, integradas nas cadeias produtivas de valor no capitalismo do século XXI e presentes nas empresas flexíveis (ANTUNES, 2018).

O fundamento dessa pragmática que invade todo o universo global do trabalho se evidencia. Na empresa “moderna”, o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas predeterminadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de “metas” é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior (ANTUNES, 2018, p. 48).

Ainda para Antunes (2018; 2019), esses trabalhadores de serviços, centrais para a valorização do capital, e com participação crescente em meio à interligação entre trabalho e ciência, trabalho vivo e morto, e trabalho imaterial e material, não formam uma classe média emergente ou uma nova classe. São o precariado, um novo proletariado de serviços, oscilante “entre a heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade etc.) e a homogeneidade que resulta em sua condição precarizada, desprovida de direitos e de regulamentação contratual” (ANTUNES, 2019, p. 22).

Uma modalidade de trabalho contemporânea, notória em meio à investigação da flexibilização que avança sobre o proletariado de serviços da era digital, é a venda de força de trabalho em plataformas digitais e aplicativos, entendida pelo fenômeno de “uberização”, que se refere à infinidade de *capital-apps* ou de *aplicapitais*: Uber Eats, iFood, 99Food, Glovo, Cabify, Delon, Rappi, Pede.ai e muitos outros.

Fenômeno que, para Sousa e Meinberg (2020), define uma nova maneira particular de explorar, gerir e controlar a força de trabalho por meio dos avanços tecnológicos de hoje. O que é associado a fenômenos contemporâneos do mundo do trabalho, tais quais “o trabalho *just-in-time*, o *crowdsourcing*, a difusão do trabalho amador produzindo riqueza abstrata e o gerenciamento do trabalho via algoritmo” (SOUSA; MEINBERG, 2020, p. 110). Filgueiras e Antunes (2020) observam que só é possível compreender a uberização ou a ela recorrer enquanto *modo* de ser do trabalho em expansão, que se alastra via plataformas digitais. Nestas, as relações trabalhistas sofrem um processo de individualização e invisibilização, e sua composição material revela formas de assalariamento *sui generis*,

comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais-valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/

Verificam-se então distinções em relação ao taylorismo e ao fordismo do século passado, pela liofilização e pela flexibilização promovida pelo capital digital-informacional-financeiro

as, que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 32).

Por meio da uberização, a falácia empreendedora é um estratagema que disfarça o assalariamento pela suposta autonomia e gera condições de superexploração: o trabalhador torna-se responsável pelos instrumentos de sua própria exploração (ANTUNES 2018; FRANCO; FERRAZ, 2019; SOUSA; MEINBERG, 2020), como os veículos; pela manutenção desses veículos; pela própria alimentação; pelos seguros, caso consigam tê-los; e pela caixa ou mochila carregada nas costas pelos entregadores do serviço de *delivery*. “Plataformas” ou “aplicativos” encobrem empresas, geralmente internacionais, que escondem o assalariamento pela desregulamentação. Elas extraem mais-valor dos motoristas e entregadores, controlando-os e dominando-os através de represálias e até mesmo desligamento das plataformas virtuais, caso recusem uma entrega, por exemplo (ANTUNES, 2018).

Para Filgueiras e Antunes (2020), esse cenário é marcado por contradições: 1) o processo de individualização do trabalho e da remuneração faz com que o processo de exploração se torne evidente. Na tela dos aplicativos, é quantificado o valor produzido ou realizado por cada trabalhador e o percentual apropriado pela empresa. Paralelamente, é negada, para todos os efeitos, a existência do vínculo trabalhista e da relação de assalariamento; 2) o capital reproduz e amplia seu controle sob a alucinação de que os trabalhadores são autônomos, gerenciam a si mesmos. Tudo isso ao passo que as plataformas controlam os processos do início ao fim e “determinam os formatos exatos dos contratos de trabalho, pagam, mobilizam, ameaçam e dispensam” (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 38).

No momento em que a tecnologia torna possível um processo “de ponta” para a proteção dos trabalhadores, o trabalho nem sequer é entendido como tal, tornando a regulamentação ineficaz, e desimpedida a gula do capital. Verificam-se então distinções em relação ao taylorismo e ao fordismo do século passado, pela liofilização e pela flexibilização promovida pelo capital digital-informacional-financeiro, e o *continuum* flexibilidade-informalidade-intermitência destrói as relações de trabalho de forma inventivamente bárbara (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Os trabalhadores recebem apenas pelas tarefas executadas, não importando o tempo que tenham ficado à disposição da plataforma e se terão no final do mês uma remuneração não inferior ao salário mínimo legal. A aplicação de metodologias de *gamificação* do trabalho cumpre o papel de estabelecer remunerações que variarão a depender da capacidade do “jogador” de cumprir as tarefas solicitadas, ainda que as regras do jogo variem durante a partida (SOUSA; MEINBERG, 2020, p. 117).

Como assinalado até aqui, o trabalho no sistema de produção capitalista é alienado, o metabolismo do homem-natureza torna-se apenas produção de riqueza para acumulação capitalista. Tem-se grande ruptura. As mediações de segunda ordem, do capital, sobrepõem-se às de primeira ordem em um sistema de metabolismo antissocial, voltado, sobretudo, à expansão do capital e à ampliação da fatia de mais-valia extraída. O progresso sócio-histórico tem revelado a centralidade do trabalho e a constância da obsessão da exploração da força de trabalho pelo capital. Exploração que assume formas refinadas e exitosas. Nos dias atuais, a pandemia da covid-19 tem reforçado todos esses argumentos, tornando evidente a fronteira capital-trabalho, como será levantado.

A FACE VIRAL DO CAPITALISMO: A INTENSIFICAÇÃO DO METABOLISMO DO CAPITAL ÀS CUSTAS DA TRAGÉDIA DOS ENTREGADORES DE PLATAFORMAS DIGITAIS

Em meio ao assolamento global pela pandemia causada por um tipo de coronavírus recém-descoberto, o Brasil enfrenta uma tragédia especialmente anunciada e terrivelmente dolorosa. Segundo dados de 29 de junho de 2021, o país registrava 18.513.305 casos de covid-19 e lastimáveis 515.985 óbitos (BRASIL, 2021). À crise sanitária, somam-se questões socioeconômicas, em muito, pela urgência do distanciamento social como forma preventiva de combate à proliferação da covid-19. Estatísticas referentes ao primeiro trimestre de 2021 apontavam 14,8 milhões de pessoas desempregadas, apartadas das condições de produção e reprodução da vida material (IBGE, 2021).

Em meio ao colapso dos postos de trabalho e à baixa remuneração, a venda da força de trabalho nos aplicativos é resultado condicionado ao contexto socioeconômico (FRANCO; FERRAZ, 2019). Durante a pandemia, as empresas-aplicativo receberam uma enxurrada de trabalhadores (ANTUNES, 2020). Os condutores de motocicletas acompanham essa tendência, passando de 67% informais no primeiro trimestre de 2016, para 71,8% no mesmo período de 2020. Taxa de informalidade que aumentou mais do que a média de todos os ocupados no país (MANZANO; KREIN, 2020).

A profunda interconexão entre o sistema de metabolismo antissocial do capital, sua crise estrutural e a proliferação da covid-19 podem ser sintetizadas na expressão *capital pandêmico*, de Antunes (2020). A qual possui uma clara marca classista: a burguesia possui seus meios para sobrevivência, recursos hospitalares, condições de

Em meio ao abismo de classes cristalino na pandemia, é preciso considerar que essa situação toda se agrava quando considerados — e sempre precisam sê-lo — os recortes sociais de opressão: raciais, de gênero e muitos outros em interseccionalidade

habitação mais que favoráveis à permanência em casa, largas reservas financeiras e muito mais. Do outro lado, a classe que depende do próprio trabalho, contraditoriamente, luta para sobreviver a duros riscos à vida, submetendo-se ao risco do contágio (ANTUNES, 2020; ŽIŽEK, 2020). É preciso questionar:

que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia a dia para viver dia a dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção (SANTOS, 2020, p. 17).

Torna-se evidente a imbricação entre as novas e velhas formas de exploração do trabalho pelo capital, os fenômenos velhos-inéditos do trabalho no capitalismo. A inovação é verificada na inventividade das tecnologias que as “empresas-aplicativo” empregam para o controle e a organização das velhas formas de criação de ocupações para a exploração da força de trabalho (UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020). Essa nova-velha informalidade criada pelas empresas-aplicativo, em meio à pandemia, submete o trabalhador por aplicativos a condições similares à Primeira Revolução Industrial: “trabalhar em ambiente de risco dez, 12 horas por dia para sobreviver, ou não trabalhar” (MELO, 2020, p. 664). Ao encontro desse argumento, perspectivas internacionais apontam a pobreza como fator de risco na pandemia, causando maior exposição ao vírus e diminuição da resistência imunológica (PATEL et al., 2020). Em meio ao abismo de classes cristalino na pandemia, é preciso considerar que essa situação toda se agrava quando considerados — e sempre precisam sê-lo — os recortes sociais de opressão: raciais, de gênero e muitos outros em interseccionalidade.

Em meio a essa crise no Brasil, dadas as condições, em especial políticas, sob as quais ela se desenvolve, é inconcebível que permaneçam em isolamento domiciliar os que são parte da classe de trabalhadores que é desempregada, é informal, subutilizada, terceirizada e *uberizada* (ANTUNES, 2020). Esses trabalhadores estão sujeitos a riscos de pelo menos duas ordens: “a) aqueles relacionados diretamente ao labor, que decorrem necessariamente da exposição; e b) aqueles relacionados à ausência de

proteção legal e políticas públicas específicas por parte do poder público” (AQUINO; PILATE; FÉLIX, 2020, p. 60).

Mas, ainda assim, durante a pandemia, as plataformas digitais e aplicativos receberam uma enxurrada de vendedores de força de trabalho que buscavam fugir de um flagelo maior: o desemprego. Há um interesse em todo esse processo pandêmico: os “infoproletários”, como visto, são parte da porção ainda mais rentável e lucrativa, uma vez que não possuem os direitos de proteção do trabalhador (ANTUNES, 2020).

A pandemia evidencia as condições sociais precárias nas quais se encontram os trabalhadores plataformizados. Ao provocar grande aumento na demanda pelos serviços de entrega, ela amplia as jornadas e a exposição dos trabalhadores ao risco de contaminação e adoecimento, em um contexto jurídico de veemente recusa ao reconhecimento do vínculo empregatício e, consequentemente, de negação dos direitos trabalhistas e da mínima seguridade social dela decorrente (SIQUEIRA; PEDREIRA; BOAS, 2020, p. 98).

O empenho do *capital pandêmico*, das empresas de plataformas, para a produção de mais-valia chega ao nível de elas se prestarem ao papel ativo de busca e de tentação dos trabalhadores. Em meio à pandemia, o maquinário digital assume um papel semelhante à serpente do Éden, que seduz Eva para forçá-la a comer o fruto da árvore ciente dos riscos e negando as consequências de comê-lo. Citando um caso, nos dias 16 e 17 de março de 2020, quando cidades e estados já buscavam incentivar o isolamento da população, o iFood disparou mensagens incentivando entregadores a trabalhar ainda mais. Mensagens como: “Alerta iFood: se liga nessa dica. As promoções em restaurantes podem trazer chuva de pedidos. Até as 22h você pode faturar mais. Aproveite!”. Ou ainda: “E aí, entregador? Beleza? Se liga na dica: agora na sua região temos pedidos na madrugada! Se quiser, fique disponível até a 1h e aproveite para fazer aquela grana!” (LARA; BRAGA; RIBEIRO, 2020).

No dia 19 de março, com sete mortes registradas pela covid-19 no Brasil, a tentativa de impulsionar as entregas continuou, mas acrescida de um *link* com orientações de prevenção: “iFood: promoção para cidade de ABC [sic]! Hoje, 19/3, todas as rotas entre 18h30 e 20h59 terão um adicional de R\$ 3 adicionais [sic]. Fique atento aos cuidados em relação à covid-19. Mais informações no Portal do Entregador: midi.as/coronavirus. Entrega boa é entrega segura!” (LARA; BRAGA; RIBEIRO, 2020).

Informações empíricas elucidam os pontos aqui defendidos. Dados de 2020, de uma pesquisa realizada com entregadores via plataformas digitais (iFood, Uber Eats, Rappi e Loggi) durante a pandemia, apontam: 58,9% dos entregadores relataram queda na remuneração durante a pandemia; 62% afirmaram trabalhar mais de 9 horas diárias; 78,1% deles, 6 ou mais horas. E, ainda, 57,7% declararam não ter recebido nenhum tipo de apoio para prevenção contra a contaminação por parte das plataformas (ABÍLIO et al., 2020). De acordo com dados levantados por Manzano e Krein (2020), concluiu-se que, durante o mês de maio de 2020, motoristas e entregadores de aplicativos trabalharam mais horas que a média das pessoas ocupadas no mesmo período, mas seus rendi-



Guilherme Gandolfi @guifrodu - Fotos Públicas

mentos foram inferiores aos delas, muitas vezes perto do valor do salário mínimo, com o agravante da precarização de um trabalho informal.

Antunes (2020) defende a tese de que a pandemia não está aquém do metabolismo antissocial do capital: o capital, ou o *capital pandêmico*, opera de forma parasitária, ele se nutre destruindo a força humana de trabalho e a extensão de sua vida, a natureza. Processo que vem se agravando no tempo presente. Para Antunes (2020, p. 18), a pandemia é “o enfeixamento de um sistema que é letal em relação ao trabalho, à natureza, à ‘liberdade substantiva’ de todos os gêneros, raças, etnias, à plena liberdade sexual, dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua autoemancipação humana e social”. Estão em curso acontecimentos que tornam resplandecente o equívoco da proposição sobre o fim do trabalho. O capitalismo necessita da geração de valor e de riqueza social pela força de trabalho humano. A burguesia, que levanta o estandarte da “retomada da normalidade” ou de que “o Brasil não pode parar”, demonstra que sem o trabalho humano superexplorado, imbricado à tecnologia, não há valorização do capital (ANTUNES, 2020).

O *capital pandêmico*, responsável pela individualização e invisibilização dos trabalhadores e caracterizado por movimentos de eliminação de direitos, é fértil em invenções pós-modernas e flexibilizadoras, como a dos trabalhadores uberizados. Dos quais é possível explorar a força de trabalho quase que ilimitadamente, o que descortina uma era da servidão. A uberização do trabalho consiste no que pode ser entendido como a *protoforma do capitalismo* (ANTUNES, 2020). Em decorrência, à espreita está se engendrando a ameaça:

É evidente que neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os meca-

nismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia. Uma vez mais, então, os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora, que, além de ser a única que não tem responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece (ANTUNES, 2020, p. 20).

A seguir, a partir do muito já dito, questões que foram vistas esmiuçadamente serão arrematadas, apresentando-se um panorama do quadro atual das novas conformações de trabalho marcadas por experimentações anteriores, tanto pelas evoluções tecnológicas como pela flexibilização da legislação social protetora do trabalho e pela retórica do empreendedorismo. O que expande a extração de mais-valia em meio à tragédia destruidora do *capital pandêmico*.

À GUIA DE ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS: ENTREGAS MUITO ALÉM DOS PEDIDOS?

Tudo o que foi discutido retrata diferentes peças de um quebra-cabeça maior, que não pretende ser esgotado por este esforço ensaístico. Pela compreensão do trabalho enquanto categoria ontológica, ele ocupa centralidade no ser e em sua expressão como tal. O trabalho é atividade vital, é processo metabólico do homem com a natureza, a vida genérica à qual ele pertence. É condição imposta, central para a existência humana em qualquer arranjo histórico. Como demonstrado, sob a ordem do capital, o trabalho como o conhecemos hoje não é espontâneo, inerente ao ser humano. De maneira oposta, esse trabalho é fruto do metabolismo antissocial do capital, da sobreposição das mediações de segunda ordem às de primeira ordem. Pelo capital, em especial no capitalismo, em seu conteúdo, o trabalho é voltado à geração de valor, à extração de mais-valor e à exploração e espoliação dos trabalhadores por parte dos proprietários. O conteúdo do trabalho mantém-se inalterado, mas verificam-se mudanças nas formas de trabalho em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas.

Desde a transição taylorista-fordista para o toyotismo, as formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas têm sido o fio condutor do trabalho em resposta à crise de acumulação de capitais no início da década de 1970. Com isso, ocorrem alterações e aperfeiçoamentos nos objetos e meios do processo de trabalho, pretendendo a extração de mais-valor. Esses eventos rebatem com precisão os entendimentos de que o trabalho estaria em via de extinção. Longe disso, as condições de trabalho é que têm sido devastadas, e o trabalhador, que segue duramente explorado, é paulatinamente empurrado para um fantasioso *status* de não trabalhador em meio à informalidade, que esconde o assalariamento em roupagens de uma suposta autonomia empreendedora ou de parcerias.

Como a burguesia mantém sua existência revolucionando permanentemente os instrumentos e relações de produção e as relações sociais (MARX; ENGELS, 2008), o prodígio das novas-velhas formas de flexibilização tem sido a *uberização*. Termo que se refere à infinidade de *capital-apps* ou de *aplicativos que exploram a classe-que-vive-*

-do-trabalho, sobretudo nas modalidades terceirizadas, informais e flexibilizadas do setor de serviços, como sucede aos trabalhadores de plataformas digitais, que são explorados de forma quase ilimitada. Agora, as condições de trabalho têm sido devastadas sob o imperativo da indústria 4.0 e suas empresas-aplicativo que oferecem serviços, o chamado fenômeno da uberização. O controle, na era da informatização, é exercido pelas grandes empresas ocultas em plataformas que controlam os tempos e movimentos, o controle se dá por meio do maquinário digital, no nível mais imediato, pelos *smartphones*, pelas avaliações dos usuários e pelas plataformas das empresas.

E, tomando de empréstimo uma expressão popular, se “desgraça pouca é bobagem”, como o capitalismo é o solo fértil à desgraça, no capitalismo pandêmico, aparentemente, a geração de valor e a extração de mais-valia têm sido ampliadas vertiginosamente. Os proprietários das empresas, os “senhores de aplicativo”, encaram a pandemia como “oportunidade de mercado”. Devido à grande oferta de força de trabalho na luta pela sobrevivência e às condições sob as quais o trabalho uberizado é gerido, os entregadores são empurrados para condições de trabalho ultrajantes e para a busca do fantasioso *status* de empreendedor ou parceiro de aplicativos.

A situação na qual os entregadores vitimados pela uberização se encontram ilustra a centralidade do trabalho e sua essencialidade para o alargamento do capital ou do *capital pandêmico*. Nem mesmo a ameaça da doença infecciosa, evento extraordinário na história recente, sua propagação de difícil controle e o apelo sanitário de distanciamento e isolamento social contra a mortalidade causada pela covid-19 foram capazes de abrandar a exploração da força de trabalho. Contra qualquer discernimento minimamente humanitário, conforme apontado, os proprietários das empresas das plataformas digitais e dos aplicativos impulsionam os trabalhadores, como os entregadores, a sair de suas casas para gerar excedentes do seu trabalho.

É possível dizer que, além de impulsionados, os trabalhadores são, na verdade, obrigados a realizar os serviços, ou pela necessidade da remuneração como meio de custear a sobrevivência ou ainda em razão da ameaça de penalidades unilaterais, que podem resultar até em sua exclusão da plataforma. Soma-se que, segundo o que foi discutido, na pandemia, alguns trabalhadores dos serviços de entregas por aplicativos têm declarado trabalhar por mais tempo; com remunerações menores; em condições de risco à saúde, sejam elas inerentes ao próprio trabalho ou à crise sanitária; e sem apoio das plataformas para prevenção contra a contaminação. No caso dos entregadores, estes são responsáveis por providenciar e manter os meios necessários à própria exploração. E, também, por arcar com riscos aos quais estão submetidos, sobretudo o risco de contaminação ou morte. Trata-se de “um trabalho 100”!: sem garantias, sem auxílio, sem dinheiro, sem seguridade, sem limites, e assim por diante.

A pandemia escancarou a superexploração dos entregadores de aplicativos como certa categoria, uma parte da classe trabalhadora que, em meio a uma crise socioeconômico-sanitária, foi instigada a trabalhar mais e em condições violentas e destruidoras da própria força de trabalho. É como compreendido por Marx (2013):

o trabalhador é rebaixado ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria. O capital reifica os trabalhadores, percebendo-os e tratando-os como objetos desprovidos de humanidade. Pela reificação, ocorre “a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas” (MARX, 2012, p. 94).

Para o capital pandêmico, o que distingue, enquanto mercadoria, o trabalhador que realiza entregas com seus instrumentos de trabalho, seu veículo, sua caixa de entregas e seu celular é a força de trabalho humana, única capaz de gerar um valor maior do que o recebido como contraprestação da reprodução de suas energias e da sua força produtiva, isto é, a mais-valia a ser incorporada pelo burguês. O que é verificado na fórmula geral do capital: $D - M - D'$, em que D é o dinheiro lançado em circulação, adiantado, M é a força de trabalho humana com ele comprada, e D' , o valor originalmente adiantado de D acrescido de um excedente de trabalho que não é pago, a mais-valia. O processo $D - D'$ não apresenta alterações qualitativas em seus extremos, o dinheiro, mas quantitativas: o dinheiro originalmente adiantado mantém-se em circulação e valoriza-se, transformando-se em capital (MARX, 2012).

Em muitos dos trabalhos em aplicativos, dadas as suas condições flexibilizadas: sem vínculos formais de trabalho, com escassos direitos de proteção trabalhista e com os instrumentos de trabalho sob responsabilidade do próprio trabalhador, o baixo dispêndio inicial do bolso do capitalista, como geralmente realizado pelo adiantamento de capital para a compra da força de trabalho ou dos meios de produção, amplia D' , mais-valor final realizado pelas entregas. Aumentando a diferença entre o valor pago e o gerado, e aumentando, conseqüentemente, o valor a ser apropriado pelo bolso do capitalista. A divisão entre a mais-valia gerada, incorporada pela empresa do aplicativo, e o “repasse”, a parte de remuneração dos entregadores, é variável e definida em cálculos sinuosos gerados pelas próprias plataformas.

E, por isso, pela sua forma de operação, a exploração do trabalho pela venda da força de trabalho humano não está a caminho da finalização. Tanto é que, destaca Antunes (2020), em meio à pandemia, os rostos mais conhecidos que o capital misterioso não demoraram a defender que a economia fosse retomada, que os trabalhadores não permanecessem em casa.

O caso dos entregadores de empresas-aplicativo durante a pandemia é emblemático para o entendimento dos rumos da organização do trabalho e da exploração da força de trabalho pelo capital. Em linhas gerais, o *capital pandêmico* parece portar uma voracidade acrescida, o que

Existe um potencial de mobilização, ainda que residual, nas organizações, exigindo um mínimo de direitos aos entregadores. Ou, em outros casos, pensando possibilidades outras de trabalho por arranjos mais comunitários ou comunais. No Brasil, em meio à pandemia, ideias com grande potencial têm surgido

pode ser entendido em termos de uma *ontologia viral*, uma *ontologia pandêmica* do trabalho, segundo a qual o trabalho porta a morfologia contemporânea de uma classe que vive da sua força trabalho em condições corrosivas. *Vide* o caso dos trabalhadores de entregas em plataformas digitais, eles são contingente cobiçado pelo capital em meio à *ontologia viral*: nem sequer são legalmente ou socialmente reconhecidos como trabalhadores, são espécies de cidadãos do mundo que, superexplorados, permitem a valorização do capital e a geração de mais-valia durante o capitalismo no estágio informacional-digital. Se a ameaça está à espreita, não se pode perder de vista que grupos de entregadores têm se organizado coletivamente, o que pode ser levado às últimas consequências.

A essa altura, o presente trabalho tem o dever coerente à discussão realizada de, minimamente, tangenciar o que há de propositivo. Para isso, é possível evocar, como pontua Uchôa-de-Oliveira (2020), alguns movimentos sociais dos trabalhadores uberizados que tomaram forma no mundo todo desde 2015. Em 2019 e 2020, manifestações do mesmo tipo se espalharam pela América Latina. No Brasil, com a pandemia em curso, os entregadores de aplicativos fizeram uma paralisação nacional, chamada de “Breque dos Apps”. Após essas reivindicações, no Reino Unido e México, os entregadores conseguiram o pagamento de um rendimento mínimo para quem não pudessem trabalhar. Porém, não é um valor que possibilita ao entregador escolher entre ficar em casa se recuperando ou ir trabalhar.

Existe um potencial de mobilização, ainda que residual, nas organizações, exigindo um mínimo de direitos aos entregadores. Ou, em outros casos, pensando possibilidades outras de trabalho por arranjos mais comunitários ou comunais. No Brasil, em meio à pandemia, ideias com grande potencial têm surgido. Um movimento denominado Entregadores Antifascistas, inspirado por iniciativas como a Cooperativa Mensakas, criada em Barcelona em 2017, tem idealizado a criação de uma cooperativa de entregadores para trabalharem autogestionariamente (SCHREIBER, 2020). Uma das participantes dos Entregadores Antifascistas e idealizadora da cooperativa

faz um importante relato: “Eles [as grandes empresas] podem até fazer alguma coisa [atender a algumas reivindicações] para calar nossa boca, mas a única possibilidade de melhora mesmo é com autogestão.” Ante o exemplo desses entregadores, é preciso perguntar: estaria o *capital pandêmico* gestando movimentos de *insurreição* que se voltam contra ele próprio?

De saída, propomos assimilar a luta dos trabalhadores de entregas por aplicativos em diferentes perspectivas, uma imediata, de lutas e estratégias pela conquista do reconhecimento do vínculo trabalhista, da regulação laboral e da proteção do trabalhador. E, sobretudo no quadro da pandemia, pela conquista de condições de proteção à saúde dos entregadores e garantias de manutenção da vida, como a transferência de renda. O que não pode estancar as outras perspectivas de longo prazo, que se pretendem mais disruptivas e além da busca pela humanização da sociedade capitalista.

[O] caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos. É preciso pensar a luta de classes como um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes (GALVÃO, 2011, p. 115).

Sendo valorosas estratégias imediatas, as cooperativas possuem certo limite. Lênin (1980) aponta a ameaça de que, pela cooperativização, o conflito seja transformado: os inimigos de classe podem se tornar colaboradores e, com isso, a guerra de classes acabar em paz civil. E, ainda, Luxemburgo (1986) alerta para o risco de as cooperativas subordinarem-se à lógica de competição do mercado, aumentando a exploração da força de trabalho pela necessidade de trocas das cooperativas com o mercado capitalista.

Não se pode perder de vista que só é possível fazer frente ao sistema do capital abandonando a postura defensiva e assumindo a ofensiva necessária, o papel de adversário estrutural, associando a esfera da decisão política à esfera reprodutiva material (MÉSZÁROS, 2011). É preciso considerar que o subproletariado moderno, classe que vive da venda de sua força de trabalho em uma ordem destrutiva, é constituído por segmentos sociais que “não têm mais nada a perder no universo da (des)sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia” (ANTUNES, 2018, p. 131). Travando essa luta, e recorrendo a Marx (2004), a classe dos trabalhadores encontra uma importante distinção entre a luta contra os efeitos e a luta contra a causa desses efeitos: “Em vez do [lema] conservador ‘Um salário diário justo para um trabalho diário justo’, deverá inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: ‘Abolição do sistema de salários!’” (MARX, 2004, p. 93).

Projeto que exige não se abandonar a utopia. Não por um acaso, é imperativo que se tenha entusiasmo. É o que Nascimento (2008, p. 33) expõe a respeito da uto-

Paralisação de trabalhadores de aplicativos em vários pontos da capital paulista. Julho de 2020



Felipe Campos Mello/Fotos Públicas

pia segundo a filosofia blochiana: “o ‘possível’ e o ‘ainda-não-ser’ são determinações ontológicas fundamentais da nova experiência do mundo. A esperança e o futuro encontram solo firme porque se fundamentam na realidade.” Ora, se o capitalismo se arrastou por pelo menos três séculos até sua consolidação, por que o socialismo deveria ser constituído de forma certa em um único século, ou por que então seria ficção? A pandemia do capital chamou à urgência a invenção de outro modo de vida (ANTUNES, 2020). A qual necessita mirar-se no entendimento que

a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas esse sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (MARX, 1986, p. 273).

Este texto, para além de qualificar a validade ou não dos possíveis caminhos para esse outro modo de trabalho e de vida e suas transformações sociais, busca chamar a atenção para as fagulhas acesas pelos entregadores de plataformas digitais perante a covid-19, e mais, provocar: podem essas fagulhas desencadear labaredas? Outras questões oportunas para este texto que busca mais provocar o debate e menos responder são: na perspectiva imediata, medidas como o reconhecimento do vínculo de trabalho dos entregadores com as empresas de aplicativos, a concessão de proteção legal trabalhista, políticas públicas como a ampliação de auxílios-salário para o pe-

ríodo de duração da pandemia e a inserção dos entregadores de aplicativos nos grupos prioritários de vacinação contra a covid-19 podem ser impulsionadas? E como? E mais, a noção de uberizados comporta as diferenças de condição entre diferentes categorias dos trabalhadores de serviços, como motoristas de serviços de transporte e entregadores? O capital pandêmico encontra-se inaugurando precedentes de exploração e espoliação dos entregadores de plataformas ou aplicativos?

Finalmente, é importante atentar ao fato de que o presente trabalho, enquanto texto ensaístico, emoldura, mas não pretende pôr fim à questão do trabalho para plataformas digitais no capitalismo pandêmico. Buscou-se lançar algumas discussões preliminares que estão sujeitas a variadas críticas e complementações, permitindo que se alcance um escopo maior. Outros desdobramentos, como estudos de natureza teórico-empírica, podem gerar contribuições ao que foi realizado.

* Bacharel interdisciplinar em Ciência e Economia e acadêmico de Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).
E-mail: kaio.rosa@sou.unifal-mg.edu.br

** Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
E-mail: deborah_csousa@yahoo.com.br

*** Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Unifal-MG. *E-mail:* dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br

**** Doutora em Administração pela UFMG, docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Unifal-MG. *E-mail:* ana.guerra@unifal-mg.edu.br

► Texto recebido em 20 de janeiro de 2021; aprovado em 7 de junho de 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, ed. esp., p. 1-21, 2020.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: PABLO, Gentili; GAUDÊNCIO, Frigotto. **La ciudadanía negada**: políticas de la exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 35-49.

AQUINO, João Victor M. A.; PILATE, Fabiano D. Q.; FÉLIX, Ynes da Silva. Uberização do trabalho e os riscos à saúde dos entregadores por aplicativo frente à pandemia da covid-19. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 6, n. 11, p. 46-69, 2020.

BERTERO, Carlos Osmar. Réplica 2: o que é um ensaio teórico? — réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338-342, 2011.

BORSOI, Izabel Cristina. F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. **Convergencia**, v. 18, n. 55, p. 113-133, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. **Painel coronavírus**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CARVALHO, Cristina Oliveira de. **Da concessão à flexibilização de direitos**: perspectiva histórica da legislação trabalhista no Brasil. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) — Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, v. 24, n. esp. 1, p. 37-57, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos Ebape.br**, v. 17, ed. esp., p. 844-856, 2019.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica marxista**, v. 32, p. 107-126, 2011.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Pnad covid-19**. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LARA, Bruna de; BRAGA, Nathália; RIBEIRO, Paulo Victor. “Parceria” de risco: aplicativos lucram com coronavírus pondo entregadores em risco de contágio. **The Intercept Brasil**, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/23/coronavirus-aplicativos-entrega-comida-ifood-uber-loggi>>. Acesso em: 27 out. 2020.

LARANJEIRA, Sônia. M. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 89-94.

LÊNIN, Vladímir I. Sobre a cooperação. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. t. 3., p. 657-662.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução?**. São Paulo: Global, 1986.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. **Cesit-Unicamp**, Campinas, 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I — O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III — O processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Edipro, 2004.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, Gabriela. Candidatos a entregador do iFood mais que dobram após coronavírus. **UOL**, São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/01/candidatos-a-entregador-do-ifood-mais-que-dobram-apos-coronavirus.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MELO, Sandro Nahmias. Trabalhadores de aplicativos e direito à saúde em tempo de coronavírus. In: BELMONTE, Alexandre A.; MARTINEZ, Luciano; MARANHÃO, Ney (Coord.). **Direito do Trabalho na Crise da Covid-19**. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p. 663-671.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 27-40, 2008.

PATEL, Jaymini et al. Poverty, inequality and covid-19: the forgotten vulnerable. **Public Health**, v. 183, p. 110-111, 2020.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SCHREIBER, Mariana. “Adeus, iFood”: entregadores tentam criar cooperativa para trabalhar sem patrão. **Época Negócios**, 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2020/07/adeus-ifood-entregadores-tentam-criar-cooperativa-para-trabalhar-sem-patroao.html>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SIQUEIRA, Leonardo Moura L. C.; PEDREIRA, Sara; VILAS BOAS, Victória. Tempos de pandemias no capitalismo contemporâneo: *gig economy*, direito do trabalho e covid-19. **Princípios**, v. 1, n. 159, p. 76-106, 2020.

SOUSA, Euzébio J. S. de; MEINBERG, Marcio O. A “uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho. **Princípios**, v. 1, n. 159, p. 107-125, 2020.

TRABALHADOR enfrenta fila de espera para se tornar entregador em aplicativos. **Época Negócios**, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2020/07/epoca-negocios-trabalhador-enfrenta-fila-de-espera-para-se-tornar-entregador-em-aplicativos.html>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia**: covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo

Theófilo Rodrigues

Editora: Appris

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 59,00 (livro impresso) / R\$ 26,00 (e-book)

309 páginas

Os partidos políticos brasileiros estão divorciados da sociedade civil? É esta a pergunta que o livro *Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo* busca responder. Afinal de contas, falar mal dos partidos tornou-se, não sem alguma razão, um verdadeiro esporte nacional.

Mediante uma linguagem clara e didática, e com base em rigorosa pesquisa sobre a inserção dos partidos brasileiros em organizações da sociedade civil, o livro desmente a opinião, predominante no senso comum e nos meios de comunicação, de que os partidos estariam afastados da sociedade.

Eles estão presentes, ainda que de modos distintos, no cotidiano da sociedade civil brasileira; esse lastro social constitui elemento essencial para a sobrevivência do sistema político-partidário.



Imperialismo, estágio superior do capitalismo

Vladímir Ilitch Lênin

Editora: Boitempo

Formato: 21 x 15,5 cm

1ª edição: set. 2021

192 páginas

Coleção: Arsenal Lênin

Neste ensaio, escrito um ano antes da Revolução de Outubro e considerado uma das mais importantes obras de Lênin, o líder bolchevique deixa claro que o imperialismo não era apenas uma prática política de alguns países capitalistas, mas a evolução do próprio sistema do capital, que atingia seu estágio mais avançado no início do século XX graças à concentração da produção, ao crescimento dos monopólios, à emergência das oligarquias financeiras, à exportação de capitais e à divisão e redistribuição de territórios entre as potências capitalistas.

Ao confrontar-se com os novos desafios colocados pelo capital no século XX, Lênin adiciona às análises de Marx e Engels uma importante teorização sobre os desenvolvimentos do capitalismo na era da grande finança.

Esta quinta obra da coleção “Arsenal Lênin” traz prefácio de Marcelo Fernandes e orelha de Edmilson Costa. A edição inclui um capítulo da biografia *Memórias de Lênin*, escrita por Nadiejda Krúpskaia.



A doença do neoliberalismo: o falso dilema entre saúde e economia na pandemia do novo coronavírus

Marcelo Pereira Fernandes, Antonio José Alves Júnior, Alexandre Jerônimo de Freitas e Rúbia Cristina Wegner

Editora: Livraria da Física

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 60,00

328 páginas

Nos primeiros dias da pandemia, alguns professores de Ciências Econômicas da UFRRJ propuseram um conjunto de medidas que aliviasse os efeitos de uma das piores crises da história brasileira, recusando o tenebroso dilema entre buscar o bem-estar da economia — ou seja, priorizar os caprichos do mercado — ou o bem-estar da população — evitando, para tanto, a propagação da miséria e da fome no país.

Enquanto o negacionismo econômico neoliberal que sustentava tal dilema se negava a promover políticas de combate à crise, aquele grupo de economistas cresceu e o debate foi se ampliando.

Este livro é fruto desse processo. Uma obra produzida no calor do momento e que pretende resgatar os princípios de uma economia popular, lembrando a tradição dos grandes economistas brasileiros que buscavam construir um país mais justo.



Teoria das relações internacionais: contribuições marxistas

Ana Prestes e Diego Pautasso (Org.)

Editoras: Contraponto, Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois

Formato: 23 x 16 cm

Edição: 1ª, 2021

Preço: R\$ 66,00

324 páginas

Por meio de diferentes aspectos e abordagens teóricas, o livro preenche uma importante lacuna de publicações sobre relações internacionais do ponto de vista marxista.

Compõem a obra 12 artigos e ensaios de 19 autores, em dois blocos de análise, que abordam: 1) os principais autores marxistas que trataram de temas relacionados às relações internacionais, entre eles Karl Marx, Vladímir Lênin, Antonio Gramsci, Domenico Losurdo, José Carlos Mariátegui, Giovanni Arrighi e David Harvey; 2) os temas novos ou já tradicionais das relações internacionais examinados pela teoria marxista: integração regional, ordem mundial, relação centro-periferia, economia do projeto, China, imperialismo etc.

O esforço de pesquisa e reflexão empreendido pelos autores reúne em uma nova área do conhecimento categorias que antes caminhavam paralelamente.



O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina

Deni Alfaro Rubbo

Editora: Autonomia Literária

Formato: 21 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 55,00 (pré-venda: R\$ 35,00)

309 páginas

O estudo pretende delinear sociologicamente a difusão, as apropriações e as interpretações das ideias do intelectual e militante peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) pelas ciências sociais e o marxismo latino-americanos.

Em um processo de crítica do discurso tradicional da esquerda latino-americana, das vertentes de modernização e das teses dualistas das ciências sociais, a construção de uma imagem heterodoxa associada a Mariátegui emerge como uma das principais referências da atualização do marxismo.

Também são apresentados no livro, em seus respectivos contextos e intencionalidades políticas e acadêmicas, leitores de Mariátegui tais como Alberto Flores Galindo, José Aricó, Aníbal Quijano, Florestan Fernandes e Michael Löwy.



Goethe e seu tempo

György Lukács

Editora: Boitempo

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 73,00 (pré-venda: R\$ 58,40)

216 páginas

Coleção: Biblioteca Lukács

O livro apresenta cinco ensaios sobre a obra do escritor alemão Goethe elaborados pelo filósofo húngaro Lukács durante os anos 1930.

No livro, a trajetória de Goethe, um dos grandes autores da literatura humanista burguesa, é comparada com a de contemporâneos dele, em uma análise engajada do grande romance moderno e de seu conteúdo progressista.

Lukács apresenta percepções originais a respeito das motivações e contradições de Goethe. Tratando de obras específicas do autor alemão ou discutindo o contexto social e literário da época, examina os desafios que ele encontrou para elaborá-las.



Lima socialista

Lima Barreto (Org.: Worney Almeida de Souza)

Editora: Autonomia Literária

Formato: 19 x 13 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 40,00

198 páginas

O período em que viveu Lima Barreto (1881-1922) foi de profundas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, que marcaram sua visão de mundo, seus textos e sua forma de escrever.

Segundo Amauri Tonucci Sanchez, a obra de Lima Barreto “expressa inconformismo em face da sociedade injusta, egoísta e brutal. Despojando-se do convencionalismo dominante, criou textos em que a escolha da linguagem já constitui, por si mesma, uma opção crítica ao mundo que põe sob foco — mesmo que, com isso, tivesse desde cedo de enfrentar a ira dos puristas, que viram nele um autor relaxado, quando não incapaz, ou que simplesmente lhe negaram atenção”.

Este livro reúne a produção do escritor sobre anarquismo e maximalismo, Revolução Russa e seus atores principais, e pretende desvendar o cronista, considerado pré-modernista e também um socialista.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415-7888 e no E-ISSN 2675-6609

URL: www.revistaprincipios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

Email: principios@revistaprincipios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Cláudio Gonzalez e Laércio D'Angelo Ribeiro

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

▶ João Amazonas (1912-2002)

Editores

▶ Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor executivo

▶ Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

▶ Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

▶ Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevitz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/UFAL/Unifesp); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/UERJ); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/UFAL); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovici (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/UERJ); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvia Almeida (Administração/FGV); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio Gonzalez, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buoncore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Lécio Moraes, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Nilson Araújo, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens, Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRN); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/UnRio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/UF-PR); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/UERJ); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/UFOB); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/UERJ); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPE); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFSB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (EAP/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvia Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/UFAM); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/UERJ); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).

R
W
100

De seu trabalho surgiram novas abordagens do saber humanístico. Raymond Williams construiu uma trajetória intelectual fecunda, na qual dialogou com múltiplas referências. A resultante é um pensamento coerente e vivo, ligado às grandes lutas de nosso tempo. O pensador galês, fundador dos estudos culturais, contribuiu para o avanço do materialismo histórico na compreensão dos problemas da comunicação e da cultura, áreas de crescente relevância política nas sociedades contemporâneas.

Raymond Williams, 100 anos



★ 31 de agosto de 1921
Llanvihangel Crucorney,
Monmouthshire
País de Gales

✝ 26 de janeiro de 1988
(66 anos)
Saffron Walden
Essex, Inglaterra

Williams em 1985.
Foto: MARK GERSON/NATIONAL PORTRAIT GALLERY, LONDON
Reproduzido de: <https://www.raymondwilliamsfoundation.org.uk/>

“Educar é
aprender com
o povo”

Paulo Freire



Paulo Freire 100 anos

1921-2021

Ele criou um método que vai além do ensinar a ler e escrever. Seus ensinamentos, hoje compartilhados em todo o mundo, inauguram uma nova concepção do processo educacional como espaço de conscientização e diálogo. Paulo Freire pode ser lido como um tradutor de sonhos e fazedor de seres históricos com capacidade de conhecer e intervir no mundo.

HOMENAGEM DE *PRINCÍPIOS* NO CENTENÁRIO DO EDUCADOR PAULO FREIRE